

Dalexon Sérgio da Silva
Glaucio Ramos Gomes
(Organizadores)



Análises

em (dis)curso:

perspectivas, leituras, diálogos



Análises em (dis)curso: perspectivas, leituras, diálogos

**Dalexon Sérgio da Silva
Glaucio Ramos Gomes
(Organizadores)**

**Análises em (dis)curso:
perspectivas, leituras, diálogos**

Copyright © das autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e autores.

Dalexon Sérgio da Silva; Glaucio Ramos Gomes (Organizadores)

Análises em (dis)curso: perspectivas, leituras, diálogos. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019. 442p.

ISBN 978-85-7993-798-9 [Ebook]

1. Análise em discurso. 2. Estudos de linguagem. 3. Discurso de ódio. 4. Questão do sujeito na linguagem. I. Autoras/autores. II. Título.

CDD – 410

Capa: Andersen Bianchi.

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi Maia (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Melo (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil)



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 - São Carlos – SP

2019

Sumário

Prefácio Maria Angélica de Oliveira	9
1. Bairro, comunidade, favela: o movimento de denominações sobre um espaço simbólico Diane Mageste dos Santos Silmara Dela Silva	17
2. Emergências e (des)territorializações em discurso: a Venezuela à flor da pele Lucas Rodrigues Lopes	37
3. Quando o Estado comete violência de gênero: análise crítica do discurso sobre a (não) violência obstétrica Rebeca Lins Simões de Oliveira	55
4. O efeito “cai-cai” do jogador Neymar mobilizado pelas posições de técnico do treinador Tite Dalexon Sérgio da Silva	77
5. Discursos e(m) imagens no livro didático de Língua Portuguesa: história e questões de estudos Jocnilson Ribeiro	99
6. Governamentalidade, cuidado de si e representações sociais de ser professor na formação docente (inicial) em documentos oficiais Marcos de França Pollyanne Bicalho Ribeiro	121
7. Da escola ao <i>homeschooling</i> : deslocamentos do/no discurso sobre a Educação Wellton da Silva de Fátima	145

8. Análise do Discurso e ensino de Língua Portuguesa: impressões de uma experiência Glaucio Ramos Gomes	167
9. Mídias e Análise do Discurso: Michel Foucault, possibilidades e limites metodológicos Rodolfo Roraro Londero Samilo Takara.	193
10. O jogo imaginário: discursos de esposas e amantes Ceres Carneiro	211
11. “Essa bichinha precisa morrer”: registros discursivos da transfobia nas mídias digitais Hellen Brasileiro Francisco Vieira da Silva	229
12. O dúbio, o duplo e o próprio das travestis: éticas e estéticas antibinárias como exercícios de poder de produção discursiva da abjeção em Muriel Total, de Laerte Coutinho Emanoel Raiff Gomes da Nóbrega Filho	247
13. Discurso de ódio: definições prévias, incompatibilidades e formulação Thiago Alves França	275
14. A tatuagem na (des)ordem do discurso religioso Edileide Godoi	295
15. Menino veste azul e menina veste rosa: uma análise do discurso da ministra pastora em um Estado laico Arthur de Araújo Filgueiras Nadia Pereira Golçalves de Azevedo	311

16. Um tour pelos efeitos da virtualização (dos espaços) da arte: os casos do Museu Casa de Portinari e Portal Projeto Portinari Jefferson Campos	329
17. O sujeito nas tramas do discurso: a representação do caipira na telenovela <i>Êta Mundo Bom!</i> , de Walcyr Carrasco Anísio Batista Pereira Antoniél Guimarães Tavares Silva	355
18. Ana Cristina Cesar: corpo(s) de enunciação no itinerário de Foucault. André Luis de Araújo	375
19. Estratégias discursivas de manipulação da verdade em <i>fake news</i> políticas na mídia Jarbas Vargas Nascimento Marcel Fernandes Gugoni	393
20. Discurso e argumentação na publicidade verde Felipe Casado de Lucena	411
21. A polissemia e a ideologia no texto publicitário Karla Rossana Rodrigues de Souza	427
Sobre os organizadores	441

PREFÁCIO

Queríamos escrever este livro à semelhança de um rio com
múltiplos afluentes...

Achille Mbembe, *Crítica da razão negra*

Saber ler, apropriar-se da escrita, não torna uma pessoa mais
inteligente ou mais humana, não lhe concede virtudes ou
qualidades, mas lhe dá acesso a uma ferramenta poderosa
para construir, negociar e interpretar a vida e o mundo em que
você vive.

COSSON, Rildo. *Círculos de leitura e letramento literário*

Conta-nos o bardo Fêmio de Ítaca que Odisseu, após ter passado vinte longos anos longe de sua terra natal e de sua amada Penélope, dez travando a guerra de Tróia e mais dez, preso aos diversos infortúnios da jornada de retorno, regressa ao lar disfarçado de mendigo. Estratégema para descobrir seus verdadeiros algozes. Ao ver aquele mendigo, sem desconfiar que fosse seu amado, Penélope ordena à governanta, a velha Euricleia, banhar os pés do forasteiro, manifestação de hospitalidade nas histórias antigas. No cumprimento da ordem, a criada reconhece uma cicatriz na perna do hóspede e descobre que o mendigo é na verdade o senhor daquela casa, seu amor tão esperado. A marca era reminiscência de uma das caçadas de Odisseu ao javali no monte Parnaso. Mais que isso, naquele momento, em que o reino de Ítaca estava ameaçado pelos pretendentes de Penélope, aquela cicatriz não era apenas uma marca de identificação de Odisseu, mas indício de esperança.

Nesse contexto, aquela cicatriz era estrutura e acontecimento, “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 1997, p. 17). Essa marca na pele, como uma tatuagem, manifesta-se como efeito de sentido que provém do retorno ao passado e de sua relação com o presente, da história de Odisseu, de sua posição, das relações de poder que subjazem a essa posição. A cicatriz de Odisseu, materialidade simbólica, não significava por ela mesma, em sua estrutura, mas num feixe de relações com outros acontecimentos, ou seja, significava em sua enunciação.

Essa breve alusão à história de Odisseu é convocada para à construção desse prefácio com a pretensão de estabelecer uma analogia entre a cicatriz do herói de Ítaca e o discurso, palavra-conceito, presente em cada um dos capítulos dessa obra tecida a muitas mãos. Não obstante suas singularidades teórico-metodológicas, as análises aqui em curso evidenciam que o discurso vai além das palavras, das frases, das proposições. Essas análises, (in)dependentes de suas perspectivas, leituras e diálogos teóricos, ratificam que o discurso é cicatriz que só se enuncia relacionada ao universo das formas simbólicas, às suas condições de produção, às situações de interação entre contextos e sujeitos.

Com o mesmo desejo expresso por Achille Mbembe na primeira epígrafe, os organizadores desse livro, Dalexon Sérgio da Silva e Glaucio Ramos Gomes, queriam estruturá-lo à semelhança de um rio com múltiplos afluentes, com múltiplas formas de enxergar o discurso. Os seus desejos, desde o primeiro projeto, eram organizar uma obra em que dialogassem várias análises de discursos. Um livro que fosse avesso a um monologismo teórico-metodológico, que estampasse várias possibilidades de investigar os discursos em materialidades as mais diversas. Ei-lo aqui. Reafirmando que muitas são as análises de discursos, “Análises em (dis)curso: perspectivas, leituras, diálogos” reúne vinte e um capítulos de pesquisadores e de pesquisadoras inscritos/inscritas nas mais diversas vertentes contemporâneas de estudos do discurso. O primeiro capítulo, *Bairro, comunidade, favela: o movimento de denominações sobre um espaço simbólico*, das pesquisadoras Diane Mageste dos Santos e Silmara Dela Silva, ambas da UFF, com fundamento na Análise de Discurso francesa, discute o funcionamento das denominações: bairro, comunidade e favela (palavra cheia de silêncio) em relação ao local denominado Caramujo.

Emergências e (des)territorializações em discurso: a Venezuela à flor da pele, segundo capítulo, apresenta a análise de textos veiculados pela *Deutsche Welle*, em três plataformas midiáticas, *Facebook*, *Twitter* e *YouTube*. A partir do viés discursivo-descontrutivista, seu autor, Lucas Rodrigues Lopes, da UNICAMP, busca compreender “a produção dos sentidos social e culturalmente inscritos na história do presente, no contexto da vida, da vinda e da estadia de venezuelanos em solo brasileiro, emergentes em e de sujeitos históricos, materializados na linguagem”.

No capítulo terceiro, *Quando o Estado comete violência de gênero: Análise Crítica do discurso sobre a (não) violência obstétrica*, a autora Rebeca Lins Simões de Oliveira, da UFPE, objetiva, através da ACD, examinar o despacho emitido pelo Ministério da Saúde em 03 de maio de 2019, documento este que visa determinar oficialmente a não existência da violência obstétrica no Brasil. De acordo com Oliveira, questões de violência contra o sujeito mulher sempre são invisibilizadas ou mesmo menosprezadas pelo poder patriarcal.

Dalexon Sérgio da Silva, da UNICAP, em *O efeito cai-cai do jogador Neymar mobilizado pelas posições do técnico e treinador Tite*, investiga como as formações imaginárias do sujeito técnico Tite, em relação ao jogador Neymar, mudam e produzem outros sentidos a partir das posições ocupadas pelo técnico e treinador Tite, ora na posição-sujeito de Técnico do Corinthians, ora na posição-sujeito de Técnico da seleção brasileira.

No capítulo quinto, *Discursos e(m) imagens no livro didático de língua portuguesa: história e questões de estudos*, Jocenilson Ribeiro, do UNILA, investiga, à luz dos estudos em análise do discurso e na história da semiologia francesa, “como historicamente o papel das materialidades discursivas não verbais foi definido no LD e que concepções de língua e linguagem acompanharam a própria emergência das imagens nesse instrumento didático”.

Em *Governamentalidade, cuidado de si e representações sociais de ser professor na formação docente (inicial) em documentos oficiais*, sexto capítulo, Marcos de França (URCA) e a Pollyanne Bicalho Ribeiro (UFC), a partir da inquietação sobre a existência ou não de uma ação de governamentalidade na formação docente inicial e continuada por meio da construção de um projeto pedagógico do curso de Letras, analisam a formação docente inicial e continuada no curso de Letras-Português licenciatura a partir da leitura discursiva de textos de alguns Projetos Pedagógicos de Curso de Letras de seis universidades públicas brasileiras, do Nordeste e do Sudeste do Brasil.

Em *Da escola ao homeschooling: deslocamentos do/no discurso sobre a educação*, Wellton da Silva de Fatima, da UFRRJ, observa e analisa uma disputa nos sentidos para a escola. Disputa esta que situa a escola discursivamente em lugares antagônicos. Segundo o autor, “tal trama discursiva implica os rumos institucionais a serem tomados

pelas políticas educacionais nos próximos anos, atualizando a memória sobre o que é escola, para que e a quem ela serve”.

Glauco Ramos Gomes, da UFPB, no capítulo *Análise de Discurso e Ensino de Língua Portuguesa: impressões de uma experiência*, à luz da AD francesa, evidencia como o professor pode mediar uma prática discursiva de leitura. Segundo Ramos, “sua pesquisa insere-se no campo da linguística que se preocupa em como levar para sala de aula aquilo que é investigado na língua”.

No nono capítulo, *Mídias e análise do discurso: Michel Foucault, possibilidades e limites metodológicos*, os autores, Rodolfo Rorato Londero, da UEL-PR e Samilo Takara, da UNIR-RO, discutem as possibilidades e os limites da AD na análise do discurso midiático. Os autores defendem que “compreender as possibilidades de produção de sentidos também é questionar os limites que indicam sentidos e oferecem oportunidades de outras problematizações acerca da prática de análise e discussão sobre a determinação das mídias na vida das interlocuções de sentidos da contemporaneidade”.

A partir de discursos materializados em cartas pessoais publicadas na revista feminina *Cláudia*, com base na AD francesa, Ceres Carneiro, da UFF, em *O jogo imaginário: discursos de esposas e amantes*, apresenta uma reflexão teórica sobre as imagens que as mulheres formam de si, das outras e dos homens, a partir de suas posições de esposa ou de amante: de protagonistas da cena do três.

“*Essa bichinha precisa morrer*”: registros discursivos da transfobia nas mídias digitais, de Hellen Brasileiro, da UERN, e Francisco Vieira da Silva, da UFERSA, traz a análise do discurso transfóbico presentes em postagens e comentários no Facebook, Twitter, YouTube e outras plataformas. A análise desses discursos alicerça-se nos estudos foucaultianos, principalmente em relação às questões de sujeito e poder.

Emanoel Raiff Gomes da Nóbrega Filho, da Universidade Federal da Paraíba, no capítulo intitulado: *O dúbio, o duplo e o próprio das travestis: éticas e estéticas antibinárias como exercícios de poder de produção discursiva da abjeção em Muriel Total*, de Laerte Coutinho, à luz da AD francesa, investiga a discursivização de técnicas na constituição da feminilidade das travestis. Para tanto, “toma a problemática do corpo, do sexo, do gênero e da sexualidade das

travestis através de um recorte temporal das publicações da série de tirinhas *Muriel Total*⁵³, da cartunista Laerte”.

Questionando os limites da liberdade de expressão num Estado regido por uma Constituição democrática, Thiago Alves França, da Uneb, campus IX, no décimo terceiro capítulo, *Discurso de ódio: definições prévias, incompatibilidades e formulação*, problematiza as noções da formulação: “discurso de ódio”, em espaços do Facebook. Essa problematização alicerça-se nas bases da AD pecheuxtiana.

Edileide Godoi, da EAD/UEPB, tendo em conta que os sujeitos e a produção da subjetividade são sempre um processo de construção produzidos na exterioridade pelas práticas discursivas, pretende, no capítulo: *A tatuagem na (des)ordem do discurso religioso*, “discutir como a tatuagem entra na (des)ordem do discurso religioso e discursiviza modos de objetivação/subjetivação para os sujeitos”. Sua pesquisa insere-se no campo da AD francesa, especificamente, numa perspectiva foucaultiana de sujeito e produção de subjetividades.

Em *Menino veste azul e menina veste rosa: uma análise do discurso da ministra pastora em um Estado laico*, Arthur de Araújo Filgueiras e Nadia Pereira Gonçalves de Azevedo, ambos da UNICAP, objetivam analisar o efeito metafórico do discurso da pastora evangélica Damares Alves, quando esta limita as cores a serem usadas por meninos e meninas. A partir dessa análise, os autores discutem sobre o modelo binário, presente em nossa formação social, que usa cores para classificar as pessoas.

Jefferson Campos, da UNIFAMMA, a fim de explicar como o político se materializa no artístico como prática discursiva situada na contemporaneidade, apresenta-nos o capítulo *Um tour pelos efeitos da virtualização (dos espaços) da arte: os casos do museu Casa de Portinari e portal Projeto Portinari*. Esse capítulo é produto de suas pesquisas desenvolvidas no campo teórico e aplicado dos estudos discursivos foucaultianos.

Anísio Batista Pereira e Antoniel Guimarães Tavares Silva, ambos da UFU, em: *O sujeito nas tramas do discurso: a representação do caipira na telenovela Êta mundo bom!*, de Walcyr Carrasco, apresentam uma leitura discursiva dessa telenovela, exibida pela rede Globo em 2016. Sua análise, fundamentada na AD francesa, sobretudo nos estudos foucaultianos sobre sujeito, poder e saber, objetiva elucidar a

constituição do sujeito caipira, principalmente, a partir da leitura da personagem Candinho, protagonista da narrativa.

No capítulo: *Ana Cristina Cesar: corpo(s) de enunciação no itinerário de Foucault*, André Luís de Araújo, da Universidade Católica de Pernambuco, analisa a voz que se enuncia na poética de Ana Cristina César e que apresenta os modos de subjetivação da poeta ao escrever. No itinerário de Michel Foucault e de outros filósofos franceses contemporâneos, apreende-se uma assinatura de peso na cultura brasileira e uma presença linguístico-literária forte, que possibilita conhecer, ainda, uma época da história do país, a poesia marginal e seus desdobramentos.

Os autores Jarbas Vargas Nascimento e Marcel Fernandes Gugoni, da PUC- SP, no capítulo *Estratégias discursivas de manipulação da verdade em fake News políticas na mídia*, têm como objetivo principal examinar as estratégias discursivas de manipulação da verdade e os efeitos de sentido construídos no funcionamento de *fake news*. No centro dessa reflexão, cujo aporte teórico-metodológico é a AD francesa, a partir dos estudos de Maingueneau, os autores fazem “ponderações sobre a mentira, a verdade, a ética e as consequências advindas da quebra de legitimidade discursiva nos limites da política brasileira”.

Em: *Discurso e argumentação na publicidade verde*, Felipe Casado de Lucena, do IFPE, ao investigar o discurso da publicidade verde, embasado primordialmente nos estudos de Norman Fairclough e de Patrick Charaudeau, constata “que essas empresas estão investindo no discurso de sustentabilidade em suas *fanpages* como meio de alcançar seu público utilizando uma linguagem típica de *posts* cotidianos de *Facebook*, mas sem perder os procedimentos argumentativos do discurso publicitário”.

Por fim, encerrando a obra, mas não as discussões, pois essas reverberam a cada nova leitura, temos a contribuição de Karla Rossana Rodrigues de Souza, do Programa de Mestrado Profissional da UFPE, com o capítulo: *A polissemia e a ideologia no texto publicitário* que apresenta, a partir de uma perspectiva discursiva, uma proposta pedagógica de abordagem do jogo polissêmico na linguagem publicitária, na sala de aula em turmas do nono ano do Ensino Fundamental. Segundo a autora, essa proposta orienta os estudantes a compreenderem, através da análise de variados mecanismos

linguísticos e discursivos, os discursos publicitários e jornalísticos como uma construção coletiva, histórico e socialmente situada.

Finalizando esse prefácio, gostaríamos de voltar ao início, a sua segunda epígrafe e retomar as palavras de Rildo Cosson. Como diz esse autor, ler e escrever nos “dá acesso a uma ferramenta poderosa para construir, negociar e interpretar a vida e o mundo”. Cada capítulo que aqui se inscreve é cicatriz denunciadora do poder dessa ferramenta. Cada capítulo denuncia a leitura que seus autores e suas autoras fazem das mais diferentes materialidades discursivas. Ocupando-se dos espaços urbanos ou dos espaços virtuais, olhando para a pele, para o corpo ou para a razão, considerando a educação ou a mídia, as autoras e autores das análises aqui em curso pretendem “compreender como a enunciação conecta textos a contextos”¹

Análises em (dis)curso: perspectivas, leituras, diálogos é um convite a uma escuta/leitura alteritária em que não se pretende simplesmente que o leitor concorde ou discorde com as ideias aqui semeadas, mas que se coloque no movimento de “escuta” e de reflexão, compreendendo que ler é uma atividade política, histórica e social, e como tal exige que se saiba “desconstruir leituras anteriores para que novas e inovadoras surjam no horizonte, reconstruir desafios sob o signo da dúvida e da incerteza, sobretudo, superar-se como leitor e autor sempre”.² À vista disso, boa leitura a todas, a todos e às pessoas que não se encaixam nos limites da flexão proposta pela estrutura da língua portuguesa.

Maria Angélica de Oliveira – PPGL/UFCC

Campina Grande, final de primavera de 2019.

¹ ANGERMULLER, Johanner. *Análise de discurso pós-estruturalista*. Campinas SP: Pontes. 2016. p. 79.

² DEMO, Pedro. *Leitores para sempre*. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007. p. 56.

BAIRRO, COMUNIDADE, FAVELA: O MOVIMENTO DE DENOMINAÇÕES SOBRE UM ESPAÇO SIMBÓLICO

Diane Mageste dos Santos¹

Silmara Dela Silva²

Introdução

O espaço urbano é um objeto simbólico que recebe uma ou outra denominação atravessada pela ideologia, que “não é ocultação, mas produção de evidências” (ORLANDI, 2012, p. 105). Essas denominações não possuem sentido se a língua não se inscreve na história para significar, desse modo, “não é em ‘x’ que está a ideologia é no mecanismo (imaginário) de produzir ‘x’, sendo ‘x’ um objeto simbólico” (*idem, ibidem*). Além disso, sabemos que o jogo do dizer é regido pelas relações entre as diferentes formações discursivas e que cada formação define o que pode e o que deve ser dito (PÊCHEUX, [1975] 2009).

Dito isso, propomos neste artigo, uma análise discursiva de dizeres sobre o bairro como espaço simbólico, filiando-nos à Análise do Discurso, perspectiva teórico-metodológica proposta por Michel Pêcheux, na França, e reterritorializada no Brasil por Eni Orlandi. Buscamos, assim, compreender o funcionamento das denominações bairro, comunidade e favela em relação ao local cujo nome é Caramujo, localizado na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro. Muitos são os lugares ora denominados bairro, ora comunidade, ora favela, no entanto, voltamos nossa atenção a uma reportagem específica, que circulou no jornal *O fluminense* online do dia 31/10/2015³. A manchete dizia: “Caramujo: bairro vira comunidade”, apontando para o modo

¹ Mestre em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: dmageste@gmail.com.

² Professora Adjunta do Instituto de Letras, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em Linguística pela UNICAMP, com estágio de Pós-Doutorado no Departamento de Ciências da Linguagem da UFF. Jovem Cientista do Nosso Estado FAPERJ (2018/2021). E-mail: silmaradela@gmail.com.

³ Reportagem disponível em: <http://www.ofluminense.com.br/pt-br/cidades/caramujo-bairro-vira-comunidade>

como aquele lugar já fora denominado bairro, mas passara a ser uma comunidade.

Esse vir-a-ser nos leva a questionamentos: quais os efeitos de sentidos ao se dizer esta ou aquela denominação, conforme sua inscrição na história e seu atravessamento pela ideologia? Quais são os sentidos para essa mudança de denominações e de que forma ela interfere no espaço preenchido por sujeitos em movimento? A reportagem informava sobre “a troca de uma placa de sinalização às margens da Rodovia RJ-104” que, antes da troca, dizia “Caramujo Pendotiba”, o que indicava o local como rota de acesso a outros bairros da região. Após a troca, passou-se a “Comunidade Caramujo”, o que “reduzia o status do bairro”, segundo o presidente do Conselho Comunitário de Segurança de Niterói (CCSN), Moacyr Chagas, uma das fontes ouvidas na matéria jornalística, que classificava a medida como “vexatória” e “discriminatória”. Nunes (2006) mostra em estudo que o uso de placas alocadas em território urbano redireciona sentidos que compõem novas formas de inclusão e exclusão.

Ao longo do texto jornalístico, lê-se que desde agosto do mesmo ano, há uma “polêmica envolvendo a violência no bairro”, quando uma atriz teria sido surpreendida por bandidos ao seguir por uma rua do bairro, indicada por um aplicativo de celular. A partir de então, outros crimes relacionados ao tráfico de drogas “serviram para aumentar ainda mais a repercussão do Caramujo como um local perigoso”, dizia a redação de *O fluminense*. Por conta da troca de placas, os sujeitos-moradores “estão constrangidos”, “pessoas de bem estão sendo discriminadas”, “rotularam quem mora no bairro como marginal”, “as pessoas conquistaram o direito de o Caramujo ser chamado de bairro e estão retirando esse direito”, afirmava o presidente do Conselho de Segurança, solicitado por líderes comunitários, na matéria jornalística.

Ao longo de nosso percurso analítico, retomamos algumas reflexões elaboradas em nossa dissertação de mestrado (SANTOS, 2018), que pensa essas três denominações para diferentes espaços simbólicos. Osefeitos de sentidos para o espaço em questão podem ser compreendidos a partir do funcionamento parafrástico das denominações– bairro, comunidade e favela – ditos ou não-ditos pelo discurso jornalístico, que se caracteriza como um discurso sobre (MARIANI, 1998). A denominação favela não comparece no material analisado, por exemplo. No entanto, observa-se que os sentidos para

a denominação comunidade retomam já-ditos sobre favela, que, por sua vez, funciona através de um não-dito.

Nesse jogo das formações discursivas, ou seja, do poder-dizer, “se diz ‘x’ para silenciar ‘y’” (ORLANDI, 2008, p. 60), sendo o sentido de ‘y’ o de indesejável, descartado. Dessa forma, “‘y’ representa o não-dito, necessariamente excluído do dito” (*idem, ibidem*) e assim, apagam-se os sentidos que se quer evitar. Conforme Orlandi (1999, p. 81), “o que já foi dito, mas já foi esquecido tem um efeito sobre o dizer que se atualiza em uma formulação”. Nesse sentido, não se trata de um bairro qualquer, mas sim do tipo que necessita de serviços básicos de infraestrutura, que é perigoso, com a possibilidade de se tornar uma comunidade. Logo, deve ser evitado pelos que estão de fora. Não podemos afirmar que Caramujo seja uma favela, contudo, compõem, em nosso corpus, efeitos de sentidos que corroboram essa relação com a memória do dizer.

Dito de outro modo, os dizeres sobre carências estruturais, sobre violência e periculosidade podem alterar o *status quo* de um determinado lugar ao deslizarem sentidos que funcionam, no interdiscurso, de bairro para comunidade. Nesse cenário, o que há são linhas invisíveis de inclusão e exclusão que podem ser observadas por meio do trabalho de análise. Ademais, os dizeres sobre o espaço são atravessados por “um discurso da administração pública que tenta organizar as cidades para que estas sejam lugares ‘sem favelas’” (GARCIA, verbete favelização), já que as instituições trabalham em prol de um mundo semanticamente organizado e controlado.

A organização (ORLANDI, 2004) reflete uma verticalização das relações sociais que hierarquizam o espaço. Onde se urbaniza, delimitam-se fronteiras, e assim, segregam-se regiões, principalmente conforme o rótulo que se dá. Todavia, a cidade é um espaço real de significação sujeito a constantes transformações, ainda que esse espaço seja abafado, silenciado pela imposição do urbano. Em outras palavras, “a materialidade simbólica da cidade é contida pela urbanização” (ORLANDI, 2001, p. 02), o urbanismo funciona por meio do imaginário que “interpreta o que é o urbano, sobrepondo-se à cidade, delimitando-a, desenhando seus sentidos (significando-a), assim como ao social” (*idem, ibidem*). Sob essa ótica: “o tempo é o da urgência e o espaço urbano é atulhado” (ORLANDI, 2001, p. 03).

Observamos que foi após um acontecimento jornalístico (DELA-SILVA, 2015) específico no Caramujo, noticiado em telejornal, que teve início a polêmica na mídia sobre violência naquele local, além da ocorrência de outros crimes que auxiliaram na repercussão da área como perigosa. Isso não significa que a região já não fosse perigosa antes. Aquilo que se inscreve nos jornais são interpretações construídas historicamente em uma determinada formação social e que veiculam tendências dominantes. Conforme Mariani (1998), o discurso jornalístico se faz presente evocando um modelo imaginário de sociedade e de sujeito de direito. Esses dizeres institucionalizam sentidos, em virtude da banalização da violência que se dá na repetição de notícias as quais abordam essa questão de maneira naturalizada em algumas áreas da cidade, produzindo sentidos de homogeneização.

Tendo em vista nossa proposta, organizamos este artigo em três partes: na primeira, pensaremos o modo como a Análise do Discurso pensa o espaço urbano; na segunda, veremos como essas denominações afetam espaço e sujeitos que moram no espaço urbano; em seguida, em uma terceira parte, apresentamos nosso gesto de análise que recorta o movimento das denominações de bairro para comunidade e de comunidade para favela no *corpus* em análise, e não o contrário.

O espaço urbano e seus efeitos de sentidos

O dispositivo teórico da Análise do Discurso (PÊCHEUX, [1969] 2014) nos permite pensar as determinações que se cruzam no espaço urbano e que constituem sujeito e espaço. Orlandi (2004, p. 14) chega à “compreensão da construção significativa da cidade enquanto lugar não vazio, mas em que sujeitos vivem, em quantidade e em concentração e divergência”. As cidades estão distribuídas pela superfície de um país e isto supõe uma localização territorial, em que cidade e território cooperam. A autora afirma que “no território urbano, o corpo dos sujeitos e o corpo da cidade formam um” (ORLANDI, 2004, p. 11). Desse modo, o espaço urbano funciona como lugar de significação que necessita de gestos específicos de interpretação.

Nosso gesto de análise do espaço simbólico pensa o funcionamento das d(en)ominações sobre o espaço que se constitui

como bairro, favela, comunidade. Os sentidos que identificam o lugar bairro, por exemplo, foram pensados por Guimarães em um dos muitos verbetes disponibilizados na Enciclopédia Discursiva da Cidade (ENDICI-LABEURB)⁴. Nele, bairro aparece como uma região específica da cidade, e apresenta uma oposição: centro x bairro. O centro da cidade recebia a conotação de área nobre, o que já não ocorre hoje. No decorrer do tempo, novos sentidos foram se configurando e novos bairros passaram a ser considerados nobres, tornando o centro, apenas mais um bairro.

Contudo, alguns bairros são significados como estando fora dos valores da cidade: “estes bairros estão assim diretamente vinculados ao sentido de periferia, que se apresenta através de várias noções: favela, comunidade, cortiço, invasão, ocupação” (GUIMARÃES, verbete). Diante da exclusão espacial, “é preciso então atentar para a desigualdade que existe segundo o ‘lugar’ a que pertencemos com sua visibilidade social” (ORLANDI, 2004, p. 109). O processo de favelização está relacionado à transformação do espaço “em áreas sem infraestrutura e recursos para os sujeitos que ali vivem” (GARCIA, verbete). É no confronto entre os discursos não-institucionalizados e os discursos que legitimam uma determinada direção discursiva sobre a favela que se encontra o sujeito-morador.

A construção do imaginário negativo sobre favelas e favelados abre uma discussão sobre a polissemia da palavra comunidade, na medida em que ressoa na apropriação do discurso dominante já institucionalizado. Sobre esse aspecto, a polissemia se caracteriza por serem “diferentes movimentos de sentidos no mesmo objeto simbólico” (ORLANDI, verbete). Interessante podermos pensar tanto na polissemia do espaço (justamente por trabalharmos diferentes denominações, as quais trazem diferentes sentidos para o espaço e os

⁴ A Enciclopédia Discursiva da Cidade (ENDICI), produzida por LABEURB - UNICAMP, encontra-se disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbetes/prisma>. Esta enciclopédia nos ajuda a pensar discursivamente sobre os verbetes que se relacionam ao espaço urbano. Em conformidade com Wanderley (2003, p. 140), “Endici é bastante diferente de glossários, dicionários e enciclopédias que foram pensados numa base lógica, ou organizados alfabeticamente. Endici é dedicada a uma relação específica com a linguagem, proposta pela Análise do Discurso produzida no Brasil. E é importante salientar que é exatamente por isso que a Endici não lida com um fundo comum de palavras e conceitos, ela lida com um fundo comum de textos”.

sujeitos), como na polissemia das palavras que denominam esse espaço, no caso, a palavra comunidade.

Nunes (verbete-ENDICI) faz um recorte de seis dicionários e percebe que o verbete comunidade “é daqueles que a cada século ganha novas acepções”. Ele mostra que, no século XVIII o sentido de comunidade era mais religioso, porque falava de pessoas em atividades cotidianas nos conventos. Depois, juntaram-se a esse sentido, os “jurídicos, políticos, naturais, históricos, até que mais recentemente temos outros sentidos acrescentados: sociológicos, ecológicos e linguísticos”. O pesquisador observa que, já no século XX, comunidade se torna mais social, uma vez que aparecem “comunidades formadas por relações linguísticas (comunidade de fala, comunidade linguística)” (*idem, ibidem*). Os sentidos deslocam-se para “significar o lugar habitado por um grupo social; é este sentido que observamos na presença da palavra comunidade no vocabulário atual com o qual se nomeiam espaços da cidade” (GUIMARÃES, verbete).

O verbete mostra “a conexão entre um sentido de comunidade como relacionado ao sentido de favela”. Por esse ângulo, no *corpus* que trazemos para análise, dizer “comunidade Caramujo” também é um dos modos de se dizer que são construídos “exatamente pelo eufemismo que a palavra comunidade traz ao entrar em concorrência com a palavra favela”, segundo o verbete formulado por Guimarães, que diz ainda: “o sentido de relação social que a palavra significa se esvazia ao passar a funcionar como um modo de dizer que evita a palavra favela (...) e a palavra que se apresenta para contornar o sentido negativo de favela acaba por recolocá-lo em circulação” (GUIMARÃES, verbete).

O autor acentua: “o que favela vai referir e significar nesta história se articula ao sentido de periferia”. No fio do discurso, Guimarães mostra que “periferia é também o subúrbio, pois fica longe do centro, ou dos bairros mais ricos”. E, nesse sentido, periferia significa “não o que está fora do centro, mas o que é posto à margem, não participa efetivamente da cidade”. Além do mais, “periferia significa os espaços da cidade deixados fora das ações próprias das obrigações do Estado para com a sociedade. Nesta medida o sentido de periferia passa a ser ligado ao sentido de marginalidade, de marginal” (GUIMARÃES, verbete).

Alguns objetos simbólicos são construídos por um campo paradoxal de deslocamentos em que ocorre a luta de classes. Nesses campos há uma série de choques que tratam da reprodução/transformação das relações de classe. Esses choques, por sua vez, questionam a definição e a fronteira do discurso político, na medida em que ele se adapta, se transforma e se reorganiza (PÊCHEUX, [1983] 2015). É, pois, através da linguagem, pelo funcionamento da língua na história e pelas evidências produzidas no discurso que se pode apreender a natureza paradoxal de alguns objetos (ZOPPI-FONTANA, 2005).

Logo, comunidade se coloca como um objeto paradoxal, na medida em que funciona contraditoriamente tanto por uma visão comum, consensual, como por local de moradias; além de funcionar como lugar em que pessoas moram, também se coloca como um conjunto de pessoas comungando dos mesmos interesses e convivendo em sociedade, dividindo afinidades, já que estão em conformidade. Assim, ainda que os sujeitos não sejam iguais, assemelham-se ao compartilharem das mesmas carências, na mesma marginalização. Regiões denominadas por comunidade, ou aquelas que viram uma comunidade, como em nosso *corpus*, funcionam por uma relação de sinonímia com favela.

O sujeito e o espaço simbólico

Espaço e sujeito formam um só, o corpo do sujeito e o corpo da cidade estão atados, não se separando um do outro (ORLANDI, 2004). Portanto, falar de espaço pressupõe falar dos sujeitos que nele habitam. A expressão “sujeito-morador” refere-se ao “sujeito individualizado pela sua condição de morador de um espaço no espaço da cidade” (MARTINS, 2012, p. 29). Dizer “morador” –e não habitante/cidadão –tem uma relação específica com morar e moradia, isso quer dizer que “ser morador é morar em algum lugar e ter uma relação de permanência em um espaço específico” (GUIMARÃES, verbete). Nem todos os moradores estão incluídos na proposta do Estado, mas estão em algum lugar e possuem relação com esse lugar, ainda que seja um lugar de exclusão e marginalização em relação a moradores incluídos na proposta do Estado.

Apesar disso, todos esses sujeitos estão inseridos na sociedade, já que contam como habitantes⁵, embora se organizem de maneiras diferentes, ou desiguais, sendo regulados pelo Estado e significados por e nessa segmentação. O sujeito, ao se filiar a uma rede de sentidos, não o faz de maneira consciente, nem tampouco, aprende como se faz. O sujeito, no que lhe diz respeito, fica à mercê da ideologia e do inconsciente, da história e do acaso, do jogo da língua e do equívoco que constitui essa filiação (ORLANDI, 1999). O sujeito cidadão se constitui, portanto, como forma sujeito histórica capitalista, que é sustentado pelo jurídico. Logo, esse é “um sujeito de direito e de deveres, um sujeito ao mesmo tempo livre, dono de sua vontade, e responsável” (ORLANDI, 2001, p. 3).

É, pois, “a ideologia que, através do ‘hábito’ e do ‘uso’, designa, ao mesmo tempo, o *que é* e o *que deve ser*” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 146, *itálicos do autor*) aos sujeitos. Afinal de contas, é a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um bairro, uma comunidade, uma favela. As palavras recebem seu sentido da formação discursiva em que são produzidas, “as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”, conforme adverte Pêcheux ([1975] 2009, p. 146). Por meio desse funcionamento, o sujeito está sempre significando e interpretando a realidade vista como resultado de significações.

Mariani (1998, p. 27) afirma que “o que chamamos de realidade é resultado da construção/rememorialização cotidiana de concepções de mundo que não se inauguram nos sujeitos, mas que se concretizam em suas práticas sem que haja percepção crítica desse processo”. De todo modo, o que se atribui ao espaço, é atribuído também ao morador deste espaço, afinal, há uma simbiose entre ambos (ORLANDI, 2004). Observa-se, desse modo, que o ato de d(en)ominar não é um gesto aleatório, mas sim interpretação desse, afinal, “o sujeito denomina e é denominado em um espaço material político-simbólico” (COSTA, 2012, p. 134).

⁵Habitantes relacionam-se a uma categoria contável, assemelham-se a cidadãos. Importante destacar que nem todos os habitantes são contabilizados, ainda há aqueles que não possuem documentos de identificação que permitam tal contagem, além da não regularidade na atualização dos censos.

As denominações “tornam visíveis as disputas, as imposições, os silenciamentos etc. existentes entre a formação discursiva dominante e as demais; elas materializam esse cruzamento de discursos no qual atuam os domínios da memória, da atualidade e da antecipação” (MARIANI, 1998, p. 118). No geral, a denominação se apresenta como único sentido possível, transparente e objetivo, porque se instala em uma determinada formação discursiva, produzindo sentidos. Todavia, não há uma só forma de denominar, há relações entre uma dada denominação e outras já esquecidas, ou seja, apagadas no dizer em prol da manutenção de uma certa direção dos sentidos. Denominar representa, portanto, um dizer ideologicamente marcado e um modo de construir discursivamente os referentes de lugares afetando os sujeitos.

D(en)ominação em movimento: um gesto de análise

A partir deste momento, podemos observar como as denominações estão submetidas a determinações histórico-ideológicas que refletem o embate de forças sociais. Para isso, apresentaremos cinco sequências discursivas retiradas da reportagem que circulou no jornal *O fluminense*, na região de Niterói, que mostra a substituição do nome do local por denominações. Mais à frente, faremos um recorte das preposições que precedem as denominações:

SD1-“Caramujo: *bairro* vira *comunidade*”

SD2-“Na placa, onde antes se lia “Caramujo Pendotiba”, agora se vê “Comunidade do Caramujo”

SD3-“Desde agosto deste ano, quando a atriz Fabiana Karla teve o carro atacado por bandidos, ao ser indicada pelo Waze a entrar numa rua do *bairro*, que dá acesso ao *morro* Novo Mundo, no Caramujo, teve início a polêmica envolvendo a violência no *bairro*. De lá pra cá, outros crimes ocorridos na região serviram para aumentar ainda mais a repercussão do Caramujo como um local perigoso”.

SD4- “Mais uma vez as pessoas de bem estão sendo discriminadas. Além de tomarem uma atitude completamente impensável, rotularam quem mora no *bairro* como marginal. Vinte mil pessoas não podem pagar a conta que deveria ser cobrada a quem é de direito. O primeiro passo é saber quem colocou a placa e, em seguida, cobrar a retirada urgente. As pessoas conquistaram o *direito do Caramujo ser chamado de bairro* e

estão retirando este direito’, disse o presidente do Conselho de Segurança”.

SD5- “Além de reduzir o status do *bairro*, a medida ainda deixa de indicá-lo como rota de acesso, pois sugere que o local é perigoso e deve ser evitado”.

Diante dessas sequências discursivas, pensamos não só a transferência, mas também a repetição das palavras *bairro* e *comunidade*. A repetição dessas palavras caracteriza-se por uma repetição histórica, que consiste em repetir produzindo deslizamentos, isto é, efeitos de deriva. Considera-se o vocábulo *bairro* que significa em sua relação com comunidade, assim, há “palavras diferentes com mesmo sentido em relação a diferentes locutores” (ORLANDI, 1998, p. 15). Discursivamente, *bairro* se caracteriza por um processo de paráfrase, a reiteração do mesmo, uma vez que os efeitos de sentidos para *bairro* significam em relação à organização do espaço pelo Estado. Temos a reiteração do mesmo discurso dominante que silencia o real da cidade, a partir de uma sobreposição do urbano sobre ela.

Na SD1, lê-se: “Caramujo: bairro vira comunidade”. A fim de compreender esse vir-a-ser do Caramujo, destacamos a pontuação que segue o nome do bairro, os dois-pontos (:). Afinal, “não é a frase, nem mesmo o texto que conta e que rege as dimensões – a extensão: aí compreendidos como o tamanho, o comprimento como a amplitude – do dizer em relação à memória” (ORLANDI, 2012, p. 110). Essas considerações são feitas, porque “um mecanismo como o da pontuação pode nos dar muitos elementos para a compreensão do político e da ideologia” (*idem, ibidem*). A pontuação denuncia o movimento contínuo entre a paráfrase e a polissemia, além de marcar o ritmo entre o dizer e o não-dizer.

Os dois-pontos se encaixam no modo para além da frase, em que “trabalham os limites impossíveis em relação a um fora inacessível, inapreensível, inatingível” (ORLANDI, 2012, p. 111). Além do mais, oferece materialidade que liga o real ao imaginário, porque “a pontuação serve assim para marcar divisões, serve para separar sentidos, para separar formações discursivas, para distribuir diferentes posições dos sujeitos na superfície textual; elas indicam modos de subjetivação” (ORLANDI, 2012, p. 116). A pontuação dois-pontos (:) aparece como um alerta, destacando o que vem depois, que pode ser

uma explicação, um aposto, uma ordem etc. De todo modo, após os dois-pontos espera-se alguma informação, que para nós, constitui efeitos de sentidos. Essa informação ganha destaque na estrutura da frase, como nas paráfrases a seguir:

- I) Caramujo: bairro vira comunidade.
- II) Caramujo: comunidade vira bairro.

Sintaticamente, ambas as formas são possíveis, mas o destaque da manchete marca a transformação de um bairro em comunidade, e não a transformação de uma comunidade em bairro. Além disso, evidencia que nem todos os espaços são considerados bairros, ainda que haja repetição por substituição e sinonímia, o que produz deslocamentos de sentidos para essas denominações. Em que instância se dá a transformação: Infraestrutura? Sociabilidade? Elevação ou depreciação de *status quo*? Percebemos na SD3 que o Caramujo é significado pelo discurso da violência atrelada ao tráfico de drogas, a ameaças de traficantes/criminosos/bandidos. Nesse caso, podemos afirmar que o bairro vira comunidade por conta da violência atrelada ao tráfico armado de entorpecentes.

As notícias envolvendo a violência naquela região se intensificaram depois de uma atriz de televisão ter seu carro alvejado por bandidos. A repercussão desse e de outros crimes colaboraram para a sedimentação da imagem do Caramujo como um local perigoso. A mudança de placa, como observamos na SD2, tem como marca a denominação comunidade, porque na placa anterior lia-se o nome do local e sua possibilidade de ligação a outro bairro: “Caramujo – Pendotiba”.



Modificação das placas (antes) – imagem de *O fluminense*. Modificação das placas (depois) – imagem de *O fluminense*.

Como se marca na materialidade linguística da SD2, é a presença da palavra comunidade que indica o perigo a fim de que os motoristas evitem esse local, e não o acessem para chegar a outro bairro. A região passa, assim, a significar pela violência marcada na própria denominação presente em “Comunidade Caramujo”. A transformação dessa localidade se deu de maneira simbólica e não de forma estrutural, porque não foram carências estruturais como saneamento, asfalto, investimentos urbanísticos etc. que proporcionaram o vir-a-ser daquele espaço, mas sim crimes relacionados à dominação de traficantes, os quais ganharam ampla repercussão na mídia.

Observa-se que não há melhorias de infraestrutura no local e, nem mesmo uma política de segurança pública que abarque tanto as pessoas que moram, como aquelas que circulam de carro ou transitam nas proximidades desse local. O que se observa é um retorno à memória do dizer em que alguns espaços são interditados para que sejam evitados por “cidadãos de bem”; ao invés de serem acessados, são evitados também pelo Estado. Desse modo, os efeitos de sentidos para comunidade demonstram a falta e o excesso concomitantemente, pois a violência “é um excesso em relação à falta e não ao completo” (ORLANDI, 2012, p. 114).

Desse modo, comunidade se apresenta como um *status* redutor em relação a bairro, uma vez que os sentidos não são de lateralidade, mas de interdição por conta da periculosidade. Os sentidos para comunidade retomam, no interdiscurso, sentidos para favela, inclusive os sentidos de criminalização. Dessa forma, é possível atrelar comunidade aos sentidos de segregação, por um movimento de paráfrase, representando o retorno aos mesmos espaços do dizer, que estabiliza os sentidos de crime e violência. Como o vocábulo favela não faz parte do discurso dominante em relação a lugares legalizados, evita-se dizer buscando substituições.

Por outro lado, “o nome comunidade surge significando a possibilidade de o sujeito-morador da favela tornar-se sujeito-político-autônomo” (COSTA, 2011, p. 141). Isso quer dizer que do mesmo modo que há uma depreciação em relação ao local, quando muda de bairro para comunidade, há uma ascensão em relação ao sujeito-morador, porque comunidade também se inscreve em uma formação discursiva dominante, silenciando favela e produzindo novos efeitos de sentidos. Enquanto isso, a SD4 acentua que a troca de placas alertando o perigo

na/da comunidade discrimina os moradores, uma vez que comunidade rotula este morador como marginal. Afinal, indica perigo em relação ao lugar e, conseqüentemente, às pessoas que vivem nele.

Já a denominação bairro marca ascensão de *status* social, de conquista: “as pessoas conquistaram o direito de o Caramujo ser chamado de bairro e estão retirando este direito” (SD4). Nesse caso, há uma perda de espaço na sociedade, funcionando como violência simbólica de segregação. A partir do momento em que o discurso jornalístico faz da violência um acontecimento jornalístico frequente, ela deixa de ser um problema exclusivo deste espaço “e torna-se uma ameaça para os ‘alheios’ amedrontados pelos ‘noticiários’” (LOPES, 2017, p. 50). Pensa-se, então, a cidade em sua relação com o lugar comum, que se coloca como ambíguo: de todos e/ou banal (ORLANDI, 2012). Esses sentidos sobre crimes são sedimentados para algumas áreas e, como marcado na SD5, reduzem o *status* daquilo que também pode ser bairro. Dessa forma, o espaço passa a ser evitado pelos que estão de fora, o perigo sugere afastamento e cria estereótipos, significando a região pela constante recorrência a crimes.

Essa redução do *status quo* de um bairro é materializada na denominação comunidade, que traz sentidos de criminalidade. Isso acontece, porque “existe uma temporalidade da significação que implica uma relação (um batimento) entre dizer e o não-dizer” (ORLANDI, 2012, p. 128). Nesse ritmo, “há palavras cheias de sentidos a não se dizer” (ORLANDI, 2012, p. 129). Comunidade vem a ser uma dessas palavras cheias de sentidos não-ditos, cheias de silêncios, que silencia o abandono do Estado pela falta de segurança pública, de falta de infraestrutura, cultura, acesso, e “parece, também, dar visibilidade a uma população irreconhecida pelo Estado, estranha à cidade e que está à margem da sociedade reconhecida pelo Estado, ou seja, reafirma que ela está em outro lugar. Parece afirmar a segregação” (COSTA, 2011, p. 141).

Ressalta-se que repetição não significa a produção do mesmo, mas podem ser apontados como lugar de resistência. Esses objetos são compostos de uma “natureza paradoxal dessas realidades complexas e da singularidade das lutas que a atravessam” (ZOPPI-FONTANA, 2005, p. 56). Os objetos paradoxais são o foco das disputas entre formações ideológicas antagônicas, como observamos na palavra comunidade, por exemplo. Essa palavra se coloca como um

objeto paradoxal, na medida em que funciona contraditoriamente tanto por sociedade, lateralidade, paridade, interesses comuns, como também funciona por local de moradia, em que habitam diferentes pessoas, com diferentes desejos e necessidades.

O vocábulo remete a sentidos de um conjunto de pessoas que comungam dos mesmos interesses, que convivem em sociedade com condições afins. Esse funcionamento, por meio do não-dito, mostra uma contradição entre igualdade e desigualdade; da mesma forma que é igual, é também desigual. Além do mais, comunidade se coloca como um objeto paradoxal, porque funciona contraditoriamente tanto por uma comum unidade, como por local de moradia violento e perigoso, logo, sem acesso. Esse local é, portanto, colocado à margem da sociedade, e, por consequência, excluído. Os sujeitos que vivem em regiões como essa são também excluídos socialmente, porque são sempre já marginalizados. Sua luta é pela inclusão de oportunidades, de necessidades básicas atendidas, sua meta é provar não ser um marginal, circular incluído socialmente; diferentemente de bandidos, que não são chamados de marginais, pois já são incluídos na sociedade. A contradição, nesse caso, se dá por inclusão e exclusão.

O jogo de denominações em análise apresenta noções de localidade, isto é, de estar em algum lugar, e noções de pertencimento. Isso demonstra que estar em um lugar não significa necessariamente pertencer a esse lugar. Em conformidade com Lefebvre (2001), a noção de *habitat* está relacionada à moradia, à casa, portanto, à localidade. Já a noção de *habitar* relaciona-se à participação de uma vida social, ao modo de viver de uma determinada comunidade, ou seja, ao pertencimento de uma população a um local. Essas noções podem ser observadas pelas preposições que antecedem a denominação ou o próprio nome do lugar: a) rotularam quem mora no bairro; b) imagem negativa do bairro; c) traficantes do Caramujo.

A letra a apresenta a preposição *em* antecedendo a denominação bairro. Essa preposição indica localidade, enquanto o artigo definido o indica que é um local específico, logo, esse local é denominado *bairro*. Já as preposições que antecedem a denominação bairro e a nomeação Caramujo, nos recortes b e c, indicam pertencimento de um local específico. Nesses recortes, os substantivos imagem – negativa– e traficantes pertencem ao bairro. Se em a, quem mora, mora em algum

lugar específico, em b e c mostra que esse dado lugar possui traficantes e, por conseguinte, imagem negativa.

Nesse sentido, “o objeto nomeado é resignificado pela sua nomeação e aquele que nomeia exerce sobre ele um ato de poder (...) quem nomeia governa aquele ato de atribuir significado, exerce um poder ao decidir o nome a ser dado, pré-determina e direciona os sentidos a respeito do objeto nomeado” (LOPES, 2017, p. 34). O objeto espaço pode ser denominado por um nome próprio ou por um nome que o generaliza e especifica, ao mesmo tempo, “a partir do momento em que um nome é atribuído, assimilado e convencionalizado, a nomeação causa efeitos de sentidos quando este nome é evocado, ela traz uma memória discursiva” (*idem, ibidem*). O processo de (de)nominar aciona regiões outras do interdiscurso que se recobrem, significando e resignificando.

Simultaneamente, palavras substituem outras ou, são processadas lado a lado, sempre retomando e resignificando a palavra que passa a ser vista como inadequada ou preconceituosa para nomear em um determinado momento da história. Em decorrência disso, produz-se “uma semântica da palavra que distingue as palavras adequadas e não adequadas para nomear” (NUNES, 2010, p. 3). Nessa perspectiva, Orlandi (2011) se questiona sobre o porquê de chamar o bairro, a favela, a periferia, de um modo geral, de comunidade e não de sociedade. Quais seriam, então, os sentidos que funcionam nas denominações para o espaço urbano e que configuram a relação entre o espaço e os sujeitos?

O esforço de substituir os nomes por sinonímia a fim de homogeneizar o espaço acaba por silenciar sentidos outros, como por exemplo, os sentidos de heterogeneidade, isto é, os espaços não são os mesmos e, também, não são atendidos do mesmo modo. Em conformidade com Castello Branco (2007, p. 105), “a busca pela ilusão da homogeneidade (...) é um modo de se vincular a processos de exclusão, pois o que for diferente do previsto é avaliado negativamente, silenciando a heterogeneidade que caracteriza a vida, fortalecendo assim a hierarquia que está posta”.

Considerações finais

Durante nosso percurso de análise, pudemos perceber que “o que funciona no jogo entre o mesmo e o diferente é o imaginário na

constituição dos sentidos, é a historicidade na formação da memória” (ORLANDI, 1998, p. 15). Além disso, os efeitos do social são silenciados pelo discurso da criminalidade, colaborando para a marginalização do espaço e, por simbiose, dos sujeitos. Aqueles que estão dentro das periferias, “em relações sociais pautadas pela violência” (ORLANDI, 2004, p. 112), encontram-se fora de alguns padrões sociais. Tudo isso tem a ver com a separação do espaço físico e do espaço social que ecoa na história e constrói sentidos para a organização dos sujeitos na luta pela sua inscrição no espaço.

Outro ponto importante diz respeito à circulação de dizeres que contribuem para a estabilização dos discursos em um imaginário de sentindo único, em um processo contínuo de produção/reprodução dos sentidos para o espaço urbano. Ao mesmo tempo, há um silenciamento dos sentidos sobre o diferente, ou seja, os sentidos que ficam estagnados são os sentidos negativos, os quais contribuem para a construção de um imaginário sobre determinados espaços. Em nossas análises, não houve transformação de favela em bairro, nem transformação de bairro em favela; houve transformação de bairro em comunidade, o que faz da palavra comunidade uma denominação polissêmica, que significa: bairro, favela, lugares que não são nem favelas e nem bairros, que estão na fronteira dos sentidos entre favela e bairro, que podem estar na periferia, no centro ou na zona sul.

Além disso, significa ameaça, perigo, discriminação, preconceito, segregação, medo, violência, tráfico de drogas armado, confronto, sofrimento, marginalização, constrangimento, entre outros sentidos. A polissemia da denominação comunidade se estende aos sujeitos, cidadãos comuns, que interagem no mesmo espaço físico e social, formando um grupo com interesses de significação em afinidades. Vimos que a denominação favela passa a ser substituída por outros nomes, como comunidade, que se apresenta por sinonímia a ela. Em uma pesquisa sobre a Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, também ocorre uma atualização em relação à nomeação para aquela favela pacificada: “ao invés de favela, palavra sempre muito usada para falar sobre Cidade de Deus, temos o uso de comunidade, que evoca outros efeitos à medida que busca distanciar-se dos sentidos estabilizados em torno de favela” (LOPES, 2017, p. 127).

Com isso, “passa a dar relevo às relações dos moradores, como se isto resolvesse o problema do sentido negativo absorvido pela

palavra favela” (GUIMARÃES, verbete). No entanto, favela não se esconde, ela está aí significando visivelmente, ela está à mostra no âmbito geográfico. O silenciamento é um mecanismo de redução que incompreensivelmente impulsiona para a resistência. O silêncio “é a respiração da significação para que o sentido faça sentido” (ORLANDI, 2012, p. 128). A denominação favela, em nosso material de análise, é rejeitada pelo discurso da mídia e pelo discurso do governo, porém, não é isso que caracteriza o silêncio, porque o silêncio não significa falta de palavras, até mesmo porque “há palavras cheias de sentidos a não se dizer, logo cheias de silêncio” (ORLANDI, 2012, p. 129). É possível que favela seja uma dessas palavras cheias de silêncio, silencia-se a pobreza, a desigualdade, a falta, a necessidade. Ao evitar a palavra favela, compõem os sentidos de um mundo semanticamente não estabilizado, que vai contra o planejamento de urbanização vigente para o espaço urbano.

Referências

CASTELLO BRANCO, Luíza Kátia Andrade. **Historicidade e sentidos: a palavra crioulo nos discursos sobre a língua de Cabo Verde.** Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem). 2007. 188f. UFF, Niterói, 2007.

COSTA, Greciely Cristina. **Discursos sobre a milícia: nomes, vozes e imagens em movimento na produção de sentidos.** 2011. 182p. Tese (Doutorado em Linguística), Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, Campinas, 2011.

DELA-SILVA, S. **(Des)Construindo o acontecimento jornalístico: por uma análise discursiva dos dizeres sobre o sujeito na mídia.** In: FLORES, G.B.; NECKEL, N.R.M.; GALLO, S.M.L. (Orgs.). *Análise de discurso em rede: cultura e mídia.* Campinas-SP: Pontes Editores, 2015. p. 231-232.

GARCIA, Dantielli Assumpção. Verbetes: favelização. ENDICI: <http://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbetes/view&id=30>

GUIMARÃES, Eduardo. Verbetes: bairro. ENDICI: <http://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbetes/view&id=93>

GUIMARÃES, Eduardo. Verbetes: comunidade. ENDICI: <http://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbetes/view&id=98>

- GUIMARÃES, Eduardo. Verbete: favela. ENDICI: <http://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbete/view&id=94>
- GUIMARÃES, Eduardo. Verbete: morador. ENDICI: <http://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbete/view&id=99>
- GUIMARÃES, Eduardo. Verbete: marginal. ENDICI: <http://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbete/view&id=106>
marginal
- GUIMARÃES, Eduardo. Verbete: marginalidade. ENDICI: <http://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbete/view&id=107>
- JUSTINO, Anderson. Caramujo: bairro vira comunidade. *O Fluminense*, 31 mai. 2015. Disponível em: <<http://www.ofluminense.com.br/pt-br/cidades/caramujo-bairro-vira-comunidade>>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. Editor Centauro. São Paulo, 2001. 141p.
- LOPES, Viviane Aparecida. **O discurso literário em circulação: uma análise a partir de Cidade de Deus, de Paulo Lins**. 2017. 211f. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural), UNICAMP, 2017.
- MARIANI, Bethania. **O PCB e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989**. Campinas: Editora da UNICAMP/ Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- MARTINS, Maria Teresa. **Discurso e cidade: uma análise discursiva do bairro**. 2012. 107f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, UNESP, São José do Rio Preto, 2012.
- NUNES, José Horta. **Escrita e subjetivação na cidade**. In: MARIANI, B. (Org.). *A escrita e os escritos: Reflexões em análise do discurso e em psicanálise*. São Carlos: Claraluz, 2006.
- NUNES, José Horta. **Palavras da cidade, sujeitos em discursividades contemporâneas**. 2010. Disponível em: <<http://dlim.fflch.usp.br/sites/dlim.fflch.usp.br/files/JOSE%20HORTA.pdf>>. Acesso em 05 jun. 2019.
- ORLANDI, Eni. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. 4ª edição. Campinas: Pontes Editores, 2012.
- ORLANDI, Eni. **Discurso e Leitura**. 8ª edição. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. **Análise de discurso: Princípios e procedimentos**. 12ª edição. Campinas: Pontes Editores, 1999.
- _____. **Cidade dos Sentidos**. Campinas: Pontes Editores, 2004

_____. (Org.) **Cidade atravessada** – os sentidos públicos no espaço urbano, Campinas: Pontes Editores, 2001.

_____. **Paráfrase e polissemia, a fluidez nos limites do simbólico.** *Revista Rua*, nº 4. UNICAMP. Campinas – SP, março, 1998.

PÊCHEUX, Michel. (1969). *Análise Automática do Discurso (AAD-69)*. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 5ª edição. Campinas – SP, Editora da Unicamp. 2014, p. 59 – 157.

_____. (1975). **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução por Eni Orlandi. 4ª edição, Campinas – SP. Editora da Unicamp, 2009.

_____. (1983). **Ideologia – Aprisionamento ou campo paradoxal?** In: **Análise de discurso: Michel Pêcheux**. Textos escolhidos por Eni Orlandi. 4ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

SANTOS, Diane Mageste. **Sujeito e espaço: o funcionamento das denominações sobre o espaço urbano no discurso jornalístico**. 2018. 127f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem), UFF, 2018.

ZOPPI-FONTANA, Monica Graciela. **Objetos Paradoxais e Ideologia**. *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, v.1 n. 1, p. 41-59, junho 2005.

EMERGÊNCIAS E (DES)TERRITORIALIZAÇÕES EM DISCURSO: A VENEZUELA À FLOR DA PELE

Lucas Rodrigues Lopes¹

Para começo de conversa

Neste trabalho, analisando textos veiculados pela DW² em três plataformas midiáticas- Facebook, Twitter e YouTube - buscamos compreender a produção dos sentidos social e culturalmente inscritos na história do presente, no contexto da vida, da vinda e da estadia de venezuelanos em solo brasileiro, emergentes em e de sujeitos históricos, materializados na linguagem.

Percebemos que, no âmbito histórico pode ser mencionada uma regularidade que aponta para um acontecimento que se inscreve em um *continuum* temporal-espacial: frequentemente ocorre a chegada diária de imigrantes venezuelanos à fronteira do Brasil com a Venezuela tem feito com que a região seja palco de xenofobia e de tensões.

Respaldados pelos estudos da linguagem, a partir de autores como Gregolin (2001, p. 13), no arcabouço dos estudos foucaultianos, entendemos a noção de discurso como uma prática social, historicamente estabelecida, que institui os sujeitos e os objetos. Dessa maneira, pensamos a mídia como prática discursiva, atrelada à linguagem e ao processo histórico. Assim, para poder entender o seu funcionamento faz-se necessário analisar a circulação dos enunciados, as posições de sujeito aí caracterizados, as materialidades que dão corpo aos sentidos e as articulações que esses enunciados

¹ Doutor em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestre em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos, professor de língua-cultura Inglesa da Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo nas cidades de Mogi Mirim e de Itapira. E-mail: lucas.rodrigues.lopes@hotmail.com

² A DW representa a Alemanha como um Estado de Direito, liberal e democrático, inserido no contexto cultural europeu. É reconhecida internacionalmente por sua cobertura jornalística analítica e de alta credibilidade, destinada a promover o intercâmbio e a compreensão mútua entre os povos e culturas do mundo. Além disso, ajuda a divulgar o idioma alemão pelo mundo. <https://www.dw.com/pt-br/about-dw/reda%C3%A7%C3%A3o-dw-brasil/s-32444>

estabelecem com a história e a memória. A partir dessa perspectiva, adotaremos um viés discursivo-desconstrutivista, tomando o conceito de linguagem como o modo pelo qual os sujeitos podem se inscrever no mundo e nas diferentes discursividades nele presentes (ANDRADE, 2008).

Atentando-nos aos estudos de mobilidade urbana, propostos por Lopes (2018, p. 45), em que discute como o espaço urbano não se funda somente com base nas verticalidades ou horizontalidades, mas materializa-se pelo entrelaçamento de lugares, sujeitos cindidos e incompletos, produções de discursividades e subjetivações diversas. Esses descontornos do espaço possibilitam antever entre lugares, moradas e ausências que se tornam expressivas para uma análise discursiva daquilo que a cidade (não) é. Dessa forma, o espaço de uma cidade é organizado, em primeira instância, como uma totalidade de diferentes usos do território justapostos entre si. Percebemos essa disposição espacial quando contrapomos os grandes centros comerciais e corporativos de uma cidade aos bairros residenciais e às áreas de lazer. A partir desse retrato, considera-se que o espaço urbano é ora fraturado ora unido. Correa (2014, p. 7) considera que “[...] o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado: cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável”. Para esse pesquisador, os espaços de ocupação de uma cidade atestam para uma articulação das ruas de uma cidade em que emergem práticas de poder e de ideologia.

Com Guattari e Rolnik (1996, p. 323), compreendemos que “os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos”. Tendo isso em mente, Guattari e Rolnik (1996, p. 323) advertem-nos de que o território pode se relacionar com um espaço vivido ou um espaço no qual o sujeito se sente “em casa”. Para eles, o território confronta um conjunto de representações que se articulam a comportamentos e a instâncias sociais, históricas, culturais, estéticas e cognitivas.

Assim sendo, observamos que estabelecer um espaço como seu território conecta-se intrinsecamente às representações que determinado sujeito carrega consigo. Nessa direção, Guattari e Rolnik (1996, p. 323), refletindo a respeito dos espaços ocupados de forma inédita e emergente, reforçam que os seres humanos vivem processos de desterritorialização porque a divisão social do trabalho resulta em

territórios “originais” desfeitos. Nesta esfera, chamamos atenção para a forma com que os imigrantes estabelecem suas tessituras das relações sociais já que, cada vez mais, a tradição cede terreno para novas formas de produzir, pensar, sentir e viver o mundo.

Alinhavos teóricos possíveis

Situaremos autores como Foucault, Derrida e Lacan, cujos estudos auxiliam-nos a pensar os efeitos de sentido construídos na relação entre discurso, história e memória a fim de tornar emergentes as representações da chegada de imigrantes venezuelanos à fronteira do Brasil com a Venezuela, região que foi palco de xenofobia e de tensões. Desse modo, notamos que a emergência do sujeito e as representações de si e do mundo são atravessadas por discursos profusos, que insituem sua memória discursiva e suas identidades, já que tais processos são de natureza fluída, social e diversa. A noção de sujeito que norteia essa discussão parte da contestação acerca da existência de um sujeito centrado, dono de si e de seu dizer. Também, a partir de estudos da Geografia Urbana e da proposta de Cartografia, mobilizaremos o conceito de desterritorialização que se apoia no olhar de fora para dentro e de dentro para fora às coisas e às pessoas que nos circundam. Ianni (2007, p. 169) discute que não permanecemos no mesmo lugar, já que nosso olhar flutua para o próximo e para o remoto, considerando o presente e o pretérito, o real e o imaginário. Outrossim, corroboramos com a visão de que território é aquele espaço de estabilidade e organização, a ação de desterritorializar é aquela em que e da qual manifestam-se desordem e fragmentação a fim de buscar encontrar novos saberes, menos instituídos, adotando uma percepção diferenciada que está pronta para descobrir novos olhares além dos previstos.

A perspectiva filosófica presente aqui manifesta-se do espaço inquietante, no entanto, frutífero - entre teorias do discurso (baseadas principalmente em Michel Foucault), a desconstrução derridiana, que questiona aquilo que nos parece simples e irrefutável, pensando acerca das dicotomias quase sempre presentes na sociedade ocidental, e a psicanálise lacaniana, no que concerne ao sujeito - descentrado, cindido, sujeito do inconsciente, também denominado sujeito da falta ou do desejo. Segundo Coracini (2010) a

heterogeneidade filosófica aponta para a necessidade de operar a partir de lugares distintos em diálogo sem, com isso, minar as distinções entre as áreas.

As noções de sujeito e de linguagem não podem ser incompatíveis entre si e, por isso, o sujeito é aquele considerado, a partir da psicanálise, como sujeito cindido, descentrado, dividido pelo inconsciente. A linguagem é considerada a partir de sua opacidade visto que o sujeito, heterogêneo, tem o inconsciente falando através dele e, por isso, os efeitos de sentido lhe são imprevisíveis. É papel do analista do discurso, portanto, rastrear efeitos de sentido possíveis que apontam para o funcionamento do discurso, “[...] inscrito num dado momento histórico-social, num dado contexto situacional (ou situação de enunciação) – respectivamente, condições de produção amplas e restritas” (CORACINI, 2010, p. 95).

A respeito do conceito de identidade cabe acentuar que emerge em terrenos de práticas e de representações acerca de si e dos outros, levando em consideração que essas representações vêm dos outros, porque nos vemos através do outro, caracterizando assim a identidade a partir de uma ilusão de totalidade e de permanência. Desse modo, para Coracini (2010), o que é possível é flagrar pontos de identificação com o outro e, no caso de imigrantes venezuelanos, não é à toa que frequentemente eles percebem a si de modo depreciativo, a partir de gestos de anulação, uma vez que emergem, na região de fronteira, dizeres que os marginalizam e os excluem, rejeitando-os. Esse é o olhar do outro a partir do qual se percebem.

Foucault (1995) emerge, portanto, para que se possa elaborar considerações situadas no campo das relações de poder que permeiam as relações humanas a partir de uma concepção de poder que não se confunde com luta de classes ou com uma verticalidade fundante ou tomada a partir de relação de dominador e dominado. Neste contexto, o poder da ordem do discurso das classes hegemônicas atua sobre eles conforme assinalado por Coracini (2010; 2013).

Da filosofia derridiana advém o caráter desconstrutivista que permite problematizar a epistemologia ocidental para além de uma visão dicotomizadora que hierarquiza polos subjugando um elemento a outro em que um está associado à racionalidade e à logicidade e o outro se associa aos sentimentos e sensações, por exemplo. A partir

da noção de *différance* (DERRIDA, 1971; 2001) extrai-se a conceptualização de que a diferença não visa à incorporação ou bipartição hierarquizadora pressupõe a não-existência da totalidade, o que leva a uma busca incessante bem como a frustrações e desesperanças.

Para Coracini (2013), a subjetividade daquele que fala pode ser estudada na linguagem e pela linguagem “falar e escrever constituem gestos que apontam inevitavelmente para o sujeito” (CORACINI, 2013, p. 159). Desse modo, esta proposta de investigação e análise está calcada na heterogeneidade filosófica que considera as teorias do discurso (Foucault), a desconstrução (Derrida) e a Psicanálise (Lacan) a fim de tornar possível compreender as formas de (des)subjetivação dos sujeitos que falam a partir do discurso e dos efeitos de sentido produzidos que escapam ao falante para voltar-se para a gama de representações de si e dos outros no caso de imigrantes venezuelanos à fronteira do Brasil com a Venezuela, região que foi palco de xenofobia e de tensões, tendo preservadas as condições sócio-históricas nas quais estão inseridos.

Com Foucault (1996, p. 8), aprendemos que “[...] em toda sociedade, a produção de discursos é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída”. Isto posto, observamos, então, que existem modos pelos quais os discursos funcionam. Emprestando o pensamento de Foucault (1996, p. 8), lembramos que “[...] não se tem o direito de dizer tudo, não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, não se pode falar de qualquer coisa”. Com isso em mente, observamos que é inerente à sociedade a existência de mecanismos e estratégias discursivas que visem à separação e à rejeição.

Foucault (1996, p. 17) orienta-nos que “[...] a vontade de verdade, como outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas”. Ainda, nessa direção Foucault (1996) é categórico quando diz que o discurso não é exercido por todos sem distinção, há coerções e limitações que o restringem. Por isso, pode-se afirmar que existem práticas discursivas que instauram a produção e a conservação de alguns discursos; todavia fazem com que estes sejam acessíveis a um grupo fechado de pessoas: quem tem acesso a eles precisa estar inserido e seguir a ordem estabelecida. Olhar as

materialidades emergentes do/no discurso é como estar diante de uma rede complexa, tecida com vários nós que pinçam o agora, o passado e o porvir, fazendo com que estes se entrelacem e se cruzem numa relação de infinitas combinações. Todo discurso posto em funcionamento está embebido de um já-dito, e este já-dito não se materializa somente em frases, mas através do não-verbal também, por exemplo. Nessa direção, Foucault (2007, p. 28) afirma-nos que o já-dito atravessa os discursos, um jamais-dito sem corpo que não é senão “o vazio de seu próprio rastro”. À vista disso, pode-se dizer que toda formulação do discurso já está vinculado ao que lhe é prévio, ou seja, há retomadas e silenciamentos. Compreendemos, então, que o discurso é estrutura e acontecimento, que se abre para produção múltipla de sentidos e que está cercado pela historicidade dos ouvintes (CORACINI, 2010). Dessa forma, tudo o que o discurso formula, de alguma maneira, já está articulado no tecido da linguagem. Afirmaríamos que o olhar lançado aos fatos discursivos busca encontrar, além dos próprios enunciados, o lugar do sujeito falante, o que ele quis dizer ou ainda no jogo do inconsciente o que emerge involuntariamente do que disse ou da quase linha tênue de suas palavras manifestas.

Em vista disso, conceituamos discurso como um conjunto de enunciados que estabelecem relações entre si dentro de uma mesma formação discursiva. Neste contexto, Gregolin (2001, p. 52), pensando a respeito da relação entre a história e o linguístico na análise do discurso, toma discurso como prática, relacionando a língua com outras práticas emergentes no campo social. Retomando, aqui, então, o olhar sobre a formação discursiva que reúne um conjunto de acontecimentos enunciativos, articulando, assim, o sistema de dispersão e repartição dos enunciados.

Seguindo, Foucault (2007) há um domínio de memória no campo enunciativo, em que enunciados estabelecem relações de transformação, filiação e descontinuidade histórica. Portanto, selecionam-se os caminhos pelos quais seguiremos e neles emergem brechas nas quais a figura do analista do discurso entrará. Pensando a respeito da tarefa empreendida pelo analista do discurso, é dito que necessário buscar “detectar a incidência das interrupções, cuja posição e natureza são, aliás, bastante diversas” (FOUCAULT, 2007, p. 4).

Atentamos para o jogo que se estabelece entre as regularidades discursivas e o modo como engendram a análise do saber e da verdade. Nessa direção é Foucault quem apresenta uma nuance importante à nossa discussão na qual associa documentos a monumentos a fim de organizar, selecionar, interpretar os agrupamentos de informações possíveis acerca de determinada época ou sociedade. Conseqüentemente, o caminho a ser percorrido pelo analista deverá observar as particularidades do discurso no entrecruzamento, entrelaçamento, bem como nos antagonismos e contradições.

Continuando o percurso traçado iremos nos deter, a seguir, na noção de representação, já que será necessária aos caminhos analíticos a ser empreendidos por nós. Representações são crenças, ideias e valores que possibilitam aos seres humanos (re)memorar determinados acontecimentos, pessoas ou objetos. Estas representações emergem na/da interação, uma vez que um sujeito inserido num dado grupo compartilha de suas experiências. Ao analista do discurso cabe tornar familiar o que não era familiar para promover um encontro com leituras que alarguem nossa percepção e interpretação do mundo à nossa volta visando, assim, contrapor naturalizações do pensamento.

Ainda, a esse respeito, pensamos que as representações que construímos de nós mesmos e dos outros que nos circundam são efeitos de uma tentativa de tornar habitual um traço que nos causa estranheza. Entretanto, aos estudos discursivos que desenvolvemos, a definição de representação baseada numa perspectiva discursivo-desconstrutivista, é de maior valia, justificando assim um olhar filosófico escolhido. Já pensando sob a perspectiva discursivo-desconstrutivista, Coracini (2015, p. 137) discute que existem imposições de modos de pensar, ver e agir no mundo. É assim que é possível afirmar que formações discursivas admitem dizeres e regulam outros através de práticas discursivas que partem de lugares pré-determinados ignorando a transformação e movências dos discursos.

Dessa maneira, é bom lembrar que o sujeito se inscreve em formações discursivas, isto é, constitui-se e é constituído por diferentes discursos, fato que faz emergir uma ilusória heterogeneidade nos discursos, predicativo muitas vezes esquecido por muitos ao desaparecerem que o que é o fundante no discurso são

suas regularidades. Sobre essa faceta, Coracini (2015, p.139) comenta que as regularidades camuflam a heterogeneidade do discurso orientando comportamentos, linguagens e é justamente por isso que se reproduz o conhecido e cerceia-se o inviável, em movimentos marcados pela historicidade que autoriza e interdita discursos e práticas.

Assim, os seres humanos, adaptam-se bem aos discursos, inseridos numa dada formação discursiva, não de modo consciente, constroem e têm construídas imagens de si e dos grupos aos quais pertencem. Dessa maneira, a noção de representação clássica concebia o homem como se este espelhasse o mundo, refletindo dessa maneira fenômenos naturais e trazendo para junto de si os reinos animal, mineral e vegetal. Eram modalidades discursivas que buscavam similitudes entre a natureza, o macrocosmo e o microcosmo individual e, com o passar do tempo, o mundo que se erigia a partir do princípio da semelhança se ruiu, o que impera é, então, o da representação (CORACINI, 2015).

Sendo assim as diferentes filiações aos quais os seres estabelecem e são estabelecidos, inseridos em diferentes práticas discursivas, fundam para si categorias de classificações relativas e fixação de critérios diante das muitas fronteiras às quais estes se submetem. Nessa direção, o filósofo francês é concludente, ao dizer que a linguagem nomeia e recorta as coisas tornando-as visíveis: “Lá onde há discurso, as representações se expõem e se justapõem; as coisas se reúnem e se articulam” (FOUCAULT, 2007, p. 427).

Consequentemente, toda representação se funda na decantação de experiências pessoais e daquelas que tivemos com outros, oriundas daqueles que nos cercam, que fazem nos acreditar nessa ou naquela visão de mundo, além do contato com aqueles que imprimem em nós quem somos. Desse modo, o discurso, a partir dos pressupostos foucaultianos, que se apresenta como algo exterior aos sujeitos, situado no terreno das práticas e representações, torna-se ferramenta essencial para vislumbrar a produção de subjetividades na contemporaneidade, as estratégias de poder que visam à subordinação social.

Sobre o sujeito, podemos reiterar que da psicanálise herdamos uma concepção de sujeito como ser incompleto, cindido, atravessado pelo inconsciente. Sob este viés, tratar da noção de sujeito já é,

inicialmente, traçar seu caminho dentro da cultura. Birman (2007, p. 9) argumenta que “[...] a cultura é o outro do sujeito, sem a qual é impossível pensar nas condições de possibilidade para a constituição do sujeito”. Dessa maneira, alertamos que a cultura tomada como pano de fundo pela psicanálise é aquela de tradição histórica ocidental, já que há um legado cultural no que diz respeito às normas sociais, valores éticos, tradições, crenças, sistemas políticos, artefatos e tecnologias. Assim, o sujeito do inconsciente é assinalado, sobretudo, pelo conflito, que, impossível de não ser enfrentado, é inerente à constituição de sua subjetividade. Neste contexto, devem ser considerados também o retorno sobre o próprio corpo e a sublimação. Assim, o sujeito do inconsciente se constitui, no psiquismo, como uma abertura às vicissitudes das pulsões no campo do outro.

Portanto, ainda que, dentro de um fio descontínuo, o inconsciente se manifesta de maneira ocasional, mas de maneira ininterrupta no terreno de vãos da consciência. Nessa direção, torna-se importante que abordemos que o deslocamento do psiquismo da consciência para o inconsciente não implicou o descentramento completo do sujeito. Birman (2007, p. 30) toca nessa questão quando diz que “[...] o que se impõe no discurso freudiano são as múltiplas formas de relação do sujeito com a alteridade e os impasses na constituição da alteridade, que se apresentam como novidades no campo psicanalítico”; entendemos, desse modo, que corpo e sujeito se fundam a partir do outro.

Desse modo, tendo em mente esse outro olhar para a noção de descentramento do sujeito, o eu se instituiria a partir do outro, não estando mais na origem, já que seria forjado por derivação, marcado para sempre pelas incidências do outro. Essa incidência seria originariamente alienante, no registro do eu ideal, mas se transformaria posteriormente no registro do ideal do eu, quando a intersubjetividade se constituísse, onde ser reconhecido pelo outro seria um imperativo.

Assim, discutiremos posteriormente, ao tratar da questão de identidade, como o outro passa a ser constituinte na emergência do eu, viés pelo qual Lacan (1998) introduz Hegel na leitura da psicanálise, a fim de pensar a respeito da constituição alienante do eu segundo a captura do outro, processo denominado de estágio do espelho, segundo os pressupostos da dialética do senhor e do escravo. O que

aproxima as noções de sujeito entre Lacan e Foucault, por exemplo, é a relação que os sujeitos mantêm com o saber e com a verdade.

Com o objetivo de concluir, por ora, nossas discussões problematizando a noção de sujeito, entramos em nosso último ponto de amarração, mas não menos importante: as contribuições de Jacques Derrida. A partir do tratamento destinado ao sujeito pelo filósofo da desconstrução, percebemos que é uma necessidade que problematizemos a noção de sujeito na sociedade contemporânea. Sendo assim, a desconstrução se compromete com a tríade que é afirmação, movimento e responsabilidade. Ao invés de buscar imposição de uma ordem molar, a desconstrução se baseia na alavanca de forças e deslocamentos de estabilizações forçadas. Espaço-temporalmente pensando, não habitamos um único lugar ou – lugar único, mas um entre lugar. Falamos da desconstrução, que, segundo Prikladnicki (2007, p. 8), é a “esse tipo estranho de morada que não tem lugar – e que não nos dá lugar – do lado de dentro, nem do lado de fora, e, sim, às margens”.

Assim sendo, desconstruir é movimentar-se por posições discursivas contrárias entre si, fazendo com que se perca a forma, a estrutura ou conceitos originais, ou tradicionalmente aceitos, inscritos na história do pensamento ocidental. Para Prikladnicki (2007, p. 10), “Desconstruir é desempenhar um gesto duplo, invertendo a oposição e deslocando a estrutura”.

A desconstrução, num primeiro olhar, dispõe-se a inverter a hierarquia dos conceitos, procurando pensar o segundo termo como principal e originário. Digno de nota, aqui, é a forma como a cultura ocidental habituou-se a pensar a respeito da relação entre causa e efeito. Usualmente, este é concebido como secundário e derivado daquela. Mas, levando em consideração nosso saber culturalmente enraizado, a princípio, certificamo-nos da manifestação do efeito, para, posteriormente, levantar suas causas.

Deste modo, o efeito é que deveria ser tido como originário, pois é em virtude dele que um fenômeno pode ser interpretado como causa. Por outra forma, sob a égide desconstrutivista, entende-se o efeito como a causa de sua própria causa. Para exemplificar, pensemos acerca da condição masculina, que só é possível ao estabelecer polaridade em sua relação àquilo que ela não é.

Na sociedade contemporânea, a imagem de homem só pode ser suposta na medida em que esteja em oposição à imagem feminina ou gay. O outro, desta maneira, torna-se essencial à compreensão de si mesmo, e, em vista disso, não pode ser encarado como algo meramente acidental e secundário. Pensar o termo inferior, como principal, gera o dismantelamento do olhar hierárquico, como sugere Derrida, firmando, deste modo, o primeiro passo a fim de olharmos o mundo de uma perspectiva desconstrutivista. Apesar disso, atendendo-nos meramente à instância de inversão, continuaremos ainda capturados pela perspectiva logocêntrica. Uma oposição hierárquica, mesmo sendo invertida, continua sendo hierárquica. Na obra *Posições*, Derrida informa que a necessidade de operar novas configurações nos conceitos é uma atividade necessária para deslocá-los e reinscrevê-los sob outra ordem (DERRIDA, 2001).

Dessa forma, um dos aspectos mais prevaletentes da abordagem desconstrutivista, tal como praticada por Derrida, é a apropriação e utilização de conceitos derivados de um sistema de pensamento para, ao final, refletir acerca do funcionamento do sistema. Derrida irá, a esse respeito, dizer que a *différance* é um jogo de diferenças sistematizado que advém do rastro dessas diferenças onde os elementos remetem-se uns aos outros. Conseqüentemente, precisamos pensar que, se afirmarmos que o efeito é a causa, é emergente, dessa afirmação, a promoção de um conceito – o de causa – para questionar o próprio sistema – o da causalidade – no qual este conceito se fundamenta. Assim sendo, o centro seria uma condição necessária para a troca dos elementos no interior de uma estrutura; entretanto, concomitantemente, um elemento dessa estrutura que não se presta à substituição. Nesse sentido, podemos dizer que, paradoxalmente, o centro está, simultaneamente, dentro da estrutura e fora dela. Isso autoriza Derrida a atestar que o “[...] conceito de estrutura centrada – embora represente a própria coerência, a condição da episteme como filosofia ou como ciência – é contraditoriamente coerente” (DERRIDA, 1971 p. 230).

Em relação à noção de identidade, podemos afirmar que a nossa sexualidade e a estrutura de nossos desejos são formados com base em processos psíquicos e simbólicos do inconsciente, que funciona com uma lógica muito diferente daquela da razão: enquanto uma se processa no consciente, sede e fonte de conhecimento, sob o controle

de um sujeito racional, provido de fixidez e unidade, a outra, a lógica do inconsciente, em constante tensão entre os desejos e a busca que não cessa e adiável da realização desses mesmos desejos. Coracini (2003, p. 15), esclarecendo a respeito da noção de identidade, diz que “[...] não deveríamos falar de identidade, já que, como dissemos, o termo remete ao mesmo tempo, ao uno, mas de identificações”. Desse modo, “podemos flagrar pontos no discurso que remetem a identificações inconscientes, introjetadas sempre a partir do outro, mas, por já estarem lá, provocam reações, atitudes de recusa ou de aproximações”.

Nasio (1998, p. 101), ao tratar do conceito de identificação, alerta que “para Lacan, a identificação é o nome que serve para designar o nascimento de uma nova instância psíquica, a produção de um novo sujeito”. Sendo assim, em oposição ao sujeito cartesiano, logocêntrico, uno, homogêneo, igual a si mesmo, é cindido, clivado, heterogêneo, perpassado pelo inconsciente, que, por sua vez, é habitado pelos mais recônditos desejos que, recalcados sob a ação social, responsável pelos interditos, só irrompe via simbólico, pela linguagem onírica ou verbal. Conforme Coracini (2003, p. 148), “o inconsciente, definido, como o Outro, ou *lalangue*, nos termos de Lacan, funciona como uma língua interdita e a expressão mais manifesta deste interdito repousa nisto: o sujeito não pode articular plenamente o desejo que é inerente, que é veiculado por esta cadeia, que é constitutivo dessa cadeia”. De uma perspectiva da psicanálise, de base lacaniana, o sujeito se constitui pela linguagem, é sujeito de linguagem, sempre na relação com o Outro. A própria linguagem é esse Outro para o sujeito, é o campo que abriga a rede de significantes. Como o sujeito só se presentifica na relação com o Outro, o próprio sujeito psicanalítico é clivado e heterogêneo na sua estrutura, já que é atravessado pela ilusória ideia de identidade. Desse modo, a identidade se constroi a partir do espelho do olhar do outro (CORACINI, 2015), conforme frase célebre do psicanalista francês que mencionou que o estágio do espelho é uma espécie de identificação “no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, é a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem” (LACAN, 1998, p 33).

Apontamentos analíticos de alguns dizeres no site DW a respeito dos venezuelanos

Num primeiro momento, trataremos das condições de produção do veículo midiático em questão a fim de que possamos melhor situar esse canal assim como os dizeres produzidos e veiculados a respeito da vida e da vinda de venezuelanos para solo brasileiro.

O site jornalístico Deutsche Welle, DW³, intitula-se como “Made for Minds” e apresenta as notícias a partir dos dizeres “Let’s learn something new everyday”. Chama nossa atenção os efeitos de sentido que essas duas frases fazem emergir. Primeiramente, o emprego do sintagma verbal “Made for Minds” (Feito para os que pensam) duela a produção jornalística desse espaço a de outros veículos midiáticos, assumindo para si a questão de veracidade das informações veiculadas, além de demarcar a identidade dos leitores, quando afirma que “É reconhecida internacionalmente por sua cobertura jornalística analítica e de alta credibilidade, destinada a promover o intercâmbio e a compreensão mútua entre os povos e culturas do mundo”. Desse modo, “Made for Minds” (Feito para os que pensam) não só constroi a representação da empresa alemã como aquela que tem em seu time jornalistas que pensam e, com isso, produzem notícias ao público que se denomina como tal, mas também faz emergir a representação de um leitor de notícias como alguém que não só processa a informação, mas é dotado da capacidade analítica, da qual é emergente alta credibilidade, não se esquecendo da promoção e da compreensão mútua de diferentes povos e culturas mundiais.

Além disso, no uso da proposição, em língua inglesa, Let’s learn something new everyday = Let us (Vamos), flagra-se um convite aos leitores, uma vez que o site, embora apresente um caráter informativo, apropria-se do discurso pedagógico, relegando ao leitor o papel da aprendizagem por meio da leitura de notícias tanto nacionais bem como internacionais. Ainda, chama nossa atenção o modo como a empresa de notícias se coloca “A Dw representa a Alemanha como um Estado de Direito, liberal e democrático”, como se fosse possível alcançar a neutralidade discursiva no exercício da divulgação sobre fatos do cotidiano.

³<https://www.dw.com/pt-br/not%C3%ADcias/s-7111>

Passemos aos recortes discursivos:

1) “Nós não vamos sair daqui, vamos continuar aqui, temos direito de estar aqui e não merecemos o que estão fazendo conosco”, gritava, quase aos prantos, Ricardo Delgado, um dos imigrantes que teve seus pertences queimados pelos enfurecidos brasileiros (www.dw.com)

2) A vendedora Maria de Fátima Reis afirmava que a maior parte dos venezuelanos que estão no Brasil não querem trabalhar e que preferem roubar a buscar emprego. “Esse é um problema da Venezuela, nós não temos que pagar pelos problemas que o Maduro criou”, dizia ela, aos gritos, a poucos metros da fronteira entre o Brasil e a Venezuela. (www.dw.com)

3) “Nós não estamos aqui porque queremos, estamos porque precisamos, porque não temos comida, não temos nada e ainda assim nos tratam como animais”, dizia José Ortiga, um venezuelano que veio da cidade de Tigre e que teve todos os seus pertences queimados no último sábado. Falando do alto de um pequeno muro para um grupo de compatriotas, foi ovacionado aos gritos de “Venezuela, Venezuela”. (www.dw.com)

4) “Quase todos aí são bandidos, a polícia e o Exército não fazem nada, estão roubando tudo aqui, sujando tudo, há trabalho lá do outro lado, eles não precisam vir para cá”, dizia uma das organizadoras do protesto contra os imigrantes que não quis se identificar. (www.dw.com)

Dispusemos os recortes discursivos de modo a tornar emergente o que brasileiros e venezuelanos dizem a respeito de si e do outro.

Ricardo Delgado, por fazer uso da 1ª pessoa do plural (nós) ao invés da 1ª pessoa do singular (eu), desloca a responsabilidade do seu dizer a um grupo maior de imigrantes venezuelanos, na tentativa de unir outras vozes, ganhando corpo e unidade ao que diz. Ele faz com que os dizeres de outros imigrantes sejam incorporados ao fio do seu discurso, desse modo, endossando a ideia apresentada, buscando aderência e confiabilidade. Ao fazer uso da proposição verbal “temos

direito de estar aqui”, instaura para junto de si o campo discursivo da área do Direito, uma vez que se filia e é filiado ao que deve ser possível a cada um na vida em sociedade, e de acordo com suas leis e sua ética, já que diz “temos direito de estar aqui”. Outro aspecto a ser pinçado diz respeito ao uso do advérbio aqui/daqui, que se relaciona à busca por pertencimento de um grupo desterritorializado, uma vez que estabelece contraste entre ser brasileiro e ser venezuelano em solo brasileiro. Nesse primeiro recorte, materializamos a fúria brasileira que silencia e busca por fim por meio do uso do fogo à voz que “grita” e clama por socorro.

Observando o segundo recorte discursivo, o uso do verbo “afirmar” traz para junto de si a representação de verdade, já que o verbo faz emergir o efeito de sentido de “sustentar” e “asseverar”. Interessante perceber que a identidade do brasileiro se torna perceptível nos dizeres da vendedora Maria de Fátima, já que a seu ver “a maior parte dos venezuelanos não querem trabalhar” e “preferem roubar”. Recai aos imigrantes venezuelanos em solo brasileiro a representação de corpo mole, uma vez que “preferem roubar a buscar emprego”. Ainda, materializam-se no fio do seu discurso duas visões, quando enuncia “Esse é um problema da Venezuela”. Ora podemos relacionar ao fato de ser carente a oferta de empregos no país em questão ora podemos relacionar ao fato de fazerem corpo mole na busca pelo emprego, sendo emergente o caráter da malandragem. Novamente, o uso do “grito” faz emergir o caráter de socorro diante de um discurso no qual emerge a apatia e aversão ao estrangeiro que cruza a fronteira e territorializa o espaço que não lhe pertencia.

Voltando nossos olhos ao terceiro excerto, vemos emergir a representação daquele que se duela ora como alguém que é ovacionado, ou seja, pelo que disse foi posto em lugar de destaque ora como animal, aquele em que emergem a brutalidade e irracionalidade, embora venha da cidade de “Tigre”, não tem comida, não tem nada, colocando-se entre aquele que desterritorializa, porque precisa, instaurando para si a imagem de necessitado e aquele que ocupa o espaço estrangeiro, porque quer. Além disso, chama nossa atenção ao fato do uso do fogo como forma de por fim à emergência da identidade estrangeira em solo brasileiro. Queimar os pertences de um imigrante é anular a chance de ele pertencer e fazer pertencer.

Por fim, passando ao último recorte, observamos que configura em torno da representação dos venezuelanos em solo brasileiro a imagem daquele que veio para se apropriar do bem alheio, daquilo ao qual não pertence, uma vez que “há trabalho lá do outro lado, eles não precisam vir para cá”. Além disso, o uso do verbo “sujar” implica em trazer mácula, como se fosse emergente o caráter de impureza diante da pureza.

Considerações Finais

Os tempos modernos fazem emergir sujeitos que se organizam segundo territórios, não importando a delimitação nem a articulação que exercem. Como Correa (2014, p. 7) discute, a fragmentação e articulação do espaço de uma cidade faz com que sejam emergentes práticas de poder e de ideologia. Quando um imigrante em solo brasileiro, “grita, quase aos prantos”, que “Nós não vamos sair daqui” e “Temos o direito de estar aqui” faz emergir uma voz que, por mais que clame por socorro, não se deixa ser apagada pelo fogo que silencia sua identidade. É o modo pelo qual o sujeito se inscreve no mundo, como aponta Andrade (2008, p. 35).

Também, notamos que os imigrantes são percebidos e se percebem como desterritorializados, conforme Guattari e Rolnik (1996, p. 23) discutem, pois, embora não tenham nada, nem comida, sendo tachados de diferentes, de estrangeiros de si, buscam descobrir novos olhares além dos previstos (IANNI, 2007, p. 169).

Por fim, percebemos que há uma eterna e infundável luta entre aquilo que o outro diz que somos e aquilo que, de fato, somos na esteira da construção identitária, já que sempre haverá atributos que tornam alguém cidadão duma dada língua-cultura. Resta então o brado dos indigentes: “Não temos comida, não temos nada, ainda assim nos tratam como animais” estilhaça a condição humana diante dos muitos percursos empreendidos pelos imigrantes venezuelanos na busca por dar voz e ser ouvidos.

Referências

ANDRADE, Eliane. **Entre o desejo e a necessidade de aprender línguas: a construção das representações de língua e de aprendizagem do**

aluno-professor de língua inglesa. 2008. 266 p. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

BIRMAN, J. **Estilo e modernidade em psicanálise**. São Paulo: Ed. 34, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2014.

DERRIDA, J. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1971

DERRIDA, J. **Posições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

CORACINI, Maria José (Org.). **Identidade e Discurso: (des)construindo subjetividades**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

CORACINI, M. J. Os sem-teto em comunidades virtuais: entre o ressentimento e a violência. **Guavira Letras**, n. 16, p. 156-168, jan./jun. 2013.

CORACINI, Maria José. Representações de professor: Entre o passado e o presente. **Reflexão e Ação**, v. 23, n. 01, p. 132-161, jan./jun.2015.

CORACINI, M. J. Transdisciplinaridade e análise do discurso: migrantes em situação de rua. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 11, n. 01, p. 91-112, 2010.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

GREGOLIN, M. R. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria? In: _____; BARONAS, Roberto (Orgs.). **Análise do discurso: as materialidades dos sentidos**. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2001, p. 47-58.

GUATARRI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

IANNI, O. **A sociedade global**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu. In: LACAN, J. **Escritos**. Trad. V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 96-103.

LOPES, Lucas Rodrigues. **Moradores de rua em vídeos do youtube:(des)(re)territorializações do espaço-tempo no(s)**

discurso(s) de si e do(s) outro(s). 2013. 200 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

NASIO, J. D. **Lições sobre os sete conceitos cruciais da psicanálise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

PRIKLADNICKI, Fábio, **Desconstrução e identidade:** o caminho da diferença. 2007. 101 f. (Dissertação de mestrado) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

QUANDO O ESTADO COMETE VIOLÊNCIA DE GÊNERO: ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO SOBRE A (NÃO) VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Rebeca Lins Simões de Oliveira¹

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente texto tem por objetivo utilizar a teoria da Análise Crítica do Discurso para examinar o despacho emitido pelo Ministério da Saúde (Secretaria de Atenção à Saúde SEI/MS – 9087621) em 03 de maio de 2019. O referido documento destina-se a determinar, oficialmente, a inexistência de violência obstétrica no Brasil com base no argumento de que existem estratégias organizacionais do Sistema Único da Saúde que visam à humanização no atendimento materno infantil.

Além disso, é mencionado no texto analisado que a utilização da expressão “violência obstétrica” contrariaria os esforços e a ética dos profissionais e saúde envolvidos no processo do parto e das instituições hospitalares. Acastela-se aqui que o despacho do Ministério da Saúde em nada contribui para a melhoria do atendimento as parturientes, acompanhantes e neonatos, pelo contrário, ao negar a existência do ato violento o legitima e favorece os agentes agressores.

Destarte, pretende-se minudar questões concernentes à violência, violência obstétrica e gênero pela ótica da vertente crítica do discurso.

Violência, violência de gênero e violência obstétrica

Segundo Wieviorka (1997 p. 9), o tema da violência não compõe o cerne das discussões filosóficas atuais. “E quando deixa de ser pensada, passa a ser temida ocupando apenas o campo subjetivo [...] a violência deixa de ser objeto de estudo ou por excesso de respeito às diferenças cultural e religiosa ou por sua banalização”.

¹ Docente da Universidade de Pernambuco. Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco. rebeca.lins@upe.br

Complementa ainda (WIEVIORKA, 1997) que diversos ramos das ciências, como a psicanálise, sociologia, antropologia, biologia/frenologia, psicologia, a partir do objeto e método específicos, discutem o fenômeno acentuando um ou mais aspectos, porém raramente considerando o fenômeno como uma totalidade refletindo a partir de uma proposta interdisciplinar. Ou seja, não existe apenas uma “violência”, mas sim “violências”, o que denota uma pluricausalidade de um fenômeno multifacetado².

De acordo com Cruz Neto e Rasga Moreira:

Através de suas políticas públicas o Estado abre um canal de comunicação, na maioria das vezes unívoco, com a sociedade, demonstrando e praticando sua ideologia, metas e diretrizes, num movimento que interfere e regula o fluxo da vida cotidiana. No desenrolar deste processo, que engloba desde a elaboração até a implementação destas políticas, há um choque entre os interesses que postulam ser contemplados, capitaneado pelo embate entre mercado e sociedade civil. [...] Num Estado em que os governantes organizam as políticas públicas a fim de atender aos interesses do capital financeiro, a alocação de recursos para atender às demandas da sociedade civil fica gravemente prejudicada e restringida (CRUZ NETO; RASGA MOREIRA, 1999, p. 38).

Pela primeira vez nos estudos acerca do tema “violência” os atos violentos podem ser realizados contra o outro e contra o próprio indivíduo, incluindo também os aspectos psicológicos. Nota-se de maneira saliente o uso da palavra "poder"³, que amplia a natureza de um ato violento e expande o conceito incluindo ameaças, intimidação, negligência ou atos de omissão, além dos atos violentos “tradicionais”. Com base nisso, o Relatório mundial sobre Violência e Saúde da OMS, define Violência:

Uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte,

² Reconhecemos o caráter plural do fenômeno da violência, contudo, abordaremos neste texto **apenas o aspecto sociológico e histórico**. Adiantamos também que não se pretende aqui realizar um levantamento abrangente das abordagens sobre o tema nas diversas áreas do saber, nem apresentar as similitudes e discordâncias e, caso sejam apresentadas, servirão apenas para fins argumentativos;

³O despacho consta anexado na íntegra no final do capítulo.

dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., 2002, p. 5).

Na mesma medida que a sociedade avança nos quesitos tecnológicos e descobertas científicas, desenvolve meios de tornar essas inovações em produtos vendáveis que alimentam a produção capitalista. Mesmo que não sejam produtos palpáveis, inova-se em criação de elementos simbólicos que despertam o desejo do grande público. Todo esse engendro não é apenas visto pelo Estado, é também patrocinado.

Com todos esses fatores chegamos a um conceito de violência até então não abordado pelos estudiosos do fenômeno: a Violência Estrutural, compreendendo está como violência praticada pelas macrorrelações (Estado e/ou sociedade), sobre a estrutura social (fatores econômicos, políticos e sociais) conceitua-se:

De violência estrutural que oferece um marco à violência do comportamento, se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de determinadas pessoas a quem se negam vantagens da sociedade, tornando-as mais vulneráveis ao sofrimento e à morte. Essas estruturas determinam igualmente as práticas de socialização que levam os indivíduos a aceitar ou a infligir sofrimentos, de acordo com o papel que desempenham (BOULDING, 1981 apud NETO; MOREIRA, 1999, p. 36).

Presenciamos a violência estrutural quando indivíduos têm acesso limitado ou dificultado aos bens de consumo capitalista e as questões referentes à responsabilidade do Estado, como água encanada, saneamento básico, educação e atendimento de assistência à saúde. Observamos também quando a distribuição de renda não é igualitária.

A violência estrutural manifesta-se quando o Estado alimenta situações de exclusão social devido à ausência do poder e/ou quando atua de maneira que dificulte o acesso de indivíduos marginalizados aos diversos setores sociais, o que acarreta, por conseguinte, em crescimento de criminalidade.

Defendemos aqui que a violência física, comunitária, de gênero, todas as manifestações violentas são o resultado da violência

estrutural, fruto das condições históricas e sociais, motivada pela manutenção do sistema econômico que privilegia uma elite dominante em detrimento da massa populacional marginalizada (desigualdades sociais, culturais, de gênero, etárias e étnicas que produzem a miséria, a fome, e as várias formas de submissão e exploração de umas pessoas pelas outras) com a finalidade de proporcionar a manutenção do ciclo de privilégios. Em vista disso, a violência é um instrumento de dominação e exercício de poder, como ratifica Arendt (1994, p.22) “violência nada mais é do que a mais flagrante manifestação de poder”. Nessa guisa, concordamos com Hannah Arendt (1994) que relaciona violência com as seguintes categorias: *instrumentalidade*, *dominação*, *obediência*, *impotência*.

O Estado e as estruturas sociais, ocasionalmente, favorecem as classes exploradas com algum ganho ou direito legal para fazê-los crer que estão galgando novos patamares sociais, como exemplo um melhor financiamento para casa própria e automóvel, vagas nas universidades, acesso mesmo que parcelado a bens de consumo (**Instrumentalidade**), com isso é possível manter a alienação dos atores sociais em relação aos diversos casos de violência estrutural que enfrentam (**Dominação** que proporciona a **Obediência**) e mesmo que tenham consciência das estratégias instrumentais de perpetuação da violência estrutural percebem-se incapazes de lutar contra as regras impostas pelo sistema financeiro capitalista e a elite dominante, perpetuando sua situação de explorados (**Impotência**).

Todo esse ciclo de manipulação social está intrinsecamente relacionado à manutenção e aumento do poder social. Desta forma, ascendemos ao aspecto político do poder. O ponto fulcral da teoria de Arendt utilizada aqui é que “a violência pode destruir o poder, mas é incapaz de cria-lo.” (ARENDR, 1985, p. 31). A violência que se determina não é manifestada fisicamente como uma estratégia para angariação de poder, pois quando o Estado utiliza a violência física é porque o poder de dominação social está em risco. Portanto, o poder “[...] corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em unísono, em comum acordo” (ARENDR, 2004, p. 27). Em razão disto violência e poder são fenômenos dissociados.

Com isso, o exercício da política sem a utilização da violência seria a ação legitimadora do poder do Estado na Sociedade, que seria expressa via dominação e obediência resultando em impotência e

opressão. Para Arendt, “o poder é originado sempre que um grupo de pessoas se reúne e age de comum acordo, porém a sua legitimidade deriva da reunião inicial e não de qualquer ação que possa se seguir” (ARENDDT, 1994, p. 32).

Para resumir: politicamente falando, é insuficiente dizer que poder e violência não são o mesmo. Poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em risco, mas, deixada a seu próprio curso, ela conduz à desapareção do poder. Isto implica ser incorreto pensar o oposto da violência como a não-violência; falar de um poder não-violento é de fato redundante (ARENDDT, 2001, p.44).

Baseado no exposto, consideramos que a mulher sofre diversos tipos de violência de origem sexista e machista, cujas origens estão no patriarcado. De acordo com a definição de Scott:

Não designa o poder do pai, mas o poder dos homens, ou do masculino, enquanto categoria social. O patriarcado é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: 1) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e, 2) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos. A supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado atribuiu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas; legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia femininas; e, estabeleceu papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem vantagens e prerrogativas (MILLET, 1970; SCOTT, 1995, p. 71).

Sendo assim é inteligível que a construção social com base no sistema patriarcal é o estímulo motriz que coage gêneros pela violência ao controle, contendo liberdades, sexualidades e atuações. Scott (1995) ainda assevera que as relações de gênero estão interligadas em relações de poder. Outrossim, partindo dessa concepção, chegamos a Heleieth Saffioti, que apresenta a percepção de que Gênero precede o conceito de patriarcado. Para a autora, Gênero é o conceito primaz, encarnado desde o princípio da

humanidade e, por isso, mais poderoso que o conceito de Patriarcado⁴, que seria posterior e, embora fosse uma estratégia de dominação e opressão ‘fundada’ com sedentarização, determinação de propriedades, heranças e posteriormente o capitalismo, não é a única maneira de manifestar poder e exercer a violência, mas sim uma dentre muitas.

Deve-se trazer à tona que, não obstante as relações de Gênero sejam anteriores ao conceito do Patriarcado, não o torna mais simples de ser definido. Percebemos nas leituras de Scott (1995, p.74) que existe uma “tendência a incluir generalizações reducionistas ou demasiadamente simples, que se opõem não apenas à compreensão que a história como disciplina tem sobre a complexidade do processo de ‘causação’ social, mas também aos compromissos feministas com análises que levam à mudança”. Gênero não se constrói na simples alteridade de um sexo e outro, embora seja percebido dessa forma no senso comum, “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos... o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p.86). Ainda nessa guisa, Scott preceitua “Gênero é uma forma primária de significar as relações de poder” (1995, p.88).

Ratifica-se que o conceito está desvinculado a sexualidade, desejo. Não combater as ponderações generalistas no tocante a matéria seria justamente oferecer ‘munições’ as estratégias de opressão e poder do sistema patriarcal. Consoante a Saffioti (2004, p.136) “*tratar esta realidade exclusivamente em termos de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, ‘neutralizando’ a exploração-dominação masculina*”. O que significa que é um conceito construído socialmente, historicamente e interceptado pela ideologia e manifesta relações de poder que culminam em relações violentas. Por isso, adotamos que:

Violência de gênero é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo

⁴ Destarte, ainda existem, hodiernamente, comunidades com princípios matriarcais. Ou seja, o Patriarcado embora poderoso, não é um sistema unânime.

menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio (SAFFIOTI, 2001, p.115).

Ainda assevera Schraiber (2005 p. 115 - 117):

A proposito especificamente da violência de gênero a convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a mulher, realizada em Belém do Pará. Essa convenção é parte do sistema norte americano de proteção aos direitos humanos e tem importância especial porque possui força de lei interna na Constituição brasileira (Barted& Hermann, 1999). [...]

Artigo 5° - Toda mulher poderá exercer livre e plenamente seus direitos civis, políticos, econômicos sociais e culturais e contará com a total proteção destes direitos consagrados nos instrumentos internacionais sobre direitos humanos. Os Estados-parte reconheceram que a violência contra a mulher impede e anula o exercício desses direitos. Artigo 6° - O direito de toda mulher a uma vida livre de violência inclui, entre outros:

- a) o direito da mulher de ser livre de toda forma de discriminação;
- b) o direito da mulher de ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamentos e práticas sociais e culturais baseadas em conceitos de inferioridade ou subordinação;

Ao ratificar essa convenção os países signatários se comprometem a proteger e garantir os referidos direitos e a tomar ações efetivas no combate à violência contra mulher. Esses deveres dos países incluem entre outros:

- [...] a. abster-se de ato de violência contra a mulher;
- b. estabelecer procedimentos jurídicos justos e eficazes para a mulher sujeita de violência; [...]

Mesmo com a existência de diversos diplomas legais e a presença de isonomia na constituição federal a mulher sofre violência física e simbólica em diversas esferas de circulação social, no campo público evidenciamos como exemplo o assédio sexual e no campo mais íntimo podemos especificar a violência obstétrica, talvez a única violência essencialmente sofrida pela configuração feminina, porque somente a mulher⁵ é capaz biologicamente gerar e parir.

⁵Mulher é aqui colocado como pessoa biologicamente capaz de gestacionar. Compreendemos que as pluralidades de identidades de gênero e orientações sexuais, logo o termo explicitado não necessariamente refere-se apenas à mulher cisgênero.

Destarte, mesmo o Brasil não possuindo uma legislação específica a mulher é vítima de uma série de violações como:

- Insistência para a realização do parto cesariana;
- Realização do parto cesariana sem o consentimento da mulher (alegação da emergência e de risco de vida);
- Insistência para acelerar o tempo natural do parto;
- Limitação de mobilidade;
- Desautorização da presença do acompanhante escolhido pela mulher;
- Inserção da mulher em ambientes barulhentos, sujos, incômodos e superlotados;
- Realização de procedimentos desnecessários e sem o consentimento da parturiente (lavagem intestinal, raspagem de pelos íntimos, rompimento artificial da bolsa, administração de soro com ocitocina, episiotomia, entre outros);
- Xingamentos, maus-tratos, agressões físicas e morais.

Ao sofrer os atos listados acima a mulher possui violações em diversas prerrogativas legais, como a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CRFB/88); o princípio da igualdade (art. 5º, I, CRFB/88); o princípio da legalidade (art. 5º, II, CRFB/88), à maternidade e à infância (Princípio da Beneficência). Além disso, configura-se o ato como violência obstétrica, definida como:

Violência cometida contra a mulher grávida, e sua família em serviços de saúde durante a assistência ao pré-natal, parto, pós-parto, cesárea e abortamento. Pode ser verbal, física, psicológica ou mesmo sexual e se expressa de diversas maneiras explícitas ou veladas. Como outras formas de violência contra a mulher, a violência obstétrica é fortemente condicionada por preconceitos de gênero. (PARTO DO PRINCÍPIO, 2014, p. 11).

Consoante Aguiar (2010, p. 15):

Estes maus tratos vividos pelas pacientes, na maioria das vezes, segundo alguns autores, encontram-se relacionados a práticas discriminatórias por parte dos profissionais, quanto a gênero, entrelaçados com discriminação de classe social e etnia, subjacentes à permanência de uma ideologia que naturaliza a condição social de reprodutora da mulher como seu destino biológico, e marca uma inferioridade física e moral da

mulher que permite que seu corpo e sua sexualidade sejam objetos de controle da sociedade através da prática médica.

De acordo com a Fundação Perseu Abramo, no texto intitulado “Violência no parto: Na hora de fazer não gritou” uma em cada quatro mulheres (25%) declarou já ter sofrido violência no parto com destaque para exame de toque doloroso. Ainda acrescenta a pesquisa que cerca de uma em cada quatro (23%) ouviu algo vexatório de um profissional de saúde.

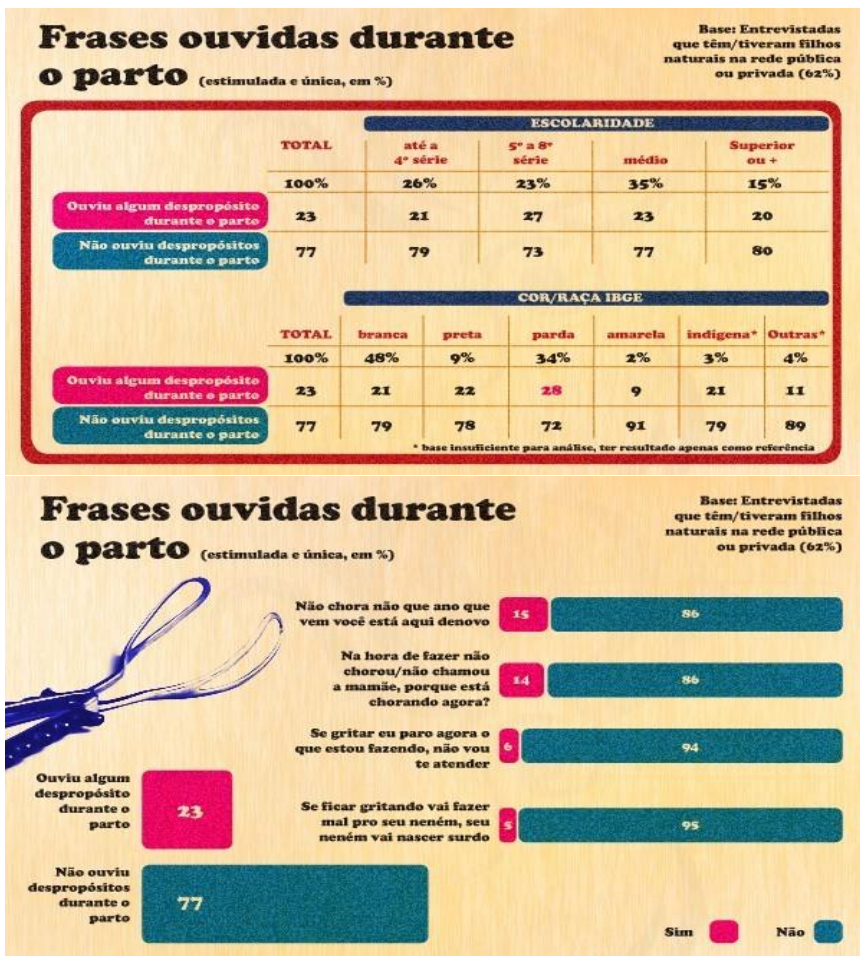


Imagem 1 e 2. Dados obtidos através da Fundação Perseu Abramo.

O próprio ato de negligência e atraso no atendimento das parturientes por parte dos ambientes hospitalares e profissionais de saúde, a recusa em transmitir informações aos parentes, o devido atendimento ao neonato e a obrigatoriedade de procedimentos desnecessários já se configura como um ato violento ao gênero e uma flagrante manifestação de violência institucional. Destarte, sustenta-se aqui que a negação da existência da violência obstétrica por vias oficiais do Governo Federal não apenas se configura uma violência simbólica de vertente ideológica, mas uma deslegitimação de conquistas femininas/feministas e perpetuação do sofrimento e a práticas de silenciamento a que mulheres são submetidas.

Análise crítica do discurso e textos institucionais

No paradigma funcionalista, a língua é estudada pela relação que estabelece com os seus elementos externos, tem por mote estabelecer princípios gerais relacionados ao uso da linguagem e investigar a interface entre aspectos sociais e o sistema interno das línguas. Nele, texto é uma trama de sentidos assentados historicamente, elementos de ordem ideológica que se constituem por uma “rede de forças” sociais que influencia e é influenciada pelos contextos situacionais em que estão inseridos. Assim a linguagem não é transparente, não é neutra: é carregada de conteúdo simbólico e através dela nos confrontamos cotidianamente com o mundo, com outros sujeitos, com a história.

Contudo, mesmo observando a linguagem por outro foco, questões sobre *Ideologia, Dominação, Poder, Hegemonia*, entre outros conceitos, não eram contempladas nos estudos pragmáticos. Essa falácia teórica possibilita o surgimento dos estudos críticos da linguagem e conseqüentemente o nascimento da Análise Crítica do Discurso. Nessa diretriz assevera Connerton (1976, p. 20):

A crítica [...] objetiva a mudança ou até a remoção do que é considerado como consciência falsa ou distorcida [...] A crítica [...] torna transparente o que previamente estava oculto, e, ao fazer isso, inicia um processo de reflexão própria, nos indivíduos ou em grupos, destinado a romper com a dominação de limitações passadas. Aqui uma mudança na prática é,

portanto, um elemento constitutivo de uma mudança na teoria (tradução nossa)⁶.

Na história da linguística, Norman Fairclough foi um dos primeiros a usar o termo “crítica” nos estudos discursivos em um artigo publicado no *Journal of Pragmatics*. Para o linguista:

Ela [a Análise Crítica do Discurso] é crítica, primeiramente, no sentido de que busca discernir conexões entre a língua e outros elementos da vida social que estão normalmente encobertos. Entre eles: como a língua aparece em relações de poder e dominação; como a língua opera ideologicamente; a negociação de identidades pessoais (sic) e sociais (continuamente problematizadas através de mudanças na vida social) em seu aspecto linguístico e semiótico. Em segundo lugar, ela é crítica no sentido de que está comprometida com mudanças sociais contínuas (FAIRCLOUGH, 2001, p. 230).

Ainda segundo Fairclough, as análises com base na Teoria Crítica têm “o objetivo de mostrar maneiras não óbvias pelas quais a língua envolve-se em relações sociais de poder e dominação e em ideologias” (2001, p.229).

Destarte, o norte epistemológico da teoria adotada é que a linguagem não está dissociada das práticas sociais e não está instituída de Poder *per se*, adquire poder pelo uso que os agentes/atores que detêm poder fazem dela. Isso explica porque a Teoria crítica e Análise Crítica do Discurso escolhem temáticas voltadas para as minorias sociais, minorias ideológicas e aqueles que não compactuam com as práticas hegemônicas. A ACD pensa na linguagem a partir da práxis, “como forma de prática social e não como uma atividade puramente individual ou como reflexo de variáveis situacionais”. (FAIRCLOUGH, 2001, p.190). E situa discurso como uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (FAIRCLOUGH, 2001, p.91). Ou seja, a realidade é representada, simbolizada e significada nas relações

⁶Criticism [...] aims to change or even remove what is considered as a false or distorted conscience [...] Criticism ... makes the which was previously hidden, and in doing so initiates a process of reflection individuals or groups, destined to break with of past limitations. Here a change in practice is, therefore, a constitutive of a change in theory.

simbióticas entre a composição discursiva (história e ideologia) e prática social.

A ACD de Fairclough circunda três pontos basilares:

1. A dialética entre discursos e práticas sociais e como esses elementos se retro constituem;
2. A consciência e inconsciência que os atores sociais possuem dessas relações;
3. O papel essencial do discurso na transformação social.

O que significa que a constituição de todas as dimensões da estrutura da organização social na prática discursiva na interação dos atores sociais e seus níveis de consciência ideológica e de manipulação de poder.

Segundo Fairclough (2008, p.93), “a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de ideias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social firmemente enraizada em estruturas sociais materiais concretas, orientando-se para elas”. Quando advém o nascimento de um indivíduo esse apenas se insere na sociedade e internaliza a prática social a ponto de reproduzi-la, muitas vezes sem questionamento. São os preceitos básicos das tradições culturais que se firmam nas sociedades em construções ontológicas do tempo e do espaço. O ponto que se alinhava com a TC é a justamente a capacidade emancipatória que o ator social pode desenvolver a partir da reflexão crítica sobre a prática. Acrescenta ainda (2001) que cada prática social se constitui dos seguintes elementos:

Logo, Fairclough (2001 a, p.101) propõe o “Modelo Tridimensional de Análise” para os eventos do discurso que consiste em:

- a. Discurso;
- b. Valores socioculturais;
- c. Relações sociais;
- d. Instrumentos / objetos;
- e. Tempo e lugar;
- f. Níveis de consciência.

O discurso designa os elementos semióticos em totalidade (signos linguísticos e não linguísticos) com a finalidade de expressar os

fenômenos sociais. Deve ser visto como um modo de ação, como uma prática que altera o mundo e altera os outros indivíduos no mundo.

A prática social é composta pela prática discursiva. Aduz Fairclough¹ (1995, p. 97) que “a natureza da prática discursiva da produção de texto molda o texto e deixa ‘traços’ nas características de superfície do texto; e a natureza da prática discursiva da interpretação de texto determina como as características de superfície de um texto serão interpretadas”.

Enquanto a prática social é de caráter imaterial e simbólico, nota-se na prática discursiva uma natureza mais palpável visto que se relaciona com a **Produção, Distribuição e Consumo** dos textos produzidos no **Contexto situacional**. Fairclough

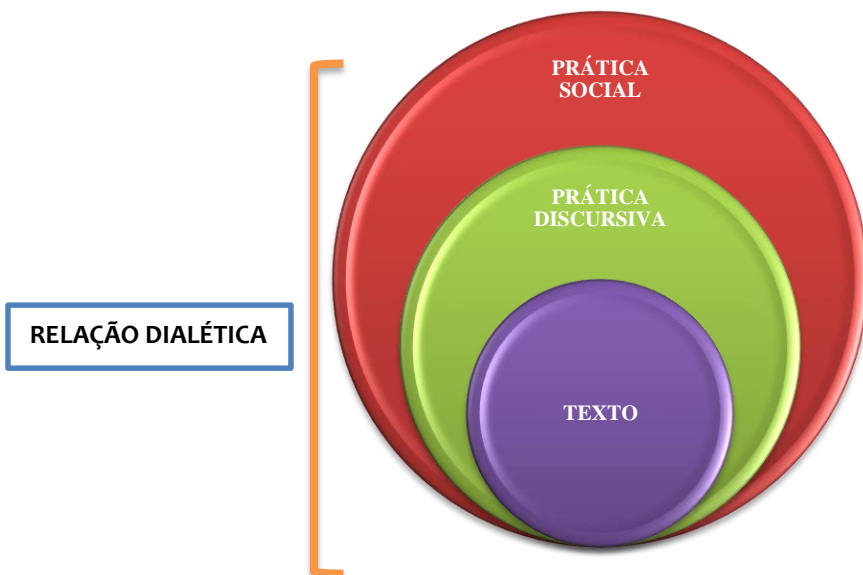
(2001a) indica três categorias analíticas: a força, a coerência e a intertextualidade.

Para uma análise criteriosa deve-se verificar como as palavras funcionam como uma construção ideológica e hegemônica de um determinado discurso e como apresentam significados culturais e valorativos para a prática social. Têm-se a consciência de que o ator social é o resultado da construção social (história + contexto situacional) e através da interação dialógica, mediada pela língua, produz discursos. Este, por sua vez, manifesta-se no momento da prática social através de estruturas sociais institucionalizadas e é totalmente influenciado pela “rede de forças”, pelo contexto e pela formação ideologia do ator social.

Assim o Texto é a manifestação linguística da prática discursiva (contextos socialmente construídos), que se manifesta e constrói a prática textual. “Texto é definido como mais do que um processo – um produto do processo de produção” (FAIRCLOUGH, 2001, p.24). Na dimensão textual, o analista crítico do discurso deve observar quatro itens: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Ou seja, deve-se perceber as escolhas lexicais realizadas pelos produtores do texto, assim como as estruturas sintáticas escolhidas, tais como os

¹ “[...] the nature of the discourse practice of text production shapes the text, and leaves 'traces' in surface features of the text; and the nature of the discourse practice of text interpretation determines how the surface features of a text will be interpreted” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 97).

processos de nominalização¹, topicalização e passivação, por exemplo, visto que estas conduzem a elementos ideológicos.



Assim o Texto é a manifestação linguística da prática discursiva (contextos socialmente construídos), que se manifesta e constrói a prática textual. “Texto é definido como mais do que um processo – um produto do processo de produção” (FAIRCLOUGH, 2001, p.24). Na dimensão textual, o analista crítico do discurso deve observar quatro itens: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Ou seja, deve-se perceber as escolhas lexicais realizadas pelos produtores do texto, assim como as estruturas sintáticas escolhidas, tais como os processos de nominalização², topicalização e passivação, por exemplo, visto que estas conduzem a elementos ideológicos.

Toda essa esquematização textual está relacionada aos processos de produção, interpretação, distribuição e consumo do texto, que configuram as Práticas Discursivas. Quando esse texto é interpretado e consumido em condições sociais específicas

¹ O processo de Nominalização será amplamente aprofundado *a posteriori* na teoria da representação social de Van Leeuwen.

² O processo de Nominalização será amplamente aprofundado *a posteriori* na teoria da representação social de Van Leeuwen.

(econômicas, políticas, culturais etc.), envolvendo atividades produzidas pelo meio social, como valores culturais, identidades sociais, temos a Prática Social. A tridimensionalidade do discurso se manifesta de maneira dialética e simultânea, são “arenas nas quais a vida social é produzida” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 234). Devemos sempre ratificar que “as práticas discursivas são investidas ideologicamente à medida que incorporam significados que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121). Fowler e Kress³¹ aliam-se a essa proposta teórica e ainda acrescentam a necessidade emancipatória, já defendida pela Teoria Crítica, assim explicam:

Se o significado linguístico é inseparável da ideologia, e ambos dependem da estrutura social, então a análise linguística deveria ser uma poderosa ferramenta para o estudo dos processos ideológicos que medeiam as relações de poder e controle. Mas a linguística é uma disciplina acadêmica, e como todas as disciplinas acadêmicas, está apoiada em uma série de pressupostos que constituem uma ideologia do sujeito. Não é um instrumento neutro para o estudo da ideologia; é um instrumento que foi neutralizado. Existe então a necessidade de uma linguística que seja crítica, que esteja consciente dos pressupostos em que se baseia e que esteja preparada para refletir criticamente sobre as causas subjacentes dos fenômenos que estuda e sobre a natureza da sociedade à qual pertence a língua (estudada). (FOWLER e KRESS, 1979, p. 186).

Desta forma, chega-se a conclusão de que as manifestações linguísticas são essencialmente ideológicas e, sobretudo, um modo de agir sobre o outro e interferir nas construções sociais. No despacho, gênero textual “despacho” caracteriza-se como um gênero imperativo

³¹ If linguistic meaning is inseparable from ideology, and both depend on social structure, then linguistic analysis should be a powerful tool for the study of ideological processes that mediate power and control relations. But linguistics is an academic discipline, and like all academic disciplines, is supported by a series of assumptions that constitute an ideology of the subject. It is not a neutral instrument for the study of ideology; is an instrument that has been neutralized. There is a need for a linguistics that is critical, aware of the assumptions on which it is based, and which is prepared to reflect critically on the underlying causes of the phenomena it studies and on the nature of the society to which the (studied) language belongs. (Tradução nossa).

no sentido de uma aplicabilidade imediata do ato ilocutório decisório de autoridades superiores, no tocante à violência obstétrica afirma-se a sua inexistência do ponto de vista institucional. Quanto à estrutura textual, o gênero em questão é composto pela parte formulaica que informa o Ministério/Órgão de origem, data.

Logo no primeiro parágrafo, que se encontra na íntegra no anexo, é informado o motivo do posicionamento - Acusa-se o recebimento do Ofício nº 017/19 – JUR/SEC referente à solicitação de posicionamento deste Ministério quanto ao uso do termo “violência obstétrica” – e no segundo já se constrói o “tom” que se desenvolverá o documento visto que informa a inconsistência de consenso no termo.

No terceiro parágrafo do despacho temos a presença de um elemento intertextual explícito. Para Fairclough (2001), a intertextualidade é uma categoria cara de análise de prática discursiva porque, para ele, garante a historicidade dos textos e, por isso, possui um maior potencial de transformação social. Vejamos o fragmento que terçiversa sobre o conceito de violência adotado pela Organização Mundial de Saúde:

A definição isolada do termo violência é assim expressa pela Organização Mundial da Saúde (OMS): “uso intencional de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação”. Essa definição associa claramente a intencionalidade com a realização do ato, independentemente do resultado produzido.

Após a inclusão da definição do termo, complementa-se que “Essa definição associa claramente a intencionalidade com a realização do ato, independentemente do resultado produzido”. A justificativa dada é inaceitável para as ciências de vertente crítica porque toda manifestação social, prática social, é intencional e uma demonstração de poder e ideologia. Por isso a concepção crítica combate o conceito de naturalização de ideologias hegemônicas que ocasionam práticas de opressão, exclusão. Thompson (2011) conclui a Ideologia de viés crítico como:

Maneira como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação: estabelecer, querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação; sustentar, querendo significar que o sentido pode servir para manter e reproduzir relações de dominação através de um contínuo processo de produção e recepção de formas simbólicas.(ibidem, p, 79).

E complementa que relações de dominação acontecem quando:

Relações estabelecidas de poder são “sistematicamente assimétricas” isto é, quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente e em um grau significativo, permanecendo inacessível a outros agentes, ou grupos de agentes, independentemente da base sobre a qual tal exclusão é levada a efeito. (ibidem, p, 80).

O ponto neurálgico da relação médico – paciente é a existência de uma relação assimétrica de poder. Primeiramente, porque o profissional de saúde detém conhecimentos de procedimentos técnicos essenciais para a manutenção da vida e cura de doenças, obviamente, desconhecidos pela população em geral. Além disso, vale asseverar que o processo do parto está envolto em ansiedade e dor, o que já coloca a mulher em uma condição de submissão física devido ao contexto, configurando assim uma relação assimétrica. O que nos conduz a crer que a utilização intertextual da definição teve uma interpretação manipulada ideologicamente para se abster da responsabilidade dos envolvidos nos atos violentos.

Tanto que no quarto parágrafo afirma-se que “violência obstétrica **tem conotação inadequada, não agrega valor**⁴ e prejudica a busca do cuidado humanizado no *continuum* gestação-parto-puerpério”. Ainda complementa-se no sétimo parágrafo que “Percebe-se, desta forma, a **impropriedade** da expressão “violência obstétrica” noatendimento à mulher, pois acredita-se que, tanto o profissional de saúde quanto os de outras áreas, não tem a intencionalidade de prejudicar ou causar dano”. Todo esse engendro transforma o que seria uma simples “palavra” e/ou escolhas dela, um “texto”, um “gênero textual” em mecanismos que atendam à manutenção de formas de dominação de um grupo social em

⁴Grifos nosso.

detrimento de outro. As palavras utilizadas acionam campos específicos de interpretação que remetem a ideologias dominantes.

Lembre-mo-nos de que a violência obstétrica não é um caso isolado e manifestado por um ator social específico, mas sim um problema estrutural e com conotações históricas. Desde a Bíblia, a mulher é identificada como a causadora dos males e decadência da humanidade, a responsável pelo pecado original e ao sofrimento no parto seria consequência, um castigo dado por Deus ante a sua desobediência latente. Vê-se em Gênesis (3:16,17) que “para a mulher Deus disse: Vou aumentar o seu sofrimento na gravidez, e com muita dor você dará à luz filhos. Apesar disso, você terá desejo de estar com o seu marido, e ele a dominará”.

Observamos em nossas análises as relações internas da composição discursiva de opressão machista ao corpo feminino, mas também as relações externas e recíprocas entre língua/linguagem, sociedade. Desta feita, é inteligível que a construção social com base no sistema patriarcal é o estímulo motriz que coage gêneros pela violência ao controle, contendo liberdades, sexualidades e atuações. Consideramos, ainda, que o despacho em análise é uma manifestação do poder patriarcal que resulta em violência de gênero.

Últimas considerações

As práticas hegemônicas são propostas ideológicas de naturalização do discurso usados como estratégias de dominação propostas pelo grupo dominante. São práticas construídas na história de modo que dificilmente são questionadas e quando são esse questionamento é tido como um discurso destoante sobre a ordem natural das coisas. No tocante ao papel da mulher na sociedade, por exemplo, quando um grupo militante propõe uma causa de luta como um direito de gênero, a sociedade como um todo rechaça a ideia e tenta legitimar a prática questionada com a “desculpa” da cultura e do padrão social prevaente. Fairclough (1989, p. 85) afirma que “Ideologia é mais eficaz quando seu funcionamento é menos visível possível” e é nos domínios da invisibilidade que a hegemonia se propaga. É o “fazer pensar” como natural e único, o que é

inquestionável, o que “sempre foi feito assim e assim será”. Ainda quanto à invisibilidade, Fairclough (1985, p. 85).⁵ assevera:

A invisibilidade é alcançada quando as ideologias são trazidas para o discurso não como elementos explícitos do texto, mas sim, como pressuposições de pano de fundo que, por um lado, levam o produtor do texto a “textualizar” o mundo de maneira específica e, por outro lado, levam o receptor textual a interpretar o texto de uma maneira específica. Como regra geral, os textos não inibem ideologias na sua superfície. Eles posicionam seu receptor por meio de pistas de uma maneira que traz ideologias para a interpretação de textos – e as reproduz nesse processo.

Isto é, quanto mais invisível, mais hegemônico, mais dominante. Deve-se salientar, sobretudo, que uma ideologia hegemônica não significa que é a única ideologia. Significa que é a ideologia da maioria, não da unanimidade.

Dessa maneira, lembramos que as questões femininas são sempre invisibilizadas, menosprezadas pelo poder patriarcal. Asseveramos o que preconiza a OMS sobre os direitos reprodutivos da mulher:

Todas as mulheres têm direito ao mais alto padrão de saúde atingível, incluindo o direito a uma assistência digna e respeitosa durante toda a gravidez e o parto, assim como o direito de estar livre da violência e discriminação. Os abusos, os maus-tratos, a negligência e o desrespeito durante o parto equivalem a uma violação dos direitos humanos fundamentais das mulheres, como descrevem as normas e princípios de direitos humanos adotados internacionalmente. Em especial, as mulheres grávidas têm o direito de serem iguais em dignidade, de serem livres para procurar, receber e dar informações, de não sofrerem discriminações e de usufruírem do mais alto padrão de saúde física e mental, incluindo a saúde sexual e reprodutiva. (OMS, 2014, p. 01).

⁵ Invisibility is achieved when ideologies are brought to discourse not as explicit elements of the text, but rather as presuppositions of background that, on the one hand, lead the producer of the text to "textualize" the world in a specific way and, on the other hand, lead the textual receiver to interpret the text in a specific way. As a general rule, texts do not inhibit ideologies on their surface. They position their receiver through clues in a way that brings ideologies to the interpretation of texts - and reproduces them in that process (tradução nossa).

Consideramos, por fim, que a restrição/censura do termo “violência obstétrica” em nada complementa no desenvolvimento de políticas públicas que sejam capazes de combater o desrespeito, abuso e maus tratos que as mulheres são submetidas nos ambientes hospitalares e que, ainda, o despacho supracitado caracteriza-se como uma violência institucional de gênero porque dificultará a identificação da violência obstétrica, impactando negativamente a saúde pública, além de ferir os direitos fundamentais das mulheres.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J.M., D’OLIVEIRA, A.F.P.L. **Violência Institucional em Maternidades Públicas**: hostilidade ao invés de acolhimento como uma questão de gênero. Tese de doutorado. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

ARENDETT, Hanna. **Sobre a violência**. Relume-Dumará: Rio de Janeiro, 1994.

_____. **Entre o Passado e o Futuro**. 2. ed. Trad. Mauro V. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 1997.

_____. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Referência Thompson**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição rev. e corr. Compilado e redigido por Frank Charles Thompson. São Paulo: Vida, 1992.

Convenção americana de direitos humanos pacto de sanjose da costa rica de 22/11/1969. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrode estudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose>. Acesso em 03 out 2014.

CRUZ NETO, O. & MOREIRA, M. R. **A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural**. Ciência e Saúde Coletiva, Vol. 4, Nº 1, 1999, p.33-52. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-31999000100004&script=sci_abstract&tlng=pt

Acesso em: 12 de junho de 2018.

FAIRCLOUGH, N. L. Teoria Social do Discurso. Brasília: Ed. UnB, 2001a.

_____. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Ed Universidade de Brasília, 2001.

_____. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2008.

FOWLER, R.; KRESS, G. **Critical linguistics**. In: FOWLER, R. et al. *Language and Control*. London; Boston; Henley: Routledge & Kegan Paul, 1979. p. 185-213.

NETO, O. C. e MOREIRA, M. R. **A Concretização de Políticas Públicas em Direção à Prevenção da Violência Estrutural. Ciência e saúde coletiva**. V. 4, n. 1, pp. 33-52, 1999.

Organização Mundial de Saúde. Declaração da OMS sobre Taxas de Cesáreas. 2015. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/161442/3/WHO_RHR_15.02_por.pdf>. Acesso em: 04 de Maio. 2019.

PARTO DO PRINCÍPIO. Dossiê da Violência Obstétrica “Parirás com dor”. 2012. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20367.pdf>>. Acesso em: 10 de Maio. 2019.

SCHRAIBER, LíliaBlima. **Violência dói e não é direito**: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos. Editora UNESP, 2005.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e realidade. N. 2. V.20. Porto Alegre: jul/dez.1995. p. 71-99.

VIOLÊNCIA NO PARTO: Na hora de fazer não gritou. 2013. In: <https://fpabramo.org.br/2013/03/25/violencia-no-parto-na-hora-de-fazer-nao-gritou/>. Acesso: 24 de Maio de 2019

WIEVIORKA, Michel. **O Novo Paradigma da Violência e Tempo Social** – Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 1, n. 9, p. 5-41, maio de 1997. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/pdf/vologn1/o%20novo.pdf> Acesso em: 21 nov. 2017.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2011.

ANEXO

DESPACHO
DAPES/SAS/MS
Brasília, 03 de maio de 2019.

1. Acusa-se o recebimento do Ofício nº 017/19 – JUR/SEC referente à solicitação de posicionamento deste Ministério quanto ao uso do termo “violência obstétrica”.

2. Embora não haja consenso quanto à definição desse termo, o conceito de “violência obstétrica” foca a mulher e o seu momento de vida (gestação, parto ou puerpério).

3. A definição isolada do termo violência é assim expressa pela Organização Mundial da Saúde (OMS): “uso intencional de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação”. Essa definição associa claramente a intencionalidade com a realização do ato, independentemente do resultado produzido.

4. O posicionamento oficial do Ministério da Saúde é que o termo “violência obstétrica” tem conotação inadequada, não agrega valor e prejudica a busca do cuidado humanizado no *continuum* gestação-parto-puerpério.

5. O Ministério da Saúde pauta todas suas recomendações pela melhor evidencia científica disponível, guiadas pelos princípios legais, pelos princípios éticos fundamentais, pela humanização do cuidado e pelos princípios conceituais e organizacionais do Sistema Único da Saúde.

6. Neste sentido, estratégias têm sido fortalecidas para que o cuidado materno seja cada vez mais qualificado, principalmente no que se refere à diminuição da mortalidade materna, mortalidade infantil, prevenção de danos decorrentes de intervenções necessárias para a preservação da vida do binômio mãe-bebê e na relação de cuidado e afetiva mãe-filho. Ratifica-se, assim, o compromisso das normativas deste Ministério pautarem-se nessa orientação.

7. Percebe-se, desta forma, a impropriedade da expressão “violência obstétrica” no atendimento à mulher, pois acredita-se que, tanto o profissional de saúde quanto os de outras áreas, não tem a intencionalidade de prejudicar ou causar dano.

8. Esforços institucionais são empreendidos por este Ministério da Saúde com a implementação de uma série de programas e políticas em saúde, entre os quais, o Programa de Humanização do Parto e Nascimento, a Política Nacional de Humanização – Humaniza SUS, a Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher, entre outros, na busca de qualificar a atenção ao parto e nascimento, necessitando fortalecer parcerias em um processo multidisciplinar. Nessa perspectiva, têm – se intensificado esforços de aproximação com a academia, conselhos de especialidades e sociedades científicas para discussões ampliadas.

9. Pelos motivos explicitados, ressalta-se que a expressão “violência obstétrica” não agregava valor e, portanto, estratégias têm sido fortalecidas para a abolição do seu uso com foco na ética e na produção de cuidados em saúde qualificada. Ratifica-se, assim, o compromisso de as normativas deste Ministério pautarem-se nessa orientação.

10. Encaminha-se ao GAB/SAS para prosseguimento.

O EFEITO “CAI-CAI” DO JOGADOR NEYMAR MOBILIZADO PELAS POSIÇÕES DE TÉCNICO DO TREINADOR TITE

Dalexon Sérgio da Silva¹

Considerações iniciais

A partir do dia 14 de junho de 2018, numa quinta-feira, no Estádio Luzhniki, em Moscou, deu-se início à cerimônia festiva de abertura da Copa do Mundo de 2018. O cerimonial começou às 11h30min (horário de Brasília), com apenas 30 minutos de antecedência do primeiro jogo do Mundial, no qual a Rússia venceu a seleção da Arábia Saudita pelo placar de 5 a 0. Acerca desse evento, segundo Souto-Maior (2014, p. 65), pode ser mencionado que “Copa do Mundo ou Copa é um torneio de futebol masculino, realizado a cada quatro anos pela FIFA (*Fédération Internationale de Football Association*), entre seleções nacionais de seus países-membros”.

A Copa do Mundo é um espetáculo de cores e de magia que encanta nações e envolve jogadores projetados em evidência em praticamente todo o mundo, por ser um evento social que promove a exposição nominal de jogadores que, por demonstrarem um futebol que marca posição de destaque, passam a ter suas alcunhas inscritas numa memória cristalizada, circulada ao ser acessada pela memória discursiva desportiva mundial, produzindo diferentes movimentos de sentidos. Segundo Campean (2012, p. 51), “temos sobre este esporte uma construção discursiva, que age trabalhando na memória”.

A exemplo dessa exposição nominal que se inscreve numa memória pode-se citar os seguintes nomes midiáticos atualmente: Cavani (seleção do Uruguai), Philippe Coutinho (seleção do Brasil), Cristiano Ronaldo (seleção de Portugal), Messi (seleção da Argentina) e Suárez (seleção do Uruguai), etc. É desse modo que Rodrigues (2013)

¹ Pós-doutorando em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e Doutor em Ciências da Linguagem em Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior – PDSE – CAPES, pela Universidade de Lisboa/Universidade Aberta de Lisboa - Portugal. Membro do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - Portugal. E-mail: dalexon@uol.com.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5977-361X>

defende que a prática de futebol é tão ligada à cultura do brasileiro que muitas vezes é capaz de revelar os sentimentos daqueles que dedicam grande parte do seu tempo a esse esporte, que chega a ser visto como uma espécie de religião pelos torcedores. Pode-se dizer que o futebol no Brasil se inscreve nas práticas sociais do povo brasileiro como elemento constitutivo desses sujeitos, de modo que projeta esse país pela perífrase, que o sagra como “O País do Futebol”.

Para Gurgel (2009, p. 203), “o esporte como espetáculo gera um show de imagens, que é ingrediente perfeito para o entretenimento na sociedade contemporânea”. Contudo, em meio à proliferação de imagens que mostram a paixão de diversos torcedores e a de jogadores produzindo cenas desportivas espetaculares nas arquibancadas dos estádios produzidas a partir de dribles e gols dos atletas que se tornam midiáticos, um jogador pertencente à seleção brasileira protagonizou no cenário futebolístico cenas que despertaram a atenção da imprensa mundial, não prioritariamente pelo seu bom futebol na Copa, mas por ser duramente acusado de dissimulação pela imprensa internacional sendo também criticado por vários desportistas renomados mundialmente. Assim, por esse viés, o jogador Neymar passa a ser cognominado e citado pela mídia mundial como promotor do efeito “cai-cai”.

Diante do exposto, o site www.globoesporte.com trouxe, em 02 de julho de 2018, a seguinte manchete de capa: “Peter Schmeichel diz que atuação de Neymar é ‘lamentável’ e faz apelo à FIFA” (GLOBO ESPORTE, 2018, s. p.). Na reportagem, vê-se o depoimento do ex-goleiro dinamarquês com duras críticas à atuação do jogador brasileiro na Copa do Mundo de 2018. Peter acusou Neymar de ser dissimulado e disse que é muito irritante presenciar o modo como o jogador tenta forçar os cartões² nos adversários. Disse ainda que essas “simulações” não são boas para o futebol e pediu que a FIFA punisse o jogador brasileiro por tais práticas dissimuladas na intenção de enganar os juízes do órgão mencionado, pois, segundo Peter Schmeichel, essa má postura do jogador Neymar não é vista noutros jogadores de destaques na Copa, a exemplo de Cristiano Ronaldo e de Messi.

² Ocorre quando um jogador simula uma situação para que o seu adversário seja punido com um cartão amarelo ou vermelho, como se o seu oponente, de fato, tivesse cometido uma falta, uma indisciplina em jogo, digna de receber uma punição.

Acerca disso o site www.veja.com, ainda com data de 02 de julho de 2018, trouxe a manchete: “Neymar é ‘vergonha para o futebol’, diz jornal americano”. A reportagem mostrou que o jornal americano *USA Today* também fez duras críticas a Neymar, ao mencionar: “*Ele é apenas um falso, um simulador, um ator de teatro ou qualquer outra palavra que o futebol usa para encobrir o fato de que alguém está tentando trapacear e descaradamente convencer o árbitro a punir um oponente*” (VEJA, 2018, s. p., grifo meu). Assim, a revista *Veja*, baseada nesse jornal, atestou que a imprensa internacional considera haver simulações de Neymar em suas quedas durante o Mundial.

Outrossim se pode citar o site www.esporte.ig.com.br, datado de 03 de julho de 2018, com a matéria de capa: “Neymar rolando vira meme e atacante é alvo de críticas: ‘Vergonha do futebol’”. Logo, a partir desse proliferar midiático que marca o jogador Neymar na posição de “cai-cai”, os sites citados se viram bombardeadas por centenas de memes e de charges que produziram enunciados com efeitos de sentido de humor e de crítica acerca das constantes quedas dele nessa Copa de 2018 na Rússia, tais como: - “Vamos pintar na bomba de combustível a camisa do Neymar, para ver se o preço da gasolina começa a cair”. Outro internauta escreveu: “Cai, cai balão. Cai, cai balão. É o Neymar jogando em ritmo de São João”.

Já no dia 06 de julho de 2018, data na qual o Brasil foi eliminado da Copa do Mundo da Rússia pela seleção da Bélgica, pelo placar de 2 a 1, a revista *Veja* em seu site www.veja.com, em uma matéria assinada pelo jornalista Fábio Altman, trouxe a seguinte manchete de capa em indagação: “Como Neymar entrará para a história da Copa de 2018? O cai-cai ou caçado?” (ALTMAN, 2018, s. p.). Na manchete pode-se ler o seguinte trecho:

Uma reportagem do *The New York Times* chegou a convidar treinadores de dublês, profissionais especializados em treinar atores de teatro e cinema, para que falassem das qualidades dramáticas de Neymar. Nem é preciso lembrar-se da profusão de memes que, de 17 de junho, dia da estreia contra a Suíça, até a triste sexta-feira, 6 de julho, fizeram troça com a chata mania do ex-santista de ir ao gramado por qualquer coisa, em permanente postura de exagero (ALTMAN, 2018, s. p.).

Nesse ponto, a revista *Veja* mostrou como a imprensa internacional criticou severamente o perfil de Neymar que passou a ser classificado publicamente como escandaloso e teatral em relação à posição de jogador nessa Copa do Mundo da Rússia. Na ocasião, o veículo jornalístico afirmou que antes que entre no rol dos gigantes eternos, precisará ter um pouco mais de cuidado com sua postura “cai-cai”, pois se trata de uma malandragem desnecessária, capaz de fazer com que, devido ao auxílio dos recursos do árbitro de vídeo (VAR), no jogo do Brasil contra a Suíça, o juiz tenha deixado de dar um pênalti vergonhosamente cavado pelo jogador em questão.

É em meio a esses acontecimentos sociais que o presente artigo busca analisar dois vídeos, que estão publicizados no *Youtube* com depoimentos díspares do treinador Tite acerca do atleta Neymar como jogador “cai-cai”, a partir da posição-sujeito deste treinador enunciando como antigo técnico do Corinthians e também se posicionando como atual técnico da seleção brasileira. Para tal procedimento de cotejamento, questões de pesquisa se fizeram presentes: (i) Como a posição-sujeito inscrita numa formação discursiva determina o que pode e o que deve ser dito? (ii) Que efeitos de sentido são produzidos a partir da posição-sujeito de técnico do Corinthians e da posição-sujeito de técnico da seleção brasileira do treinador Tite? (iii) Como se apresentam nesses vídeos as formações imaginárias acerca da posição-sujeito de jogador cai-cai do Neymar? (iv) Será que o depoimento do técnico Tite nesses dois vídeos analisados traz um discurso já-dito, cristalizado sobre a posição-sujeito de jogador cai-cai do Neymar? (v) De que modo se dá o acionamento da memória discursiva nesses dois vídeos publicizados no *Youtube*?

Assim, este artigo pretende investigar como determinados sentidos mobilizados são autorizados e outros são interditados, a partir da posição-sujeito de quem enuncia, pela presença da ideologia e acionamento da memória discursiva na exterioridade constitutiva, que favorece a projeção das formações imaginárias nesses vídeos. A inspiração teórico-epistemológica se dá sob a ótica da Análise do Discurso de linha francesa (AD), segundo os fundamentos de Pêcheux e de seguidores.

Sujeito, ideologia, formações discursivas, imaginárias e memória discursiva na Análise do Discurso de linha francesa

De acordo com Pêcheux (1988 [1975], p. 163) “é através da identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina que a interpelação (assujeitamento) se dá e transforma-o em sujeito de seu discurso”. Assim, o sujeito não pode ser concebido como um indivíduo que fala, pois quem, de fato, fala é uma instituição, ou uma teoria, ou uma ideologia. Do exposto, a AD entende o sujeito, a linguagem e os sentidos como partes de um todo interacional e indissociável. Seu sujeito é clivado porque é dividido entre o “eu” e “o outro” e, nisso, o discurso se configura como a relação entre sujeitos e sentidos entendidos como aquilo que insere o linguístico em articulação com a história, com a ideologia. Desta feita

[...] o sujeito passa a ser concebido como aquele que desempenha diferentes papéis de acordo com as várias posições que ocupa no espaço interdiscursivo. (...) O sujeito apesar de desempenhar diversos papéis, não é totalmente livre; ele sofre as coerções da formação discursiva do interior do qual já enuncia, já que esta é regulada por uma formação ideológica. Em outras palavras, o sujeito do discurso ocupa um lugar de onde enuncia, e é este lugar, entendido como a representação de traços de determinado lugar social, (...) que determina o que ele pode ou não dizer a partir dali, ou seja, este sujeito, ocupando o lugar que ocupa no interior de uma formação social, é dominado por uma determinada formação ideológica que preestabelece as possibilidades de sentido de seu discurso (MUSSALIM, 2003, p.133).

Nesse enfoque, por sofrer as coerções da formação discursiva do interior do qual já enuncia, o sujeito, para a AD, não é o centro de seu dizer, pois ele não é o senhor de sua vontade, tendo em vista que sofre as coerções de uma formação ideológica e discursiva, ou é submetido à sua própria natureza inconsciente. Desse modo, sem que tenha consciência disso, cada sujeito passa a ter a impressão de que é senhor de sua própria vontade, sendo levado a ocupar seu lugar em um dos grupos ou classes de uma determinada formação discursiva.

Assim Pêcheux expõe seu conceito:

[...] chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, em uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma

conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina "o que pode e o que deve ser dito", articulado sob a forma de uma alocução, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc (PÊCHEUX, 1997 [1988], p. 160).

É baseado nesse conceito de Pêcheux (1997 [1988]) que se percebe que uma formação discursiva determina o que pode/deve ser dito a partir de um determinado lugar social ocupado pelo sujeito discursivo. É desse modo que uma formação discursiva é marcada por uma determinação, que é histórica. Dessa maneira, a AD compreende o sujeito como sendo atravessado tanto pela ideologia quanto pelo inconsciente, de modo que seu sujeito não é uno ou do *cogito*, mas é considerado um sujeito descentrado, cindido, clivado. Ele não se constitui na fonte e origem dos processos discursivos que enuncia, pois esses processos são determinados pela formação discursiva na qual o sujeito falante se inscreve, embora esse sujeito possua a ilusão de ser a fonte ou origem do seu discurso.

Pêcheux (1990 [1969]) afirma que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia, pois o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua produz sentidos, que são apreendidos por esses mesmos sujeitos. O discurso é, nessa movência, uma prática social determinada por uma formação ideológica. Outrossim, o discurso para Pêcheux (1988 [1975], p. 15) “[...] é o efeito de sentidos entre locutores”, pois o que é encontrado no discurso é um complexo processo de constituição de sujeitos e de produção de sentidos oriundos da tensão entre constituição e formulação. O autor ainda salienta que o discurso é estrutura e acontecimento (PÊCHEUX, 1997 [1988]). Para Orlandi (2012) a ideologia pode ser vista como as relações imaginárias dos sujeitos com as suas condições de existência.

Do exposto, pode ser mencionado que é desse modo que o sujeito discursivo da AD passa a assumir diversas posições-sujeito, constituindo-se como um sujeito social, que se coloca numa posição, assumindo um lugar e então quem vai enunciar é sempre um sujeito afetado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia. Assim, “o discurso é uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza” (BRANDÃO, 2004, p. 37), isto é, um dos aspectos materiais da existência material das ideologias. Desse modo, discurso e ideologia são conceitos que passam a ser constitutivos.

Orlandi (2005) e Brandão (2004) tecem importantes considerações em relação à forma como o sujeito atribui imagens do interlocutor, do referente e de si. Assim, essas imagens constituem o processo de elaboração discursiva, elas se remetem a mecanismos de funcionamento da linguagem. Assim, as relações de sentido, as relações de força e de antecipação são condicionadas pelas formações imaginárias:

No discurso, as relações entre esses lugares, objetivamente definíveis acham-se representadas por uma série de “formações imaginárias” que designam o lugar que destinador e destinatário atribuem a si mesmo e ao outro a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro (BRANDÃO, 2004, p.44).

Pode ser mencionado então que, no mecanismo da antecipação, o sujeito coloca-se no lugar do destinatário e, dessa maneira, ele representa, em suas formações imaginárias, o outro, buscando prever o efeito das palavras que irá enunciar. Dessa forma, o locutor regula seu discurso conforme os efeitos que espera (re)produzir no interlocutor. Deste modo, na relação de forças, o sentido das palavras é regulado de acordo com o lugar social ocupado pelo sujeito-falante.

Com relação ao imaginário, Orlandi afirma que

[...] segundo o mecanismo da antecipação, todo o sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. Este espectro varia amplamente desde a previsão de um interlocutor que é seu cúmplice até aquele que, no outro extremo, ele prevê como adversário absoluto. Dessa maneira, esse mecanismo dirige o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor (ORLANDI, 2005, p.39).

Nessa perspectiva o sujeito diz aquilo que espera que faça sentido para seu interlocutor. Nesse jogo está a interpretação, ou a imagem do sujeito com relação ao seu interlocutor e ao objeto do discurso. Assim, o sujeito, quando enuncia, mobiliza um funcionamento discursivo que remete às formações imaginárias. Logo, aquilo que o sujeito espera

que faça sentido para o interlocutor é também uma interpretação de um discurso anterior que faz parte da formação imaginária do sujeito falante. Desse modo, o mecanismo imaginário produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica.

Ainda de acordo com Pêcheux (1999 [1983]), todo discurso se constitui a partir de uma memória e do esquecimento de outro. Nesse ínterim os sentidos vão se construindo no embate com outros sentidos. Não se pode esquecer que a memória, compreendida por Orlandi (2001) em relação ao discurso, é tratada como interdiscurso. Pêcheux define que

[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999 [1983], p. 52).

Dito de outro modo é um saber que possibilita que nossas palavras façam sentido. Esse saber corresponde a algo falado anteriormente, em outro lugar, a algo “já dito”, entretanto, ainda continua alinhavando os nossos discursos. Em razão disso a memória e, conseqüentemente, o interdiscurso, são responsáveis diretos pela constituição do sentido.

Trabalho Analítico num *Corpus* discursivo

O universo deste artigo foi constituído por dois vídeos extraídos do site do Youtube e que se encontram disponíveis em: https://www.youtube.com/watch?v=m2vWYugiB_4 e em https://www.youtube.com/watch?v=UcZc5Zt_qnc e, que foram acessados em: 9 de julho de 2018. Neles, há depoimentos do treinador Tite, que são enunciados a partir de sua posição-sujeito de técnico do Corinthians e de sua posição de técnico da seleção brasileira, acerca da posição de jogador “cai-cai” do Neymar. Tais enunciados presentes nesses dois vídeos serão transcritos e analisados pelo viés teórico e analítico da Análise do Discurso de linha francesa, por meio dos estudos sistematizados por Pêcheux (1990 [1969]), na Europa, de

Orlandi (2007), no Brasil e demais estudiosos. Dessa forma, haverá uma mobilização de concepções da AD, tais como: sujeito, posição-sujeito, memória discursiva, ideologia, formações imaginárias e discursivas.

Figura 1: Imagem do Vídeo 1



Fonte: Esporte interativo (2012, s. p.)

Recorte: Depoimento de Tite na posição-sujeito de Técnico do Corinthians:

- Eu falo de forma categórica aqui. Teve algum lance de deslealdade do Corinthians, quando, nesse jogo? Teve no jogo que nós vencemos aqui na Vila? Teve um lance? Teve no outro jogo lá? Aqui o Emerson foi expulso, gente. Ele foi expulso. Tá. Ele deu um carrinho imprudente. Aí, o Neymar caiu e ele não levantou. Aí, quando ele foi expulso, o Neymar levantou e tava bom. Ou eu vi alguma coisa errada gente? Cara, perder ou ganhar é do jogo, faz parte. Simular a situação? Levar vantagem, cara? Isso nem é do jogo. Isso é mau exemplo pro garoto, pra quem tá crescendo, pro meu filho. Pra quem vai olhar e dizer: - olha. Levar a vantagem nas coisas (ESPORTE INTERATIVO, 2012, s. p., grifo meu).

Figura 2: Imagem do Vídeo 2



Tite chama responsabilidade sobre pisão em Neymar e "ensina" treinador do México

6.097 visualizações

Fonte: Universo Esportivo (s. d., s. p.)

Recorte 2: Depoimento de Tite na posição-sujeito de Técnico da seleção brasileira:

- As hierarquias, elas se mantêm. Técnico fala com técnico, atleta fala com atleta, direção fala com direção, eu respondo depois essa pergunta pra ti. Eu não vou responder ao Osório, eu vi o lance. Todas as pessoas que estão me assistindo, todas pessoas que estão me ouvindo, tirem a sua própria conclusão. O vídeo tá aí e contra a imagem a gente não questiona. Tá aí, ele possa fazer a análise (UNIVERSO ESPORTIVO, s. d., s. p., grifo meu).

De imediato é preciso pontuar que não é o lugar empírico de Tite que importa a esse artigo, interessa aqui os lugares sociais ocupados por ele na posição-sujeito de técnico do Corinthians e de técnico da seleção brasileira, pois o sujeito da AD é um lugar, que se constitui por ser social, constituído pela determinação histórica, atravessado por uma ideologia que interpela o sujeito para ocupar uma determinada posição. Desse modo, Baracuhy (2010) nos mostra que não é qualquer um que tem o poder de enunciar. É preciso ter o poder na posição que lhe permite e favorece.

Assim, o técnico Tite se posiciona nesses dois vídeos no âmbito da produção de sentidos a partir do poder que exerce pelo lugar que ocupa e lhe autoriza a enunciar como técnico do Corinthians e como técnico da seleção brasileira. Logo, como esses lugares são históricos

e ideológicos, também se constituem como lugares de embates, de conflitos e de lutas. Desse modo, há os confrontos nos quais determinados sentidos são legitimados e autorizados para enunciar e entrar em circulação, já outros são silenciados, apagados ou entram numa zona de interdição do discurso.

Conforme postula Pêcheux (1993 [1975]) é pelo mecanismo da antecipação que o sujeito se coloca no lugar do destinatário e, dessa maneira, ele representa, em suas formações imaginárias o outro em lugares históricos. É nesse viés de embates de lugares socialmente marcados, que Tite na posição-sujeito de técnico do Corinthians mobiliza saberes e sentidos acerca do efeito “cai-cai” do jogador Neymar, ao enunciar no vídeo 1: “- *Eu falo de forma categórica aqui. Teve algum lance de deslealdade do Corinthians, quando, nesse jogo? Teve no jogo que nós vencemos aqui na Vila? Teve um lance? Teve no outro jogo lá?*” (ESPORTE INTERATIVO, 2012, s. p., grifo meu).

O enunciado produzido pelo Tite na posição-sujeito como técnico do Corinthians tem início na movência de efeitos de sentido interrogativos, que marca o lugar de “deslealdade” no ambiente desportivo. Ao dizer que fala de forma “categórica” o treinador produz o efeito de sentido de ênfase retórica no enunciado subsequente ao formular perguntas retóricas, para marcar a posição antagônica do time que ele representa (Corinthians) em detrimento do time adversário (Santos), ao analisar a postura de jogador “cai-cai” do Neymar. Desse modo, pode-se perceber que o termo linguístico “lealdade” não marca a superfície do texto, mas, via memória discursiva, pode ser acionado para marcar o lugar do Corinthians como o de um time que tem lealdade, pois o técnico Tite faz referência aos jogos que já circulam seus acontecimentos nas mídias pela memória discursiva desportiva acionada pelo treinador ao dizer: “- *Teve no jogo que nós vencemos aqui na Vila? Teve um lance? Teve no outro jogo lá?*” (ESPORTE INTERATIVO, 2012, s. p., grifo meu).

É desse modo que a memória discursiva é mobilizada, fazendo ressoar ecos na memória do dizer do presente no discurso do técnico Tite, pois, de acordo com Pêcheux (1999[1983]), a memória discursiva é um saber que corresponde a algo falado anteriormente, em outro lugar, a algo já dito, mas que continua alinhavando os nossos discursos. Assim, ao acionar a memória discursiva desportiva que aponta para os jogos anteriores entre o time do Corinthians e do Santos, o treinador

propõe marcar o lugar do time do Corinthians como o de lealdade, cristalizando-o na memória do dizer presente e sugere a postura “cai-cai” do jogador Neymar como “desleal”, ao jogar pelo Santos. É desse modo que de acordo com Silva e Azevedo (2018, p 15) “[a] memória discursiva é acionada para que se estabeleçam novos dizeres, pelo interdiscurso, pela compreensão do já-dito”.

Do exposto, via memória discursiva, é possível seguir essa rede de filiação de sentidos exposta acima acerca do depoimento do treinador Tite no vídeo 1, porque ele produz efeito de evidência sobre “deslealdade” (Neymar - Santos) versus “lealdade” (time do Corinthians), na sequência do seu depoimento, ao enunciar: “- *Aqui o Emerson foi expulso, gente. Ele foi expulso. Tá. Ele deu um carrinho imprudente. Aí, o Neymar caiu e ele não levantou. Aí, quando ele foi expulso, o Neymar levantou e tava bom. Ou eu vi alguma coisa errada gente?*” (ESPORTE INTERATIVO, 2012, s. p., grifo meu).

Acerca do exposto é pertinente analisar como o Tite se posiciona entre o “eu” e o “outro” e o discurso mobilizado por ele insere o linguístico em articulação com a história, produzindo efeitos de sentido, já que o discurso para Pêcheux (1997 [1988], p. 15), “[...] é o efeito de sentidos entre locutores”. Assim, o treinador Tite promove um efeito de sentido de comparação entre a posição-sujeito do jogador Emerson (Corinthians) em detrimento a do jogador Neymar (Santos), pois, na posição-sujeito de técnico do Corinthians, Tite vê seu time sendo injustiçado, pois, apesar de reconhecer que a expulsão do seu jogador foi justificável, “[e]le foi expulso. Tá. Ele deu um carrinho imprudente”, o treinador Tite demonstra não considerar justificável o efeito “cai-cai” do jogador Neymar, ao dizer que: “- *Aí, o Neymar caiu e ele não levantou. Aí, quando ele foi expulso, o Neymar levantou e tava bom*” (ESPORTE INTERATIVO, 2012, s. p., grifo meu).

Do já dito acima, observa-se o efeito de sentido de contradição atribuído ao Neymar, veiculado no vídeo 1, devido ao efeito “cai-cai” desse atleta durante os jogos, pois o treinador afirma que Neymar caiu e não se levantou, mas que, quando o jogador Emerson foi expulso, Neymar se levantou e já estava bom. É desse modo que, inscrito na formação discursiva de técnico do Corinthians, o treinador Tite questiona práticas e saberes pertencentes à formação discursiva inscrita no lugar social desse jogador do Santos em sua posição-sujeito. É nesse ponto que nos informa Pêcheux (1988 [1975], p. 163) que “[...]”

é através da identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina que a interpelação (assujeitamento) se dá e transforma-o em sujeito de seu discurso”. Desse modo, quem fala, aqui, do time adversário é o sujeito Tite que ocupa a posição de técnico do Corinthians. Dito de outro modo, quem fala aqui é “uma instituição, ou uma teoria, ou uma ideologia” (PECHEUX, 1988 [1975], p. 15).

Já no vídeo 2, agora, a partir da posição-sujeito de técnico da seleção brasileira, o mesmo treinador Tite, ao se referir ao efeito “cai-cai” do jogador Neymar, migra de sentidos, desloca-os e também promove o silenciamento de determinados sentidos. Isso se dá após realizar uma tomada de posição-sujeito de técnico do Corinthians para técnico da seleção do Brasil, pois mudam as condições de produção do discurso mobilizadas por Tite e mudam os lugares sociais ocupados pelos sujeitos já que Tite e Neymar passam a marcar posição na mesma equipe de futebol. E, se antes, no vídeo 1, eram adversários de equipes rivais (Santos versus Corinthians), agora, no vídeo 2, unem-se na mesma equipe, atravessados pela ideologia institucional da CBF-Confederação Brasileira de Futebol, que naturaliza o sentido de que ambos devem manter a unidade em equipe harmoniosamente, pois a ideologia naturaliza o que é produzido pela história.

Nesse ponto é preciso pontuar que esse artigo trabalha com a concepção de ideologia defendida por Orlandi (2000; 2001), baseada nos estudos de Pêcheux (1990 [1969]), que entende por ideologia as relações imaginárias dos sujeitos com as suas condições de existência. Logo, é pelo viés da ideologia que se tem os lugares sociais marcados. Nessa diretriz é a ideologia que marca o lugar social do jogador Neymar como atleta do Santos e de Tite como técnico do Corinthians (adversários) e que, agora, no vídeo 2, marca o lugar social de Neymar como jogador da seleção do Brasil e do treinador Tite, como técnico da seleção brasileira (mesma equipe desportiva).

É nesse direcionamento que o treinador Tite enuncia no vídeo 2, no lugar social de técnico da seleção brasileira, ao dizer: “As hierarquias, elas se mantêm. Técnico fala com técnico, atleta fala com atleta, direção fala com direção” (UNIVERSO ESPORTIVO, s.d., s. p., grifo meu). Desse modo, é possível perceber no enunciado formulado e circulado por ele, que os lugares sociais de embates estão bem marcados, pois conforme postula Pêcheux (1993 [1975]), as relações de força são bem marcadas, pois como se pode observar acima,

“técnico fala com técnico, atleta fala com atleta, direção fala com direção” (UNIVERSO ESPORTIVO, s.d., s. p., grifo meu).

Do exposto, o próprio Tite, nesse momento como técnico da seleção brasileira, produz o efeito de sentido de hierarquia, marcado na própria superfície textual, ao afirmar: *“- As hierarquias, elas se mantêm”* (UNIVERSO ESPORTIVO, s.d., s. p., grifo meu). Contudo, como o sujeito não controla os sentidos, que estão sempre à deriva, o seu enunciado provocou a produção de muitos memes e charges, que circularam como efeitos de sentido de incoerência e de deboche, sátira, pois, na memória discursiva desportiva, já havia a circulação do vídeo 1, no qual se vê, a partir de outro lugar de enunciação (treinador do Corinthians), o treinador Tite marcando o lugar do sujeito jogador Neymar como dissimulado e desleal para com os outros jogadores de outros times.

Na posição-sujeito de técnico da seleção brasileira o treinador Tite projeta outras formações imaginárias sobre o efeito “cai-cai” do jogador Neymar. Para Brandão:

No discurso, as relações entre esses lugares, objetivamente definíveis acham-se representadas por uma série de “formações imaginárias” que designam o lugar que destinador e destinatário atribuem a si mesmo e ao outro a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro (BRANDÃO, 2004, p.44).

É desse modo, por meio da imagem do seu próprio lugar (técnico) e do lugar do outro (jogador “cai-cai”), que o técnico promove a migração de sentidos, ao migrar também da formação discursiva de técnico do Corinthians para a formação discursiva de técnico da seleção brasileira. Assim, enquanto que na posição de técnico corinthiano Neymar é visto como um jogador desleal e trapaceiro, que simula de forma desonesta no jogo e se torna um mau exemplo para outras pessoas, aqui, no vídeo 2, na posição de treinador da seleção brasileira, diante de uma pergunta de um jornalista numa entrevista coletiva, o enunciado produzido pelo Tite diz que *“técnico fala com técnico, atleta fala com atleta, direção fala com direção”* (UNIVERSO ESPORTIVO, s.d., s. p., grifo meu).

Logo, se no vídeo 1, o técnico Tite se sente autorizado a criticar o jogador Neymar, falando dele e também para ele, diante dos jornalista numa coletiva de imprensa (de técnico para jogador), no vídeo 2,

noutra posição-sujeito, o treinador Tite contradiz a sua postura anterior e produz um silenciamento, pois a pergunta sobre o efeito “cai-cai” do jogador foi feita por um jornalista para o próprio Neymar na coletiva de imprensa, mas a ação do técnico Tite produziu o efeito de sentido de censura ao não permitir que o atleta respondesse, respondendo, em seguida, dessa forma exposta acima, que marca a hierarquia de poderes e de forças.

É interessante observar como se mostra o olhar do técnico Tite sobre o efeito “cai-cai” do jogador Neymar no vídeo 1 (como técnico do Corinthians e, portanto, adversários) e no vídeo 2 (como técnico da seleção brasileira e, portanto, mesma equipe). No vídeo 1, Tite diz: “-[o] Neymar levantou e tava bom. Ou eu vi alguma coisa errada gente?” (ESPORTE INTERATIVO, 2012, s. p., grifo meu). Já no vídeo 2, Tite diz: “- Eu não vou responder ao Osório, eu vi o lance. Todas as pessoas que estão me assistindo, todas pessoas que estão me ouvindo, tirem a sua própria conclusão. O vídeo tá aí e contra a imagem a gente não questiona” (UNIVERSO ESPORTIVO, s.d., s. p., grifo meu). Há, aqui, uma injunção à interpretação dessa forma pelo técnico Tite, porque, de acordo com os estudos de Silva (2018, p. 147), “há formações imaginárias que projetam esse lugar”.

Do exposto, baseado nos estudos de Pêcheux (1990 [1969]), Mussalim (2003) e Silva (2018), sobre as formações imaginárias do sujeito pode-se observar que o olhar do técnico Tite muda, pois ao mudar de posição-sujeito inscrevendo-se noutra formação discursiva, determinados sentidos são autorizados e outros não, passando a serem silenciados. Essa percepção de silenciamento no enunciado de Tite é possível, pelo viés da AD, porque, de acordo como esclarece Orlandi (2007, p. 73), “[...] ao dizer algo, apagamos necessariamente outros sentidos possíveis”. Assim, “todo dizer apaga necessariamente outras palavras produzindo um silêncio sobre os outros sentidos”.

É nessas condições de produção do discurso que Tite afirma ter visto o efeito “cai-cai” do sujeito jogador Neymar nos dois vídeos, contudo, no vídeo 1, o seu olhar produz o efeito de sentido de reprovação e de indignação, ao afirmar que o jogador se levantou e (rapidamente) já tava bom. Isso porque, pelo olhar do técnico do Corinthians, o Neymar só se levanta, depois de perceber que o juiz expulsou o jogador Emerson. Logo, tratar-se-ia de um simulador, enganador. Já no vídeo 2, com o olhar do técnico da seleção brasileira,

Tite atesta que “O vídeo tá aí e contra a imagem a gente não questiona”(UNIVERSO ESPORTIVO, s.d., s. p., grifo meu). Aqui o não questionar produz o efeito de silenciamento, de apagamento de outros dizeres que apontem o jogador Neymar como dissimulador em seu efeito “cai-cai”.

Dito de outro modo, no vídeo 1 Tite se posiciona na produção do efeito de sentido de evidência de que o jogador Neymar é um dissimulador, que se constitui como um mau exemplo para as pessoas, mas, ao migrar de lugar social e enunciar de outra posição, Tite provoca o efeito de apagamento de dizeres que não são favoráveis a sua nova formação discursiva de técnico da seleção brasileira. Logo, o técnico que questiona a postura antiga do jogador Neymar passa a estar, agora, inscrito na formação discursiva de técnico da seleção brasileira, passando a afirmar que “*contra a imagem não se questiona*”. É interessante observar que, nos dois vídeos, Tite faz uma injunção aos seus locutores para a interpretação, através dos termos linguísticos que apontam para a exterioridade: “cara”, “gente”, “todas as pessoas”, “a gente”. Contudo, se no vídeo 1, essa injunção se dá de modo a produzir o efeito de sentido de reprovação ao efeito “cai-cai” do jogador Neymar. Dessa forma, no vídeo 2 a injunção à interpelação marca o lugar de silenciamentos e apagamentos, ao não questionamento acerca do “cai-cai”, que mostre um sujeito dissimulado e enganador.

Em linhas finais, é preciso ressaltar que, conforme defende Pêcheux (1990 [1969]) acerca da definição de que uma formação discursiva determina o que pode e o que deve ser dito, conclui-se que os sentidos migram e promovem deslizamentos a partir da posição-sujeito inscrita numa formação discursiva e das formações imaginárias que fazem o sujeito projetar imagens de si mesmo e do outro, por meio do acionamento da memória discursiva.

Pelo exposto, pode ser notado que o técnico Tite migra de sentidos e saberes por meio da tomada de posição-sujeito técnico do Corinthians e de técnico da seleção brasileira, pois, como técnico da seleção brasileira, ele não se vê autorizado a produzir sentidos negativos acerca de um atleta da sua própria equipe. Pode-se ainda mencionar que o poder está em cada lugar social ocupado pelo sujeito sendo que o que se constitui em efeito de evidência numa posição-sujeito na outra pode se constituir por negação, silenciamentos e

apagamentos de sentidos não autorizados a circularem nessa determinada formação discursiva. Há formações imaginárias que projetam esse lugar com a força que ele tem e, desse modo possibilitam e autorizam o sujeito a enunciar.

Considerações finais

Para a compreensão do sujeito discursivo técnico Tite é necessário analisar seu discurso, delimitando o lugar social que sua voz ocupa na posição-sujeito de técnico do Corinthians e de técnico da seleção brasileira, que são posições entrecruzadas por vezes integrantes de dada realidade social, no acontecimento discursivo. Por isso, o artigo aqui apresentado trouxe discursos desportivos historicamente marcados, materializados em uma unidade discursiva que possibilita o já-dito ser inscrito em um novo acontecimento, promovendo descrições e reflexões.

Segundo Baracuhy (2010) um dos maiores desafios que a Análise de Discurso de linha francesa enfrenta frente à sociedade midiática atual são as novas materialidades e pluralidades de objetos. Assim, o presente trabalho buscou se distanciar dos inúmeros trabalhos sobre o discurso político, publicitário, pedagógico ou religioso e se destinou a analisar materialidades discursivas inseridas no campo do discurso desportivo brasileiro.

Assim, foram mostradas algumas reportagens desportivas situadas historicamente no âmbito da Copa do Mundo da Rússia, que cristalizaram o lugar do jogador brasileiro marcado pelo efeito “cai-cai”. Como pode ser observado em uma matéria publicada em 08 de julho de 2018 no site UOL, na seção Uol Esportes, cujo título “Doping, assédio, 'cai-cai'... Confira 10 polêmicas desta Copa do Mundo” ao elencar um ranking de polêmicas da copa em questão o “cai-cai” do Neymar foi situado entre as 10 maiores polêmicas da Copa.

Quanto ao conceito de discurso propriamente dito, defendido por esta pesquisa, pode-se afirmar que ele é entendido como efeito de sentido entre locutores. Efeito justamente porque, ao se refutar as “transparências” (do sujeito, da linguagem, da história, da “realidade”) o que resta ao sujeito são efeitos (de objetividade, de transparência, de comunicação bem-sucedida, etc.).

Do exposto, de acordo com Orlandi (2012; 2006; 2007), é pelo gesto do analista que são feitas as análises, pois, diante de qualquer objeto simbólico, o homem é levado a interpretar, a buscar o sentido das palavras e das coisas. É nesse viés que a AD é uma disciplina da interpretação. Dito isso, em diálogo com os estudos desportivos, promoveu-se, aqui, um gesto de interpretação acerca de dois vídeos disponíveis no Youtube, que trazem enunciados produzidos pelo técnico Tite acerca do jogador Neymar em seu efeito “cai-cai”.

Assim, foram analisados esses dois vídeos, vistos, como defendem Pêcheux (1990 [1969]) e Orlandi (2012), como unidades de sentido em relação à situação, observando os efeitos de sentido produzidos a partir da mudança de posição de Tite como técnico do Corinthians, para a posição de técnico da seleção brasileira (efeito de indignação, de questionamentos, de negação, de reprovação, de evidência, de silenciamento, de apagamento, do não questionamento, etc.).

Nesse perfil teórico e analítico buscou-se também, baseado nos estudos de Silva (2018, p. 150), “[...] compreender como o sujeito é constituído, simultaneamente, pela memória discursiva atravessada pela ideologia, bem como, a movência de sentidos que se dá ao se mudar de posição-sujeito inscrevendo-se numa memória para significar nesse tipo de gênero”. Ainda de acordo com Silva (2018) buscou-se analisar como se mostra a constituição de sujeito e de sentido mutuamente para reverberar, para favorecerem esse processo entre paráfrase e polissemia, contribuindo para a resignificação. Assim, a memória discursiva é acionada para que se estabeleçam novos dizeres, pelo interdiscurso, pela compreensão do já-dito.

Percebeu-se que as formações imaginárias do sujeito técnico Tite mudam e produzem outros sentidos a partir da posição que ele ocupa, pois foi mostrado na análise apresentada, que o poder está no lugar no qual o sujeito enuncia e é esse lugar, tocado pelas formações discursivas e imaginárias, interpelado pela ideologia e inscrito numa rede de memórias, que determina o que pode e o que deve ser dito. Assim, viu-se que a inscrição do sujeito Tite noutra posição-sujeito favoreceu a proliferação de determinados sentidos e o silenciamento de outros, não autorizados a circular em na outra formação discursiva, por meio da tomada de posição-sujeito de técnico do Corinthians para

técnico da seleção brasileira. Logo, sentidos cristalizados e autorizados na primeira posição-sujeito passaram a ser negados e silenciados na segunda.

Assim, as formações imaginárias do técnico Tite como treinador do Corinthians, mostraram o sujeito jogador Neymar como um “mau exemplo”, para seus filhos e para as pessoas de um modo geral, mas, na posição-sujeito de técnico da seleção brasileira (na mesma equipe de Neymar), esse mesmo sujeito jogador para a ser visto pelo não questionamento do seu efeito “cai-cai”. Não é o lugar empírico que funciona, mas o lugar social formulado pelas formações imaginárias do sujeito acerca do seu próprio lugar e do lugar do outro. É por meio das formações imaginárias, atravessadas pela ideologia e inscritas numa determinada posição-sujeito, que se pode mobilizar, a partir de uma tomada de posição, diferentes movimentos de sentido de um mesmo objeto simbólico.

Logo, segundo o técnico Tite “contra imagem não se questiona”. Nesse viés, compreendido pela AD, ao promover o efeito de sentido de evidência acerca da imagem do jogador Neymar como “cai-cai” (vídeo 1) e de silenciamento dessa imagem (vídeo 2) acerca do Neymar “cai-cai”, o técnico Tite se mostrou um sujeito descentrado, clivado, heterogêneo (inscrito nessas duas formações discursivas) na produção de sentidos. Dito de outro modo, trata-se de um sujeito afetado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia corintiana e pela ideologia da CBF que lhe fizeram, em determinadas condições históricas de produção do discurso, mostrar-se nesses dois vídeos, como um sujeito cindido em sua estrutura. Nessa relação de forças os sentidos provocados pelas imagens são regulados de acordo com o lugar social ocupado pelo sujeito.

Coube, portanto, realizar um movimento, através de um gesto de leitura acerca do efeito “cai-cai” do jogador Neymar, acerca da produção de efeitos de sentido, a partir das posições-sujeito de técnico do Corinthians e de técnico da seleção brasileira do treinador Tite já que, de acordo Pêcheux (1997 [1988], p. 53), “[...] todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação”. Logo, o efeito “cai-cai” do jogador Neymar possui pontos de deriva que podem deslizar e se deslocar noutras pesquisas com outras movências que, assim, como

este artigo em pauta, contribuam também para este campo da AD e do discurso desportivo.

Referências

- BARACUHY, Maria Regina. Análise do discurso e mídia: nas trilhas da identidade nordestina. **Veredas (UFJF. Online)**, v. 14, p. 167-177, 2010.
- BRANDÃO, Helena. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- CAMPEAN, Frederico Antonio Pereira. **Discurso do Futebol. Identidade Nacional, Imaginário, Memória e Produção de Sentidos: Em Busca de um Discurso Fundador do Futebol**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) - Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre.
- GURGEL, Anderson. Desafios do jornalismo na era dos megaeventos esportivos. **Revista Motrivivência**, v. 21, n. 32-33, p. 193 - 210, 2009.
- MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Orgs.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. Vol. 3. São Paulo: Cortez, 2003.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso: princípios & procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2012.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 2006.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso & leitura**. São Paulo: Cortez, 2000.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2001.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. 3. Ed. Campinas: Pontes, 2005.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HACK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990 [1969], p. 61-162.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre; DAVALLON, Jean; DURAND, Jean-Louis; PÊCHEUX, Michel; ORLANDI, Eni. (Orgs.). **Papel da memória**. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999 [1983], p. 49-56.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988 [1975].

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 2. ed. São Paulo: Pontes, 1997 [1988].

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HACK, Tony. (Orgs). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1993 [1975], p. 163-252.

RODRIGUES, Kelly de Conti. Esporte e folkcomunicação: o futebol mostra a brasilidade. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, v. 11, n. 24, p. 66-81, 2013.

SILVA, Dalexon Sérgio; AZEVEDO, Nádia Gonçalves Pereira. Análise Discursiva da Identidade de Torcedores do Santa Cruz Futebol Clube em suas Posições-sujeito. **Revista Intersecções**, v. 25, ano 11, n. 1, p. 04-20, maio/2018.

SILVA, Dalexon Sérgio. Ratos Governadores? Memória Discursiva, Posições-sujeito e Ideologia na Produção de Sentidos numa Charge Política - **Revista Dissol**, ano IV, n. 7, p. 137-152, jan-jun/2018.

SOUTO-MAIOR. Telmo José. **Grupos Criativos em Organizações**: a Seleção Brasileira de Futebol Masculino nas Copas do Mundo de 1966 e 1970. 2012. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) –Centro tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Sites consultados:

ALTMAN, Fábio. Como Neymar entrará para a história da Copa de 2018? Cai-cai ou caçado?, **Veja**, 06 de julho de 2018, s. p. Disponível em: <<<https://veja.abril.com.br/placar/como-neymar-entrara-para-a-historia-da-copa-de-2018-o-cai-cai-ou-cacado/>>> Acessado em 30 de julho de 2019.

ESPORTE. IG. Neymar rolando vira meme e atacante é alvo de críticas: ‘Vergonha do futebol’, **IG**, 03 de julho de 2018, s. p. Disponível em: <<<https://esporte.ig.com.br/futebol/copa-do-mundo-2018/2018-07-03/neymar-rolando-meme-vergonha.html>>> Acessado em 30 de julho de 2019.

ESPORTE INTERATIVO. Tite sobre Neymar: “Mau exemplo”. **Esporte Interativo**, 20 de agosto de 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=m2vWYugiB_4>> Acessado em 30 de julho de 2019.

GLOBO ESPORTE. Peter Schmeichel diz que atuação de Neymar é "lamentável" e faz apelo à Fifa, **Globo Esporte**, 02 de julho de 2018, s. p. Disponível em:<<<https://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/peter-schmeichel-diz-que-atuacao-de-neymar-e-lamentavel-e-faz-apelo-a-fifa.ghtml>>> Acessado em 30 julho de 2019.

UNIVERSO ESPORTIVO. Tite chama responsabilidade sobre pisão em Neymar e “ensina” técnico do México. **Universo Esportivo**, s. d. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UcZc5Zt_qnc>>Acessado em 30 de julho de 2019.

UOL. Doping, assédio, 'cai-cai'... Confira 10 polêmicas desta Copa do Mundo, **Uol Esportes**, 08 de julho de 2018. Disponível em:<<<https://esporte.uol.com.br/futebol/copa-do-mundo/2018/noticias/2018/07/08/doping-assedio-cai-cai-as-10-maiores-polemicas-desta-copa-do-mundo.htm>>>Acessado em 30 de julho de 2019.

VEJA. Neymar é ‘vergonha para o futebol’, diz jornal americano, **Veja**, 02 de julho de 2018, s. p. Disponível em: <<<https://veja.abril.com.br/mundo/neymar-e-vergonha-para-o-futebol-diz-jornal-americano/>>> Acessado em 30 de julho de 2019.

DISCURSOS E(M) IMAGENS NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA: HISTÓRIA E QUESTÕES DE ESTUDOS

Jocenílson Ribeiro¹

Introdução

A história do ensino de língua portuguesa no Brasil, da educação básica à formação de professores, nas Universidades, tem sofrido transformações e determinações de várias ordens. Todas elas, em maior ou menor grau, estão associadas às relações de poder-saber que se instituem através das políticas de estado, de orientações acadêmico-científicas e de instrumentos linguísticos que têm na escola seu espaço privilegiado de produção e circulação de sentidos sobre os sujeitos e suas histórias. Além disso, essas determinações no ensino de línguas no Brasil e, particularmente, o da língua portuguesa, constituem um processo de disciplinarização da língua nacional (CHISS; PUECH, 1999) através de diferentes instrumentos, a saber: dicionários, antologias, materiais didáticos, manuais, gramáticas e livros didáticos (LD), entre outros exemplos. Então, tais instrumentos são, de fato, espaços por onde se constituem saber sobre a língua, saber sobre seus falantes, saber normativo de como se deve ler, (d)escrever e interpretar, saber sobre as palavras e os conceitos que ali se monumentalizam como verdadeiro sentido, mas nunca qualquer saber, nunca qualquer modalidade e variedade linguística, qualquer literatura, qualquer imagem. Enfim, por muitos desses instrumentos circulam saberes que se apresentam como discursos legitimadores de um poder que têm o livro didático como um dos seus dispositivos no campo da educação formal. A questão que me propus investigar entre 2009 e 2015 é a seguinte: como historicamente o papel das materialidades discursivas não verbais foi definido nos LD e que concepções de língua e linguagem acompanharam a própria emergência das imagens neste instrumento linguístico?

¹Professor Adjunto no Instituto Latino-Americano de Artes, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Docente de estudos linguísticos e português língua estrangeira. Foz do Iguaçu-PR. E-mail: jonuefs@gmail.com.

A finalidade desse capítulo² é apresentar um trajeto de pesquisa desenvolvido na ocasião do doutorado em estudos linguísticos e em ciências da linguagem (SANTOS, 2011; 2015). Trata-se de uma pesquisa desenvolvida a partir do tema da recorrência de usos de imagens e textos imagéticos em livros didáticos de língua portuguesa no Brasil. Partimos de uma abordagem teórico-metodológica orientada nos estudos em análise do discurso e na história da semiologia francesa. Após análise de um conjunto de livros didáticos que constituíam nosso *corpus* da pesquisa doutoral, concluímos que houve paulatinamente um aumento crescente da presença da imagem nos livros, acompanhando teoricamente a ampliação do conceito de língua, linguagem e texto na atualidade. Mas nem sempre a questão das materialidades foi devidamente problematizada, posto que, muitas vezes, o não verbal se apresentava com diferentes funções sem que raramente isso fosse um objeto de estudo na formação do professor de línguas e, conseqüentemente, um objeto que merecia análise descritiva (sua natureza material e simbólica), semiótica (no plano da significação, da expressão e do conteúdo) ou discursiva (da ordem da materialidade e da história).

Do levantamento de um conjunto de treze LDs estudados, entre as décadas de 1960 e 2010, constatamos que houve um progressivo aumento das apropriações de imagens ao longo dos anos e, mais recentemente, um certo discurso pedagógico voltado para suas manifestações no ensino. Esse fenômeno deve-se a algumas razões: seja de ordem política, histórica, cultural e tecnológica; seja de ordem teórica e científica, quando se passou a existir nas escolas diversas práticas de leitura que extrapolam o texto verbal, a construção dos sentidos dos textos verbais e não verbais e a constituição dos discursos materializados na língua e no conjunto de toda uma

² Uma versão desse trabalho foi publicada em Portugal, em coautoria com a Profa. Dra. Vanice Sargentini, no 4º volume da REDIS – Revista de Estudos do Discurso, da Universidade do Porto, por ocasião de organização do volume dos trabalhos apresentados no IV JADIS - Jornadas de Análise do Discurso "The *discurso of science*" onde apresentamos a comunicação "Discurso teórico e científico em manuais de língua portuguesa" (cf. RIBEIRO; SARGENTINI, 2015) com resultados preliminares da pesquisa doutoral. Registro aqui meus mais sinceros agradecimentos à professora Vanice Sargentini por todas as orientações em meu percurso acadêmico, por suas sugestões e apoio contínuo, bem como à FAPESP pelo financiamento desses estudos desenvolvidos entre 2009 e 2015.

iconografia do imaginário na área de *linguagens, códigos e suas tecnologias* (BRASIL, 2002a, 2002b).

Como procedimento metodológico, estabelecemos alguns percursos: a) desenvolver um estudo epistemológico sob a égide da história das ideias e das representações sobre os saberes em ciências da linguagem (CHISS; PUECH, 1987, 1998, 1999; COLOMBAT; FOURNIER, PUECH, 2010; b) fazer um levantamento quantitativo das imagens a partir do *corpus* bem definido, descrevendo a recorrência, a ausência e/ou a presença, o número e os tipos de materialidades imagéticas nos livros didáticos; c) levantar os principais conceitos e noções presentes nos LD, observando a recorrência e uso de conceitos como língua, linguagem, texto e comunicação no entrecruzamento de campos teóricos da linguística moderna; d) estudar nos documentos oficiais (leis, diretrizes educacionais, parâmetros curriculares) as abordagens sobre a leitura da imagem e suas mutações ao longo dos anos.

Nesse capítulo, apresentaremos então uma síntese dos principais levantamentos realizados ao longo da pesquisa, com o propósito de estabelecer uma reflexão em torno da presença da imagem no ensino onde cabe uma maior problematização desse objeto enquanto materialidade dos discursos.

A definição do objeto “texto imagético” enquanto materialidade do discurso

As questões sobre os usos, o tratamento e a apropriação do texto verbo-imagético ou somente imagético no ensino levou-nos a investigar tal objeto em duas perspectivas: a imagem enquanto objeto empírico e enquanto objeto epistemológico. No primeiro caso, foi preciso (re)conhecê-la em seu aspecto material, sua presença real nos livros, os tipos de imagens, suas características, sua relação com a palavra, seu lugar nas páginas dos livros etc.; na segunda perspectiva, buscou-se conhecer a função que assumia em cada página, os saberes que nelas circulavam, os conceitos no terreno das ciências da linguagem que (im)possibilitavam sua existência nos livros ou, ainda, a presença da imagem como objeto de estudo e produção de significados na história do homem. Nesse segundo viés, foi possível construir a seguinte questão: quais saberes estiveram associados à apropriação do texto imagético em livros didáticos e em exames de

avaliação brasileiros nos últimos cinquenta anos de história do ensino de língua portuguesa no Brasil?

Por outro lado, o trabalho com esse tipo de objeto enfrentava e ainda enfrenta o problema da *nomeação* – ou melhor, o problema da *definição* sem incorrer no risco do ‘rótulo apressado e muitas vezes improdutivo’ – tendo em vista a diversidade de designadores para o mesmo objeto, a imagem. Assim, em face da diversidade de nomenclaturas que levantamos ao longo das pesquisas, da descrição e da análise do arquivo bem como da leitura da bibliografia, optamos pela nomeação “imagem fixa”, “texto imagético” e, por último, “imageria” com um sentido mais amplo, mesmo reconhecendo sua limitação, confesso. No primeiro caso, foi preciso levar em consideração a natureza material e o suporte das imagens, por se tratar de uma materialidade mobilizada de outros meios, impressa em livros didáticos, colorida e/ou em preto e branco; já no segundo, pensando-a como texto ao considerar que a imagem também é lugar de materialização de sentidos constituídos na relação entre sujeito, linguagem e história e, por isso, lugar primordial da produção, constituição e circulação de discursos. Nessa perspectiva, imagem também é texto.

Por fim, mobilizamos a noção de imageria³ para definir um conjunto quantitativo de imagens definido pela função que elas assumem no interior do discurso pedagógico (portanto, com fins didáticos) e, especificamente, no interior dos manuais de ensino de língua e linguagem com propósitos fincados na leitura, na produção de sentidos. Evidentemente, para essa definição, deve-se considerar a natureza pictórica das imagens não por si só como se bastasse descrever seus aspectos iconográficos, sígnicos e plásticos, mas principalmente ao levar em conta seus usos culturais e históricos, para considerarmos, sobretudo, os sentidos que elas produzem a partir de uma memória das imagens (COURTINE, 2011; 2012), ou seja, é preciso

³Baseamo-nos particularmente nos autores Vianna (2000; 2010), Renonciat (2011) e Wunenburger (2001) para pensar na noção de imageria como um conjunto de imagens, não como um sinônimo de imagem. Evidentemente, cada autor utiliza tal noção pensando em questões distintas das nossas, mas o que há em comum é sua natureza complexa, funcional e relacional de tipos de imagens que podemos definir como imageria médica, imageria política, imageria eclesial etc.

colocar as imagens em relação às outras, tal como pensamos o discurso e o interdiscurso que o atravessa.

A partir dos trabalhos de Vianna (2000, 2010), Wunenburger (2001, 2012) e Renonciat (2011), a expressão imageria pode ser concebida como um conjunto de imagens, nas mais diversas especificidades genéricas, materialidades e suportes, que servem a um dado objetivo e campo das práticas discursivas e da constituição e difusão de saberes. Do ponto de vista genealógico, essa expressão começa a ser difundida com a atuação do *ministre de l'instruction publique* (1868-1869), Victor Duruy, no Segundo Império, na França. O político e historiador francês queria que as paredes das escolas francesas fossem cobertas, de cima abaixo, de imagens. *Imageria escolar* engloba todas as imagens e reproduções gráficas e iconográficas (envolvendo quadros, pinturas, estátuas, desenhos, maquetes, manequins, tabelas, gráficos, painéis, organogramas, mapas, fotos, infográficos, ilustrações em manuais didáticos) com objetivos de ilustrar e facilitar o trabalho didático do professor em sala de aula bem como o processo de ensino e aprendizado dos alunos a partir de imagens.

Ao pensarmos na noção de imageria em livros didáticos, consideramos que há na história dos livros didáticos (principalmente os livros de língua, literatura, história, artes, linguagens, gramática de textos com exercícios) determinadas imagens que circulam frequentemente, carregam saberes sobre a história do homem, legitimam discursos autorizados a circular na escola enquanto deslegitimam outros que ali são interditados. Por exemplo, faz parte de nosso repertório de imagens uma pintura renascentista cuja personagem apresenta um corpo “obeso” (se definida segundo os padrões estéticos de nossa época) sendo vinculada a textos clássicos de literatura; mas esta mesma imagem dificilmente aparece como ilustração de um texto científico cujo tema emerge do discurso médico com orientações para o cuidado com a saúde, redução de açúcares, prática de exercícios físicos etc. Daí uma das questões de ordem metodológica que nos colocamos é a seguinte: por que determinadas imagens entram na ordem do discurso e outras são silenciadas? Ou ainda: Por que um certo tipo ou gênero textual/imagético é escolhido compor o LD e não outro?

É nesse sentido que pensamos uma imageria discursiva em livros didáticos definida menos pela materialidade em si e mais pela função pedagógica que determinadas imagens, trazidas de outros espaços e meios de circulação, assumem quando são deslocadas para o interior do livro, possibilitando a construção e transmissão de valores compartilhados culturalmente nas sociedades.

A análise de discurso e a perspectiva foucaultiana de história

Procuramos com este estudo desenvolver, por um lado, um trabalho que considerasse o aporte teórico-metodológico da história tal como as pesquisas em ciências da linguagem que seguem as orientações foucaultianas. Por outro lado, a pesquisa seguiu os procedimentos atuais de análise de objetos de natureza plurissemiótica adotados nos estudos do discurso, partindo da noção de enunciado, discurso e arquivo caros ao campo da Análise do discurso francesa no qual temos feito uma dupla articulação: um conceito de história a partir dos trabalhos de Michel Foucault; e uma noção de semiologia histórica (GREGOLIN, 2011; SARGENTINI, 2011) que considera a natureza constitutiva do sentido a partir da relação de imagens e palavras como fundante da memória social e coletiva.

Além disso, tecemos algumas reflexões no terreno da *história e das representações sobre a língua e a linguagem* (COLOMBAT, FOUNIER, PUECH, 2010; PUECH, 1999, 2005, 2006), procurando flagrar algumas abordagens teóricas que, de certo modo, possibilitaram os usos da imagem na escola, sobretudo a partir da década de 1980, com o advento da internet e das novas tecnologias de comunicação e informação aperfeiçoadas, de certo modo, pelo projeto de comunicação de massa (MORIN, 2007) desde os anos 1960 na Europa e EUA. Sobre o trabalho do historiador das ciências da linguagem, Colombat, Founier, Puech (2010) e Puech (1999, 2005, 2006) afirmam que sua tarefa é então criar condições de reflexões sobre a epistemologia dos estudos de linguagem através de informações fiáveis de três ordens: a) as teorias antigas, os conhecimentos que elas produzem e os conceitos por elas elaborados; b) o modo como os problemas foram postos e difundidos e, finalmente, c) os problemas mais gerais e fundamentais que se nos apresentam.

Nessa tarefa, cabe ao historiador dos saberes linguísticos e das representações languageiras relativizar as análises e descrições sob pena de desconhecer a própria historicidade constitutiva dos fenômenos que ele se propõe descrever. É preciso então desenvolver um estudo histórico observando as continuidades e as rupturas que são constitutivas do próprio fazer histórico para não cair nos riscos da busca pela origem dos fatos e pela verdade da história nem pela linearidade desses fatos como fizeram os historiadores crentes numa história tradicional.

Com a concepção de história foucaultiana para compreender as mutações porque passam nosso objeto ao longo do tempo e no interior dos livros didáticos analisados enquanto instrumentos linguísticos, pensamos um dado saber no campo científico, histórico ou cultural obedecendo a uma ordem do discurso (FOUCAULT, 2001), que jamais está alheio ou imune às transformações históricas porque passam todas as manifestações de linguagem. A linguagem – seja em sua semiologia verbal, seja imagética – é o lugar privilegiado das práticas discursivas em que os sujeitos se definem nas relações sócio-históricas. Nesse sentido, as determinações políticas e científicas para a entrada, a manutenção, a permanência e o apagamento de determinados objetos discursivos em livros didáticos respondem também a determinações históricas que modificam as relações de poder e saber em cada sociedade e em diferentes épocas. Mas é preciso ter em mente o quanto a questão do político conjugada ao papel da ciência e, em particular, do discurso científico em nosso campo de estudo e atuação profissional é afetada pelas relações de poder instituídas pelo próprio estado. Essa questão tem relação direta com o modo como se apresentou o livro didático enquanto instrumento privilegiado das práticas de ensino de língua portuguesa. Então, a língua é gerenciada pelas relações de poder no terreno do político e do científico. Sobre essa questão, a linguista Eni Orlandi afirma que:

De um lado, o modo como o Estado administra o político afeta a sociedade e as instituições e, em consequência, a maneira como vivemos as relações de poder geridas pelo estado e somos afetados, somos significados e nos significamos por elas. De outro, na prática científica, nossas filiações teóricas ressoam a conjuntura política em que vivemos, e isto se configura menos por nossa vontade do que pela relação da

conjuntura com o dispositivo conceitual de que lançamos mão, em nossa inscrição na ciência, em nosso caso, ciência da linguagem. (ORLANDI, 2019, p.17).

Produtos culturais de uma política de estado, Os LDs legitimam ou reproduzem os discursos autorizados a partir de filiações teóricas e de programas educacionais específicos que nos afetam diretamente. E isso independe de uma vontade individual porque, ao mesmo tempo em que o Estado nos (in)gerencia na individualidade, ele distribui sua política numa esfera coletiva que nos homogeneíza através de diferentes dispositivos. Então a educação, o ensino e os livros, do mesmo modo que institui uma norma linguística, autoriza práticas de leituras que refletem na constituição de nossa própria subjetividade, do modo de falar ao modo de ler as próprias imagens que se nos distribuem nos livros.

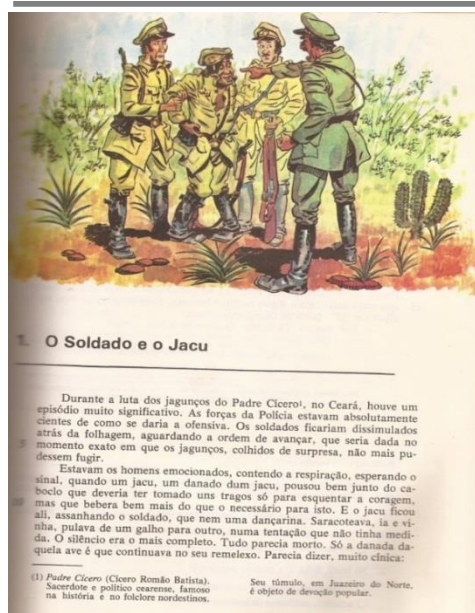
Para compreender o modo como esses processos de leitura e apropriação dos discursos se dão, levamos em conta a noção de história, a natureza semiológica do enunciado e o discurso como promotor de uma ordem do dizer e do olhar que permitem que os enunciados materializados em imagens nos livros produzam efeitos de sentido específicos ou diversos, possibilitando que determinados saberes constituam-se e perpetuem-se em uma dada época como regime de verdade em nossa sociedade contemporânea, tomando existência concreta no livro didático. Assim, tal regime de verdade define, na ordem do político e do científico, o modo como os significados são perpetuados nos livros e, no fio da história, vão cedendo espaços para novos dizeres, novos conceitos e quais imagens devem entrar na ordem política dos discursos.

O livro didático e a história que as imagens não deixam escapar

Diante da perspectiva que apresentei na seção anterior, proponho uma prévia análise no intuito de pensar a questão da história, do político e do científico (ou do pedagógico?) quando entendemos que as relações de poder atravessam os sentidos atribuídos aos enunciados no interior do livro. Analisamos, pois, aqui apenas algumas materialidades de um dos LDs que nos parecem singular no conjunto das obras selecionados para o *corpus* da pesquisa doutoral em função dos discursos que circularam e se materializam

sob a rubrica de “texto pedagógico” para o ensino de língua portuguesa tanto no aspecto descritivo-gramatical quanto no da leitura e da produção de textos. Vejamos as figuras a seguir.

Figura 1 - O soldado e o jacu



Os recortes acima compõem, respectivamente, as páginas 1, 61 e 100 do livro didático *Hora de comunicação: comunicação e expressão em língua portuguesa*, de autoria de Domingos Paschoal Cegalla, em 2ª edição publicada pela Companhia Editora Nacional em 1978. Este volume era destinado a alunos de sétima série conforme organização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional criada em 1961 e reformulada em 1971, portanto, vigente até 1996 quando se promulgou uma nova LDB⁴ espelhada nos princípios da Constituição Federal de 1988.

Ao analisar cada página do livro *Hora de comunicação*, que define já na capa a concepção de língua e linguagem como *comunicação e*

⁴ Coincidentemente o ex-presidente, político e militar brasileiro Ernesto Geisel morre em 12 de setembro de 1996, ano em que foi promulgada a LDB três meses depois em 20 de dezembro, através da Lei 9.394, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

expressão, passei a observar as imagens que nele figuravam e sua relação com os textos verbais e algumas tarefas. O livro havia sido publicado no período do Governo Geisel e manteve-se em uso nas escolas brasileiras mesmo no período de transição do regime do governo militar ao governo instituído pelo processo de redemocratização do país. Com dezoito capítulos, o livro traz textos literários (crônica, conto, fábula etc.) precedidos por uma imagem com função de ilustrar o texto que o segue. Chama a atenção a *imageria* que vai compondo as páginas constituídas por representações de elementos do imaginário nacional da época, autorizada a circular nesse dispositivo de educação linguística ou, dito de outro modo, instrumento linguístico. Trata-se de imagens de caçadores, soldados, militares, mineradores, homem na lua, jogadores de futebol, homem atirando, disputas e duelos, automobilismo, cidade de São Paulo, cachoeiras do Iguaçu, procissão católica, igrejas, casamentos, foto do líder chinês Mao Tsé-Tung, submarinos, barcos, navios, aviões, bandeiras brasileira e norte-americana etc.

Figure 2 - Caça EUA

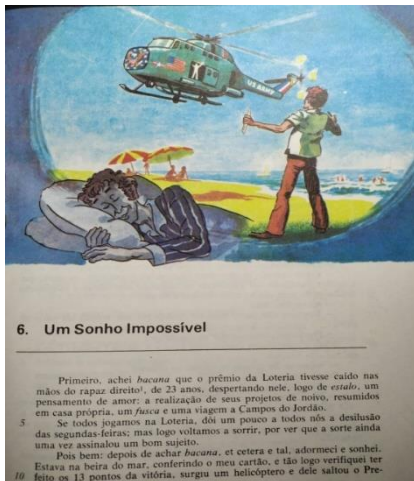
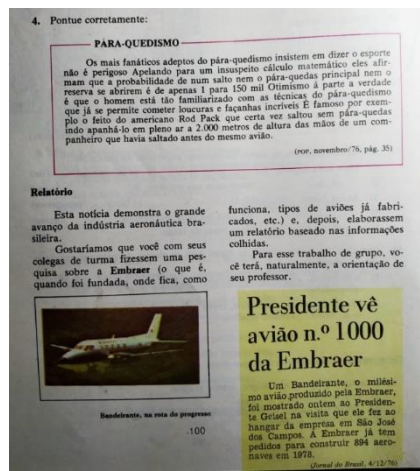


Figure 3 – Avião N .1000 da Embraer



Embora não haja nenhum exercício que problematize a relação das imagens com os textos literários, vale refletir sobre o papel [meramente?] ilustrativo de algumas delas, como é o caso das que selecionamos para esse capítulo (Cf. Figuras 1, 2 e 3). A presença de

soldados armados, navios, submarinos, caças e aviões produzem efeitos de poder e segurança nacional ou local quase sempre em cotejo com a retórica ficcional caricata que beira o sonho impossível, o risível, a ingenuidade, a brincadeira de rua ou, ainda, a ave jacu que desafia o soldado. O discurso de poder do estado e segurança nacional mantém correlação direta com a própria imagem do governo do militar Ernesto Geisel (1974-1979).

Enquanto na página 61 do livro (Figura 2) o conto “Um sonho impossível” (1972), de José Carlos Oliveira, tem por ilustração um helicóptero norte-americano que sobrevoa as praias do Rio de Janeiro com a identificação *US Army*, na página 100, o livro trará a notícia *Presidente vê avião No. 1000 da Embraer*, tendo sido publicada no *Jornal do Brasil*, do dia 4 de dezembro de 1976. Ao lado de tal notícia, uma foto de um avião batizado de *Bandeirante* compõe a tarefa apresentada ao(à) estudante para a produção de um “relatório”. Ao trazer o enunciado **“Esta notícia demonstra o grande avanço da indústria aeronáutica brasileira”**, o propósito didático elogia o próprio governo, e, mais que isso, constrói uma narrativa positiva no imaginário coletivo do jovem estudante brasileiro que visualiza esse feito como sinônimo de progresso. Não é à toa que a legenda da foto do avião é “*Bandeirante, na rota do progresso.*” Porém, resta-nos uma questão: que sentidos a imagem do helicóptero da força aérea norte-americana (*US Army*) produz ao sobrevoar as praias do Rio de Janeiro? Mais que isso: que possibilidade de reflexão crítica e analítica se constrói com essa tarefa articulando a textualidade imagética com a verbal?

Esse tipo de análise, ainda que breve, nos permite entender que a circulação das imagens (não qualquer imagem nem em qualquer período de nossa história) em livros didáticos não se dá de forma meramente ilustrativa, ainda que sua função imediata seja, de fato, a de ilustrar um texto verbal ou as páginas de tarefas. Suas escolhas não se dão de forma aleatórias. Elas se efetivam no interior de uma ordem do discurso que obedecem a regras institucionais e políticas de Estado numa relação de forças que determinam o que deve ou não entrar nos livros, o que deve ou não ser visto, enfim, o que deve ser constantemente ser repetido. Mesmo em políticas de governos democráticos no Brasil, do final dos anos 1980 até pouco tempo, o processo de produção de LD para ensino de línguas ou qualquer disciplina do currículo escolar se deu no interior de regras políticas e

científicas para ficarmos apenas nestas duas. Através das três imagens aqui selecionadas, podemos pensar que no interior do discurso pedagógico que tem como propósito a construção de saberes linguísticos e metalinguísticos contemplados através de práticas de leituras de textos literários, da produção de gêneros discursivos e de análises linguístico-gramatical (sob a rubrica da comunicação como abordagem vigente à época), institui um saber não linguístico-literário através dos discursos que se materializam na imagem, mas também no imaginário (ideológico) de uma política de Estado e de poder sobre os corpos que, na evidência do suposto *progresso*, silenciava as violências que o governo de Ernesto Geisel e os que lhe antecederam desde 1964 colecionavam, ainda que o então presidente “pretendesse” uma abertura política “*lenta, gradual e segura*” diante da pressão da luta pela redemocratização.

Procedimentos metodológicos de constituição do arquivo de análise

Em análise do discurso e na história das ideias linguísticas, nunca foi uma atitude confortável definir um tema, determinar os objetos, descrevê-los, interpretá-los/ analisá-los, mobilizar o embasamento teórico constitutivamente interdisciplinar, sem que antes se concebesse o processo analítico de construção e reconstrução do próprio objeto em um movimento que atravessa teoria e procedimento analítico. Esse é um problema diretamente relacionado à questão da constituição do arquivo. O trabalho de análise é, ao mesmo tempo, descritivo e interpretativo na medida em que se procedia e ainda se procede hoje com a constituição/construção e a leitura/interpretação do arquivo chegando às análises das sequências discursivas.

A própria noção de arquivo, na história da AD francesa, carrega em si uma diversidade de sentidos que, muitas vezes, carece de elucidações. Na crítica de Pêcheux (2010, p. 51), o arquivo é “[...] entendido, no sentido amplo, de ‘campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’”, portanto, ele é o resultado de um modo de leitura que o organiza, orienta sua constituição. Se se parte do pressuposto de que as leituras variam conforme mudam o sujeito-leitor, para cada sujeito há, pois, um modo de produzir o arquivo; dito

de outro modo, os arquivos de análise variam conforme mudam o olhar de seus analistas.

Na perspectiva foucaultiana, o que não nega a anterior – resguardadas as suas diferenças – se o arquivo congrega um conjunto de documentos, ele não é a soma de todos os textos de uma dada sociedade e cultura postos à análise, mas o conjunto de documentos monumentalizados ou esquecidos, dados a ver ou silenciados que uma sociedade produziu numa dada época, cuja totalidade é inatingível. Assim, nas palavras de Foucault (2008, p. 147): “O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa.” O arquivo não o acúmulo dos documentos, mas a condição que lhes dão existência material e unidade constitutiva dos sentidos que se legitimaram no decorrer de nossa história.

Desde os tempos de fundação da Análise do Discurso, em que se debruçavam em grandes *corpora* de discursos políticos predominantemente escritos, o trabalho com a produção do arquivo era um problema (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2010). E hoje quando as transformações por que passou a AD requerem atenção para uma diversidade de linguagens, novos temas e hibridez de objetos, perguntamo-nos: como proceder com a questão da constituição de um arquivo tão heterogêneo quanto complexo e desafiador? O trabalho com as regularidades discursivas mapeadas através de enunciados que constituem cada discurso no interior de FD tem sido o motor fundamental para os analistas de discursos que lidam com um *corpus* heterogêneo, disperso, fragmentado como foi o nosso caso em particular.

Em nosso arquivo especificamente, enfrentamos inquietações desse tipo que orientaram um modo de construir um trajeto de análise, identificando as regularidades no interior da heterogeneidade que lhe é constitutiva sem que deixássemos de reconhecer a complexidade da questão e os desafios que nos eram postos mediante tal complexidade de análise. Destacamos aqui quatro dessas inquietações:

1. A começar pelo enfrentamento da pouca clareza conceitual “texto misto” – por vezes confundido com texto sincrético, plurissemiótico, materialidade compósita, multimodal, imagética,

verbo-imagética – a partir do qual optamos por *texto imagético*, *imagem* e *imageria* conforme explicitamos anteriormente, não sem antes carregar com essas noções as implicações que tal escolha nos acarreta.

2. O outro problema aparece com a diversidade e riqueza semiótica presente nos livros didáticos caracterizada pelo tamanho, funções, tipos, natureza material entre outras, por exemplo: *funções* (ilustrativa, lúdica, didatizante, sem função claramente estabelecida); tipos de textos *verbais* (textos jornalístico, literário, instrutivos, gramatical), *imagéticos* (fotografia, caricaturas, pintura, desenhos, fotograma, foto-escultura), *verbo-imagético* (charges, quadrinhos, peça-publicitária etc.) e outros *códigos* (sinais de trânsito, símbolos, setas, esquemas).

3. A terceira é de ordem temática: feito o reconhecimento dessas implicações, seria preciso delimitar um tema. Contudo, no LD há uma diversidade de temas que varia conforme os objetivos previstos nos conteúdos e na construção dos saberes linguísticos, metalinguísticos, estéticos etc. Da língua pela língua à análise do texto literário, adotar um tema no interior do livro didático é desprezar a riqueza constitutiva que reside no interior dos livros. A única saída, portanto, conforme definição de um dos objetivos de nossa pesquisa foi compreender como historicamente as materialidades imagéticas foram abordadas nos LD, por extensão no ensino de linguagem (envolvendo língua, literatura, leitura), concorrendo com a linguagem verbal e quais as principais abordagens teóricas engendraram as mutações em seu tratamento.

4. Por fim, era preciso considerar o problema de ordem político-institucional, que envolvia políticas de produção do livro, leis, orientações e diretrizes de educação; ordem econômica (com os mercados editoriais), ordem acadêmica (com as teorias regentes a cada época que orientam o ensino e a formação do professor), ordem técnica (avanço das tecnologias de produção de livros) e ordem cultural (uso de novas linguagens, adventos de novas tecnologias, redes, internet etc.).

Ideias sobre língua e linguagem nos livros didáticos

Ao observar as transformações ou a manutenção do conceito de língua e linguagem no conjunto dos LDs analisados, elaboramos no Quadro 1 (em anexo) um diagrama que expressa a presença e a predominância de alguns conceitos com base em um levantamento de termos-chaves mais recorrentes no arquivo analisado. Nosso objetivo é compreender a recorrência de campos teóricos, que definimos por ideias e saberes sobre a língua e a linguagem (COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2010), gestadas no terreno das ciências da linguagem.

Sem objetivar uma homogeneização conceitual que enquadre cada livro em “correntes” teóricas herméticas, o diagrama que aqui elaboramos permite apenas entender em quais concepções e aportes cada livro fundamenta alguns de seus conteúdos ou, pelo menos, utiliza-se de terminologias e expressões que nos permitem associar a um dado campo de saber linguístico. O risco, porém, ocorre quando se busca entender tais conceitos como se fossem pertencentes a apenas um campo de saber, quando, na verdade, esse processo é mais complexo. Por exemplo, a ocorrência do termo “comunicação” nos livros da década de 1970 e 1980, no Brasil, não têm a mesma concepção daqueles produzidos segundo a proposta mais recente. A adoção de um termo como comunicação, por exemplo, muitas vezes não define necessariamente o pertencimento à teoria da comunicação, haja vista seus usos de modo vulgarizado até hoje. Não é à toa que, na coleção Abaurre por nós analisada, tal termo ainda aparece. É preciso entender mais de perto a que domínio ele se filia. Em suma, o uso de algumas rubricas teóricas pode ocorrer por empréstimo, havendo um certo deslizamento entre domínios teóricos, diferentemente da adoção do conceito de semiologia ou semiótica, que são mais raros nos livros didáticos atuais.

Metodologicamente, o estudo para a construção desse diagrama (ver anexo) desenvolveu-se quando fizemos um levantamento de alguns elementos significativos em cada LD na ordem em que se apresenta na edição, a saber:

- ✓ os títulos;
- ✓ a apresentação e/ou prefácio;
- ✓ o sumário/índice;

- ✓ a forma como se manifesta no interior dos livros (por partes, unidades);
- ✓ o grau de importância dentro das unidades (título de seção ou subseção);
- ✓ os exercícios/tarefas;
- ✓ a lista de referências.

Assim, observamos que a *gramática normativa* esteve quase sempre presente em todo o conjunto do arquivo, salvo nos momentos em que o livro não tinha o propósito de ensinar o sistema linguístico, como é o caso de *Para entender o texto: leitura e redação* (de Platão & Fiorin, 1991), e dois dos três livros que compõem a coleção *Abaurre* (edição de 2005, literatura; edição de 2007, Produção de texto), uma vez que o “livro” *Gramática* tem esse propósito específico. É interessante observar que os aspectos descritivos da língua (ao olhar da gramática descritiva), em oposição à noção de *prescrição*, vão figurar com mais visibilidade nos LDs de 2003 e 2006, promovendo uma discussão em torno das variedades linguísticas e adequação às diversas situações de uso da língua nas esferas sociais.

Abaurre e Pontara (2006) afirmam no texto de *apresentação* do volume:

Certamente você já se perguntou, em algum momento da sua vida escolar, por que precisa enfrentar tantas aulas de gramática. [...] Neste livro, vamos apresentar uma **língua muito mais viva e próxima de seu modo de falar**. Temos certeza de que boa parte das dificuldades enfrentadas durante o estudo de gramática se deve ao fato de que as **estruturas e exemplos presentes nos livros são artificiais**, criados para ilustrar casos previstos pela gramática normativa. [...] Achamos muito mais produtivo (e divertido) estudar os textos com que convivemos no nosso dia-a-dia: **tiras humorísticas, cartuns, editoriais de jornal, narrativas, crônicas, propagandas**, etc. (*grifos nossos*)

Nas palavras das autoras, percebe-se uma oposição ao propósito fatigante e pouco produtivo recorrente nos livros cujo interesse é prescrever regras artificiais e previstas pela gramática normativa. Afastando-se desse projeto já ultrapassado, dizem elas, as autoras procuram marcar um novo conceito de *ensinar língua escrita e falada*, isto é, aquela na qual os falantes percebiam-na como sendo uma *língua viva e próxima de seu modo de falar*. Esta afirmação produz um efeito

orientado por uma memória sobre a própria língua, aquela de que *aprender língua é chato, cansativo, entediante; a de que a língua portuguesa é repleta de regras de difícil absorção* etc. – um efeito de que a língua ensinada, conforme os moldes tradicionais, é inapreensível, uma vez que ela se configura como uma *língua inatingível*, ou seja, uma língua de impossível acesso e sem equivalência no dia-a-dia dos falantes.

Por outro lado, enquanto o conceito de língua estava atrelado à noção de *linguagem e cultura* que se manteve nos livros até os fins da década de 1980, a língua pensada na sistematização do texto através da frase como sua unidade composicional menor passa a aparecer em todos os LDs editados na década de 1990 (seja em primeiras edições ou reedições). Podemos concluir que a preocupação naquele contexto era desenvolver no aluno competências capazes de produzir e ler texto através da sistemática da língua culta. Assim, os livros (re)editados em 1990, 1991, 1995 e 1997 fazem parte de um momento que trazem em seus conteúdos a rubrica da *linguística de texto*, o que não significa que outras abordagens não tenham marcado sua presença, a exemplo das concepções fundadas na ideia de linguagem-comunicação, teorias enunciativas e estudos de gêneros dos discursos, em maior ou menor grau. Estes dois últimos campos teóricos, de fato, adquirem maior presença nos LDs no início dos anos 2000, quando o trabalho com múltiplas linguagens parecem ganhar maior atenção na escola, sendo certamente a consequência de algumas determinações político-culturais relacionadas a outras questões como:

- I. perspectivas de ensino mais atuais atreladas às políticas linguísticas, novas pedagogias e reformulações no sistema de educação;
- II. reformulação de currículos de Letras;
- III. uma nova entrada nas *epistemes* linguísticas de cunho histórico-discursivo;
- IV. reforma do Ensino Médio;
- V. reestruturação do Exame Nacional do Ensino Médio – que tem um forte impacto retroativo na prática docente, sobretudo no Ensino Médio;
- VI. preocupações com metodologias e abordagens que contemplem novas tecnologias (leiam-se os saberes sobre [e em torno de] as Tecnologias de Informação e Comunicação), além

de questões de ordens político-institucionais que viemos defendendo neste trabalho.

Não é exagero dizer que, do ano de 2003 até recentemente, parece prevalecer uma hegemonia conceitual sob o rótulo *gêneros discursivos* que parece dominar hoje e alhures, nos estados e municípios brasileiros, uma política de ensino de linguagem nas escolas, em afinamentos com os agentes políticos e institucionais responsáveis pela elaboração de políticas para o livro e o ensino.

Algumas considerações...

Diante das constatações sintetizadas acima, dissemos que o processo de transformações dos LDs e a relação da imageria com os conteúdos e conceitos abordados ao longo dos anos podem estar relacionados a três momentos, conforme resumimos da seguinte maneira (Quadro 1):

- ✓ o da **inexistência** das imagens, ou seja, quando não havia qualquer preocupação com esta materialidade no ensino de linguagem no Brasil (período que vai até a década de 1970);
- ✓ o da **presença** da imagem, quando, a partir dos anos 1980, começou-se a notar um apelo do olhar para novas materialidades propiciado pelo *boom* da comunicação de massa, pelo reflexo da incorporação da teoria da comunicação aos estudos linguísticos na década anterior e da lei 5.692/71, ainda que, com a abertura política, tenha havido uma recusa da academia aos esquemas comunicativos;
- ✓ o terceiro momento corresponde ao que definimos por **uso expressivo** da imagem, configurando um momento mais atual do ensino de linguagem, cuja preocupação das abordagens têm se fixado de um modo mais incisivo na exploração dos processos de leitura de diversas imagens e materialidades compósitas.

Este momento mais atual se configura também como uma quase “imposição moral” do trabalho com os diversos gêneros sob a vulgata de que é preciso apresentar ao aluno todo um conjunto de imagens diversos materiais didáticos a que ele tenha acesso no cotidiano (sob a vulgata de *material autêntico*), ensinando-lhe a ler, descrever,

analisar, reconhecer os elementos linguísticos, pictóricos, plásticos e iconográficos como constituintes dos sentidos. O efeito é moral porque circula uma memória que povoa enunciados do tipo: não se deve mais centrar-se nas descrições linguísticas. Daí porque, nas palavras de Abaurre & Pontara (2006) na *Apresentação* do volume *Gramática*, seu desafio era “escrever um livro em que o trabalho com a língua e com a gramática deixasse de ser uma apresentação cansativa de descrições e regras.”

Referências

- BRASIL/SEMTEC **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília, DF: MEC/SEMTEC, 2002a.
- BRASIL/SEMTEC. **PCN+ Ensino Médio: Orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Volume Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília, DF: MEC/SEMTEC, 2002b.
- CHISS, J.-L.; PUECH, C. **Fondations de la linguistique: études d’histoire et d’épistémologie**. Bruxelles: De Boeck-Wesmael s.a.; Éditions Universitaires, 1987.
- CHISS, J.-L. ; PUECH, C. La linguistique comme discipline en France. In: **Langue Française**. n.117. Paris : Larousse, 1998.
- CHISS, J.-L. ; PUECH, C. **Le langage et ses disciplines: XIX – XX siècles**. Paris, Bruxelles: Duculot, 1999.
- COLOMBAT, B.; FOURNIER J-. M. PUECH, C. (Org.) **Histoire des idées sur le langage et les langues**. Paris: Klincksieck, 2010.
- COURTINE, J.-J. **Déchiffrer le corps: penser avec Foucault**. Grenoble: Éditions Jérôme Millon, 2011.
- COURTINE, J.-J. Discursos e imagens para uma arqueologia do imaginário. In: SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C.; CURCINO, L. (Orgs.). **Discurso, Semiologia e História**. São Carlos: Claraluz, 2011. p. 145-162.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 7. ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2001.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GREGOLIN, M. R. Análise do discurso e semiologia: enfrentando discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI, V.; CURCINO, L.;

- PIOVEZANI, C. (Orgs.) **Discurso, Semiologia e História**. São Carlos: Claraluz, 2011, p. 83-106.
- GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. 3. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2010. p. 161-183.
- MORIN, E. [1962]. **Cultura de massas no século XX: neurose**. Edição brasileira de O Espírito do Tempo (L'Esprit du Temps).v. 1. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ORLANDI, E. P. **Ciência da Linguagem e Política: anotações ao pé das letras**. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2019.
- PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: Orlandi, E. P. (Org.). **Gesto de leitura: da história no discurso**. 3. ed. Campinas(SP): Editora da UNICAMP, 2010. p. 49-59.
- PUECH, C. (Org.). Sémiologie et histoire des théories du langage. In: **Langages**. n. 107, 1992.
- PUECH, C. L'émergence de la notion de "discours" en France et les destins du saussurisme. In: **Langages**. n. 159. Paris: Didier-Larousse, 2005. p. 93-110.
- PUECH, C. (Org.). Histoire des idées linguistiques et horizons de rétrospection. **Revue Histoire, Épistémologie, Langage**. 28(1). Paris, 2006.
- RENONCIAT, A. **Voir/savoir: la pédagogie par l'image aux temps de l'imprimé**. Saint-Hilaire-le-Châtel : CNDP, 2011.
- RIBEIRO, J.; SARGENTINI, V. Estudo histórico da imageria escolar em livros didáticos: discurso em torno das práticas de leitura da imagem. In: REDIS - Revista de Estudos do Discurso, v. 1, Universidade do Porto, Portugal, Porto: 2015, p.169-199.
- SANTOS, J. R. **A constituição do enunciado nas provas do ENEM e do ENADE: uma análise dos aspectos semiológicos da relação língua-imagem sob a ótica dos estudos do discurso**. 2011. 171 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.
- SANTOS, J. R. **Arqueologia da imagem no ensino de língua portuguesa no Brasil (1960-2010)**. 2015. 254 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos-SP, 2015.

SARGENTINI, V. M. O. Contribuições da semiologia histórica à Análise do Discurso. In: SARGENTINI, V.; CURCINO, L.; PIOVEZANI, C. (Orgs.) **Discurso, Semiologia e História**. São Carlos: Claraluz, 2011. p.107-126.

VIANNA, M. L. R. **Desenhos recebidos e imageria escolar: uma possibilidade de transformação**. 2000. 249 f. Tese (Doutorando em Artes) - Universidade de São Paulo Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

VIANNA, M. L. R. **Desenhando com todos os lados do cérebro: possibilidades para transformação das imagens escolares**. Curitiba: IBPEX, 2010.

WUNENBURGER, J.-J. **Imaginaires du politiques**. Paris : Ellipses Éditions Marketing S.A., 2001. (*Collection Philo*)

WUNENBURGER, J.-J. **Gaston Bachelard, poetiques des images**. Paris : Mimesis, 2012.

Livros didáticos analisados

1967– CEGALLA, D. P. **Português**. 4ª série ginásial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

1977– TUFANO, D. **Estudos de Língua e Literatura**. São Paulo: Moderna, 1977.

1978 – CEGALLA, D. P. **Hora de comunicação**. 7ª série. 2ª. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

1980– MARINO, A.R. **Estudos de Português para o 2º**. Grau. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1980.

1987– PINO, D.; SCARTON G. **Leitura, língua e literatura**. v.1. São Paulo: Saraiva, 1987.

1990– TUFANO, D. **Estudos de Língua e Literatura**. v. 1, 4. ed. São Paulo: Moderna, 1990.

1991– FIORIN L. ; PLATÃO F. **Para entender o texto: leitura e redação**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1991.

1995– MAIA, J. D. **Língua, literatura e redação**. v.1. 9. ed. São Paulo: Ática 1995.

1997– TERRA, E. ; NICOLA, J. **Gramática, literatura e redação para o 2º Grau**. São Paulo: Scipione, 1997.

2003– CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. **Português; Linguagens**. São Paulo: Atual, 2003.

2005– ABAURRE, M.L.; ABAURRE M.B. **Gramática:** texto – análise e construção dos sentidos. São Paulo: Moderna, 2005.

2006– ABAURRE, M.,L. ; PONTARA, M.,N. **Literatura Brasileira:** Tempos, leitores e leituras. São Paulo: Moderna, 2006.

2007– ABAURRE,M.,L.; ABAURRE, M.B. **Produção de texto:** interlocução e gêneros. Sal Paulo: Moderna, 2007.

Tabela 1 – números e percentual de materialidades imagéticas nos LDs

	CEGALLA	TOUFANO	MAIRINO	PINO & SCARTON	TUFANO	PLATÃO & FIORIN	MAIA	ERNANI & NICOLA	CEREJA & MAGALHÃES	ABAURRE & ABAURRE (literatura)	ABAURRE & PONTARA (gramática)	ABAURRE & ABAURRE (prod.texto)
ANO	1967	1977	1980	1987	1990	1991	1995	1997	2003	2005	2006	2007
TOTAL PÁGINAS	293	247	216	272	286	431	240	437	512	664	607	360
TOTAL MATERIAL POR 100 (3) PÁGINAS	0	11	20	70	55	159	91	115	514	713	509	508
	0	4,5	9,0	25,7	19,0	36,0	38,0	26,0	10,0	107,0	83,00	141,0

Fonte: Ribeiro (2015)

Quadro 1 - Diagrama das ideias e saberes sobre a língua e a linguagem em LD

ORIENTAÇÃO TEÓRICA	CEGALLA (antologia)	TUFANO 1ed.	MARINO	PINO & SCARTON	TUFANO 4ed.	PLATÃO & FIORIN	MAIA	ERNANI & NICOLA	CEREJA & MAGALHÃES	ABAURRE & ABAURRE (literatura)	ABAURRE & PONTARA (gramática)	ABAURRE & ABAURRE (prod.texto)
	1967 1ed	1977 1ed	1980 1ed	1987 7ed	1990 4ed	1991 3ed	1995 9ed	1997 1ed	2003 1ed	2005 1ed	2006 1ed	2007 1ed
Gramática normativa												
Gramática descritiva												
Variedade Linguística (socioling.)												
Teoria Comunicação informação												
Linguagem e cultura												
Teoria Enunciação												
Semiótica/ semiologia												
Linguística de texto												
Gêneros dos discursos												
Texto e discurso												

Fonte: Ribeiro (2015)

GOVERNAMENTALIDADE, CUIDADO DE SI E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE SER PROFESSOR NA FORMAÇÃO DOCENTE (INICIAL) EM DOCUMENTOS OFICIAIS.

Marcos de França*
Pollyanne Bicalho Ribeiro**

“O cuidado pela sua formação é seu.”

PRIMEIRAS PALAVRAS...

Entre as políticas públicas de governo voltadas para alcançar da educação, está aquela da edição das Diretrizes Curriculares para a formação de professores na graduação (a formação inicial) e a preocupação com a formação de quem já está no campo de trabalho (a formação continuada). Essa constatação se deu no âmbito de nossa pesquisa de doutorado ao analisarmos os documentos referidos. Verificamos que o discurso norteador do documento oficial aponta para uma ação de *governamentalidade* e de *cuidado de si/técnicas de si*, em que vislumbramos como um ato de *biopoder/biopolítica*, que deve ser assumido pelo professor em formação, pelo professor formador e pelo professor atuante no Ensino Básico, promovida pelo Estado.

A elaboração do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de um curso tende às premissas de alguns atos normativos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC). Entre essas edições, estão a da Resolução N° 2, de 1° de julho de 2015, que institui as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica*⁵; Parecer CNE/CP 28/2001 e a Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002 que estabelecem a carga horária dos cursos de licenciatura; o Parecer CNE/CES 492/2001,

* Universidade Regional do Cariri (URCA).

** Universidade Federal do Ceará (UFC).

⁵ A primeira edição foi em 2002 e reformulada em 2015. A nossa pesquisa de doutoramento se deu entre 2011 e 2014, portanto, trabalhamos com a primeira edição. Mas para os fins deste capítulo e por conta de seu espaço utilizaremos para análise apenas o texto das DCCL (2001; 2002).

de 13 de março de 2002, e a Resolução CNE/CES 18, de 03 de abril de 2001, que estabelecem as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de Letras.

Ou seja, a elaboração e construção de um “novo” currículo passam pelo crivo de várias regulamentações legais que direcionam previamente o que deve constar nesse currículo, portanto, não há uma “livre” e total escolha por parte dos sujeitos elaboradores do texto do que deve constar ou não na estrutura curricular. O Parecer N.º 492/2001 CNE/CES determina as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras (doravante DCCL) e a Resolução N.º 18/2002 CNE/CES estabelece essas Diretrizes Curriculares. Vale ressaltar que a construção de um novo currículo que atenda às Diretrizes é uma exigência do MEC, ou seja, é uma exigência institucional, ou antes, governamental, delimitada para uma melhor governamentalidade política: condução e controle das ações dos sujeitos elaboradores dos PPC de cursos de Letras do País.

Em vista disso, empreendemos uma pesquisa que pretende responder as seguintes perguntas: há uma ação de governamentalidade na formação docente inicial e continuada por meio da construção de um projeto pedagógico de curso?; os apontamentos discursivos desses documentos sobre formação inicial e continuada denunciam um cuidado de si para com a própria formação? Como na pesquisa do doutorado não era esse o nosso foco de pesquisa (mas ele ficou latente), agora, na pesquisa de pós-doutoramento, retomamos a temática da formação docente e temos por objetivo, portanto, discutir e analisar a formação docente inicial e continuada no curso de Letras-Português licenciatura a partir da análise de textos de alguns Projetos Pedagógicos de Curso de Letras de seis universidades públicas brasileiras, do Nordeste e do Sudeste do Brasil.

Nossa discussão é no sentido de mostrar que nos referidos PPC, por força das orientações das DCCL, há uma tendência, estabelecida pelos jogos de verdade que o momento histórico-político impõe, para que o profissional das Letras seja um professor pesquisador, autônomo, reflexivo e crítico e que cuide de sua própria formação profissional buscando estar sempre em contínuo processo de formação já a partir da formação inicial.

Nosso trabalho está dividido da seguinte forma: primeiro, apresentamos as categorias foucaultianas: *governamentalidade*,

biopoder/biopolítica e cuidado de si/técnicas de si, com as quais iremos trabalhar nas análises do *corpus*; segundo, discutiremos as concepções de formações inicial e continuada de acordo com o que preceitua a literatura acadêmica e como, possivelmente, ela adentrou no discurso dos documentos oficiais, como as DCCL e os PPC; por fim, na terceira seção, faremos uma análise do nosso objeto de pesquisa, do *corpus*, a partir do recorte feito.

A GOVERNAMENTALIDADE: A BIOPOLÍTICA E O CUIDADO DE SI

Nesta seção, apresentaremos e discutiremos os termos *governamentalidade*, *biopoder/biopolítica* e *cuidado de si/técnicas de si* a partir das concepções estabelecidas por Foucault (1997a, 1997b, 2007a, 2007b).

A governamentalidade

A transformação dos procedimentos de saber acompanha as grandes mutações das sociedades ocidentais: é assim que Foucault é levado a identificar diferentes formas de *saber/poder* e a trabalhar sucessivamente sobre a medida, a inquirição e o exame. A forma do exame será central nas análises que Foucault consagra ao nascimento da *governamentalidade* e do controle social: ela implica um tipo de *poder* essencialmente administrativo que impôs ao *saber* a forma do *conhecimento*: um sujeito soberano tendo função de universalidade e um objeto de conhecimento que deve ser reconhecível por todos como já estando ali.

Ora, o paradoxo encerra precisamente o fato de que não se trata, na verdade, de modificações do *saber* de um *sujeito do conhecimento* o qual seria afetado pelas transformações da infraestrutura, mas de forma de *saber/poder* que, funcionando no nível da infraestrutura, dão lugar à relação do conhecimento histórico determinado o qual se fundou sobre o par *sujeito/objeto* (REVEL, 2005). Assim se pronuncia Foucault:

Ora, essa *vontade de verdade*, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um *suporte institucional*: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas,

como as sociedades de sábios de outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, *pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade*⁶, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. (FOUCAULT, 2005, p. 17)

Não é preciso lembrar que os discursos se apoiam em um “suporte institucional”, portanto, seus *saberes* são institucionalizados, entretanto, como frisa o autor, o “modo como o *saber* é aplicado” na sociedade são diferenciados, pelo menos em princípio.

A *governamentalidade* está diretamente ligada a duas outras concepções criadas pelo filósofo francês Michel Foucault (2007a): *biopoder/biopolíticae governo de si*, que por sua vez estão diretamente relacionadas às relações de *saber/poder/vontade de verdade* que objetivam e subjetivam o ser humano (o indivíduo) em sujeito para um melhor controle.

A *governamentalidade*, como *governo de si*, compreende um dispositivo que disciplina e se encarrega do controle de mentes, aspirações e desejos ao mesmo tempo em que os cria e os molda. Sendo assim, a ideia aqui é que o professor ao pensar em cuidar de sua formação, no sentido de melhorar a sua atuação profissional na prática docente, ou seja, cuidando de si como profissional (como sujeito de ensino) estará cuidando dos outros enquanto alunos (sujeitos de aprendizagem).

Em Foucault, segundo Candiotta (2010), a *governamentalidade* como *governo de si* deve ser compreendida como um dispositivo disciplinar que se encarrega de controlar mentes, aspirações e desejos ao tempo em que os cria e os molda. Foucault diz que:

Por *governamentalidade*, eu entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, como forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. (FOUCAULT, 2007a [1979], p. 291-292)

Como o próprio autor define, o termo se refere a um conjunto complexo que envolve agentes e ações relacionado a um exercício de

⁶ Grifos nosso

poder governamental cujo foco/alvo é a população visando ao seu bem-estar e segurança com base em saberes advindos das ciências que devem servir ao bem comum da população. A essa perspectiva de exercício de poder, é o que o filósofo francês denomina de *biopoder*, que é o que discutiremos na subseção seguinte.

O Biopoder/A Biopolítica

Em Foucault, *saber/poder/verdade* são palavras-chave do seu pensamento, de sua obra. Em torno delas é que sua obra se fundamenta em busca da compreensão do *sujeito* e do presente.

A palavra *poder*, em geral, quando lida sob uma ótica marxista, provoca um efeito de sentido de caráter negativo. Remete a dominação em que há a relação dominador sobre dominados e, invariavelmente, se pensa num poder centralizado. Esse contexto relacionado, por sua vez, sempre ao âmbito da formação discursiva político-partidária. Assim, num processo revolucionário, dentro do pensamento marxista, chegaria um momento em que os dominados e oprimidos tomariam o *poder* e se tornariam política e socialmente igualitários. No entanto, diferentemente da visão marxista sobre o *poder*, diz Oliveira (2005, p. 49),

Geralmente, quando pensamos nas relações de poder, pensamos a partir de uma idéia negativa, vindo-nos já a de idéia [sic] opressão, dominação, força castradora. Essas relações geralmente são tomadas numa acepção negativa. Como se elas fossem sempre adversas, sempre hostis. No entanto, segundo Foucault (2004b), o poder, ou melhor, as relações de poder não são essencialmente repressivas nem unicamente contratuais. O poder não está primordialmente no nível da violência nem simplesmente no nível do direito, pois não é algo que sempre impõe limites, que sempre castiga, que sempre diz não.

De acordo com o enunciado acima, o *poder*, ou as *relações de poder*, segundo o filósofo francês, não apresenta apenas ou tão somente o lado negativo que estamos acostumados a ver nos discursos político-partidários, ou no senso comum. O *poder* em si mesmo não é bom ou ruim, mas ele é objeto de manipulação e de ação sobre o outro que pode ser para o bem ou para o mal. Nesse sentido afirma Oliveira (2005, p. 49):

Para o filósofo francês, o “poder” nem é um bem nem um mal, o *poder* são jogos estratégicos (p. 284). Em geral, o “poder” é uma força produtora que vai gerir a vida dos homens e mulheres, controlando-os em suas ações, levando-os a desenvolver suas potencialidades, auxiliando-os no *cuidado de si* e, conseqüentemente, no *cuidado dos outros*.

Se, como foi afirmado acima, “o *poder* são jogos estratégicos”, então, “os *jogos de verdade* estão inevitavelmente relacionados às relações de *poder*”, conseqüentemente, “a *vontade de verdade*, na qual estão incluídos os *jogos de verdade*, desempenha o papel de suporte de instrumento para os efeitos das *relações de poder*” (OLIVEIRA, 2005, p. 50). Diante disso, podemos dizer que o exercício de *poder* baseado no *saber* linguístico, seja por meio da “verdade” da GN seja por meio da “verdade” da Linguística, não é em princípio bem ou mal, mas “uma força produtora” que está relacionada, de alguma forma, ao “*cuidado de si*” no trato da língua materna.

Ora, o *poder* não pode disciplinar os indivíduos sem produzir igualmente, a partir deles e sobre eles, um discurso de *saber* que os objetiva e antecipa toda experiência de subjetivação. A articulação *saber/poder* será, portanto, dupla: *poder* de extrair dos indivíduos um *saber*, e de extrair um *saber* sobre esses indivíduos submetidos ao olhar e já controlados. Vai se tratar, por consequência, de analisar não somente a maneira pela qual os indivíduos se tornam sujeitos de governo e objetos de conhecimento, mas também a maneira pela qual se acaba exigindo que os sujeitos produzam um discurso sobre si mesmos a fim de fazer da própria vida, tornada objeto de múltiplos *saberes*, o campo de aplicação de um *biopoder* (REVEL, 2005).

A concepção de *biopoder* remete a um outro termo também cunhado pelo filósofo francês: *biopolítica*. Para Foucault (1997a), a função do governo não é governar apenas, mas é preciso assegurar a prosperidade da população, o crescimento econômico, a saúde pública, a educação etc. – é o que ele denomina de *biopolítica*. Para o autor, a *biopolítica* “[...] tende a tratar a ‘população’ como um conjunto de seres vivos e coexistentes, que apresentam traços biológicos e patológicos particulares, e que, por conseguinte, dizem respeito a técnicas e saberes específicos” (FOUCAULT, 1997b, p. 86). Por isso as áreas da saúde, segurança e educação são alvos de ações biopolíticas por parte do governo.

Foucault assim se expressa em relação ao termo: “[...] entendia ‘biopolítica’ a maneira pela qual se tentou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas propostos à prática governamental, pelos fenômenos próprios a um conjunto de seres vivos constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, raças... [...]” (FOUCAULT, 1997a, p. 89). Em outros termos, porquanto, *biopoder*, na concepção de Foucault (1997a), pode ser compreendido como: o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que na espécie humana constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder.

O *biopoder*, portanto, consiste em um conjunto de práticas estatais instrumentalizadas por meio de técnicas de poder que buscam exercer o controle sobre os indivíduos e sobre a população, bem como assegurar a prosperidade sobre a vida e o direito, fazendo isso a partir do dado biológico humano.

O Cuidado de Si/Técnicas de Si

A expressão *cuidado de si*, que é uma retomada do *epimeleibeautou*, indica, na verdade, o conjunto das experiências e das técnicas que o sujeito elabora e que o ajuda a transformar-se a si mesmo, por isso também chamada de *técnicas de si*. O *cuidado de si* inclui a máxima délfica (“conhece-te a tia mesmo”), mas a ela não se reduz: o *epimeleibeautou* corresponde antes a um ideal ético (fazer de sua vida um objeto de *tekhné*, uma obra de arte) que a um projeto de conhecimento em sentido estrito.

Para Foucault, a disciplina não é vista como algo nocivo, pelo contrário, ela serve como uma técnica de fabricação de indivíduos normatizados, posto que a disciplina é necessária para o bom funcionamento da sociedade e das relações sociais. Ela não é centralizada por um poder absoluto, mas dissolvida entre os indivíduos de uma sociedade assim como o próprio *poder* está dissolvido. Com isso, tanto serve ao controle do indivíduo sobre si mesmo e sobre o outro quanto à vida em sociedade. Isso é o que Foucault denomina de *disciplinarização dos corpos*.

Essa disciplinarização do indivíduo tem sua origem nas ciências humanas que, ao mesmo tempo que objetivam o homem também o sujeitam, moldando-o ao controle do espaço e do tempo. Portanto, a

sociedade disciplinar é caracterizada por essa postura de controle e vigilância sobre o indivíduo para torná-lo útil e produtivo para atender aos propósitos da sociedade moderna capitalista.

Como consequência dessa subjetivação do homem, “o sujeito constitui-se de si para si pela injunção geral à confissão e pelo papel das ciências que lidam com a vida na urdidura de um saber/poder acerca do sujeito” (ARAÚJO, 2001, p. 118), por isso os traços constitutivos do sujeito subjetivado, assim, são problematizados pelas ciências que objetivam o indivíduo e produzem o sujeito objetivado como resultado da relação do *saber/poder* que por sua vez leva a um estágio denominado *biopoder*, que se caracteriza por ser um *poder* que se volta para o cuidado da população nos aspectos da saúde, da educação, por exemplo, ou seja, com o bem-estar como um todo.

Isso remete ao que Foucault chamou de *governamentalidade* ou *governo de si*, isto é, o cuidado consigo mesmo e com o outro. O tema do *cuidado de si*, como observado anteriormente, aparece no vocabulário de Foucault no prolongamento da ideia de *governamentalidade*. À análise do governo dos outros segue, com efeito, aquela do *governo de si*, isto é, a maneira como os sujeitos se relacionam consigo mesmos e tornam possível a sua relação com os outros. Nesse passo, “o sujeito objetivado” pelas “ciências humanas que o examinam e o normalizam” e é “subjetivado por ciências profissionais”, ou aquelas que são formadas pelo radical “psico”, que “buscam extrair do sujeito sua ‘verdade’” (ARAÚJO, 2001, p. 119), assim, arrancada a “verdade”, constitui-se no mesmo ato o pensar-se como sujeito, pois o *saber/poder* cria relações, induz à “verdade”, produz subjetividade. É nesse sentido que se afirma: “ao lado da dominação maciça da economia, da política e dos meios de comunicação, há o fator disciplinar, isto é, instrumentos de objetivação e subjetivação das disciplinas e do *biopoder*, que têm como alvo o sujeito individualizado e sujeitado” (ARAÚJO, 2001, p. 122).

Em síntese, em Foucault (2007a), a *governamentalidade* como *governo de si* (ou *técnicas de si*) deve ser compreendida como um dispositivo disciplinar que se encarrega de controlar mentes, aspirações e desejos ao tempo em que os cria e os molda. Portanto, a formação docente seja inicial seja continuada passa por um controle prévio na medida em que a construção dos PPC, e conseqüentemente

os currículos de seus respectivos cursos, devem seguir as orientações e recomendações dos atos normativos editados pelo governo (MEC/CNE), como as DCFIC (2015) e as DCCL (2002).

A formação docente no discurso oficial. o que o governo tem a ver com isso?

Nesta seção, buscamos desvelar nos textos das DCCL e de alguns PPC de cursos Letras-Português Licenciatura os mecanismos de controle do discurso oficial na/da formação docente; são *vontades de verdade* do discurso oficial que perpassam pelas concepções daquilo que Foucault (2006; 2007b) chama de *governamentalidade* e de *saber-poder*. É aqui onde entra a prática da *biopolítica*, o exercício do *biopoder*, da ação de *governamentalidade*: a edição de diretrizes para “dizer” o que fazer e como fazer sob o discurso do “cuidado com o outro”, ou seja, é o governo “trabalhando” para o bem comum da população por meio do cuidado com a Educação do País.

Em vista disso, vejamos o que dizem/trazem os documentos oficiais e o que eles revelam sobre o “ser” e o “fazer” docentes, na formação inicial e na continuada.

O que Dizem os Documentos Oficiais sobre a Formação em Letras?

O curso de formação em Letras deve formar professores de Língua Portuguesa (LP) para o mercado de trabalho atendendo às demandas do EB (EF e EM). O texto do PPC1 define como objetivos específicos:

II. Específicos:

a) fornecer o conhecimento teórico-prático do idioma português, das literaturas de expressão portuguesa e suas respectivas literaturas, indispensável à formação do licenciado em Letras para o competente desempenho de suas tarefas de ensino e/ou pesquisa;

[...]

d) assegurar aos profissionais que vão atuar no campo das relações sociais a formação de espírito crítico capaz de nortear a prática docente no âmbito da vida nacional e local;

e) preservar a especificidade da habilitação, possibilitando a interdisciplinaridade no currículo, graças à presença de disciplinas de

outros cursos da área das ciências humanas e sociais e à oferta de disciplinas de Letras nos currículos de outros cursos desta Universidade, e,
f) estimular a capacidade de desempenhar o papel de fomentadores e divulgadores do desenvolvimento cultural, através das línguas. (PPC1, p. 1-2)

Em relação aos objetivos específicos, podemos dizer que eles buscam inserir o sujeito-aluno não só no âmbito do ensino mas também no âmbito da pesquisa, fornecendo-lhe o “conhecimento teórico-prático” necessário ao desempenho do exercício profissional. Há um discurso que aponta para uma necessidade de atualização e de uma formação calcada em uma visão mais ampla do real papel na sociedade do profissional das Letras, como um “fomentador” e “divulgador” do bem cultural por meio da língua. O sujeito que se pretende formar deve dominar um determinado saber que não pode se restringir tão somente ao conhecimento de gramática. É preciso saber que a língua está inserida em determinada cultura e que, em vista disso, ela não pode fugir da sua relação com a cultura a que pertence. Ao professor cabe ter conhecimento disto: a língua é um produto cultural de um povo.

Essa questão, claro, não está restrita à formação em Letras, mas à formação docente como um todo. Essa é uma questão que permeia o universo discursivo da Educação na atualidade e que está interdiscursivamente constituído no discurso do PPC1. Trata-se do discurso da formação docente e os saberes necessários ao desempenho docente. Tardif (2014) defende que o saber não se reduz, exclusiva ou principalmente, a processos mentais, cujo suporte é a atividade cognitiva dos indivíduos, mas é também um saber social que se manifesta nas relações complexas entre professores e alunos. Para o referido autor, os saberes de um professor compreendem outros saberes além de sua formação acadêmica: “Os saberes de um professor são uma realidade social materializada através de uma **formação**, de programas, de práticas coletivas, de disciplinas escolares, de uma pedagogia institucionalizada, etc., e são também, ao mesmo tempo os *saberes dele*” (TARDIF, 2014, p. 16).

Por isso é preciso “[...] situar o saber do professor na interface entre o individual e o social, entre o ator e o sistema, a fim de captar a sua natureza social e individual como um todo” (TARDIF, 2014, p. 16).

Assim, ao refletir sobre o processo de formação de professores, o referido autor argumenta que se deve levar em conta o conhecimento do trabalho dos professores, seus saberes cotidianos. Essa posição assumida por Tardif(2014) põe em xeque a ideia tradicional de que os professores são apenas transmissores de saberes produzidos por outros. Nesse passo, o autor propõe que docentes e discentes, pesquisadores e educadores unam teoria e prática, sejam todos pesquisadores e sujeitos de conhecimento. Segundo ele, os cursos de formação de professores já expressam a vontade de encontrar “[...] uma nova articulação e um novo equilíbrio entre os conhecimentos produzidos pelas universidades a respeito do ensino e os saberes desenvolvidos pelos professores em suas práticas cotidianas” (TARDIF, 2014, p. 23)

Esse mesmo discurso também está presente nos objetivos específicos do PPC2:

Esta **formação busca**, especificamente, **capacitar o aluno** para:

1. **refletir sobre a importância da linguagem na socialização humana**, revendo os conceitos de “competência” e “habilidade”, no que eles remetem para o individualismo e o cumprimento técnico de determinadas tarefas;
2. **refletir sobre a importância do domínio da linguagem** (em suas várias formas de manifestação e registro) como **fundamental não apenas para a interação social**, mas também **para o julgamento crítico das relações sociais e do contexto** em que o aluno está inserido, **capacitando-o para as atividades de ensino, pesquisa**, visando a sua **formação como agente produtor e não mero transmissor do conhecimento**;
3. **promover a extensão como forma de articular o ensino e a pesquisa com a realidade social da qual ele faz parte.** [...]. (PPC2, p. 9)

Os objetivos específicos do PPC2 estão no mesmo campo discursivo dos objetivos específicos do PPC1, o da formação docente em Letras, e visam objetivos que se mostram em confluência no mesmo espaço discursivo e, portanto, caminham para um ponto comum: formar sujeitos-professores que pensem a língua, a linguagem, a gramática e o seu ensino como algo que está inserido num determinado contexto sócio-histórico e cultural. A formação não pode ser restrita a um ensino reprodutivo de regras gramaticais sem levar em conta os aspectos extralinguísticos, culturais e sociais que determinam a língua(gem) e sua gramática. O interdiscurso que aqui

se revela é o de uma concepção de língua como “[...] uma atividade social, histórica e cognitiva, desenvolvida de acordo com as práticas socioculturais [...]” (MARCUSCHI, 2008, p. 64); uma concepção de linguagem como “interação social entre sujeitos”; e uma concepção de ensino de língua que perceba que “[...] é muito mais importante estudar as relações que se constituem entre os sujeitos no momento em que se falam do que simplesmente estabelecer classificações e denominar os tipos de sentenças” (GERALDI, 2008a, p. 42).

Além disso, as questões voltadas para o ensino não estão de fora. A preocupação com o domínio de técnicas e métodos educacionais de ensino está presente, de um modo geral, em todos os PPC, como podemos perceber nas seguintes sequências discursivas:

De modo mais específico, o curso visa a uma formação em Letras que abarque as áreas de: 1. formação docente, 2. estudos literários clássicos e modernos, 3. Estudoslingüísticos, 4. estudos em língua portuguesa e suas literaturas, 5. estudos em línguas estrangeiras e suas literaturas, 6. estudosrelativos aos processos de ensino-aprendizagem de línguas e de literatura.(PPC3, p. 12-13).

Tanto no discurso do PPC1 quanto no discurso do PPC2 e PPC3, a formação docente deve ser ampla sem abrir mão de sua especificidade, ou seja, não se pode abrir mão do conhecimento técnico, específico da área do conhecimento em que está inserido o curso: o domínio do conhecimento da língua, e conseqüentemente de sua gramática (mas não só a normativa), e da literatura. A concepção que aqui damos a *técnico* é no sentido da formação plena, de domínio de conteúdo das matérias das disciplinas específicas, uma formação sólida e consistente com bases científicas, em que se possa sempre confrontar teoria e prática. Com isso, que a teoria seja sempre a base de reflexão sobre a prática. No caso do curso de Letras, que não fique apenas no senso comum da gramática normativa, mas que se forme, se baseie na Linguística, como a ciência da linguagem, mas não só, pois o universo de conhecimento vai além dos limites do currículo de Letras.

São vontades de verdade do nosso tempo que estão no espaço do ensino de LP, especificamente, e no campo da Educação como um todo.

No PPC3, mesmo apontando para aspectos mais generalizantes, com o uso do termo “estudos”, os seus objetivos buscam uma

formação mais técnica que os outros dois, isto é, está muito preso em seu discurso aos “estudos” da língua e da literatura. Não se especificou, por exemplo, a questão da formação continuada, da pesquisa e da formação pessoal como, até então, os PPC vinham tratando. A ideia aqui é que o aluno tenha um domínio do saber específico do curso e a formação docente, que aparece no item 1, fica vaga, sem uma especificidade do que se entende por tal termo.

Um aspecto presente nos textos citados anteriormente é a preocupação de que o curso dê as condições necessárias ao aluno, durante o processo de formação, que ele seja motivado não só ao *ensino* mas também à *pesquisa* e que adquira *autonomia* o suficiente para proporcionar a si mesmo uma *formação continuada*, pensando no seu fazer docente. Nesse sentido, as orientações, além de questões teóricas subjacentes, são pelo menos duas que viraram lugar-comum nos discursos acadêmicos sobre a formação do professor (não só de Português, claro!): 1) ele tem que ser um professor-pesquisador; 2) ele tem que estar em constante formação continuada, isto é, ter um cuidado com a própria formação, por isso, tem que estar em contínuo processo de formação, procurar estar sempre atualizado com o “novo” de sua área. Essas questões, além de outras, se encontram nas DCCL:

- dêem prioridade à abordagem pedagógica centrada no desenvolvimento da **autonomia** do aluno;
- promovam articulação constante entre **ensino, pesquisa e extensão**, além de **articulação direta com a pós-graduação**; [...]. (DCCL, 2001, p. 29)

E mais adiante esse documento acrescenta: “A **pesquisa** e a **extensão, além do ensino**, devem articular-se neste processo. O **profissional** deve, ainda, ter **capacidade de reflexão crítica** sobre temas e questões relativas aos conhecimentos lingüísticos e literários.” (DCCL, 2001, p. 39). A prerrogativa de formar profissionais que articulem ensino e pesquisa também remete a formar profissionais reflexivos e críticos sobre o objeto de ensino e de pesquisa no campo das Letras: a língua(gem) e a literatura. Esse é um aspecto que se encontra presente em outros PPC, como se verifica na seguinte passagem:

O curso de graduação em Letras tem por objetivo produzir, promover e estimular **pesquisa científica** de excelência e o **estudo crítico** avançado nos **domínios da linguagem**, formando profissionais devidamente qualificados para o exercício plural do **magistério, da pesquisa acadêmico-científica** e das demais **atividades relacionadas com a linguagem** e com as literaturas. (PPC4, p. 1)

A formação crítica e reflexiva está sempre associada à formação para a pesquisa ou na pesquisa, ou seja, é preciso formar o aluno de Letras “[...] capacitando-o para as atividades de ensino, **pesquisa**, visando a sua formação como agente produtor e não mero transmissor do conhecimento” (PPC2, p. 4) e “fomentar o desenvolvimento de **pesquisa** de iniciação científica, em língua e literatura, materna, visando à produção e democratização de conhecimentos na área” (PPC1, p. 1).

Implicitamente parece haver a compreensão de que, procurando estar atualizado com os novos paradigmas e teorias da sua área de conhecimento, o sujeito-aluno investe em si como futuro profissional, ele está cuidando de si no sentido de ser o melhor profissional possível. Concomitantemente, isso significa proporcionar o melhor de si para a prática docente, em favor do ensino, e, conseqüentemente, dos alunos. Nesse sentido, alguns PP claramente mencionam a necessidade de o curso valorizar esse investimento pessoal: “Como há grande preocupação em intensificar a participação do aluno de graduação do IEL no seu próprio processo de formação, existem no currículo disciplinas de cunho prático, acompanhando as disciplinas de cunho teórico” (PPC4, p. 2).

É possível perceber que a Instituição apresenta uma preocupação desde a graduação com uma formação que leve o aluno a participar de pesquisas “[...] no seu próprio processo de formação [...]”, criando, assim, uma autonomia como sujeito de ensino e de pesquisa. Em outros termos, está-se pretendendo que o aluno promova, já no processo de formação, uma conscientização de que é preciso voltar-se para a pesquisa.

Se antes afirmamos que os PPC se fundamentam no discurso das DCCL, tomado como interdiscurso em constante diálogo, é preciso, então, dizer que as DCCL, ao tratar da temática da pesquisa na graduação, por sua vez, tem como um dos seus interdiscursos o discurso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Entre

as finalidades da Educação Superior citadas pela LDB, distribuídas em sete incisos, em seu Art. 43, está o inciso I que diz: “[...] estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo” (BRASIL, 2006, p. 31). Ora, para se desenvolver esse “espírito científico” e esse “pensamento reflexivo”, como cita a Lei, é preciso que se exercite essa prática desde a graduação, ou pode não se chegar a tal finalidade.

O inciso III dessa mesma lei aponta como finalidade “[...] incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive” (BRASIL, 2006, p. 31). Apesar de estar na Lei, na prática, em nível de graduação, isso é pouco explorado, só atingido um pequeno número de estudantes com ofertas de bolsas de iniciação científica.

Em consonância com essa perspectiva aberta pela LDB, (que, por sua vez, já se baseia em uma concepção de formação docente) Pimenta e Anastasiou (2002, p. 164) dizem que “[...] o ensino na universidade [...] constitui um processo de busca, de construção científica e de crítica ao conhecimento produzido, ou seja, ao seu papel na construção da sociedade.”

No Art. 3º do PPC1, apresenta-se o perfil do licenciado em Letras que se pretende/vislumbra formar. A definição do perfil que se pretende para o egresso do curso de Letras também é uma indicação das DCCL, conforme já mencionamos. Vejamos qual o perfil pretendido/vislumbrado para o profissional egresso do curso Letras da IES:

Art. 3º Como perfil, o Licenciado em Letras, Habilitação Português deve:

- a) **ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem;**
- b) **compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente;**
- c) **ter capacidade de reflexão crítica** sobre temas e questões relativas aos conhecimentos lingüísticos e literários;
- d) **ter conhecimento histórico e teórico** necessários para a **reflexão** sobre as condições nas quais a escrita se torna literatura;
- e) fazer uso de novas tecnologias, e,

f) **atuar como professor, pesquisador, consultor** nas diferentes manifestações lingüísticas e usuário, como profissional, da norma padrão. (PPC1, p. 2)

Como podemos perceber, o perfil que se quer para o profissional das letras é que ele seja “capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem” de forma crítica e não de forma mecânica, ou seja, faça uso das teorias para subsidiar sua prática; que ele seja usuário das novas tecnologias; compreenda que sua formação é contínua, o que implica dizer que a formação não acaba com a graduação, mas que é um processo contínuo, o que o leva a ser professor-estudante. Além disso, reforça-se o princípio de que se deve ser não só professor mas também pesquisador, ou seja, como já discutido antes nos objetivos, portanto, coerente, alinhado com estes, tem que se fomentar tanto o professor, preparado para o ensino, quanto o pesquisador, preparado para a pesquisa linguística ou literária.

Nesse sentido, para Bortoni-Ricardo (2008, p. 46),

O professor pesquisador não se vê apenas como um usuário de conhecimento produzido por outros pesquisadores, mas se propõe também a produzir conhecimentos sobre seus problemas profissionais, de forma a melhorar sua prática. O que distingue um professor pesquisador dos demais professores é seu compromisso de refletir sobre a própria prática, buscando reforçar e desenvolver aspectos positivos e superar as próprias deficiências. Para isso ele se mantém aberto a novas ideias e estratégias.

Para atender o que propõe o item “a” do PPC1, para se “refletir teoricamente sobre a linguagem”, é preciso que o sujeito-aluno, e consequentemente o sujeito-professor, esteja munido de teorias sobre a linguagem, mas antes de tudo que ele tenha com alguma clareza domínio e conhecimento das concepções de linguagem, pelo menos aquelas definidas por Geraldi (2008): a linguagem como expressão do pensamento; a linguagem como instrumento de comunicação; a linguagem como uma forma de interação.

Esse mesmo discurso também se vislumbra nos demais PPC que o trazem como um interdiscurso advindo das DCCL, quando estas definem o “perfil do formando”, portanto, do futuro profissional que vai atuar, em princípio, nos ensinos fundamental e médio:

Independentemente da modalidade escolhida, o profissional em Letras deve ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de *ter consciência das variedades lingüísticas e culturais*. Deve **ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem**, de **fazer uso de novas tecnologias** e de **compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente**. A pesquisa e a extensão, além do ensino, devem articular-se neste processo. O profissional deve, ainda, **ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos lingüísticos e literários**.⁷ (DCCL, 2001, p. 30-31)

O discurso presente nesse trecho do documento serve de interdiscurso orientador aos PPC para traçarem o perfil do egresso de seus respectivos cursos na medida em que já delimita qual deve ser esse perfil do futuro egresso do curso de Letras. Serve de orientação uma série de termos e palavras-chave (conforme grifamos no texto) que estão invariavelmente presentes na formulação das características pretendidas também como termos e palavras-chave. Estas mesmas palavras ou expressões presentes no perfil traçado no PPC1 antes apresentado (“a) ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem”, “b) compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente”, “c) ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos lingüísticos e literários”, “e) fazer uso de novas tecnologias”), como podemos perceber, são uma reprodução *ipsis litteris* do texto das DCCL.

Vemos o imbricamento desse mesmo discurso e sua reprodução também na seguinte sequência discursiva de um outro PPC:

- i. **atitude investigativa** que favoreça o **processo contínuo de construção do conhecimento na área e utilização de novas tecnologias**.
- j. *ter consciência das variedades lingüísticas e culturais*.
- k. **ser capaz de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente**.
- l. **capacidade** de articular-se no eixo **pesquisa, ensino e extensão**. (PPC2, p. 10-11)

⁷ Os grifos em negrito são para marcar os itens que coincidem com o PPC1; os grifos em itálico para marcar os itens que coincidem com o PPC2; e os grifos em negrito e itálico simultâneos, marcam o que coincidem nos dois PPC.

Essas duas passagens bem ilustram que é no discurso do documento oficial que se baseiam os discursos dos PPC. Na verdade, chega-se a reproduzir na íntegra, assim como ocorre no PPC1, os itens do texto das DCCL, demonstrando que estes, interdiscursivamente, agem como um intertexto na constituição desses discursos.

No discurso do PPC1, há uma linha ideológica de pensamento de que os discentes de Letras devem estar atualizados com os discursos das “propostas teóricas inovadoras” das ciências da linguagem, portanto, eles devem aceitar as verdades da Linguística e, conseqüentemente, os seus saberes. Esses discursos agem como interdiscursos sobre o qual os discursos dos PPC vão se constituindo.

Pelo direcionamento discursivo dos textos de todos os PPC, o foco do estudo deixa de ser a língua pela língua, ou a corroboração de que estudar a língua não é ater-se aos estudos gramaticais tão somente. Agora, motivados pelos estudos das várias correntes linguísticas, principalmente a funcionalista, o foco de estudo passa a ser principalmente a língua(gem) em uso, em funcionamento. Esse interdiscurso está presente nas seguintes seqüências discursivas:

- b) domínio de diferentes noções de gramática e (re)conhecimento das variedades linguísticas existentes, bem como nos vários níveis e registros de linguagem;
- c) capacidade de compreender os fatos da língua e de conduzir investigações de língua e de linguagem que possam ser aplicadas a problemas de ensino e de aprendizagem de língua materna/estrangeira. (PPC2, p. 10)

O discurso nos enunciados acima vai na trilha de uma formação linguística que torne o sujeito-aluno um ser capaz de refletir cientificamente sobre questões de gramática, língua e linguagem. Ao propor que o sujeito-aluno deve ter o “domínio de diferentes noções de gramática”, admite-se nesse discurso que existem outras noções de gramática além daquela de que normalmente se tem conhecimento: a gramática normativa.

Considerando ainda o perfil do egresso do curso de Letras, o PPC5 diz que ele deve ter

- o domínio do uso da língua portuguesa em sua variedade padrão, bem como **compreensão crítica** das variedades lingüísticas, nas suas manifestações oral e escrita, nas perspectivas sincrônica e diacrônica;
- **acompreensão crítica** das condições de uso da linguagem, das restrições internas e externas das atividades discursivas, de seu uso e adequação em diferentes situações de comunicação, da **capacidade de reflexão** sobre a linguagem como um fenômeno semiológico, psicológico, social, político e histórico. (PPC5, p. 7)

É possível percebermos também nessas sequências discursivas as habilidades que o egresso do curso de Letras deve dominar, além do atravessamento do discurso de língua como variação e em uso numa perspectiva discursiva. Aqui, também, defende-se que o sujeito-aluno deve ter e dominar uma compreensão de língua que está muito além do simples domínio de regras da gramática normativa, mas que esta não pode ser preterida, pelo contrário, deve-se ter pleno domínio da “variedade padrão”, porém deve-se ter também a “[...] compreensão crítica das variedades lingüísticas, nas suas manifestações oral e escrita, nas perspectivas sincrônica e diacrônica”. Isso significa que o egresso deve ter um conhecimento em consonância com o discurso da ciência Linguística, pois aqui ressoa uma concepção de língua heterogênea e viva ao se enfatizar o “uso” e não a “estrutura”, ou seja, a língua como interação.

Semelhante ao discurso sobre o perfil do egresso em Letras até agora apresentado, o PPC4 apresenta o perfil pretendido para o egresso de seu curso de Letras com a seguinte redação:

Considerando as habilidades e competências a serem desenvolvidas durante a formação do professor de Língua e suas literaturas, em conformidade com as contingências sociais e acadêmico-científicas da área, espera-se desse profissional o seguinte perfil:

- **formação humanística, teórica e prática;**
 - capacidade de operar, sem preconceitos, com a pluralidade de expressão lingüística e literária;
 - **atitude investigativa** indispensável ao processo contínuo de construção do conhecimento na área;
 - postura ética, **autonomia intelectual**, responsabilidade social, espírito crítico e consciência do seu papel de formador;
- [...]

- **capacidade de analisar criticamente** as diferentes teorias que fundamentam a investigação sobre língua e literatura;
[...]
- **assimilação crítica** de novas tecnologias e conceitos científicos. (PPC4, p. 12)

Podemos constatar pelo texto que, como nos PPC1, PPC2 e PPC3, abordados anteriormente, o PPC4 também segue à risca as orientações constantes nas DCCL para definir o perfil pretendido para os seus egressos. Os princípios de uma formação “humanística, teórica e prática” também estão presentes em todos os PPC, o que caracterizaria o discurso recorrente, o interdiscurso norteador do princípio ideológico-filosófico das DCCL: uma formação humanística ampla, que alie teoria e prática de forma efetiva, a formação contínua do professor autônomo, crítico, reflexivo, analítico e pesquisador.

Há, contudo, algumas instituições que apresentam uma formulação um pouco diferenciada:

O egresso do Curso de Letras [...], além da formação lingüística constitutiva do arcabouço teórico do professor de línguas, deverá ser um profissional que se pretende agente de cidadania no escopo de uma integração indivíduo/sociedade permeado pela constituição do indivíduo na e pela linguagem. Esse terá o perfil de um profissional que procurará sempre uma interrelação entre o conhecimento e sua cotidianidade social e política, entendendo sua função pedagógica não apenas como uma demonstração de competência técnica, mas sobretudo como uma ação político cultural integrada ao grupo social em que vive. (PPC5, p. 34-35)

Notemos que, diferentemente dos PPC1, PPC2, PPC3 e PPC4, o perfil do egresso pretendido pelo PPC5 não segue à risca o modelo apresentado pelas DCCL, enumerando ou elencando os itens. A formulação lingüística se dá em texto corrido, o que lhe confere um caráter mais generalizante, menos detalhado, embora se mantenha no mesmo espaço discursivo. Contudo, traz o discurso do campo pedagógico como um diferenciador ao se referir, com certa ênfase, à “função pedagógica” e o papel “político cultural” que o egresso deve assumir junto ao seu grupo social, sem, no entanto, aludir ao profissional o domínio do conhecimento técnico específico que o curso lhe proporcionou, como o domínio de técnicas, metodologias ou teorias sobre língua, linguagem, gramática, literatura e ensino. Pelo contrário, se faz uma ressalva de que a “competência

técnica” não é o bastante, o suficiente para o exercício da profissão. Isso implica supor que a “formação linguística”, constitutiva de um curso de Letras, já esteja pressuposta como o requisito básico dessa formação (“além da formação linguística constitutiva do arcabouço teórico do professor de línguas”). O que se pretende formar, pelo discurso do PPC5, é um sujeito-professor de LP “agente de cidadania no escopo de uma integração indivíduo/sociedade permeado pela constituição do indivíduo na e pela linguagem.”

O perfil descrito no PPC5 se assemelha, do ponto de vista da materialidade linguística, ao texto do perfil descrito no PPC6, porém se guardam as suas diferenças no conteúdo.

Os seus egressos estão habilitados a atuar como **professores, pesquisadores e consultores** de instituições educacionais que atendam os referidos níveis de escolarização. Contudo, os licenciados estarão igualmente **preparados para o mercado mais amplo** que se oferece aos profissionais do campo das Letras, podendo vir a ser críticos literários, tradutores, intérpretes, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais, etc. O licenciado poderá ainda desenvolver **pesquisas** em instituições de diversas naturezas (escolas, bibliotecas, centros e instituições de pesquisa, Ongs, etc.), assim como no âmbito da academia, neste caso, através do **ingresso em programas de Pós-Graduação**. (PPC6, p. 13)

Se o PPC5 enfatiza o aspecto pedagógico e o político do sujeito-professor egresso do curso, o PPC6 enfatiza apenas o aspecto profissional, destacando as funções que o egresso em Letras pode exercer. Nesse ponto, o discurso das DCCL é retomado nos discursos dos PPC, na forma de um intertexto, na parte em que consta uma exposição das áreas onde o licenciado pode atuar (“[...] como professores, pesquisadores, críticos literários, tradutores, intérpretes, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais, entre outras atividades [...]” (p. 31)).

Vale ressaltar que a construção de um novo currículo que atenda às Diretrizes é uma exigência do MEC, ou seja, é uma exigência institucional, ou antes, governamental, delimitada para uma melhor governamentalidade política: condução e controle das ações dos sujeitos elaboradores dos PPC de cursos de Letras do País.

ÚLTIMAS PALAVRAS... (POR ENQUANTO!)

Verificamos que o discurso norteador do documento oficial, visto como uma ação *biopolítica*, aponta para um cuidado de si que deve ser assumido pelo professor em formação, pelo professor formador e pelo professor atuante no Ensino Básico. Nesse sentido, percebemos que se quer induzir o sujeito-professor àquilo que Foucault denominou de *governo de si*, ou seja, cuidar melhor de si, como profissional, para cuidar melhor dos outros, os sujeitos-alunos.

Pelo que podemos constatar por meio das análises dos documentos oficiais do *corpus*, no discurso que sustenta esses documentos (as DCCL e os PPC), a formação inicial – que compreende a graduação – é apenas o primeiro passo. Ou seja, a formação não termina com a colação de grau e, possivelmente, com a entrada no mercado trabalho, muito menos. Portanto, a formação inicial deve ser encarada como a primeira etapa de um processo “inacabável” de formação que deve perdurar ao longo da carreira docente e, quiçá, até mesmo ao longo da vida, porque entra em cena a formação continuada.

A formação continuada – pós-graduação *lato e stricto sensu*, cursos de extensão, cursos de aperfeiçoamento – já está prevista, e motivada, nos textos dos referidos documentos⁸. A ideia que se passa, ou vontade verdadeira que norteia e fundamenta o discurso, é que a formação é contínua, ininterrupta – ela deve se configurar como uma busca constante por atualização teórico-metodológica, por parte do professor, em sua área de conhecimento e além dela, para estar sempre atualizado com os avanços das ciências da linguagem, inclusive a Linguística, e das ciências da educação. E isso requer um professor que tenha autonomia, pesquise, reflita e seja crítico e autocrítico em relação a si e ao seu fazer docente.

A imagem de um aluno/professor pesquisador, autônomo, reflexivo, crítico e autocrítico é muito recorrente nos documentos do *corpus*. A representação social criada pelos discursos dos documentos é a de que para ser um bom professor, competente, capaz e ser aceito no mercado de trabalho, não basta apenas ser professor no sentido estrito de dominar apenas o conteúdo de sua disciplina (no

⁸ Isso fica evidente na edição de 2015 das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica* em cuja nomenclatura aparece textualmente o termo.

caso de professor de Língua Portuguesa, a língua/linguagem que, muitas vezes, equivocadamente, é tomada como equivalente de ensino de gramática normativa tão somente). Professor que se quer ser inovador em sua prática pedagógica, precisa ter autonomia para ser também pesquisador, leitor reflexivo e crítico além de ser autocrítico sobre o seu próprio fazer didático-pedagógico, sobre seu objeto de ensino e sobre o contexto histórico-social que o circunda.

Por fim, os apontamentos discursivos da governamentalidade, do biopoder/biopolítica revelam-se nas Diretrizes e nos PPC; e o cuidado de si/técnicas de si está denunciado nas orientações aos alunos, e conseqüentemente aos professores formadores, de que eles são responsáveis por sua própria formação, pelo direcionamento dos termos muito recorrentes em todos os textos do *corpus*, como: *autonomia, pesquisador, senso crítico-reflexivo*. Em conclusão, podemos dizer os apontamentos discursivos aqui discutidos podeseer assim sintetizado: “O cuidado pela sua formação é seu.”

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, I. L. A constituição do sujeito. In: **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: Editora da UFPR, 2001. p. 87-122
- BORTONI-RICARDO, S. M. O professor pesquisador. In: **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 41-48
- BRASIL**. Lei de diretrizes e bases da educação. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.
- CANDIOTTO, C. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. **Filosofia Unisinos**, 11(1), jan/abr 2010. p.33-43
- FOUCAULT, M. A governamentalidade. In: **Microfísica do poder**. 23. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007a. p.277-293
- _____. Verdade e poder. In: **Microfísica do poder**. 23. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007b. p.1-14
- _____. **A ordem do discurso**. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- _____. Nascimento da biopolítica. In: **Resumo dos cursos do College de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997a. p. 87-98

_____. Segurança, território e população. In: **Resumo dos cursos do College de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997b. p. 79-86

GERALDI, J. W. (org.). **O texto na sala de aula**. 4. ed. 3. impres. São Paulo: Ática, 2008.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editoria, 2008. p. 50-143

OLIVEIRA, M. A. Linguagem de *defloramentos*: hidra imortal. In: **Na imortalidade da fábula: o mesmo e o outro como “jogos de verdade”**. 2005. 177 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005. p. 5-59

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

REVEL, J. **Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

UFAL. Projeto político-pedagógico do curso de licenciatura em letras/português. Disponível em: www.fale.ufal.br/files/ppc/ppc-letras-portugues.pdf. Acessado em: 05/09/2014

UFMG. Projeto pedagógico de curso. Disponível em: <http://grad.letras.ufmg.br/o-curso-de-letras/projeto-pedagogico-arquivos-parciais/1-Fundamentos%20Conceituais.pdf>. Acessado em: 05/09/2014

UFPB. Projeto pedagógico de curso. Disponível em: www.cchla.ufpb.br/ccl/images/PPC_LETRAS_2006.pdf. Acessado em: 05/09/2014

UFS. Resolução 056/2007/CONEP/UFES (mimeo.).

UFU. Projeto político-pedagógico do curso de letras. Disponível em: www.ileel2.ufu.br/wp-content/uploads/2013/12/Projeto_Politico_Pedagogico_Letras.pdf. Acessado em: 05/09/2014

UNIFESP. Projeto pedagógico do curso de graduação letras licenciatura. Disponível em: http://humanas.unifesp.br/rep/cursos/pp_letras_licenciatura.pdf. Acessado em: 05/09/2014

DA ESCOLA AO HOMESCHOOLING: DESLOCAMENTOS DO/NO DISCURSO SOBRE A EDUCAÇÃO

Wellton da Silva de Fatima¹

“A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação. A opção, por isso, teria de ser também, entre uma ‘educação’ para a ‘domesticação’, para a alienação, e uma educação para a liberdade. ‘Educação’ para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito”

Paulo Freire

Primeiras palavras

No mês de abril de 2019, o atual Governo Federal brasileiro – tomado aqui como promotor do discurso institucional, resguardadas as contradições – enviou um projeto de lei ao Congresso Nacional para regulamentar o que ficou conhecido como *homeschooling*. A ação foi apresentada como um dos pontos centrais dos primeiros 100 dias do Governo que, então, se iniciou, possibilitando-se inferir desse gesto a importância e centralidade da discussão para o Executivo Federal.

No bom português, a prática conhecida como “educação domiciliar” consiste basicamente no *direito* – dessa forma compreendido e reivindicado por algumas famílias – de promover a educação das crianças em casa. Dito de outro modo, a reivindicação parte do incômodo e do descontentamento dessas famílias com a educação escolar, mesmo aquela privada, regulamentada e gerenciada pelo Estado.

A discussão não é recente, mas ganhou fôlego com o atual Governo – autodeclaradamente conservador –, principalmente na voz da pastora e Ministra do Direitos Humanos, da Família e das Mulheres

¹ É professor de Língua Portuguesa do Departamento de Letras e Comunicação da UFRRJ e doutorando em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp com financiamento do CNPq. Campinas/SP. E-mail: malcon.welton1@gmail.com

Dameres Alves. Há, já nessa trama, vestígios para a compreensão de como se deu avanço da proposta. Sem querer adiantar as discussões, contentaremos-nos em anotar, por enquanto, que dentre os descontentamentos das famílias que reivindicam o *homeschooling* está o – assim compreendido – fato de que a escola atual não consegue dar às crianças a diretriz religiosa, de costumes e moral almejada por essas famílias.

Suspeitamos, de início, da presença de deslocamentos no funcionamento do discurso sobre a Educação mediante a retomada – e guinada – das discussões sobre a educação domiciliar. Diante dessa suspeita, colocamo-nos a analisar um vasto arquivo. Do noticiário sobre a tramitação do projeto, fomos levados ao texto original da proposta feita pelo Governo; daí, fomos levados às leis atuais que regulamentam o assunto; passamos, também, - buscando não se ater somente ao discurso institucional – por blogs e páginas em redes sociais. Diante desse imenso conjunto textual, produzimos recortes, noção aqui situada tal como teoriza Orlandi (1984)², de enunciados, expressões, palavras e sintagmas objetivando compor nosso corpus de análise.

Em nosso corpus, mobilizamos o aparato teórico-metodológico da Análise de Discurso de linha francesa (PÊCHEUX, 1969 [2014]; ORLANDI, 2013), de acordo com seus fundamentos, para pensar a produção dos sentidos, recorrendo a alguns de seus principais conceitos, tais como ideologia, condições de produção, contradição e efeito metafórico.

Em busca de um efeito de organização do trabalho, além desta introdução, trazemos algumas das condições de produção do discurso sobre a Educação; em seguidas fazemos considerações sobre os processos de significação para as noções de “direito” e de “deveres” no campo educacional e como daí se produzem determinados efeitos; fazemos, em consonância com alguns estudiosos sobre a escola – e o

2 A operacionalização desse conceito permite considerarmos a língua em sua incompletude e, conseqüentemente, permite pensarmos o texto não como todo fechado da significação mas como uma unidade de trabalho do analista do discurso. De acordo com a autora, “o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento de uma situação discursiva” (ORLANDI, 1984, p. 14). É desse modo que buscaremos na dispersão do arquivo textual as correlações que permitam demonstrar a trama complexa desse funcionamento discursivo.

que nela se dá –, alguns questionamentos acerca da função da escola para o sujeito e a maneira como para o sujeito ela é significada; e, por fim, fazemos ainda algumas considerações mais ou menos finais.

Das condições de produção

De acordo com Mariani (1996), os *discursos sobre* são aqueles que atuam na institucionalização dos sentidos. Isso porque ao colocarem o mundo, ou parte dele, como objeto, o discursivizam, engendrando uma determinada memória sobre ele. É a partir dessa notação que voltaremos olhares para as condições de produção do *discurso sobre* Educação, retomando, conforme Orlandi (2013), seu contexto sócio-histórico, a partir do que já foi dito – e das memórias engendradas sobre ela – e também em seu aspecto *lato sensu*.

De acordo com Orlandi (2013, p. 30), as condições de produção envolvem “fundamentalmente o sujeito e a situação”. A autora afirma, ainda, que “a maneira como a memória ‘aciona’, faz valer, as condições de produção é fundamental”. Tal fato se dá pois o discurso se produz por e para sujeitos, estando esse sujeito interpelado pela ideologia, portanto situado na história.

É importante reafirmar, pois, o estatuto da relação desse sujeito com a memória enquanto interdiscurso (PÊCHEUX, 2014 [1969]). Este último, sendo o todo possível do dizer, retorna sobre a língua no processo de significação de um certo modo, a depender do trabalho específico da ideologia na sua relação com as formações discursivas (Idem).

Diante disso, revisitamos alguns aspectos importantes da maneira como a Educação se historicizou no Brasil – também por meio do que se disse *sobre* ela –, o que produz, enquanto memória, efeitos para a forma como a compreendemos atualmente.

A Educação institucional no Brasil³, isto é, o processo de sistematização de transmissão de conhecimento, começa a ganhar

3 Há quem faça a distinção entre Educação e Ensino compreendendo o primeiro como um processo mais geral e o segundo como o processo de sistematização de que estamos tratando. Tal distinção, no entanto, não foi produtiva para a nossa abordagem discursiva. Isso se dá pois pela historicidade pela qual se inscreveu nosso processo educativo, o referente discursivo Educação, conforme demonstraremos adiante, quando pensado em relação ao Estado é majoritariamente significado como instrução formal. E é isso que nos interessa.

espessura ainda no período colonial (FERREIRA JR., 2010, p.17). Naquele momento, o que se tinha, por parte do Estado, era uma iniciativa basicamente para fins de catequizaçãõ. Dito de outro modo, a Educaçãõ, direcionada pela Companhia de Jesus, tinha fins proselitistas cristãos direcionados aos povos tradicionais nativos que viviam, na época, em alguns dos espaços do que hoje reconhecemos como Brasil. Frise-se aÍ, em primeiro lugar, o fato de a Educaçãõ passar pela primeira vez via iniciativa institucional e, em segundo lugar, a sua intrínseca relaçaõ com a Igreja. De acordo com Ferreira Jr. (2010), “devido ao fato de que o reino de Portugal assumiu o catolicismo como religiãõ oficial (Padroado), os padres da Companhia de Jesus exerceram um controle de 210 anos (1549-1759) na educaçãõ colonial” (p. 17).

Ainda no período colonial, no século XVII, com as conhecidas Reformas Pombalinas – e muito por influênciã de ideais iluministas –, houve a instituiçãõ do ensino laico. Ferreira Jr. (2010) retomando Leite (1950), pontua que o Alvará Régio de 1759 extinguiu ‘todas as escolas reguladas pelo método dos jesuítas’ e estabeleceu ‘um novo regime’ de ensino, ou seja, o Alvará de D. José I fechou os 24 colégios que eram mantidos pela Companhia de Jesus no Brasil Colonial” (FERREIRA JR., 2010, p 27). Esse modo de ensino que passou a vigorar, embora tenha proposto a separaçãõ entre o ensino escolar e a Igreja, possibilitou a continuidade do ensino religioso, desde que denominado, reconhecido enquanto tal e não mais como imperativo geral da sistematizaçãõ do conhecimento educacional.

É com a chegada da Família Real no início do século XIX, no entanto, que se fundam diversas Escolas e Academias no Brasil, o que produziu a necessidade de se legislar a respeito dos modos como operaria a Educaçãõ, enquanto algo promovido pela esfera institucional. A institucionalizaçãõ da Educaçãõ no Brasil, que se deu a passos lentos – é verdade –, foi pouco a pouco ganhando um certo formato e ficando cada vez mais sob a responsabilidade do Estado, principalmente com a vinda da Família Real.

Isso se potencializa com o estabelecimento do Império. Houve, por exemplo, uma lei de Ensino Elementar, que buscava a difusãõ das “primeiras letras” por diversos lugares do território ocupado pelo Império. Vale a pena pontuar, de acordo com Bittencourt (1953), que a educaçãõ nesse momento – ano de 1867 – ainda é destinada a uma

minoria, cerca de 107 mil matrículas, por exemplo, em escolas primárias em uma população de mais de 8 milhões de pessoas. O que importa, no entanto, é que pouco a pouco, leis foram sendo criadas e a responsabilidade da Educação foi sendo partilhada, o que se observa, por exemplo, na criação de Colégios e Liceus. Esses se mantinham sob a gestão das províncias à medida que o Poder Central ficava responsável pelo Ensino Superior. É importante notar que, embora já tenha sido imposto, por força da lei, o estado laico, no século XIX, era tendência no Brasil a existência de escolas religiosas. Algumas delas, inclusive, se mantêm como grandes escolas e conglomerados de ensino privado até os dias de hoje.

Já a Primeira República – é importante notar – ficou marcada por diversas reformas no âmbito educacional. Os gestos oficiais se deram pela busca, pela primeira vez, de um currículo unificado. Isso, entre outras coisas, nos dá indícios para pensar a direção a uma perspectiva universalizante para a qual segue a Educação. Tal fato, vale lembrar, se dá em um momento de centralização e de autoritarismo, o que se reflete no direcionamento ideológico assumido⁴. É importante, nesse aspecto, observar que “o grupo escolar, em decorrência da ideologia liberal e positivista, era público e laico, mas continuou identificado com os aspectos pedagógicos essenciais da escola colonial e imperial, isto é, prosseguiu sendo elitista, mnemônico e verbalista” (FERREIRA JR., 2010, p.57).

Como resultado do processo político da Primeira República, interessa-nos o estabelecimento do regime seriado, gesto organizacional que reconhece a Educação como um processo de etapas definidas, e o surgimento, já nas décadas de 1920 e 1930, da chamada Escola Nova, movimento por meio do qual se suscitavam os ideais liberais e democráticos no pensamento sobre o fazer educativo.

O processo de industrialização desencadeado na Europa e a reflexão sobre as barbáries cometidas contra a humanidade na Primeira Grande Guerra são condições de produção importantes para entendermos a maneira como a sociedade brasileira compreende/compreendeu a Educação. A industrialização convocou a instrumentalização do processo educativo mediante a necessidade –

4 Não foi, no entanto, um processo sem tensão. Basta recordarmos da chamada Reforma Rivadávia Corrêa, gesto institucional por meio do qual se buscou isentar o Estado das responsabilidades pela gestão da Educação.

sobretudo econômica – de formar mão de obra técnica e hábil; a reflexão sobre a Guerra produziu a crença de que, pela Educação, superar-se-ia a possibilidade de a humanidade retornar a um certo estado de barbárie, reconhecidamente produtor de conflitos.

Ainda nesse trajeto cronológico, durante o Regime Militar brasileiro, marcado pelo caráter autoritário, predominou a abordagem tecnicista no fazer educativo. Durante as décadas que se seguiram, o sentido sobre Educação foi, pois, produzido majoritariamente no sentido da formação da mão de obra para o momento econômico vivido pelo país. Após a derrubada do regime autoritário, tem-se a formulação da Constituição de 1988 e, mais tarde, a consolidação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, gestos institucionais que começam a delinear a Educação tal como ela é significada até recentemente para nós brasileiros.

Nesse breve percurso por nós feito, destacamos a existência de uma discursividade que se desloca e se rearranja a depender da maneira como o Estado intervém (ou não intervém) nos modos de estruturação do processo educativo. Discursivamente, isso implica o modo como se compreende, por meio do funcionamento ideológico, o que é a Educação, para que ela serve, a quem ela serve, e outras coisas mais.

O que nos interessa desse percurso da institucionalização – e as tensões que daí decorrem – da Educação ao longo da história do Brasil? Minimamente duas coisas. A saber,

1. O fato de que, com o passar do tempo, os direcionamentos ideológicos do Estado se deram de certa maneira e, na esteira disso, produziram-se as determinações institucionais que produzem efeitos sobre a maneira como construímos discursivamente a Educação; e

2. A tensão (por vezes ausência-presença, por vezes presença saturada) que advém da existência da ideologia cristã no processo histórico e, por consequência disso, no processo educacional brasileiro.

Diríamos, portanto, que mesmo nos momentos em que fora decretada a laicidade da Educação e, com isso, o afastamento da determinação religiosa na produção do conhecimento, a ausência da religiosidade significou/significa no processo educativo pelo funcionamento mesmo da ideologia. Trata-se de um mecanismo que,

pela suposta ausência, dissimula a existência do religioso no educacional e, paradoxalmente, sempre a convoca: seja pela presença explícita seja pela “falta” que ela faz.

Como vimos, houve, no decorrer dessa trajetória, uma tendência – nunca sem tensão – de a Educação ser compreendida como um *dever* do Estado. Esse dever se produz, inicialmente, pela imaginária certeza de superioridade da civilização europeia sobre a civilização sulamericana, mas se desloca, reformulando-se, à medida que o Estado passa por transformações e por diversos direcionamentos ideológicos. A regularidade que comparece é a existência de uma progressão pela presença cada vez maior do Estado – seja por uma postura autoritária, seja pela garantia da pluralidade – no assunto, reconhecendo seu papel de centralidade do processo educacional.

Diante disso, nos perguntamos: e hoje? Como a Educação é significada? Quais as tensões que constituem o processo de produção de sentido desse referente discursivo nas diferentes formações discursivas⁵ pelas quais essa materialidade linguística circula?

Foi pensando nessas questões e suspeitando que nas discussões sobre o *homeschooling* há algo de importante a se notar que mergulhamos na complexidade do arquivo textual que reunimos para análise.

Direitos e deveres na educação

Para situar as discussões aqui pretendidas, vejamos o que diz a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, doravante LDB, sancionada no ano de 1996, cuja última atualização se deu em 2018:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

5 De acordo com Pêcheux (2014 [1975]), a formação discursiva é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito [...]” (p. 147). Destaques do autor.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

A partir da LDB, maior e mais abrangente legislação sobre a organização educacional e sobre as atribuições de cada ator social nesse processo, a Educação é definida, institucionalmente, por aquilo que ela abrange. Justapõem-se (com efeito de igualdade – que se marca pela estrutura enumerativa) como relevantes para o processo formativo a “vida familiar”, a “convivência humana”, o “trabalho”, as “instituições de ensino e pesquisa”, “os movimentos sociais e organizações da sociedade civil” e as “manifestações culturais”.

Apesar de, nessa definição, a Educação se situar como um todo global-plural dependente dos diversos atores sociais, o primeiro parágrafo da LDB restringe o escopo de atuação da legislação ao afirmar que é da “educação escolar” que a lei vai tratar, e que essa modalidade se “desenvolve por meio do ensino, em instituições próprias”. Como se significa, no entanto, a “educação escolar”? Há uma opacidade funcionando nesse sintagma nominal que se desdobra de um antigo conflito. A “vida familiar”, a qual se menciona como participante do processo formativo, faz parte da educação escolar ou não? Deixemos trabalhar a contradição.

Discursivamente, interessa o gesto de regulação que aí se propõe ao focalizar a responsabilidade do Estado no processo formativo para a “educação escolar”, sabendo-se que esse referente pode significar de diferentes formas. Mais especificamente isso quer dizer, por exemplo, que 1) a “vida familiar” interessará a essa proposta de regulamentação, somente se houver relação com a Educação; ou 2) a “vida familiar” é intrínseca à educação escolar, pois é um dos pilares do processo formativo. De todo modo, a vida familiar, ao ser explicitamente dita, significa nessa relação; relação de atribuição de responsabilidades da/na Educação pela palavra da lei.

Vale lembrar que, enquanto forma retórica⁶, a lei se constitui como um espaço rígido de recorrência à palavra de autoridade. Dito de outro modo, nela se condensam os gestos de regulação, de

6 Mobilizamos a noção de forma retórica tal como trabalhada por Guilhamou, Maldidier & Robin (2016). Como tratamos, no entanto, de formas retóricas distintas das refletidas pelos autores, faremos descrições diferentes a partir de seus funcionamentos.

normatização, de autoridade e de determinação advindas das instâncias responsáveis pelo gerenciamento do Estado – e conseqüentemente pela gestão da Educação. Queremos dizer com isso que a palavra da lei, revestida pelo funcionamento do jurídico, é um lugar de estabilização de sentidos e de engendramento de memórias, produzindo uma tendência ao estancamento da polissemia na produção dos sentidos⁷.

Engendra-se, atualmente, - a exemplo do que vimos anteriormente sobre a presença do Estado do procedimento educacional – um determinado sentido de responsabilidade do Estado sendo corresponsáveis os diversos atores sociais, incluindo a família.

Vejamos mais um trecho da lei, mais especificamente aquele que trata dos princípios e dos fins da Educação nacional:

Art. 2º . A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Mesmo pretendendo apenas dizer sobre princípio e finalidade da Educação, a forma retórica que se apresenta como lei circunscreve – pelo funcionamento discursivo – os sentidos para a Educação. Observemos que os enunciados “dever da família e do Estado” e “inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana” se inserem como incisivas produzindo uma fenda no enunciado principal “A educação tem por finalidade [...]”. Funcionando como discurso transversal⁸, essas duas incisivas presentificam um já-lá sobre o que é a Educação, produzindo efeitos sobre a maneira como esse referente discursivo é significado. Parafraseando o que aí se diz, a Educação, aquela que já se sabe ser de

7 A discussão que fazemos aqui se aproxima do que Orlandi (1987) chama de “discurso autoritário”.

8 Pêcheux (1999, p. 52), ao discutir o papel da memória, elenca o discurso transversal como uma das formas pelas quais opera a memória discursiva no reestabelecimento dos “implícitos” de um texto que surge como acontecimento a ler. Tratam-se, a nosso ver, de fatos de linguagem por meio dos quais se dá o atravessamento de um outro domínio de memória, irrompendo na ordem da língua, produzindo seus efeitos.

corresponsabilidade da família e do Estado e que é inspirada sob certos princípios, tem a finalidade x⁹.

É interessante observar o modo como a contradição se marca nessa forma retórica, permitindo perceber o modo como o político trabalha/é trabalhado na linguagem. O Estado, corresponsável junto à família pelo processo educativo, é declaradamente laico. A família, no entanto, não. De outro modo, a liberdade e a solidariedade podem ser semantizados tanto pelo princípio laico quanto pelo princípio religioso. Isso nos faz suspeitar que o político, próprio da linguagem, possibilita o trabalho da ideologia que se efetiva nas reivindicações do *homeschooling*. É como se, a despeito de todo apelo pela laicidade – e determinações pela palavra da lei –, a possibilidade do religioso sempre estivesse ali, pela corresponsabilidade¹⁰ da família e pelas noções de liberdade e de solidariedade.

Para tornar mais palpável a discussão que estamos propondo, observamos como aparecem algumas das reivindicações dos (possíveis) adeptos ao *homeschooling*.

No processo de construção de nosso arquivo, deparamo-nos com a página “HomeSchooling Brasil” na rede social *Facebook*. Com mais de treze mil seguidores, a página vem se dedicando ao compartilhamento de notícias a respeito do andamento dos projetos – locais e nacionais – sobre a educação domiciliar, a respeito de práticas pedagógicas a serem desenvolvidas pelas, assim intituladas, famílias educadoras, a respeito de curiosidades (dicas de leitura, textos sobre autocuidado) relacionadas ao assunto, etc.

Interessou-nos, logo e fortemente, os comentários feitos pelos seguidores da página na rede social. Compreendemos que havia ali exemplares do modo como o sujeito interpreta/compreende a proposta do *homeschooling*, a qual, por sua vez, está atravessada pela maneira como o sujeito atribui sentido ao próprio fazer educativo. Para além disso, os comentários são indícios dos anseios dos sujeitos envolvidos, anseios que se traduzem nas pautas dos movimentos,

9 Formalizaremos como x o complemento do sintagma verbal “ter por finalidade”, pois o que nos interessa no momento é o funcionamento do discurso transversal, por meio das incisões e das contradições que aí se apresentam.

10 Retomaremos adiante a relação responsabilidade/corresponsabilidade na perspectiva da individualização/coletivização no modo de significar a Educação.

posteriormente institucionalizadas pelo Governo na forma retórica de um projeto de lei.

Diferentemente do funcionamento da lei, fundamentalmente autoritária, pois deriva do discurso institucional e do jurídico, a forma retórica do comentário é fundamentalmente polêmica¹¹, pois se insere discursivamente pela disputa, pela reivindicação e/ou pela crítica. A dinâmica da tomada da palavra se dá, pois, sempre na relação *explícita* com o que diz o outro – presente, recuperado pela memória ou imaginado.

Vejam os comentários, recortado de uma postagem sobre a aprovação e regulamentação do *homeschooling* pela Câmara Municipal de Vitória/ES:

C1¹² - *“Estou aguardando que seja aprovado no Rio de Janeiro urgentemente, pois, aqui as crianças não sabem ler. A tal aprovação automática é uma grande mentira. Tive que dar aulas a anos no bairro aonde eu moro para poder alfabetizar as crianças dessa localidade. Alfabetizei o meu filho do meio. E agora quero a licença para alfabetizar o meu filho caçula em casa porque na escola ele sofre bullying”*¹³

O comentário presentifica, na tensão juridicamente posta na/pela legislação existente sobre a Educação, a disputa entre indivíduo (que está para família) e Estado no processo de atribuição da responsabilidade pela Educação. Chamamos a atenção para o fato de que nessa responsabilidade atribuída, na disputa por ela, confundem-se as noções de “direito” e de “dever”.

Na forma retórica do comentário, no qual funciona a inserção do sujeito pela reivindicação, o “querer a licença para alfabetizar”, diante de tudo que já se enunciou sobre o fracasso do Estado em proporcionar a vivência educativa que o sujeito deseja para si – ou que o sujeito imagina que o Estado fracassa em proporcionar –, comparece

11 Novamente fazemos menção à Orlandi (1987) e à sua distinção entre o funcionamento autoritário, polêmico e lúdico no discurso.

12 Denominaremos C1 o “primeiro comentário analisado” e assim sucessivamente.

13 Manteremos a escrita dos comentários tal como feitas originalmente, preservando a grafia, o espaçamento e outros elementos utilizados.

discursivamente como “direito” a ser adquirido e, portanto, direito por excelência.

No artigo sexto da Constituição Federal de 1988, única legislação que se sobrepõem à LDB institucionalmente, a Educação é definida como *direito social*. O artigo sétimo, que trata dos “direitos dos trabalhadores urbanos e rurais”, traz também a educação como direito a ser provido pelo Estado em seu quarto parágrafo. O que isso nos diz em relação ao discurso sobre a Educação?

Tratamos na sessão anterior do percurso feito pelo Estado nos pontos mais marcantes da história da educação brasileira para, justamente, afirmar a direção de tomada de responsabilidade do Estado como principal propositor do processo educativo. Isso produziu um sentido de Educação como direito do cidadão e como dever do Estado. O que faz a reivindicação do *homeschooling* – e sua corrente institucionalização? Ela rearranja a maneira como é possível atribuir sentido à Educação na lógica dos direitos e deveres.

O que se produz é que, com a educação domiciliar, o dever do Estado não é mais propor o processo educativo – tendo seus corresponsáveis –, mas reconhecer a família, na figura do indivíduo, como principal propositor. A família, constituída por cidadãos, reivindicando o que compreende como seu direito, passa a ter o dever de propor a Educação. Confundem-se aí as noções de direitos e deveres sendo atribuídas, em um mesmo processo, ao mesmo ator social. Aqui retomamos a relação entre responsabilidade e corresponsabilidade para afirmar que, mediante o modo de significar a Educação na lógica do *homeschooling*, há um sub-reptício processo de desresponsabilização do Estado enquanto propositor de políticas educativas de modo universal. Como isso é possível?

Zoppi-Fontana (2011), ao analisar o modo como se significa o espaço da cidade na perspectiva da mobilidade urbana por meio do que se diz sobre a bicicleta, acena para a filiação de enunciados a um discurso neoliberal (p. 185). Sem condições, no momento, de nos aprofundarmos no funcionamento do discurso neoliberal¹⁴,

14 Podemos compreender o discurso neoliberal pelo próprio funcionamento do neoliberalismo. Temos compreendido que o “neoliberalismo pode ser considerado como teoria econômica, como utopia, como ética ou como filosofia do ser humano. Na realidade, é uma filosofia que se apresenta como teoria econômica, com todo o valor científico que o mundo atual costuma atribuir à economia. É uma utopia, mas

acompanharemos o gesto analítico da autora, que aponta para um processo de isenção do Estado de suas responsabilidades com a garantia de direitos ao mesmo tempo que reafirma a necessidade de existência dessa responsabilidade.

É possível visualizar melhor como se dá esse processo no nosso objeto – a Educação – a partir de enunciados recortados do projeto de lei enviado pelo Governo ao Congresso. O projeto “dispõe sobre o exercício do **direito à educação domiciliar**” e altera o Estatuto da Criança e do Adolescente e a LDB, sobre a qual já tratamos. Há pontos especificamente nas alterações que gostaríamos de ressaltar. Vejamos como o projeto define a prática do *homeschooling*:

*A educação domiciliar consiste no regime de ensino de crianças e adolescentes, **dirigido pelos próprios pais ou pelos responsáveis legais.***

Há aí um ponto de deriva importante com relação à maneira como se atribui sentido à prática educativa. Essa deriva se dá, como mencionamos, pelo funcionamento, no discurso sobre a Educação, de um discurso neoliberal, que tende a desresponsabilizar o Estado de ser o principal propositor do sistema educacional. Como, na ordem da língua, essa deriva se marca?

Observamos que entre a LDB e o projeto que se propõe, alguns sintagmas estão em posição – na ordem da língua – de comutação. Acompanhemos um trecho importante da LDB, que trata da educação como “direito público subjetivo”:

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigí-lo.

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá:

que pretende estar fundamentada na ciência pura. Desta maneira pretende dar uma visão completa do ser humano, inclusive uma ética” (COMBLIN, 1999, p. 15)

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica;

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Vemos, nos termos e enunciados em destaque, que na legislação atual a Educação é significada enquanto direito público subjetivo, devendo o poder público – o Estado – cumprir uma série de obrigações dentre elas zelar pela frequência à escola. No projeto de lei, há uma alteração que incide justamente sobre esse aspecto. A proposta, acrescenta um enunciado ao item III do primeiro parágrafo, que funciona produzindo uma modalização. Vejamos:

III - zelar, junto aos pais ou aos responsáveis, pela frequência à escola para os estudantes matriculados em regime presencial.

Gostaríamos de chamar atenção para a estrutura sintática que aí se formula mediante essa modificação. O enunciado que foi acrescentando na nova redação - *para os estudantes matriculados em regime presencial* –, sintaticamente, modaliza o enunciado “zelar pela frequência à escola”, dando-lhe uma especificidade. O tal zelo somente deverá ser aplicado em determinada circunstância, isto é, somente para aqueles que estão no regime presencial, excluindo-se quaisquer outras circunstâncias.

Discursivamente, para além da modalização do enunciado “zelar pela frequência escolar”, o enunciado que se acrescenta modaliza a própria atuação do Estado, dando a ela uma determinada circunstância. O Estado, agente do zelo de que se trata, só atuará sob certo aspecto, estando isento nas demais situações.

Para perceber a modalização para além da estrutura sintática, foi preciso que considerássemos que o enunciado da lei atual – a LBD – e o enunciado da nova redação do projeto de lei de educação domiciliar estão em relação de vizinhança. Trata-se de uma cadeia parafrástica que sustenta esse dizer sobre a responsabilização sobre quem deve “zelar” pela Educação e em que circunstâncias.

Se no primeiro enunciado não há modalização, no segundo ela já aparece. E mais do que mera questão de estruturação sintática, essa

modalização atualiza a memória que funciona no processo de semantização da Educação, no que tange às responsabilidades. Estamos entendendo que funciona aí o efeito metafórico¹⁵ enquanto a tomada de um enunciado pelo outro.

Esse efeito metafórico atua no cerne da subversão da noção de direito no campo educacional, fazendo, pelo funcionamento da ideologia, crer que o direito não é mais – ou pelo menos não somente – contar com a responsabilidade do Estado no processo educativo, mas que direito é justamente assumir essa responsabilidade no lugar do Estado.

Isso se marca, por exemplo, em um dos mais expressivos deslocamentos que notamos entre a lei e o novo projeto: enquanto na LDB o processo verbal de “dever” - e seus correlatos – aparece majoritariamente agenciado pelo Estado¹⁶, no projeto de lei tal processo aparece exclusivamente atrelado aos “pais e responsáveis”, indicando que a mudança que está sendo proposta caminha num certo sentido, nesse que temos descrito até aqui.

A assunção dessa responsabilidade, todavia, se dá de maneira específica. É isso que pretendemos demonstrar a seguir.

Dos atravessamentos que constituem o discurso sobre a educação

Durante o processo de imersão no arquivo textual que elencamos como importante para tratar dos deslocamentos atuais nos modos de significação para elementos do campo semântico da educação, observamos uma certa regularidade. É verdade que notando a filiação ideológica assumidamente conservadora do Governo Federal atual, já suspeitávamos da presença de alguns elementos que atuam na produção dos sentidos, dando-lhes certa direção.

Apesar de compreendermos que é o discurso neoliberal que baliza o funcionamento dos deslocamentos que até aqui temos descrito – pelo imperativo econômico e pelo modo como este afeta a presença/ausência do Estado no corpo social –, observamos que estiveram atravessados ao funcionamento da desresponsabilização do

15 À luz de Pêcheux (2014 [1969], p. 96), compreendemos o efeito metafórico como “o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual”.

16 Estamos tratando da relação entre o processo verbal e o agente do processo, majoritariamente representado na sintaxe como sujeito da oração.

Estado alguns domínios da memória familiares ao que se pode compreender, atualmente, como conservadorismo.

Isso só foi possível ser notado pelos comentários dos seguidores nas redes, já que é por meio deles – e mais especificamente da forma retórica que se engendra a partir do comentário enquanto prática discursiva – que percebemos a maneira como se atribui sentido a essa movimentação no processo educacional.

Vejamos alguns comentários que recortamos da página *HomeSchooling Brasil*, do Facebook:

C2 - *“O ensino público no Brasil não está mais conseguindo alfabetizar as nossas crianças. Em caso de liberação, quero muito alfabetizar meus futuros filhos através do homeschooling, não quero que eles entrem no ensino médio sem saber ler ou escrever”*

C3 - *“Aprovem a lei. Os professores mal sabem falar a nossa língua e somos obrigados a manter nossos filhos em escolas onde a educação está sendo desconstruída. E o que ensinamos correto em casa acaba caindo em contradição na fala errada dos professores nas escolas. Tristes tempos”*

C4 - *“Acredito que, com uns 8 anos de homeschooling no Brasil, conseguiremos desenvolver uma boa parcela de pensadores que farão uma oposição forte e consistente ao socialismo e a sua doutrinação estatal nas próximas eleições”*

Em C2, destacamos um certo imaginário constituído sobre a Escola pública atual – na figura do “ensino público no Brasil” –, que deriva da ideia de ineficiência do Estado. Projeta-se, como já comentamos, uma ideia de escola que não cumpre objetivos básicos, como o de alfabetizar. Discursivamente, além do imaginário que se projeta sobre a escola, chamamos atenção para a associação entre ensino médio e alfabetização (ou, no caso, não alfabetização “sem saber ler ou escrever”).

Pela organização curricular atual, o aluno passa pelo processo de alfabetização no chamado primeiro ano do ensino fundamental. Para chegar ao ensino médio, esse aluno já passou por uma jornada de, no mínimo, 9 anos de vida escolar desde iniciado o processo de

alfabetização. Há pesquisas acadêmicas¹⁷, críticas na mídia e na opinião pública, etc. que demonstram haver, de fato, um problema na questão da alfabetização no Brasil, principalmente no primeiro segmento do ensino fundamental. É improvável, no entanto, que passados 9 anos de vida escolar, o aluno não saiba nem ler nem escrever – mecanismos básicos com o qual operam a escola.

Isso nos fez desconfiar que o sentido para “saber ler e escrever” no comentário permeia um certo saber ler e escrever, constituído imaginariamente no entremeio entre o descontentamento com o ensino público – sua eficácia – e aquilo que se imagina ser “saber ler e escrever”.

Esse certo “saber ler e escrever” dialoga com um também certo modo como se significa a escola. De todo modo, o que nos importou nesse comentário é compreender que há um certo imaginário, e o “saber ler e escrever”, diretamente ligado às questões de alfabetização, está filiado a certos domínios da produção dos sentidos.

É curioso observar o funcionamento de elementos como o que aparece em C3. Se em C2, havia um certo “saber ler e escrever” significando o aprendizado dos alunos, em C3 essa noção específica do que é saber algo se estende aos próprios professores. Eles, os professores, “mal sabem falar a nossa língua”. “Saber falar a língua”, nesse comentário, está filiado ideologicamente à mesma rede de memória de “saber ler e escrever”, afinal, aqueles que não sabem falar a língua não podem ensinar a ler e a escrever. O que mais nos chamou a atenção, no entanto, foi a maneira como se mobiliza o uso do possessivo de primeira pessoa do plural nesse comentário.

A “nossa” língua, nesse caso, seria a língua portuguesa? Ou, de outro modo, seria uma língua compartilhada entre aqueles que, ideologicamente estão insatisfeitos com os rumos da escola atual? O pronome possessivo faz trabalhar o político da linguagem na medida em que denuncia a existência da filiação do sujeito que diz a uma certa formação ideológica. Trata-se de uma divisão de sentidos que se instaura no dizer que ao mesmo tempo que situa um nós da língua - “nossa língua” - também situa um eles da língua - “eles que não sabem falar”. Marca-se, assim, a disputa que constitui a significação do que é “saber língua”, o que dá vestígios para perceber a construção de um certo sentido para a escola.

17 A respeito disso, ver Mortatti (2010).

Notemos, também, a maneira como a relativa “onde a educação está sendo desconstruída” produz uma evidência sobre o que, nessa formação discursiva, é a escola. Trata-se de um lugar onde a educação está sendo desconstruída, contrariamente à “construção” que o sujeito que diz parece esperar. A divisão se intensifica por meio da ideia de que existe uma “fala errada”, por parte dos professores, que estão em “contradição” com o que se ensina em casa.

A ideia de “desconstrução” dialoga diretamente com o fato de a escola assumir, ao menos nos currículos dos últimos anos, uma postura combativa com relação aos preconceitos e convidativa com relação à pluralidade – de comportamento, de práticas pedagógicas, esta última prevista em lei, inclusive. O que, em outra formação discursiva, pode ser compreendido como “desconstrução do preconceito”, no comentário comparece como “desconstrução da própria educação”. Engendra-se uma divisão por meio da qual desconstruir preconceitos torna-se incompatível com a própria prática da escola. Se há desconstrução na escola, não pode haver educação.

Sinalizamos, durante o percurso histórico sobre as responsabilidades na educação, para a presença/ausência do religioso no processo educativo. A suposta ausência de um direcionamento reconhecidamente religioso¹⁸ – com posturas mais definidas, por exemplo, contra uma ideia de combate a certos preconceitos – significa fortemente aqui. Isso se dá, pois, pela maneira como a ideologia interveio no modo como semantizamos historicamente a escola, o religioso é sempre presente – ainda que em ausência. Se está ausente, ele significa porque faz falta¹⁹. É mais precisamente aí que se situa a “fala errada” - que está “em contradição” - daqueles que “não sabem falar a nossa língua”. O sujeito sente a necessidade de marcar a posição nossa/deles com relação à língua, pois a “língua” dos professores – da escola – está regida por lei e submetida ao Estado laico. A língua das famílias, corresponsáveis pelo processo educacional e não submetidas às exigências do Estado laico, é outra, não é essa da escola.

18 Religiosidade cristã, claro.

19 Trata-se, na verdade, de um imaginário de que a religiosidade não está presente. A noção de Estado Laico e sua constante defesa (já que vive sob ataque) possibilita a produção de uma imagem de escola sem religião.

Outros elementos importantes aparecem em C4. Comentamos anteriormente que a forma retórica do comentário do Facebook é polêmica porque se insere discursivamente pela disputa e pela crítica do referente discursivo. Em C4, temos um bom exemplo disso, quando percebemos que, pelo comentário, presentificam-se os anseios dos sujeitos, dito de outro modo, vemos nos comentários “aquilo que se espera” por parte dos sujeitos, nos deslocamentos que estão sendo propostos institucionalmente nas políticas educativas.

Vejamos que o sujeito projeta um “futuro”, ao presentificar um dos objetivos implicitamente - porque não aparece em lei, mas é compartilhado socialmente – associados à prática do *homeschooling*: trata-se da formação de pensadores contra aquilo que se compreende como socialismo que, supostamente, está embasando uma doutrinação estatal ocorrida nas escolas.

É interessante observar que o comentário reconhece a escola em sua relação/dimensão política. Esse reconhecimento é partilhado por outras formações discursivas, inclusive aquelas que acreditam ser a escola o lugar da pluralidade. Estilhaça-se, no entanto, a possibilidade de se tratar da mesma filiação de sentidos já que esse reconhecimento, nesse caso, objetiva – imaginariamente – construir uma oposição política à escola atual. Não por acaso, trata-se de fazer uma oposição àquilo que está antagonicamente posicionado a um projeto político que pensa a escola como um lugar de realização da doutrina cristã, que “fale esta língua”, entre outras coisas.

Algumas considerações – da escola ao homeschooling

A discussão feita neste trabalho possibilitou demonstrar o modo como segue se dando o modo de significar a escola – e outros referentes discursivos do campo semântico educacional – atualmente. Observamos haver uma disputa nos sentidos para a escola, situando-a discursivamente em lugares antagônicos. Tal trama discursiva implica os rumos institucionais a serem tomados pelas políticas educacionais nos próximos anos, atualizando a memória sobre o que é escola, para que e a quem ela serve, etc.

Por um lado, as noções de Estado laico, de pluralidade de práticas pedagógicas e de combate aos preconceitos, por exemplo, parecem acenar para construir discursivamente a escola como um lugar em que

não pode predominar uma única religião, que pode variar suas abordagens de ensino e que tem o dever de acolher aqueles que sofrem algum preconceito seja por qual motivo for. Essa noção de escola assim se formula mediante a necessidade de um agente garantidor, o Estado. Este possui centralidade na proposição de políticas educativas e tem, em sua presença efetiva, a possibilidade de garantir a simples existência da disputa.

Por outro lado, as noções de uma escola “que não fala nossa língua”, que “não ensina a ler e a escrever”, que é lugar de “doutrinação socialista”, acenam para construir discursivamente a escola como ineficaz e que, por isso, a educação deve se dar em casa, pelas famílias. O Estado nesse caso é, por sua simples presença, um incômodo. É aí que localizamos a eficácia do discurso neoliberal na proposta do *homeschooling*. A isenção do Estado é bem quista porque ele foi sendo significado nesse lugar incômodo que impede que os alunos tenham uma certa educação religiosa, falen uma certa língua e estejam em contato com certas posições políticas. É uma espécie de imperativo da individualidade, no qual tudo aquilo que não se situa no campo do “eu” (ou “meu”) – como “nossa língua” - é uma espécie de outro que se precisa anular, invalidar.

É desse modo que a lógica do funcionamento das noções de direitos e deveres vai tendo seu estatuto modificado. Essas mudanças, indícios de que há deslocamentos no modo como se atribui sentido à educação, marcam-se na ordem da língua, na forma retórica do projeto de lei, e organizam a polêmica, a disputa e reivindicação, na forma retórica do comentário em rede social.

Longe de nos quisermos prescritivos, acenamos para o caráter sempre incompleto da linguagem e para o fato de que, em Análise de Discurso, uma análise é sempre uma dentre muitas. Os gestos aqui direcionados ao nosso arquivo textual poderiam ser outros, caso nossas perguntas fossem outras.

Para nossas perguntas, no entanto, cremos ter aqui um dispositivo de leitura que coloca em questão a opacidade da linguagem e o processo de significação na sua dimensão dispersa. Nessa dispersão incide nosso aparato teórico-metodológico, permitindo pôr em relação elementos que podem parecer distantes, mas estão em tensão no processo de produção dos sentidos.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2009
- BITTENCOURT, Raul. **A educação brasileira no Império e na República**. Revista brasileira de estudos pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 19, n. 49, p. 41-76, jan./mar. 1953
- COMBLIN, José. **O neoliberalismo**: ideologia dominante na virada do século. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FERREIRA JR., Amarílio. **História da Educação brasileira**: da colônia ao século XX. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2010
- FREIRE, Paulo. **A Educação como Prática da liberdade**. 23 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- GUILHAMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise; ROBIN, Régine. Do espetáculo à morte do acontecimento. In _____. **Discurso e Arquivo**: experimentações em Análise do Discurso. Trad. Carolina P. Fedatto, Paula Chiaretti. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2016. (p. 25 – 94)
- LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Portugalia; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1938-1950. 10 v
- MARIANI, Bethania. **O comunismo imaginário**: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). Campinas: Unicamp, 1996.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Alfabetização no Brasil**: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. Revista Brasileira de Educação v. 15 n. 44 maio/ago. 2010. (p. 329-410)
- ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas/SP: Pontes Editores, 2013.
- _____. Tipologias de discurso. In _____. **A linguagem e seu funcionamento**. 2 ed. Campinas/SP: Pontes, 1987
- _____. Recortar ou segmentar?. **Linguística: questões e controvérsias**. Série Estudos – 10. Uberaba/MG. 9 – 26, 1984
- PÊCHEUX, Michel. O papel da memória. In: Pierre Achard, Jean Davallon, Jean-louis Durand. **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas/SP: Pontes, 1999
- _____. **Análise automática do discurso (AAD-69)**. In: GADET, F. e HAK, T. (org.) Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux, Editora da Unicamp, 2014 [1969].

_____. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 2014 [1975].

ZOPPI-FONTANA, Mónica G. **A cidade se mexe:** da bicicleta ao cycle chic. Cad. Est. Ling., Campinas, 53(2): 179-196, Jul./Dez, 2011

ARQUIVO CONSULTADO

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** 2 ed. Brasília/DF: Coordenação de Edições Técnicas, 2018 [1996]

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 02/07/2019 às 18:21h

Educação Domiciliar – Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/educacao/educacao-domiciliar-veja-a-integra-do-projeto-de-lei-que-o-governo-enviou-ao-congresso/> Acesso em 22/06/2019 às 22:13h

Lute pelo Homeschooling – Disponível em: <https://lutepelohomeschooling.blogspot.com/?fbclid=IwAR3v2tUJP8U4xNoz2dc5TsIJsBtWDrIWp7Nnxbu95iFYOoZOp2dhGAzFCpw> Acesso em 22/06/2019 às 22:11h

HomeschoolingBrasil no Facebook – Disponível em: https://www.facebook.com/pg/homeschoolingbrasil/posts/?ref=page_internal Acesso em 22/06/2019 às 22:12h

ANÁLISE DO DISCURSO E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: IMPRESSIONES DE UMA EXPERIÊNCIA

Glaucio Ramos Gomes¹

Introdução

O presente capítulo, dentro da vasta área de pesquisas no campo da linguística, enquadra-se naquela voltada para o ensino de Língua Portuguesa, isto é, aqueles campos da linguística que se preocupam em como levar para a sala de aula aquilo que é investigado na língua. Mas, como são muitas as linhas teóricas no campo de estudo da língua, a nossa se detém nas pesquisas voltadas para a Análise do Discurso francesa (AD). Desta forma, a preocupação central desse capítulo é responder as seguintes questões: como o método da AD pode auxiliar nas práticas de leitura no ensino de Língua Portuguesa? Como o professor deve mediar uma prática discursiva de leitura? A partir desses questionamentos, objetivamos mostrar como o professor pode fazer uso do método da AD para auxiliar o aluno no seu procedimento de leitura, procedimento esse que pode levá-lo a vivenciar uma experiência menos ingênua com a leitura.

Na primeira parte do capítulo, apresentamos as bases teóricas da AD francesa a partir dos trabalhos do filósofo Michel Pêcheux. Reportando-nos aos anos de 1969, data de fundação da AD francesa, apresentamos as reflexões que levaram o grupo de pesquisa de Pêcheux a criar o método discursivo de leitura. Segundo teóricos desse campo (MUSSALIM, 2006, GREGOLIN, 2007) a AD surge como uma oposição a algumas vontades de verdade (FOUCAULT, 1996) sobre a língua, tais como: sua transparência, sua univocidade e regularidade. Negando essas afirmativas, a AD francesa vai entender que a língua é opaca - os sentidos não são evidentes -, polifônica - construída por inúmeras vozes espalhados no campo sócio-ideológico -, e possui uma regularidade flexível. Com essa nova visão sobre a língua, o que a AD

¹ Doutor em Letras pela UFPB, integrante do Grupo de Pesquisa em Discurso, Cultura e Identidades – DISCULTI – Universidade Regional do Cariri Cearense (URCA), coordenador das bibliotecas escolares da Secretaria de Educação do Paulista/PE. E-mail: grag2.1@hotmail

propõe é ““entender” a presença de não ditos no interior do que é dito” (PÊCHEUX, 2008, p. 44).

A segunda parte do capítulo faz uma reflexão sobre o lugar da AD no ensino de Língua Portuguesa. Para tanto, fazemos uma abordagem sobre três pontos que precisam ser revistos à luz da AD para que possam estar presentes nas práticas de leitura da sala de aula: língua, texto e discurso. Para a perspectiva discursiva que adotamos, o trabalho com a língua não pode se dar pelo pragmatismo, isto é, a língua não funciona como um mecanismo social perfeito, controlado de comunicação; ela tem um caráter que não pode ser controlado pelos sujeitos, o que Pêcheux chama de real da língua, isto é, um funcionamento que foge ao controle do sujeito, mas que é essencial para a construção dos sentidos. Já o texto, como resultado da língua, para a AD, não se resume ao encadeamento coesivo e coerente de elementos linguísticos. Para além disso, ele é uma materialidade simbólica afetada pelos discursos. Também nesse tópico do capítulo fazemos uma abordagem sobre as complementaridades entre texto e discurso e, por fim, tratamos sobre a aplicação do método da AD no ensino de Língua Portuguesa.

Por fim, apresentamos um relato-analítico de uma experiência de leitura discursiva desenvolvida com uma turma do 8º (oitavo) ano do Ensino Fundamental-anos finais. O relato está dividido em duas partes – diagnose e mediação de leitura. Na primeira parte, apresentamos a diagnose de leitura que deu base para a aplicação do método da AD. Na mediação de leitura, mostramos, detalhadamente, o passo a passo do trabalho de leitura que realizamos com os alunos, apresentando, a partir de exemplos e reflexões, como é possível trabalhar com os recursos da AD e quais os resultados desse trabalho.

Método discursivo de leitura: revisitando as bases teóricas da análise do discurso de linha francesa

A perspectiva discursiva de leitura surge em 1969, a partir do método teórico de leitura da Análise do Discurso francesa; uma teoria que foi desenvolvida por um grupo de estudo capitaneado por Michel Pêcheux que, em seu livro *Análise Automática do Discurso* (2010), propõe “novas práticas de leitura (sintomáticas, arqueológicas)” (PÊCHEUX, 2008, p. 4). A Análise do Discurso francesa (doravante AD)

surgiu em oposição a uma concepção conteudista que resumia a leitura do texto a questões de superfície e de intenções do autor (qual é o sentido do texto? O que o autor quis dizer?). Para a AD, essa prática estava baseada em uma equivocada trilogia sobre a língua: a transparência, a univocidade, a regularidade. A transparência diz respeito a compreender a língua como expressão do pensamento, como se as palavras tivessem uma relação direta com o mundo, isto é, capacidade de dizê-lo, representá-lo sem equívoco de significado. A univocidade é a compreensão da língua como constituinte de um mundo semanticamente estável, sem deslizamento de sentido. E, finalmente, a regularidade trata da compreensão da língua como um sistema linguístico a-histórico que funciona perfeitamente dentro de uma regularidade – constância – lógica que é estabelecida pela própria língua.

Para seguir com seu método, Pêcheux toma como objeto de análise o discurso, um evento de linguagem - portanto, simbólico - que se situa entre o linguístico e o histórico e se constitui, segundo Pêcheux e Fuchs, pela articulação de três campos do saber:

- 1- O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
- 2- A linguística, como teoria dos enunciados sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
- 3- A teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. (...) essas três regiões (...) atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica). (PÊCHEUX E FUCHS, 2010b, p. 160),

Ao tomar o discurso como objeto de análise, a AD propõe uma prática de leitura onde o texto é meio para o sentido, não o fim, isto é, o lugar absoluto do sentido. Essa perspectiva de leitura não busca o sentido fixado no texto, não toma o leitor como origem do sentido, não trata das intenções do autor, não se limita às condições de produção imediatas para construir os sentidos do texto, mas interessa-se por compreender como o discurso, que perpassa o texto, organiza-se para dizer o que diz. Para isso, a AD considera que a estrutura textual, isto é, a superfície do que é visto no texto, não pode dizer tudo porque em todo dito há a presença de não ditos que afetam e constituem o sentido do que é dito. O que a AD propõe é “entender”

a presença de não ditos no interior do que é dito” (PÊCHEUX, 2008, p. 44).

Eni Orlandi, refletindo sobre as peculiaridades da leitura discursiva, apresenta-nos alguns fatos que, segundo ela, precisam ser bem compreendidos por aqueles que querem adentrar no universo da leitura discursiva. Eis os fatos:

- a) o de se pensar a produção da leitura e, logo, a possibilidade de encará-la como possível de ser trabalhada (se não ensinada);
- b) o de que a leitura, tanto quanto a escrita, faz parte do processo de instauração do(s) sentido(s);
- c) o de que o sujeito-leitor tem suas especificidades e sua história;
- d) o de que tanto o sujeito quanto os sentidos são determinados histórica e ideologicamente;
- e) o fato de que há múltiplos e variados modos de leitura;(ENI ORLANDI, 2012, p. 8),

Se consideramos, como afirma Solé (1998, p. 22), que “sempre lemos para alcançar alguma finalidade”, essas considerações de Orlandi mostram a peculiaridade e a finalidade da proposta da leitura discursiva: colocar o sujeito-leitor diante da opacidade do texto, do seu exterior constitutivo. Nessa condição, o leitor terá a oportunidade de ampliar seu leque de habilidades leitora. É válido dizer que o método discursivo de leitura cumpre um papel muito específico no campo da formação leitora: o de habilitar o olhar do leitor para a não transparência da língua. Desse modo, a AD não se apresenta como o método de leitura, mas como mais um, uma ferramenta de auxílio para a formação do leitor. Isso se dá porque não há o melhor ou pior método de leitura, mas aquele que for adequado à necessidade do leitor. Como bem diz Orlandi

a leitura mais adequada pode ser, circunstancialmente, a mais parafrástica: por exemplo, a leitura ortodoxa escolar de um texto científico quando se objetiva reproduzir o que o autor disse. (...) Nem por isso, deve-se esquecer que a leitura parafrástica coloca menos do conhecimento extra-texto (conhecimento de mundo, do jogo de poder, de outros texto) do que a leitura polissêmica. (ORLANDI, 2006, p. 202)

A citação demonstra que não há uma proposta de leitura (parafrástica ou polissêmica) melhor que outra; o que há são

propósitos diferentes no trabalho com a leitura. Desta forma, dentre os inúmeros modelos de leitura com seus objetivos, a leitura discursiva tem a oferecer ao sujeito-leitor um percurso de leitura que não se limita ao reconhecimento do que está no campo da paráfrase, do sentido dado e evidente, mas expande-se para a exterioridade do dizer e traz para construção do sentido as condições sócio-ideológicas e os efeitos do equívoco da língua. É a partir dessa peculiaridade da AD que se pode pensar no seu lugar no ensino de Língua Portuguesa com suas particularidades linguístico-sócio-ideológicas.

Análise do discurso e ensino de língua portuguesa: a ordem da língua, o texto e o discurso

Antes da virada linguística de 1960 (MUSSALIM, 2006), a língua, com seus campos teóricos – dentre eles o da leitura – era compreendida como um sistema fechado em si mesmo cujos sentidos estavam dados e precisavam ser extraídos. Essa era uma perspectiva que se baseava em uma concepção representativa da língua, isto é, compreendia-se que havia uma relação direta entre as palavras e o mundo. Essa concepção imediatista e transparente da língua começou a ser desconstruída a partir da década de 60 com as teorias da análise textual, da enunciação, da pragmática e da análise do discurso. Na contramão da visão estruturalista da linguística, Michael Pêcheux, vai dizer que sobre a ordem pragmática da língua há uma outra paralela que afeta indiscriminadamente a construção dos sentidos. Nas palavras dele (PÊCHEUX 2008, p. 43), o que existe é “um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, entanto, existe produzindo efeitos”. Ao enxergar a língua por esse prisma, a AD faz repensar o conceito de língua. Se havia uma ideia de sua inteireza, agora, ela é vista como incompleta; se era vista como transparente, passou a ser compreendida como opaca; se era tomada como sistema perfeito, mostraram-se suas falhas naturais e constitutivas do sentido. Se, a partir da AD, a língua passa a ter outra compreensão, o mesmo se deu com aquilo que dela resulta: o texto.

Como já vimos, a AD não vê a língua pela ótica da evidência, da transparência de um sentido dado e fechado. Logo, o texto, que é uma materialidade significativa onde a língua, afetada pela história, produz

sentido, também não será visto pelo crivo do sentido já lá, pronto a ser extraído, mas receberá uma concepção que vai extrapolar sua organização em sintagmas verbais e nominais com início, meio e fim; sua completude. Para a AD, o texto não é o suporte do sentido – mas faz parte dele enquanto estrutura –, nem tem o seu término quando recebe o ponto final. Se levarmos em consideração as noções de língua e de real da língua da AD, que é afetado pelo real da história, veremos que o texto, para AD, não é simplesmente um conjunto de interligações linguísticas coesas e coerentes com início, meio e fim, mas um objeto simbólico que se abre para diferentes possibilidades de leitura.

A abertura do texto se dá porque ele toma uma outra natureza de constituição: materialidade simbólica resultante das condições de produção histórico-ideológicas. Para Eni Orlandi

o texto não é uma unidade fechada (...) pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com sua condição de produção, com o que chamamos sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso: a memória do dizer) (ORLANDI, 2012, p. 54).

Nessa condição, os sentidos do texto não são estáticos, mas deslizam, tornam-se outros possíveis. Daí dizer-se que o texto para AD é incompleto porque tem uma natureza lacunar (ORLANDI, 2006), que equivale ao ideológico e ao inconsciente que afetam e constituem a língua. Nas palavras de Orlandi

o texto é incompleto porque o discurso instala o espaço da intersubjetividade, em que ele, texto, é tomado não enquanto fechado em si mesmo (produto acabado), mas enquanto constituído pela relação de interação que, por sua vez, ele mesmo instala. (ORLANDI, 2006. p. 195)

Desta forma, incompletude e abertura são duas propriedades que o texto recebe quando visto pelas lentes da AD que o toma como uma unidade de análise (ORLANDI, 2012a) inicial responsável pelo acesso aos efeitos de sentido resultantes da plasticidade do discurso que perpassa o texto. Ao olhar para as ordens da língua e da história, a AD traz para o ato da leitura um modo específico de ver o texto pelas nuances da discursividade que o afeta.

Enquanto uma unidade de análise, podemos afirmar que o texto tem início, meio e fim. Todavia, o que o torna uma produção não concluída é a historicidade que o constitui. A historicidade diz respeito ao modo como os discursos, que dão interpretabilidade ao texto, se organizam para produzir os sentidos. A historicidade não é uma opção para o texto, mas elemento fundante, uma vez que ela “é função da necessidade do sentido no universo simbólico” (ORLANDI, 2012 p.57). Considerar a historicidade do texto, no momento da análise, exige que o leitor o tome não como um dado – algo da ordem unicamente linguística – acabado com fim em si mesmo, mas como um fato, isto é, como uma produção do campo do simbólico, do discursivo que obrigatoriamente é vazado, fluido. Para a AD o que “interessa é o que o texto organiza em sua discursividade, em relação à ordem da língua e a das coisas: a materialidade” (Id. Ibid). Desta forma, vai se delineando uma visão de que o texto, enquanto uma composição linguística, funciona como caminho para o discurso, isto é, ele dá acesso ao discurso. Assim, vemos que entre texto e discurso há uma estreita relação. São, de fato, as duas faces de uma mesma moeda, como a afirma Bernardéz (1995, p. 73) “o texto é a unidade de conexão dos discursos; a unidade linguística em que os discursos aparecem conectados entre si. Não há propriamente discurso sem que constitua parte de um texto”.

A fala de Bernardéz deixa amostra uma linha tênue entre o texto e o discurso. Essa linha não pode, de forma alguma, colocar esses dois eventos de linguagem em campos dicotômicos. Texto e discurso se complementam. Essa estreita relação é ratificada pelo próprio Pêcheux em seu livro “Discurso: estrutura ou acontecimento” (2008). Nele, o filósofo deixa claro que só há discurso na relação entre a estrutura – o linguístico, inclua-se também o não verbal – e o acontecimento – o efeito da historicidade sobre a língua. O que deve ocorrer, porém, na leitura discursiva, é a “transcendência” do leitor diante do texto, isto é, ele deve partir do texto para ter acesso ao discurso; e voltar ao texto para verificar, no jogo estabelecido entre a estrutura e o acontecimento, como os sentidos possíveis são construídos. É a partir dessa perspectiva de investigar como os sentidos são construídos que se pode dizer que a leitura não é algo dado, mas construído, produzido. Essa reflexão sobre a relação de complementaridade entre texto e discurso nos permite pensar na

particularidade da leitura discursiva na prática de ensino de língua portuguesa. Essa particularidade diz respeito à possibilidade que o aluno tem de perceber essas duas dimensões da língua, isto é, seu caráter estrutural – o texto – e discursivo – os efeitos da história na construção do discurso. Se bem orientados por um professor que tenha conhecimento desses aspectos constitutivos da língua, o aluno poderá compreender que a estrutura do texto não é o espaço onde reside o sentido, mas a porta de entrada que dá acesso aos inúmeros discursos que fazem ressignificar o que é dito no texto, seja ele verbal ou não verbal. É essa possibilidade de trabalhar com os deslizamentos do sentido que caracteriza o método discursivo de leitura e faz dele uma ferramenta de auxílio a mais na formação do leitor.

Certamente, levar o aluno ao estado de autonomia na leitura é o objetivo de qualquer docente. Essa condução passa, obrigatoriamente, por uma prática de mediação de leitura que não ofereça respostas prontas aos alunos, mas instigações que os façam agir para a construção dos sentidos possíveis. Nesse aspecto, a Análise do Discurso pode servir como ferramenta de auxílio ao leitor porque seu método se baseia na compreensão dos caminhos do sentido, não na apresentação de leituras prontas. Como tem sido dito por vários teóricos (ORLANDI, 2006; GREGOLIN, 2007), a Análise do Discurso tem uma proposta definida que pode também colaborar para formação do sujeito leitor. A sua proposta é dar ao leitor a possibilidade de qualificar seu campo leitor a partir do trabalho com a língua em sua opacidade e historicidade.

Desta feita, pensar na formação do leitor pela ótica da AD é reconhecer que ele terá acesso a uma experiência de leitura que vai lhe levar a verificar que os sentidos não são dados, não são extraídos do texto, não são evidentes, não são únicos. Ao invés disso, o leitor em formação compreenderá que os sentidos são construídos, resultam da inscrição do sujeito em uma dada formação discursiva, são afetados pelo equívoco da língua e que por isso variam, são maleáveis, isto é, sempre podem se deslocar para outros sentidos possíveis, mas não todos.

Constatamos, desta forma, que a AD tem uma proposta sedimentada que pode contribuir significativamente para a formação do leitor. Endossando a relevância da AD para o ensino, Gregolin diz que

o ensino de língua de uma perspectiva discursiva pode levar o aluno à reflexão sobre a ordem da língua, sobre o seu funcionamento na sociedade. Esse, tenho certeza, é um ótimo caminho para a formação de produtores e leitores que consigam entender o papel da língua na constituição da cultura. (GREGOLIN, 2007, p. 76)

Partindo dessa reflexão sobre as contribuições da Análise do Discurso para o ensino de línguas, passemos para um relato-analítico de uma experiência de aplicação do método de leitura AD no ensino de Língua Portuguesa.

Leitura discursiva no ensino de língua portuguesa

Essa experiência com o uso da AD no ensino de Língua Portuguesa ocorreu no primeiro semestre de 2019, na escola municipal Cônego Costa Carvalho, na cidade do Paulista/PE, em uma turma do 8º (oitavo) ano do Ensino Fundamental – Anos finais. Atuando como professor de Língua Portuguesa dessa turma, propusemos aos alunos realizar um projeto sobre a violência contra a mulher a partir da leitura de propagandas, pinturas e literatura de cordel. O objetivo do projeto foi levar o aluno a qualificar suas competências leitora e escritora e refletir sobre a problemática social da violência contra a mulher a partir de uma leitura crítica de diferentes materialidades textuais – pintura, propaganda e cordel. Para esse artigo, focaremos nas materialidades pintura e propaganda para demonstrarmos como se deu o processo pedagógico que fez uso do método discursivo de leitura. Nosso intuito é mostrar como professor pode didatizar o método da AD para que os conhecimentos desse campo da linguística possam ser um aliado na formação de um leitor mais crítico. Passemos ao passo a passo da sequência didática que fez uso do método da AD, começando pela fase I: diagnose de leitura.

Diagnose

Como todo projeto, o nosso começou com uma diagnose da leitura dos alunos. O objetivo era verificar o nível de compreensão e interpretação deles dentro do tema em debate: machismo e violência contra a mulher. Assim, no dia 05 de fevereiro, abrimos uma discussão com os alunos sobre

machismo e feminicídio. Cada aluno recebeu uma ficha onde constava uma notícia sobre um feminicídio ocorrido na cidade. Durante a conversa, pedimos para os alunos responderem algumas questões - por que os homens mantam? O que é machismo? Para a última pergunta, os resultados foram: 11 alunos não souberam definir o machismo, 7 usaram exemplos para explicar e apenas 1 deu uma resposta condizente com o conceito. A atividade seguinte foi a sondagem da leitura dos alunos. Demos para cada um uma ficha com algumas propagandas - ANEXO 1 - e pedimos que respondessem as seguintes questões: a) você vê machismo nessa propaganda? b) como o homem e a mulher são mostrados nessa propaganda? c) por que o homem não aparece na propaganda de material de limpeza? Dos 19 alunos, apenas 5 identificaram o machismo; 2 identificaram o machismo, mas não justificaram e 12 não o identificaram. Para a questão “b”, apenas 4 alunos conseguiram ver que a mulher era mostrada como única responsável pelo trabalho doméstico; e, para a questão “c”, 15 alunos não souberam responder. A diagnose aplicada, que nos servirá como referencial comparativo para a verificação dos resultados obtidos com o uso da metodologia da AD no ensino de Língua Portuguesa, está no anexo 1 do artigo. Essa diagnose nos mostrou que os alunos careciam de uma leitura mais crítica das propagandas. Embora as propagandas tivessem uma forte marca do discurso machista, os alunos, em sua maioria, não conseguiram perceber esse discurso. Isso mostrou que havia ali uma demanda de ampliação da capacidade leitora e que o método da AD poderia contribuir para auxiliar na resolução dessa demanda porque, como nos diz Orlandi (2003, p. 19), referindo ao papel do professor, “não podemos “ensinar” a interpretar mas, compreendendo como um objeto simbólico produz sentidos, nos situamos em relação à interpretação e nosso trabalho interfere em uma certa prática, que é a prática de leitura.”.

Desta forma, passemos agora à sequência didática que usamos para aplicar o método da AD à prática de leitura proposta aos estudantes.

Mediação discursiva de leitura

No dia 13/02, levamos os alunos para o Museu do Homem do Nordeste. Nosso objetivo era fazer o aluno perceber a presença do discurso machista ao longo da história. Para isso, lancei para os alunos

a seguinte questão – observem nas seções do museu marcas que evidenciem o discurso machista. Com essa orientação, os alunos observaram ambientes, fotos, instalações e foram registrando no caderno o que consideravam como marcas machistas. O destaque ficou para a pintura de um casal de uma réplica da Casa Grande que deixava o machismo mais evidente. Ao propormos aos alunos a leitura de fotos e instalações artísticas, nós lhes possibilitamos uma ampliação do campo de leitor porque eles puderam, como tem que ser, ir para além da leitura redutora do livro didático. Sobre essa questão, Pfeiffer afirma que

normalmente, na escola, a história de leitura do aluno restringe-se ao livro didático. Não se constrói, então, um espaço para a constituição de uma memória discursiva que permita ao “leitor-presente” se identificar com o leitor “virtual” de uma grande parcela de textos que estão em circulação no Brasil. (PFEIFFER, 2003, p. 96)

Nesse ponto, podemos então afirmar que a uma proposta discursiva de leitura aplicada ao ensino de Língua Portuguesa não se resume à análise de um dado corpus, mas na ampliação das condições de produção dessa leitura por meio de uma pluralidade didática por parte do professor na exploração do discurso em estudo. No dia 19/02, fizemos a análise das fotos tiradas no museu. No anexo 2 está o registro fotográfico de toda a sequência de atividades desenvolvida. Exibimos as fotos no quadro e fomos perguntando aos alunos como eles viam o machismo nas fotos. A partir das orientações da aula anterior – fazer a pergunta-problema, estar atento aos detalhes –, os alunos conseguiram identificar o discurso machista na pintura de um casal do século XIX cuja técnica usada mostrava o olhar do homem (senhor de engenho) pegando todo o espaço da sala de jantar, enquanto o da mulher se direcionava apenas para o homem (olhar limitado, restrito ao lar), como se vê na imagem abaixo:

FIGURA 1: Pintura de casal do século XIX – Museu do Homem do Nordeste, Recife/PE



Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=721&Itemid=1. Acesso: 23 de Julho de 2019

Perguntamos aos alunos o porquê da diferença entre os olhares da mulher e do homem. Eles me responderam que o olhar do homem pegava todos os espaços porque ele era o senhor da casa, e a mulher era sua serva. Com essa leitura, os alunos puderam ver a carga ideológica do olhar do homem. Um olhar inscrito em uma formação discursiva patriarcal (FERNANDES, 2007). Essa interpretação dos alunos nos mostrou que eles estavam qualificando suas leituras porque puderam “entrar no discurso da Análise do Discurso, e, por aí, vislumbrar a possibilidade de uma leitura “outra”, estabelecer uma relação com o funcionamento do discurso e apreender o gesto da interpretação” (ORLANDI, 2003, p.21). Ainda nas palavras da autora (Id. Ibid), os alunos puderam “compreender que o sentido sempre pode ser outro”.

Dando continuidade à leitura crítica, passamos para a análise de propagandas contidas de discurso machista (ANEXO 3). O objetivo era mostrar aos alunos como o discurso machista se atualizava. Assim, distribuimos fichas com algumas propagandas, seguidas de duas questões: como o discurso machista aparece nessa propaganda? Que ideia se constrói do homem e da mulher a partir dessa propaganda? Seguindo essas questões, os alunos identificaram o discurso machista e fizeram a sua interpretação que construía a imagem do homem violento e da mulher como vítima. Para exemplificarmos, vejamos uma das análises feitas com a turma a partir de uma propaganda da Calvin Klain. Os alunos receberam a propaganda com as perguntas guia e responderam ao lado:

 <p>Figura 2: propaganda da Calvin Klain Disponível em: https://exame.abril.com.br/marketing/13-anuncios-acusados-de-promover-a-violencia-contra-a-mulher/. Acesso em 23 de Julho de 2019.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Como o machismo aparece nessa propaganda? 2. Que ideia se faz da mulher e do homem nessa propaganda? 	<p>Respostas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Há discurso (ideia) machista devido: <ol style="list-style-type: none"> a) à violência contra a mulher b) à construção de uma cena de estupro c) aos homens terem um olhar de desejo, de tara pela mulher 2. a propaganda, pelo seu discurso, mostra o homem como agressor, violento, e a mulher como vítima
---	--

O que merece destaque nessa análise é o caminho didático que escolhemos para mediar a leitura com os alunos. Primeiro, optamos por usar a expressão ideia para equivaler a discurso. Isso se fez necessário porque, segundo Dantas


O professor deve ter o conhecimento teórico, metodológico e terminológico das pesquisas em estudos do discurso, mas não deve, necessariamente usá-lo em sala de aula, apenas aplicá-lo com segurança, recorrendo a termos do cotidiano dos alunos. (DANTAS, 2007, p. 35)

Desta forma, ficou mais fácil para os alunos compreenderem que o discurso era a ideia que perpassava o texto. Optamos por essa estratégia porque percebemos que seria mais difícil explicar para o discente o caráter fluido, dinâmico do discurso que pode perpassar qualquer texto. Assim, usando a expressão ideia, pudemos mostrar aos alunos essa dinâmica do discurso machista que foi visto nas pinturas do museu e nas propagandas. Outro ponto relevante da didática foi a formulação das perguntas. De acordo com Orlandi

a Análise do Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Essa compreensão, por sua vez, implica em explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação. (ORLANDI, 2010, p. 26)

Para chegar a esse objetivo, o leitor precisa formular algumas perguntas (ORLANDI, 2010) que nortearão a sua leitura. A essência dessas questões é investigar o caminho feito pelo discurso para a construção dos sentidos. Desta forma, apresentamos aos alunos as questões que orientariam o seu olhar diante das propagandas - Como o machismo aparece nessa propaganda?; saliente-se também que chamamos a atenção dos alunos para a necessidade de um olhar mais clínico diante do texto, mais detalhista. Isso se fez necessário porque para se realizar uma leitura discursiva é necessário, primeiro, fazer “a transformação da superfície linguística em objeto discursivo” (ORLANDI, 2010, p. 66); e, para isso, o aluno precisa estar atento aos pormenores do texto, àquilo que geralmente passa despercebido, como o “simples” olhar do homem da pintura que vimos anteriormente, um olhar carregado de discursividade.

No dia 20/02/2019, continuamos a análise coletiva de outras propagandas. Mostramos aos alunos que para fazer a análise crítica eles deveriam seguir o roteiro de análises que se baseava em três tópicos: a) elaborar a questão-problema (como o discurso machista aparece nessa propaganda?); b) leitura detalhada e elencada; c) interpretação final a partir do detalhamento da análise da propaganda. A grande questão nessa leitura era o aluno aprender a como olhar o texto, ou seja, era preciso fazer o olhar transitar do linguístico para o discursivo, tendo em vista que o discurso é estrutura e acontecimento (PÊCHEUX, 2008), ou seja, era preciso fazer o aluno partir da estrutura linguística - a superfície textual - para o acontecimento discursivo, isto é, os efeitos de sentido gerados pela ação significativa do discurso. Assim, fizemos a leitura coletiva de mais duas propagandas e, em seguida, dividi a turma em duplas para que analisassem outras propagandas. Aos poucos, os alunos foram se apropriando do modo de ler. Isso mostra, como diz Orlandi (2006) que a leitura discursiva se ensina, ou seja, é possível o aluno aprender a ler discursivamente. A prova disso está na análise da propaganda de cerveja em que os alunos conseguiram perceber os efeitos de sentido gerados pelo discurso machista que construía a ideia da mulher como objeto e o apelo ao seu corpo. Os alunos receberam a propaganda e, a partir da questão norteadora - que imagem se constrói da mulher nessa propaganda? - eles fizeram a leitura se segue

 <p>Disponível em: https://www.google.com/propagandaitaipava. Acesso: 24 de Julho de 2019</p>	<p style="text-align: center;">LEITURA 2</p> <p style="text-align: center;">Há discurso machista porque:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Há a exploração do corpo da mulher; b) A mulher é mostrada como objeto sexual c) A imagem da mulher é associada a um produto
---	--

. No dia seguinte, continuamos a leitura em duplas, só que agora eu fui em cada dupla para ver o andamento. Ao final, expusemos a propaganda de cada dupla no projetor para que os alunos socializassem suas leituras. Nos dias 26 e 27/02, trabalhamos com outro conteúdo da leitura discursiva – a memória discursiva. Trabalhar com a memória discursiva na prática de leitura é fundamental porque

o sujeito-leitor possui um corpo social discursivo que lhe forma uma memória discursiva (no caso uma memória de leitura), permitindo-lhe que, na prática de leitura, formule os sentidos que estão em funcionamento (os implícitos, os estereótipos, os não ditos, etc). (PFEIFFER, 2003, p. 97)

Sentimos que era a hora de trabalhar com a memória discursiva porque os alunos já haviam dominado a pergunta problema e o olhar detalhista, elementos da leitura discursiva. Passamos um bom tempo refletindo sobre como didatizar o conceito de memória discursiva, um conceito que não era tão simples de explicar para os alunos. Começamos perguntando aos alunos o que eles entendiam por memória. A maioria deles remeteu memória à lembrança. A partir daí, colocamos no quadro um conceito compreensível de memória discursiva e explicamos que ela não apenas trazia algo à lembrança, mas trazia informações que interferiam na construção do sentido do texto. Feito isso, apresentamos à turma uma propaganda do Boticário que explorava o conto Chapeuzinho Vermelho. Dividimos o quadro em

dois e pedimos para os alunos dizerem as características da Chapeuzinho do conto e da Chapeuzinho da propaganda. Após esse levantamento, fizemos a interpretação da propaganda a partir da seguinte questão – que ideia se constrói da mulher nessa propaganda? Os alunos então viram que a memória discursiva resgatada na propaganda construía a ideia de uma mulher esperta, sensual e que não seria enganada pelo homem (lobo); características bem diferentes do conto original onde a menina era inocente e frágil. Essa análise permitiu que os alunos vissem os efeitos de sentido, isto é, os outros sentidos que eram produzidos pela presença da memória discursiva. Vejamos, abaixo, atividade proposta.



Figura 4

Disponível em: <https://www.google.com.br/chapeuzinho+vermelho>. Acesso em: 23 de Julho de 2019

Quais são as características dessa memória discursiva?

Indefesa, bonita, inocente, ingênua, desobediente

Que imagem (ideia) se constrói da mulher a partir do resgate desse memória discursiva?

Na propaganda, a memória discursiva da Chapeuzinho vermelho inocente é substituída pelos discurso (ideia) da mulher dominadora e forte. Domínio do homem sobre a mulher.



Figura 5

Disponível em: <http://estruturalpublicidade.blogspot.com/2010/04/analise-do-anuncio-do-o-boticario-sob.html>. Acesso: 23 de Julho de 2019

Qual é a memória discursiva encontrada na propaganda?

No propaganda, há o resgate (lembança) do conto Chapeuzinho vermelho. Essa é a memória discursiva

No dia 27/02, as análises foram em dupla. Cada dupla pegou uma propaganda contida de memória discursiva. Visitamos cada dupla para ver o percurso de leitura e constatamos que os alunos estavam indo no caminho certo, isto é, produzindo uma leitura mais crítica a partir do roteiro de leitura. Em seguida veio a leitura individual. Cada aluno pegou uma propaganda e fez a análise. Como esperado, os alunos fizeram uso da estratégia discursiva de leitura que havia sido trabalhada e conseguiram perceber a presença do discurso machista e, mais que isso, como esse discurso construía uma determinada ideia sobre o homem e a mulher. Também identificaram a memória discursiva e seu efeito na construção da ideia sobre o homem e a mulher. Para comprovamos essa afirmativa, vejamos a análise feita pela aluna “X”. Ela analisou uma propaganda da marca Bombril.

ATIVIDADE 5 – aluna “X”: LEITURA FINAL DE PROPAGANDA

Para fazer essa análise: identifique o discurso (a ideia) principal, observe os detalhes da imagem (cor, tamanho, expressão, posição), e a presença de memória discursiva.

Figura 6: propaganda da Bombril



Disponível

em:https://www.google.com/search?q=porque+a+evolu%C3%A7%C3%A3o+ainda+n%C3%A3o+criou+homem+que+mant%C3%A9m+a+casa+perfumada&source=Inms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiHjd6rjs7jAhVPmVkkHS7pCz8Q_AUIEigC&biw=1242&bih=597#imgsrc=PinBho6XPnFOSM.: Acesso: 24 de Julho de 2019

1. Há discurso machista nessa propaganda? Justifique.
RESPOSTA: Há discurso machista na propaganda porque:
a) A mulher é a única responsável pelo trabalho doméstico;

- b) A mulher está usando uma roupa masculina para mostrar autoridade;
- c) No trecho “porque a evolução ainda não criou homem que mantém a casa perfumada”, mostre que só a mulher tem a obrigação de cuidar da casa

2. Há memória discursiva?

RESPOSTA: Há memória discursiva na imagem do homem das cavernas que mostra um homem bruto, forte, irracional, não civilizado.

3. Que ideia se constrói do homem e da mulher nessa propaganda?

RESPOSTA: Nessa propaganda, a mulher é mostrada como pessoa do lar, única responsável pelo afazer doméstico. Já o homem é mostrado como bruto que não tem compromisso com as atividades da casa. A propaganda é machista.

Se fizermos agora a análise comparativa dessa leitura final com a leitura diagnóstica (ANEXO 1), realizada pela aluna “X”, veremos o grau de ampliação da competência leitora dessa aluna. Na leitura diagnóstica, a discente, diante da propaganda, não conseguiu identificar o discurso machista, e muito menos seus efeitos de sentido na construção das representações do homem e da mulher. Na leitura final, ela identificou o discurso machista, a memória discursiva que o sustenta e fez a interpretação com base nos efeitos de sentido gerados por esse discurso, como se pode ver na sua declaração final “nessa propaganda, a mulher é mostrada como pessoa do lar, única responsável pelo afazer doméstico. Já o homem é mostrado como bruto que não tem compromisso com as atividades da casa. A propaganda é machista.”.

Essa experiência com o uso do método da AD no ensino de Língua Portuguesa evidencia o que Gregolin afirma

o ensino de língua de uma perspectiva discursiva pode levar o aluno à reflexão sobre a ordem da língua, sobre o seu funcionamento na sociedade. Esse, tenho certeza, é um ótimo caminho para a formação de produtores e leitores que consigam entender o papel da língua na constituição da cultura (GREGOLIN, 2007, p. 76).

Todavia, essa colaboração da AD para o ensino de Língua Portuguesa só será possível quando a prática docente for um “lugar de se experimentarem sentidos, de se exporem os alunos às situações do dizer com seus muitos sentidos” (ORLANDI, 2003, p. 24); e não, como diz mesma autora, um lugar onde se “realiza a ilusão da literalidade” (Id. Ibid).

Considerações finais

Ao propor aos alunos essa experiência de leitura, tivemos dois objetivos centrais: a) auxiliar os alunos no desenvolvimento de uma leitura mais crítica; b) gerar nos estudantes uma maior clareza quanto à problemática social do machismo e do feminicídio. Esse último objetivo coaduna com o que preceitua o eixo de Linguagens da BNCC (BRASIL, 2019, p. 137) quando diz que é preciso “promover uma formação que faça frente a fenômenos como o da pós-verdade, o efeito bolha e proliferação de discursos de ódio, que possa promover uma sensibilidade para com os fatos que afetam drasticamente a vida de pessoas e prever um trato ético com o debate de ideias.”. Desta forma, de nada adiantaria, para a formação humana e social do estudante, desenvolver uma prática leitora que não extrapolasse a função escolar da leitura. Esse deslocamento da leitura para uma demanda social é uma estratégia defendida por vários autores especialistas em práticas de leitura na escola (SOLÉ, 2008; LERNER, 2007,).

Desta feita, ao propormos a leitura discursiva de pinturas e propagandas tínhamos em mente que o fim último era fazer o aluno compreender a força e o perigo do discurso machista que se apresenta ininterruptamente nas mais diversas materialidades textuais e ratifica o discurso da violência gratuita contra a mulher.

Dentro desse contexto, os alunos vivenciaram uma prática leitora que visava responder uma questão chave: como o homem e a mulher são mostrados, representados no discurso da pintura e da propaganda? Par responder essa questão, os alunos colocaram em prática algumas ferramentas do método discursivo de leitura – pergunta problema, olhar detalhado, memória discursiva. Não bastava dizer que o discurso machista estava presente, era preciso provar, com recursos do texto, sua presença e usá-lo como elemento central para

explicar a ideia que se construía de homem e de mulher na materialidade textual em análise. A leitura final que os alunos realizaram da propaganda evidencia que eles passaram a ler de maneira mais crítica no sentido de não se contentarem com o sentido imediato do texto. Esse novo modo de ler aprendido pelos alunos é coerente com o que preceitua a BNCC (BRASIL, 2019, pp.137-138) quando ela afirma que é importante que haja “a proposição de objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que concorrem para a capacidade dos estudantes de relacionarem textos, percebendo os efeitos de sentidos decorrentes da intertextualidade temática e da polifonia resultante da inserção – explícita ou não – de diferentes vozes nos textos.”.

Os resultados obtidos comprovam que o método discurso de leitura pode ser um grande aliado quando o objetivo de leitura é mostrar aos alunos como um dado discurso se organiza para produzir determinados efeitos de sentido. Em outras palavras, o método da AD, quando aplicado ao ensino de língua, com a devida didatização das ferramentas da AD, pode levar o aluno a um nível mais elevado de compreensão porque ele não mais vai se contentar com os sentidos imediatos do texto; ele vai passar a ter uma leitura menos ingênua e terá acesso à ordem da língua, vai se deparar com uma língua que é opaca, onde os sentidos não são evidentes, e, por fim, terá que atuar como leitor pró-ativo que precisa agir diante do texto para poder compreender como os discursos nele contidos se organizam para dizer o que diz.

REFERÊNCIAS

- BERNÁRDEZ, E. **Teoría y epistemología del texto**. Madrid: Cátedra, 1995
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum**, <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>, 2017. Acesso em 11 de julho de 2019.
- DANTAS, A.M. **Sobressaltos do discurso**: algumas aproximações da análise do discurso. Campina Grande; EDUFCEG, 2007.
- FERNANDES, C. A. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. São Carlos: Claraluz, 2007.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996

GREGOLIN, M. R. **O que quer, o que pode esta língua?**In.: CORREA, Djane Antonucci (org.). A relevância social da linguística: linguagem, teoria e ensino. São Paulo: Parábola, 2007.

LERNER, D. **Ler e escrever na escola: o oral, o possível e o necessário**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MUSSALIM, F. **Análise do Discurso**. In: MUSSALIM, F. e BENTES, A. C. Introdução à linguística: domínios e fronteiras (orgs.). 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ORLANDI, E. **A leitura e os leitores**. São Paulo: Pontes, 2003.

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. São Paulo: Pontes, 2006.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 9. ed. Campinas-São Paulo: Pontes Editoriais, 2010.

_____. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 6. ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2012.

_____. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 2012a.

PÊCHEUX, M. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. 5. ed. Campinas-São Paulo: Pontes Editores, 2008.

_____. **A forma-sujeito do discurso**. In: Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. trad. brás. Eni Orlandi. Campinas: Unicamp, 2009.

_____. **Análise automática do discurso**. In: GADET, F e HAK, T. (orgs). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, Editora da UNICAMP, 2010

_____. **A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975)**. In: GADET, F. e HAK, T. (orgs). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, Editora da UNICAMP, 2010b

PFEIFFER, C. C. **O leitor no contexto escolar**. In: ORLANDI, E. A leitura e os leitores. São Paulo: Pontes, 2003.

SOLÉ, I. **Estratégias de leitura**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998

ANEXOS

ANEXO 1 – LEITURA DIAGNÓSTICA DA ALUNA “X”

Questão 1 - O que é machismo?

Machismo pra mim, é, um homem que acha que a mulher só pertence a ele

Atividade 2: Leitura de propagandas

Leitura 1



Disponível em:
https://www.google.com/search?tbm=isch&sa=1&ei=FZA4XfzYKbqy5OUPqgO_wAc&q=propaganda+mister+musculo&oq=propaganda+mister&gs_l=img.1.0.0.joi8i3oji24.961052.961749..963758...0.0..0.182.1044.0j6.....0....1..gws-wiz-img.....oi67.iqmoRmTRbBw#imgsrc=NuHXvyKJ_Us_nM:
Acesso: 24 de Julho de 2019

- a) Você vê machismo ou violência nessas propagandas?
NÃO
- b) Como a mulher é mostrada nessa propaganda?
Dormindo
- c) Por que o homem não aparece nessa propaganda?
Porque são as mulheres que usam o produto

Leitura 2



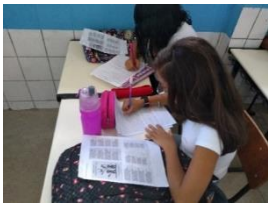



Disponível em:
https://www.google.com/search?tbm=isch&sa=1&ei=Slc4XZ2hMOua5OUPqvSS6Ag&q=propaganda+machista+da+redtape&oq=propaganda+machista+da+redtape&gs_l=img.3...2245738.2251510..2251849...0.0..1.278.5197.0j29j1.....0....1..g

- a) Você vê machismo ou violência nessas propagandas?
Sim, porque as mulheres estão servindo como máquinas
- b) Como a mulher e o homem são mostrados nessa propaganda?
O homem mexendo na máquina e as mulheres servindo como manequim

ws-wiz-
img.....oi67jojoizojoi53ojoi8i30.pvRiw
DigYug&ved=oahUKEwid5Zny_M3jAhV
rDbkGHSq6BIOQ4dUDCAY&uact=5#im
grc=HIPWs8nmsoazQM:
Acesso: 24 de Julho de 2019

ANEXO 2: REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS ATIVIDADES

FOTO	ATIVIDADE
 <p>foto 1</p>  <p>foto 2</p>	<p>Discussão sobre feminicídio a partir da leitura de notícia (1)</p> <p>Diagnose de leitura - Respondendo questões de sondagem a partir da leitura de propagandas (2)</p>
<p>Leitura de cordel</p>  <p>foto 3</p>  <p>foto 4</p>	<p>Diagnose de leitura - 2</p> <p>Leitura de literatura de cordel para responder questionário de sondagem (3)</p> <p>Explicação do projeto (4)</p>




 <p>foto 5</p> <p>foto 6</p>	<p>Visita ao Museu e estudo dos elementos para uma leitura crítica</p> <p>Os alunos analisam pinturas buscando Indícios de machismo</p>
 <p>foto 7</p> <p>foto 8</p>	<p>Análise coletiva das fotos do museu (7 e 8)</p> <p>Discurso machista na relação familiar patriarcal – o homem como senhor e a mulher como serva</p>
 <p>foto 10</p> <p>foto 11</p>	<p>Correção da leitura das duplas (10)</p> <p>Correção coletiva (11)</p> <p>Analisando individualmente a memória discursiva (12)</p> <p>Leituras final de propagandas (13)</p>



foto 12



foto 13

MÍDIAS E ANÁLISE DO DISCURSO: MICHEL FOUCAULT, POSSIBILIDADES E LIMITES METODOLÓGICOS

Rodolfo Rorato Londero¹

SamiloTakara²

Introdução

Os estudos sobre mídias abordam diferentes estratégias teóricas e metodológicas possíveis. Pensar sobre as indicações nas produções textuais, fônicas, visuais, mas, também, nas práticas audiovisuais e interativas da contemporaneidade, é estudar como os processos de significação constituem possibilidades de interpretação da realidade contemporânea acerca das relações entre as mídias e as vidas cotidianas.

Os meios de comunicação interferem no funcionamento de nossas atividades cotidianas. Somos interpelados por diferentes aparelhos, sinais, ondas, cores, sons, luzes e formas que expõem e inscrevem ações, explicações e modos de representar a sociedade, as culturas, as demandas individuais e coletivas que aparecem como elementos noticiosos, publicitários ou como entretenimento.

Analisar o discurso midiático é um modo de problematizar como essas representações que são inscritas em diferentes aparatos comunicacionais e que localizam no cotidiano as necessidades, as possibilidades e os modos de viver, ser e agir. Os discursos acerca da vida contemporânea inscrevem receitas a serem seguidas para se alcançar a saúde perfeita, a beleza desejada, ao sucesso no trabalho, nos relacionamentos e na vida. Esses discursos inscrevem as táticas de

¹Doutor em Estudos Literários pela Universidade Federal de Santa Maria, Mestre em Estudos Literários e Bacharel em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo, ambos pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Professor do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Estadual de Londrina.

²Pós-Doutorado em Comunicação pela Universidade Estadual de Londrina. Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Graduado em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo pela Universidade Estadual do Centro-Oeste/PR. Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal de Rondônia, Campus Rolim de Moura.

governamentalidade e as indicações dos modos de produzir sujeitos por meio das ações disciplinares de saberes e poderes que inscrevem as relações.

Desse modo, a aproximação das discussões foucaultianas acerca do discurso é feita levando em conta que, ao compreendermos na fala do filósofo que a verdade é deste mundo, é mais propício “falar em invenção”, como nos avisam Veiga-Neto e Rech (2015). Assim, pensar com Foucault é uma forma de dialogar acerca dos processos de organização da verdade e do discurso como um procedimento de sistematização dos modos de compreender o mundo e suas sistematizações.

A Análise do Discurso, com base nas contribuições de Michel Foucault e suas interlocuções, ensina sobre as possibilidades de compreensão das mídias como instituições, mas também como práticas de significação que inscrevem uma forma de entender o mundo. Problematizar as potencialidades e os limites do pensamento e do método da Análise do Discurso auxilia uma crítica das práticas de organização das verdades e da contribuição dos artefatos midiáticos para a manutenção de um sistema de normalização das práticas sociais.

Assim, este texto problematiza a Análise do Discurso como um procedimento metodológico para investigar as mídias como práticas de representação que inscrevem modos de construir argumentos de verdade e, ao mesmo tempo, como esses procedimentos da Análise do Discurso possibilitam e limitam outras leituras como, por exemplo, a análise dos efeitos que os discursos causam na audiência que está em interlocução com os discursos das mídias.

Discurso: possibilidades do método

A compreensão foucaultiana de discurso orienta que existem condições que agem sobre a formação discursiva e reconhece que uma analítica do discurso apresenta as condições “de todas as ideias de uma época” que estruturam um “regime de dizer” (DELEUZE, 2017, p. 14). Ao entendermos isso, podemos compreender o que Foucault (2016, p. 42) afirma ao explicar que o “[...] discurso tem sua consistência, sua espessura, sua densidade, seu funcionamento. As leis do discurso existem como as leis econômicas. Um discurso existe

como um monumento, como uma técnica, como um sistema de relações sociais, etc.” (FOUCAULT, 2016, p. 42).

Assim, a produção do discurso ocorre de forma “controlada, selecionada, organizada e redistribuída” em diferentes procedimentos que estruturam as condições que inscrevem os acontecimentos na ordem do discurso (FOUCAULT, 2009a, p. 9). Assim, a Análise do Discurso, pensada com viés foucaultiano, trabalha no processo de compreender os usos de modos de dizer algo, em determinado tempo e com uma intencionalidade que inscreve o discurso no “jogo de seus aparecimentos e suas dispersões” (FOUCAULT, 2009b, p. 40). Assim, o discurso seria uma condição que possibilita compreender os modos como um sujeito diz algo, em que condições e sob determinados sentidos e significados expressos nas possibilidades sociais, culturais, subjetivas e objetivas.

Quanto ao termo *discurso*, de que aqui usamos e abusamos em sentidos bem diferentes, podemos agora compreender a razão de seu equívoco: de maneira mais geral e imprecisa, ele designava um conjunto de *performances* verbais; e entendia-se então por discurso o que havia sido produzido (eventualmente tudo que havia sido produzido) em matéria de conjunto de signos. Mas se compreendia também por discurso um conjunto de atos de formulação, uma série de frases ou de proposições. Enfim – e este sentido foi finalmente privilegiado (com o primeiro que lhe serve de horizonte) -, o discurso é constituído por um conjunto de sequências de signos, enquanto enunciados, isto é, enquanto podemos atribuir modalidades particulares de existência. E se conseguir demonstrar – como tentarei em seguida – que a lei de tal série é precisamente o que chamei, até aqui, *formação discursiva*, se conseguir demonstrar que esta é o princípio de dispersão e de repartição, não das formulações das frases, ou das proposições, mas dos enunciados (no sentido que dei à palavra) (FOUCAULT, 2009, p. 122).

Desse modo, o discurso não é o lugar da luta, não explica ou indica o sentido de disputas, mas é pelo que se batalha, nossa vontade de dominar o discurso, tal como explica Foucault (2009b). A análise foucaultiana do discurso não está no nível das palavras, dos signos, da linguagem como estruturada em outras proposições analíticas. Para a tarefa de analisar, Foucault (2009a, p. 54-55, grifos nossos) nos orienta para buscar no discurso não as expressões escritas e/ou ditas, porque “o que fazem é **mais** que utilizar esses signos para designar coisas. É

esse **mais** que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever”.

O discurso seria perpassado e produzido como **formação discursiva**, ou seja, constitui-se pelo “princípio de dispersão e de repartição, não das formulações das frases, ou das proposições, mas dos enunciados” (FOUCAULT, 2009a, p. 122). Resultado de um sistema de formação discursiva, os discursos expressam as condições de suas produções dado ao tempo e as formas de constituir saberes e poderes sobre o que se diz. As práticas discursivas inscrevem o tempo e as possibilidades de constituir, bem como são práticas instituintes de saberes e dos modos de entender a realidade, as práticas e os saberes.

O enunciado não é, pois, uma unidade elementar que viria somar-se ou misturar-se às unidades descritas pela gramática ou pela lógica. Não pode ser isolado como uma frase, uma proposição ou um ato de formulação. Descrever um enunciado não significa isolar e caracterizar um segmento horizontal, mas definir as condições nas quais se realizou a função que deu a uma série de signos (não sendo esta forçosamente gramatical nem logicamente estruturada) uma existência, e uma existência específica. Esta a faz aparecer não como um simples traço, mas como relação com um domínio de objetos; não como uma totalidade orgânica, autônoma, fechada em si e suscetível de – sozinha – formar sentido formar sentido, mas como um elemento em campo de coexistência; não como um acontecimento passageiro ou um objeto inerte, mas como uma materialidade repetível. A descrição dos enunciados se dirige, segundo uma dimensão de certa forma vertical, às condições de existência dos diferentes conjuntos de significantes. Daí um paradoxo: ela não tenta contornar as *performances* verbais para descobrir, atrás delas, ou sob sua superfície que nelas se esconde, ou que através delas aparece sem dizê-lo; e, entretanto, o enunciado não é imediatamente visível; não se apresenta de forma tão manifesta quanto uma estrutura gramatical ou lógica (mesmo se esta não estiver inteiramente clara, mesmo se for muito difícil elucidar). O enunciado é, ao mesmo tempo, não visível e não oculto (FOUCAULT, 2009, p. 123-124).

Compreender o discurso como o movimento de significação possível entre os modos de significação, os ditos e os aspectos das relações de saber e poder são modos como os sujeitos se inscrevem em ações e possibilidades de problematização nas lógicas sociais, culturais, políticas, espaciais e temporais. Um discurso marca

elementos históricos e do pensamento de determinados grupos, os modos como os saberes e as condições de disseminação, sentidos e expressões são movidos para garantir, na disputa pelos significados, gerar outras leituras possíveis.

Assim, analisar o discurso é também compreender as condições que permitem que algo seja inscrito na ordem do dito. Dizer é uma possibilidade cultural, social, política, econômica, ética e estética que se inscreve nos sujeitos, em suas práticas e em seus processos. A produção de discursos que é regulada por modos sociais e culturais, também expressa os modos como as relações de poder estão inscritas nas possibilidades de dizer e agir no mundo contemporâneo.

A análise do discurso está colocada, na maior parte do tempo, sob o duplo signo da totalidade e da pletora. Mostra-se outros, se organizam em uma figura única, entram em convergência com instituições e práticas, e carregam significações que podem ser comuns a toda uma época. Cada elemento considerado é recebido como a expressão de uma totalidade à qual pertence e que o ultrapassa. Substitui-se, assim, a diversidade das coisas ditas por uma espécie de grande texto uniforme, ainda jamais articulado e que, pela primeira vez, traz à luz o que os homens haviam “querido dizer”, não apenas em suas palavras e textos, seus discursos e seus escritos, mas nas instituições, práticas, técnicas e objetos que produzem (FOUCAULT, 2009b, p. 134).

Desse modo, para o uso do método, Foucault (2009a, p. 54) orienta quatro noções que regulam o procedimento: o acontecimento, a série, a regularidade e a condição de possibilidade. Assim, essas categorias geram oposições aos modos de estruturação do pensamento acerca do dito: “[...] o acontecimento à criação, a série à unidade, a regularidade à originalidade e a condição de possibilidade à significação”, porque estas noções “dominaram a história tradicional das ideias, onde de comum acordo, se procurava o ponto da criação, a unidade de uma obra, de uma época ou de um tema, a marca da originalidade individual e o tesouro indefinido das significações ocultas”.

O método possibilita outra maneira de compreender o discurso. Ao invés do processo de análise empreendido pelas dimensões estruturalistas, não existe enunciado no signo, na palavra, na imagem, na coisa, no objeto. O discurso é um resultado das condições de um

tempo e dos modos de uma comunidade. Desse modo, “[...] a análise do discurso, assim entendida, não desvenda a universalidade do sentido; ela mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação” (FOUCAULT, 2009a, p. 70).

Compreendemos, assim, que a análise do discurso contribui para avaliarmos e construirmos estratégias acerca de agir sobre a “articulação dominante de forças que sujeita outros saberes”, que é a ordem do discurso (CANDIOTTO, 2010, p. 52). Analisar os aspectos que orientam e organizam as práticas discursivas é um modo de problematizar como a discursividade permite que determinados enunciados proliferem pontos de vista e organizem modos de pensar e que outros modos de dizer sejam rarefeitos nos sistemas de explicação que inscrevem os discursos.

A análise do discurso (AD) é um campo de estudo que oferece ferramentas conceituais para a análise desses acontecimentos discursivos, na medida em que toma como objeto de estudos a produção de efeitos de sentido, realizada por sujeitos sociais, que usam a materialidade da linguagem e estão inseridos na história. Por isso, os campos da AD e dos estudos da mídia podem estabelecer um diálogo extremamente rico, a fim de entender o papel dos discursos na produção das identidades sociais (GREGOLIN, 2007, p. 13).

Assim, analisar os discursos que constituem e são produzidos nos suportes midiáticos são modos de compreender os processos que geram sentidos e verdades. Com base na crítica dos discursos é que problematizamos as inscrições em seus enunciados acerca da explicação que é produzida e organizada. A verdade tensiona-se, nos processos de significação dos enunciados inscritos, assim, compreendemos que “[...] o poder e o desejo é que fazem o discurso seja aquilo que ele é” (CANDIOTTO, 2010, p. 55).

Desse modo, compreender o discurso midiático como uma inscrição específica dos modos de ler o mundo e de produzir sentidos acerca das identidades e subjetividades, também nos faz compreender como este artefato cultural é resultado de um grupo de sentidos e significados que instauram maneiras de ser, pensar e agir, e corroboram para outras formas de entender a realidade, bem como criam modos de justificar os sentidos atribuídos e explicar a realidade de determinados modos.

Mídias: especificidades do discurso

Os artefatos midiáticos são produtos discursivos e não discursivos que se inscrevem em diferentes condições de produção. As formas de dizer e de receber informações geram sentidos e produzem interpretações. Silverstone (2005) nos diz da relevância dos estudos de mídias e da necessidade de avaliar a determinação desses discursos na produção de sentidos e, como ressalta Gregolin (2007, p. 13), ao tratar da complementaridade dos estudos de mídia e da análise do discurso, nos situa acerca da similaridade em analisar “as produções sociais de sentido”.

Assim, compreende-se “[...] a mídia como **prática discursiva**, produto de linguagem e processo histórico” (GREGOLIN, 2007, p. 13). Um trabalho com os discursos midiáticos é também uma proposição em analisar, ao entrar em contato com esses materiais, as condições que esses discursos operam, as possibilidades de inscrição, os limites, as interdições e as exclusões que fazem manutenções das práticas discursivas específicas. Ao verificar as mídias e suas proposições discursivas, estamos analisando as condições culturais e sociais de produção de sentidos e, ao mesmo tempo, avaliando as possibilidades de relações entre o imaginado, o dizível e o inscrito nos sistemas de comunicação por meio das lógicas de mercado que também sustentam e localizam as mídias contemporâneas. Assim, entender o discurso como uma produção interessada em significados específicos é “procurar acompanhar trajetos históricos de sentidos materializados nas formas discursivas da mídia” (GREGOLIN, 2007, p. 13).

Assim, ver a mídia e analisá-la como processo de construção de sentidos são ações diferentes. Ao encarar os produtos discursivos e não discursivos que inscrevem os conteúdos midiáticos, estamos também diante de “uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta”. Os discursos midiáticos são movidos por dispositivos de organização, seleção, manutenção, interdição e exclusão que orientam os modos de representar na mídia (GREGOLIN, 2007; FOUCAULT, 2009a).

A discursividade tem, pois, uma **espessura histórica**, e analisar discursos significa tentar compreender a maneira como as verdades são produzidas e enunciadas. Assim, buscando as articulações entre a materialidade e a

historicidade dos enunciados, em vez de sujeitos fundadores, continuidade, totalidade, buscam-se **efeitos discursivos**. Foucault propõe analisar as práticas discursivas, pois é o **dizer** que fabrica as noções, os conceitos, os temas de um momento histórico. A análise dessas práticas mostra que a relação entre o dizer e a produção de uma “verdade” é um fato histórico (GREGOLIN, 2007, p. 15, grifos da autora).

Os modos de dizer e as práticas discursivas nas mídias mostram as condições de produção do discurso midiático. Assim, os meios de comunicação de massa, a internet e os processos de produção de conteúdo em redes sociais são afetados por dispositivos específicos de produção, seleção e organização dos discursos, ao mesmo tempo em que a prática de significação da mídia gera sentidos que são possíveis neste aparato cultural.

Se optamos por analisar a mídia com base nas práticas discursivas que as constituem, também é necessário um cuidado com os sentidos que esses artefatos são capazes de inscrever. “O espelho mente. Mas, pior do que isso, ele seduz seu portador a acreditar que o poder do real é capturado na imagem” (SILVERSTONE, 2005, p. 92). A condição de verdade que as mídias nos indicam e incitam é parte desse jogo produtivo que a captura da imagem nos oferece. Assim, o discurso não é algo que se guarda, mas algo que nos localiza (FOUCAULT, 2009a).

É no mundo mundano que a mídia opera de maneira mais significativa. Ela filtra e molda realidades cotidianas por meio de suas representações singulares e múltiplas, fornecendo critérios, referências para a condição da vida diária, para a produção e a manutenção do senso comum. E é aqui, no que passa por senso comum que devemos fundamentar o estudo da mídia. Para poder pensar que a vida que levamos é uma realização contínua, que requer nossa participação ativa, embora muitas vezes em circunstâncias que nos permitem pouca ou nenhuma escolha nas quais o melhor a fazer é simplesmente “arranjar-se”. A mídia nos deu palavras para dizer, as ideias para exprimir, não como uma força desencarnada operando contra nós enquanto nos ocupamos com nossos afazeres diários, mas como parte de uma realidade de que participamos, que dividimos e que sustentamos diariamente por meio de nossa fala diária, de nossas interações diárias (SILVERSTONE, 2005, p. 20-21).

Nessa direção, um lugar do discurso na mídia é instável porque a própria mídia é um efeito da prática discursiva de um tempo e de uma

sociedade. Gregolin (2007) diz da relação destes artefatos com a sociedade e a história dos grupos que os produzem e realizam suas manutenções. Ao mesmo tempo, são processos que instituem sentidos e localizam os sujeitos em diferentes condições. Os discursos midiáticos geram representações que incitam uma lógica de verdade. Gregolin (2007, p. 17) afirma que “[as identidades] lutam, no interior dos discursos”, em outra perspectiva, as representações que inscrevem e são produzidas pelos ditos são efeitos das produções de verdade que alinhavam as identidades e a tessitura discursiva da mídia.

Desse modo, seguindo a perspectiva apresentada por Fischer (2002, p. 50-51), o poder que aparece nas produções dos discursos midiáticos não é distante das necessidades de revisão e análise das políticas de significação dos discursos midiáticos. Assim, “[...] estamos imersos nesses problemas [sociais, econômicos, educacionais, culturais, filosóficos, de nosso tempo] e possibilidades, falamos e nos inquietamos a partir deles, como simples mortais, e como pesquisadores também”. Fischer (2002) nos convoca a buscar outras formas e caminhos para compreender os momentos que vivemos. Assim, encontrar os sentidos dos discursos das mídias também é perceber como estas são produtos de um sistema que organiza os sentidos.

Inscritos e gerenciados pelos discursos das mídias, somos envolvidos por um sistema de organização da verdade que indica uma produção de real. Gomes (2003) trata da produção de verdade que é o uso do discurso na função de nomear os sujeitos. Foucault (2009a, 2009b) nos ensina da possibilidade dos discursos, ao inscreverem o real, produzirem os efeitos de verdade e, ao mesmo tempo, por meio da seleção, da organização, da interdição e da exclusão, gerar sentidos específicos acerca das formas de entender o mundo.

Nomear é isolar campos, é instrumento **não de representar o mundo como ele é**, mas de recortar: arrancamos uma parte do verde e a instituímos num outro tipo de existência. Nomear é também substituir: o nome que vale a partir de então por esta entidade, **o nome do ipê**. Mas o próprio nome depende da mesma operação: é preciso que nós distingamos esse grupo de sons (ou letras com as quais representamos o som **ipê**) de outros possíveis para que ele possa vir em substituição ao elemento objetivado; por outro lado essa distinção só tem sentido na objetivação realizada, sem a qual nenhuma diferenciação é possível. O

objeto, em sua objetivação, assujeita-se à nomeação (GOMES, 2003, p. 20, grifos da autora).

A produção midiática é inscrita por meio de “técnicas de confissão” e que “operam um jogo no qual se constituem identidades baseadas na regulamentação de saberes sobre o uso que as pessoas devem fazer de seu corpo, de sua alma, de sua vida” (GREGOLIN, 2007, p. 18). Somos interpelados por práticas discursivas que nos interpelam e, ao mesmo tempo, produzem modos de ser e de agir inscritos na ordem discursiva que a mídia nos permite conhecer por meio de suas interdições e exclusões. Ao produzir sentidos e significados, as mídias inscrevem os discursos em lógicas que conferem a consistência de verdade aos regimes de discurso.

Silverstone (2005) afirma que a experiência com a mídia fornece uma lógica de experiência diferente por indicar diferentes elementos da vida diária que estão inscritos na cultura e que perpassam a construção de uma dimensão metafórica do real. As mídias não produzem sentidos sozinhas. Os discursos que perpassam esses artefatos culturais e constituem sentidos e significados são ressoados e geram significações no cultural e no social, assim, as “vozes que falam na mídia fazem eco a outros dizeres que vêm de outros lugares da sociedade” (GREGOLIN, 2007, p. 22).

As mídias nos sugerem discursos para explicar o real e, ao mesmo tempo, para realizar a explicação. As verdades inscritas nesses artefatos nos geram modos de propor uma dimensão de produção dos sujeitos e de suas subjetividades, de tal modo que “os indivíduos vivem essa subjetividade tensivamente, reapropriando-se dos componentes fabricados e produzindo a singularização, criando outras maneiras de ser” (GREGOLIN, 2007, p. 24). A fluidez não é um efeito ou resultado da mídia, antes, seria a mídia um resultado dos discursos que, nas condições contemporâneas, produzem modos voláteis de compreender o outro e a si mesmo (GREGOLIN, 2007).

[...] a experiência da mídia é, num sentido importante e geral, subjuntiva. Ser no mundo mas não dele. Ser dele mas não nele. Perceber que a mídia fornece uma estrutura para a experiência, mas também perceber que a própria mídia é transformada pela experiência. Reconhecer o papel da mídia em contribuir para os diferentes timbres e matizes da vida diária; para seu caráter ordinário, como também para sua natureza única; tanto

para a generalidade como para a intensidade da experiência: esses eventos seminais, estruturais que são, para indivíduos e grupos, decisivos na definição da identidade e da cultura. Admitir que grande parte da cultura, de nossa cultura, da cultura da mídia consiste em aceitar o caráter “como se” do mundo (SILVERSTONE, 2005, p. 113).

Seguindo a noção de crítica tal como define Foucault (1994, p. 180) como o ato de “fazer difíceis os gestos fáceis demais”, optamos por analisar que os discursos inscritos nos sistemas midiáticos não são resultado apenas do trabalho de profissionais de uma ou outra empresa comunicacional. Por mais que existam críticas que iniciam suas argumentações tratando do discurso da mídia como produto do trabalho de comunicadores e comunicadoras engajadas em uma perspectiva deturpada de discurso, optamos por analisar as condições de produção dos ditos no contemporâneo e problematizar que estes inscritos na mídia são resultados dos modos de dizer e pensar que estão diluídos no sistema social e cultural do nosso tempo.

Método: limites da ad para a análise de mídias

Analisar a mídia e seus discursos também é saber sobre os limites e as potências dos efeitos que são expressos nas lógicas contemporâneas. Assim, Veiga-Neto e Rech (2015, p. 246) explicam que o que faz sentido na análise foucaultiana é “examinar a pertinência dos usos que são feitos das verdades que se instituíram no nosso mundo”. Seguir com essa dimensão é compreender o caráter produtivo e limitante dos discursos midiáticos contemporâneos.

Silverstone (2005, p. 84) nos convida a pensarmos, na análise midiática, em uma “poética da mídia”. Essa estratégia, diferente da análise do discurso, daria conta de outras dimensões como “os princípios de sua organização e o processo de seu surgimento”. Este recurso permite outras possibilidades, por escolher compreender os discursos que “se envolvem com os leitores e públicos, como criam os significados, os prazeres e as estruturas de sentimento que aparecem nas mentes conscientes e inconscientes dos que permitem um mínimo encantamento, ao lado do rádio, ao teclado e diante da tela”.

Desse modo, diferente da ritualística cirúrgica da análise que Foucault (2016, p. 45) explica, a poética da mídia analisa as inscrições dos públicos e suas interpretações. Desse modo, ao invés de ver no

discurso seus processos de reverberação e rarefação, as ordens, os sentidos, as interdições e exclusões que geram o acontecimento do monumento discursivo, a proposição midiática nos permite outra dimensão. Aquele que é alvo do discurso, que o recebe e o interpreta como um dito inscrito nas políticas e poéticas do seu cotidiano compreende a mídia de modo diferente aos sistemas históricos e culturais que a análise do discurso esquadrinha.

Foucault (2016) diagnostica os efeitos do discurso por suas interpretações, as mídias são espelhos de uma dimensão social e, desse modo, avaliar os efeitos de ver-se na mídia também é perceber os modos como esses sistemas de verdade estabelecem domínios desde o social. Uma perspectiva analítica dos efeitos da mídia, por meio dos estudos de recepção, escapa a ordem do discurso que parte desse sujeito compreendido morto. Aqui reside um limite da análise do discurso foucaultiana.

O filósofo se propõe a um diagnóstico, a “trazer à luz através da própria incisão da escrita algo que seja a verdade daquilo que está morto” (FOUCAULT, 2016, p. 48). Nestas dimensões, o autor é brilhante em suas sistematizações, traçadas por meio de seus recursos técnicos e métodos, afinados e detalhados, como explica Veiga-Neto (2009, p. 87), em “ser rigoroso sem ser rígido”. As escolhas do autor apresentam preceitos, normas e regras que são estabelecidas e que indicam suas dimensões analíticas. Ao mesmo tempo, Foucault é preciso ao afirmar a morte do sujeito em sua filosofia.

Desse modo, se o autor é apenas um resultado da função sujeito, mais um detalhe dessas dimensões específicas, ele é resultado dos sistemas discursivos e, desse modo, o espectador, leitor, ouvinte também se torna um nó do discurso. Assim, os discursos não precisam de autorias e de recepções especificadas na leitura foucaultiana. Desse modo, os efeitos do discurso estão inscritos nos sistemas que expressam nos corpos, nos sujeitos e nas subjetividades.

Se tomarmos, então, método e teoria em seus sentidos mais amplos/soft, estaremos corretos ao dizermos que a arqueologia e a genealogia são métodos foucaultianos. Mas, em parte para evitar as exigências impostas pelos rigores conceituais da tradição moderna, Foucault geralmente evita falar em método. Assim, por exemplo, ao se referir à genealogia, ele fala em “uma atividade”, uma “maneira de entender”, um “modo de ver as coisas”, (Foucault, sd). Várias vezes, por

exemplo, ele insistiu em que A arqueologia do saber não é um livro metodológico. Não é por outro motivo que também Abraham (sd) diz que a genealogia é uma “perspectiva de trabalho”. Com isso, evita-se levar longe demais os muitos significados de método, alargando demais uma polissemia que, muitas vezes, traz mais problemas do que soluções (VEIGA-NETO, 2009, p. 89).

Ao optar pelas lógicas foucaultianas de análise, os sujeitos são nós em uma malha discursiva que expressam os sentidos temporais e sociais do cotidiano. Resultados de processos históricos, culturais, políticos, econômicos, éticos e estéticos das práticas discursivas, os leitores, os ouvintes e os espectadores são também efeitos das formações discursivas e são expressos nas ações e nos ditos. Ouvir os sujeitos acerca do que eles pensam sobre as mídias seria inscrevê-los na ordem do discurso por meio dos processos de confissão que localizam o dizer em um sistema saber/poder.

As poéticas da mídia que são resultados de uma lógica de emissão e recepção de sentidos não são uma preocupação da análise de discurso foucaultiana, porque, de certo modo, esse sujeito, preso às teias discursivas e aos processos de verdade, também resultam os sentidos dessa formação discursiva.

O ponto de partida de Foucault jamais foi uma teoria que lhe dissesse o que é ou como deve ser o sujeito, como deve ser uma instituição, como deve ser uma moral e assim por diante. Jamais foi uma teoria-figurino que ele depois viesse a usar como medida-padrão-modelo-gabarito, na montagem de um método, para identificar o quanto, o porquê, o como, o em que cada um se afastou daquilo que deveria ser como sujeito; ou cada instituição, ou cada configuração social e política, ou cada código moral etc. se afastou de um suposto modelo (VEIGA-NETO, 2009, p. 92).

Assim, as formações discursivas nos produzem como sujeitos em um sistema social que é resultado das relações de saber/poder que inscrevem os modos de agir no contemporâneo. Entretanto, para outras percepções e diferentes análises como problematizar os sentidos que inscrevem as mídias nos seus interlocutores, essa especificidade escapa da possibilidade da análise do discurso na perspectiva foucaultiana.

Veiga-Neto e Rech (2015) nos ensinam que trabalhar com a perspectiva foucaultiana não é o mesmo que um exercício de fé ou

mesmo de legitimação que não seja alinhado a um pensamento crítico e criativo da prática social. Assim, “[...] o filósofo nos lembra de que não faz sentido alguém segui-lo incondicionalmente, ancorar-se nele e congelar-se em sua companhia” (VEIGA-NETO; RECH, 2015, p. 247). A ideia é poder pensar com as discussões do autor sem reduzir a possibilidade criativa das teorizações.

Ser (in)fiel a obra foucaultiana é produzir sentidos em análises que operam levando em conta possibilidades de problematização. Assim, os estudos com mídias oferecem determinados entendimentos possíveis por meio da lógica discursiva e das visualidades encaradas por Foucault como passíveis de análise. Entretanto, as poéticas da mídia nos permitem conhecer as experiências daqueles que recebem os discursos e constituem seus modos de ser e de agir com base nessas interações.

Provocar os potenciais e encarar os limites das metodologias de análise do discurso é também compreender como as produções midiáticas geram outros modos de compreender o real e as representações potenciais nas interações, nas lógicas e nas possibilidades de significação e nas disputas pelos sentidos. Inscrever modos de pensar a mídia que geram outras necessidades para pensar a comunicação contemporânea permite que possamos incitar outras lógicas e inscrever diferentes modos de pensar.

Foucault (2009a) mostrou como a lógica discursiva inscreveu ordens e gerou modos de compreender o real por meio de representações que constituem nossas formas de ler e compreender o mundo. Destituir as fórmulas e inscrever as analíticas em dimensões poéticas é assumir outro lado da prática analítica. Gerar outras questões para pensarmos em diferentes modos de produzir sentidos nas experiências culturais contemporâneas. Os meios de comunicação não são produtos independentes, mas resultados dos sistemas de representação que produzimos nas interações humanas.

Considerações finais

A análise do discurso embasada pelo viés foucaultiano permite conhecer, por meio dos estudos dos enunciados e dos ditos, as estruturas discursivas que historicamente criaram os modos de compreender o mundo por meio dos processos de reverberação e

rarefação. Entretanto, pensar o discurso é pensar uma dimensão que não opera em estudos de emissão e recepção que a Comunicação opera, criando formas de problematização acerca dos conteúdos que são disseminados pelos artefatos comunicacionais.

Problematizar a dimensão de uma prática comunicacional analisada pelo discurso e compreender as dimensões de uma poética da mídia que se pergunta como entendem e discutem àquelas que são interpeladas pelas informações midiáticas nos oferece outras possibilidades de questionamento sobre os limites da análise do discurso no processo de emissão dos ditos. Questionar os efeitos naquele que é alvo dessa prática comunicacional, que está na posição de espectador, não parece ser uma possibilidade na Análise do Discurso.

Compreender que existem interações midiáticas que escapam a dimensão discursiva porque operam em outras direções, como as percepções e as possibilidades de afeto que a mídia elabora e provoca naquelas que com ela se relacionam, criam outros modos de compreender os estudos de mídias e a possibilidade de uma análise do discurso. Assim, compreender as possibilidades de produção de sentidos também é questionar os limites que indicam sentidos e oferecem oportunidades de outras problematizações acerca da prática de análise e discussão sobre a determinação das mídias na vida das interlocuções de sentidos da contemporaneidade.

As lógicas de poder precisam ser visibilizadas, questionadas, discutidas e contrapostas. Em diferentes sentidos, pensar que a análise do discurso como método se propõe a questionar os modos como dizemos, também nos sugere que existem demandas sobre outros modos – poéticos e criativos – de dizer o que precisamos para os outros, para si e para o mundo. Criar outras formas de comunicar, gerar outras proposições discursivas e questionar os limites de ler a comunicação e nossas formas de expressão é também gerar possibilidades de propor a criação de outras lógicas para dizer, para significar e para compreender os ditos no tempo que vivemos.

A comunicação e o discurso não são da mesma ordem, assim como as possibilidades de dizer também se inscrevem em lógicas espaciais e temporais que expõem a característica constituída da cultura e das formas de significação. Analisar discursos é um modo de compreender como dizemos e as demandas que precisamos

compreender acerca da lógica do que inscrevemos nas dimensões da compreensão racional. Ser capaz de pensar a criação é uma demanda que faz sentido no momento que nos perguntamos se compreender os discursos e seus modos de explicar é o bastante.

REFERÊNCIAS

- CANDIOTTO, Cesar. **Foucault e a crítica da verdade**. Belo Horizonte/Curitiba: Autêntica/Champagnat, 2010.
- DELEUZE, Gilles. **Michel Foucault: as formações históricas**. Trad. Claudio Medeiros; Mario A. Marino. São Paulo: n-1 edições e editora filosófica politeia, 2017.
- FISCHER, Maria Rosa Bueno. Foucault e a Análise do Discurso em Educação. In: **Cadernos de Pesquisa**, nº 114, 2001 (197-223).
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. Verdades em suspenso: Foucault e os perigos a enfrentar. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. (49-71).
- FOUCAULT, Michel. Então é importante pensar? In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits**. Paris: Gallimard, 1994, vol. IV, pp. 178-182, por wanderson flor do nascimento. Disponível em: <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/pensar.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2019.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2009a.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009b.
- FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos III – Estética: literatura e pintura, música e cinema**. MOTTA, Manoel Barros da. (Org Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2009c. (264-298).
- FOUCAULT, Michel. **O belo perigo**. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no Jornalismo: Discorrer, Disciplinar, Controlar**. São Paulo: Hacker Editores. Edusp, 2003.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Identidade: objeto ainda não identificado?. In: **Estudos de Língua(gem)** v.6 n.1. Vitória da Conquista/BA:2008. Acesso em: 01/05/2011. Disponível em: [\(81-97\)](http://www.estudosdalinguagem.org/seer/index.php/estudosdalinguagem)

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, Mídia e Consumo**. v.4, n. 11 São Paulo: ESPM, 2007 (11-25).

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** 2. ed. Loyola: São Paulo, 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo; FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault, um diálogo. **Educação & Realidade**. v. 29, n. 1, 2004. (7-25).

VEIGA-NETO, Alfredo. Teoria e Método em Michel Foucault (im) possibilidades. In: **Cadernos de Educação**. n. 34, Pelotas: FaE/PPGE/UFPel, 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo; RECH, Tatiana Luiza. Esquecer Foucault?. In: KIRCHOF, Edgar Roberto; WORTMANN, Maria Lúcia; COSTA, Marisa Vorraber (Orgs.). **Estudos Culturais & Educação**: contingências, articulações, aventuras, dispersões. Canoas/RS: ULBRA, 2015. (243-256).

O JOGO IMAGINÁRIO: DISCURSOS DE ESPOSAS E AMANTES

Ceres Carneiro¹

Ah, então é verdade que eu não me imaginei, eu existo.
(Clarice Lispector)

Introdução

Neste trabalho, trazemos um recorte da nossa tese, cujo objetivo principal foi analisar, à luz da Análise do Discurso, de linha francesa, sobretudo, a partir dos estudos desenvolvidos por Michel Pêcheux, na França, entre as décadas de 1960 e 1980, os discursos materializados nas cartas pessoais (e em suas respostas) publicadas na revista feminina *Claudia*, supostamente, escritas por mulheres em posição de esposa ou de amante, que relatassem suas experiências enquanto integrantes de triângulos amorosos, tendo o homem como pivô da relação a três.

Durante a pesquisa de doutorado, buscamos verificar se o discurso sobre a infidelidade masculina, identificado no mito da Medusa (*Medusa era uma jovem lindíssima e muito orgulhosa de sua cabeleira. [...] A deusa da inteligência, Atená, puniu a adversária porque Posídon, tendo-a raptado, violou-a.*)², continua ressoando nos discursos de mulheres participantes de uma cena do três, deflagrada pelo homem. Na tese, estabelecemos quatro eixos temáticos para estruturarmos nossa análise: o *jogo imaginário*, o primeiro dos eixos, foi o escolhido para apresentarmos neste artigo.

Temos, portanto, como proposta, aqui, analisar as sequências discursivas de quatro (e algumas de suas respostas), recortadas da minha tese, publicadas no “consultório sentimental” da revista feminina *Claudia*, entre as décadas de 1960 e 2000, considerando os

¹ Doutora em Estudos da Linguagem (UFF) Pesquisadora do Programa de Pós-Doutorado de Estudos de Linguagem, da UFF, na área teoria do texto, do discurso e da interação. Rio de Janeiro. cerescarneiro@gmail.com

² Fragmento da definição de Medusa apresentada, no Dicionário Mítico, por Junito Brandão.

efeitos de sentido acerca dos triângulos amorosos e os sujeitos-consulentes e sujeitos-conselheiras/os neles envolvidos, em suas diferentes condições de produção, para pensarmos o jogo da formação imaginária entre os interlocutores (A e B) e seus referentes (R). Trazemos como percurso uma reflexão teórica sobre formação imaginária e a subsequente análise de sequências discursivas das quatro cartas selecionadas, em que procuramos apresentar as imagens que as mulheres formam de si, das outras e dos homens, a partir de suas posições de esposa ou de amante: de protagonistas da cena do três.

Ao nos voltarmos para o jogo imaginário, pretendemos analisar discursivamente qual imaginário se marca nos dizeres das cartas sobre as mulheres e sobre os outros envolvidos na trama discursiva, mais especificamente, quando integram uma relação amorosa indesejada, justamente, porque é uma relação a três. Com essas projeções, poderemos perceber como, em seus discursos, as mulheres continuam punindo suas rivais e resguardando os homens pela constituição dos triângulos amorosos, tal qual representado no mito da Medusa.

Nas análises feitas sobre o jogo da formação imaginária, sobretudo, a partir dos dizeres da interlocutora em A, procuramos compreender por que as mulheres permanecem, seja nas posições de esposa ou de amante, nos triângulos amorosos. Partimos, pois, das seguintes indagações: a) o que justifica a manutenção da esposa em um casamento, cujo marido é infiel? e b) o que justifica a manutenção da amante em um caso com um homem casado?

Formação imaginária

Segundo Köche (2015), a carta pessoal é um gênero textual “em que o remetente conta ao destinatário eventos particulares de sua vida” (p. 27) e, para tanto, obedece a uma estrutura padrão, definida como sendo a do gênero epistolar: “local e data; vocativo; corpo; despedida e assinatura” (p. 28). Observamos, porém, que, nas cartas publicadas no “consultório sentimental” de *Claudia*, alguns elementos podem ser subvertidos, como, por exemplo, a presença ou a posição do vocativo e a substituição da assinatura por um codinome, sem, com isso, se descaracterizar, a partir de uma perspectiva textual, enquanto gênero carta pessoal. Marcuschi (2008) inclui a carta pessoal no

domínio discursivo “interpessoal” pertencente à “modalidade de uso da língua escrita” (p. 196), acrescentando haver um movimento do “relativamente formal” até “o bastante informal”, podendo “ir desde a comunicação em grupo até a bilateral” (p. 204). Em nossa posição de analistas do discurso, entretanto, as cartas são uma materialidade linguística e, como tal, nos permitirá chegar ao funcionamento discursivo, logo, tem um funcionamento diferente do dado pelos estudos de gênero do discurso.

Chamam-nos a atenção dois fatores: a) embora, nas cartas publicadas no “consultório sentimental” de *Claudia*, o destinatário não pertença ao círculo social do remetente, por relatarem questões de fórum íntimo, elas oscilam entre o estilo formal e o informal, justamente, porque o lugar que o interlocutor em B ocupa em relação à interlocutora em A é flexível: ora um/a profissional conselheiro/a, ora um/a amigo/a confidente; b) embora as cartas sejam enviadas para um destinatário (sujeito-conselheira/o) e por ele respondidas (quando são respondidas), a comunicação não é exatamente “bilateral”, pois, ao serem publicadas, tornam-se uma comunicação em grupo. Observamos terem as cartas, com as quais lidamos, especificidades que transgridem algumas normatizações, entretanto, nos parece consensual o fato de que a (não) comunicação por cartas prevê sempre a existência de um eu-remetente (interlocutor em A) e de um tu-destinatário (interlocutor em B), tornando inevitável o jogo das formações imaginárias entre os sujeitos que as discursivizam.

O conceito de formação imaginária (FI), inicialmente lapidado por Pêcheux ([1969] 2014), prevê a existência, em todo processo discursivo, de imagens projetadas de si (interlocutor A) e do outro (interlocutor B), a partir dos lugares ocupados por eles em uma formação social. O que nos interessa, aqui, entretanto, é compreender o jogo das imagens que esposas e amantes fazem umas das outras e dos maridos/amantes em seus discursos materializados nas cartas enviadas ao “consultório sentimental” da revista *Claudia*.

Ora, tendo o discurso como efeito de sentidos produzido entre os interlocutores (PÊCHEUX, [1969] 2014), a projeção das formações imaginárias dos envolvidos nos triângulos amorosos, materializados nas cartas, nos diz sobre a imagem que as mulheres (esposas ou amantes) fazem de si próprias e das outras mulheres (esposas ou amantes), bem como dos homens (maridos ou amantes), a quem se referem, ao dizerem

sobre uma situação de traição. E nos dizem também sobre as imagens que os sujeitos-conselheiras/os (interlocutor/a em B) fazem das esposas/amantes (interlocutora em B) e dos maridos/amantes (referentes) enquanto integrantes de uma cena do três.

Ressaltamos que os sujeitos do discurso são, justamente, as imagens resultantes das suas projeções de si e dos outros (ORLANDI, 2015), logo, esposas, amantes e os maridos/amantes, aos quais nos referimos, são aqueles constituídos, discursivamente, em determinadas condições de produção, a partir das imagens projetadas pelos sujeitos-consulentes e pelos sujeitos-conselheiras/os. Trazemos, no entanto, não só as imagens projetadas entre A e B, mas também as imagens projetadas de outros envolvidos na trama discursiva, que nos chegam por meio do discurso sobre, pois o interlocutor em A (sujeito-consulente) diz para o interlocutor em B (sujeito-conselheira/o) sobre o outro, projetando, assim, imagens sobre a rival e sobre o marido ou amante. Temos, então, que a) as interlocutoras em A são, supostamente, mulheres integrantes de triângulos amorosos, e os interlocutores em B, profissionais contratadas/os pela revista *Claudia* que respondem às cartas, cujos nomes e perfis foram se alterando ao longo das décadas; b) o referente deste jogo das formações imaginárias é a traição cometida pelo outro que posiciona os sujeitos do discurso em triângulos amorosos e c) a rival e o marido/amante, por não dizerem nas cartas, aparecem como uma referência feita pelos interlocutores A e B, sendo, portanto, discursos sobre (R) (referentes). Philippe Lejeune (2008, p. 252 *apud* ROCHA, 2017) nos diz que a carta é “um ato que coloca na cena o eu, o ele e os outros” (p. 123), personagens esses, pois, integrantes do jogo das formações imaginárias ao qual nos deteremos.

Os interlocutores (A e B) dizem, respectivamente, a partir das suas posições de consulente e de conselheira/o, em que A expõe seu drama, pede conselho, e nesse movimento cria expectativas sobre a resposta, representando, assim, imaginariamente o conselho que B dará, fazendo funcionar discursivamente o que Pêcheux ([1969] 2014) define como mecanismo de antecipação. Em outro viés, Rocha (2017) no diz que, ao escrevermos cartas, nos dirigimos “à presença que queremos e que nos falta” (p. 124), ratificando que há sempre algo pré-concebido da resposta do sujeito-conselheira/o que pretende seja eco das imagens produzidas por ele, sujeito-consulente. As diferentes

posições ocupadas por A e B, assim, imputam determinadas possibilidades do dizer, “direcionadas” por alguns fatores:

- A pede conselho e B o dá, colocando A em certa dependência de B, visto que, envolvida no triângulo amoroso clama por ajuda, e necessita daquele conselho. B, por sua vez, ocupa uma posição mais confortável, pois sua conduta independe da resposta que dará, e o seu envolvimento com o triângulo é de “espectador/a”, lhe permitindo ser protocolar e mais objetiva ao responder;
- B, ao responder, entretanto, pode tentar antecipar-se ao que A gostaria que ela respondesse, revertendo temporária e imaginariamente sua posição e, ao fazer isso, estará “ajustando” ou “guiando” sua produção (MARIANI, 1998). A reversão pode ocorrer entre os dois interlocutores, mas considerando as diferentes condições de produção dos dizeres de A e B, defendemos que a reversibilidade fica mais evidenciada em B;
- A e B, porém, ainda que em posições opostas, atuam em uma mídia, têm seus dizeres publicados em uma revista de grande circulação e dizem a partir da imagem que fazem da revista enquanto leitora e jornalista contratada/o pela revista, respectivamente. A revista, por sua vez, está preocupada em entreter seus leitores, em atendê-los mediante a imagem que fazem deles, antecipando o que os leitores querem ler, afinal, no “como se diz” dos impressos já se encontra embutido “o quem” o lerá (MARIANI, 1998), o que ocorre também em *Claudia*. Os dizeres de A e B, assim, só serão publicados se as imagens projetadas nesses dizeres estiverem em acordo com as imagens projetadas pela revista de si, enquanto um produto editorial, e de suas leitoras.

A e B, assim, são os interlocutores do discurso (PÊCHEUX: [1969] 2014), e a traição, acompanhada de dizeres sobre a rival, o marido, o amante, parentes (em uma carta específica) é o principal referente (R) do discurso: A, B e (R) compõem o jogo das formações imaginárias.

Embasamo-nos no conceito de “comentário” trazido por Foucault ([1970] 2000), para dar à resposta dada por B um estatuto menor, colocando, assim, B como interlocutor coadjuvante. Foucault nos diz que entre o texto primeiro (carta, em nosso caso) e o texto segundo (resposta, em nosso caso) há um “desnível”, ainda que o segundo seja “solidário” ao primeiro. O texto primeiro, reitera o autor,

para acima e, por isso, dá ao outro “a possibilidade aberta de falar” (p. 26), sem que o comentário não tenha outro papel “senão o de dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro” (p. 26), funcionando como uma repetição disfarçada dele. Desta forma, as respostas nos servem como um suporte, um dizer adjacente, um “comentário” e, por isso, só serão recuperadas à medida que contribuam para as análises.

Optamos por trazer sequências discursivas nas quais possamos observar a projeção das imagens que parta ora do sujeito-esposa, ora do sujeito-amante, alternando, assim, a posição da interlocutora protagonista em A entre uma e outra. Teríamos, desta forma, as seguintes disposições:

Tabelas 1 e 2:

Sujeito-consulente-esposa (A) \longrightarrow Sujeito-conselheira/o (B)
Traição

Tabelas 3 e 4:

Sujeito-consulente-amante (A) \longrightarrow Sujeito-conselheira/o (B)
Traição

Esclarecemos que, na parte superior das tabelas, trazemos o título da carta, dado pela revista; na última linha trazemos a fonte do grupo das sequências de cada tabela; no corpo da tabela, as sequências recortadas das cartas.

As análises

Nas tabelas 1 e 2, analisamos sequências discursivas de cartas em que as esposas ocupam a posição de sujeitos-consulentes, logo, de interlocutora em A, e a amante e o marido são referentes (R).

Tabela 1

“Ter duas mulheres é crime”		
Imagem de si (A)	Referente (amante)	Referente (marido)
SD1: O que mais me fez sofrer humilhação SD2: Meu sogro diz que sou uma boa dona de casa, ótima esposa, carinhosa, responsável	SD5: Os parentes dele gostam mais dela do que de mim	SD6: Diz que sabe o que faz e não permite discussão

SD3: Já tentei conversar com ele (marido) SD4: Os parentes dele gostam mais dela do que de mim		
Seção Caixa Postal. Ano IX, nº 98, p. 16, novembro de 1969.		

Durante o patriarcado, discursos foram sedimentados sobre a conduta masculina e a conduta feminina e são retomados, nos dizeres desta carta, como pré-construídos, dizeres já formulados em outro lugar e cujos sentidos, por serem da ordem do memorável, foram cristalizados (INDURSKY, 2011), tornando tolerável a bigamia por parte da esposa e normal por parte dos parentes do marido, afinal, o patriarcado é “um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista” (SAFFIOTI, 2004, p. 50) que categoriza, hierarquicamente, os sexos, permitindo aos homens direitos exclusivos. Esse “sempre-já-ai da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma de universalidade (o mundo das coisas)” é, justamente, o que Pêcheux ([1975] 2014, p. 151) define como sendo pré-construído.

O título da carta dado por *Claudia* (“ter duas mulheres é crime”) projeta a imagem de que, para B, o marido é, antes de tudo, um criminoso, rompendo com a naturalização da bigamia no dizer de A na SD6. Conceitos legais (ou do Direito), interpelaram o discurso de *Claudia*, reproduzindo o que o Estado diz sobre a bigamia, em nossa formação social, inserindo o sujeito em um ritual que define o que é “certo” ou “errado”, dicotomia essa com a qual o discurso jurídico atua (PÊCHEUX, 2014). Afinal, o acontecimento discursivo possibilita outros significados para o que é “certo” ou “errado” em uma relação conjugal, ainda que não inviabilize a retomada (via interdiscurso) de enunciados existentes em outra FD.

O cotidiano das relações interpessoais, tal qual nos lembra Lagazzi (1988), ainda que não seja regulado por leis, se ampara em regras e padrões morais (entendidos como “bons costumes” pelo senso comum) a serem seguidos pelos membros de uma comunidade. Como o sujeito-conselheira/o não é legitimado, entretanto, a definir o que é crime, temos caracterizado o juridismo, essa “intertextualidade da instância jurídica, do Direito” (p. 46), que atua no implícito,

permitindo a *Claudia*, por sua filiação ao discurso jurídico, dizer sobre direitos, deveres e responsabilidades. “Ter duas mulheres é crime”, porque, em seu dizer, a interlocutora em B condena o homem e alerta a esposa para seu equívoco: culpe o marido porque ele é o responsável pela cena do três. Sentidos que legitimam a rival como sendo culpada (mito da Medusa, por exemplo), logo merecedora de punição, pela traição do homem deslizaram para outros sentidos que colocam o homem como único responsável pela traição.

Nas SDs 1/2/4, há uma projeção para a esposa de humilhada porque, sobretudo, a família sabia do adultério e silenciava sobre ele. O silenciamento das vozes dos parentes, entretanto, produz sentidos (ORLANDI, 1990), funcionando como um “consentimento” à bigamia: “quem cala consente”, já diz o velho ditado. Ao ser comparada à outra pela família, projeta a imagem de que a amante é uma mulher mais cativante do que ela (esposa), o que nos faz lembrar um jogo de apostas: “a uma ou a outra?”, “gostam mais dela” ou “de mim”? (SD5)

O discurso do sogro nos chega atravessado pelo discurso da interlocutora em A, movimento este definido por Authier-Revuz (1998) como “heterogeneidade mostrada”, por trazer uma alteridade enunciativa, caracterizada pela inserção das palavras do outro (sogro) na constituição do dizer da uma (interlocutora em A), portanto, localizável no fio discursivo. E, nesse ponto, ela se projeta como “boa dona de casa, ótima esposa, carinhosa, responsável” (SD2) atributos da boa-esposa-dona-de-casa localizados em uma formação discursiva fundada no patriarcado. Pêcheux (2014) definiu formação discursiva como aquilo que “a partir de uma dada conjuntura dada, determinada pela luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (p. 147), então, o que foi “autorizado” a se dizer sobre o casamento e a traição do marido, durante o patriarcado, foi atualizado.

A imagem projetada de um marido autoritário e machista (“não permite discussão” – SD6), cuja violência simbólica, imposta à mulher, buscou legitimar o poder dele sobre ela (BOURDIEU, 2014), reafirma a mesma FD patriarcal a que o sujeito-esposa está filiada: ele “diz que”, SD6, (heterogeneidade mostrada) é irredutível da sua plena condição de bigamo e não está disposto ao diálogo por ela proposto porque pretende a manutenção do *status quo*.

Tabela 2

“Meu marido me traiu”		
Imagem de si	Referente (amante)	Referente (marido)
SD7: Meu mundo caiu SD8: Exigi que ele não a visse mais SD9: Não confio mais nele SD10: Quero continuar casada	SD11: Meu marido se envolveu com uma conhecida SD12: Garantiu que somente ela estava apaixonada	SD13: Meu marido se envolveu com uma conhecida SD14: Não confio mais nele
Seção Claudia responde: Interpessoal. Ano 37, nº 02, p. 12, fevereiro de 1997.		

O “quero continuar casada” (SD10) nos traz a imagem projetada do sujeito-esposa sobre si como de esposa-para-sempre: ter o marido mesmo que a imagem projetada dele seja de não-confiável e leviano. Ressaltamos que, por serem todas as formações discursivas porosas, os elementos do interdiscurso, pertencentes, portanto, a outros lugares, atravessaram de uma FD para outra, e, nessa intercambialidade, possibilitam tanto a reformulação/transformação quanto a reprodução/repetição (PÊCHEUX [1983] 2014) do dizer, dando aos sujeitos essa capacidade de trazer em si a contradição: não confio/quero continuar casada (SDs 9/10).

Sartre (2014) afirma que toda pessoa, ao amar, se coloca à inteira disposição do amado, transcendendo, absolutamente, como uma coisa a ser, pelo outro, apropriada, assim, “a liberdade do amante, em seu próprio esforço para fazer-se amar pelo outro como objeto, aliena-se desaguando no corpo-para-outro, ou seja, produz-se surgindo na existência com uma dimensão de fuga para o outro” (p. 147). Parece-nos, pelas imagens projetadas de si, que a interlocutora em A se arremessa ao marido, alienando-se da traição ocorrida e da sua desconfiança em relação à fidelidade dele, o que se confirma com esta SD em que a interlocutora em B pergunta:

SD15: casada com a realidade ou com uma ilusão?

O advérbio de negação “não”, materializado na SD8 e na SD9, “coloca em cena o repúdio, a refutação, a recusa” a algo ou a alguém, atuando como “um marcador de tensão” (FEDATTO, 2015, p. 96), pois

não marca o que é, mas o que não é: chama atenção para um ato anterior (envolvimento com amante) que gerou uma reação negativa (“não a visse mais” – SD8, “não confio” – SD9). Ao dizer o “não” está se contrapondo ao sim.

O título de “meu marido me traiu”, apesar de ter sido dado por *Claudia*, traz o pronome possessivo “meu” e o oblíquo “me”, marcas de primeira pessoa, de modo que a interlocutora em B se coloca na posição de interlocutora em A e atesta que o sujeito-consultante foi traído pelo marido e coloca a traição dele como cerne do problema. Assim, o título, ainda que dado pela revista, é parte do dizer da esposa (interlocutora em A) e projeta o marido como responsável pela traição. Nessa trama discursiva, quem trai é o marido (“meu marido me trai”), pessoa com a qual a esposa tem um vínculo e um acordo de fidelidade celebrado durante a cerimônia (Igreja Católica) do casamento³: “prometo ser-te fiel, amar-te e respeitar-te, na alegria e na tristeza, na saúde e na doença, todos os dias da nossa vida”⁴, o que retira da rival a responsabilidade pela traição e a coloca sobre o marido (agente da ação): “meu marido se envolveu com uma conhecida” (SD13).

A imagem de que a amante (“conhecida” – SD11) vive um amor não correspondido com o marido é trazida pelo discurso atravessado da outra sobre o dela, e, ao trazer uma enunciadora exterior ao seu discurso, o sujeito-esposa confirma a presença do outro no discurso do um, alteridade essa que constitui todo dizer (AUTHIER-REVUZ, 1998). Essa imagem projetada, de que a amante vive um amor unilateral, atua como um acalanto a despeito da traição: ao dizer que “somente ela estava apaixonada” (SD12), ele diz de si próprio que jamais esteve apaixonado: ao dizer x, ele não diz y. E, porque ele não estava apaixonado, não se comprometeu inteiramente à outra (SARTRE, 2014), minimizando os efeitos da traição.

O sujeito-esposa se projeta como aniquilada pela suposta queda de seu “mundo”, SD7, e, ao transferir uma expressão, a reveste de outro sentido e estabelece novos modos de significação (PÊCHEUX, 1975): “meu mundo caiu” seria, então, um modo de supervalorização

³ Entendemos que mesmo a mulher não tendo experimentado a celebração do casamento pela Igreja Católica, os dizeres proferidos durante o ritual funcionam como interdiscurso das obrigações do casal.

⁴ <https://onossocasamento.pt/artigos/ritual-cerimonia-religiosa-casamento-catolico>. Acesso: 29/08/2018.

do casamento? Mas, ainda que com o “mundo” desabado foi capaz de reagir e exigir que o caso do marido com a amante acabasse (SD8), formulando a imagem de si como decidida, lutadora, focada, afinal, o casamento, um bem precioso, porque “selava (e ainda sela) o destino e a realização da mulher de ser esposa, mãe e dona de casa” (KEHL, 1998), precisa ser mantido a qualquer custo.

Nas tabelas 3 e 4, analisamos sequências discursivas de cartas em que as amantes (e não mais as esposas) ocupam a posição de sujeitos-consulentes, logo, de interlocutora em A, e formulam, em seu dizer, imagens para esposa e amante como referentes (R).

Tabela 3

“O marido quer o desquite para casar novamente, mas a esposa não admite”		
Imagem de si	Referente (esposa)	Referente (amante)
SD15: Apaixonei-me SD16: Decidimos ir embora	SD17: ...dominado pela mulher SD18: Sua esposa começou a fazer todo o tipo de chantagem emocional para mantê-lo junto dela SD19: Tentou suicídio, fez greve de fome e diz que nunca admitirá a separação não se importando se o marido a ama ou não SD20: Ela jurou que, se ele sair de casa, ela se mata e mata os filhos dele SD21: O quanto ela está sendo egoísta, o quanto perdeu o orgulho	SD22: Por um homem maravilhoso, que representa tudo que sempre desejei na vida SD23: Ele se confessa eternamente dominado pela mulher, em todos os sentidos SD24: Ele sempre procurou colocar panos quentes SD25: Decidimos ir embora
Seção Claudia responde. Ano XX, nº 231, p. 04, dezembro de 1980.		

As imagens projetadas no dizer da interlocutora em A para a esposa do amante e do próprio amante estão em oposição: ela é dominadora, ameaçadora, passional; ele, “dominado” (SD23), ameaçado, apaziguador. Nessa construção espelhada das imagens, ela coloca o amante, homem “maravilhoso” (SD22) e ideal, como vítima e refém da esposa, chantagista, “egoísta” (SD21) e sem orgulho próprio.

A esposa é a responsável por eles (amantes) não irem “embora” (SD16). O “embora” funciona, no imaginário dela (sujeito-amante), como um lugar outro onde as memórias do casamento do amante seriam apagadas e eles, apaixonados, recomeçariam uma nova vida como se fosse uma *tabula rasa*. O *domus* surge como o lugar da família em contraposição ao “embora”: “se ele sair de casa” (SD20)... A manutenção do marido “junto” (SD18) a ela (esposa) se dá no âmbito do privado e independe da reciprocidade do amor. Para entendermos melhor a importância dada à vida entreparedes, retomamos o conceito de casa-grande, lapidado por Freyre (2004), como sendo coração e cérebro, local, portanto indispensável à manutenção da unidade da família e da sua saúde financeira. Mesmo o conceito de casa tendo sido redimensionado com o passar dos anos, manteve-se como um reduto de intimidade e, de certa forma, como um castelo em que a mulher é a rainha, se contrapondo ao homem que reina na *platea*. Assim, ao se dizer sobre a família, se diz do lar, da casa, que é seu universo.

Apesar da imagem de ambos (amantes) como de decididos a partir, também é projetada a imagem de temerosos ao fazê-lo, diante de uma possível trágica repercussão: a morte de um (ou mais) dos envolvidos na cena discursiva. A imagem projetada da esposa se assemelha a de Medeia, feiticeira bárbara, protagonista de uma clássica narrativa trágica, que, para vingar-se do abandono do marido, mata os filhos de ambos (GOUVÊA Jr., 2014). O mito da Medeia funciona como uma memória discursiva que, como tal, segundo as reflexões de Paveau (1990) sobre este conceito específico,

está, com efeito, estreitamente ligada às condições sócio-históricas e cognitivas de produção dos discursos, aos dados extra-discursivos e, sobretudo, pré-discursivos que participam da elaboração e da circulação das produções verbais de sujeitos social e culturalmente situados (p. 2).

Chama-nos atenção o fato de que a imagem produzida de si, em seu dizer, se reduz a de mulher apaixonada e decidida a ir embora com o amante, enquanto as imagens produzidas do amante e da sua esposa são extensas e minuciosas. A imagem do amante se assemelha a do príncipe encantado: “maravilhoso”, perfeito, a própria projeção do homem ideal (“um homem maravilhoso, que representa tudo que sempre desejei na vida” – SD22), mas, se, por um lado, decidiu com ela (amante) ir embora, por outro, é dominado pela esposa e apazigua

seus surtos, marcando uma contradição, cujo funcionamento é justificar a desistência do amante em ir embora, vítima da esposa dominadora, ameaçadora.

A esposa é projetada como uma mentecapta, capaz de matar aos filhos e a si, chantagista, “egoísta” e “sem orgulho” (SD21), cujas ameaças impedem o marido de partir com ela (amante). A interlocutora em A formula, na materialidade, sequências discursivas que justificam para si e para a interlocutora em B porque o amante, que tudo representa na sua vida, não vai “embora” de casa, se mantendo no casamento. Transfere, assim, para a esposa a responsabilidade da sua condição de amante, ratificada pela imagem, materializada no título da carta, que a interlocutora em B faz da esposa: “mas a esposa não admite”, em que a conjunção adversativa “mas” marca a oposição entre o desejo do marido (quer o desquite) e o da esposa (quer o casamento). Afinal, o casamento para a mulher, conforme nos lembra Kehl (1998), “era uma espécie de investimento definitivo do qual dependeria todo o prazer e todas as alegrias que ela viesse a conhecer” (p. 101). A interlocutora em B, em seu dizer, suspeita da intenção do marido de ir embora:

SD26: no que depender dele, a situação se prolongará [...] não tem outra saída que não um triângulo.

A interlocutora em B⁵, tal qual como todo interlocutor, a partir da imagem que fez da interlocutora em A e das condições em que seu discurso foi produzido, antecipa(ou acredita antecipar) os efeitos de sentido que o seu dizer terá sobre ela, determina o seu próprio dizer (PÊCHEUX, [1969] 2014). Nesse embate, A escolhe alertar B sobre o prolongamento do triângulo amoroso por conveniência do amante. Se, no título, a interlocutora em B (sujeito-conselheira) projetou a imagem de marido insatisfeito e manipulado pela esposa, no conselho dado na resposta à carta, rompe com a imagem projetada pelo sujeito-consulente, projetando a imagem de um homem confortável no protagonismo de uma relação a três.

⁵ Esta carta foi escrita pela emblemática colunista de *Claudia*, por mais de 20 anos, Carmen da Silva, pelo que optamos pela terminologia interlocutora e não interlocutor.

Tabela 4

“Propriedade Privada”		
Imagem de si	Imagem da outra (esposa)	Imagem do outro (amante)
SD27: Estou envolvida há sete anos com um homem casado. Tenho motivos fortes para acreditar no nosso futuro SD28: Não tenho medo, mas quero ficar em paz	SD29: Só que a mulher dele soube de mim e vem me ameaçando	SD30: Estou envolvida há sete anos com um homem casado. Tenho motivos fortes para acreditar no nosso futuro
Seção Claudia responde: Interpessoal. Ano 40, nº 11, p. 102, novembro de 2001.		

Nas SDs apresentadas nesta tabela, a imagem do homem casado e promissor com o qual a interlocutora em A vive uma relação amorosa, há sete anos: alguém por quem vale a pena esperar. A perspectiva de um futuro configurado pela cena do dois (ela e o amante), e não do três, está marcada pela existência de “motivos fortes” (SD27), por parte dela (sujeito-amante), para acreditar nesse desenlace “feliz”, apesar de a espera já perdurar “sete anos” (SD27). Segundo Barthes (2003), a espera é o “tumulto de angústia suscitado pela espera do ser amado, ao sabor dos mais ínfimos atrasos (encontros, telefonemas, cartas, retornos)” (p. 163).

No fio do discurso, o sujeito-amante projeta de si e da rival imagens de que ambas pretendem ser protagonistas de uma cena do dois: a primeira “sonha” com esse futuro em que o amante se separa da “mulher dele” (SD29) e se casa com ela; a segunda ameaça a “outra” com o intuito de expulsá-la da cena que, “há sete anos” (SD27), é uma cena do três, mas que se pretende voltar a ser uma cena do dois. Afinal, o imaginário feminino sobre o casamento o coloca como sendo o destino de toda mulher, motivo de orgulho e realização, pois ser esposa, mãe e dona de casa era condição *sinequa non* para atingir a felicidade (KEHL, 1998). A interlocutora em A projeta, assim, a imagem de que a esposa do amante é tolerante em relação à traição do marido e implacável em relação à conduta dela (amante) enquanto alguém que pretende “roubar” o seu marido. Parece-nos que o título

dado à carta por *Claudia* projeta a imagem de que a esposa do amante tem o marido como sua “propriedade privada”, mas entendemos que ambas (esposa e amante) projetam a imagem do homem de propriedade, de objeto a ser disputado: o homem é o troféu que representa a vitória. Coerentemente, a imagem projetada do amante é a de um espectador da cena do três, a qual, supomos, quer manter inalterada.

No dizer da interlocutora em A, projeta-se a imagem de si como de destemida, não recuando diante das ameaças da rival; entretanto, afirma estar incomodada pela perturbação causada por ela que tira a sua “paz” (SD28). Desloca-se, assim, da imagem de otimista com o futuro para de duvidosa sobre se o futuro “sonhado” vale a falta de sossego, mas o que a faz considerar o fim do romance é a imagem projetada de ameaçadora da esposa do amante e não a imagem projetada de inerte dele: sobre ela (esposa) recai a responsabilidade do futuro, seja ele o casamento ou o fim do caso.

A revista, interlocutora em B, em seu dizer materializado no título dado à carta, marca o desejo das mulheres se manterem no casamento ou de terem um, da importância dada a elas ao ter um homem, pois, ao se referir a ele como “propriedade privada”, da esposa e/ou da amante, *Claudia* projeta a imagem de um homem coisificado, que tem uma “dona”, cuja posse pretende ser exclusiva. Afinal, como nos diz Sartre (2014), a contemplação que todo amante faz do amado é como a de um “puro ser-objeto” em meio a tantos outros objetos.

Assim, pelo jogo das formações imaginárias, temos que o casamento é o bem do qual nenhum dos envolvidos na trama discursiva quer abrir mão: a amante espera por ele “há sete anos”, a esposa luta para mantê-lo e o amante/marido, na sua cômoda e confortável posição de bígamo, silencia.

Considerações finais

As cartas foram publicadas entre os anos de 1969 e 2001 e, durante esse período, as mulheres passaram a ocupar maciçamente o espaço da rua, o domínio público, muitas se emanciparam, ganharam autonomia, lutaram por direitos e deveres iguais entre os gêneros e deixaram de se subjugar aos parceiros. São mulheres que têm como modelo a família pós-moderna, denominação utilizada por Roudinesco

(2003), cujo interesse predominante é a sua realização sexual. Portanto, respondendo à indagação que nos moveu, em nosso gesto de análise, de por que esposas e amantes se mantêm presas em triângulos amorosos que as tornam infelizes, verificamos que nem todas as mulheres, inseridas em nossa formação social ocidental, pós-moderna e capitalista, se contra-identificam com saberes filiados a matrizes machistas e, com isso, continuam se projetando imaginariamente como sendo dependentes ou subservientes dos homens.

Mostramos, assim, a partir do jogo das formações imaginárias projetadas entre os atores envolvidos na cena discursiva, que os sujeitos-esposas, filiados em formações discursivas patriarcais e/ou cristãs, lutam pela manutenção do casamento, da mesma forma que os sujeitos-amantes lutam para ter um, afinal, “o destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher é o casamento” (BEAUVOIR, [1949] 1980, p. 187). Nas imagens projetadas acerca do marido ou amante, ele, vítima da sedução da amante ou dos desvarios da esposa, se mantém passivo na cena do três, não esboçando um movimento contundente de reação para desfazer o triângulo amoroso por ele deflagrado: assim, na posição de esposas, perdoam a traição sem se contentarem com a infidelidade, com a “cena do três”, e, na posição de amantes, suportam a passividade do amante para desfazer a cena do três, alimentadas pela ilusão de se tornarem protagonistas de uma cena do dois.

A rivalidade entre amantes e esposas não fica evidenciada apenas pela disputa do homem, mas nas imagens produzidas de umas sobre as outras, na materialidade linguística das cartas, em que comparam as virtudes de si com as fraquezas da outra. Os amantes/maridos, ainda que indignos de confiança, têm, portanto, imagens positivas projetadas por umas e por outras, permanecendo como Posídon (mito da Medusa), quase sempre espectador incólume da trama.

Saberes do imaginário sobre o ideal de conduta de homens e mulheres (como pode todo e qualquer saber), forjados em outra conjuntura sócio-histórica, migraram para uma nova conjuntura e, ao migrarem, tiveram seus sentidos, outrora estabilizados, ressignificados (INDURSKY, 2011), logo, pré-construídos cristalizados durante o patriarcado foram recuperados tanto para os sujeitos-mulheres (suportar humilhação para se manter casada, por exemplo)

quanto para os homens (perpetuar a cena do três, por exemplo). E ambas (esposas e amantes) naturalizam a traição masculina e a colocam como algo admissível e tolerável, ainda que ameaçando a confiança depositada no companheiro.

Referências

- AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas – As não-coincidências do dizer**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- BARTHES, R. **Fragmentos de um discurso de amor**. São Paulo/SP: Martins Fontes, 2003.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Volume 2. São Paulo/SP: Difusão Europeia do Livro, 1980.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 2014.
- BRANDÃO, J. de S. **Mitologia Grega: preliminares**. In: Mitologia Grega. Petrópolis/RJ: Vozes, 1986.
- FEDATTO, C. **Um rio sem margens? O negativo e o nada na linguagem**. Anais do III Seminário Interno de Pesquisas do Laboratório Arquivos do Sujeito, UFF, Niterói, 3, p. 27-35, 2015.
- FOUCAULT, M. [1970] **A ordem do discurso**. São Paulo/SP: Edições Loyola, 2000
- FREYRE, G. [1933] **Casa-grande & senzala**. São Paulo/SP: Global, 2004.
- GOUVÊA Jr., M. M. **Medeias latinas**. Belo Horizonte/MG: Autêntica Editora, 2014
- INDURSKY, F. **A memória na cena do discurso**. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; LEANDRO-FERREIRA, M.S. (orgs). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas/SP: Mercado das letras, 2011.
- KEHL, M. R. **Deslocamentos do Feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade**. Rio de Janeiro/RJ: Imago, 1998.
- KÖCHE, V. S. **Estudo e produção de textos: gêneros textuais do relatar, narrar e descrever**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015.
- LAGAZZI, S. M. **O desafio de dizer não**. Campinas/SP: Pontes, 1988.
- MARCUSCHI, L.A. **Produção textual: análise de gêneros e compreensão**. São Paulo/SP: Parábola Editorial, 2008.
- MARIANI, B. S. C. **O PCB e imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1998.

- ORLANDI, E. P. **Palavra de amor**. Caderno de Estudos Linguísticos de Campinas, (19): 75-95, jul/dex, 1990.
- PAVEAU, M. **Reencontrar a memória. Percurso epistemológico e histórico**. Texto inédito em francês e concebido especialmente para a participação da autora no II SEAD. In: Maldidier 1990, p. 298.
- PÊCHEUX, M e FUCHS, C. [1975] **A propósito da análise automática do discurso**. In: GADET & HAK (org). Por uma análise automática do discurso. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2014.
- PÊCHEUX, M. [1969] **Análise automática do discurso**. IN: GADET, F. & HAK, T.(org.). Por uma análise automática do discurso. Campinas/SP: UNICAMP, 2014.
- PÊCHEUX, M. [1983] **A análise do discurso: três épocas**.In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). Por uma análise automática do discurso. Campinas: Unicamp/SP, 2014.
- PÊCHEUX, M. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas/SP: Pontes, 2015.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução EniPulcinelliOrlandi [et al.] Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2014.
- ROCHA, V. M. da. **Por um protocolo de leitura do epistolar**. Niterói/RJ: Eduff, 2017.
- ROUDINESCO, E. **A família em (des)ordem**. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar Editor, 2003.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo/SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SARTRE, J. **Esboço para uma teoria das emoções**. Porto Alegre/RS: L&PM, 2014.

“ESSA BICHINHA PRECISA MORRER”: REGISTROS DISCURSIVOS DA TRANSFOBIA NAS MÍDIAS DIGITAIS

Hellen Brasileiro¹
Francisco Vieira da Silva²

Introdução

Atualmente, a transexualidade e as rupturas de normas de gênero estão sendo mais visíveis na sociedade do que em qualquer outro momento. Se introduzirmos o termo “transexualidade” ou “trans” em qualquer mecanismo de busca como o Google, encontramos milhares de resultados, que incluem organizações, relatórios de todos os tipos, livros, filmes, problemas de saúde e até mesmo pornografia. Em menos de alguns segundos, acessamos todos os tipos de conteúdo e, apesar disso, da certa ‘hipervisibilidade’ na rede, assim como a grande quantidade de notícias e filmes que abordam a transexualidade de maneira mais ou menos estereotipada, é evidente que ainda não há imagens positivas suficientes de sujeitos trans, que sejam plurais e mostrem sua heterogeneidade.

Há uma disparidade latente quando se trata de conceber o corpo, a identidade e as experiências que vão além das normas sociais binárias impostas, entretanto, essa diversidade não é aceita socialmente e tudo que é estranho, alheio, incomoda, pois o inferno são os outros (SARTRE, 1970), dominados por uma heteronormatividade reinante.

Assim, sujeitos trans sofrem discriminação, o que significa que não gozam plenamente de seus direitos, de forma que vivem em marginalidade e exclusão. Tal situação pode atingir altos níveis de ódio, o que pode levar a ações violentas, tais como: agressões

¹ Doutoranda em Letras pela UERN, Pau dos Ferros, E-mail: hellen.brasileiro@gmail.com

² Docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO) da associação entre a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Caraúbas, E-mail: francisco.vieiras@ufersa.edu.br

psicológicas, verbais e físicas e até mesmo homicídio - o crime de ódio que é a máxima manifestação da transfobia.

O Brasil ocupa o primeiro lugar no *ranking* da violência como o país que mais mata pessoas travestis e transexuais no mundo. De acordo com a Transgender Europe (TGEU), rede europeia de organizações não governamentais que apoiam os direitos da população transgênero, 1500 pessoas travestis e transexuais foram assassinadas na América do Sul e Central, sendo que no Brasil foram 891 entre 2008 e 2015, alcançando o ranking do país que mais pessoas trans mundo, seguido de México com 56 casos.

Dados mais recentes fornecidos pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em 2017 foram contabilizados 179 assassinatos de travestis ou transexuais. Isso significa que, a cada 48 horas, uma pessoa trans é assassinada no Brasil. Já em 2018 foram registradas 162 mortes segundo o Mapa da ANTRA e em 2019, até o mês de março foram contabilizadas 42 mortes. (ANTRA, 2019)

Nas estatísticas, São Paulo se destaca como o estado mais perigoso para a comunidade trans. Em 94% dos casos, os assassinatos foram contra pessoas do gênero feminino. A maior parte das vítimas da violência transfóbica possui características semelhantes. Além do gênero, a idade é um fator que merece destaque, assim como a cor. Cerca de 80% dos casos foram identificadas como pessoas negras e pardas e tinham menos de 25 anos (MARTINS, 2018).

De acordo com a ANTRA, 45% dos assassinatos de LGBT são de pessoas trans, essa parcela da população brasileira tem 9 vezes mais chances de ser morta, a expectativa de vida de uma mulher trans ou de uma travesti é de apenas 35 anos. A organização ainda aponta que 80% dos assassinos não têm ligação com a vítima e 95% destes assassinatos apresentam requintes de crueldade já que envolviam asfixia, apedrejamento, queimadura, pauladas, facadas e tiros de arma de fogo. As vítimas de assassinato, por exemplo, são frequentemente encontradas mutiladas, severamente queimadas, castradas e mostrando sinais de agressão sexual. “*Não é só matar. É matar, esquartejar. Para expurgar toda e qualquer possibilidade de existência e também de humanidade*” (ANTRA, 2019).

Portanto, nota-se que uma parcela relevante da sociedade brasileira composta por pessoas trans sofre com o preconceito e com a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Um

tantas pessoas se calam, se culpabilizam e outras buscam representatividade e, para isso, utilizam as redes sociais.

Stuart Hall define representação como sendo “parte essencial do processo pelo qual o sentido é produzido e trocado entre membros de uma cultura. Ele envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que respondem por ou representam coisas” (HALL, 1997, p. 15). Portanto, em palavras mais simples, a representação é a produção de sentidos pela linguagem. Neste sentido, a representação necessita da existência de linguagens comuns que permita traduzir conceitos em palavras, sons ou imagens e depois emprega-las para expressar sentidos e comunicar pensamentos a outras pessoas. São as linguagens comuns que possibilitam compartilhar sentidos, uma vez que se “interpretamos o mundo de maneira similar, [...] somos capazes de construir uma cultura compartilhada de significados e também construir o mundo social que habitamos juntos” (HALL, 1997, p. 18). Assim, a partir da sensação de pertencimento, ou seja, do “reconhecimento do significado, de alguma origem comum, de sentidos que são partilhados com outros grupos ou pessoas, ou ainda de um mesmo ideal, que é construída a identificação” (ibidem, p.18)

Em busca de representação social a internet se torna um importante meio para que as pessoas transpõem se autocompreender e se autoidentificar, bem como um espaço para ganhar visibilidade e produzir seus próprios discursos, sinalizando quem são e como gostariam que reconhecessem suas vidas (SABATINE, 2015). Entretanto, na busca deste processo de representatividade se deparam com a transfobia expressa no discurso da superioridade heterossexual em postagens e comentários no Facebook, Twitter, YouTube e outras plataformas digitais.

Ante o exposto, o presente trabalho traz à baila das discussões a transfobia expressa nas mídias sociais a partir de uma discussão foucaultiana. Parte do pressuposto de que as mídias sociais se configuram como espaço de reprodução dos discursos de ódio que colocam à margem os indivíduos que possuem uma identidade sexual diferente da maioria promovendo invisibilidade e violências simbólicas e reais. Para tanto, divide-se do seguinte modo: além desse tópico introdutório, na seção seguinte, discutimos acerca das relações entre gênero e sexo na problematização do sujeito trans; em seguida, refletimos sobre o discurso e poder, conforme as orientações

foucaultianos, para, posteriormente, analisarmos discursos transfóbicos nas mídias digitais. Por fim, uma seção com intentos conclusivos objetiva conferir um efeito de finalização ao debate aqui delineado.

Gênero, sexo e as subversões

As teorias de gênero binárias de cunho biológico, que influenciaram e influenciam a sociedade, concebem a existência de apenas dois sexos: masculino/macho e feminino/fêmea - não havendo variações ou possibilidade de transitar entre eles, com a ressalva dos intersexuais (doravante denominados de hermafroditas) que, mesmo assim, são comumente induzidos (seja pela medicina seja pela sociedade), a escolher e se “adequar” a um dos dois sexos. Assim sendo, segundo a biologia, com o reforço de um forte conservadorismo religioso, o que determina ser homem e mulher é uma condição genética, a soma de cromossomos X e Y.

Dependendo do tempo e variando de cultura para cultura, há uma série de comportamentos e papéis sociais que são esperados dos sexos e tudo que diverge do que é socialmente construído como “natural” para pessoas biologicamente designadas como homens ou mulheres ao nascer, é considerado subversivo, anormal.

As discussões teóricas do feminismo nos anos de 1970 tenderam a enfocar as bases e os efeitos da dominação patriarcal. A crítica feminista, seja a partir da denúncia das diferenças entre os sexos, das desigualdades entre os dois ou da opressão do homem sobre a mulher, baseava sua análise na lógica do binômio homem / mulher e as diferenças de gênero derivadas dele. No entanto, os avanços do pensamento pós-transfeminista dos anos de 1990 levaram a teoria a uma busca pela superação dessa lógica, questionando diretamente a chave binária com a qual o sexo era entendido e a dicotomia sexo/gênero comumente aceita pelos estudos antropológicos e sociológicos dos anos 70 e 80.

Segundo Scott (1995, p. 3), “O ‘gênero’ surgiu entre as feministas americanas [...] a palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”.

O consenso predominante até então identificou o sexo com uma diferenciação biológica e natural entre homens e mulheres, enquanto o gênero foi apresentado como a construção simbólica de papéis e expectativas em torno do que significava ser de cada sexo em uma dada sociedade ou cultura.

No final dos anos de 1980, o trabalho de Judith Butler causou o maior impacto neste campo, desmantelando a articulação entre a noção essencialista do sexo biológico, como uma entidade natural e evidente, e a ideia de um gênero construído em torno do binômio homem/mulher. Em termos resumidos, o argumento de Butler (2007) baseia-se no questionamento foucaultiano das noções essencialistas do ser humano, adotando uma abordagem pós-estruturalista segundo a qual os corpos são formados por meio de dispositivos restritivos, isto é, através de procedimentos de significação que conseguem naturalizar a ideia de corpos naturalmente sexuados. A partir dessa ideia, a autora desconstrói o binômio sexo / gênero argumentando que a distinção biológica entre mulher e homem não corresponde a outra coisa senão uma construção discursiva dentro da matriz cultural hegemônica heterossexual. Ou seja, a diferenciação sexual é gerada por meio de práticas de sentido que circulam pelos corpos criando a ilusão de uma substância pré-discursiva com categorias fixas de homem e mulher, constituindo o sexo em algo tão construído quanto o gênero.

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo que "a natureza sexuada" ou ainda "um sexo natural" é produzido e estabelecido como "pré-discursivo", anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura [...]. Na conjuntura atual, já está claro que colocar a dualidade do sexo num domínio pré-discursivo é uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo são eficazmente asseguradas (BUTLER, 2007, p.25-26)

Em outro viés, mas que converge com a ideia acima, Scott (1995, p.21) define gênero como “um elemento constitutivo de relações

sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”.

Portanto, gênero possibilita a análise de ambos em seus significados sociais, sexuais, políticos, históricos e econômicos que foram construídos em contextos históricos diferentes e de que forma as mulheres vivenciaram suas existências em função das relações de poder dominante sexista e misógina lembrando que o poder não está localizado, estático, como propõe Foucault:

Não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras, mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui e ali, nunca está em mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder, e de sofrer sua ação; nunca são alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, 2014, p. 183).

Portanto, a hipótese da repressão é relegada pela hipótese da regulação da sexualidade, em que a lei é concebida não tanto como um poder repressivo do desejo, mas como aquele que possibilita a existência do mesmo.

A definição de gênero, logo é a uma possibilidade de "entender processos de construção/reconstrução das práticas das relações sociais, que homens e mulheres desenvolvem/vivenciam no social" (BANDEIRA; OLIVEIRA, 1990 apud GUEDES, 1995, p.8).

Realizadas essas considerações, compreende-se, portanto, que a ideia de gênero ultrapassa e subverte o imaginário da heterossexualidade obrigatória definido pelo aparato sexual, já que cabe a cada indivíduo tomar as decisões acerca de suas práticas, sexuais ou não (FOUCAULT, 2014)

Jesus (2012) diferencia sexo e gênero afirmando que o sexo é biológico e o gênero social. Reitera também que o “gênero vai além do sexo: o que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não

são os cromossomos ou a conformação genital, mas a autopercepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente” (JESUS, 2012, p.9)

A partir dessa base teórica, a transgeneridade, expressão que compreendem os sujeitos que incorporam formas de vida não redutíveis ao bissexual ou heteronormatividade bissexual — nem mesmo à homonormatividade, pode ser entendida como uma subversão da estruturação heteronormativa. Ou seja, a transgeneridade deve ser entendida como uma categoria plural que subverte a compreensão naturalizada do sexo, a partir da qual os problemas sociais próprios são evidentes.

Mas, como qualquer subversão desafiadora do poder regulador - médico, legal, psiquiátrico, entre outros (FOUCAULT, 2014), as expressões transgêneras são perseguidas em tentativas sucessivas de "correção" ou punição do desvio da norma (BUTLER, 2006). Por isso, é necessário refletir sobre as injustiças e exclusões que pairam sobre os sujeitos a partir de suas expressões de gênero sexual.

Em estudos trans e seguindo o trabalho de Stryker (2013), entendemos que a transexualidade refere-se àqueles sujeitos que se afastam do gênero atribuído a elas no nascimento. Sujeitos que atravessam as fronteiras construídas por sua cultura para definir os padrões do que é apropriado para homens ou para mulheres (STRYKER, 2013). Alguns deles afastam-se do gênero atribuído a elas no nascimento, porque têm um forte senso de pertencer a outro gênero, no qual acreditam que terão uma vida melhor ou mais autêntica. Outras pessoas querem estar em outro lugar, um espaço que ainda não é claramente definido ou não designado como pertencente a um gênero específico, um lugar de fronteira frequentemente questionado por uma sociedade como a nossa, que precisa classificar rapidamente todas as pessoas. Ou ainda, há pessoas que simplesmente sentem a necessidade de romper com as expectativas convencionais que estão ligadas para o gênero e que foram impostas a elas no início de suas vidas.

Vale destacar que ainda existe uma grande dificuldade em conceituar a travestilidade, que diversas vezes é entendida como sinônimo de transexualidade. De acordo Miskolci e Pelúcio (2007, p. 263) as travestis:

são pessoas que nascem com o sexo genital masculino [...] e que procuram inserir em seus corpos símbolos do que é socialmente

sancionado como feminino, sem, contudo, desejarem extirpar sua genitália, com a qual, geralmente, convivem sem grandes conflitos. As travestis, diferentemente das drags-queens, não vivem personagens, ainda que, como aquelas, denunciem (mesmo que sem uma intencionalidade) que o gênero é sempre construção e aprendido.

Portanto, os autores trazem a ideia de que os corpos das travestis comportam-se com “ambiguidade”, que assumem papéis de ambos os gêneros desestabilizando o binarismo de sexo/gênero. Assim, são corpos que fogem da heteronormatividade e dos padrões de gênero socialmente construídos.

De acordo com Jesus (2012, p.16), a travesti “vivencia papéis de gênero feminino, mas não se reconhece como homem ou mulher, entendendo-se como integrante de um terceiro gênero ou de um não-gênero”

Nesse sentido, é importante estar ciente da heterogeneidade das escolhas vitais que aos sujeitos trans fazem, que são identidades culturalmente moldadas, que podem diferir muito umas das outras ultrapassando as normas sociais binárias impostas, pois trans e transgênero são termos que têm em comum a autoescolha de seus protagonistas e não uma patologia (ARAN; MURTA; ZAIHAF, 2008).

Discurso, poder e transfobia

As manifestações discursivas que ocorrem no mundo dinâmico de hoje destacam o exercício do poder por alguns sujeitos em detrimento de outros. E a palavra, ou melhor, o discurso, tem sido usado desde a antiguidade para controlar outros indivíduos e, acima de tudo, para fazê-los agir de acordo com os seus interesses. Para Foucault (2009, p. 52), a linguagem é um elemento estruturador da relação do homem com o real e “o discurso é uma representação culturalmente construída pela realidade, não uma cópia exata”.

Portanto, o discurso é a explicitação do mundo, através dele a realidade pode ser compreendida, interpretada, reorganizada e dessacralizada. E como tudo se reorganiza e se renova, o discurso também é refeito cada vez que é produzido.

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e quando tudo pode enfim, tomar a forma

do discurso, quando tudo pode ser dito a propósito de tudo, isto se dá porque todas as coisas, tendo manifestado intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa de consequências de si. (FOUCAULT, 2009, p 48-49)

O discurso tem força criadora, nesse sentido, o que está na base desse conceito é a ideia de que em toda sociedade há certo número de procedimentos que controlam, selecionam, organizam e redistribuem simultaneamente a produção do discurso. Torna-se perigoso na medida em que a produção do discurso materializa ideologias, serve a interesses, consolida estratificações sociais, ou quando é empregado para marginalizar e discriminar. Discurso, nessa perspectiva significa não apenas uma maneira de se obter e impor poder, ou de organizá-lo, ele é em si, uma forma de poder (FOUCAULT, 2014).

O discurso não é simplesmente aquilo que se manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é o objeto do desejo; é visto que isto a história não cessa de nos ensinar- o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mais aquilo, por que, pelo que se luta, poder do qual podemos nos apoderar, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo. (FOUCAULT, 2009, p. 10-11)

É nesse olhar que Foucault (2014) vai afirmar que o poder, assim como o discurso, está em todos os lugares, que ele depende não apenas do Estado, mas sim das estruturas sociais e das relações. Em outras palavras, não é apenas o Estado que impõe normas e estabelece condutas, mas, sim, todos os discursos criados em várias camadas sociais e até mesmo nas mínimas conversas cotidianas, a isso o autor chamou de microfísica do poder. Partindo dessa ideia, para ele, o poder penetra profundamente e sutilmente em toda trama da sociedade até mesmo nas situações mais corriqueiras, e isso quer dizer que as ações sociais de poder vão acontecer sempre em ação, através de relações de força.

É importante destacar que nas construções discursivas onde os micropoderes são estabelecidos nem sempre esse discurso de poder será contraproducente. Foucault (2014) destaca que o poder tinha também um lado positivo, de resistência e transformação, uma vez que para se impor ante a um discurso de poder (que pode ser negativo), há um novo discurso, também estabelecido pelo poder.

Assim, se o poder tivesse apenas um lado repressivo, ele não seria obedecido. Portanto, ele é aceito e se mantém porque, além de controlar e conduzir, o poder também constrói novos discursos, e, conseqüentemente, constitui saberes. Assim, o poder só é forte porque tem efeitos positivos no nível do desejo e do saber.

Logo, compreende-se que se a sociedade se forma por essas relações de micropoderes, os sujeitos podem, em diferentes momentos, tanto exercer o poder e quanto sofrer suas ações. Assim, fica claro que “onde há o poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui” (FOUCAULT, 2014, p. 138). Portanto, por não ter um titular, cada discurso, cada luta de inversão de poder por parte daqueles que não o detém vai se dá dentro de um foco particular de algum momento ou contexto histórico. O que estabelece quem e quando os sujeitos têm poder são os discursos criados em torno da e pela sociedade, que vão estipulando sentidos de verdade, estabelecendo quais discursos são verdadeiros e como estes devem ser assimilados.

Foucault (2014) aponta que o poder transformou seus mecanismos de controle desde a era clássica, gerando uma proliferação de discursos sobre sexo no campo do exercício do poder. Na perspectiva foucaultiana, a sexualidade é uma construção discursiva engendrada pelo mecanismo de poder/saber que produz a heterossexualidade e a homossexualidade, sendo esta última como um lugar arriscado. Isso porque, uma vez que a cultura ocidental deve ter uma concordância entre três identidades; sexual (masculino ou feminino), gênero (masculino ou feminino) e erótico-sexual (homens que preferem se relacionar erótica e afetivamente com as mulheres e vice-versa especificamente), uma vez que este é o mandato social. Em outras palavras, um homem deve ser masculino e heterossexual, enquanto uma mulher deve ser feminina e heterossexual. Isso é chamado visão binária de sexo e gênero, o que permite promover uma concepção em que o sexo é definido pelos genitais que anunciam o fim da reprodução. Portanto, a sexualidade deve ser realizada entre um homem e uma mulher. Nesse sentido, compreende-se uma complementaridade reprodutiva (e, portanto, sexual) entre os sexos; isto é, que o homem é o complemento da mulher e vice-versa, embora

este pouco tenha a ver com o caminho que o desejo sexual assume em cada pessoa. Isso não só torna invisíveis as relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo, mas também gera violência e agressão contra elas, apoiadas por essa visão binária e normativa.

O discurso heteronormativo gera uma violência velada, simbólica cuja raiz está presente nos símbolos e signos culturais, especialmente no reconhecimento tácito da autoridade exercida por certas pessoas e grupos de pessoas sobre outra (FOUCAULT, 2014) através da imposição do “poder simbólico” é estabelecido quando alguém, um grupo ou instituição consegue impor seu ponto de vista sobre outro e, através da imposição consegue ser mais aceito do que outro. Com isso, o modelo que se torna hegemônico determina o modo de comportamento, que passa a ser naturalizado (BOURDIEU, 2002).

A homofobia, portanto, é o nome genérico dado à violência simbólica perpetrada contra os homossexuais, lésbicas, bissexuais e transexuais expressa e instaurada pela forma de falar, pensar e agir (BOURDIEU, 2002) e pode reproduzida por meio de aparelhos como escola, igreja, e o próprio estado (FOUCAULT, 2014) sendo amplamente disseminada no dia a dia tendo como ponto de partida o discurso pautado no binarismo homem/mulher contra aqueles que não se encaixam nesse padrão - sendo classificados como doentes (por não se adequarem aos discursos biomédicos) ou pervertidos e degenerados (por irem contra os discursos religiosos).

Pessoas trans e não-conformes podem sofrer assédio ou discriminação de pessoas que têm medo desses tipos de identidades ou que não se sentem confortáveis com elas. A isso se denomina transfobia, que é o medo, ódio, falta de aceitação ou desconforto diante de pessoas transgêneras, consideradas transgênero ou cuja expressão de gênero não obedece aos papéis tradicionais de gênero. Por fim, resta dizer que a transfobia pode gerar formas sutis e evidentes de discriminação e violência velada ou explícita tal como comprovam os índices alarmantes de assassinatos de pessoas trans no país.

Discursos transfóbico nas mídias sociais

A internet é uma importante ferramenta de transmissão e produção de informações. Os conteúdos são diversos e podem, ao

mesmo tempo, ser consultados e gerados por muitas pessoas, em qualquer lugar e hora. Estas informações têm estado ao alcance de um número cada vez maior de pessoas graças à tecnologia. De acordo com Castells (1999), o advento digital possui tanto uma agilidade de disseminar e compartilhar informações como de relacionar, mobilizar e interagir, sobretudo, de criar redes de pessoas. Entretanto, essa mesma tecnologia que findou barreiras e distâncias permite a construção e disseminação de violência.

A internet se converteu em uma arena de lutas, de construção de narrativas sobre vários temas, tais como política, saúde e sexualidade. Entretanto, o que chama a atenção hoje em dia é notório o discurso de ódio como expressão da violência simbólica pairando as mídias sociais.

Para Soares (2016, p. 26),

O ódio está inteiramente ligado à violência, em manifestações do cotidiano, como parte de fatores históricos. O ódio seria um sentimento, e as intolerâncias de cada sujeito corresponderiam às materializações desse sentimento. Ou seja, a violência e o ódio estariam relacionados às mudanças históricas e às transformações sociais pelas quais as pessoas passam, mas igualmente vinculados ao que essencialmente já faz parte do ser humano.

É, portanto, o encontro com o outro o que pode gerar violência e ódio, porque como expõe Lebrun (2008), a própria linguagem, o ato de nomear as coisas e o fato de que cada um trata o receptor simplesmente como um outro, e não como um igual, vai provocar sentimentos de violência que – adjacente com as normas – serão abrandados e controlados. Logo, o ódio nasce quando não se reconhece que o outro é apenas um semelhante, quando não se vê que o outro é necessário para a manutenção da sociedade, o que faz com que a violência seja extravasada através dos discursos.

O discurso de ódio tem como escopo ofender as características do outro, conforme Silva et al. (2011, p.446) explica: “Genericamente, esse discurso se caracteriza por incitar a discriminação contra pessoas que partilham de uma característica identitária comum, como a cor da pele, o gênero, a opção sexual, a nacionalidade, a religião, entre outros atributos”.

Logo, o discurso de ódio visa degradar, intimidar, promover o preconceito ou incitar a violência contra os indivíduos, por motivos de

pertencer a uma raça, sexo, idade, étnico coletivo, nacionalidade, religião, orientação sexual, identidade de gênero, deficiência, linguagem, opiniões políticas ou morais, status socioeconômico, ocupação ou aparência (como peso, cor do cabelo), capacidade mental e qualquer outro elemento de consideração. O conceito refere-se ao discurso divulgado oralmente, por escrito, em suporte visual na mídia, ou na internet, ou outros meios de disseminação social. Portanto, os sujeitos, assim, formulam seus discursos a partir dos lugares que ocupam, impondo uma heterossexualidade normatizadora.

A internet é um dos meios para a propagação do discurso de ódio, mas obviamente esse ódio pode ser expressado *off-line*, mas quando alguém o faz por meio de espaços de interação na grande rede o alcance é muito maior e há a possibilidade do anonimato. Nesse sentido, Fenton (2012) explica que o uso da internet para fins de disseminação de ódio e violência dá voz e poder a quem não os possui nos meios tradicionais, ou seja, permite que qualquer pessoa possa destilar seu veneno e fazer vítimas, especialmente sob o “escudo da liberdade de expressão”. Em outras palavras, usa-se como pretexto errôneo o direito de liberdade de expressão, garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, para reproduzir e espalhar a violência, especialmente nos sites de redes sociais. Entretanto, Foucault (2009, p. 9) adverte que: “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”.

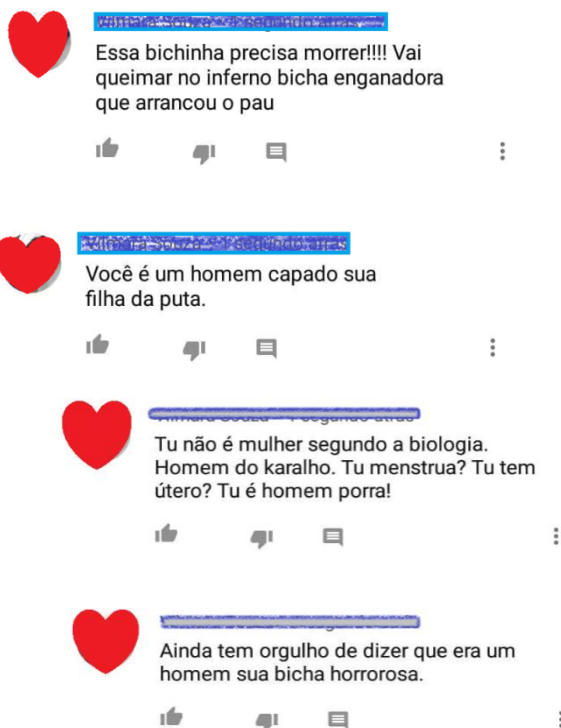
A invisibilidade social de pessoas trans e a negação da diferença, o não reconhecimento do outro como pessoa fazem delas um grupo vulnerável socialmente, que a cada dia são vítimas dos mais terríveis discursos de ódio que manifestam discriminação e desprezo através da internet.

Para materializar o que foi explicitado, escolheu-se como objeto de análise o *YouTube*, uma plataforma de compartilhamento de vídeos onde qualquer pessoa pode postar vídeos sobre os mais diversos temas. O canal escolhido para a materialidade foi o da trans Mandy Candy, que possui quase dois milhões de inscritos. Nele a jovem aborda sobre sua vida particular, dá dicas de viagens, maquiagens dentre outros assuntos. Em todos os seus vídeos é possível ler comentários transfóbicos, entretanto, o escolhido tem como título: Contando que

eu sou trans para o meu namorado, postado em 11 de novembro de 2018, com 3.151.590 milhões de visualizações e 30 mil comentários.

A ilustração 1, a seguir, são prints de comentários que representam o discurso de ódio transfóbico direcionados à youtuber Mandy Candy.

Ilustração 1 – Comentários transfóbicos retirados do canal Mandy Candy



Fonte: [Youtube.com/mandycandy](https://www.youtube.com/mandycandy)

A postagem no canal da Mandy Candy proporcionou com que as pessoas no site de compartilhamento de vídeos abordassem sobre a questão da transgeneridade. Com isso, esse era o poder do contexto que favoreceu com que os *haters* divulgassem seu ódio na postagem. Era uma oportunidade para darem visibilidade para suas opiniões, pois aproveitariam o contexto para disseminar seus ideais de violência. Os dois comentários da esquerda foram feitos por pessoas do gênero

masculino e os da direta, por feminino. Percebe-se que a opinião de ódio é generalizada e, em todo o tempo esses sujeitos querem a diminuir o outro porque não pode suportar a ideia de ela ser uma pessoa trans, uma vez que foge do binário homem/mulher.

É possível perceber que o comentário “vai queimar no inferno” pressupõe ter vindo de algum internauta cristão/evangélico. Seu discurso transfóbico demonstra o quanto o dispositivo igreja exerce poder sobre seu sistema de crenças. Essa existência de uma memória, de um conjunto de já-ditos, como diz Foucault (2009), é que envolve as relações de poder que o sujeito normaliza e tem como objetivo conduzir condutas. Portanto, o sujeito do comentário, mediante as proposições religiosas de que qualquer existência que fuja ao padrão homem-mulher, é uma aberração e tem como punição o fogo eterno do inferno. Além de pecadores e condenados a irem para o inferno, os sujeitos transexuais são vistos como indivíduos perigosos para a sociedade e precisam morrer. Nota-se ainda a disseminação do ódio não apenas mediante a violência simbólica, corporificada em xingamentos e insultos (“filha da puta” “bichinha horrorosa”, “bicha enganadora”), mas de ameaça à vida (“precisa morrer”).

Faz-se necessário destacar ainda que o sujeito transexual é constituído como uma figura abjeta, indefinida e, por isso, precisa ser eliminada, pois ludibria, engana e deturpa as normas de gênero. Nesse sentido, a referência tácita às genitálias (“homem capado”) e às características biológicas do feminino (“menstrua”, “útero) emoldura uma posição de sujeito que fixa lugares para o masculino e o feminino e deslegitima qualquer confusão que burle esse binarismo. Disso decorre uma produção discursiva que busca negar a existência da transexualidade fora da anormalidade e da anomalia.

Estabelecendo categorias para esses tipos de violência, pode-se perceber que, conforme os enunciados em questão que a maioria se refere uma macroconstrução discursiva sobre o gênero feminino: tem que ter vagina e útero para ser considerada uma mulher. Há, portanto, um discurso que obedece à seguinte lógica: vagina-mulher-feminino versus pênis-homem-masculinidade. Entretanto, a transexualidade quebra esta coerência: “você é um homem capado”. Mediante as performances de gênero a sociedade controla as possíveis sexualidades desviantes e a heterossexualidade justificará a necessidade de alimentar/produzir cotidianamente os gêneros

binários e seu discurso irá caminhar para a violência: “bicha horrorosa”. As performatividades de gênero, que se articulam fora dessa realidade, são postas às margens, pois são analisadas como identidades desviantes pelo saber médico: “tu não é mulher segundo a biologia”.

Conclusão

Este estudo mostrou que a diferença entre sexo gênero, entendendo o primeiro termo como algo puramente biológico e, o segundo termo como elemento pertencente às relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, como também uma forma primeira de significar as relações de poder. Abordou sobre a violência simbólica manifestada através de discursos de ódio e concluiu que há uma situação de invisibilidade na qual as pessoas trans estão sendo colocadas diariamente no país.

Mostrou que o discurso é uma das maneiras mais poderosas dentro da prática social, entretanto, na internet é o discurso de ódio que tem o poder de reproduzir estereótipos, estigmas e até mesmo mortes. Através de comentários feitos no *Youtube*, evidenciou-se que a liberdade de expressão está mais nociva para a humanidade do que apta à criação de uma sociedade mais justa e solidária, pois o discurso de ódio é evidente e sob o anonimato, “pode falar de qualquer coisa”.

Conclui-se que as mídias sociais evidenciam que a comunidade trans vem sendo, inclusive, alvo de discurso de ódio que muitas das vezes culminam em homicídios, sendo evidente, além disso, o descaso das autoridades policiais e do poder público diante dessa violação de direitos, uma vez que a violência perpetrada gratuitamente às pessoas trans, apresenta alarmantes evidenciando como é difícil condição de ser travesti e transexual no Brasil. Por fim, destaca-se que atualmente há poucas as ações de enfrentamento à transfobia – e seja ela como for, na verdade, é como se ela não existisse, entretanto, é evidente que violência real ou simbólica contra pessoas trans é fruto de uma sociedade desigual, heteronormativa, machista, misógina, intolerante e preconceituosa, ou seja, de uma sociedade não (trans)formada que utiliza as mídias sociais como instrumento de manutenção do seu poder.

Referências

- ARAN, M; MURTA, D; Zaidhaft, S. Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. **Psicol. Soc.** vol.20, n1, Porto Alegre: 2008. Disponível em: Acesso em: 02 mar. 2017.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Guia de Advocacy no Legislativo para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT):** Teoria e Ações Práticas nos Níveis Municipal, Estadual e Federal. Curitiba, ABGLT, 2007.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Mapa da violência (2019)**. Disponível em: <<https://antrabrazil.org/mapadosassassinatos/>> Acesso em: 20/04/2019.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12.ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1993.
- CARVALHO, Mario. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. **Cadernos Pagu** (52), 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n52/1809-4449-cpa-18094449201800520011.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2019.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Volume I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHAÚÍ, Marilena. **Convite a Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2002.
- FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Assassinatos de travestis e "pais de santo" no Brasil: homofobia, transfobia e intolerância religiosa. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 485-492, Sept. 2013.
- FERREIRA, Laura. subnotificação em casos de transfobia. **Revista gênero e número** (2018). Disponível em <<http://www.genero numero.media/subnotificacao-de-casos-de-transfobia-evidencia-marginalizacao-de-vitimas/>> Acesso em: 20 abr. 2019.
- FOUCAULT, Michel. 2014. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 431 p.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2009.
- GUEDES, M. E. F. Gênero, o que é isso? **Psicologia, ciência e profissão**, Brasília, v. 15, n. 1-3, p. 4-11, 1995.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos.** Brasília, 2012. E-book disponível em: https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989> Acesso em: 20 abr. 2019.

LEBRUN, J.-P. 2008. **O futuro do ódio.** Porto Alegre, CMC, 144 p.

MARTINS, H. Número de assassinatos de travestis e transexuais é o maior em 10 anos no Brasil. **Agência Brasil.** 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-01/assassinatos-de-travestis-e-transexuais-e-o-maior-em-dez-anos-no-brasil>>. Acesso em 10 abr. 2019.

MISKOLCI, R. Pelúcio, L. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. *Revista Gênero.* Niterói, v. 7, n. 2, p. 257-269, 1. sem. 2007. Disponível em:< <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/155/98>> Acesso em: 20/04/2019.

REDE NACIONAL DE PESSOAS TRANS DO BRASIL. Disponível em: Acesso em: 27/03/2017 **Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013.** Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Brasília: 2016.

ROZARIO, E. S. B. do. **Políticas Públicas LGBT's de Enfrentamento à Homofobia em Belém do Pará: análise a partir da delegacia de combate aos crimes homofóbicos (DCCH).** 2013.

SARTRE, J.P. **Huis Clos.** Paris: Gallimard, 1970.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade,** Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez, 1995.

SOARES. Priscila F. A propagação da violência online: análise de enunciados violentos emitidos à torcedora acusada de racismo contra goleiro Aranha. **Verso e Reverso,** 30(73):23-33, janeiro-abril 2016

STRYKER, S. (2013), **Prefacio, TransrespeTo versus Transfobia en el Mundo:** un estudio Comparativo de la situación de los derechos humanos de las personas Trans. Carsten Balzer y Jan Simon Hutta, serie de publicaciones de tvt, vol. 7, Transgender europe (Tgeu), Berlin. https://transrespect.org/wp-content/uploads/2015/08/TvT_research-report_ES_.pdf> Acesso em: 20 abri. 2019.

O DÚBIO, O DUPLO E O PRÓPRIO DAS TRAVESTIS: ÉTICAS E ESTÉTICAS ANTIBINÁRIAS COMO EXERCÍCIOS DE PODER DE PRODUÇÃO DISCURSIVA DA ABJEÇÃO EM MURIEL TOTAL, DE LAERTE COUTINHO

Emanoel Raiff Gomes da Nóbrega Filho¹

Introdução

Este artigo toma a problemática do corpo, do sexo, do gênero e da sexualidade das travestis através de um recorte temporal das publicações da série de tirinhas *Muriel Total*², da cartunista Laerte, ao versar sobre a discursivização de técnicas de construção de modos de feminilidade particulares de pessoas transgêneras – mais especificamente, a das travestis. Disso, se observará como certas memórias discursivas (PÊCHEUX, 2007) em torno de figuras do feminino, de sujeitos históricos que marcaram sua existência na construção de corpos e modos femininos de ser, são retomadas na enunciabilidade *inter* e *intradiscursiva* (PÊCHEUX, 2008; 2009) das tirinhas para traçar, por elas mesmas, percursos de leitura a partir da tematização do corpo, dos sexos, dos gêneros e das sexualidades que compreendem a travesti como possibilidade de éticas e estéticas de existência geradas: a) por uma memória do *effeminatus* da cultura greco-romana, bem como b) por uma memória do indivíduo hermafrodita. Para tanto, tomamos a Análise do Discurso francesa com a finalidade de uma realização *arquegenealógica* da travesti (FOUCAULT, 2006; 2007a; 2007b; 2007c; 2008; 2010a; 2010b;) e, mesmo, de uma *cartografia* (DELEUZE; GUATTARI, 2010 e GUATTARI, 2012) transgênera partindo da personagem Muriel. Assim como Butler (2012; 2013), no que diz respeito à natureza e importância do corpo, do gênero e do sexo, questionamos quais bases naturais fundamentam a garantia de que o corpo masculino – ainda que não sendo cânone de um padrão corporal na contemporaneidade – possa ter todo um conjunto de representações pelas quais o homem e o seu corpo exercem uma

¹ Doutor em Letras pelo PPGL/UFPB e professor substituto da UFPB. Contato: emanoelraiff@msn.com

² Publicadas na Seção Tec, Quadrinhos, do jornal Folha de São Paulo, e republicadas no Uol Blog Muriel Total durante os anos de 2009 a 2014.

supremacia em relação às representações de corpo feminino. Com isso, indagamos: o que garante ao homem a qualidade de eleito quanto ao usufruto de direitos e quanto a certas práticas discursivas desenvolvidas em seu benefício nas culturas que, supostamente, apresentaram o homem como o sexo ontogeneticamente escolhido e beneficiado, e não os indivíduos femininos e os seus equivalentes, em um discurso heteronormativo? Ou seja, por que não reconhecer nas transexuais, nas mulheres, nos intersexos, nas travestis e nos homossexuais um estatuto de liberdade que, nunca idêntico entre si nem à norma, no entanto se imaginou, dado naturalmente para os homens?³ E, ainda, melhorando o foco da questão: por que não reconhecer que, ainda havendo uma supremacia masculina e heteronormativa, as identidades consideradas submissas e/ou abjetas, pela mesma, se fizeram aparecer por uma não permitida, mas possibilitada capacidade geradora que apresenta essa mesma heteronormatividade, ainda que, dela, seja afastada predestinada e determinadamente?

Tais questões, que, de certo, não são mais que uma inquietação encontrada nas leituras das tirinhas apresentadas, bem como em outros enunciados, norteiam o trajeto interpretativo das mesmas – porém, uma cartografia de discursos que não cansam de saltar, de submergir, de deslizar em estratos ao fragmentarmos as estruturas linguageiras dos enunciados e das condições de sua própria enunciabilidade para observar os possíveis efeitos de sentido.

Por uma economia estética da abjeção: práticas discursivas travestis como ética criativa

A performatividade travesti, portanto, não pode ser confundida com uma encenação de gênero, mas sim como

³ O estruturalismo, via estudos antropológicos de Lévi-Strauss (2012), reconhece no homem o modelo de supremacia culturalmente e sistemicamente estabelecido, pois é na medida em que reconhece o sistema de trocas de indivíduos entre grupos (patrilineares ou matrilineares), e justamente quando reconhece, em uma dessas trocas, o da proibição do incesto, pela qual as mulheres de uma linhagem não podem ser escolhidas pelos homens de sua linhagem, que dá ao homem, o poder de escolher qualquer outra mulher que à sua linhagem não pertença. E, com isso, na medida em que ele apresenta a exogamia como regra (o que não significa que seja excludente, a endogamia; ao contrário, ela é suposta pela primeira), significa dizer que a proibição supõe uma permissão dada aos homens. Portanto, é concebida aí, a questão de direito do homem sobre a mulher e sobre os seus descendentes como lei.

reiteração e materialização de discursos patologizantes e criminalizantes que fazem com que o senso comum as veja como uma forma extremada de homossexualidade, como pessoas perturbadas. A partir dessa ótica, seu gênero “desordenado” só pode implicar em uma sexualidade perigosamente marginal.

(Larissa Pelúcio, **Sexualidade, gênero e masculinidade no mundo dos t-lovers**: a construção da identidade de um grupo de homens que se relacionam com travestis)

Podemos pensar a questão ética do corpo transgênero tomando sua estética, e, com isso, pensar sobre sua importância, sua existência, seu pragmatismo, suas movimentações discursivas, sua história. Resumidamente, o que faz uma travesti ser o *que e quem* ela é? Vejamos, pois, como Hugo e Muriel, em sua narrativa subjetiva, podem nos responder:

Figura 1- Silicose Blues 2



Fonte:LAERTE. **Muriel Total**. 2009. Disponível em:

<http://murieltotal.zip.net/arch2009-03-08_2009-03-14.html>. Acesso em 22 jul. 2014.

Observemos, como neste primeiro momento da narrativa de Muriel, há traços bem distintos das tirinhas que compõem a narrativa Muriel Total: a começar pelo fato de que a tirinha foi pintada em preto e branco, mas não em cores, e somando-se ao fato de que as primeiras tirinhas estão nomeadas como Silicose Blues, pode-se, muito bem, interpretar tratar-se de uma vida triste anterior à experiência transgênera, que é, nesse momento, a construção do feminino em

Hugo. A esse respeito, como efeito de memória discursiva, o colorido está ligado a uma ideia de alegria, à de uma plenitude da vida, mas, ao mesmo tempo, aos movimentos sociais LGBTQIA+⁴; já o preto-e-branco remete a memórias em torno do que seria uma vida antiquada, uma vida estanque; ao mesmo tempo, o preto-e-branco também pode se referir, em contraste com o colorido, à tristeza do blues – um clamor por liberdade.

De contraparte, ainda há a memória criada sobre as palavras que compõem o nome da narrativa, *Silicone* e *Blues*: a primeira, fazendo referência a um dos signos que compõem a/uma travestilidade; a segunda, originária da língua inglesa, que, esteticamente, na música negra estadunidense, refere-se a um gênero musical, podendo ser traduzido por tristezas ou sofrimentos, aludindo à experiência negra da escravidão nos Estados Unidos da América. Assim, a palavra *blues* indica, aqui uma tristeza que havia antes do início da construção do feminino. Tal construção é indicada pela autoexplicação que é característica da tirinha em questão sobre os temas relacionados às sexualidades, aos corpos, aos sexos e aos gêneros.

De início, no primeiro quadro, Hugo, ao enunciar *...Sexo? Masculino, porque?* [sic], e apresentando as feições do rosto de modo a demonstrar virilidade e expressar incômodo, refere-se a sexo, não só diferenciando-se do que está descrito pela performance feminina indicada pelo uso do silicone, recriando seios, como ao tratar de sua anatomia masculina: eis porque tanto a palavra Masculino aparece escrita em destaque e com letra inicial maiúscula, como porque seu aspecto viril de suas expressões faciais e gestualidade no primeiro quadro. Dessa maneira, ele se justifica ser um homem que gosta de sentir-se feminino. E, assim, o faz afirmando, no segundo quadro, tratar-se de um corpo inteiramente feito de silicone, ao mesmo tempo em que, já no terceiro quadro, justifica como que, para não causar confusão quanto *ao que* ou *a quem* ele é, quando enuncia *Fiz isso por razões estéticas! ...Acho o corpo da mulher tão mais, sei lá!*. No enunciado, a expressão *sei lá* está deslocada do sentido estrito de não saber algo a respeito. Associada ao termo *mais*, intensificador, a expressão *sei lá!* totaliza toda uma gama de qualificadores positivos para designar o corpo da mulher, segundo Hugo. Ocorre que o efeito

⁴ Sigla que classifica, em ordem, lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexos, assexuados e mais.

de sentido de ‘não saber’ muito produz sentido de ‘sentir ser melhor do que outra coisa’, referindo-se ao fato de que é sabido que o corpo da mulher é *mais* do que o corpo do homem. Aqui, a ideia ainda é a de uma dualidade permitida por regras heteronormativas. Hugo, anteriormente, referiu-se ao seu ser masculino através da ideia do sexo; neste momento, ele justifica o seu ser referindo-se às qualidades superiores do corpo da mulher. Ou seja, trata-se, ainda, da repetição discursiva dos pares masculino/feminino, homem/mulher.

Todavia, Hugo ainda permanece situado em um território delimitado e rugoso, não permitindo ou mal permitindo que ele deslize, alargando as fronteiras desse mesmo território, no que diz respeito aos discursos sobre sexualidade humana. Hugo, mesmo demonstrando que seu gênero também pode ser outro, ainda assim, o faz permanecendo no mesmo território discursivo. Esse território – o de onde se enuncia Hugo – está marcado por uma formação discursiva heteronormativa, uma vez que não só vincula a prática de travestismo ao homossexual, como também exclui, ao tratá-lo como algo negativo. E isso está dito por ele no último quadro: por meio de gestos corporais de desconforto, expressando raiva e desgosto, franzindo as sobrancelhas, olhando para o lado e cruzando os braços, ele diz *Só falta agora começarem a achar que eu sou viado* [sic]. Portanto, pode-se dizer que o efeito de sentido da tirinha, obviamente é o de ironizar o discurso que vincula a homossexualidade às práticas de travestismo e às travestilidades. Esse mesmo discurso da travesti como homossexual masculino que quer se passar por mulher é encontrado em práticas discursivas do final do século XIX e início do século XX, constituindo o cotidiano de grupos minoritários de homossexuais, conforme observamos, a seguir, em Tamagne (2014, p. 426-427):

Porém, também nos ambientes populares, “pederastas” e *fairies* (fadas) escolhiam se apresentarem de maneira feminina, por intermédio da maquiagem e de acessórios espalhafatosos. As prostitutas, paramentadas com nomes de atrizes da moda, afetavam poses provocadoras de modo a dar mais visibilidade a seu comércio, mas também para suscitar o desejo de homens que não se viam como homossexuais, mas que não eram por isso insensíveis a seu charme.

Com isso, percebe-se o nascimento, não necessariamente da travesti como a compreendemos hoje – apesar de o excerto se referir

àqueles indivíduos travestidos que exerciam a prostituição –, mas de uma prática e indícios de modos de ser baseados na transfiguração dos gêneros. Ou seja, observa-se, então, que há um objetivo marcadamente político no tocante à performance dúbia do gênero – o que pôs em xeque o próprio padrão heteronormativo.

Mas, ainda segundo o modelo científico estabelecido no século XIX, a homossexualidade era compreendida em uma forma dúbia em que tais incoerências do duplo não necessariamente teriam de ser justificadas na aparência, mas, ao contrário, era a aparência do efeminado, um efeito de um psicologismo binário pelo qual se compreendia o homossexual como um modelo psíquico do hermafrodita; não se tratava, obviamente, de hermafroditismo, mas de uma justificação científica para o homossexual afeminado. Figurar nos manuais médicos do século XIX: essa era a sanção que sofria o invertido sob um novo nome – o homossexual.

Diferentemente de uma sanção sofrida como forma de uma moral sexual de base científica, podemos descrever outra forma de efeminação que, embora semelhante, não se trata do que, na *Scientia Sexualis*, se denomina de travestismo. Trata-se de observar, na Antiguidade greco-romana, uma concepção negativa do indivíduo que se fazia com aspecto da estética feminina, mas não do uso dos prazeres pelos rapazes. Observemos o que dizem Sêneca, Sócrates e Aristófanes *apud* Foucault (2007b., p. 21-22):

Poder-se-ia ver essa imagem também no retrato da juventude decadente tal como a vê Sêneca, o Retórico, com grande repugnância ao seu redor: “A paixão doentia de cantar e dançar enche a alma de nossos efeminados; ondular os cabelos, tornar a voz suficientemente tênue para igualar a carícia das vozes femininas, rivalizar com as mulheres através da lassidão de atitudes, estudar-se em perquirições muito obscenas, eis o ideal de nossos adolescentes... Enfraquecidos e enervados desde o nascimento, eles assim permanecem, sempre prontos a atacar o pudor dos outros sem se ocupar com o seu próprio”. Porém, esse perfil, com seus traços essenciais, é ainda mais antigo. O primeiro discurso de Sócrates no *Fedro* a ele faz alusão quando repreende o amor que se tem aos rapazes flácidos, educados na delicadeza da sombra, ornados de maquilagens e adereços. É também com esses traços que Ágaton aparece nas *Tesmoforias* – tez pálida, faces escanhoadas, voz de mulher, roupas de açafreão, redes – ao ponto do seu

interlocutor se perguntar se na verdade ele está na presença de um homem ou de uma mulher.

Disso, podemos tomar como referência a efeminação que se trata de um conjunto de técnicas de elaboração do corpo e dos gêneros, ancoradas em um sistema de enunciabilidade possível do período imperial, no século IV, cuja literatura greco-romana retrata a figura do *effeminatus*. Ainda assim, tais enunciações de gênero do *effeminatus* não se tratam, exatamente, da mesma enunciabilidade feminina moderna. Mas, mesmo que, na modernidade, se percebam enunciabilidades repetidamente reconhecíveis, podemos dizer que, tanto a prática de travestismo observada e patologizada no século XIX quanto a forma de se conceberem as travestilidades⁵ no século XX – bem como no primeiro decênio do XXI – não produzem o mesmo sentido de *ser* que tinham *effeminatus* na Antiguidade greco-romana. Nesta última, não existia uma interdição, um controle nem patologização do ato de se efeminar; pelo contrário, antes de uma haver imposição, havia proposição – como nos exercícios de temperança (FOUCAULT, 2007b). E, se um tal comportamento do *effeminatus*, tinha uma compreensão de falta de tempero para uma austeridade, o mesmo não ocorria com as relações de amor entre os indivíduos de sexo masculino – embora o uso dos prazeres pelos rapazes fosse pauta de uma economia desses usos. A esse respeito, Foucault (*Ibid.*, p.22), através da literatura clássica, reconhece que

Seria inexato ver aí uma condenação do amor pelos rapazes ou daquilo que, em geral, chamamos de relações homossexuais; entretanto, é necessário reconhecer aí o efeito de apreciações fortemente negativas a propósito de certos aspectos possíveis da relação entre homens, assim como uma viva repugnância a respeito de tudo o que pudesse marcar uma renúncia voluntária aos prestígios e às marcas do papel viril. O domínio dos amores masculinos pôde muito bem ser “livre” na Antigüidade grega, em todo caso bem mais do que o foi nas sociedades européias modernas; não resta dúvida, entretanto, que bem cedo se vê marcar intensas reações negativas e formas de desqualificação que se prolongarão por muito tempo.

⁵ Por travestilidades entendam-se os modos particulares de existência transgênera inventados para si pelos sujeitos travestis, conforme Nóbrega Filho (2011).

Outrossim, podemos considerar tratar-se de uma relação política que havia, na Antiguidade, entre os gêneros e os sexos. Isto é, a reprovação do comportamento efeminado era em função da não-virilidade apresentada pelo mesmo. Desse modo, era a valorização da virilidade, o que era prezado na ascese grega; não era a relação de amor entre homens que era reprovada. Bem ao contrário disso, o que se passou nos séculos seguintes da Era Cristã – cuja ascese era dada em termos de renúncia de si, dos prazeres da carne como a verdade de si que deveria ser rejeitada em função da salvação –, tomam-se tanto o comportamento do efeminado (o do travestido) quanto a relação entre indivíduos do mesmo sexo (a pederastia) como, não só reprováveis, mas condenáveis. E essa interdição moral também incrustou no momento da produção de saberes científicos sobre o sexo, desta vez, não mais em função de uma ascese da salvação, mas sim, em função de uma normalização.

Basta observar toda a produção dos comportamentos sexuais e das sexualidades periféricas inclusas nesse saber. Disso, note-se referência a discursos da moral religiosa cristã e ao seu *ethos* pela leitura da tirinha a seguir:

Figura 2 - Pecado e iniquidade



Fonte: LAERTE. **Muriel Total**. 2013. Disponível em:

<http://murieltotal.zip.net/arch2013-04-21_2013-04-27.html#2013_04-24_12_49_47-2063478-0>. Acesso em 11 jun. 2014.

Observemos como Muriel é impelida, pelo discurso cristão, a reconhecer a existência e a representatividade do pecado como o grande signo cristão. Ela reconhece haver pecado. Entretanto, ela delira o sistema cristão, promove, nele, linhas de fuga, o faz vazar, escoar o significado do pecado e inverte a posição de quem peca, visto que, se em momento algum ela definiu o que é pecado, tampouco

definiu a si como pecadora. Disso, eis o deslizamento de sentido proposto pela tirinha: ela apenas pede à divindade cristã, como em oração, dizendo *Deus! Fulminai todo o pecado e iniquidade!*. Ele, por sua vez, apenas atende ao pedido. Disso, Muriel, ao enunciar *Idiota!! ...Você liquidou todas as minhas amigas e amigos!!*, reconhece que não explicou ao que ela se referiu ao enunciar o *pecado e iniquidade*.

Em seguida, ela se manifesta contrariamente ao Cristianismo, atacando Deus e dizendo *Já te ensino*. Disso, podemos fazer um trajeto de leitura, afirmando que a expectativa de Muriel sobre ter sua prece atendida era a de que o pecado não se referia às suas amigas e amigos transgêneras e transgêneros. No entanto, o posicionamento de Deus foi o esperado da formação discursiva cristã. E no que fica dito, na tirinha (pela atitude divina de analisar o “pecado” para puni-lo) concluímos que, nessa formação discursiva cristã, o ideal de pecado da carne não se modificou, além de nunca ter reconhecido a homossexualidade e a transgeneridade como normais, devendo, estas, serem negadas em prol da salvação das almas. Esta ascese (a da negação de si) continua expressa pela atitude divina no terceiro quadro da tirinha, uma vez que, para a personagem Deus, a homossexualidade e as transgeneridades são abominações e devem ser abandonadas. Isso significa que a posição sujeito de Deus permaneceu a mesma da formação discursiva cristã tradicional, na tirinha. Ao mesmo tempo, a formação também está corroborada por uma formação discursiva científica uma vez que a homossexualidade só existe nos termos da ciência bem como a transgeneridade. Se, para o cristianismo, a sua formação discursiva tratava da condenação dos pecados da carne, tratava de julgar pecaminosas as práticas sexuais não-procriativas e o uso indevido do corpo, como no caso dos travestidos. No entanto, uma formação discursiva científica aparece nessa formação, tratando de homossexualidade, ou seja, um termo originariamente típico das patologias criadas e descritas pela ciência do século XIX, mas recuperando a memória do indivíduo hermafrodita através da concepção do psiquismo hermafrodita do homossexual.

A memória ancestral hermafrodita: um parentesco discursivo

Nessas experiências, há um deslocamento entre corpo e sexualidade, entre corpo e subjetividade, entre o corpo e as performances de gênero. Ainda que o referente da

binariedade esteja presente como uma matriz de construção de sentidos, negociados para os sujeitos que transitam entre o masculino e o feminino, essas experiências negam, ao mesmo tempo, que os significados que atribuem aos níveis constitutivos de suas identidades sejam determinados pelas diferenças sexuais.
(Berenice Bento, **A reinvenção do corpo**)

Por ora, afirmamos que as concepções de sexo ao longo das tradições científicas não são as mesmas, estando, portanto, umas em desequilíbrio em relação às outras, quanto ao seu caráter de verdade científica construído sob as demandas morais de suas épocas. Isto quer dizer que,

A anatomia e a natureza, como nós conhecemos em termos mais amplos, obviamente não é um mero fato inalterado pelo pensamento ou convenção, mas uma rica construção complexa baseada não só na observação e em uma variedade de restrições sociais e culturais sobre a prática da ciência, como também na estética da representação. Longe de serem os fundamentos do gênero, os corpos masculino e feminino dos livros de anatomia dos séculos XVIII e XIX são, eles próprios, artefatos cuja produção faz parte da história de sua época. (LACQUEUR, 2001, p. 202)

Desse modo, podemos nos referir às duas concepções de sexo ao longo da história da anatomia, do naturalismo, da biologia e da medicina. A saber, trata-se do modelo de sexo único (pelo qual se compreendia, no século XVI, que a anatomia genital da mulher era um pênis invertido, cujos testículos apareciam como o que hoje se chama de ovários), e o modelo de sexo binário da ciência do século XIX.

Trata-se, na verdade, da observação visualmente estética fisiológica dos corpos pela qual se compreende o corpo como um dado natural. Daí, passa-se para uma elaboração mimética: de fato, independentemente de se tratar, no ocidente, de indivíduos heterossexuais, bissexuais ou homossexuais, o caráter mimético do gênero se apresenta, ele mesmo, como produção discursiva, isto é, um construto sócio-cultural por estarem histórica e ideologicamente demarcados. Assim, quanto a questão científica proponente de uma dialética como produção discursiva da verdade sobre o corpo, o sexo, o gênero e a sexualidade, observe-se a tirinha a seguir:

Figura 13 – Questão



Fonte: LAERTE. **Muriel Total**. 2012. Disponível em: <http://murieltotal.zip.net/arch/2012-03-18_2012-03-24.html>. Acesso em 29 jul. 2015.

No primeiro quadro, há um efeito de ironia que pode ser observado pelo enunciado *Nem tudo é “questão de gênero”, Hugo...* Com isso, na medida em que o interlocutor afirma sua suposta vontade de inclusão social, de demonstração de atitudes não preconceituosas, ele acaba por afirmar um discurso discriminatório do não reconhecimento de Muriel, visto que a personagem clama por Hugo, e não, por Muriel, colocando como um problema, o gênero pelo qual Muriel se apresenta. No segundo quadro, a personagem continua o seu posicionamento discursivo pela tentativa de minimizar a questão do gênero em relação a outras questões políticas e sociais. O tal reducionismo da importância das questões de gênero pode ser lido pela materialidade verbal *A distribuição de renda, a conjuntura agrária, a crise urbana...*, ao que Muriel, de modo receptivo a outras problemáticas que, se imagina, não têm a ver com as questões de gênero, lhe responde *Vamos lá, então!*.

Na sequência, a personagem abre a porta de uma sala ocupada, provavelmente, por especialistas em questões sociais, e, seguidamente, lhe orienta a vestir-se adequadamente, conforme se vê no enunciado *Primeiro, vista algo mais discreto, pra não deixar os outros desconfortáveis, tudo bem?*. Ao que, no último quadrinho, podemos fazer a interpretação de que tudo também é questão de gênero. Tal interpretação é construída a partir das memórias discursivas que se fazem aparecer pela fala de Muriel *Esse é o X-Y da questão...*

Observemos como, na tirinha acima, a memória do discurso científico da genética do século XX, diga-se já nascida dentro do

determinismo biológico darwinista do século XIX, é retomada nesse enunciado. Para a genética, o sexo é um dado anatômico determinado biologicamente pelos pares de genes XX para o indivíduo feminino e os XY para o indivíduo masculino, respectivamente. E eis que, então, se faz emergir um padrão binário de gênero/sexo corroborando as demandas culturais as quais fundamentam o gênero/sexo – o que, mais uma vez, coloca dentro de uma heteronormatividade que se propõe como lei natural.

Entretanto, tanto o sexo quanto o gênero não só não podem ser tomados um pelo outro, como ainda não seriam mais do que performances, isto é, da representação segundo o estilo daquilo que o corpo é. Assim, conforme o que é observado por Butler (2013, p. 59),

o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser.

Nesses termos, podemos considerar que a repetição do estilo (isto é, dos gêneros), e não somente ela, mas o *estilo* é definido por uma série de práticas que se discursivizam e criam disposições de saberes pautadas no corpo – já, então, posto e criado em discurso, trazendo consigo significações então estabelecidas. Essas disposições, todavia, se institucionalizam, estando amparadas, confirmadas e legitimadas através de outros dispositivos discursivos, tais como o médico, o religioso, o jurídico, fazendo com que o padrão binário e heteronormativo de gênero funcione como a verdade sobre o sexo. Dessa maneira, em se reconhecendo o supraexposto, porém contestando o padrão estabelecido, dizemos, igualmente com Butler (*Ibid.*, p. 24), que

Se o gênero são os significados culturalmente assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e

constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois.

Já, aqui, consideraremos que a categoria de sexo, podemos compreendê-la à maneira como nos observa, muito bem, Foucault (2007a), quando afirma que se trata de uma produção de saber a partir da enunciação, da extração da verdade do sujeito no tocante aos temas inicialmente, da carne, em seguida, dispendo-se em práticas discursivas sobre o sexo, o que veio, no século XIX a constituir um dispositivo. Em suas palavras, diremos que

A colocação do sexo em discurso, de que falamos anteriormente, a disseminação e o reforço do despropósito sexual são, talvez, duas peças de um mesmo dispositivo; articulam-se nele graças ao elemento central de uma confissão que obriga à enunciação verídica da singularidade sexual – por mais extrema que seja. (*Ibid.*, p. 70).

Todavia, Butler (2012, p. 162-163), levando em consideração o caráter cultural do sexo, corrobora com as considerações foucaultianas a respeito do mesmo, afirmando que

El “sexo” sempre se produce como una reiteración de normas hegemónicas. Esta reiteración productiva puede interpretarse como una especie de performatividad. La performatividad discursiva parece producir lo que nombra, hacer realidad su propio referente, nombrar y producir. Paradójicamente, sin embargo, esta capacidad productiva del discurso es derivativa, es una forma de iterabilidad o rearticulación cultural, una práctica de resignificación, no una creación *ex nihilo*. De manera general, lo performativo funciona para producir lo que declara. Como prácticas discursivas (los “actos” performativos deben repetirse para llegar a ser eficaces), las performativas constituyen un lugar de *producción discursiva*. Ningún acto puede ejercer el poder de producir lo que declara, independientemente de una práctica regularizada y sancionada. En realidad, un acto performativo separado de un conjunto de convenciones reiteradas y, por lo tanto, sancionadas, sólo puede manifestarse como un esfuerzo de producir efectos que posiblemente no pueda producir.⁶

⁶ O sexo sempre se produz como uma reiteração de normas hegemônicas. Essa reiteração produtiva pode se interpretar como uma espécie de performatividade. A performatividade discursiva parece produzir aquilo que nomeia, tornando real o seu

E, nessa conjuntura, é essencial ter em mente que

Os esforços empreendidos para instituir a norma nos corpos e (nos sujeitos) precisam, pois, ser, constantemente, reiterados, renovados e refeitos. Não há nenhum núcleo efetivo e confiável com base no qual a “norma”, ou seja, a consagrada sequência sexo-gênero-sexualidade possa fluir ou emanar com segurança. O mesmo se pode dizer a respeito dos movimentos para transgredi-la. Esses também supõem intervenção, deslocamento, ingerência. Em ambas as direções, é no corpo e através do corpo que os processos de afirmação ou transgressão das normas regulatórias se realizam e se expressam. (LOURO, 2013, p. 85)

No entanto, do sexo, podemos questionar se a hermafrodita não seria, então, uma ancestral do travestido e da travesti contemporânea. Para isso, recuperamos discursos sobre as representações dos sexos masculino e feminino ao longo do desenvolvimento das perspectivas científicas no ocidente.

Conforme Foucault (2007a), todo um dispositivo de sexualidade, em termos médico, jurídico, biológico e psicológico, se constitui durante o século XIX. Foi exatamente nesta época, na Europa, que se começou a catalogar e descrever as práticas anormais do travestismo e da homossexualidade como patológicas. A anormalidade monstruosa (FOUCAULT, 2002) deixa de ser estritamente biológica (como nos casos de hermafroditismo), passando a ser compreendida, assim, como psíquica. Sobre este último caráter anormal do hermafroditismo, Leite Jr. (2009, p. 309), considera que

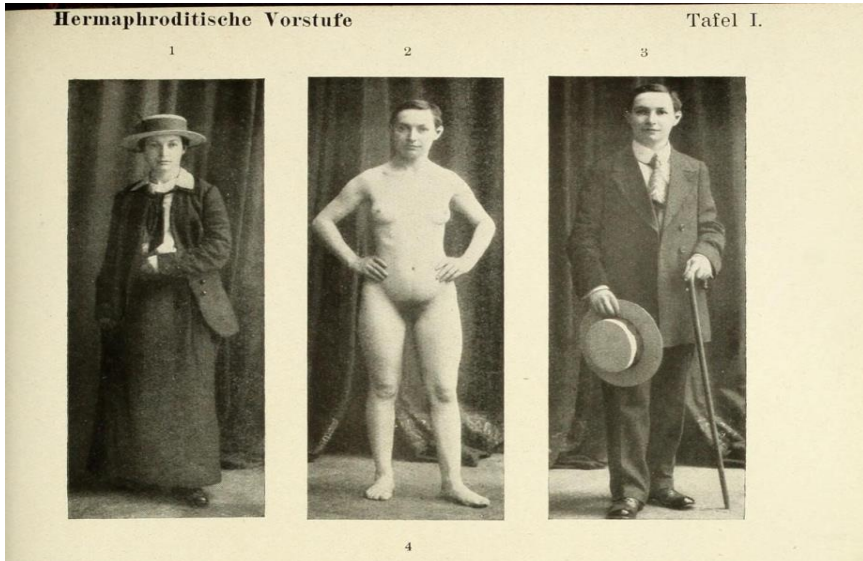
O "desvio", que mistura fêmeas e machos, masculinos e femininos, mulheres e homens, passa a ser encontrado não apenas no corpo, mas também na mente. Os traços de indefinição entre homens e mulheres

próprio referente, nomear e produzir. Paradoxalmente, entretanto, essa capacidade produtiva do discurso é derivativa, é uma forma de iterabilidade ou rearticulação cultural, uma prática de re-significação; não uma criação ex nihilo. De modo geral, o performativo funciona para produzir o que declara. Como práticas discursivas (os “atos” performativos devem se repetir para chegar a ser eficazes), as práticas performativas constituem um lugar de produção discursiva. Nenhum ato pode exercer o poder de produzir o que declara sem que dependa de uma prática regulada e sancionada. Na realidade, um ato performativo separado de um conjunto de convenções reiteradas, e, portanto, sancionadas, só pode se manifestar como um esforço de produzir efeitos que possivelmente não possa produzir. [Tradução nossa]

migram para a psique como o último grau de uma sutil mistura entre os sexos.

Observe-se ainda, a sequência fotográfica a seguir, originalmente⁷ encontrada na *Sexualpathologie* do médico Magnus Hirschfeld:

Figura 14



Fonte: THE INSTITUTE OF SEXOLOGY. **Photographs as evidence.** 2015. Disponível em: <<https://blog.wellcomecollection.org/2015/03/18/photographs-as-evidence/>>. Acesso em 5 nov. 2015.

Trata-se do caso de Amanda/Amandus B., que, em 1914, procura o Dr. Hirschfeld com o intuito de conseguir a mudança de seu nome social, bem como poder usar roupas masculinas em público. Amanda/Amandus não tinha características de intersexualidade. Seu hermafroditismo, termo usado à época, foi descrito como

⁷Essa sequência de fotos, que são parte do livro *Sexualpathologie* de Magnus Hirschfeld, também foram exibidas na mostra Wellcome Collection do *The Institute of Sexology*, cujos registros podem ser encontrados no sítio eletrônico blog.wellcomecollection.org, com comentários da Dra. Jana Funke, da Universidade de Exeter.

hermafroditismo psíquico, uma vez que Amanda se sentia pertencente ao sexo e ao gênero masculino (HIRSCHFELD *apud* FUNKE, 2015)

É partir dessa ideia de que o hermafroditismo é, nesse caso, psíquico, que, ainda no séc. XIX, Krafft-Ebing (2001, p. 09) considera que

Do ponto de vista clínico e antropológico, essa manifestação anormal apresenta vários graus de desenvolvimento.

(a) Podem ser encontrados traços de hermafroditismo heterossexual (psíquico) no instinto homossexual predominante.

(b) Se houver apenas inclinação para o próprio sexo (homossexualidade), as características sexuais físicas secundárias são normais, mas as psíquicas apontam para uma inversão insipiente.

(c) As características sexuais psíquicas estão invertidas, isto é, configuram-se de acordo com a sexualidade anormal existente (efeminação-viragindade).

(d) Também as características sexuais físicas secundárias se aproximam do sexo ao qual o indivíduo, de acordo com seu instinto, pertence (androginia-ginandria).

E foi com esse discurso normatizador, que o médico alemão analisou o caso de um médico húngaro que, apesar de não ter traços sexuais mistos, apresentava-se como sendo feminino. Toda esta discursivização médico-jurídica dos indivíduos anormais desembocava numa questão política propriamente dita, em especial sobre essa concepção binária do sexo.

Sobre isso, Foucault (1982, p. 2), observa que

As teorias biológicas da sexualidade, as concepções jurídicas do indivíduo, as formas de controle administrativo nos Estados Modernos, acarretam pouco a pouco a recusa da idéia de mistura dos dois sexos em um só corpo e conseqüentemente à restrição da livre escolha dos indivíduos incertos. A partir de então, um só sexo para cada um. A cada um sua identidade sexual primeira, profunda, determinada e determinante; quanto aos elementos do outro sexo que possam eventualmente aparecer, eles são apenas acidentais, superficiais, ou mesmo simplesmente ilusórios. Do ponto de vista médico, isto quer dizer que não se trata mais de reconhecer no hermafrodita a presença dos dois sexos justapostos ou misturados, nem de saber qual dos dois prevalece; trata-se, antes, de decifrar qual o verdadeiro sexo que se esconde sob aparências confusas; o médico terá que de certo modo

despir as anatomias enganadoras, e reencontrar por detrás dos órgãos que podem ter encoberto as formas do sexo oposto, o único sexo verdadeiro. Para os que sabem olhar e examinar, as misturas de sexo são apenas disfarces da natureza: os hermafroditas são sempre “pseudo-hermafroditas”. Ao menos, foi essa a tese que se impôs no século XVIII, através de um certo número de acontecimentos importantes e apaixonadamente discutidos.

Nesse sentido, trata-se do nascimento de uma biopolítica do sexo, isto é, de um controle sobre os corpos e os indivíduos, principalmente sobre as mulheres, as crianças e os indivíduos de sexualidade desviante e não reprodutiva – assim como o caso do hermafrodita –, segundo uma normatização científica em torno do que se definiu como *Scientia Sexualis*.

Sobre essa questão biopolítica, podemos observar, na tirinha seguinte, como o modelo binário de sexo e gênero age sobre os indivíduos e seus corpos:

Figura 15 – Primeiros passos



Fonte: LAERTE. **Muriel Total**. 2011. Disponível em: <http://murieltotal.zip.net/arch2011-05-01_2011-05-07.html>. Acesso em 16 ago. 2014.

No primeiro quadro percebe-se haver uma incansável vontade de binarização normativa quanto à questão do gênero que é expressa na língua portuguesa observada segundo o enunciado verbal *Bem-vindos e bem-vindas, criancos e crianças* dito pela professora. É sabido que a língua portuguesa apresenta exclusivamente dois gêneros, excetuando-se por alguns nomes que são comuns aos dois gêneros. Mas é interessante comentar que a própria estruturação da língua se dá numa posição política sobre o gênero, reafirmando as mesmas

práticas discursivas da heteronormatividade – por conseguinte, tomando como gênero supremo, o masculino, uma vez que o privilégio da masculinidade é reiterado pela língua: basta observar, por exemplo, que o gênero empregado no plural, para os pronomes, quando referente a agrupamentos mistos de seres masculinos e femininos, é, na maioria das ocorrências, o masculino.

Entretanto, o caso do nome crianças, nessa língua, pode se referir tanto a um grupo exclusivo de meninos ou a um grupo só de meninas, quanto a um grupo misto de meninos e meninas. No entanto, no que disse a professora às crianças, o poder heteronormativo aparece explicitamente pela diferenciação proposta pela norma heterossexual, entre meninos e meninas. O uso criativo da língua pela professora inevitavelmente coloca uma questão de poder, pois do modo como nos diz Deleuze e Guattari (2008, p. 12),

As palavras não são ferramentas; mas damos às crianças linguagem, canetas e cadernos, assim como damos pás e picaretas aos operários. Uma regra de gramática é um marcador de poder, antes de ser um marcador sintático.

Isso significa que à medida em que a professora usa o nome *crianças*, ela não somente reafirma linguisticamente a dialética macho/fêmea, masculino/feminino como ainda segrega as meninas, uma vez que, para a reiteração da norma, ela cria um nome cujo emprego masculino, aqui, no plural, não existe na língua portuguesa, que é o nome *crianças*, deixando *crianças* para o emprego do gênero feminino, exclusivamente. Assim, com essa atitude política de normatização heterossexual, o nome *crianças*, o qual podemos ler aqui, como um dos poucos usos linguísticos na língua portuguesa em que, formalmente, o gênero feminino parece ter destaque sobre o masculino, permite a leitura de que a criação do nome *crianças* rouba, estruturalmente, o privilégio do feminino, mais uma vez, para o masculino cujo efeito de sentido, nos casos dos usos linguísticos de nomes masculinos para se referir a agrupamentos de seres divergentes em expressão de gênero, é o de uma suposta neutralidade. Nesse sentido, o nome *crianças*, cuja materialidade possui estruturação de feminino – por meio da desinência de gênero -a, ainda que para se referir a seres de ambos os gêneros (porque a

tradição gramatical da língua portuguesa é binária) –, passa, agora, a se referir somente a indivíduos de sexo e gênero femininos.

Observemos, no segundo quadro, que o enunciado verbal *Aqui darão os primeiros passos para se tornarem homens e mulheres normais e felizes!*, expressa, com veemência, a imposição de uma norma heterossexualizante, isto é, o reconhecimento de que se se nasce com um corpo masculino, deve-se ser homem, e se se nasce com um corpo feminino, deve-se ser mulher.

E é no terceiro quadro que percebemos a referência explícita aos signos que apontam para discursos da formação discursiva heteronormativa: a caixa com roupas na cor azul e rosa é emblemática de uma representação cultural em que tais cores aparecem como os gêneros nos países do mundo ocidental. Desse modo, a materilidade verbal *Primeiro, vamos vestir a nossa camiseta... Azul para os meninos, rosa para as meninas!* reitera o padrão de gênero heteronormativo pelo qual tem-se, para o gênero e sexo masculinos, a cor azul, e para o gênero e sexo femininos, a cor rosa, enquanto memórias discursivas criadas dentro da representação dialética masculino/feminino nessa prática política do gênero na heteronormatividade.

Já, no último quadro, é notório como um sentido crítico sobre a heteronormatividade é colocado, estando materializado visual e discursivamente nas formas que tais roupas apresentam: trata-se de camisas de força, o que, mais uma vez, nos faz pensar que é sob a ótica da loucura que se produz o padrão binário/heteronormativo do sexo e do gênero. Se a camisa de força é o signo que nos aponta uma formação discursiva da psiquiatria dos séculos XIX e XX, na qual as práticas discursivas de tratamento do indivíduo louco era observada no uso da camisa de força como forma de garantir o assujeitamento desse indivíduo à medicalização, observa-se, igualmente, que o gênero, na heteronormatividade, é a camisa de força que impede os sujeitos de exercerem um gênero não condizente com o seu sexo, de forma a jamais ser legitimado por essa norma. Ou seja, trata-se de uma questão de sanidade mental segundo as práticas discursivas heteronormativas, pois a camisa de força como signo de loucura nos leva a interpretar que, para a heteronormatividade, a transgeneridade bem como a intersexualidade são patológicas.

E aí, vê-se nessa leitura crítica que a pedagogização heteronormativa do gênero é reiterada nas escolas para que as

crianças jamais se reconheçam na abjeção da transgeneridade e/ou da intersexualidade. Diante disso, em Bento (2006, p. 89-90), concordamos que

Após o nascimento da criança, os investimentos discursivos dirigem-se para a preparação do corpo, a fim de que este desempenhe com êxito os papéis de gênero: bonecas, saias e vestidos para as meninas; bolas calças, revólveres para os meninos. Parece que nada escapa à “panóptica dos gêneros”. O mundo infantil se constrói sobre proibições e afirmações. Essa pedagogia dos gêneros tem como objetivo preparar aquele sujeito para a vida referenciada na heterossexualidade construída a partir da ideologia da complementaridade dos sexos. É como se as “confusões” nos papéis provocassem, direta e imediatamente, “perturbações” na orientação sexual.

Contudo, eis a ironia da tirinha: o lugar em que as crianças deveriam ser esclarecidas e desconstruir os preconceitos sobre as questões de gênero é o lugar que ainda continua a sequestrar tais indivíduos em função de uma moralização (cujos ecos continuam a vir do discurso religioso) revestida de conhecimento legítimo. E assim, voltamos ao primeiro quadro, uma vez que essa escola é, assim como a *Escola Infantil Primeiro Mundo*, bem como representado pela imagem do mundo em formato quadrado, o lugar de enquadramento dos indivíduos em sujeitos compulsoriamente normatizados pela velha e antiquada ideologia do binarismo do gênero instauradora da carcomida e frágil matriz heterossexual.

Assim, diante de tudo o que vimos quanto a essas questões normativas de gênero e de sexo, afirmamos que este nada mais é do que um conjunto de representações criadas em uma conjuntura epistemológica, isto é, se o sexo é uma invenção discursiva, a invenção do sexo da travesti também pode ser vista tomando-se, por exemplo, no saber científico do século XIX quanto ao tema do sexo, o hermafrodita como ancestral do travestido – já que a medicalização deste é contemporânea à daquele –, mas bem mais distante da travesti contemporânea muito mais ligada à figura do homossexual, conforme observado anteriormente.

Todavia, demonstramos, via interpretação das tirinhas de Muriel, como a travesti toma o corpo visto como masculino – pela heteronormatividade –, para criar, se não um modelo de mulher –

conforme essa mesma norma –, ao menos um modelo feminino de um corpo masculino reconstruído pela travesti enquanto tal, i. e., *travesti*. Ou seja, na estética da existência da travesti, podemos afirmar que ela é a anatomista de si mesma, quando da construção e interpretação de seu corpo. Entretanto, quanto ao binarismo apresentado com a *Scientia Sexualis*, a travesti, ora rompe com as leis normativas, ora a reafirma, uma vez que, se é da heteronormatividade que ela nasce, não há como se despir de todos os discursos sobre sexo e gênero oferecidos como já-ditos.

Figura 16 – Tucking



Fonte: LAERTE. **Muriel Total**.2009. Disponível em: <http://murieltotal.zip.net/arch2009-05-10_2009-05-16.html>. Acesso em 16 set. 2015.

No entanto, nessa relação discursiva da heteronormatividade com a construção do corpo, do sexo e do gênero da travesti, observemos como certas técnicas em torno desses temas são desenvolvidas para fazer o sexo: no primeiro quadro da tira, Hugo fala da dificuldade que tem na sua tentativa de realização do tucking, que, conforme a tirinha, trata-se das técnicas usadas pelas travestis para fazer a sua genitália parecer mais feminina. A esse respeito, Benedetti (2005, p. 88) nos afirma que

Uma outra técnica desenvolvida pelas travestis finaliza a aparência do corpo: *acuendar a neca*, que designa a arte de esconder o pênis sob a roupa, para que a região pubiana fique com a aparência semelhante à do genital da mulher. Normalmente força-se o pênis para trás, ocultando-o por entre as pernas, com o auxílio de uma calcinha justa. [...] Ainda que não vivam as vinte e quatro horas do dia com a neca acuendada, saber executar essa operação é de fundamental importância. Há situações, como ir à praia, em que é preciso vestir roupas de banho, ou outras,

quando a roupa precisa ser muito justa, nas quais é essencial esconder o membro e evidenciar uma genitália feminina.

Na sequência da tirinha, Hugo decide ligar para a amiga Paula por saber que ela tem o cohecimento de como executar essa técnica. Paula, por sua vez, explica para Hugo, afirmando *Bem, você sabe, eu fiz tucking definitivo...* Com isso, é no último quadro da tirinha que podemos observar um dos aspectos da distinção entre ser travesti e ser transexual. É que pela materialidade verbal *tucking definitivo* proferida pela personagem Paula, seguido dos enunciados *Várias horas depois*, somando-se a um outro enunciado imagético que é a ficha e ao enunciado *Tucking defini...* que, interruptamente seguido pelo enunciado interjetivo *Ah...*, dito por Muriel, quando, pensativa, compreende do que se trata o *tucking definitivo*.

Mas a construção do sentido no último quadro se dá pela retomada da memória do funcionamento dos orelhões a ficha: a realização de uma chamada só poderia ser iniciada quando a ficha caísse e liberasse a linha. Portanto, quando a ficha cai sobre a cabeça de Muriel, ela libera um *Ah...*, cujo sentido do *tucking definitivo* aparece aí como se tratando da transgenitalização realizada por Paula.

Mas essa questão da técnica, podemos observá-la de acordo com o que afirma Mauss (2011, p. 401) a esse respeito: “entendo por essa expressão as maneiras como os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo.” Entretanto, não nos parece, assim como para Mauss, que o corpo seja um dado natural pelo qual a cultura lhe desenvolve técnicas de uso reguladas. Com isso, estamos afirmando o oposto, isto é, o corpo não é um dado natural – o espaço em que a cultura se materializa. A contrário, o corpo é, para nós, uma construção discursiva, cuja materialidade é dada como materialização mesma da cultura.

Conforme Butler (2012, p. 64)

Aquí el cuerpo no es una materialidad independiente investida por las relaciones de poder exteriores a él, sino que es aquello para lo cual son coextensivas la materialización y la investidura.

La “materialidad” designa cierto efecto del poder, o más exactamente, es el poder en sus efectos formativos o constitutivos. En la medida en que el poder opere con éxito constituyendo el terreno de su objeto, un campo de inteligibilidad, como una ontología que se da por descontada,

sus efectos materiales se consideran datos materiales o hechos primarios. Estas positivities materiales aparecen fuera del discurso e el poder, como sus referentes indiscutibles, sus significados transcendentales. Pero esa aparición es precisamente el momento en el cual más se disimula y resulta más insidiosamente efectivo el régimen del poder/discurso. Cuando este efecto material se juzga como un punto de partida epistemológico, un *sine qua non* de cierta argumentación política, lo que se da es un movimiento del fundacionalismo epistemológico que, al aceptar este efecto constitutivo como un dato primario, enterra y enmascara efectivamente las relaciones de poder que lo constituyen.⁸

Assim, dessa construção do corpo, do sexo e do gênero da travesti, podemos ver, igualmente como o faz Silva (2007), que a travesti, na medida em que não lança mão de seu pênis, ao mesmo tempo, constrói um novo, mas sob a lógica de um sexo feminilizado. Ou seja, diferentemente de uma lógica sócio-cultural na qual o masculino exerce uma supremacia sobre todos os aspectos do feminino ou que o feminino seja complementar ao masculino – como podemos observar no modelo de sexo único – o que a travesti faz, e observemos pela técnica do *tucking* ou do *acuendar a neca*, é produzir uma genitália feminilizada, isto é, um pênis feminino, uma vez que a travesti elabora uma vaginização do pênis. E, nesse sentido, o sexo que a travesti constrói é feminino, sem abandonar ou abominar o pênis – como faz a transexual que passa pela transgenitalização.

⁸ Aquí o corpo não é uma materialidade independente investida pelas relações de poder exteriores a ele, senão que é aquilo para o qual são coextensivas a materialização e a investidura.

A “materialidade” designa certo efeito de poder, ou, mais exatamente, é o poder em seus efeitos formativos ou constitutivos. Na medida em que o poder opere com êxito constituindo o terreno de seu objeto, um campo de inteligibilidade, como uma ontologia que se dá por descontada, seus efeitos materiais se consideram dados materiais ou feitos primários. Estas positivities materiais aparecem fora do discurso e do poder, como seus referentes indiscutíveis, seus significados transcendentais. Mas essa aparição é, precisamente, o momento no qual mais se dissimula e resulta mais insidiosamente efetivo o regime do poder/discurso. Quando este efeito material se julga como um ponto de partida epistemológico, um *sine qua non* de certa argumentação política, o que se dá é um movimento do fundacionalismo epistemológico que, ao aceitar este efeito constitutivo como um dado primário, enterra e enmascara efetivamente as relações de poder que o constituem. [Tradução nossa]

Considerações

Diante de tudo o que expusemos, concluímos que, ao mesmo tempo em que a cartunista Laerte traz às suas tirinhas toda uma memória em torno da travesti, ela subverte os sentidos canônicos, causando sempre, em sua narrativa, um efeito de humor, ao mesmo tempo em que não deixa de apresentar uma denúncia social, uma reflexão sobre a realidade a partir de sua ficção. Pois ocorre que a memória discursiva da travestilidade é muito viva, muito marcadamente reiterada, de um lado, pelos exercícios de poder heteronormativos, que acabam por afastar esse modelo ético e estético das travestis, promovendo discursos de ódio e a exclusão social da travesti; ao mesmo tempo em que a memória discursiva dos gêneros como travestilidade, – enquanto novo modo de existência, já que é, também, normatizada, ao seu modo, sendo também, a criação, a invenção do abjeto como uma nova cultura, isto é, de um conjunto de formações discursivas em que se percebem novos saberes sobre um novo sujeito objetificado nas formações – é repetida na própria ação ética da travesti, permitindo que ela tenha instituído para si os devires de sua própria ontologia transgênera.

Desse modo, na travestilidade, o que é necessário compreender é que, a retomada de discursos de gênero de uma matriz heterossexual não define que a travestilidade seja uma mimese da heterossexualidade, pois cultural, histórica e discursivamente, há uma (ou mais) organização típica, uma regulamentação própria do *ser* travesti. Nesse ínterim, o que está a ser organizado e regulamentado na *orgânica* da travestilidade é toda uma teia discursiva e cultural sobre masculinidade e feminilidade reelaboradas, criando, agora, uma terceira “est(ética)-coisa-sujeito” chamada travesti.

Em consequência, a travestilidade como modo de vida significa que, no deslizamento discursivo, fizeram-se emergir novos discursos que são o *próprio* da travestilidade. E o *próprio* desse novo modo de ser não é mais encontrado estritamente nem no *ser* homem nem no *ser* mulher – no máximo, esses (inter)discursos ainda apontam para discursos de masculinidade e de feminilidade que também fundamentaram aqueles.

Portanto, a travesti é uma teia de discursos sobre gênero, porém que, nela, só há a possibilidade de se dizer que se trata de *ser* feminino

sendo masculino, enquanto efeito de uma memória discursiva tomada de dentro de uma heteronormatividade em que se definiu, histórica e culturalmente, o que é ser homem e ser mulher, vinculandoa essas estéticas subjetivas, masculinidade e feminilidade, respectivamente – assim, eis a ilusão de que há imitação do que seria o gênero original.

REFERÊNCIAS

BENEDETTI, Marcos. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. 2. ed. Buenos Aires: Paidós, 2012.

_____. Pecado e Iniquidade. In: LAERTE. **Muriel Total**. 2013. Disponível em: <http://murieltotal.zip.net/arch2013-04-21_2013-04-27.html#2013_04-24_12_49_47-2063478-0>. Acesso em 11 jun. 2014.

_____. Primeiros passos. In: LAERTE. **Muriel Total**. 2011. Disponível em: <http://murieltotal.zip.net/arch2011-05-01_2011-05-07.html>. Acesso em 16 ago. 2014.

_____. Questão. In: LAERTE. **Muriel Total**. 2012. Disponível em: <http://murieltotal.zip.net/arch2012-03-18_2012-03-24.html>. Acesso em 29 jul. 2015.

_____. Silicone Blues 2. In: LAERTE. **Muriel Total**. 2009. Disponível em: <http://murieltotal.zip.net/arch2009-03-08_2009-03-14.html>. Acesso em 22 jul. 2014.

_____. Tucking. In: LAERTE. **Muriel Total**. 2009. Disponível em: <http://murieltotal.zip.net/arch2009-05-10_2009-05-16.html>. Acesso em 16 set. 2015.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 20 de novembro de 1923: postulados da lingüística. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 2008a, vol. 2.

_____. 10.1730: devir-intenso, devir-animal, devir-imperceptível. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012, vol. 4.

- _____. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia.** São Paulo: Editora 34, 2010.
- FOUCALT, Michel. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- _____. **A microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010a.
- _____. **Ditos e Escritos IV: estratégia, poder-saber.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2006.
- _____. **Ditos e Escritos V: ética, sexualidade, política.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2010b.
- _____. **Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.
- _____. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** 18. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007a.
- _____. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres.** 12. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007b.
- _____. **História da sexualidade III: o cuidado de si.** 9. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007c.
- _____. **Os anormais.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético.** 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.
- LACQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LEITE JR., Jorge. “Que nunca chegue o dia que irá nos separar”: notas sobre epistêmê arcaica, hermafroditas, andróginos, mutilados e suas (des)continuidades modernas. In: **Cadernos Pagu** (online). 2009, n.33, pp. 285-312.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Magia e religião: o feiticeiro e sua magia. In: _____ . **Antropologia estrutural.** São Paulo: Cosac Naify Portátil, 2012, p. 237-264.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia.** São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- NÓBREGA FILHO, Emanuel Raiff Gomes da. **Sujeitos Queer em cartaz: uma análise discursiva do corpo em (trans)formação.** 2011. 96f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba – UFPB. 2011.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da memória**. 2 ed., Campinas, São Paulo: Pontes, 2007, p. 49-57.

_____. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. 5. ed., Campinas/SP: Pontes, 2008.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PELÚCIO, Larissa. Sexualidade, gênero e masculinidade no mundo dos t-lovers: a construção da identidade de um grupo de homens que se relacionam com travestis. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 12., 2005, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2005, p. 01-35. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=69&Itemid=171>. Acesso em 14 ago. 2014.

SILVA, Hélio R. S. **Travestis: entre o espelho e a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

TAMAGNE, Florence. Mutações homossexuais. In: CORBAIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Orgs.). **História da virilidade: a virilidade em crise? – séculos XX-XXI**. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 424-453.

THE INSTITUTE OF SEXOLOGY. **Photographs as evidence**. 2015. Disponível em: <<https://blog.welcomecollection.org/2015/03/18/photographs-as-evidence/>>. Acesso em 5 nov. 2015.

DISCURSO DE ÓDIO: DEFINIÇÕES PRÉVIAS, INCOMPATIBILIDADES E FORMULAÇÃO

Thiago Alves França¹

Palavras iniciais

Embora não seja possível dizer exatamente quando passamos a utilizar a designação *discurso de ódio*, ela vem, desde o ano de 2014, sendo utilizada com regularidade, com destaque para as páginas de redes sociais. Essa recorrência no uso pode ser apontada por meio de uma rápida consulta ao site de busca Google, que fornece ao curioso mais de vinte milhões de resultados.

Diante da profusão de ocorrências e considerando que a palavra *discurso* está presente na designação *discurso de ódio*, não seria necessário um esforço muito grande para que a temática reclamasse a possibilidade de ser tratada teórico-analiticamente à luz da Análise de Discurso (AD); é justamente nesse movimento que este texto se insere, tomando o discurso de ódio como objeto de reflexão e pensando-o nas bases da AD pecheuxtiana.

Este texto, que é um recorte das reflexões e formulações que desenvolvi em minha tese, *Sentidos e funcionamentos do discurso de ódio em espaços do Facebook: uma leitura discursiva* (2019), tem como objetivo discutir noções de discurso de ódio. Realizo a discussão a partir de três gestos de leitura que foram organizados em tópicos. No primeiro, apresento algumas definições de discurso de ódio, pensadas à luz de outro quadro teórico; no segundo, apresento algumas considerações acerca delas, e também algumas dificuldades que essas definições apresentam para pressupostos teóricos assumidos por um analista de discurso de filiação pecheuxtiana; e, no terceiro, apresento uma noção discursiva de discurso de ódio que formulei a partir do contato com as SD que compunham o *corpus* de minha pesquisa de doutoramento.

¹Professor da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), campus IX. Barreiras-BA.
thiagufsa@gmail.com

Algumas definições jurídicas

Quando iniciei minhas pesquisas sobre discurso de ódio, o terreno mais frutífero no que diz respeito à produção de textos que davam centralidade ao tema foi o domínio do Direito. Diferentes autores pensam a noção, discutem-na, limitam ou estendem seu alcance. Há, em textos jurídicos, então, movimentos de definição do *discurso de ódio*.

São comuns discussões que pensam a relação entre o discurso de ódio e a liberdade de expressão. Luna e Santos (2014), em *Liberdade de Expressão e Discurso de ódio no Brasil*, provocam, dizendo que a liberdade de expressão só será plenamente garantida se os indivíduos tiverem possibilidade de manifestar suas convicções e pontos de vista, tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Isso faz com que se olhe com desconfiança para quando o Estado intervém para limitá-la, porque pode ser lido como censura, o que é proibido em Constituições democráticas, como a nossa. Em alguns momentos, porém, os Estados deparam-se com situações polêmicas em relação ao exercício da liberdade de expressão, o que põe em questão a legitimidade da intervenção estatal, e é quando, por exemplo, proibir ou não o discurso de ódio torna-se uma questão, chegando-se a interpretar, sob críticas ou aplausos, o discurso de ódio como limitador da liberdade de expressão.

No Brasil, de acordo com Luna e Santos (2014), desde a constituição do Império, está prevista a liberdade de expressão, sendo preservada até a Constituição de 1937. Com o golpe que deu início ao período da ditadura militar, essa garantia foi desfeita; só na Constituição da República do Brasil de 1988 é que a liberdade de expressão voltou a ganhar força. Essa Constituição também ampliou o rol de garantias e direitos individuais, o que nos aproxima da noção de dignidade humana.

Na perspectiva de Freitas e Castro (2013), em *Liberdade de expressão e Discurso do ódio: um exame sobre as possíveis limitações à liberdade de expressão*, no Brasil, a liberdade de expressão tende a ser entendida como sujeita a limitações. Uma das evidências disso, segundo os autores, é a existência da lei 7716/89, conhecida como lei antirracismo, que incrimina práticas que se enquadram no que também se tem chamado de discurso de ódio (FRANÇA, 2019). Mas,

para alertar que isso não quer dizer que não haja flutuação em relação ao que se entende por discurso de ódio, lembro que o mesmo aparelho legislador encontrou/provocou uma série de dificuldades no que diz respeito à aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122/06, que pretendia – porque foi arquivado – criminalizar a homofobia, além de tomar outras providências. Só em junho de 2019 é que a homofobia, por decisão do Supremo Tribunal Federal, passa a ser punida pela lei 7716/89, tornando-se crime.

Soto (2015), no texto *Uma aproximación al concepto de discurso del odio*, descreve como o discurso de ódio pode ser compreendido em instrumentos internacionais. Ele discute sobre a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, de 1948, em cujo artigo 19 se estabelece que toda pessoa tem o direito à liberdade de expressão e de opinião sem que o Estado possa interferir. De acordo com Soto (2015), trata-se de uma forma ampla de conceber a liberdade de expressão, sem que sejam elencadas expressamente limitações.

Os instrumentos internacionais não são unânimes em relação à predileção pela liberdade de expressão. Por exemplo, Soto (2015) afirma que, a partir da *Convenção de Viena*, pode-se formular que a liberdade de expressão não é irrestrita, sendo possível entender o discurso de ódio como um desses limites. De acordo com o autor, há limite também segundo a *Convenção para Prevenção e Sanção do Delito de Genocídio*, adotada em 1948, onde está prevista a punição a quem instigar direta e publicamente o genocídio, o que é uma restrição à liberdade de expressão.

Esta interpretação está em Soto (2015), mas também em Luna e Santos (2014) e em Brugger (2007), mas vou sumariá-la dizendo que, na comparação entre Estados Unidos da América (EUA) e Alemanha, por conta do liberalismo, do mercado de ideias, os estadunidenses nivelam por baixo o discurso de ódio; os alemães nivelam por cima. Em outros termos, nos EUA, predomina a leitura da liberdade de expressão como pilar da democracia, o que produz, como corolário, uma maior tolerância com o discurso de ódio. Já, na Alemanha, a dignidade humana é que ganha mais relevância, de modo que, conforme Brugger (2007), em *Proibição ou Proteção do Discurso do Ódio? Algumas Observações sobre o Direito Alemão e o Americano*, as proibições são vistas como justificadas pela Lei Básica que limita direitos de comunicação.

O posicionamento de Soto (2015) é que a liberdade de expressão não pode ser ilimitada. Portanto, quando diz que determinados instrumentos internacionais a limitam, não está enunciando uma queixa; o limite é necessário, segundo ele, e o discurso de ódio é sintoma da necessidade de um limite, porque fere o princípio da dignidade humana.

Ao responder à pergunta *Por que proibir o discurso de ódio?* a resposta de Waldron (2012), em *The harm in hate speech*, é que se deve censurá-lo, porque o discurso de ódio produz uma fissura na dignidade dos membros da coletividade que se odeia. Na leitura que Waldron (2012) faz, a dignidade humana, embora uma característica inerente de todo e qualquer ser humano, enquanto *status social* e legal, deve ser estabelecida, afirmada, mantida e reivindicada. Ele entende que as leis contra o discurso de ódio – ele diz *difamação de uma coletividade* – é um compromisso assumido contra a tentativa de minar a dignidade do outro. Define-se, então, discurso de ódio como aquele que ataca a dignidade de um grupo.

Soto (2015) afirma que *discurso de ódio* é utilizado para designar ações antijurídicas ou imorais das mais diversas naturezas. Essa diversidade também justifica a crítica que Schäfer, Leivas e Santos (2015) fazem da definição de Meyer Pflug (2009), para quem o discurso de ódio corresponde à manifestação de “ideias que incitem a discriminação racial, social ou religiosa em determinados grupos, na maioria das vezes, as minorias” (MEYER PFLUG, 2009, p. 97).

Brugger (2007) diz que o discurso de ódio se refere a

palavras que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, ou que têm a capacidade de instigar a violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas (BRUGGER, 2007, p. 118) (destaque meu).

A definição de Brugger (2007), embora mais ampla, também apresenta poucos *motivos* ou *critérios* para o discurso de ódio: raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião. Por exemplo, a política e a sexualidade – ao menos que se queira *cooperar*, no sentido de que sexo englobaria mais que só sexo, estendendo-se à sexualidade, à identidade de gênero etc. –, enquanto motivos, ficam excluídas.

A definição de Brugger (2007) é criticada por Silva et al (2011), porque é considerada pelos autores como restrita. Mas, apesar da

crítica, entendem que a definição do autor funciona bem no sentido de que ela divide o discurso de ódio em dois atos: o insulto e a instigação. Aliás, tanto em Brugger (2007) quanto em Meyer Pflug (2009), a incitação da violência é destacada como uma característica marcante do discurso de ódio.

Diferente do insulto, que se aplica diretamente sobre a vítima, o segundo traço – o da incitação – se dirige a outros em forma de uma convocação; esses outros são chamados a participar desse movimento como forma de ampliá-lo. Na continuação, Silva et al (2011) ainda dizem que o discurso de ódio tenta aumentar as possibilidades de seu êxito, apelando para “argumentos emocionais e aproveitando da ausência de contraposição direta e imediata a *tais mensagens*” (SILVA et al, 2011, p. 448) (destaque meu).

A definição mais extensa de discurso de ódio, pelos itens que lista, é a de Schäfer, Leivas e Santos (2015). Segundo eles, esta é a definição jurídica (normativa) a que se chega com base na *Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação*:

O discurso do ódio consiste na manifestação de ideias intolerantes, preconceituosas e discriminatórias *contra indivíduos ou grupos vulneráveis*, com a *intenção* de ofender-lhes a dignidade e incitar o ódio em razão dos seguintes critérios: idade, sexo, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, idioma, religião, identidade cultural, opinião política ou de outra natureza, origem social, posição socioeconômica, nível educacional, condição de migrante, refugiado, repatriado, apátrida ou deslocado interno, deficiência, característica genética, estado de saúde física ou mental, inclusive infectocontagioso, e condição psíquica incapacitante, ou qualquer outra condição (SCHÄFER; LEIVAS; SANTOS, 2015, p. 149-150) (destaques meus).

Segundo Silva et al (2011), o discurso do ódio apresenta dois elementos básicos: a externalidade e a discriminação. Enquanto discriminação, se apoia na lógica dicotômica de que existe o superior e o inferior; é uma manifestação, consoante os autores, segregacionista, que divide os que são dignos dos indignos de cidadania. Essa discriminação só se dá a ver pelo funcionamento do outro princípio, a externalidade.

Na discussão dos atores, o discurso de ódio depende da externalidade, porque, antes disso, não passa de pensamento. Segundo eles, é a transposição do plano mental (abstrato) para o

fático (concreto) que constitui um problema, porque, antes disso, não causa dano a outrem, e nada se pode fazer sobre o que pensam os indivíduos, que têm direito ao livre pensar. Silva et al (2011) citam Waldron (2012) para dizer que o problema está quando a palavra internalizada é tornada pública. É quando, segundo entendem, o discurso passa a existir – é o termo que utilizam – e pode alcançar os que se pretende ofender, produzindo a incitação, estando em condição de exercer a sua nocividade.

Discutindo a questão da exterioridade, Rosenfeld (apud SCHÄFER; LEIVAS; SANTOS, 2015) apresenta duas formas de manifestações do discurso de ódio: em forma e em substância. Por discurso de ódio em forma (*hate speech in form*), entende as manifestações mais contundentes, que explicitam o ódio; por discurso de ódio em substância (*hate speech in substance*), o discurso de ódio dissimulado, disfarçado de proteção, seja moral ou social.

Algumas pedras no/do meu caminho

No tópico anterior, apresentei algumas discussões e definições de discurso de ódio encontradas em diferentes textos jurídicos. Neste tópico, não se trata, de maneira alguma, de invalidar as noções formuladas pelos autores citados anteriormente; muito pelo contrário, entendo que pertencem a domínios específicos, com compromissos e pressupostos determinados, e que são pertinentes e funcionais nos espaços das discussões em que foram geradas e que circulam. As pedras às quais me refiro no título deste tópico não dizem respeito, portanto, a problemas originais nas definições, mas a dificuldades e/ou necessidades de esclarecimento criadas quando alguém que assume pressupostos da AD tenta se aproximar daquelas definições. São pedras, portanto, criadas pelo deslocamento de uma noção que funciona muito bem na estrutura teórica à qual pertence, mas que não tem encaixe tranquilo na estrutura de outro empreendimento teórico.

A minha reflexão começa pela associação da noção de discurso de ódio com a de liberdade de expressão. Nesse ponto, mais que problematizar, cabe fazer uma leitura discursiva dessa relação. Definir, além de um gesto fundador, é um gesto político, e político no sentido de que uma noção é sempre em relação a outras noções, e que defini-la é necessariamente tomar partido em uma disputa pela significação.

Então, quando se define, no Direito, com alguma estabilidade, o que é discurso de ódio, se está também dizendo aquilo que o discurso de ódio não é, e é nesse limite, que parece tão desejável quanto é fluido, que, por exemplo, a designação liberdade de expressão é convocada para estabelecer limite à noção de discurso de ódio.

Essa relação entre as noções, já de início, chama atenção para uma possível disputa pelo sentido, e que, a partir da AD, seria pensada como uma tensão entre diferentes Formações Discursivas (FD), esses espaços abertos e provisórios de significação, e em relação aos quais o indivíduo torna-se sujeito (PÊCHEUX, [1975] 2009).

O modo como se olha juridicamente para o discurso de ódio, decidindo por sua criminalização ou não, que é pensado por mim como gestos de leitura (PÊCHEUX, [1982] 2010) realizados a partir de Condições de Produção (CP) que regulam a identificação com processos discursivos diferentes e, no caso, concorrentes, depende de um determinado posicionamento em relação à liberdade de expressão e à dignidade humana.

Usando a metáfora da balança de dois pratos, tem-se que há dois modos diferentes de lidar com o discurso ódio, no caso de pesar o prato da liberdade de expressão, o caso estadunidense, ou quando o da dignidade humana, o caso alemão. “O sistema jurídico americano proíbe o discurso de ódio o mais tarde possível – apenas quando há o perigo iminente de atos ilícitos. [Já] A jurisprudência alemã coíbe o discurso do ódio o mais cedo possível” (BRUGGER, 2007, p. 136).

Embora os pratos de uma balança tenham sua extensão bem circunscrita, isto é, apesar disso, os pratos poderiam ser metáforas para FD, de modo que se poderia dizer que, no caso da identificação com a FD que regula a interpretação da liberdade de expressão como a quintessência da democracia, o discurso de ódio é tolerado até o limite do (in)sustentável; no caso da identificação ocorrer com a FD segundo à qual se interpreta que a dignidade humana é que é esse pilar fundamental da democracia, o discurso de ódio deve ser censurado o quanto antes.

Pensando em CP que determinam por que o prato da *dignidade humana* é o que pesa na Alemanha, seria muito grave não mencionar o extermínio judeu realizado durante a Segunda Guerra Mundial pelos nazistas como determinante nessa decisão. A gravidade daquele crime contra a humanidade, de alguma forma, é lembrada a cada vez que,

com mais rigor, se coíbe a circulação de discursos de ódio, numa espécie de compromisso para que aquilo, o genocídio, nunca mais volte a acontecer. Nesse caso, em certo sentido, a memória funciona como CP.

Se, de um lado, isto é, conforme uma determinada identificação, vê-se, nos discursos de ódio, um flagrante motivo para que a liberdade de expressão seja limitada, discute-se, num outro extremo, por meio de um diferente gesto de leitura, os discursos de ódio como manifestações legítimas e contundentes da liberdade de expressão. O político, isto é, a disputa de sentidos (ORLANDI, 2007), nesse caso, diz respeito, em suma, à possibilidade de interpretar o discurso de ódio como expressão da liberdade ou como abuso da liberdade de expressão, ferindo a dignidade humana.

Além dessa leitura discursiva da relação entre o discurso de ódio e as noções de liberdade de expressão e dignidade humana, quero destacar alguns aspectos mais pontuais da dificuldade criada pelo deslocamento das discussões originais do seu *habitat natural*, o Direito, para o domínio discursivo. Na definição de Brugger (2007), por exemplo, discurso de ódio equivale a palavras que insultam e intimidam determinados grupos, e que incitam o ódio contra esses mesmos grupos.

Essa associação de equivalência entre discurso de ódio e palavras aponta para uma identidade entre *fala*, enquanto realização linguística da palavra, e *discurso*. Estou dizendo isso, entendendo que, embora Brugger (2007) diga *palavras*, é possível esticar, sem violentar a definição do autor, o sentido de *palavras*, e entender por *palavras* outras construções linguísticas mais complexas. Mas, ainda assim, estaríamos no domínio do exclusivamente linguístico, o que é problemático, por exemplo, para quem assume o pressuposto teórico de que o discurso pode se produzir a partir de outras materialidades diferentes da linguística, e, de maneira geral, para todo um viés da AD que entende que o *discursivo* não é um nível linguístico, e que o discurso não se resume ao linguístico, embora o pressuponha (PÊCHEUX, [1969] 2010).

Essa relação entre discurso de ódio e palavra (e fala) revela algo sobre o lugar de enunciação do autor. Essa identidade entre discurso e fala, que estou pressupondo como funcionando para Brugger (2007), aponta para a distância do olhar do autor em relação a uma

perspectiva discursiva, ao modo pecheuxtiano, cuja definição de discurso se apoia também na necessidade de diferenciar o discurso que lhe interessa de outros sentidos que aparecem relacionados à palavra discurso; um deles é justamente o estabelecimento da diferença entre discurso e fala², no sentido apresentado no *Curso de Linguística Geral*, de 1916.

Não me parece desnecessário repetir que não há nenhum motivo para que Brugger (2007), do seu lugar teórico, faça esta distinção entre palavra e discurso, mas já não entendo como desimportante que um trabalho em AD que se ocupe de discurso de ódio o faça sem se preocupar com as filiações que enredam a noção de discurso de ódio com a qual se vai trabalhar.

A partir da relação que Brugger (2007) faz entre discurso de ódio e palavra, ocorre-me o cotejamento com uma afirmação de Meyer Plufg (2009), segundo quem, pensando no princípio de *mais liberdade de expressão*, o discurso de ódio deveria ser respondido por outro discurso, que o neutralizasse ou o refutasse. Para a autora, o discurso de ódio deveria ser controlado apenas quando ele se apresentar como um dano iminente, porque o que se deve proibir são condutas e não expressões.

Eu acredito ser possível dizer que se tende a liberar o discurso de ódio quando se entende que ele é uma expressão (palavra, apenas fala), mas que a tendência é de controle e criminalização quando ele é compreendido como conduta, como atitude, como prática.

Da afirmação de MeyerPlufg (2009), quero destacar dois aspectos. O primeiro é que essa afirmação tem algo a revelar sobre um modo de entender *discurso*, como algo que não é material – uma visada materialista está longe –, que não produz perigo (Foucault³ teria algo a lhe dizer). O discurso não passaria de uma expressão. Acredito que, muitas vezes, é para onde apontam diferentes enunciados que

² Entre o universal – a língua – e o extraindividual – a fala –, que, como uso da língua, “aparece como um *caminhoda liberdade humana*” (PÊCHEUX, [1969] 2010, p. 70), estaria o discurso, “um nível intermediário entre a singularidade individual e a universalidade” (PÊCHEUX, [1969] 2010, p. 72).

³ Refiro-me sobretudo à passagem em que Foucault ([1971] 2009) suspeita que a logofilia dissimula uma lofobia, e de uma outra, quando ele formula as seguintes perguntas: “Mas o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (FOUCAULT, [1971] 2009, p. 08).

afirmam que determinada postura não merece atenção, porque *não passa de discurso*, ou que fulano não tem atitude, *tem apenas discurso*, ou que aquilo não é verdade, *é só discurso*. Discurso como coisinha à toa, como inércia e como falácia. Não se trata disso quando se pensa a partir da AD.

Outro aspecto ocorre-me a partir da ideia de que um discurso de ódio pode ser neutralizado por um outro discurso. Além de se apresentar uma correspondência entre *discurso* e fala, fala pública, uma disputa retórica, se pressupõe que há a possibilidade de *réplica*. O que não ocorreria no caso de discurso de ódio segundo uma característica apresentada por Fiss (2005, apud FREITAS; BORDIGNON, 2012), para quem o discurso de ódio funcionaria desautorizando o agredido, ainda que este tome a palavra, o que aponta para desigualdade de condição; ocorre, portanto, uma exclusão quando, de alguma forma, se nega o direito de dizer, ou quando se valoriza diferentemente o que se diz.

Uma outra dificuldade advinda do deslocamento teórico surge em relação à equivalência assumida por Silva et al (2011, p. 448) entre *mensagem* e *discurso*. Para a AD, a diferença é fundamental para a própria construção do discurso como objeto teórico. Como se pode ler em Pêcheux ([1969] 2010), a noção de discurso, definido como “efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” (PÊCHEUX, [1969] 2010, p. 81), se realiza por um gesto de ruptura com o esquema informacional popularizado por Jakobson. Mensagem, naquele modelo, é insuficiente para se referir ao objeto que Pêcheux está formulando. Sendo assim, tomar mensagem e discurso como equivalentes, mesmo não tendo, imagino, nenhum impacto no texto de Silva et al (2011), produz incompatibilidade para uma reflexão discursiva do discurso de ódio.

Na definição a que chegam Schäfer, Leivas e Santos (2015), o discurso de ódio deve ser pensado como manifestação produzida com *intenção* de ofender a dignidade e incitar o ódio. *Intenção* é outra *pedra* produzida com o deslocamento. Pressupor a *intenção* de ofender e de incitar o ódio na definição de discurso de ódio tem consequências para uma definição discursiva, a partir de uma linha que tem como pressuposto um desconhecimento de natureza ideológica e psíquica. Parece-me que a intenção funciona na definição dos autores, já que é jurídica e que põe em jogo a ideia de culpa e dolo, que valoriza,

eu penso, a consciência do indivíduo, mas é uma aporia para a AD pecheuxtiana, uma vez que pensamos o sujeito duplamente afetado, pela ideologia e pelo inconsciente (INDURSKY, 2008).

Como nos disse Pêcheux ([1975] 2009), essas duas estruturas-funcionamento, a ideologia e o inconsciente, têm em comum o fato de dissimularem suas atividades, o que quer dizer que embora o sujeito seja efeito da ideologia e afetado pelo inconsciente, no cotidiano do indivíduo interpelado em sujeito, esses funcionamentos são *esquecidos*. O esquecimento ou desconhecimento daquilo que constitui o sujeito põe em xeque a centralidade da *intenção* do sujeito, de modo que o analista do discurso, eu penso, não deveria ficar confortável com uma noção de discurso de ódio que se baseie na intenção do indivíduo que produz o discurso de ódio, já que assumimos, os analistas pecheuxtianos, que aquele que diz não é senhor do seu dizer, isto é, não tem controle sobre os efeitos que (re)produz.

No tópico anterior, também apresentei noções de discurso de ódio que faziam menção à necessária exteriorização. Silva et al (2011), retomando Waldron, entendem que o discurso *passa a existir* no momento em que ele deixa o plano mental e se realiza concretamente. Esse entendimento, embora me pareça aproximável da noção de que os discursos são pensados em relação às práticas discursivas, na esteira de Althusser ([1969] 2008) sobre as ideologias existirem nas práticas dos sujeitos, implica a estranheza e ou impossibilidade, para a AD, de demarcar quando um discurso passa a existir.

Mesmo que os autores que discutem a externalidade como princípio do discurso de ódio tenham a seu favor a defesa de que não se criminaliza o que não se manifesta, a ideia de que o discurso de ódio passa a existir quando enunciado, e a própria crença de que se pode precisar quando um discurso passa a existir não parece bem formulada quando se olha de uma perspectiva discursiva. Para a AD, o discurso está sempre em processo, sendo impossível determinar seu início e seu fim. Há algo, sobre o discurso de ódio, então, que não está formulado, parece-me, e que dialoga com a ideia de que um discurso é sempre em relação a uma exterioridade que lhe antecede e condiciona. Essa anterioridade parece ser levada em consideração a cada vez que, por exemplo, afirma-se que o discurso de ódio, necessariamente, é praticado contra uma minoria, mas se esvanece quando se entende

que o discurso de ódio passa a existir no instante em que foi verbalizado.

Vinculada a essa noção de discurso de ódio associado a gestos de externalidade, está a discussão de Rosenfeld, citada por Schäfer, Leivas e Santos (2015), sobre discurso de ódio em forma e em substância. Pergunto-me: os discursos de ódio em forma seriam aqueles sobre os quais seria impossível negar que se tratava de discurso de ódio? Em oposição ao *ódio em substância*, algum discurso de ódio chega a ser produzido sem que se dissimule o seu motivo de alguma forma? Mesmo, hipoteticamente, se se admite odiar e desejar o extermínio de determinado grupo, ainda assim, não seria possível apresentar uma justificativa não odiosa?

Como discute Foucault ([1976] 2000), o holocausto judeu, apesar de todo horror e violência, ocorreu apoiando-se numa massificada justificativa *nobre*: houve, porque se pretendia defender um povo, o povo alemão; foi sob a narrativa de defesa da população que o genocídio contra os judeus foi realizado. Acredito que apenas os mentores do holocausto tinham um profundo conhecimento das engrenagens que rodavam o processo genocida, ainda que muitos fossem dentes daquela engrenagem, o que diz sobre a banalidade do mal (ARENDE, [1963] 1999). Os cidadãos comuns que, em grande medida, denunciaram a existência de judeus ao regime nazista, estavam – eu imagino – convictos de que faziam aquilo pela salvação dos alemães, ou para a salvação da própria pele, já que seriam punidos caso não denunciassem. Não era *ódio em forma*, é o que quero destacar; era um ódio dissimulado (sem que isso signifique necessariamente uma decisão generalizada pela dissimulação, o que seria *cinismo*) de defesa da população.

Estou problematizando a produtividade das noções de discurso de ódio divididos em forma e em substância, porque não acredito na inequivocidade da interpretação que diz *vejam, este é um legítimo discurso de ódio*, mas talvez também por uma recusa ao significante *substância*, e para o que ele aponta quando o leio, tanto para a ideia de uma essencialidade quanto para a aproximação com a ideia de que há um *conteúdo*; as duas, em um amálgama, têm implicações para a AD.

Quando da fundação da AD, o método que predominava para a análise de textos era a análise de conteúdo, caracterizada, segundo Pêcheux ([1969], 2010) por perguntas como *O que quer dizer e/ou Que*

significação contém este texto?. Essa forma de tratar o material textual pressupõe a existência de uma substância, de uma verdade essencial que aguardava para ser revelada por olhos hábeis de hermenêutas. Onde estaria a interpretação? A perspectiva discursiva pecheuxiana surge como alternativa a essas próteses de leitura, problematizando a perspectiva conteudista, que objetivava encontrar o conteúdo oculto (a essência ou substância) do texto, o que é uma forma de negar a interpretação. Por isso o meu desconforto com o discurso de ódio em substância.

Silva et al (2011) entendem que o insulto – o primeiro traço descrito a partir da definição de Brugger (2007) – é a agressão à dignidade de determinado grupo, que é agredido por conta da presença de determinado traço, que é partilhado por entre os membros. Eu quero dizer, lendo a discussão desses autores a partir da AD, isto é, deslocando suas discussões para fazê-las funcionar em minha reflexão, que esse determinado traço pode ser construído e que, mais que isso, de certo modo, não pode prescindir de uma construção, porque sob efeito da ideologia, do imaginário; necessariamente, não se trata de uma identificação de uma característica, de um encontro com o *real*. Aliás, de uma visada discursiva, não há uma pura identificação de um *objeto* ou do que quer que seja; toda leitura é interpretação, e isso implica uma certa distorção resultando do distanciamento (da defasagem) incontornável do real, que cria o que chamamos de realidade, no sentido da discussão de Žižek (1996), em *Como Marx inventou o sintoma*, quando afirma que “o nível fundamental da ideologia [...] não é de uma ilusão que mascare o verdadeiro estado de coisas, mas de uma fantasia (inconsciente) que estruture nossa própria realidade” (ŽIŽEK, 1996, p. 316).

Uma noção discursiva

Apresentei, no tópico acima, o que são, para mim, algumas exigências ou dificuldades que surgem quando um analista de discurso se ocupa do discurso de ódio e tenta deslocar as discussões feitas por outros autores para as que ele pretende fazer, com os pressupostos da AD. Nesse exercício de pensar o discurso de ódio a partir das lentes disponibilizadas pela AD, nas condições definidas da escrita de minha

tese, pude formular uma noção discursiva de discurso de ódio. Na noção que formulei, dei destaque ao imaginário como CP, e pensei em como o jogo imaginário autoriza determinados gestos contra o outro, gestos que seriam menos prováveis não houvesse uma preparação, via imaginário, que tanto, em certo sentido, constrói o outro quanto legitima a agressão contra ele.

As SD que apresento a seguir correspondem a uma amostra do que analisei na tese. Embora em número reduzido, entendo que sejam suficientes para ilustrar como o material que eu analisava me conduziu à noção de discurso de ódio que formulei. É importante destacar, então, que as SD não foram deslocadas da minha tese para cá como motivo de análise; elas estão neste texto com um objetivo apenas: indicar ao leitor o material de que eu dispunha quando apresentei o que eu entendo que é uma noção discursiva possível para discurso de ódio. Todas as SD foram encontradas, como comentários, no Facebook. Vejamos as três primeiras:

(SD1) [...] ex BBB sem caráter [...] tenho amigos gays que têm ódio desse verme.

(SD2) [...] Jean é um *filho do satanás*.

(SD3) Nem os próprios homossexuais apoiam esse *lixo* humano.

O discurso, desde o texto fundador do final da década de 60, é entendido como efeito de sentidos entre sujeitos; nesse mesmo texto, Pêcheux ([1969] 2010) afirma que as formações imaginárias funcionam como CP do discurso, o que quer dizer que não há discurso que se produza sem que um determinado jogo imaginário aponte as direções dos sentidos. Do imaginário, quero destacar o modo como o outro está sendo interpretado pelos usuários-sujeitos, isto é, destaque, aqui, a imagem do outro.

Nas três SD acima, os usuários-sujeitos que as postaram no Facebook utilizaram algumas palavras e expressões que estou considerando como imagens por meio das quais o outro, no caso, o então deputado federal Jean Wyllys, é interpretado. Referem-se a ele por meio das seguintes imagens: *verme*, *filho de satanás* e *lixo*. Embora distintas, essas imagens produzem o mesmo efeito de sentido, que é o que eu tenho chamado de efeito de desumanização do outro (FRANCA, 2019).

Rego (2014), em sua dissertação, *Caminhos da Desumanização: análises e imbricamentos conceituais na tradição e na história ocidental*, entende, por desumanização, um

[...] conjunto de discursos e práticas violentas que tentam, dentro das relações de opressão, apresentar determinados seres como não-participantes da “mesma humanidade” dos outros. Essa distinção, em princípio, serviria para justificar a violência contra aqueles que não fazem parte do modelo de humanidade adotado (REGO, 2014, p. 7).

A partir dessa definição, e sempre tomando a AD como terreno teórico de base, neste texto, desumanização refere-se a um efeito de sentido (re)produzido vinculando-se a um processo discursivo, por isso ideológico-imaginário, que tem como um dos movimentos a recorrência a algumas imagens do outro pelas quais são negados traços da humanidade a indivíduos ou grupos humanos, ou adicionadas características que deslegitimariam a humanidade, produzindo a *evidência* do rebaixamento do outro, o que pode autorizar tratamentos desumanos – como seria coerente – contra esse outro.

Nas SD acima, as imagens pelas quais Jean Wyllys é interpretado produzem, seja pela animalização, anatematização ou coisificação, a sua desumanização e, uma vez produzido esse efeito, a *piedade animal* (ARENDDT ([1963] 1999) que teríamos em relação à dor física de nossos semelhantes se perde. Ler o outro como desumano é afastá-lo; é torná-lo dessemelhante; é fazer dele alguém distinto do *próximo* pelo qual deveríamos ter respeito e compaixão.

O jogo imaginário, na reflexão que desenvolvi na tese e no recorte que realizo para produzir este texto, é pensado em relação a práticas autorizadas justamente pela desumanização. As próximas SD ilustram esse segundo movimento, autorizado pelo anterior, que é imaginário e que prepara o terreno para o tratamento *adequado* ao/contrário do outro. Vejamos as próximas e últimas três SD:

(SD4) (p1.03) [...] esse Jean [...] é um lixo. E [com] lixo não se discute; se joga fora.

(SD5) Tem que "caçar" mesmo, esse viado! De preferência, com uma pistola. Ops, caçar o mandato.

(SD6) E ele [Jean Wyllys] merecia ser torturado e fuzilado no paredão, assim como faziam em Cuba.

Nas SD acima, os usuários-sujeitos verbalizam o desejo sobre o tratamento a ser dado ao outro. Quero reiterar que esse sujeito que é alvo dos ataques simbólicos, embora seja Jean Wyllys tão humano quanto qualquer um de sua espécie, foi amplamente interpretado como algo distinto de humano, tendo sua dignidade pilhada. Em relação a esse outro, desumanizado, o jogo imaginário dominante autoriza que se verbalize que seja *descartado*, que seja *caçado*, que seja *torturado* e *fuzilado*.

Há que se pensar duas vezes antes de, por exemplo, verbalizar o desejo violento contra um outro quando esse outro é próximo. No entanto, quando este outro já não é da mesma espécie, quando o outro é animalizado, demonizado e coisificado, isto é, quando ele é, de variadas formas, afastado do *universo de obrigação* – conceito de Fein discutido por Bauman ([1989] 1998, p. 32) e que se refere ao “círculo de pessoas com a obrigação recíproca de se protegerem” –, aí já não é necessário um grande esforço que autorize a verbalização do desejo contra ele, porque ele é a imagem *incontestada* da alteridade, e o sujeito que o agride já não pode sentir a dor produzida contra o outro, já que, em relação a esse outro, foi corroída qualquer identificação. O tratamento dado ao outro desumanizado já não parece, ele mesmo, um gesto desumano, mas o gesto adequado contra o *verme*, o *satanás* e o *lixo*.

Em contato com um vasto material que apontava tanto o jogo imaginário produzindo efeito de desumanização, quanto a verbalização do desejo contra esse outro, previamente indigno e desumano, fui levado a formular uma noção de discurso de ódio que se relacionasse a esses dois movimentos. A noção que formulei, a partir da AD e na especificidade dos recortes e limites de minha tese, é de discurso de ódio como um efeito de sentido (re)produzido na relação entre as posições de sujeito da FD do discurso de ódio. O discurso de ódio é, então, caracterizado por dois movimentos: a desumanização do outro e a verbalização do desejo *adequado* ao outro desumanizado. Então, quando, numa análise, um determinado enunciado que discursiviza sobre um tratamento violento contra o outro puder ser associado a um jogo imaginário por meio do qual a dignidade desse outro vai sendo subtraída até fazer dele algo distinto, indesejado, desumano, aí é possível falar, segundo minha reflexão, em discurso de ódio.

Nesse sentido, o sujeito que produz o discurso de ódio não precisa ter a intenção de produzi-lo; ele não precisa ser consultado para afirmar se queria mesmo produzir o que produziu ou não. A AD

não fica refém dessa confirmação de *autoria*; analisamos as marcas deixadas pelos sujeitos, no caso, nas suas práticas de postagem no Facebook. Em minha reflexão, no caso de haver o jogo imaginário produzindo o efeito de desumanização, vinculado ao tratamento violento contra o outro, mesmo que o usuário-sujeito não se reconheça, ele se subjetiva como sujeito da FD do discurso de ódio, o que faz dele sujeito do discurso de ódio.

Para encerrar...

Considerando o lugar teórico onde foram produzidas, não existe, para mim, nenhum motivo para negar a pertinência das definições de discurso de ódio formuladas do Direito. A noção de discurso de ódio que formulei não poderia substituir definições jurídicas, e não tem nenhuma pretensão de servir a esse fim. É, todavia, uma noção que atende a pressupostos da AD, e que resulta de um esforço que tem sido um dos esforços da AD desde o início, que é se aproximar de teorias anteriores, mas para repensá-las no quadro próprio da teoria do discurso. Talvez, mais que apresentar uma noção discursiva de discurso de ódio – que não pode ser definitiva nem universal, uma vez que cheguei a ela considerando a especificidade do *corpus* de minha tese –, o ponto alto deste trabalho seja justamente lembrar que os objetos nunca são não importa o quê, e que tomar determinados objetos num empreendimento discursivo implica o compromisso de problematizar a evidência do objeto – mesmo que seja uma designação bastante popularizada neste momento em que escrevo este texto, o que dá a impressão de que todos sabemos exatamente o que ela significa. A AD tem um compromisso com a desautomatização das leituras, e isso, parece-me, é o que devemos seguir fazendo.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Vozes, 2008. Edição original: 1969.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Edição original: 1963.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. Edição original: 1989.

BRUGGER, Winfried. Proibição ou proteção do discurso do ódio? Algumas observações sobre o direito alemão e o americano. **Direito Público**, Brasília, v. 15, n. 117, jan.-mar. 2007. p.117-136.

FOUCAULT, M. Aula de 17 de março de 1976. In: Foucault, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Edição original: 1976.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2009. Edição original: 1971.

FRANÇA, Thiago Alves. **Sentidos e funcionamentos do discurso de ódio em espaços do Facebook: uma leitura discursiva** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2019

FREITAS, Riva Sobrado de; BORDIGNON, Micheli. Discurso do ódio e Liberdade de expressão: uma abordagem com base na dignidade humana. **Anaisdo III Simpósio Internacional de Direito: dimensões materiais e eficazes dos Direitos Fundamentais**. Joaçaba: Editora UNOESC, 2012. v. 1. p. 1-25.

FREITAS, Riva Sobrado de; CASTRO, Matheus Felipe de. Liberdade de expressão e Discurso do ódio: um exame sobre as possíveis limitações à liberdade de expressão. **Sequência**. Florianópolis, n. 66, p. 327-355, jul. 2013

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (Orgs.) **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 09-46.

LUNA, Nevita Maria Pessoa de Aquino Franca; SANTOS, Gustavo Ferreira. Liberdade de expressão e discurso de ódio no Brasil. **Revista Direito e Liberdade**. v. 16, n. 3, set-dez. 2014. p. 227-255.

MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro. **Liberdade de expressão e discurso do ódio**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

ORLANDI, EniPuccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. **Gestos de leitura**. Campinas: Editora Unicamp, 2010. p. 49-59. Edição original: 1982.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2009. Edição original: 1975.

_____. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora Unicamp, 2010. p. 59-158. Edição original: 1969.

REGO, PatriqueLamounier. **Caminhos da Desumanização**: análises e imbricamentos conceituais na tradição e na história ocidental. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília. Brasília. 2014.

SCHÄFER, Gilberto; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo; SANTOS, Rodrigo Hamilton dos. Discurso de ódio: da abordagem conceitual ao discurso parlamentar. **RIL**, Brasília a.52, n. 207, jul-set. 2015. p. 143-158.

SILVA, R. L. (et al). Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira. **Revista Direito GV**. São Paulo, 7 (2), p. 445-468. Jul-dez, 2011.

SOTO, José Manuel Díaz. Una aproximación al concepto de discurso del odio. **Revista Derecho de Estado**, n. 34, enero-junio, 2015. p. 77-101.

WALDRON, Jeremy. **The harm in hate speech**. London: Harvard University Press, 2012.

ZIZEK, Slavoj. Como Marx inventou o sintoma? In _____. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 297-330.

A TATUAGEM NA (DES)ORDEM DO DISCURSO RELIGIOSO

Edileide Godoi*

O presente é marcado pela repetição de um acontecimento anterior e atualidade, nossa atualidade é marcada pela recorrência desse acontecimento que ao mesmo tempo já tenha passado e que – embora passado, continua presente – em todo caso nos guia sempre.
(François Edwald)

Introdução

Edwald (2004) nos convida a compreender o presente em uma relação com o passado. No discurso da tatuagem, fazer uma leitura que retome um acontecimento anterior é não vê-lo reduzido apenas a frases e a imagens que podem ser decodificadas, mas observar o funcionamento discursivo que pode gerar uma trama de sentidos.

É com essa visão que pretendemos olhar para a tatuagem inserida no discurso religioso em sua imersão histórica, na perspectiva de tomá-la, não como um conjunto de textos produzidos por um sujeito empírico, mas como enunciado que se oferece a múltiplas leituras por estar inserido na prática discursiva de sujeitos sócio historicamente determinados.

Entendendo que os sujeitos se constituem na inter-relação com práticas externas a ele e na relação consigo mesmo (FOUCAULT, 2012), esse artigo propõe discutirmos como a tatuagem entra na (des)ordem do discurso religioso e discursiviza modos de objetivação/subjetivação para os sujeitos. Para tanto, inserimos esse trabalho no campo da Análise do Discurso, em especial numa perspectiva foucaultiana, pois nele reconhecemos que os sujeitos e a produção da subjetividade, como componentes inacabados, sempre em processo de construção, são produzidos na exterioridade pelas práticas discursivas que determinam modos de funcionamento dos sujeitos. Posições sociais

* EAD-Letras Virtual- UFPB - João pessoa. E-mail: edileidegodoi17@gmail.com

que se inscrevem e se modificam na história por meio dos discursos. (FERNANDES, 2012).

Procederemos, então, nossa análise, a partir de trechos bíblicos e imagens midiáticas singulares que retomam espaços de memórias e lugares “pré-definidos” para os sujeitos tatuados, ora inserindo-os ora excluindo-os na (des)ordem religiosa. As imagens fazem parte de uma série enunciativa que propõe a tatuagem como símbolo de candura a partir da arte cristã, logo, emergindo e ressignificando um conjunto de dizeres canonizados. Essas figuras estão disponíveis no site: www.Facebook.com/MãesTatuadas e no site www.tatuagem.com/ fotos

Em busca do sujeito tatuado na (des)ordem do discurso religioso

Portanto, pensar os sujeitos por um viés foucaultiano, inseridos em práticas discursivas singulares, é trazer a tona questionamentos e proposições que estão além da pergunta de “quem somos nós enquanto sujeitos universais”, mas refletir enquanto sujeitos ou singularidades *históricas*. Qual é esta historicidade que nos atravessa e nos constitui? Podemos problematizar que, se somos constituídos historicamente pelos saberes; a historicidade é ao mesmo tempo, a determinação daquilo que somos e uma provocação a “ser o que queremos ser”, nessa retomada apaziguada, projetada num naturalismo neutro da questão “quem somos nós” há um desejo de liberdade de constituição de si. Enfrentar essa questão na atualidade é buscar uma identidade em meio a tantas constituídas socialmente.

Considerando essas tessituras iniciais e parafraseando a questão de Foucault para “*quem é o sujeito tatuado que se discursiviza no discurso religioso?*”, arriscamo-nos a adentrar nesse terreno movediço e escorregadio da constituição dos sujeitos tatuados na contemporaneidade, mediante condições estritas que ele aparece, sob determinações históricas de uma época. Isso porque, segundo Foucault (2003, p.256), “somos inextricavelmente ligados aos acontecimentos discursivos”. Por isso, é preciso analisar os enunciados em sua irrupção do acontecimento, não se tratando da continuidade enunciativa, mas dos acontecimentos em série, com o jogo de noções que lhes estão ligados: “casualidade, descontinuidade, dependência, transformação”, pois, uma vez inscritos nessas relações e discursividades sinalizam para posições-sujeitos.

Tomando essa direção, tampouco seria possível, nesse trabalho, contar a história da tatuagem na (des)ordem do discurso religioso em sua linearidade – esse também não é nosso objetivo -, mas fazer um recorte de acontecimentos discursivizados que deixaram um espaço de memória, permitindo sua (des)continuidade e singularidade em diferentes épocas e gerações. Mesmo porque a teoria da qual nos apossamos não trabalha os sentidos em sua linearidade histórica, mas o acolhe na irrupção do acontecimento (PÊCHEUX 2007)

Tattoo /"nos caminhos da fé"

O hábito de tatuar o corpo – uma prática milenar – sofreu muitas e distintas significações em espaços e épocas diferentes ao longo do tempo. Cabe destacar que já foi marca de castigo, crime, posse, punição, tortura. Um ato de exclusão/inclusão identitária. Dentro dessa dicotomia fronteira das modificações da pele, a Bíblia sai na frente, separando pecadores e tementes a Deus. Anunciam-se na pele, marcas do bem e do mal, da vida e da morte - incisão funerária, cicatrizes feitas a ferro, número de besta¹, marca dos danados e eleitos.

A exemplo de punição ao primeiro pecador, o velho testamento imprime na pele de Caim a eterna culpabilidade por matar seu irmão Abel. Isso é registrado no livro de Gênesis (4: 14). Registra o versículo 14: “e pôs o senhor um sinal em Caim, para ninguém que o encontrasse, o matar”. Ele levará na pele o sinal do pecado e por esse sinal será castigado, vagando pela terra sem perdão ou piedade.

O livro sagrado, condenando a tatuagem em rituais fúnebres, registra ainda que: “pelos mortos não dareis golpes na vossa carne, nem fareis marca alguma sobre vós”. “Não farão tonsura na cabeça, não cortarão a extremidade da barba nem farão incisões no corpo” (LEVÍTICO, 19 - 28).²Esses versículos citados tratam das leis de Deus proferidas por Moisés (por volta de 1.400 a.C.) durante a peregrinação

¹ Referência a besta de número 666, citado no livro de apocalipse.

² O livro de Levítico é um livro da Lei, mas não é um livro de lei simplesmente. Ele é um grande manual de liturgia para o povo Hebreu. Faz parte do chamado Pentateuco - os cinco primeiros livros da Bíblia. Formam o Pentateuco os livros de Genesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio. São conhecidos também como os livros da Lei, ou a Torah Hebraica. O Pentateuco compreende o período histórico da criação do mundo por Deus até a morte de Moisés no Monte Nebo, nas campinas de Moabe.

no deserto para o povo escolhido –povo de Israel. (tribo de Levi). Isso porque Moisés, “porta-voz de Deus”, condenava as marcas ou incisões no corpo, feitas pelos pagãos. Essa mesma proibição do ritual pagão está também no livro de Jeremias (nascido por volta de 600 a.C.) “Tu que restas de seu vale, até quando farás incisões em ti?”

Ainda na ordem bíblica, os profetas condenavam a marca corporal, imprimindo-as na pele como castigo para as mulheres impuras. Isaías, que nascera por volta de 765 a.C., lança sua ira de Deus sobre as impurezas femininas. [...] “queimadura em lugar de formosura” (ISAÍAS, 3.24). Em lugar de beleza, ficará a marca do ferro em brasa.

O livro de Ezequiel³ (9, 4) anuncia sua visão: Jerusalém seria castigada pelas abominações cometidas, mas serão marcados com sinal na testa todos aqueles que abominaram e sofreram com ações malignas. “Disse-lhe o Senhor: passa pelo meio da cidade de Jerusalém e marca com um sinal as testas dos homens que suspiram e que gemem por causa de todas as abominações que se cometem no meio dela”. Em direção contrária, subvertendo a interdição de alguns livros bíblicos, por outro lado, grava-se na pele a dedicação a Deus. Ainda no livro de Ezequiel (9, 6) “Matai velhos e mancebos, e virgens, e meninos, e mulheres, até exterminá-los; mas a todo o homem que tiver o sinal, não vós chegueis”.

Vê-se nesses versículos que a produção discursiva bíblica é caracterizada por uma moral cristã que simboliza o corpo como lugar de exposição da fé, seja por mantê-lo limpo de modificações ou acrescentá-las. Asseveram-se, portanto, modos de subjetivação para o sujeito produzida pela exterioridade. Segundo Foucault (1995, 231) um dos modos de constituição do sujeito é dado através de práticas divisoras. “O sujeito é dividido no seu interior em relações com os outros [...] os criminosos e os bons meninos”.

Para os fins dos tempos a Bíblia ainda prevê a marca da punição a todo aquele que tiver tatuado o número da besta. Esse é registrado no livro de Apocalipse (13, 16, 17) que prevê o surgimento de um dragão e uma besta que serão adorados e marcados na pele sua adoração. “Faz que a todos, pequenos e grandes, ricos e pobres, livres e servos, lhes seja posto um sinal na sua mão direita ou nas suas testas. Para que

³ Ezequiel esteve cativo na Babilônia, no século VI a.C. (MARQUES, 1997)

ninguém possa comprar ou vender, senão aquele que tiver o sinal, ou nome da besta, ou o número do seu nome.”

Nesse trecho, a Bíblia apresenta a tatuagem com o número da besta (666) como inclusão e exclusão simultaneamente, pois tê-la marcada na pele insere o sujeito aos bens de consumo, mas ao mesmo tempo o exclui da salvação. Por outro lado, o sacrifício de não tê-las, o que significa rejeição as tentações mundanas, salvará o servo de Deus.

Construindo lugares de inclusão ou exclusão a tatuagem entra e sai da ordem religiosa, se rearticulando a partir de práticas específicas, momentos e lugares distintos em que as condutas ao uso de marcas na pele oscilam entre o verdadeiro e o falso. A bíblia cria lugares para os sujeitos, objetivando-os como seres do bem ou do mal.

Esse lugar criado para sujeito não é apenas um relato ou doutrinação é um verdadeiro da época, pois Segundo Certeau (2009) não se poderia superestimar a relação fundamental do Ocidente com aquela que foi durante muitos séculos a escritura por primazia.

Pode-se dizer que e antes do período moderno, portanto até séculos XVI e XVII, essa escritura fala. O texto sagrado é uma voz que ensina (primeiro sentido de *documentum*, é chegada de um *querer dizer*’ do Deus que espera do leitor (de falta, o ouvinte) *‘um querer ouvir*’ do qual depende o acesso a verdade. (CERTEAU, 2009, p. 207) (grifos do autor)

A escritura documenta regras para o corpo, técnicas de objetivação para o sujeito. Para Foucault (1979, p.22), o corpo é “superfície de inscrição” de acontecimentos que “aparece todo impregnado de história” e, simultaneamente, lugar de “contínua desagregação”, “de dissolução do eu”, ou seja, ele apresenta em **Microfísica do poder** (obra publicada em 1977), o corpo como “volume em perpétua pulverização”. Nele convergem todas as forças, lugar ao mesmo tempo de repressão e de desejo:

Inserida nesse contexto religioso, o corpo tatuado[...] sobre o corpo se encontra o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros; nele também eles se atam e de repente se exprimem, mas nele também se desatam e entram em luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuperável conflito (FOUCAULT, 1979, p. 22)

Na Idade Média (400 a 1500) passava pela ordem normalizadora, pois os primeiros cristãos se reconheciam por uma série de sinais tatuados, com destaque para a cruz. Nesses sinais se destacavam “as letras IHS, abreviatura do nome Jesus e o símbolo da igreja.” (MARQUES, 1997, p. 31). Nesse momento, a tatuagem tinha caráter obrigatório na pele do verdadeiro cristão, isso porque eles eram perseguidos e precisavam de um código de segurança que os identificassem. Suas condições de aparição estavam diretamente ligadas a um grupo e aos seus valores religiosos. Essa prática simbolizava e eternizava um momento de aliança e fidelidade a um grupo. Segundo Breton (2004, p.182) marcar o corpo em conjunto, torna “a tatuagem, muitas vezes, de factura simples, a um selo que estabelece a unidade de seus membros numa espécie de refúgio simbólico”.

Entretanto, mais tarde, quando Roma reconhece o Cristianismo a tatuagem é interdita com a justificativa de que homens não podem danificar a criação de Deus. O imperador Constantino I baixou decreto contra a tatuagem que soldados romanos haviam trazido da campanha contra os *pictos* – povo que vivia no norte da Europa, na região da atual Escócia que decorava o corpo todo. Segundo Marques (1997, p. 31), isso ocorria porque diferentemente dos primitivos, os ocidentais, “máquinas de repetir tradição”, sempre foram instáveis diante do corpo. Ele salienta ainda que “o mesmo povo que condenava a marca a ser instrumento de prisão perpétua no rosto indistigível dos escravos, imitava os inimigos celtas, bretões, *pictos* e escoceses.” (MARQUES, 1997, p.32). E a igreja, que ocupava um lugar não apenas de ordem religiosa, mas também de ordem política, passa a proibir a tatuagem muito mais para afastar a identidade inimiga do que manter a ordem cristã.

Ainda na Idade Média a igreja baniu a tatuagem da Europa, e mesmo no Renascimento, ela continuou extinta. O fogo da Inquisição pegava facilmente aqueles que portavam “marca do diabo”, cicatrizes de nascença ou qualquer má formação à flor da pele. “O corpo alterado virava a moradia do Cão” (MARQUES, 1997, p. 34). Essa soberania exercida pela igreja nesse período acontecia devido à igreja ser a grande detentora do direito. Segundo Foucault (1979, p.181) a teoria do direito da idade média em diante, tem essencialmente o papel de fixar a legitimidade do poder; soberania que ele analisa como

“o problema maior em torno do qual se organiza toda a teoria do direito”.

Sobre esse assunto Foucault (1979, p.182) salienta que:

ao questionar não o direito do poder soberano, mas o instrumento dessa dominação - entendendo dominação como múltiplas formas de dominação - vê o sistema do direito, o campo judiciário como canais permanentes de relações de dominação e técnicas de sujeição variadas.

O Cristianismo registrou em diferentes momentos significativas técnicas de sujeição para o sujeito tatuado. (GILLES RABARY, 2001). O primeiro foi o período das vigílias na terra santa contra os ataques dos muçumanos, (século VIII a X). Uma cruz cristã era tatuada aos que partiam nessa missão, para garantir um sepultamento cristão aos que morressem em terras muçumanas.

Segundo momento deve-se as Cruzadas⁴ - rotas cristãs que foram marcadas em forma de tatuagem. Os peregrinos assumiram o hábito de tatuar sua fé através das imagens religiosas. “Cavaleiros cruzados vinham da Terra Santa com crucifixos nos braços ou na testa” (MARQUES, 1997). As tatuagens são verdadeiros *souvenirs* de peregrinação e, ainda hoje, são frequentes em lugares de peregrinação cristã. As imagens da virgem Maria e a cabeça de Cristo são testemunhos da fé inalteráveis marcadas na pele dos peregrinos que visitam Jerusalém e Belém. Técnicas que, embor ressignificadas se mantêm, interdiscursivamente, através de uma memória histórico discursiva da história de fé cristã.

Essa retomada, embora faça parte de um acontecimento histórico da atualidade, reatualiza o passado a partir de um lugar presente ocupado pelo sujeito. Não se trata de qualquer sujeito, mas do peregrino, do sujeito religioso que busca para si ou grupo um lugar de pertença, uma identidade que marca sua inserção a valores religiosos que há muito tempo estão cristalizados na memória social. As imagens tatuadas nos corpos desses peregrinos retomam formas cristalizadas e, simultaneamente, atualizam esses valores em sua historicidade.

⁴ O período compreendido entre os séculos XI e XIII caracterizado por importantes mudanças, fruto da crise do sistema feudal, promovendo um processo de grande marginalização.

De acordo com Gregolin (2011, p.92 -96) uma materialidade discursiva esta sempre a disposição de fatos passados e futuros aparecimentos. “Sempre haverá a possibilidade de que ela seja retomada, transformada, relida.” A autora acrescenta que “há sempre a possibilidade de um acontecimento novo que vem perturbar a memória, e, portanto, ritualizá-la, transformá-la, fazê-la nova, deslocando e desregulando os implícitos associados aos sistemas de regularização anterior”.

A tatuagem continuaria a ser importante para as caminhadas religiosas dentro e fora da Europa e da Ásia, por exemplo, “o costume pegou na peregrinação do caminho de Santiago de Compostela” (Espanha), bem como na pele dos devotos peregrinos a virgem de *Luján*, na Argentina (meados do século XX), estes são marcados por um tatuador idoso que ali montou seu ateliê. (MARQUES, 1997, p.35)

No Brasil, essa marca de fé também é bastante perceptível desde os anos 80 até os dias atuais. “Na década de 80 a religião católica se fez representar pelas imagens de Nossa Senhora da Aparecida, padroeira do Brasil, e São Jorge, santo muito apreciado na tatuagem carcerária”. (MARQUES, 1997). A padroeira marcam o lugar de fé do sujeito e representação de identidade nacional (Padroeira do Brasil), e São Jorge lugar de guerreiro, força e coragem, diante das adversidades.

Já na atualidade, essa representação religiosa é discursivizada incessantemente na internet pelas redes sociais e *blogs*. Basta fazer uma busca rápida que logo surgem milhares de imagens de jovens, adultos e idosos marcando na pele a fé cristã. É uma categoria que envolve um grande número de desenhos, que podem ser imagens de Jesus Cristo, Maria, outros santos, crucifixos, terços e frases com passagens bíblicas.

Gregolin (2011) ao discutir a repetição como elemento fundamental na produção de sentidos acena para o fato de que as culturas cristalizam procedimentos tanto no campo da dizibilidade (certas formas maneiras de dizer) quanto nos das visibilidades.

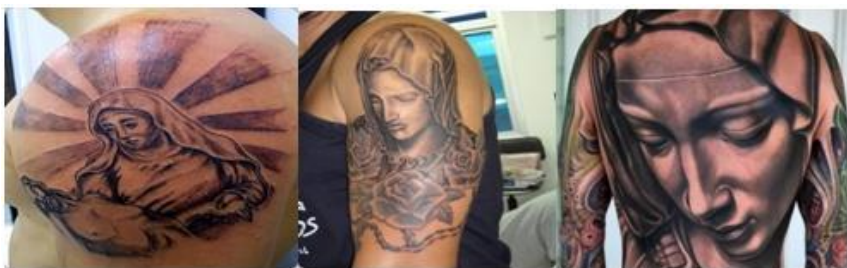
Nesse jogo enunciativo do religioso, constata-se uma maneira canônica de se promover a fé: a imagem clássica do homem religioso é aquela em torno do sacrifício, e que, de alguma maneira, deixa ao olhar do outro uma marca de fé. A composição dessa imagem é constantemente retomada para materializar-se em diferentes lugares textuais e discursivos. Deixar essa marca ao olhar do outro ratifica a

constituição do sujeito na relação com o outro. Para Foucault (2012) os sujeitos se constituem nas suas relações consigo mesmo e com o outro.

O tema de cunho religioso na prática da tatuagem direciona ao olhar do outro uma identidade adoração e fé; um homem de Deus. É relevante frisar que, na atualidade, essas marcas de fé na pele, não significam da mesma forma que outrora, embora sejam reatualizadas através de significações positivas já pré-estabelecidas que há muito são e repetidas no imaginário social.

A ideia das imagens que frequenta o imaginário nos propõem perguntamos: mas como atribuímos sentidos aos ícones de maneira que sejam partilhados por uma memória coletiva? Para Courtine (2011, p.10), esse processo vai se dá “por meio da identificação, pela detecção dos indícios no material significante da imagem, dos traços que foram deixados por outras imagens, e pela reconstrução a partir desses traços da genealogia das imagens de nossa cultura”.

Para pensar sobre isso, tomamos algumas imagens apresentadas no site: www.Facebook.com/MãesTatuadas e no site www.tatuagem.com/fotos em que a imagem canônica da arte cristã da Pietá, (Michelangelo) é trazida para o presente por meios de práticas contemporâneas, estabelecendo relações de vizinhanças e deslocamentos, afetando assim seus sentidos tradicionais, mas por outro lado impondo condições, rituais para seu funcionamento.



<http://tatuagem.com/fotos-tatuagens>

Figura 2 Série enunciativa – Pietá (lugar de filho)



<https://www.facebook.com/MaesTatuadas>

Figura 3 Série enunciativa (lugar de mãe/pai)

Site visitado em 10/02/2016

Para tratarmos essas duas séries enunciativa de imagens, pensamos conforme propõe Courtine (2008), ao tratar das imagens em sua relação de intericonicidade, ou seja, uma imagem é sempre inscrita no jogo de relações com outras imagens já elaboradas, já dadas ou cristalizadas em outros momentos históricos, sendo retomadas para ratificar um dizer dentro de um jogo de novas significações.

Em ambas as séries enunciativas, percebem-se as formulações inscritas em uma cultura visual, pressupondo uma memória cultural compartilhada em torno da Pietá. Escultura de Michelangelo que retrata a dor e o amor de Maria por seu filho morto. Nessa obra o escultor abandona o realismo cruel do gênero em favor de uma imagem idealizada de calma, de pureza, de beleza e jovialidade, exprimindo em forma de traços leves e harmoniosos - o amor maternal. Essa representação é retomada pelas imagens das tatuagens expostas aqui e resignificadas em sua singularidade enunciativa.

Nas três primeiras imagens da figura 12, as tatuagens retomam interdiscursivamente a imagem da Pietá, cada uma em sua singularidade, possibilitando ao leitor no mínimo dois efeitos de sentido: um que gira em torno do amor filial, e outro em torno do lugar do sujeito que se tatua. O segundo é produzido na relação entre uma memória já constituída e um dado novo, operando uma nova reelaboração de sentidos que levam a novas perspectivas a respeito da subjetividade do sujeito que se tatua. Os sentidos canonizados de

amor, sensibilidade, fé que são retomados a partir da imagem da Pietá, criam um novo olhar para a prática da tatuagem, diferentemente daquele que por tanto tempo e lugares distintos foi/é alvo de discriminação devido à reverberação de estereótipos sociais marginalizados.

Já em relação ao amor de filho, os efeitos de sentidos são construídos no próprio ato de marcar a pele com a figura Sacra, relembrando amor de mãe pré-estabelecidas pela sociedade, em especial pela igreja (dedicação, e amor incondicional). As tatuagens em homenagem às mães mostram na perspectiva do filho o amor existente que extrapola a ideia de amor incondicional apenas de mãe pelo filho, mas, nesse “caso de amor”, há uma via de mão dupla. Numa tensão dialética entre o dado e o sentido novo há uma harmonia da imagem clássica da Pietá, isto é, todo um conjunto de dizeres em torno do amor e da fé que estão relacionados à escultura e são retomados nas imagens para legitimar novos sentidos na relação mãe filho ou vice versa.

Entretanto, esses efeitos só são possíveis porque há um conjunto de valores semânticos construídos em torno da Pietá que promovem um retorno a uma memória enraizada em nossa cultura, e ao mesmo tempo, fazendo aparecer um novo sentido em suas condições de funcionamento do discurso em sua atualidade. Para Courtine (2011, p. 161) nas análises discursivas das imagens, há necessariamente que buscarmos traços, as representações que as constituem, porque fora desses indícios elas perdem seu sentido. O autor vê na intericonicidade a possibilidade desse tipo de análise na medida em que supõe que “não há imagem que não faça ressurgir em nós outras imagens”.

A segunda série de imagens, figura 13, e seus significados também são atualizados por uma memória visual externa e profundamente consolidada pela história da arte cristã. A primeira imagem conserva determinados traços significativos de amor materno através do posicionamento do corpo e do olhar que nos direciona para a imagem da Pietá, porém reatualiza a partir da emergência das tecnologias para o corpo na contemporaneidade, na medida em que quase se apropria do corpo e faz dele um lugar de exposição de amor ao tatuar o nome da filha na barriga.

Na segunda imagem da figura 13 os efeitos de sentidos são reconstruídos pela cristalização dos sentimentos de mãe consolidada socialmente, e retomados pela figura masculina, ao passo, que as práticas

em torno da criação dos filhos na modernidade deixaram de ser obrigação apenas das mulheres. Inseridas em um contexto de atualidade essas imagens retomam os valores semânticos cristalizados, mas os ressignificam em suas condições de emergência da modernidade, tempo em que o amor pelo filho é igual independente do sexo e do corpo que se “constrói”, desenha ou deseja.

De acordo com Gregolin (2008, p.33), os sentidos cristalizados que retornam ora para ratificar, ora para neutralizar determinados dizeres “se digladiam no interior dos discursos, produzindo representações sociais e efeitos de identidades”. Conforme Foucault (1979) Há uma *microfísica do poder* que se desenvolve nas práticas sociais e toma corpo nos gestos, na postura, no olhar nos discursos, criando normalização e individuação no meio das lutas por imposição de sentidos.

Nessa serie de imagens a tatuagem como subversão é suavizada pelo discurso religioso de amor de Maria a seu filho Jesus, cria-se para o sujeito tatuado um lugar de fé, de inclusão, a partir do momento em que se insere em práticas do bem, da fé, da ordem religiosa.

Para tanto, é importante salientar que dentro do campo religioso, a arte na pele ainda é vista, por muitas entidades religiosas, como marca de subversão e desrespeito ao templo de Deus, com o argumento de que a tatuagem é “coisa do mundo” – mundo aqui denota modo de viver das pessoas ímpias, pecadoras -,ou seja, a tatuagem é própria dos que vivem em pecado. Outro argumento da igreja é que o corpo é o templo de Deus e não pode ser danificado ou marcado. A igreja fundamenta essa tese baseada na primeira carta São Paulo aos Coríntios: "Não sabeis que o vosso corpo é templo do Espírito Santo, que habita em vós, proveniente de Deus, e que não sois de vós mesmos? Porque fostes comprados por bom preço; glorificai, pois, a Deus no vosso corpo e no vosso espírito, os quais pertencem a Deus." (1Cor 6,19,20) , em outras palavras, o corpo não lhe pertence você não tem liberdade para fazer dele o que quiser e quando quiser. Por conseguinte, o corpo, nessa perspectiva, deve passar por uma ordem centrada na verdade e na moral religiosa e o que estiver fora disso não é produzido como efeito de verdade.

Esse lugar de interdição da tatuagem pela igreja é muito comum ser testemunhado por algumas igrejas evangélicas atuais. Temos diferentes sites, blogs e comunidades na net que mostram a tatuagem

como uma prática não aceita pelos costumes religiosos, por exemplo, o *blog* religioso (<http://pastorciroresponde.blogspot.com.br/2009/01/pecado-fazer-tatuagem.html>) em um diálogo de um jovem com um pastor em que o jovem pergunta ao pastor: “quem segue a Cristo deve ou não abandonar efemeridades como tatuagem, piercing, etc.? O pastor, *Ciro*⁵, responde com um sermão em que usa passagens bíblicas para ratificar e justificar sua resposta. Ele diz “não há dúvida, à luz dos princípios da Palavra de Deus, que o Senhor não se agrada de pecados como fazer tatuagem[...], ser cristão implica renúncia ao “eu”, à própria vontade. Você pode ver isso em diferentes passagens bíblicas, veja 1 Cor. 6, 19, 20. A vida cristã implica não amar o mundo nem o que nele há, tampouco conformar-se com a sua filosofia. E “mundo” aqui denota “o modo de viver das pessoas ímpias” ou “o sistema dominado por Satanás”. A tatuagem é própria desse mundo que tem o Diabo como príncipe.

Esse jogo, essa luta discursiva no interior do discurso religioso em relação à tatuagem prova o caráter heterogêneo dos discursos no interior das formações discursivas, pois “um mesmo tema, ao ser colocado em evidência é objeto de conflitos, de tensão, em face de diferentes posições sujeitos que se opõem, se contestam” (FERNANDES, 2008, p.69), construindo efeitos de sentidos diversos a partir do lugar de quem enuncia.

Para efeito de conclusão

Para efeito de fim, diante do exposto, percebemos que os sujeitos tatuados entram e saem da (des)ordem do discurso religioso, interdiscursivamente, a partir de singularidades discursivas que emergem o discurso do bem e o mal, do homem de Deus/religioso/de fé e do homem do “mundo”. Nesse jogo enunciativo reconhecemos que essas práticas de si não são invenções do indivíduo, mas esquemas

⁵Pastor da Assembleia de Deus (Niterói-RJ). Membro da Academia Evangélica de Letras do Brasil e da Casa de Letras Emílio Conde. Colunista do CPAD News e do Christian Post desde 2010. Articulista do Mensageiro da Paz (CPAD) desde 1993. Autor dos livros "Erros que os Pregadores Devem Evitar", "Erros Escatológicos que os Pregadores Devem Evitar", "Evangelhos que Paulo Jamais Pregaria", "Erros que os Adoradores Devem Evitar", "Mais Erros que os Pregadores Devem Evitar", "Perguntas Intrigantes que os Jovens Costumam Fazer", "Adolescentes S/A", além de coautor de "Teologia Sistemática Pentecostal"

que lhe são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social. Na prática da tatuagem, os esquemas sugeridos socialmente e pelos meios midiáticos estão ancorados na positividade de outros discursos como, por exemplo, no discurso religioso, no discurso da saúde, do jurídico, da arte.

À vista disso, assumimos a produção da *subjetividade* no que diz respeito às práticas pelas quais o sujeito faz experiência de si mesmo em “jogos de verdade”, isto é, o sujeito adere às práticas, sejam coercitivas ou de *autoformação*, construídas no corpo social, constituindo um modo de ser.

Referências

COURTINE, J-J. Discurso e imagens: para uma arqueologia do imaginário. In: SARGENTINI, V.; CURCINO, L.; PIOVEZANI, C. (Org.). **Discurso, Semiologia e História**. São Carlos, Editora Claraluz, 2011, p.145-162

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos, volume V**. Ética. Sexualidade. Política; Organização, seleção de textos e revisão técnica Manoel Barros da Motta; tradução Elisa, Inês Autran dourado Barbosa. 3. Ed. - Rio de Janeiro – Forense, universitária, 2012.

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P, & DREYFUS, H. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003

_____. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 14. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

FERNANDES, C. Alves. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo. Intermeios, 2012.

_____. C. Alves. De sujeito a subjetividade na Análise do discurso. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M. R. (Org.). **Análise do Discurso; heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Claraluz, 2008, p.69-82

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do Discurso e Semiologia: enfrentando discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI, V.; CURCINO, L.; PIOVEZANI, C. (orgs.). **Discurso, Semiologia e História**. São Carlos: Claraluz, 2011, p.83-105.

_____ No diagrama da AD brasileira: Heterotopias de Michel Foucault.
In: NAVARRO, Pedro. (org.) **O discurso nos domínios da linguagem e da história**. São Carlos: Editora Claraluz, 2008

Le BRETON D. **Sinais de identidade**: tatuagens, *piercings* e outras marcas. Trad.Tereza Frazão, 1ª ed.março, 2004.

MARQUES, T. **O Brasil tatuado e outros mundos** – Rio de Janeiro, rocco, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Papel da memória**. [1983] In: ACHARD, Pierre [et al]. **Papel da memória**. Tradução e introdução de José Horta Nunes. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 2007, p. 49-57.

MENINO VESTE AZUL E MENINA VESTE ROSA: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DA MINISTRA PASTORA EM UM ESTADO LAICO

Arthur de Araújo Filgueiras¹
Nadia Pereira Gonçalves de Azevedo²

Introdução

Nunca esteve tão acentuada a discussão sobre identidade de gênero e sexualidade no Brasil quando consideramos o atual cenário político, que é marcado, no ano de 2019, pela ascensão de um governo de extrema direita, onde valores religiosos são confundidos com interesses políticos e começa a haver o que é chamado de “resgate de valores da família tradicional brasileira”. Tal discussão confronta modelos e padrões de sexualidade engessados no binarismo³ e privilegia as relações heteronormativas, colocando a figura do homem como superior à feminina. O confronto é ainda acentuado quando se trata de sujeitos que fogem anatomicamente aos padrões binários, como os transexuais. Eles se veem em meio a questionamentos e negativas do tipo: “ele não é um homem”, “na verdade, ela nunca será uma mulher”, “mulher é quem nasce com vagina”.

Trataremos, pois, na presente discussão, sobre o modelo binário que usa cores para classificar as pessoas, a ver seu nascimento com pênis ou com vagina, tendo como objetivo maior analisar o discurso da pastora evangélica Damares Alves, escolhida para cuidar do recém-criado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no Governo do Presidente Jair Bolsonaro, que teve início em 01 de janeiro de 2019. O discurso escolhido para análise foi proferido em 3 de janeiro

¹ Doutorando em Ciências da Linguagem (UNICAP). Mestre em Linguística e Ensino (UEPB). Professor e coordenador de Pós-graduação no Centro Universitário Tiradentes de Pernambuco. Recife, PE. arthurfilgueiras@yahoo.com.br

² Doutora em Letras e Linguística pela UFPB, Professora e Pesquisadora do PPGCL da UNICAP (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco). Recife, PE. nadiaazevedo@gmail.com

³ Sistema no qual a sociedade divide as pessoas entre homem e mulher, e determina para elas os papéis sociais de gênero, identidade de gênero e demais atributos (BENEVIDES, 2018b, p.1).

de 2019, em uma das primeiras falas da ministra, que faz uso de uma metáfora ao associar a cor azul a meninos e a cor rosa a meninas.

Longe de representar apenas a associação de duas cores aos gêneros masculino e feminino, o discurso da pastora Damares simboliza a formação ideológica do governo federal presidido por Bolsonaro, que se alicerça em uma valorização e resgate da família tradicional em pilares binários de gênero e de sexualidade. Daí nossa inquietação de analisar o discurso e suas condições de produção acerca da chegada de uma “nova era” que se alicerça em valores conservadores cristãos para um Estado que é constitucionalmente laico como o Brasil.

Para isso, tomaremos como aporte teórico e metodológico, a Análise de Discurso Francesa, fundada por Michel Pêcheux, bem como os estudos sobre gênero propostos por teóricos como Judith Butler. As análises serão realizadas a partir de vídeo disponível no site Youtube(ALVES, 2019)⁴, considerando suas condições de produção, descrição da cena em que ocorre o discurso, breve análise dos efeitos de sentido em que nela se fazem presentes, bem como a enunciação dos sujeitos – pastora ministra Damares e demais sujeitos presentes na gravação. Logo, iremos analisar a formação discursiva (FD) e a formação ideológica em que esses sujeitos se encontram, respectivamente inscritos e atravessados. Antes disso, a título ilustrativo, apresentaremos, na fundamentação teórica, uma imagem que foi amplamente debatida nas redes sociais, que mostra uma repercussão negativa sobre o vídeo, bem como marca a posição-sujeito e a FD em que se inscrevem os sujeitos nas plataformas digitais.

Analisaremos ainda o efeito metafórico que se produz quando a ministra limita as cores a serem usadas por meninos e por meninas, refletindo sobre esse efeito a partir de Orlandi (2015) e Pêcheux (2014). Para isso, consideraremos a inscrição e o processo de contra/des/identificação dos sujeitos às formações discursivas, visto que elas são, para os referidos autores, o lugar provisório dos sentidos das palavras. Será também alvo da análise os efeitos de sentido sobre as questões que envolvem identidades de gênero e a então “nova era” (e) anunciada pela ministra. Nesse momento, recorreremos a notícias divulgadas na versão *on-line* do Jornal Folha de São Paulo para

⁴Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=6myjrue81U>, acessado em 03 de julho de 2019)

compreender as condições de produção em que o termo “nova era” é enunciado e tem filiação à FD que legitima seu uso, a partir dos efeitos de sentido produzidos no Governo Bolsonaro.

Análise de Discurso Francesa e questões sobre identidade de gênero

A Análise de Discurso Francesa (doravante, AD) tem seu marco inicial com a publicação da obra *Análise Automática do Discurso* em 1969 por Michel Pêcheux. Considerada como um dispositivo teórico e analítico, ela é caracterizada como uma teoria de entremeios por estar alicerçada na Linguística de Saussure, na Psicanálise de Jacques Lacan e no Materialismo Histórico de Althusser.

O foco da AD é o discurso - tomado como um objeto sócio-histórico que se materializa na língua e também é o local onde se materializa a ideologia. Daí, Orlandi (2015) afirmar a relação língua-discurso-ideologia, quando conceitua, a partir dos estudos de Michel Pêcheux, o discurso como efeito de sentido entre interlocutores e o local onde se observa as relações “entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (ORLANDI, 2015, p.15). Logo, as palavras nada podem significar sozinhas. Seus sentidos não se encontram “colados” nas materialidades linguísticas tomadas como *corpus* pelos analistas. Eles só podem ser produzidos a partir das condições de produção do discurso e a partir de determinadas formações discursivas em que estão inscritos os sujeitos que enunciam. A seu turno, a noção de sentido em AD foi desenvolvida a partir da apropriação da figura de linguagem conhecida como metáfora (a partir dos estudos de Jakobson e Lacan) por Pêcheux (2014):

[...] “uma palavra por outra, essa é a fórmula da metáfora” [...] uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem sentido que lhes seria próprio, preso, preso a sua literalidade; [...]: o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou proposição; e esse relacionamento, essa superposição, essa transferência (meta-phora), pela qual elementos significantes passam a se confrontar de modo que “se revestem de um sentido” não poderia ser predeterminada por propriedades da língua [...]. De fato, o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de

sinônimos) das quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório (PÊCHEUX, 2014, p.240-241).

É nessas condições que Orlandi (2015) e Pêcheux (2014) afirmam que todo enunciado é suscetível de se tornar outro, podendo migrar para nova matriz de sentidos, a ver, a FD em que se encontra inscrito o sujeito que enuncia. A noção de formação discursiva é formulada por Pêcheux (2014, p.147), com a seguinte conceituação:

[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de lutas de classes, determina o *que pode e dever ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.).

É a partir dessa noção de FD que o sujeito da AD é considerado como o resultado de um processo de interpelação do indivíduo por formações discursivas - na linguagem - as formações ideológicas correspondentes. Como fruto dessa interpelação, ocorre a identificação do sujeito com uma FD, aqui tomada como a dominante (PÊCHEUX, 2014). Há que se ponderar que, por consequência da interpelação do sujeito pela ideologia, não há discurso sem sujeito e a relação sujeito-ideologia não pode ser dissociada. É ainda um processo contínuo e incessante, podendo o sujeito, a partir do funcionamento das formações ideológicas, vir a se desfiliar da FD em que se encontra inscrito (identificado) e se inscrever em uma nova. Dizemos que há, nesse caso, conforme Pêcheux (2014), um rompimento com essa FD e com seus saberes. Acreditamos que, dado o trabalho da ideologia e do inconsciente, o sujeito tem, recorrentemente, sua inscrição na FD em outra modalidade observada por Pêcheux, que é a contraidentificação – ele questiona seus saberes, mas permanece nela inscrito.

O papel da ideologia é, pois, interpelar o indivíduo em sujeito de forma inconsciente, de modo que haja a consequente constituição dos sentidos. Para Orlandi (1994, p.296), é ela que realiza o apagamento necessário para o sujeito, “de seu movimento de interpretação, na sua ilusão de dar sentido: a produção do efeito de evidência”, de modo que acredite estar no centro da decisão de seu dizer e que este tem uma interpretação única, evidente e que não fuja ao seu controle. Esse efeito só se faz possível a partir da ação do interdiscurso, tal como afirma Orlandi

(2015, p.31-32): “é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular, se apague na memória para que, passado para o anonimato, possa fazer sentido em minhas palavras”.

Conceito fundamental em AD para análise dos efeitos de sentidos e compreensão das condições de produção de um discurso, Pêcheux define memória discursiva como “[...] aquilo que, face a um texto, que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ ([...] os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos etc.)” (PÊCHEUX, 2015, p.45-46). A ver tais condições de produção, Orlandi (2015, p.29) retoma esse conceito como sinônimo de interdiscurso: “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”. Como memória discursiva, “é o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2015, p.29).

Na perspectiva acima elencada, a AD torna-se bastante pertinente para analisar discursos polêmicos como o proferido pela ministra Damares Alves. O enunciado em que faz a associação das cores azul e rosa, respectivamente, aos gêneros masculino e feminino, dividiu opiniões sobre os sentidos pretendidos pela ministra e rendeu muitas críticas, como vemos, a título de ilustração, na imagem a seguir (Imagem 01) que foi amplamente divulgada nas redes sociais em tom de protesto:



Imagem 01: Cor não tem gênero. Fonte: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-br/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video>. Acesso em 04 jan. 2019.

Frases como “cor não tem gênero”, “gênero não tem cor”, dentre outras, mostraram a indignação das pessoas com os sentidos que estavam evidentes e já postos no discurso da ministra. Todavia, o sentido das palavras nem sempre são os que estão postos, eles deslizam para outras matrizes de sentido, a ver, a FD em que se encontram inscritos os sujeitos, podendo sempre ser outros. Como afirma Orlandi (2015, p.28), “esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi”.

Além dos sentidos postos como evidentes, há outros que reverberam efeitos de sentido sobre preconceito, marginalização e retirada de direitos da população LGBT, sobretudo dos transgêneros, que não se enquadram no binarismo homem/mulher cisgênero e de orientação heterossexual. Eles integram uma lamentável estatística de pessoas que têm expectativa de vida inferior a 35 anos de idade e sofrem com a segregação social, carência de atendimento médico especializado, dificuldade para se colocar no mercado de trabalho e ainda precisam sobreviver a ataques de frentes político-religiosas que negam sua existência.

Muitas dificuldades enfrentadas pelos sujeitos transexuais são resultantes do binarismo discursivo que ainda rege a nossa sociedade (reforçado no discurso da então ministra) nas relações entre orientação sexual, identidade de gênero e sexo biológico. Metaforicamente, podemos evidenciar a imposição única e irrestrita de duas cores: o azul e o rosa. Mas como ignorar toda uma aquarela e engessar um discurso em torno dessas duas cores? Como negar toda uma gama de cores e tons que compõem a diversidade humana?

É dessa negação que se alimentam o preconceito, a transfobia, a violência e a intolerância diante do diverso. Esse modelo binário azul/rosa que opõe, para Modesto (2014), os gêneros feminino/masculino e a orientação em heterossexual / homossexual é deveras inconcebível. Assim também o é aquele que promove a legitimação das práticas heterossexuais como as corretas e a superioridade da masculinidade, que é ainda responsável pela produção de efeitos de sentido em discursos machistas cristalizados socialmente. Diante desse cenário, a autora afirma que

[...] para a identificação dos sujeitos, pensamos a possibilidade de gradientes, como sistemas de muitas diferenças de condição e de comportamento sexual e de gênero, que se cruzam e são

interdependentes, marcando os indivíduos temporalmente: gradiente de orientação sexual, que vai da homossexualidade à heterossexualidade e vice-versa, passando por graus de bissexualidade à heterossexualidade; gradiente de identidades de gênero, que vai das mulheres e homens cisgêneros, em oposição às mulheres e homens transgênero, [...] passando por graus de masculinidade e feminilidade, independentemente do biológico; aparência e comportamentos de gênero que vão do masculino ao feminino e vice-versa, passando por graus de androgenia (MODESTO, 2014, p. 109,110).

Enfatizamos, ainda, a necessária desvinculação das identidades de gênero e de sexualidade do fator organicista e biológico que nos marcam no nascimento, bem como da possibilidade de procriação, somente possível nas relações macho e fêmea, responderem pela rotulação social de quem é homem/mulher. Como afirma Woodward (2014), é no corpo que se segmentam as fronteiras para definição de quem somos e, conseqüentemente, para construção de nossa identidade sexual; mas é realmente “necessário reivindicar uma base biológica para uma identidade sexual?” (WOODWARD, 2014, p.15). Parafraseando a autora, “é necessário reivindicar uma base biológica para indicação de cores únicas e restritas para meninos e meninas?” Para Soares (2017), as questões cromossômicas que marcam os sexos como feminino ou masculino já são, por natureza, inexatas, pois uma criança pode possuir cromossomos do tipo XX e ainda assim não ter todos os atributos anatômicos do sexo feminino, o que tornam ainda mais inexpressivas as considerações de que o sexo anatômico deve determinar o comportamento de homens e mulheres, bem como sua identidade de gênero.

Ainda para Soares (2017), todas as pessoas carregam um pouco da transexualidade dentro de si, já que nossas identidades não são estáveis e, sim, porosas. Isso se deve à impossibilidade de uma identificação plena do sexo biológico com as práticas sociais em que estamos inseridos culturalmente.

Logo, acreditamos na fluidez desses gradientes e em sua temporalidade, tal como fora afirmado acima, inviabilizando o binarismo sexual e do gênero. Isso ainda nos leva a refletir sobre a existência do não-binário que caracteriza os sujeitos que não se identificam nem com a identidade masculina nem com a feminina ou, ainda, mantêm simultaneamente características femininas e masculinas em seus corpos. Enfatizamos ainda que são fluidas as

identidades de gênero e a orientação sexual dos sujeitos; o que é resultado do comportamento das formações discursivas que é regido pelo funcionamento da ideologia. Ao ser interpelado pela ideologia e pelo inconsciente, o sujeito pode ter sua identidade constantemente ressignificada, implicando em mudanças de posição-sujeito, filiação a outra FD e, conseqüentemente, novas formas de se significar como homem/mulher; e isso independe de sua orientação sexual, que, de forma similar, também pode fluir em novas direções.

A respeito da transexualidade que, dentro da presente escrita, ganha bastante destaque, Bento (2008) a descreve como uma experiência identitária, um desdobramento de uma ordem de gênero. Isso ocorre quando os sujeitos, ao reivindicarem o reconhecimento social de um gênero diferente do que lhe é imposto, passam a construir novos sentidos sobre o que é ser masculino e feminino. Nessa experiência, quebra-se a relação de causa entre sexo, gênero e desejo e desafiam-se os padrões binários que delimitam o comportamento aceitável para homens e mulheres.

Os olhares acostumados ao mundo dividido em vaginas-mulheres-feminino e pênis-homens-masculinos ficam confusos, perdem-se diante de corpos que cruzam os limites fixos do masculino/feminino e ousam reivindicar uma identidade de gênero em oposição àquela informada pela genitália (BENTO, 2008, p.22).

Questiona-se e desafia-se, pois, a matriz de inteligibilidade cultural acerca dos gêneros. Segundo Butler (2017), é a partir dessa matriz de inteligibilidade que são instituídas e mantidas as “relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo (BUTLER, 2017, p.43)”. Como consequência a essa matriz reguladora, busca-se a proibição explícita de práticas e de formas de viver de todos aqueles que venham a possuir qualquer tipo de incongruência dentro das esperadas relações de coerência. É, pois, a matriz cultural que regula e busca negar a existência da identidade de sujeitos transexuais, já que não se enquadram dentro dos gêneros inteligíveis. Vejamos como ela atua a partir de Butler:

i) Busca a eliminação de identidades em que haja incongruências na ordem do sexo-gênero ou/ e ainda na ordem em que as práticas do desejo não tenham origem no eixo sexo-gênero.

ii) As identidades de gênero que apresentem essas incongruências são falhas, defeituosas. Devem, pois, ser eliminadas para evitar a desordem em torno do gênero culturalmente inteligível, bem como as ameaças às “hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica (BUTLER, 2017, p.47).

Vejamos as noções de gênero a partir das análises de Butler (2017) sobre sua relação com o corpo. Nesse contexto, a autora defende a tese de que a identificação dos sujeitos com os gêneros se materializa em atos, gestos e atuações. Logo, os gêneros são performativos e agem sobre a superfície dos corpos mediante um regime de repetição: simulam-se padrões de masculinidade e de feminilidade que, de tanto se repetirem em nossa cultura, ao longo dos séculos, passam a ser aceitos como os corretos. Como exemplo, podemos pensar nas marcas que são geradas no corpo a partir da atribuição dos gêneros a meninos e a meninas, a partir do sexo biológico. Já é costume cultural furar as orelhas de uma criança do sexo feminino e colocar brincos, colocar enfeites no cabelo e vesti-la com roupas cor de rosa logo após o parto. Já o menino ganha roupas azuis e habitua-se a brincar com carros e a praticar esportes que exigem maior força física. Isso é feito de forma repetida, até que ganhe um regime de normalidade e aceitação pela criança, que poderá (ou não) incorporar esses valores que lhe vem sendo atribuídos como consequência de suas genitálias. Vejamos a seguinte tira que exemplifica nossa argumentação:



Imagem 02: Transpondo as barreiras binárias (BENTO, 2008, p.63)

A imagem 02 retrata uma criança que está brincando com uma boneca. Por ser do sexo masculino, ela é solicitada a substituir o brinquedo em questão por uma bola – brinquedo de menino. A não identificação da criança com a bola é aguçada quando ela simula uma gravidez, usando o brinquedo como barriga. Há, nessa situação, uma transgressão ao padrão binário dos gêneros, que ganha significação simbólica no corpo. A criança poderá, eventualmente, sofrer uma repressão por parte da família ao expor outras possibilidades de vivências de gêneros. É, pois, a marca do corpo-gênero pelo performativo: uma fabricação com fins de criar uma ilusão “de um núcleo interno e organizador do gênero” (BUTLER, 2017, p.236) e mantê-lo em sua estrutura binária. Disso decorre a inexistência de uma verdade sobre os gêneros, já que sua produção visa apenas à manutenção de “efeitos de verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável” (BUTLER, 2017, p.236), legitimando a punição daqueles que não desempenhem corretamente o gênero que lhe for atribuído ou que não acreditem nele.

Passemos a análise do vídeo que, por si só, já se constitui em uma ameaça declarada àqueles que se coloquem na posição de transgressores do padrão binário dos gêneros da então matriz de inteligibilidade cultural. É essa matriz que alicerça a base ideológica do Governo Jair Bolsonaro, representado pela figura da pastora evangélica e ministra Damares Alves.

Análise e discussão do corpus

O vídeo em que a ministra pastora Damares Alves (ALVES, 2019) discursa em tom comemorativo sobre a chegada de uma nova era no Brasil e acerca do uso das cores rosa e azul, respectivamente, por meninas e meninos, ganhou grande repercussão nacional nas mais diversas plataformas de informação *online*, em programas de TV e também na mídia impressa, nos primeiros de mandato do novo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. Em uma gravação aparentemente amadora, com apenas 35 segundos, a ministra encontra-se acompanhada por seus apoiadores e seguidores do Governo Bolsonaro. Todos se encontram eufóricos e há uma pessoa segurando a bandeira do Estado de Israel ao lado da ministra (imagem 03).



Imagem 03: Discurso da ministra Damare Alves (ALVES, 2019).

Os efeitos de sentido produzidos na cena discursiva podem sinalizar para uma festa comemorativa, comparada a de um time de futebol que exibe sua taça de campeão. No caso da imagem, a capitã do time, representada pela figura da ministra, comemora junto com sua torcida, o fim daquilo que ela define como ideologia de gênero e dos governos de esquerda no Brasil. A bandeira do Estado de Israel pode simbolizar, em uma simples analogia, o troféu que o time exibe com muito orgulho. Como efeitos de sentido, ele marca a formação ideológica do novo governo que se pauta abertamente em valores conservadores, religiosos e que busca a moralidade e resgate de uma família tradicional – baseada em valores binários da então matriz de inteligibilidade cultural dos gêneros.

Vejamos a transcrição literal dos enunciados na cena discursiva:

Ministra Damare: “Atenção! Menino veste azul e menina veste rosa”. (Ela fala em meio a um grande grupo, chamando a atenção de todos os presentes enquanto percebe que seu discurso está sendo gravado).

Ouvintes e apoiadores da ministra: “Aleluia”. “É isso aí”. (Enunciam mediante aplausos e com grande euforia).

Ministra Damare: “Atenção! Atenção! É uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa”. (A ministra repete seu discurso, que é acompanhado com bastante alegria e entusiasmo por parte de todos os presentes. Ao repeti-lo, ela marca sua posição-sujeito evangélica, enquanto ministra cristã de um Estado que é constitucionalmente laico).

Com a enunciação “Aleluia” e “É isso aí”, observamos o discurso religioso cristão que atravessa a fala dos sujeitos em questão. Eles encontram-se inscritos em uma formação discursiva que se identifica com a FD dominante da ministra Damares e dos demais presentes – FD cristã evangélica binária. Chamaremos de binária exatamente pelo fato da representação das duas cores fazerem referência unilateral aos sexos masculino e feminino, e por essa FD marcar um discurso preconceituoso contra tudo que se situe à margem das relações cisgênero- heteronormativas. Há, pois, a reverberação de efeitos de sentido, via interdiscurso, da exaltação de valores notadamente cristãos e bíblicos, que são ainda simbolizados discursivamente com o balançar da bandeira do Estado de Israel – o resgate de um povo santo e de uma nação eleita por Deus.

Via memória discursiva, a delimitação das cores aos gêneros e, eventualmente, à sexualidade, pode ter como efeito de sentido, a vinculação dos gêneros ao sexo biológico das crianças. Meninos e meninas nasceram, nessas circunstâncias, com seus gêneros definidos pelos seus órgãos sexuais pênis e vagina, respectivamente. É, pois, uma alusão ao interdiscurso bíblico sobre Deus ter criado a figura masculina de Adão e posteriormente a feminina, representada por Eva. Logo, o que se situar além da dicotomia homem/mulher não é criação divina. Não sendo criação divina, corresponderia a uma aberração, fruto de forças malignas e que precisa ser eliminada.

Repetir em voz alta que menino veste azul e menina veste rosa é declarar uma “guerra santa”, em pleno século XXI, aos sujeitos que performam seus gêneros e sexualidade de forma a transgredir os padrões binários legitimados como os corretos, a ver a FD em que se inscrevem Damares e seus aliados. Nessa guerra, as maiores vítimas são sujeitos transexuais que, no Brasil, contabilizaram uma triste estimativa de uma morte a cada 48 horas no ano de 2017, como afirma Benevides (2018a), além de uma expectativa de vida inferior a 35 anos de idade.

Retomemos a questão dos múltiplos efeitos de sentido que um discurso pode produzir, de acordo com suas condições de produção, conforme enfatiza Pêcheux:

[...] as palavras, expressões [...], mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em

referência às formações ideológicas nas quais se inscrevem (PÊCHEUX, 2014, p.146-147).

A partir do conceito de FD, já descrito anteriormente, o que fora posto é equivalente “a afirmar que as palavras [...] recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas” (PÊCHEUX, 2014, p.147). Logo, os efeitos de sentidos de um enunciado fogem ao controle do sujeito que o enuncia como consequência desse efeito metafórico, tal como estamos analisando a partir do discurso proferido pela ministra Damares. Ao enunciar “*menino veste azul e menina veste rosa*”, observamos como essa frase muda de sentido, a ver a inscrição dos sujeitos em determinadas FD. Na tabela a seguir (Tabela 01), elucidaremos essa questão com a apresentação de uma relação de possíveis efeitos de sentidos que são produzidos de acordo com a filiação dos sujeitos a certas FD:

Sujeito	FD	Efeito de sentido para o enunciado “menino veste azul e menina veste rosa”
Ministra Damares Alves e seus apoiadores	Identificados a uma FD cristã, evangélica e de valores conservadores e binários.	Os sujeitos acreditam que o sentido é o de combater a ideologia de gênero.
Internautas indignados nas redes sociais (imagem 01)	Identificados a uma FD de valores não conservadores e que negam o binarismo dos gêneros às cores.	O efeito de sentido que gerou a indignação está na interpretação literal do enunciado ao associar o órgão sexual masculino à cor azul e o feminino à cor rosa.
Ativistas LGBT (Lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros)	Desidentificados da FD binária e de valores conservadores.	Os possíveis efeitos de sentido convergem para uma discriminação, marginalização e anulação de sujeitos que ameacem a matriz da inteligibilidade cultural dos gêneros.

Tabela 01: Efeitos de sentido e FD em que se inscrevem os sujeitos da análise

A partir da tabela apresentada, podemos compreender as polêmicas que foram geradas a partir do discurso da ministra Damares

e o que, possivelmente, ela (acredita que) quis dizer, considerando que houve a produção de vários efeitos de sentido ao seu discurso. Isso pode ser explicado, como afirma Orlandi (2015), pelo simples fato de o sujeito não poder controlar suas palavras, por mais que tenha a ilusão de fazê-lo, o que é efeito do funcionamento da ideologia. Logo, ao enunciar as cores a serem usadas por meninos e por meninas, com um determinado fim, Damares Alves não supunha que seu discurso fosse ressignificado por diferentes grupos sociais, tal como dispomos acima. Em suma a esse fenômeno linguístico, retomamos Pêcheux (2014), ao afirmar que palavras iguais podem mudar de sentido quando migram de uma FD para outra, bem como palavras diferentes podem apresentar o mesmo sentido quando inseridas em uma mesma FD.

Vejam agora as condições de produção do discurso da ministra quando ela enfatiza a chegada de uma “nova era”. Via interdiscurso, fazer menção a uma “nova era” pode trazer como efeitos de sentido não apenas o começo do mandato presidencial de Jair Bolsonaro, mas toda uma formação ideológica que atravessa seu governo. Ela marca sua posição-sujeito enquanto ministra cristã e evangélica para dizer que tudo que havia sido construído nos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma Rousseff, no que concernem às questões sobre diversidade de gênero e direitos LGBT, dentro dos Direitos Humanos, estariam sob novo comando e reformulação.

Anunciar publicamente, com tanto entusiasmo, o início de uma “nova era” no Brasil pode trazer ainda como efeito de sentido a vitória sobre a então “esquerda” e o constante desejo de poder por fim a tudo que fora realizado nas gestões anteriores (em prol dos sujeitos LGBT) que se colocavam sob uma FD que respeitava a diversidade humana em suas questões culturais, religiosas, de sexualidade e de gênero.

A nova era azul e rosa já materializou seu discurso em atos com a retirada, no site do Ministério da Saúde, do caderno elaborado em parceria com entidades representantes de transgêneros intitulado “Homens trans: vamos falar sobre prevenção de infecções sexualmente transmissíveis?” (BRASIL, 2018) já em 4 de janeiro de 2019. O caderno foi elaborado e lançado em julho de 2018, trazendo orientações sobre saúde e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, além de apresentar um capítulo sobre os direitos do homem trans no Sistema Único de Saúde. Conforme noticiou Cancian (2019) no Jornal “Folha de S. Paulo”, o Ministério da Saúde alegou que

o material precisaria ser revisado e corrigido. Todavia, as entidades que trabalharam em sua elaboração não foram consultadas e afirmam que se tratou de um desfavorecimento da população transexual por parte do novo ministério.

O novo momento azul e rosa pode trazer, via memória discursiva, discursos cristalizados pautados na “moral e nos bons costumes” sobre a importância de valorização da família tradicional. Via interdiscurso, o ministro da saúde Luiz Henrique Mandetta afirmou, em entrevista ao jornal acima citado, que as políticas de combate a doenças sexualmente transmissíveis precisam ser reformuladas para que não sejam ofensivas à família brasileira (CANCIAN, 2018). São efeitos de sentido que nos mostram sua inscrição em uma formação discursiva conservadora e cristã, que se opõe, por exemplo, à forma como vinha sendo comunicada a prevenção à AIDS e outras doenças na cartilha que fora retirada do site. Outros sentidos ainda convergem para uma eventual censura de termos e nomenclaturas que fazem referência às identidades de gênero e sexualidade que fujam da padronização dos valores cristãos “normais” e aceitos pelo binarismo “azul e rosa”, proposto pela ministra Damares Alves. Ao delimitar as cores e o binarismo, seu discurso sinaliza para uma exterminação e/ou silenciamento daquilo que seria uma aberração, pois como já afirmamos, via interdiscurso bíblico “Deus criou apenas homem e mulher”.

Logo no dia 01 de janeiro de 2019, uma eventual censura e posicionamento que sinalizam para um possível descuido com a causa e pauta LGBT são materializados com a assinatura da medida provisória 870/19 (BRASIL, 2019) pelo presidente Jair Bolsonaro. No documento, são especificadas, no artigo de número 43, as competências do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no que concernem às políticas e diretrizes destinadas à promoção dos direitos humanos. O preocupante é que a política resguarda apenas os direitos da mulher, da família, da criança e do adolescente, da juventude, do idoso, da pessoa com deficiência, da população negra, das minorias étnicas e sociais e do índio. A comunidade LGBT, que antes era assistida pela Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa não conta, a partir desse decreto, com um setor específico e definido na pasta da ministra Damares. É, pois, a nova era em que a matriz de inteligibilidade cultural dos gêneros ganhará força com o Governo Bolsonaro, já sinalizando seu início com a extinção de projetos como o da prevenção à saúde de homens trans e a retirada dos LGBT de questões importantes a serem

defendidas pelos direitos humanos, como fora evidenciado com a medida provisória.

Na posição-sujeito “Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos”, que parece se confundir com sua posição-sujeito “pastora evangélica”, o discurso da “nova era” tem filiação com a formação discursiva e ideológica do então presidente Jair Bolsonaro, que alicerçou sua campanha eleitoral, em 2018, em valores morais, cristãos e notadamente conservadores. Enunciar o “azul e rosa” pode ter como efeito de sentido a ação de levantar a bandeira sobre o fim aos avanços sociais conquistados pela população trans, bem como apregoar o fim ao que a política ultraconservadora e fundamentalista de Jair Bolsonaro chama de “ideologia de gênero”.

Com bases notadamente religiosas, há uma pregação de que tal ideologia representa uma ameaça às crianças brasileiras, uma vez que lhes faculta a escolha do gênero independente de seu sexo de nascimento. Todavia, é de amplo conhecimento, tal como afirma Reis (2018), que a pauta de reivindicações LGBT sobre os transgêneros tem por objetivo o respeito, aceitação e inclusão dessa população na sociedade, com garantia de direitos e deveres atribuídos a qualquer cidadão, mesmo que sua sexualidade e identidade de gênero não estejam dentro dos padrões exigidos por determinados setores políticos e religiosos conservadores.

Apesar de tais tentativas de anulação de direitos e de inviabilizar sujeitos que fogem ao binarismo, ancoramo-nos em Butler (2017, p.26), ao argumentar que é impossível “engessar” e padronizar modelos de gênero dentro do sistema binário, que busca estabilizar as noções de sexo e gênero de forma linear: “não decorre daí que a construção de ‘homens’ se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo ‘mulheres’ interprete somente corpos femininos”. São, pois, tentativas de linearização e de estabilização sexo/gênero de um reducionismo absurdo e sem qualquer coerência diante da inviabilidade de haver um sujeito uno que seja fabricado como peças harmônicas de um quebra-cabeça azul e rosa de modo a promover a congruência entre sexo biológico, orientação sexual e identidade de gênero.

Considerações finais

A partir do que fora analisado na presente discussão, observamos que a afirmação das cores azul e rosa atribuídas, respectivamente, aos

gêneros masculino e feminino, faz ecoar discursos atravessados por uma ideologia de viés ultraconservador religioso, de sustentação binária e excludente de outras possibilidades de cores. A exclusão de outras cores recai, metaforicamente, para uma exclusão de sujeitos que não sejam cisgêneros e heterossexuais; reafirma preconceitos e um grande paradoxo, que é a governança de um Estado que é laico, como afirma a Constituição Federal, por valores cristãos segregantes. Damares Alves faz da nomenclatura de seu cargo a materialização de efeitos de sentido sobre quem será o foco do Governo Bolsonaro: ministra da mulher cisgênero, pois a transgênero tem sua existência negada e deve ser silenciada/anulada pelo discurso religioso; da família tradicional, excluindo e negando todas as formas de constituição de família que se situem além do eixo binário “homem e mulher cisgêneros”; e também dos direitos humanos em uma “nova era” que legitima apenas como humanos uma parcela da população, marginalizando e demonizando aqueles que fizerem de seus corpos um espaço de resistência e de luta por sobrevivência diária.

Referências

- ALVES, Damares. Damares: "**Menino veste Azul e menina veste Rosa**". Uma Nova Era? 2019. (35s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6myjru-e81U>>. Acesso em: 3 Jan. 2019.
- BENEVIDES, B. (2018a). **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2019.
- _____. (2018b). **Cartilha trans**. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/01/gc3aanero.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2018.
- BENTO, B. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BRASIL. **Homens trans: vamos falar sobre prevenção de infecções sexualmente transmissíveis?** Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. 1.ed. Brasília, 2018.

_____. **Medida provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019.** Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 jan. 2019.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade.** 13.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CANCIAN, Natália (2018). **Política de prevenção a HIV não pode ofender as famílias, afirma novo ministro.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/12/politica-de-prevencao-a-hiv-nao-pode-ofender-as-familias-afirma-novo-ministro.shtml>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

_____. (2019). **Ministério da Saúde retira do ar cartilha voltada para saúde do homem trans.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/ministerio-da-saude-retira-do-ar-cartilha-voltada-para-saude-do-homens-trans.shtml>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

MODESTO, E. **Transexualidade/travestilidade: complexos desafios.** In: ESCAPLES, E.A (Org.). *Diversidade sexual: transformações e invariâncias.* V.1. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

ORLANDI, E.P. **O lugar das sistematicidades linguísticas na Análise de Discurso.** D.E.L.T.A., vol.10, nº2, p.295-307, 1994.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** 12. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** 5.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

_____. **Papel da memória.** In: ACHARD, Pierre et al. (Orgs.). *Papel da memória.* Trad. e introdução de José. Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

REIS, T., (Org.). **Manual de Comunicação LGBTI+.** Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018.

SOARES, A. **Sem corpo, sem língua, num entrelugar: sobre os sujeitos transexuais na mídia.** In: FLORES, G. et al. (Orgs.). *Análise de discurso em rede: cultura e mídia.* V.3. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

WOODWARD, K. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In: SILVA, T.T. et al. (Orgs.). *Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais.* 15.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

UM TOUR PELOS EFEITOS DA VIRTUALIZAÇÃO (DOS ESPAÇOS) DA ARTE: OS CASOS DO MUSEU CASA DE PORTINARI E PORTAL PROJETO PORTINARI

Jefferson Campos¹

Click inicial

Este capítulo é uma versão revista e ampliada de algumas das considerações tecidas em minha dissertação de mestrado, financiada pela CAPES, intitulada *A imagem em discurso digital: heterotopia dos regimes de ver e de dizer a arte no espaço virtual* (CAMPOS, 2014). De igual modo, é fruto das pesquisas que sigo desenvolvendo no campo teórico e aplicado da Estudos Discursivos Foucaultianos junto ao Grupo de Estudo em Análise do Discurso da UEM (GEDUEM/CNPq – www.geduem.com.br). Nesse movimento de retomada, proponho o objetivo de explicitar a maneira pela qual o político, efeito do exercício da governamentalidade, se materializa no artístico, enquanto prática discursiva situada na contemporaneidade, como uma demanda do social, constituidora e constituinte dos efeitos pelos quais a noção de sujeito se estabelece na ordem da sociedade biopolítica. Para tanto, elejo para a análise a espessura material gerada por algumas formas de deslocamento virtual pelos sites *Museu Casa de Portinari*² e *Portal Projeto Portinari*³.

Parto da afirmação de Orlandi (2008, p. 150) de que “[...] em uma forma social como a nossa, quando distribuímos um bem social comum, produzimos uma diferença em algum outro lugar ou produzimos deslocamentos no próprio sentido desse bem”. Por essa razão, importa situar a análise que segue como um gesto de leitura. Isso porque

¹ Mestre e doutorando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente no Centro Universitário Metropolitano de Maringá (UNIFAMMA) e Coordenador dos cursos de Letras EaD do Centro Universitário Cidade Verde (UNIFCV). E-mail: jeffersongustavocampos@gmail.com.

²Disponível em: <https://www.museucasadeportinari.org.br/>. Acesso em: 15 jul. 2019.

³Disponível em: <http://www.portinari.org.br/>. Acesso em: 15 jul. 2019.

[...] a Análise de Discurso tem como objetivo romper os efeitos de evidência (expor o olhar leitor à opacidade do texto), ou seja, inaugurar outras maneiras de ler (colocando o dito em relação ao não dito, em relação ao dito em outro lugar, de outras maneiras etc). [Na medida em que] ler é fazer um gesto de interpretação configurando esse gesto na política da significação. Leituras diferentes não são gratuitas nem brotam naturalmente. Elas atestam modos de subjetivação distintos dos sujeitos pela sua relação com a materialidade da linguagem, ou melhor, com o corpo do texto, que guarda em si os vestígios da simbolização de relações de poder, na passagem do discurso a texto, em seus espaços abertos de significação (ORLANDI, 2008, p. 62, 68).

Assim, o corolário da análise discursiva é expor os sentidos as suas condições de produção e, no batimento entre descrição e interpretação, dar consequência aos dispositivos teóricos face aos dispositivos analíticos aqui arrolados. Em síntese, todo o empreendimento consiste em explicitar a própria interpretação na conjuntura dos sentidos e das condições de produção.

Abordar práticas discursivas contemporâneas em tempos cuja característica é a desmaterialização do espaço-tempo e da otimização da vida, dadas por formas de governo de si e dos outros – a incitação ao ver e ao dizer –, aponta para o fenômeno comunicacional e discursivo da “hipervisibilidade”, que situa uma condição geral das relações sociais no espaço virtual: a incitação à liberdade de “tudo ver” na impossibilidade mesma desse ato. Em termos discursivos, é nutrir-se da produção do excesso (de ver e de dizer) na falta que lhe(s) é inerente. Assim, o gesto no gesto em que se toma a hipervisibilidade como modo de organização da linguagem do espaço virtual do museu *Casa de Portinari* e do espaço de acesso às obras de arte no portal do *Projeto Portinari*, vislumbra-se o efeito mútuo que se produz entre a produção da obra de arte (mais precisamente, a prática de torná-la visível ao grande público, tarefa esta, legada à instituição museológica e ao curador, que assume a posição autorizada para que uma dada sequência de obras e objetos ditos ‘artísticos’ possam (se) significar), a prática de sua leitura (pela apreensão do visitante internauta) e o modo de ‘discursivizar’ essas duas instâncias.

Por esse empreendimento, cria-se a possibilidade de acolhida dos momentos da formulação e da circulação desses discursos. Investimento que ganha importância ao se questionar o papel da

reprodutibilidade técnica da obra de arte e do processo de circulação no espaço virtual para a formação da política de acessibilidade cultural; além de, por esse gesto, tornar possível apreender o modo como os sentidos da arte e as subjetividades do leitor/espectador são constituídas na/pela concretização da relação entre as materialidades do objeto de arte e sua instituição mantenedora, o espaço virtual e as maneiras de visualização por meio de interfaces tecnológicas. Vale ressaltar os apontamentos de Leão (1999, p. 29) para os aspectos desse funcionamento, os quais se mantêm inter-relacionados com a questão em discussão e emergem especialmente por sua natureza ser da ordem cognitiva – caracterizam o modo de apropriação dos elementos efêmeros ou não –. De acordo com Leão (1999, p. 29), “na leitura através do monitor do computador, perdemos a percepção física e espacial e não temos como conceber a imagem do texto como um todo”. Na posição teórica aqui assumida, a perda da apreensão da exterioridade não se dá (apenas) no nível visual, mas – sobretudo! – no nível discursivo, na testificação dos deslizamentos dos sentidos produzidos na interação entre o “corpo de quem vê” e as materialidades sobre e da arte em exposição na e pela mídia digital.

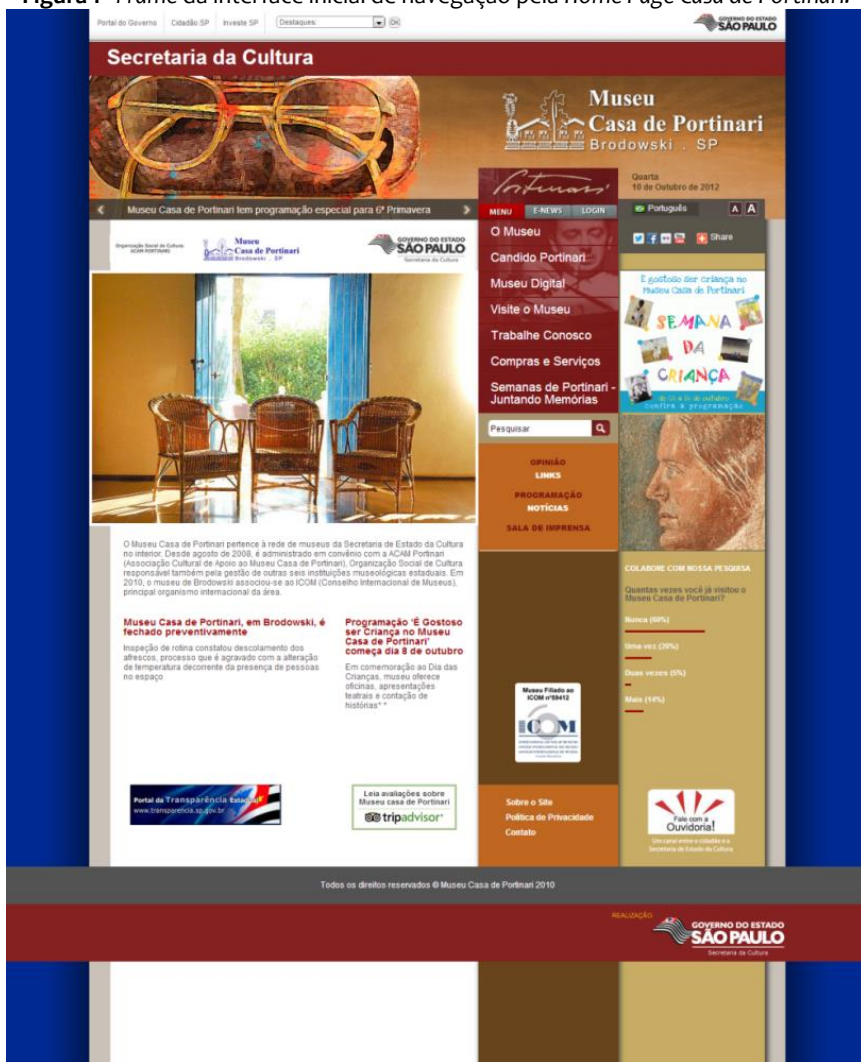
A mídia digital da *Home Page* (**Figura 1**) se caracteriza por diferentes materialidades significantes, quais sejam, hipertextos, links, imagens fixas, em movimento (efêmeras) e de realidade virtual (*linkTour Virtual*), como também diferentes gêneros (enquete, manchete, artigo, release, mural informativo) em imbricação. Desse regime emana o efeito mais característico a esse tipo de mídia: a hipervisualização. Trata-se da saturação do mesmo sentido sobre diferentes enfoques e por meio de diferentes materialidades. Há uma tentativa de fazer ver a arte não apenas em sua materialidade de objeto real, mas na forma de comentário, tematização etc.

No jogo discursivo em análise, realizado por meio dessa organização material, parece não haver possibilidade de os sentidos da arte se sustentarem na relação entre sujeito leitor/espectador/navegador e objeto artístico, uma vez que o regime de visibilidade a que se tem acesso está marcado pela interação entre a mídia de informação sobre e sujeito navegador. Eis o equívoco constitutivo, relação tratada de forma mais detalhada nas análises desenvolvidas mais adiante.

Leão (1999, p. 34) alerta que a interatividade promovida pela mídia digital entre leitor e obra de arte, “[...] com o advento das novas tecnologias, aparece uma maior ênfase num determinado tipo de interatividade. No caso específico da hipermídia, podemos pontuar que a obra em si só se torna obra no momento em que ela é fruída pelo leitor.” Na mídia em análise, a interatividade direta só é possível quando o leitor tem acesso ao *tour virtual*. Em todo restante da mídia, o sujeito tem acesso apenas às informações referentes às obras de arte, ao museu real, ao pintor Cândido Portinari. Esses dizeres em circulação pela mídia digital, ao constituírem esse circuito de hipervisualização, deslizam a arte em sua espessura significativa para a materialidade do comentário, da paráfrase multimodalizada, para, enfim, regimes de visibilidade que testificam a contradição entre expor a arte e falar dela.

Um caso semelhante é analisado por Gallo (2011b), trata-se de um caso de mediação de conhecimento científico através do jornalismo científico. Nesse processo de mediação, há a passagem de uma forma material para outra e é justamente nesse ponto em que está instaurada a contradição. Noção que, no entendimento de Foucault (2012, p. 185) “[...] é a ilusão de uma unidade que se oculta ou que é ocultada: só tem seu lugar na defasagem existente entre a consciência e o inconsciente, o pensamento e o texto, a idealidade e o corpo contingente da expressão”. Na *HomePage*, destaco que há um investimento material para sustentar a discursividade da arte na significação dessa mídia enquanto sítio significativo da arte, tal como o museu homônimo ali reconstituído. Entretanto, a própria mídia deixa escapar, na necessária adequação ao regime a que obedece, o da hipervisibilidade, que, por sua vez, não compreende os objetos culturais em si, mas imagens de imersão em realidade virtual intermediadas por ferramentas informacionais que tornam a visibilidade supervalorizada (uma das características da hipervisualização).

Figura 1 - Frame da interface inicial de navegação pela Home Page Casa de Portinari.



Fonte: Museu Casa de Portinari. Disponível em: <https://www.museucasadeportinari.org.br/>. Acesso em: 27 jul. 2019.

Esse efeito é tão latente que se estende, inclusive, a espaços não institucionalizados através dos quais a política de acessibilidade cultural equaliza seus dizeres, tal como se pode aferir na materialidade correspondente à Figura 2:

Figura 2 - Postagem do perfil do Museu Casa de Portinari na rede social Facebook em 23 de julho de 2012.



Museu Casa de Portinari

Museu Casa de Portinari está disponível para visitação online! No site os internautas podem conhecer o acervo histórico e as obras do grande artista, tanto na poesia quanto na pintura, por meio de ferramentas interativas, como as imagens de imersão ou VR (Virtual Reality, em inglês) em 360 graus, os recursos de superzoom que não deixam que detalhes das obras passem despercebidos, e um canal de vídeo com reportagens e documentários sobre o museu. Confira!
www.museucasadeportinari.org.br



Fonte: Museu Casa de Portinari. Disponível em:https://www.facebook.com/pg/museucasadeportinari/posts/?ref=page_internal. Acesso em: 27 jul. 2019.

O trabalho de Gallo (2011, p. 666) colabora para a compreensão de que não   possível a ancoragem dos mesmos sentidos, “[...] já que são as condi es históricas, sociais e ideológicas que determinam o sentido dos textos. Fazer tal transposi o sem mobilizar a materialidade do discurso seria impossível, para nossos parâmetros.” Isso porque não há como escapar das coer es destacadas, a seguir, por Leão (1999, p. 49), ao pensar a intera o entre leitor e obra de arte nesse espaço, ainda que na situa o da tentativa de recria o das condi es de produ o dos sentidos por meio da imersão em realidade virtual:

[...] a primeira diz respeito   visualiza o da obra,   qualidade das imagens,   resolu o gráfica,   presença de recursos como o zoom in e zoom out. Além disso, em segundo lugar, saliento a importância de uma sinaliza o que indique a obra em escala, proporcional   estatura humana. Em terceiro lugar, a possibilidade de se conhecer a obra em

exposição, isto é, conhecer o espaço que ela ocupa em um determinado museu ou mesmo durante uma exposição temporária.

A estudiosa ainda sustenta que, para além desse regime, que delinea a mudança da materialidade e que, para nós, interessa pela testificação da alteração das condições de produção e, portanto, da equivocidade em funcionamento, a mídia em análise tem como material de informação as imagens digitalizadas – sobre as quais podem ser imputadas as ferramentas informacionais de visualização. Segundo ela,

por um lado, a digitalização de uma pintura por si só já é uma reinterpretação da mesma. No entanto, é importante lembrar que nesse tipo de aplicativo, cuja função essencial é a pesquisa e o contato com obras de mestres famosos, a ausência da escala favorece ainda mais essa transcodificação, podendo até levar a interpretações da obra de um modo equivocado. De certa forma, isso já ocorria no caso dos livros impressos sobre arte. [...] É importante enfatizar que o meio digital já favorece de uma forma bastante aguda esse desmaterialização (LEÃO, 1999, p. 50).

Os processos materiais de transposição de uma materialidade a outra de que trata Leão (1999) corroboram para a compreensão de que os deslizamentos de sentidos da arte para a informação sobre a arte são decorrentes da circulação dessa materialidade ante as coerções da mídia em que é produzida essa mesma materialidade.

Enquanto estrutura, e compreendido como linguagem, o espaço arquitetônico do museu mobiliza ferramentas informacionais que, desde algoritmos até as diferentes databases, implementam a possibilidade de visualizam do ambiente do museu, bem como das obras que expões e guarda. Essa estrutura, porém, trabalha pela contradição, pois ao apresentar, na tela do computador, a superfície simulada do museu, cria uma realidade à parte, isto é, um real da linguagem, que permite que se reconheça a existência do museu digital por meio do esquecimento da existência do museu real e da mobilização da memória que discursivisa e autoriza o reconhecimento da similaridade, portanto, da verdade expressa pela linguagem estruturada pela forma de acesso às formas (CAMPOS, 2012, p. 7-8).

A equivocidade constitutiva a que tentei demonstrar se instaura na contradição entre sustentar o sentido da arte na impossibilidade de resistir às injunções materiais referentes à mudança das condições de produção e dos campos estabilizados da arte para o campo da divulgação cultural. Assim considerado o equívoco, vale recorrer a um estudioso da cultura de massa para situar os efeitos desse funcionamento discursivo na constituição do sujeito leitor/expectador/navegador da obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica em mídias digitais. Para o teórico, “à mais perfeita reprodução sempre falta alguma coisa: o *hic et nunc* da obra de arte, a unicidade de sua presença no próprio local onde ela se encontra (BENJAMIN, 2000, p. 212). Pois, “ainda que as novas condições assim criadas pela técnica de reprodução não alterassem o próprio conteúdo da obra de arte, de qualquer modo desvalorizaram seu *hic et nunc* (BENJAMIN, 2000, p. 213).

No que toca a prática discursiva midiática que (re)cria e tematiza a arte

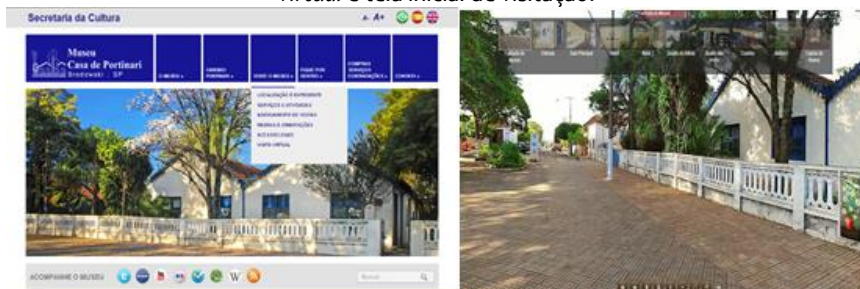
Poder-se-ia dizer, de modo geral, que as técnicas de reprodução destacam o objeto reproduzido do domínio da tradição. Multiplicando-lhe os exemplares, elas substituem por um fenômeno de massa um evento que não se produziu senão uma vez. Permitindo ao objeto reproduzido oferecer-se à visão ou à audição em qualquer circunstância, elas lhe conferem uma atualidade. Estes dois processos conduzem a um considerável abalo da realidade transmitida: ao abalo da tradição, o que é a contraface da crise que atravessa atualmente a humanidade e de sua atual renovação (BENJAMIN, 2000, p. 213-214).

Assumindo a AD como solo de observação da prática discursiva midiática digital, concordo com Benjamin (2000, p. 230-231) sobre o efeito dessa prática na manutenção das relações dissimétricas de poder situadas na relação entre sujeito e arte, uma vez que “as técnicas de reprodução aplicadas à obra de arte modificam a atitude da massa diante da arte. [...] [Na] medida em que diminuí a significação social de uma arte, assiste-se no público a um divórcio crescente entre o espírito crítico e a fruição da obra.” A hipervisualização da arte, construto e efeito dos dizeres na e pela mídia digital um acercamento ideológico. “Como facilmente se percebe, no fim das contas, aqui se

reencontra a velha lamentação: as massas buscam diversão, mas a arte exige recolhimento. É um lugar comum” (BENJAMIN, 2000, p. 237).

Muito além de uma transposição virtualmente mediada do ritual de visitação da obra de arte, a *HomePage Museu Casa de Portinari* (re)escreve as linhas de visibilidade da materialidade do artístico, pois, à arquitetura comum de um museu como este (que toma, na sua versão “concreta” no mundo, uma casa onde habitara o responsável pela produção das obras e pelo uso dos objetos institucionalmente transformados em culturais) são agregadas ferramentas hipertextuais que visam demarcar materialmente a presença da tecnologia que possibilita sua escrita enquanto espaço de visitação.

Figura 3 -Da esquerda para a direita: *frame* dos dispositivo de acesso ao link *Tour virtual* e tela inicial de visitação.



Fonte:Museu Casa de Portinari. Disponível em:<https://www.museucasadeportinari.org.br/TOUR-VIRTUAL/>. Acesso em: 27 jul. 2019.

Para análise, destaco alguns recortes importantes que permitem situar, enquanto coordenadas, os pontos de acesso no mapa difuso da discussão que estabeleço. O enunciado visual, composto pelas materialidades do artístico, possui um regime de materialidade repetível, isto é, uma identidade do enunciado, que resiste ao tempo e ao lugar da enunciação. No espaço digital do museu, esta identidade sucumbe ao suporte material de um enunciado, pois há uma desterritorialização da materialidade artística (**Figura 3**), bem como de suas condições de existência, que passam a concorrer não só com outros objetos artísticos, mas com uma série de outros elementos de ordem linguística (*links* de notícias, *links* de outras instituições de ordem governamental, etc.).

A acessibilidade cultural passa a exercer o papel de campo associado na ordem discursiva em que o objeto artístico exerce sua função enunciativa. A materialidade do artístico sai de seu campo de utilização, passando a vigorar no campo de estabilização, produzindo sentidos outros, como o de que o museu virtual é uma ferramenta de governo⁴, por meio da qual se permite o acesso imediato, irrestrito e melhorado da população aos bens culturais. Esse efeito derivado do discurso materializado no e pelo objeto artístico, em seu regime de visibilidade, torna-o não apenas da ordem do artístico, mas também da ordem do midiático.

O espaço virtual constitui-se na tensão entre memória (esquecimento/apagamento) e acontecimento. A memória do objeto concreto, a obra de arte no mundo, na sua discursividade primeira, que se estabelece pela universalidade desse domínio, é sustentada no acontecimento da reprodução da imagem desse objeto, provocando o esquecimento/silenciamento do acontecimento segundo⁵, da ordem da reproduzibilidade técnica da obra de arte⁶, ratificando a tese de Foucault (2005) acerca dos estratos históricos. Essa constituição serial da memória se constitui por diferentes regimes de visibilidade, os quais se formam a partir da inscrição em diferentes redes de memória (pelas quais significa o objeto de arte em sua existência concreta no mundo e que apaga o efeito de “digital” inerente ao funcionamento do artístico em sua simulação de realidade na *home Page* do museu⁷. Do ponto de vista de sua função enunciativa, o enunciado visual, no espaço digital, opera na e com a opacidade do acontecimento de que deriva, “recuperando”, por meio da memória discursiva, a função

⁴ E aqui faço referência a noção de governo e de sua correlata, a governamentalidade, ambas tratadas por Michel Foucault em várias de suas obras.

⁵ Uma análise muito próxima a essa que proponho sobre as formas de inscrição da memória e do apagamento de acontecimentos é realizada por Eni Orlandi, no texto *Discursos e museus: da memória e do esquecimento*, publicado no ano de 2012, no número 24 da revista *Signo y seña*. Disponível em: <http://revistas.filo.uba.ar/index.php/sys/article/view/133/81>. Acesso em: 15 jan. 2014.

⁶ Termo tomado de empréstimo do célebre texto de Walter Benjamin, devidamente citado nas referências.

⁷ A respeito dessa afirmação, vale ressaltar a transição do sujeito **do** para o sujeito **no** discurso que situa o modo como o “acontecimento” da digitalização modifica a relação estabelecida entre o funcionamento do aparato técnico e tecnológico com o sujeito do discurso artístico (a posição do produtor da obra de arte).

enunciativa do enunciado que é da ordem concreta que ele, neste caso, apenas (dis)simula.

Essas considerações permitem a compreensão de que o enunciado visual da ordem do artístico, no caso em análise, embora mantenha uma relação de semelhança com a ordem a que se filia, ao mudar a sua superfície de inscrição (que deixa de ser a superfície de uma parede, no caso dos murais), tem sua materialidade repetível inscrita em outra ordem: a da política de acessibilidade. Para, além disso, mas na mesma direção, ao colocar em questão os feixes de memória atinentes ao jogo da representação visual no espaço virtual, os estratos históricos nos quais se constituíram os acontecimentos tornam-se embaralhados a ponto de o acontecimento segundo (o da produção do digital, em sua discursividade) ser absorvido pela memória que deriva do primeiro acontecimento (de que a materialidade é significada pela ordem do artístico enquanto um documento marcado, datado e circunscrito a um autor: a obra de arte).

Acontece, nessas circunstâncias, um jogo que mobiliza a superfície de inscrição da materialidade imagética, isto é, do ambiente recriado do museu, das telas que simula apresentar e das formas de acesso que define como possíveis, o que me faz retomar, a partir de Foucault (2000a, p. 40), a suspeita da sociedade ocidental de que a linguagem “[...] não diz exatamente o que ela diz”.

No mesmo gesto analítico, um encaminhamento metodológico é considerar que “a leitura possui uma história, mas como podemos recuperá-la. Poderíamos começar buscando o registro dos leitores” (DARNTON, 1992, p. 200). Um caso emblemático que “registra” essa história da “leitura no/do museu” no espaço virtual constitui parte material da própria arquitetura hipermidiática do *Museu Casa de Portinari*. Em sua antiga⁸*HomePage* havia um *link* “Opinião” que encaminhava o leitor há um outro sítio no espaço virtual.

⁸ Antiga porque, à época, no final do ano de 2013, houve uma alteração drástica na identidade visual dessa hipermídia.

Figura 4 -Recorte da interface do site Museu Casa de Portinari que aponta para a contradição na história dos leitores de arte.



Fonte: Museu Casa de Portinari. Disponível em: <https://www.museucasadeportinari.org.br/>. Acesso em: 27 jul. 2019

Esse novo sítio a que o leitor é levado refere-se a um site gratuito, o Trip Advisor<www.tripadvisor.com.br>(Figura 5) que oferece desde a venda de passagens online até a possibilidade de avaliação e consulta de avaliações de lugares e pontos turísticos realizadas por diferentes usuários dos serviços dessa empresa⁹. Seguindo as coerções de leitura e interatividade propostas pelo link, o leitor-navegador é levado a uma interface que apresenta, inicialmente, fotos do Museu Casa de Portinari, em seu logradouro real, situado a cidade de Brodowski, no estado de São Paulo – as quais, sob o funcionamento de diferentes ferramentas técnicas, o usuário pode ampliar, ler informações sobre esse “destino turístico” e, “ampliar” as informações ali constantes, por meio da edição desse textos – e, abaixo, as mais recentes avaliações de usuários que se deslocaram até a cidade de Brodowski a fim de visitar o referido ponto turístico.

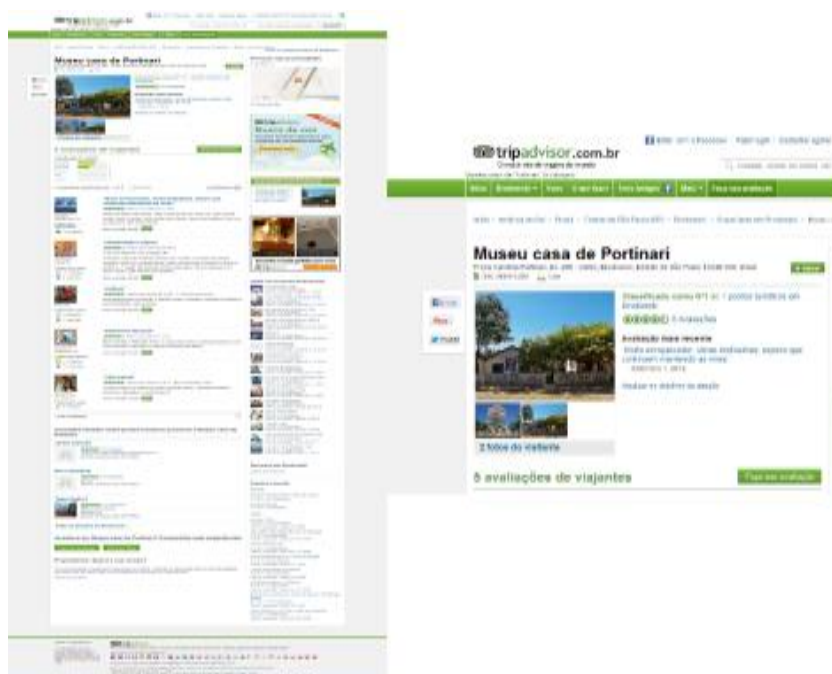
A propósito da análise a que me propus realizar neste trabalho, que consiste em buscar visualizar e compreender de que maneira a

⁹“O Tripadvisor® fornece recomendações para hotéis, resorts, pousadas, férias, pacotes de férias, guias de viagem e muito mais”. Esta é a informação do próprio site Tripadvisor, contida ao pé da página da interface-destino a que é levado o leitor-navegador da Home Page Museu Casa de Portinari ao clicar no link “Opinião”.

materialidade do artístico é entremeada pelo político demandado pelo social, as “falas” supracitadas situam os modos de acesso dos “visitantes” da produção artística de Cândido Portinari na relação que estes mantêm ao constituírem-se em “apreciadores” dessas obras nesse espaço de “dizeres sobre” o museu.

O produto desse funcionamento discursivo é a relação da instituição museológica, materializada no espaço virtual, com a instituição governamental na promoção do acesso aos espólios culturais. O que se vê, é a contraditória relação entre a (re)produção da materialidade do objeto artístico em um espaço heterotópico para o ‘dito’ acesso irrestrito, facilitado e inclusivo, a produção, portanto de duas modalidades de olhar – aquela que se constitui no acesso ao museu e à materialidade ‘real’ do artístico e no acesso ao museu e à materialidade ‘virtual’ do artístico.

Figura 5- Contradição no registro dos leitores: quem e o que se lê?



Fonte: Trip Advisor. Disponível em:

https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g1599447-d2348320-Reviews-Museu_Casa_de_Portinari-Brodowski_State_of_Sao_Paulo.html. Acesso em: 27 jul. 2018.

Sobretudo nesse encadeamento, a contradição discursiva sustenta a diferença entre ambos os tipos de acesso aos bens culturais disponíveis no museu. Embora, pretensamente no nível superficial do discurso, assegure o igualitarismo entre ter acesso à obra de arte, implica na constituição da legitimidade da história da leitura apenas daquele leitor que teve acesso ao museu, na sua localização e à arte em suas materialidades reais, como se vê na **Figura 6**:

Figura 6—Emergência dos sujeitos no discurso de leitores de arte.



Fonte: Trip Advisor. Disponível em:

https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g1599447-d2348320-Reviews-Museu_Casa_de_Portinari-Brodowski_State_of_Sao_Paulo.html. Acesso em: 22 nov. 2012.

No recorte da interface do site, pode-se observar que o espaço heterotópico de visitação é apagado em sua legitimidade, seja pela mudança no sítio virtual, seja pela instituição privada que “registra a história de leitura” dos visitantes, seja pela própria posição assumida

no discurso para que se tenha legitimidade para falar nesse espaço: tem acesso à ordem do discurso aquele cujo acesso à obra de arte se deu por vias “normais” de visitação

Diante da (re)configuração dos modos de visualização da arte, questiono o papel dos espaços de leitura da arte na corporificação dos sentidos sobre a arte. Razão para que submeta a análise o espaço do Museu (virtual) *Casa de Portinari*.

Ao discutir a linguagem do espaço, entendo que o museu, “em sua existência material, localizada em um logradouro, possui uma arquitetura organizada de maneira tal que permite tanto a alocação dos bens culturais de cunho artístico, como o tráfego de pessoas para a visitação das obras” (CAMPOS, 2012, p. 07). Organizar sistematicamente as obras de que dispõe seu acervo requer a produção de agrupamentos que obedecem a critérios temáticos e temporais, a fim de que o público visitante possa usufruir dos sentidos estabilizados de um “autor”, de uma temática, técnica ou temporalidade. Assim compreendidas, as produções culturais disponíveis em um museu real são dispostas de maneira tal a permitir aos seus visitantes o acesso aos sentidos ali “expostos”, materialmente, pelas obras organizadas de uma maneira predefinida. O trânsito pela arquitetura tangível está, justamente, a serviço desses sentidos que chamarei *in loco*.

Ao observar a organização do museu virtual *Casa de Portinari*, a primeira problemática dada à reflexão é a de que não se trata, logo no primeiro acesso, do museu em sua conformação arquitetônica: a *HomePage* do museu, em sua tela inicial propõe ao leitor-contemplador, a esse corpo que olha, uma interface de interação com informações referentes às ações culturais e administrativas do museu. Não se trata da experiência de adentrar às portas de uma instituição museológica e ter acesso às informações e normativas que regem o processo de visitação dos bens culturais ali expostos. Há um entrecruzamento de discursividades em circulação, a saber, desde aquelas que, efetivamente, dizem respeito ao museu em sua “versão” digital – o *linkMuseu virtual* – quanto àquelas que se referem à informações de ordens e instituições diversas, como o Governo do Estado de São Paulo, a Secretaria da Cultura do Estado de São, o *International Council of Museams* – ICOM, o Portal da Transparência do estado de São, enquete sobre frequência de acesso ao site, etc.

A intermitência entre a instituição museológica recriada em ambiente digital/virtual e a interface de acesso a diferentes informações, todas acessadas via *links*, corroboram para uma hipervisibilidade midiática – característica que tenho defendido na ordem das mídias digitais. Essa hipervisibilidade é a chave de acesso para a criação da ilusão de “real” atribuído a esse espaço. Na lógica da linguagem do espaço virtual: a falta do objeto concreto, em sua materialidade e acontecimento fundantes é dirimida pela possibilidade do acesso às múltiplas informações que, de alguma forma, visam suprir as lacunas de experimentação delegadas à acessibilidade cultural por meio do espaço virtual.

Há uma substituição do “ver a arte” pelo “ver tudo o que circula e explica a arte”. O virtual, enquanto estratégia emergente da contemporaneidade, tenta dar conta dos limites espaço-temporais que impedem a interação de informações. É como se houvesse uma busca pela eliminação do tempo e do espaço no decorrer da busca pela otimização da vida cotidiana. Em função disso

O olhar contemplador exige visadas antes inesperadas. O sujeito expectador busca o alcance fora dos limites de seu olhar. O espaço material não suporta a fixidez e a arte não admite as fronteiras do privado. São essas as condições para que a arquitetura do museu seja, atualmente, erigida, deslocada ou sitiada (também) no espaço virtual (CAMPOS, 2012, p. 03).

No que tange ao museu virtual, em sua forma material, pode-se perceber o esquadrinho da arte, diante do processo de sua digitalização, tornando-a parte desse universo logicamente estabilizado das ciências exatas, Figura 7:

Figura 7 - Mapa do site Portal Projeto Portinari comparado ao homem Vitruviano



Fonte: Campos (2014).

É possível depreender, discursivamente, que se trata do funcionamento do que chamei de “olhar de conforto” (CAMPOS, 2014), modo de estabilização de uma memória que sustenta os dizeres e sentidos que se produzem na ubiquidade do olhar contemporâneo. É como se *O homem vitruviano* retornasse como uma remissão aos modos de tornar mensuráveis os limites da obra de arte e de seu acesso, um produto da tecnologia produzindo suas inovações no campo das práticas de leitura do artístico. Chamo a atenção para a possibilidade de apreensão daquilo a que Foucault (2012) chama a atenção sobre a lei que rege as enunciações diversas e o lugar de onde vem, ou seja, permite apreender a formação das modalidades enunciativas da arte no espaço virtual. No campo discursivo, as modalidades enunciativas demarcam “o quem fala?”, “o lugar institucional de onde se fala” e “as posições possíveis de serem ocupadas em relação aos diversos domínios de objetos”. De acordo com esses encaminhamentos e ao observar os recortes estabelecidos, os objetos artísticos apresentados não são “produtos” da prática de seus formuladores primeiros, isto é, não mais se referem ao gestos de Leonardo da Vinci e de Candido Portinari¹⁰, ao efetuarem a leitura e a

¹⁰ É importante que se tenha claro aqui que não menciono os “autores” para tomá-los em sua existência biológica. Atinente aos ensinamentos de Foucault (2012), tomo-os

produção de que derivaram as duas produções apresentadas, mas reproduções digitalizadas dessas formas primeiras. Cabe destacar que é uma regularidade, no *corpus* analisado, a inclusão de elementos técnicos sem os quais não se pode “ler/acessar” os objetos artísticos (verificar detalhes no mosaico da **Figura 7** e os contidos, a seguir, na **Figura 8**). Esses elementos, enquanto partes materiais sem as quais não há o ‘enunciado’ nesse espaço de significação, apontam para algumas características que determinam quem, de que modo e de onde fala o sujeito desse discurso.

Figura 8 - Duas interfaces do Museu Casa de Portinari.



Fonte: Museu Casa de Portinari. Disponível

em: <https://www.museucasadeportinari.org.br/TOUR-VIRTUAL/>. Acesso em: 27 jul. 2019.

Se, para dizer (ou fazer ver, já que tratamos de imagens e(m) discurso), é necessário integrar o já dito (as obras de arte) ao dito agora (os elementos materiais de ordem técnica), aquece que diz necessita estar situado no campo do saber técnico que, para além dos limites do saber fazer estético (o espaço em que se torna singular daquele que produz o objeto artístico), implica o posicionamento em um espaço de saber técnico sobre o uso das novidades tecnológicas que permitam (i) a reprodução digital dessas obras no espaço virtual; (ii) o uso os elementos necessários para tornar esse acesso “melhorado”, “aumentado”, “real” e; (iii) o acesso dito irrestrito e ilimitado a essas reproduções. Nos recortes analisados, não se trata

em seu gesto de autoria, como posições assumidas no curso da história e que permitiu que um certo agrupamento de produções pudesse se constituir sob a regularidade de um efeito de autoria.

mais de apontar da posição do artista, mas no conjunto de posicionamentos que se assume: o de curador digital, que seleciona o que vai ou não ser exposto *on line*; o de engenheiro informático, que desenvolverá os programas e aplicativos que possibilitarão o acesso e a manipulação às ditas ‘obras de arte’; o do fotógrafo, que fará o registro e tratamento das imagens digitais, enfim, esse conglomerado de posições discursivas, legitimadas por diferentes práticas discursivas e legitimadas pelas relações dessas práticas com as instituições em que se localiza e das quais e para as quais responde, o que revela que tais posições, portanto, podem ou não ser assumidas por um ou vários sujeitos empíricos. Com isso,

Na análise proposta, as diversas modalidades de enunciação, em lugar de remeterem à síntese ou à função um unificante de um sujeito, manifestam sua dispersão: nos diversos *status*, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde se fala (FOUCAULT, 2012, p. 66).

Ainda a respeito dessas considerações, vale mencionar que a análise dos enunciados acena para o exercício da função enunciativa. Dessa noção, chamo a atenção para uma minúcia de um de seus componentes: identidade da materialidade de um enunciado. Proponho a observação do que Foucault (2012) destaca como condições a partir das quais pode-se reconhecer o *status* material de um enunciado. Para o filósofo,

a identidade de um enunciado está submetida a um segundo conjunto de condições e de limites: os que lhe são impostos pelo conjunto dos outros enunciados no meio dos quais figura; pelo domínio no qual podemos utilizá-lo ou aplicá-lo; pelo papel ou função que deve desempenhar (FOUCAULT, 2012, p. 126).

Portanto, pensar a identidade dos enunciados de que estou tratando até aqui, segundo esses critérios mencionados por Foucault (2012), implica em buscar, então, esse espaço de coexistência em que figuram os enunciados da ordem do artístico. Se, do ponto de vista da função enunciativa foi possível observar essas diferentes posições assumidas na análise das modalidades enunciativas, dessa mesma

análise, e ancorado nos objetivos desta pesquisa, é possível depreender que não há uma equivalência direta entre os objetos artísticos e suas reproduções ‘altamente similares’ no espaço virtual. Isso porque, não se pode, neste caso, estabelecer “a constância do enunciado, a manutenção de sua identidade através dos acontecimentos singulares das enunciações, seus desdobramentos através da identidade das formas”, já que não se sustentam nem a integridade de sua identidade, nem o campo em que figura”. “[...] Tudo isso é função do *campo de estabilização* (FOUCAULT, 2012, p. 127).

Pontualmente, ao passar pelo processamento técnico e tecnológico, o objeto artístico (lido, aqui, em sua forma de enunciado) tem sua materialidade mantida por similitude e ao mesmo tempo, ‘invadida’ por outros elementos significantes os quais, no espaço virtual, são constantes e inerentes a essa linguagem. Cabe, ainda, mencionar que por ser o museu esse espaço de coexistência dos enunciados da arte; que por ser este espaço uma heterotopia já descrita por Michel Foucault e; que o espaço virtual, nesta pesquisa, é tratado como uma heterotopia contemporânea, considero que

os esquemas de utilização, as regras de emprego, as constelações em que podem desempenhar um papel, suas virtualidades estratégicas constituem para os enunciados um *campo de estabilização* que permite, apesar de todas as diferenças de enunciação, repeti-los em sua identidade [...] (FOUCAULT, 2012, p. 126).

Para além disso, é importante destacar, como já feito em outro momento nesta dissertação, que esse espaço se singulariza como um espaço heterotópico de estabilização dos enunciados da ordem do artístico. Justamente porque será a consideração desse caráter fugidio dos posicionamentos instaurados pelos enunciados da ordem do artístico, em relação ao ritual de visitação desses espaços de coexistência (o museu digital e o portal), que haverá uma alteração nas modalidades enunciativas.

Nesses termos, enquanto estrutura e compreendido como linguagem, o espaço arquitetônico do museu mobiliza ferramentas informacionais que, desde algoritmos até as diferentes *databases*, implementa a possibilidade de visualização do ambiente do museu, bem como das obras que expõe e guarda. Essa estrutura, porém, trabalha pela contradição, pois, ao apresentar na tela do computador

a superfície simulada do museu, cria uma realidade à parte, isto é, uma interpretação do mundo concreto que, notadamente, reitera a tese pecheutiana de que há algo inatingível, que não é perfeitamente fechado – a linguagem, razão para que o que se depreende dela sempre possa ser outra coisa – o sentido); que permite que se reconheça a existência do museu digital por meio do esquecimento da existência do museu real e da mobilização da memória que discursiviza e autoriza o reconhecimento da similaridade, portanto, da verdade expressa pela linguagem estruturada pela forma de acesso às obras.

Ao retomar a discussão sobre o funcionamento da memória ante ao acontecimento, temos diante de nossos olhos um caso em que um acontecimento é absorvido pela memória. Estratificados nesse documento, também aqui monumento (FOUCAULT, 2012) que é a interface do museu, há dois acontecimentos: um primeiro e mais visível diz da produção artística de Cândido Portinari que, por sua importância no cenário cultural nacional, após a sua morte, é alocada em um museu e dada a visita a todos aqueles que se deslocarem até o logradouro onde está sediada a instituição museológica; um outro acontecimento, aparentemente secundário, mas de importância latente é o da reprodução digital das obras e materiais dispostos no museu “real” e a sua recriação em linguagem binária conjuntamente ao funcionamento de programas informacionais que permitem a reduplicação virtual do espaço de visita do museu. Essa ação que consolida outro acontecimento, é condição para que as portas do museu estejam abertas para um número maior de visitantes, cuja presença pode ser virtualizada pela relação espaço-temporal dirimida pela interface tecnológica por meio da qual a arquitetura do museu “real” torna-se uma “arquitetura virtual” do museu.

A memória discursiva, circunscrita a essa materialidade significante, promove o delineamento e o apagamento (esquecimento, silenciamento) dos sentidos circunscritos à prática de leitura, razão para que a linguagem esteja sujeita a falhas, em seu percurso de significação, por onde os sentidos escapam, condição de possibilidade de funcionamento da contradição. Contradição e esquecimento porque, como já referido, faz dizer o simulacro da (re)materialização da arte, apaga as redes de memória que atestam e fazem viver o não artístico e fazem esquecer, no processo de deixarem morrer, de que tudo o que é exposto na tela do computador não passa

de combinações binárias que, na ordem do olhar, parecem ser por uma relação de semelhança, pela reificação do mesmo, mas que absorvem o acontecimento por meio da memória, como se a manipulação do objeto artístico não tivesse ocorrido.

Click final

A tarefa que me impus nesse exercício de escuta discursiva foi o de explicitar o efeito do exercício da governamentalidade nos modos de materialização da prática discursiva artístico-cultural do *Museu Casa de Portinari* e do *Portal Projeto Portinari* como uma demanda do social. Nesse intento, voltei minha atenção para a espessura material gerada por modos possíveis de deslocamento virtual nesses sites. Parti da hipótese de que, nessa conduta construída sob os modelos pré-definidos de deslocamento pelo espaço virtual, os sentidos se deslocam criando um lastro significante que afeta a ordem discursiva na qual passam a vigorar as sequências textuais deslizadas.

A análise demonstrou que há um jogo que mobiliza a superfície de inscrição da materialidade imagética, isto é, do ambiente recriado do museu, das telas que simula apresentar e das formas de acesso que define como possíveis. A estratégia de trânsito por meio de *links* individualiza as formas de contemplação e quebra a expectativa do acervo exposto, gerando não só diferentes experiências pela estrutura do site do museu, em sua configuração arquitetônica, mas também diferentes formas de materialização dos sentidos produzidos pelo acontecimento do espaço que é apresentado, das telas que são exibidas e dos trajetos que são (re)desenhados não mais pelo passo-a-passo no interior do museu, mas pelo *click-a-click* do mouse do computador.

Nesse curso, marcado pelo movimento do cursor do *mouse* ou pelas setas de movimentação, o sujeito espectador-leitor é absorvido num “corpo-olhar” que, assim como entende Eni Orlandi, compreendo a constituição de um “efeito-leitor”. Efeito fugidio, errante, que se constitui na mesma mobilidade de que é investida a materialidade a que se dedica durante a leitura. É nesse processo que se pode vislumbrar as coerções que atestam a presença desse “corpo de quem vê” a arte. Para além disso, inquieta-me o fato desse efeito apontar para o funcionamento do poder biopolítico que afeta a população,

constituindo-a para além da sua configuração orgânica, uma vez que os efeitos oriundos da prática de acesso aos bens culturais são constituidores do que as políticas governamentais e suas instituições delinham como “práticas cidadãs”, isto é, práticas que, como bem observaria Foucault se hoje conosco estivesse, de que se trata da produção do corpo social.

Diante desses funcionamentos elencados, ao se considerar as produções culturais alocadas no museu como materialidades linguístico-discursivas da ordem do artístico, é possível reconhecer a reprodutibilidade da obra de arte e de seu ambiente material de exposição como uma da tecnologia da governamentalidade, isso porque, como parte do verdadeiro da época que, de um lado, tem por base os avanços no campo tecnológico como saber que rege as ações humanas em suas relações e, de outro, se efetiva em diferentes políticas de igualdade que, sob diferentes facetas, incidem sobre os modos de governo da população e instituem condutas modelares a esse contingente que anseia e é levado a reconhecer-se como “iguais perante a lei”.

A acessibilidade cultural é tomada como um efeito discursivo dessa arquitetura discursiva em análise, porque, como viu-se, ao sair das paredes (afrescos) e dos limites dos quadros em que se materializaram em um determinado momento na história, essas materialidades passam a circular em um espaço heterotópico que revigora as políticas afirmativas como sua base para significar. A esse verdadeiro da época, que se insinua pelo arquivo como aquilo “que significa antes, em outro lugar” funciona como a ponte que transforma o espaço virtual em um espaço de inclusão (nomeadamente, em termos materiais, ou não). Por fim, é válido lembrar que, esse efeito de política, que só se concretiza por estar na ordem da governamentalidade, não sustenta uma política de inclusão efetiva. Isso ficou marcado, para citar, na análise em que “os registros de leitura dos leitores” (DARNTON, 1992) aponta para o silenciamento da visita dos leitores que tiveram acesso apenas à versão digital do museu. Embora circunscreva-se a uma aparente “boa intenção”, essa acessibilidade não leva a população à arte ou aos objetos culturais que figuram no espaço museológico, ao contrário, realiza uma “teatralização” do ritual de acesso ao museu, nos quais as exposições

não ultrapassam, efetivamente, o nível de fotografias digitalizadas das obras de arte.

Referências

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: LIMA, L. C. (Org). **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 205-240.

CAMPOS, Jefferson Gustavo dos Santos. A linguagem do espaço no Museu (digital) *Casa de Portinari*: olhares e sentidos em trânsito. In.: II JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS DO DISCURSO; 1.º ENCONTRO INTERNACIONAL DA IMAGEM EM DISCURSO, 2012, Maringá. **Anais Eletrônicos...** Maringá: Programa de Pós-Graduação em Letras da UEM, 2012. Disponível em: anais.jiedimagem.com.br. Acesso em: 14 jun. 2012.

CAMPOS, Jefferson Gustavo dos Santos. **A imagem em discurso digital: heterotopia dos regimes de ver e de dizer a arte no espaço virtual**. 2014. 109 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

CARDOSO JR., Hélio Rebello. Acontecimento e história: pensamento de Deleuze e problemas epistemológicos das Ciências Humanas. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, n. 28, v. 2, p. 105-116, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/trans/v28n2/29417.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2019.

DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter (Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo. UNESP, 1992.

DIAS, Cristiane. Espaço, tecnologia e informação: uma leitura da cidade. In.: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino dos; CASTELLO BRANCO, Luiza Katia Andrade. (Orgs.). **Análise de Discurso no Brasil: pensando o impensado sempre**. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas-SP: RG, 2011, p. 259-272.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas**. Trad. de Salma Tannus Muchail. 8. ed. 2. tir. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Coleção Tópicos).

FOUCAULT, Michel. Retornar à História. In.: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da

Motta. Trad. de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 282-295. (Coleção Ditos e Escritos, vol. II).

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. (Coleção Campo Teórico).

GALLO, Solange Leda. Contradições na divulgação do conhecimento científico e cultural. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 11, n. 3, p. 665-688, set./dez. 2011. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/826/765. Acesso em: 27 jul. 2019.

GALLO, Solange Leda. A Ciência da Linguagem e a tecnologia. **Revista da ABRALIN**, v. Eletrônico, n. Especial, p. 279-293, 2. parte, 2011. Disponível em: <>. Acesso em: 6 jan. 2012.

LEÃO, Lucia. **O labirinto da hipermídia**: arquitetura e navegação no ciberespaço. São Paulo: Iluminuras/FAPESP, 1999.

ORLANDI, Eni. P. **Discurso e leitura**. 3. ed. Campinas-SP: Pontes, 1996. (Coleção Passando a limpo).

ORLANDI, Eni. P. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 3. ed. Campinas-SP: Pontes, 2008.

O SUJEITO NAS TRAMAS DO DISCURSO: A REPRESENTAÇÃO DO CAIPIRA NA TELENOVELA ÊTA MUNDO BOM!, DE WALCYR CARRASCO

Anísio Batista Pereira¹
Antoniél Guimarães Tavares Silva²

Para entrar em cena...

O que eu visto não é linho
Ando até de pé no chão
E o cantar de um passarinho
É pra mim uma canção
Vivo com a poeira da enxada
Entranhada no nariz
Trago a roça bem plantada
Pra servir o meu país.
(Joel Marques/Maracaí,1998)

A teledramaturgia brasileira tem se mostrado uma potente forma de prática cultural no meio artístico brasileiro, conquistando uma legião de fãs, sobretudo no que respeita às novelas, que há décadas entram nos lares dos seus telespectadores. A cada história que se conta, sempre há um personagem – protagonista ou coadjuvante – que se destaca na trama, ganhando a torcida do público no desenrolar da novela. Nessa direção, alguns personagens podem ser percebidos como terreno fértil para se fazer um estudo acadêmico, cujos traços constitutivos os inserem em um perfil social/cultural que representa uma parcela da sociedade brasileira.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia (PPGEL-UFU/FAPEMIG); Membro do Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos (LEDIF/UFU/CNPq). Contato: pereira.anisiobatista@ufu.br

² Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia (PPGEL-UFU); Membro-pesquisador do Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos (LEDIF/UFU/CNPq). Contato: gui.antoniél@gmail.com

Pensando nessa dimensão, o presente trabalho objetiva elucidar a constituição do sujeito caipira na telenovela *Êta Mundo Bom!*, de Walcyr Carrasco, exibida pela rede Globo de televisão em 2016, a partir de três imagens fotográficas extraídas da internet, que constituirão nosso recorte para análise. Ressalte-se que esse caráter caipira, especialmente do protagonista, é uma influência de um conto que posteriormente se transformou em filme, cuja roupagem é tomada para a novela. Trata-se de uma produção inspirada no filme *Candinho*, de Abílio Almeida, produzido na década de 1950 e protagonizado por Mazzaropi. Como suporte teórico metodológico, ampararemos-nos nas formulações da Análise do Discurso de linha francesa, sobretudo de Michel Foucault, com ênfase aos conceitos de sujeito, discurso e subjetividade.

Isto posto, este trabalho encontra-se dividido da seguinte maneira: em um primeiro momento, serão discutidos os aspectos ligados à metodologia, com ênfase aos conceitos supracitados, segundo as formulações de Michel Foucault; posteriormente, será realizada a análise do material (imagens, trilha sonora e fala do sujeito protagonista) sobre a referida telenovela, possibilitando obter os resultados sobre a constituição do sujeito caipira na telenovela supracitada, direcionando as discussões para as considerações finais.

Sujeito e discurso em Michel Foucault: breves considerações

Inicialmente, a noção de discurso na ótica foucaultiana escapa à imanência das materialidades linguísticas, pois se constitui pela exterioridade, isto é, nas relações históricas, culturais e políticas. Nesse contexto, busca-se epistemologicamente evidenciar a partir do linguístico as configurações que possibilitam compreender como os sentidos³ são produzidos por sujeitos históricos inseridos na vida social. Em vista disso, o objeto de estudo não é somente um recorte de enunciados, o *corpus*, pois, pondera Navarro (2012, p. 04), “[...] mesmo que [Foucault] considere que a existência material seja um dos componentes necessários para a realização do enunciado, [...] o ‘real

³ Embora Foucault não trabalhe com a ideia de sentido propriamente dito, propomos salientar que os efeitos de saber e de poder, bem como a linguagem marcada historicamente, entram no jogo do que denominamos de sentido na linguagem.

da língua' não é objeto de Michel Foucault", apoiando-se, ademais, nas disposições da língua para se respaldar.

Conseqüentemente, não se procura a interpretação dos sentidos, mas a apresentação do itinerário de funcionamento discursivo revelado nos enunciados enquanto *prática discursiva*⁴, todavia, não de forma aleatória e infundada, ao passo que, como descrito por Possenti (2009, p. 170), "[...] Foucault estipula que o saber é correlato de práticas, é verdade, mas isso não basta. Para ele, precisa que se trate de certas práticas, não de quaisquer práticas". É pertinente compreender que essas práticas se dão a partir de relações determinadas pelas relações históricas e relações de poder.

O sujeito é constituído com base na materialização de discursos no texto estabelecendo um ser da linguagem que está no espaço exterior, isto é, pode-se pensar que o sujeito não se confunde com o autor, uma vez que deve estar inscrito em uma matriz histórica e relações sociais, culturais e políticas. A língua, logo, constitui-se no seu funcionamento, na produção de práticas discursivas nela e por ela revelando traços culturais e posições de sujeitos autorizados a organizar e ordenar os dizeres de maneira mais ou menos legítima.

Assim, a circulação de discursos sobre camadas heterogêneas dos suportes de comunicação constitui materiais de análise profícuos para a investigação de elementos linguísticos complexos, especialmente na contemporaneidade, pois, *a priori*, em uma perspectiva discursiva, o olhar sobre os enunciados evidencia efeitos de sentidos produzidos por sujeitos a partir de suas relações históricas e relações de poder. Assim sendo, organiza-se esta discussão por uma sucinta trajetória da obra de Foucault para se pensar os conceitos de sujeito e discurso com fulcro no texto *Foucault* de Gilles Deleuze (2005) já que delineia de maneira coerente o funcionamento das noções supracitadas e, ainda, o texto *O Sujeito e o Poder* de Foucault (1995) para finalizar a discussão teórico-analítica.

Dessa forma, a tematização do enunciado⁵ nas análises de Michel Foucault (2008) em *A Arqueologia do Saber* problematiza a legibilidade de questões singulares a partir de ruptura com os olhares para frases

⁴ Termo que Michel Foucault (2012) particulariza em *A arqueologia do saber*.

⁵ Vale ressaltar que enunciado não diz respeito apenas à linguagem verbal (oral e escrita), mas também ao campo imagético, assim como no caso do *corpus* em estudo.

e proposições. É notório que o estudo do enunciado se faz relevante e pertinente para os estudos do discurso, pois esse ocupa intrinsecamente um espaço de *raridade*, isto é, regido sempre por uma lei e um efeito. Se a investigação de frases permite a constatação de contradições em um nível linguístico superficial, as proposições não se concretizam suficientemente para se datar um efeito de imparcialidade. Os enunciados são, assim sendo, passíveis de reprodução sob determinadas permissões. Isso implica em uma desvinculação com a origem criadora, já que, segundo Foucault (2008), o relevante é a *regularidade*.

Entende-se como regularidade um conjunto de regras ordenadas e organizadas apreendidas das singularidades enunciativas, não no sentido de semelhanças ou diferenças, e sim de uma espécie de curva baseada na distribuição de lugares possíveis. Esses lugares são representados por instâncias triformes, tais como sintetiza Deleuze (2005, p. 16-17): um *espaço colateral*, analisado no aspecto heterogêneo das regras de formação inscritas transversalmente na dispersão funcional de famílias de enunciados; o *espaço correlativo*, instituído pela coexistência singular de enunciados a medida em que, pautados em uma ordem discursiva, montam funções vetoriais de sujeitos, objetos e conceitos; por último, o *espaço complementar*, especificamente as relações entre formações não-discursivas: no alcance das instituições, dos acontecimentos, práticas e processos.

Pensando nessa perspectiva, o enunciado tem como prescrição a capacidade de se repetir. Todavia, não se trata de conservação da matéria ou forma, como ocorre com frases e proposições, e sim semelhante espaço de reprodução, já que o que conta é a sua referência com algo que está fora de si. Em *As Palavras e as Coisas*, Foucault (1999) apresenta uma investigação da maneira como enunciados são organizados e ordenados mediante ao estabelecimento de um dado objeto, pois o olhar para a formalização ou interpretação dá lugar agora à angulação da multiplicidade. Esse conceito articula o desligamento da textualidade e instaura a varredura das discursividades no *corpus*, no nível arqueológico, ou seja, na camada enunciativa.

Já em *Vigiar e Punir*, Foucault (1987) aponta que o saber apresentado na esteira arqueológica é colocado em cheque ao reagir ao problema do poder. O caminho entre teoria e prática no espectro

discursivo se respalda em alguns postulados sobre o poder: não é propriedade de uma determinada classe, tão pouco localizável ou subordinado a ideologias; além disso, não possui essência, modalidade ou legalidade. Depreende-se, desta forma, que o poder se exerce e é exercido nas relações de forças e resistências, isto é, calcado em efeitos discursivos instaurados por estratégias, técnicas, difusões, investimentos ou qualquer elemento validante que faz revelar e tornar visível as condições de possibilidade de uma prática discursiva.

O conceito de *diagrama*, como acentua Deleuze (2005, p. 44), transcende o conceito de arquivo apresentado por Foucault ao mapear como as relações de forças se exercem estrategicamente sobre outras forças e constituem o poder no tempo e no espaço em um campo intersocial de modo imanente, ou melhor, “[...] é nesse ponto que divergem ou se diferenciam duas formas de atualização, forma da expressão e forma do conteúdo, forma discursiva e não-discursiva, forma do visível e forma do enunciável” (DELEUZE, 2005, p. 47, itálicos do autor). Por conseguinte, o visível e o enunciável se correlacionam a partir do momento em que um campo do saber se torna arena para o estabelecimento de relações de poder no sentido de construir um efeito de verdade. Esse efeito é tratado na obra de Foucault como vinculada à exterioridade enunciativa.

Portanto, o conceito de *efeitos de verdade* funciona para além de crenças ou doutrinas, pois se concebe sempre nas relações, nos jogos, nas interdições, nas forças, não somente entre o soberano e o súdito, o dominado e o dominador. Todo discurso obedece a uma ordem, que entra em um jogo de interdições, o que possibilita compreender que o sujeito não está autorizado a dizer tudo o que pensa Foucault (1996). Entretanto, em toda e qualquer manifestação do saber que é passível de fazer o outro obedecer, se por acaso, lendo Veyne (2011, p. 101), “milhões de pequenos poderes formam a trama da sociedade da qual os indivíduos constituem o liço”.

A relação poder e verdade (esta se traduz a um saber), na concepção de Foucault (2016) se entrecruzam na constituição do sujeito, sendo o efeito desses dois elementos no âmbito das práticas discursivas. Na verdade, o que existem de fato são vontades de verdade (FOUCAULT, 1996) e a produção de discursos vincula aos denominados regimes de verdade que são historicamente

estabelecidos e, conseqüentemente, produzem efeitos de subjetividades, constituem sujeitos.

Nos entremeios dos campos da *dizibilidade* e dos locais de *visibilidade* se encontra a noção de formação histórica, bem como assevera Foucault (1997) em *A História da Loucura na Idade Clássica*. O conceito de louco adquire a condição de possibilidade de maneiras distintas no fio da história uma vez que os saberes são mobilizados consoantes aos jogos de verdades que fundam, evidentemente segundo a ótica de Foucault, as práticas discursivas de enunciados nos incursos das visibilidades de práticas não discursivas.

Para sintetizar, em suma, “os enunciados só se tornam legíveis ou dizíveis em relação com as condições que os determinam e que constituem sua única inscrição sobre um ‘pedestal enunciativo’” (DELEUZE, 2005, p. 64), pedestal esse capaz de estabelecer um sujeito suscetível a ocupar posições móveis não se interessando por “quem fala”, “o quê isso fala” ou “o que o mundo diz”, com efeito, trata-se de uma condição do enunciado para que, *a priori*, um ser histórico da linguagem adquira função no *corpus* baseada em uma série de regimes, ou melhor, mobiliza-se a contribuição de Deleuze (2005, p. 68), “o que se pode concluir é que cada formação histórica vê e faz ver tudo o que pode, em função de suas condições de visibilidade, assim como diz tudo o que pode, em função de suas condições de enunciado”.

Foucault (1984) discute sobre o problema da verdade em *História da Sexualidade II – o uso dos prazeres* em que elenca elementos dessas condições. Primeiramente, um sujeito louco não enuncia de um mesmo lugar na idade clássica e na idade moderna, por exemplo: isso se dá porque um enunciado não se relaciona com o objeto sob as mesmas possibilidades de acontecimento distanciando, dessa maneira, o que pode ser dito e o que é de fato passível de visibilidade discursiva.

Em Foucault (1981), toda relação de forças é uma relação de poder. Escapa, para tanto, dos estágios de forma e interpretação e interessa a maneira como ações são reativas a outras ações em um jogo de movimentações correlacionadas em um circunscrito histórico e espacial, não de maneira a descrever as forças, e sim de explicar como o poder se exerce frente aquelas condições, ou ainda, como as heterogeneidades constitutivas fundam as inscrições de saberes e

estratificam ou segmentam relações. Sendo assim, o princípio de Foucault de que tudo é prática do saber e estrato de uma relação de poder se faz valer aqui, não obstante, sumariza Deleuze (2005, p. 85), apoiado em *A Vontade de Saber*:

É que a relação de poder não tem forma em si mesma e coloca em contato matérias não-formadas (receptividade) e funções não-formalizadas (espontaneidade), enquanto as relações de saber, de cada lado, tratam de substâncias formadas e de funções formalizadas, ora sob a espécie receptiva do visível, ora sob a espécie espontânea do enunciável. As substâncias formadas se distinguem pelo enunciado. Não se deve, então, confundir as categorias afetivas de poder (do tipo “incitar”, “suscitar”, etc.) com as categorias formais de saber (“educar”, “tratar”, “punir”...) que passam por ver e falar, para atualizar as primeiras.

A saber, o índice da regularidade toma o enunciado como suscetível à desmontagem dos percursos entre pontos singulares que obedecem a regimes de regras de formação atualizando historicamente a leitura das relações de força mediante os impasses do que se faz falar e o que se faz ver. Nesse sentido, a problemática apresentada por Foucault em torno da vida dos homens infames direciona a discussão para os fatores que permeiam as visibilidades à medida que os enunciados estão dispersos no âmbito da exterioridade e produz efeitos de verdade. Esse controle não se confunde com a soberania que confisca as relações do homem com o mundo ou gerencia o direito a vida, mas se remete às forças de representação das resistências ao objeto da morte, isto é, a transferência do poder para o biopoder.

Neste contexto, no pensamento de Foucault, a vida do homem infame não se demarca pela sua incursão ou falta de representação na história dos sujeitos como instaurado no diagrama grego: “o que decorre, então, é uma *relação da força consigo, um poder de se afetar a si mesmo, um afeto de si por si*” (DELEUZE, 2005, p. 108, grifos do autor). Isso implica na produção de subjetivação, isto é, a existência de uma convenção estética de si, do governo de si e, em consonância, ao governo do outro; da faculdade do homem em exercer sua liberdade nos entremeios de um campo de relações saber e de relações de poder interdependentes. No entanto, o processo de subjetivação se

diferencia do que Foucault chama de sujeição: essa última noção se refere ao apagamento do controle de si, ao enfraquecimento da independência nos limites da liberdade social e histórica, por um lado, do corpo e suas relações de força com o saber e os regimes de verdade instaurados na exterioridade.

A subjetividade enquanto objeto se constitui nas fronteiras entre a subjetivação e sujeição de uma época e de acordo com as exigências de um espaço validante. Assim, insere-se na questão colocada por Foucault ao tratar do sujeito enquanto objeto no cerne da compreensão do pensamento moderno. Assim sendo, o filósofo citado não pretende negar o sujeito, todavia, mostrar que esse sujeito se situa em uma rede de conhecimento permeado por relações, acionando Prado Filho (2005, p. 42):

Equivale a dizer que suas análises históricas circulam em torno da relação *saber x poder x subjetividade*, onde saber e poder são sempre da ordem da produção, são maquinarias sociais, são processos políticos, são relações, e a subjetividade é sempre da ordem dos efeitos, é o ponto de chegada e não de partida.

Ademais, o exercício do poder faz circular forças enunciativas que gradativamente traçam memórias sobre o cuidado de si no presente em constante associação com o passado, uma vez que, “os enunciados não visam nada, porque não se relaciona com nada, tal como não exprimem um sujeito, mas apenas remetem a uma linguagem, a um ser-linguagem, que lhes dá objetos e sujeitos próprios e suficientes como variáveis imanentes” (DELEUZE, 2005, p. 116). Com efeito, pensar a intencionalidade aqui é impertinente, pois o ser da linguagem emerge na exterioridade nos entremeios do saber e poder, ou de outra forma:

O Ser-saber é determinado pelas duas formas que assumem o visível e o enunciável em determinado momento, e a luz e a linguagem não são separáveis da “existência singular e limitadas” que têm sobre determinado estrato [formação histórica]. O Ser-poder é determinado nas relações de forças, as quais passam, elas próprias, por singularidades variáveis conforme a época. E o si, o ser-si, é determinado pelo processo de subjetivação. (DELEUZE, 2005, p. 122)

A formação histórica, o estrato, é conjuntura para a representação de variáveis de subjetividades e, igualmente, produto de subjetivação. O papel do historiador, de acordo com Foucault, é investigar as condições, os caminhos, as relações, é, além disso, desmontar os processos de subjetivação e colocar em cheque como o pensamento se organiza e faz emergir singularidades sobre *corpus* interpassando pelos pontos do presente e do passado nas curvas das relações entre famílias de enunciados distinguindo discursivamente o dizível em contraposição ao visível na exterioridade.

Com efeito, convergem-se essas reflexões para pensar sobre as formações históricas em diferentes momentos, respaldando-se em Deleuze (2005, p. 132-142). No “período clássico”, os textos obedeciam aos regimes de infinidade em que o homem se colocava em ordem de subordinação ao absolutismo unitário de uma forma-Deus, isto é, uma consciência de que toda produção se movimentava pela história natural cristã; posteriormente, no século XIX, surgem os atravessamentos da biologia com as primeiras noções de corpo, da economia política com o questionamento dos princípios hierárquicos de organização social e da linguística problematizando as fissuras do dizer sobre Deus e dizer sobre o homem fundando, assim, uma forma-Homem; por último, às formas modernas e contemporâneas, pode-se problematizar como o homem se vê no mundo e como se vê como homem nos imbricamentos com a noção de vida e morte e cuidado de si.

Partindo desta contextualização, em *O sujeito e o Poder*, Foucault (1995, p. 3) pensa a análise do poder como um processo de legitimação de relações complexas enquanto elemento de objetivação do sujeito. No entanto, depara-se com verificações necessárias: o estabelecimento de uma conceituação e sob quais realidades são mobilizadas. Para tanto, coloca em cheque as formas de violência que inviabilizam o exercício do poder em contradição a racionalização em que essa última não deve ser metodologicamente analisada na globalidade, mas nas linhas de resistência e oposições, tais elas crivadas por lutas transversais, produtoras de efeitos de poder e saber, imediatas e que examinam o estatuto do indivíduo nas suas relações com o mundo e consigo mesmo seja nas instâncias de dominação, exploração ou de si para si.

Consequentemente, a noção de *sujeição* emerge para dar conta das estratégias de imposição de subjetividades. Um sujeito pode ser

acatado por mecanismos de poder totalizantes e ao mesmo tempo individualizantes, isto é, por um lado o sujeito se torna submisso a uma forma coextensiva de controle absolutista como, por exemplo, a soberania do Cristianismo do século XVI, o que acarreta, por outro lado um jogo de regimes aplicados a cada sujeito de modo a exigir, por meio da instituição religiosa, determinadas práticas essencialmente individuais para se alcançar a “salvação”. Neste sentido, o poder se exerce por meio de uma série de partículas de poder, sejam eles nas atmosferas familiares, estatais ou institucionais.

Nesse contexto, finalmente, como se exerce o poder? Essa análise se verte para uma análise das manifestações enunciativas de outra perspectiva, não mais sobre a formalização ou interpretação de efeitos, mas sim sobre a legitimação dos jogos de funcionamento das relações de sujeitos sobre outros sujeitos, de ações sobre outras ações, em suma, interessa aqui investigar o poder a partir das suas condições de possibilidade de exercício. Isso implica demarcar um vislumbre específico para cada efeito de verdade, ou sumarizando:

Abordar o tema do poder através de uma análise do “como” é, então, operar diversos deslocamentos críticos com relação à suposição de um “Poder” fundamental. É tomar por objeto de análise relações de poder e não um poder; relações de poder que são distintas das capacidades objetivas assim como das relações de comunicação; relações de poder, enfim, que podem perceber na diversidade de seu encadeamento com essas capacidades e estas relações. (FOUCAULT, 1995, p. 13)

Logo, entende-se que o exercício do poder não se limita às ações de uns sobre os outros, mas envolve a ordem e organização dessas forças e resistências, mesmo que em alguns casos tenha maior ou menor grau de manifestação, evidentemente, até a fronteira das formas de violência. Ainda, Foucault (1997) utiliza o termo “conduta”, no sentido de conduzir, para se referir a como uns sujeitos se tornam agentes ativos sobre outros agentes passivos nos jogos de possibilidades e pontua uma subjeção importante: a *liberdade* do sujeito, isto é, somente o sujeito dotado de reação às forças e resistências é suscetível a exercer o poder independente das suas relações com o coletivo ou consigo mesmo, uma vez que “não há relação de poder onde as determinações estão saturadas – a

escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado [...]” (FOUCAULT, 1997, p. 15).

Consoante, ainda na esteira de *O Sujeito e o Poder*, o poder pode ser analisado tendo como ponto inicial a demarcação da instituição vigente em virtude de sua ligação com o aspecto social. Além disso, é preciso examinar os campos de visão: os sistemas das diferenciações subjetivas, os escopos e viabilidades instauradas pelas hierarquias institucionais e, por último, os graus de racionalização. Isso remete ao levantamento das redes de estratégias de embate, por um lado, estabelecendo a intensidade das forças que almejam posicionar os sujeitos mais ou menos próximos de uma subordinação e, por outro lado, determinando os meios de resistências possíveis.

Prontamente, a construção de uma identidade subjetiva pode ser pensada por meio da compreensão da obra de Foucault, pois é possível instaurar o sujeito em sua relação com a história ou com a cultura. Ainda, um dado sujeito posto como objeto sofre processos de subjetivação conforme os saberes se estruturam e sistematizam gerando diferentes regras e normas aplicadas à execução e modificação de práticas discursivas inscritas na histórica. No *corpus*, foi possível demonstrar como um dispositivo tem a condição de ser desenredado por meio da análise dos aspectos de disciplina, práticas discursivas, ordenação de saberes e poderes que recaem sobre os corpos e faz assumir identidades assujeitados.

Uma leitura de representações do sujeito protagonista Candinho

Sucesso de crítica e público, a telenovela supracitada, ambientada na década de 1940, escrita por Walcyr Carrasco e dirigida por Jorge Fernando, foi exibida pela rede globo em 2016, cujo protagonista, Candinho, interpretado pelo ator Sérgio Guizé, foi escolhido como nosso objeto de análise. Assim, este estudo se debruça na constituição desse sujeito caipira, por meio de seus traços característicos, isto é, suas subjetividades que o inscrevem nessa identidade caipira.

A logomarca da telenovela (ÊTA MUNDO BOM!) apresenta um acento circunflexo na letra inicial da primeira palavra do título, inexistente de acordo com a norma culta da Língua Portuguesa. Esse acento proposital cria um efeito de caipirismo, tanto no que diz

respeito ao chapéu quanto ao dialeto caipira (linguagem não consonante com a norma culta).

Em relação à abertura, são exibidas imagens de Candinho no seu “rancho”, casa na zona rural, em meio aos seus afazeres domésticos (a lida com os animais e plantas), ao som da música cuja letra remete para o local imediato onde reside o personagem (“O baile lá na roça foi até o sol raiar”), na voz de Suricato. O termo “roça” aponta para um sujeito roceiro, o qual possui um burro, Policarpo, seu animal de estimação, típico de pessoas residentes no meio rural, bem como se percebe na Representação 1, logo abaixo.

Quanto ao material de análise, além do discurso linguístico contido nas letras de músicas e falas do personagem, o enunciado imagético proporciona uma nítida caracterização desse sujeito e suas subjetividades, sendo o reflexo de sua exterioridade que o cerca. Não se considera, aqui, o estereótipo que coloca esse sujeito em um nível de inferioridade social, memória arraigada socialmente sobre esse aspecto. Trazendo essas questões para o recorte teórico-metodológico adotado para as análises, o saber e as relações de poder ganham destaque, considerando que esse sujeito, a seu modo, possui um saber, não aquele institucionalizado, mas de acordo com sua natureza ligada ao meio rural. Assim, o espaço ligado à natureza se torna um elemento que provoca efeitos de subjetivação.

Representação1: O sujeito Candinho e seu caráter caipira.



Fonte: <http://www.purepeople.com.br/midia/candinho-sergio-guize-tambem-resgata-p_m1316531>. Acesso em: 01 out. 2017.

Foucault (2016) destaca a relação entre verdade e subjetividade, fator que pode ser observado nos aspectos tidos como verdadeiros em relação ao protagonista, Candinho. Pela imagem, é possível perceber subjetividades mais aparentes desse sujeito, constituindo-o em caipira, pelos trajas (chapéu e botinas de couro e roupa desengonçada, sem requintes de elegância), atrelados pelo animal rural e o ambiente à sua volta, como condições de possibilidade para sua constituição (FOUCAULT, 2008). Além disso, para complementar esse ambiente, a letra musical interpretada por Chitãozinho e Xororó evidencia esse espaço caipira do sujeito (“No rancho fundo / Bem pra lá do fim do mundo”), canção que embala as imagens da fazenda onde esse protagonista é criado.

“Bem pra lá do fim do mundo” evidencia um distanciamento espacial e sociocultural entre campo e cidade, cujas fronteiras são perceptíveis, refletindo nas práticas discursivas que demarcam os sujeitos. Assim, o sujeito protagonista apresenta esse caráter roceiro pelas suas práticas que diferenciam dos sujeitos urbanos, pelos seus modos de vida. Traz consigo uma memória do autêntico “roceiro”, sobretudo pela influência das pessoas com as quais mantém relações discursivas e de poder. Foucault (1996) defende que todo discurso é marcado por uma verdade que é tomada como um lugar construído e legitimado pelos sujeitos. Por essas considerações, os regimes de verdade, bem instaurados nesse espaço rural, lhe proporcionam uma constituição segundo os traços dessa exterioridade imediata.

Além disso, falas do sujeito Candinho podem ser tomadas para conferir a sua constituição, revelando seu dialeto caipira e sua “ingenuidade”, dados tipicamente pela sua relação com o ambiente imediato, retomando, inclusive, letra de música integrante da trilha sonora da novela (“Tudo o que acontece de ruim na vida da gente é pra miorá”), interpretada por Moska e o próprio título da novela (“Êta mundo bão!”) e “medaião” (em referência a sua medalha), em que o personagem substitui o “melhorar” por “miorá”, o “bom” por “bão” e “medalhão” por “medaião”. Dessa forma, esses saberes dados pelas práticas discursivas constituem o sujeito, colocando-o em um lugar socialmente demarcado e o lugar desse protagonista da novela é bem definido, dado tanto pela exterioridade denunciada pela figura quanto pelas suas subjetividades que o caracterizam como jovem caipira.

Ao direcionar suas considerações rumo ao sujeito que fala, Deleuze (2005) problematiza o lugar social de onde fala esse sujeito, pelas relações de saber e de poder, assim como Prado Filho (2005) pela releitura que faz de Foucault, que caminha também nessa direção em relação à constituição do sujeito. Nessa perspectiva, o lugar de onde Candinho fala é bem demarcado, possibilitando suas modalidades enunciativas a partir desse ambiente socialmente fecundo para seus discursos, com linguagem nitidamente marcada pelo dialeto caipira.

Esse sujeito caipira se constitui a partir de suas relações de saber (conhecimentos passados de seus pais na fazenda na qual vive e o ambiente rural no/com o qual convive), fazendo com que ele se subjetive dessa forma, a caráter caipira, assumindo essa identidade, tomando as palavras de Foucault (1981) quando salienta sobre as relações de microfísica do poder. A Representação 2 retrata essas relações de poder as quais Candinho vivencia e se constitui a partir de suas práticas cotidianas.

Representação 2: O ambiente rural constituente do sujeito Candinho.



Fonte: <<https://extra.globo.com/tv-e-lazer/novela-eta-mundo-bom/novela-eta-mundo-bom-resumos-de-15-21-de-maio-19253879.html>>. Acesso em: 01 out. 2017.

A Representação 2 mostra, então, o ambiente no qual o sujeito protagonista vive, apesar de este não aparecer na fotografia. Observam-

se tanto pessoas da família de Candinho, residentes na fazenda, quanto outras, urbanas. Essas diferenças de subjetividades demarcam lugares na constituição dos sujeitos, cujas relações de poder reforçam suas individualidades, em que o caráter caipira fica mais evidente. Trata-se de saberes distintos, práticas discursivas diferenciadas entre sujeitos de acordo com as circunstâncias vivenciadas.

As relações de poder, tomando as considerações foucaultianas, se dão pelas práticas cotidianas. Nessa direção, esse sujeito protagonista mantém relações de poder a partir de suas vivências com os integrantes de sua família, influenciando-o no seu processo de subjetivação, pelas verdades ali instauradas, esse sujeito se constitui a partir do que é vivenciado no berço familiar, caracterizando-o como quem vive no meio rural.

Frente a essa constituição, não podemos deixar de mencionar que não existe um caipirismo uniforme no país, tendo em vista as diversidades brasileiras, e o estilo caipira se constitui de diferentes formas pelas regiões do Brasil. No entanto, algumas semelhanças podem se encaixar no conceito mais amplo de sujeito caipira, como a linguagem de quem não possui um vocabulário rebuscado, isto é, não possui um domínio sobre as letras; a exterioridade imediata do sertão; a simplicidade típica de quem não convive rotineiramente com as práticas dos centros urbanos.

O sujeito Candinho, apesar de apresentar sua característica caipira, formada a partir de suas vivências no ambiente familiar rural, apresenta suas subjetividades particulares, as quais não são fixas, pois, de acordo com suas vivências discursivas na história, sua constituição sofre deslocamentos. Essas alterações são evidentes a partir do momento em que o sujeito protagonista deixa o campo e migra para o centro urbano, alterando suas relações de saber e de poder, de acordo com a Representação 3.

Representação 3: Candinho em um novo ambiente: urbano



Fonte: <<https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2016/05/04/com-apoio-da-mae-candinho-pede-sandra-em-namoro-em-eta-mundo-bom.htm>>. Acesso em: 01 out. 2017.

O choque entre as subjetividades típicas rurais e as urbanas demarcam os lugares sociais entre os personagens, cujo protagonista é visto a partir de uma inferioridade pelos personagens urbanos. Na figura, a antagonista Sandra faz uso desse saber “ingênuo” de Candinho e o protagonista inicia um novo processo de relações de poder e de saber, influenciando as suas subjetividades (DELEUZE, 2005). Nesse tom de dominação, vale destacar que o poder é exercido sobre o sujeito e que este também o exerce (FOUCAULT, 1987).

Essas diferenças entre os dois sujeitos apontam para as diferenças de temporalidades vivenciadas entre os sujeitos em um mesmo momento histórico. No rancho (meio rural), o sujeito se constitui desprovido do saber sistematizado, sem acesso às novas tecnologias e a um contexto urbano, enquanto que o sujeito Sandra apresenta essa subjetividade ligada às modernidades que o espaço urbano lhe proporciona. No contexto dessa mudança do protagonista, esse sujeito apresenta resistências quando aos regimes de verdades lhe impostos, suas relações de poder,

que apesar de se adaptar à vida naquele espaço, tal subjetivação não se dá de forma tranquila. Nessa direção, evocamos às considerações de Foucault (1995) sobre as relações de poder, o qual é exercido por sujeitos livres e que tenham a possibilidade de resistências.

Foucault (1996), quando discorre sobre a autorização ou não de certos discursos em certos contextos, defende a interdição desses discursos não autorizados a circularem em determinados lugares e momentos históricos. Nas circunstâncias do meio urbano, o sujeito Candinho é colocado em outra ordem, cujas subjetividades como dialeto caipira, trajas rurais, são interditadas por aqueles sujeitos urbanos. Nesse contexto, a esse sujeito dominado, são impostas outras formas de subjetividades, adequando-se àquele espaço o qual ele passa a pertencer.

O figurino não mais tipicamente caipira e aquele ambiente urbano lhe obriga a se subjetivar a partir de suas novas práticas, já que suas próprias necessidades sociais o levam a mudanças. Esse processo de transição remete às palavras de Foucault (2008) sobre a descontinuidade do sujeito, uma vez que a história é dinâmica e as relações de saber e poder variam, influenciando na constituição dos sujeitos, histórico e sempre em processo de deslocamento, dispersão, na ordem do (in)acabado.

Candinho então vai perdendo seu caráter caipira, cujo figurino é alterado bruscamente e seu dialeto caipira de forma mais gradual. Aquela exterioridade interiorana sede lugar para o espaço urbano e, por isso, a dinâmica histórica proporciona essa mudança de subjetividades, constituindo esse sujeito protagonista de acordo com as convenções urbanas. O contraste entre o rural e o urbano é evidenciado a partir do contato inaugural desse protagonista, possibilitando traçar uma fronteira entre campo e cidade. Os discursos são outros, cujas práticas, inclusive de linguagem, apontam para um linguajar correto, em oposição ao dialeto caipira. Vale ressaltar que permanece uma memória, uma vez que traços sólidos desse sujeito são mantidos, como o caráter de bom moço, frequência ao sítio onde fora criado, sua paixão pelo primeiro amor e sua postura positiva frente aos contratempos que se depara na vida.

Para sair de cena...

Pela leitura do *corpus* em questão, conclui-se que o protagonista, Candinho, se constitui a partir das condições de possibilidade, de suas práticas ligadas a sua exterioridade imediata com a qual ele se

relaciona, caracterizando-se por um modo de subjetivação a partir de suas condições de relações de poder, pelas práticas discursivas. Nesse contexto, características peculiares entram nesse jogo de constituição, tais como o figurino rústico (roupa de algodão simples, chapéu de couro e botinas), linguajar típico do dialeto caipira, sem muito domínio nas letras, configurando um ser típico da zona rural brasileira, a ingenuidade acentuada e o cenário que explicita o ambiente da fazenda na qual o protagonista se constitui. Por outro lado, suas transições ao longo da trama, sobretudo a ida para a cidade, aponta para uma constituição não estática, mas que esse sujeito se transforma a partir de suas práticas discursivas, historicamente marcadas.

Embora o caipira possa se encontrar na condição de subjugado socialmente, não se tratam se subjetividades inferiores as de outro sujeito, como urbano, por exemplo, mas de um sujeito com seu estilo próprio relacionado a um saber específico, ligado à sua exterioridade imediata, o meio rural. Pelo suporte teórico-metodológico adotado para a análise, outro fator que merece destaque se refere à descontinuidade do sujeito, isto é, sua dispersão na história, tomando como pano de fundo a mudança de ambiente de Candinho, sujeito que deixa a zona rural (roça) e se muda para a cidade. Essa alteração nas relações de saber e poder o transforma em um novo sujeito, possibilitando a compreensão de que o sujeito não é fixo, mas que está sempre em processo de constituição por meio da história.

Discografia

LÔBO, H.; MEDEIROS, G.. O sanfoneiro só tocava isso. Intérprete: Suricato. In: **ÊTA MUNDO BOM! VOL. 1**. Rio de Janeiro: Som Livre, p2015. 1 CD. Faixa 1.

BABO, L.; BARROSO, A. No rancho fundo. Intérprete: Chitãozinho e Xororó. In: **ÊTA MUNDO BOM! VOL. 1**. Rio de Janeiro: Som Livre, p2015. 1 CD. Faixa 7.

CARVALHO, M; MOSKA, P. Tudo que acontece de ruim é para melhorar. Intérprete: Paulinho Moska. In: **ÊTA MUNDO BOM! VOL. 2**. Rio de Janeiro: Som Livre, p2016. 1 CD. Faixa 19.

Referências

- DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade II – O uso dos prazeres**. 8. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. 7. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, M. **A História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
- FOUCAULT, M. O Sujeito e o Poder. In: RABINOW, Paul e DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, M. **Subjetividade e Verdade**. Tradução Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.
- NAVARRO, P. Pode a imagem falar na análise do discurso político?. In: GREGOLIN, Maria do Rosário; KOGAWA, J. M. M. (Org.). **Análise do Discurso e Semiologia: problematizações contemporâneas**. 1ª ed. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2012. p. 121-148.
- POSSENTI, S. Sobre dois conceitos de Foucault. In: _____. **Questões para Analistas do Discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. pp. 168-179.
- PRADO FILHO, K. Uma História Crítica da Subjetividade no pensamento de Michel Foucault. In: Falcão, L. F.; Souza, P. (Org.). **Michel Foucault: Perspectivas**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2005, p. 41 – 50.
- VEYNE, P. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

**ANA CRISTINA CESAR:
CORPO(S) DE ENUNCIÇÃO NO ITINERÁRIO DE FOUCAULT**

André Luís de Araújo¹

Introdução

Uma vida se torna legendária porque a complexidade de sua trama, seus desvios e suas discontinuidades só podem alcançar inteligibilidade mediante um relato capaz de esgotar o possível, de cobrir eventualidades até mesmo contraditórias.
(FOUCAULT, M. **A vida dos homens infames**).

Dizer que se está na mesma rota que alguém, primeiramente, não é nunca afirmar que se chegou exatamente ao mesmo ponto, como um mero seguidor, não indagando ou questionando as possibilidades sempre outras. Pensar assim seria ignorar o fluxo da vida, as interfaces, as fraturas, os fragmentos produzidos nos entrechoques, os inusitados entrelaçamentos nos caminhos, a disposição para recomeços: a errância!

Por outro lado, é impossível não reconhecer e, por que não, aceitar as influências de quem nos precedeu e levantou questões relevantes à produção epistemológica que nos envolve, ou seja, no itinerário de Michel Foucault, encontrar-se e dialogar, também, com Maurice Blanchot, Gilles Deleuze e Félix Guattari, tecer e manter com eles uma amizade conceitual. Como se verá, a poeta carioca Ana Cristina Cesarnutriu-se de muitas dessas contribuições teóricas linguístico-literárias e filosóficas e constitui, hoje, uma assinatura de peso na cultura brasileira. Seu acervo está sob a guarda do Instituto Moreira Salles, desde 1998, na Gávea, no Rio de Janeiro, quando foi doado pela família da autora, mediante a condição de que permanecesse naquela cidade.

Interessante registrar que a autora dizia que calçava luvas para escrever, o que manifesta uma ressalva contra o *obscurantismo*

¹ Professor do PPGCL da Universidade Católica de Pernambuco. Recife. aluisaraujosj@gmail.com

biográfico, como ela mesma chegou a dizer em várias entrevistas, a propósito dos pesquisadores que buscam chaves de leitura óbvia nos seus textos, ao fazerem aproximações entre sua vida e sua obra. Em que pese a observação, nada nos impede, por outras vias, de perceber a forte impressão de intensidade que predomina em tudo que se encontra em seu acervo: correspondências, originais de poesia, artigos de periódicos, material de divulgação, documentos pessoais, fotografias, dedicatórias, livros, cartas, postais e dois documentários. A autora surge neles como uma presença que, aos poucos, transforma-se em urgência aflitiva. Carioca, cosmopolita, poeta, tradutora, teórica, muitas denominações para alguém que parece ter vivido só para deixar marcas, indeléveis rastros, traços, tatuada no imaginário de quem cruzasse o seu caminho.

Nota-se que Ana Cristina viveu intensamente e destacou-se por mérito próprio. Sua coleção é rica em informações, que possibilitam não apenas conhecer a escritora Ana Cristina Cesar, como também uma época da história e da literatura brasileiras. A geração mimeógrafo², a poesia marginal, o teatro mambembe, a ditadura e outras manifestações ocorridas a partir da década de 1960 podem ser resgatados por meio da consulta aos documentos.

Sua vida gastou-se em assinatura: Ana C.– como diz o título de um dos documentários, de Claudia Maradei (1988), com depoimentos de professores, amigos e familiares, produzido com apoio da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, cinco anos depois de sua morte. A poeta encanta pela rapidez como passou por nós, ao impor sua pessoa, sua literatura, seu gesto final. Tal qual a velocidade das fotos sucessivamente dispostas, ao som do poema *Esvoaça... Esvoaça...*, dedicado ao pai, bom e viajoso, transformado em melodia, retirado do livro póstumo *Inéditos e Dispersos* (1985, p. 24). Sua vida passa, nessas imagens, como se passam as folhas anotadas de um diário íntimo.

É desse lugar que ela desponta, com versos curtos, ao envolver-se como colaboradora num fórum de debates e análises da imprensa

² Nos anos da ditadura militar, surge, no Brasil, uma geração de poetas que tinha como marco a produção de suas obras de forma independente, a baixo custo e comercializadas em circuitos alternativos, geralmente de mão em mão, particularmente em bares e universidades. Nasce, assim, um circuito denominado poetas marginais, pelo fato de estarem à margem das publicações das grandes editoras.

cultural do país, em nome de uma maior autonomia para a linguagem. O pensamento de outra escritora brasileira, Clarice Lispector, posto no vídeo, dá uma compreensão de qual era sua preocupação: “Já que se há de escrever, que ao menos não se esmaguem com palavras as entrelinhas”. E Ana Cristina estava consciente do não-dito, da lacuna, do intervalo rico e sombrio existente entre as pessoas, as palavras e as coisas. Todos os depoimentos desse documentário evidenciam a força de uma poeta, sem muita louvação, ao destacar pontos e impressões importantes de quem conviveu intimamente com ela.

Assim, a autora é lembrada, com muito carinho, por professores e amigos, como aquela que apostava numa linguagem depurada, demonstrava uma paixão desenfreada, como disse, certa vez, a Reinaldo Moraes: “A paixão, Reinaldo, é uma fera que hiberna precariamente”. Aquela que gostava de atenção, não se fechava nos limites do estereótipo da identidade feminina, pois não era fácil de engolir; incisiva, cruel, vanguardista, obcecada pelo conhecimento, inteligente, curiosa e atormentada, Marília Pacheco Fiorillo diz que Ana Cristina evitava duas preguiças quando escrevia: a do acabamento formal e a dos formalistas, malabaristas da palavra.

Dona de uma poesia intelectualmente de fôlego e, ao mesmo tempo, emocional, alguns dos amigos salientaram, ainda, a integridade de seu caráter e de seu intimismo anônimo, como Angela Carneiro: “Há sempre um verso no material com o qual lida. Ela precisava da intimidade, mas não conseguia ser íntima”. Outros destacaram o misto de erudição e de coloquialidade de seus escritos, aliados à mescla de confissão e de ficção nas malhas do texto.

Já os familiares falam de sua ausência como algo que foi, pouco a pouco: assimilado, como o que se vê nas palavras da mãe, Maria Luiza; vivido, “nas lembranças da evolução”, para o pai, Waldo Cesar, quem ressaltava os livros lidos e marcados pelos apontamentos que a autora fazia; sentido, na pouca manifestação do irmão, Flávio; aflitivo, no depoimento da cunhada, Cecília Leal, que completava 30 anos exatamente naquele fatídico sábado, 29 de outubro de 1983, quando Ana Cristina se despede da vida, aos trinta e um anos de idade. Cecília relembra que a cunhada lhe telefonava muito e despedia-se sempre com a frase: “Mantém contato!”

Há outro documentário, ainda, de João Moreira Salles, intitulado: *Poesia é uma ou duas linhas e, por trás, uma imensa paisagem* (1990),

que parafraseia um verso do escritor polonês Czeslaw Milosz.³ Esse vídeo faz um tributo à jovem autora; premiado no 8º. Videobrasil daquele ano, vencedor da categoria Melhor Vídeo do Fotóptica Festival, reúne trechos de poemas, cartões, fotos e a trilha sonora de Billie Holiday, de quem Ana Cristina era fã confessa. Em cerca de dez minutos, imagens ora embaçadas, ora granuladas, mas sempre com cores vivas, em câmera lenta, evocam Baudelaire, Sylvia Plath, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, T. S. Eliot, nomes que exerceram grande influência sobre o trabalho da escritora.

Dessa referencialidade formadora, Ana Cristina desponta com uma nova maneira de conceber a literatura, fascinada por exaurir a totalidade discursiva de uma fabulação sem constrangimentos. E isso é arrojado, porque nos leva a redimensionar nossa experiência de mundo, porque ela atua, como afirmaria Jacques Derrida (Cf. NASCIMENTO, 1999, p. 276), a modo de uma potência disseminante de inscrição a fazer por entre as páginas de um livro. Ao mesmo tempo em que parece legitimar as mais caras instituições, a autora rompe com elas e as corrói a partir de dentro, ao desnudar pressupostos obscuros que regem o cânone literário e ao indagar sobre o valor de uma propriedade intelectual, como se vê em *Crítica e Tradução* (1999). Ela desponta sempre com alegria dos acontecimentos culturais que a reescrevem, ainda hoje, a partir do cinema que via, dos postais que escrevia, ao assinar ternamente: *Foreveryours*, Ana C.

Corpo-devir

Ana Cristina assinala sua passagem por um campo discursivo em que joga as sementes de um corpo que escreve e se inscreve para além das circunscrições propostas por uma lógica consensual, como se verá a seguir. Denuncia, desse modo, as velhas estruturas injustas de um solo juncado de vestígios arqueológicos, caros a Michel Foucault; cartografa e desterritorializa, no horizonte da linguagem, no melhor sentido geofilosófico dos estudos de Deleuze e Guattari; inaugura um espaço literário, nos termos de Maurice Blanchot; trabalha a desconstrução com vistas a uma reflexão mais consistente, dadas as inflexões do próprio pensamento, à maneira de Jacques Derrida. Fala-

³Poeta e ensaísta polonês, Prêmio Nobel de Literatura em 1980, falecido em agosto de 2004, traduzido por Ana Cristina Cesar.

nos, assim, de uma literatura pensante que privilegia o não-dito e evidencia relações dialógicas no interior dos processos de enunciação, como nos ensina Mikhail Bakhtin.

Ana Cristina potencializa, dessa forma, seus enunciados e, escrevendo, formaliza sua linguagem, corporifica-a, enche de músculos, vísceras e nervos, passa para fora de si no êxtase de se reencontrar legitimamente como um ser de linguagem, dotado de corpo e voz, sexo e palavra. É o movimento em que toda sua linguagem é instada a se soltar na violência do corpo e do grito e o pensamento, deixando a interioridade falaz da consciência, torna-se energia material, sofrimento da carne, perseguição e dilaceramento (Cf. FOUCAULT, 1990, p. 223).

Pela primeira vez infringi a regra de ouro e voei pra cima sem medir mais as consequências. Por que recusamos ser proféticas? E que dialeto é esse para a pequena audiência de serão? Voei pra cima: é agora, coração, no carro em fogo pelos ares, sem uma graça atravessando o Estado de São Paulo, de madrugada, por você, e furiosa: é agora, nesta contramão. (CESAR, 2002, p. 44).

Vale notar o quanto sua poética é performativa e acontece na contramão. Ela não quer ser recebida, lida e interpretada por uma perspectiva dialética pura e simplesmente. Por isso, propõe uma série de irradiações discursivas, no intento de inaugurar uma literatura que faça pensar sem que se instrumentalize o literário. Ela percebe o risco que corre e se sente atraída por algo novo, um novo dialeto, talvez uma nova dialética, que considere as riquezas de uma interlocução possível com o fluxo rizomático, apontado por Deleuze e Guattari, nas malhas da letra. Trata-se de uma enunciação profética, pois prima por um lugar de fala na contramão dos discursos estabelecidos. A autora anuncia, portanto, a riqueza de possibilidades de uma linguagem que (a) arrebatada e (a) faz atravessar tempos e espaços, num carro em fogo pelos ares, em fúria, em busca de uma alteridade que disponha o corpo a escrever e a se inscrever com toda a materialidade possível. “Frente a frente, derramando enfim todas as palavras, dizemos, com os olhos, do silêncio que não é mudez. E não toma medo desta alta compadecida passional, desta crueldade intensa de santa que te toma as duas mãos” (Ibidem, p. 54).

Rica de intertextualidades, a poeta não sacraliza uma operação, evocando para si a imagem de uma santa – aqui a referência ao *Auto da Compadecida* (1955), de Ariano Suassuna, é evidente. Com essa menção, parece mais querer provocar um espaço de referencialidade, dado que ambas – a Virgem e a poeta – advogam contra o risco de um apagamento iminente da subjetividade, sobretudo de quem desejar inscrever-se num lugar de fala. Basta lembrar os desdobramentos das intervenções da figura da Virgem no desenrolar da trama do escritor paraibano.

Além disso, Ana Cristina sabe bem que a tela do desastre, anunciada por Blanchot, projeta suas imagens no sujeito. Por isso, antes de estreitar sua amizade sub-reptícia com a morte –que veio ao seu encontro em tão tenra idade –, a poeta, a santa, toma-nos pelas mãos, para mostrar inúmeras maneiras de dar sentido à vida, uma vez que somos lançados e constituímos-nos corpo(s) num mundo que já estava povoado de signos. Mostra, com isso, ter entendido bem a lição de Walter Benjamin e ter vivido esta máxima até o fim: consiste a minha sabedoria em ter sido muitas coisas e ter estado em muitos lugares, para poder chegar a ser um(a), para poder tornar-me um(a).

É este, então, o exercício proposto: o desprendimento de si como forma de autorreconstrução incessante, autotransgressão daquilo que os outros fizeram/fazem de nós. É o desafio de fazer da vida a obra que exige cumprimento até o instante em que a linguagem apaga os caracteres individuais da subjetividade que escreve e se inscreve e mostra o real parentesco entre escrita e morte. Constitui-se, assim, uma escrita em vias de transgressão e inversão; escrever para conciliar a morte, criando novos parâmetros, naturalizando-a, mantendo-a no círculo da existência como um direito a mais, como um acontecimento.

Nessa perspectiva, há momentos em que Ana Cristina é a própria Xerazade, sinalizando com a vida seu processo de fabulação e de simulação, fazendo aceder o cotidiano à enunciação discursiva, por meio de uma transfiguração que deixa numerosas inquietações: o que é o indivíduo? Como se produz o seu processo de individuação? Que pode uma subjetividade fazer com o que dela foi feito? Pelo que tudo indica, a autora continua querendo perturbar a familiaridade dos processos epistemológicos, convocando-nos à saída do enquadramento, para não emoldurar e esgotar possibilidades. Não

restam dúvidas de que aprendeu com o Foucault de *As palavras e as coisas* (1966), que, por mais que se diga o que se vê, o que se vê não se aloja jamais no que se diz. Com ela, saberemos que é preciso muito mais, é necessário fazer a experiência de lixar o muro e produzir novos encantamentos. “[...] Fiz misérias nos caminhos do conhecer. Mas hoje estou doente de tanta estupidez porque espero ardentemente que alguma coisa... divina aconteça” (Ibidem, p. 57).

Por isso, vale a pena um olhar mais detido e aprofundado sobre o(s) sentido(s) da corporeidade e, por que não, de uma corporeidade discursiva. Afinal, a autora nos leva à reflexão: o que ocorre quando se pensa pelo corpo? E quando se escreve com o corpo? Captam-se formas ainda não recolhidas? Cartografam-se novas possibilidades discursivas? Põem-se a funcionar novos dispositivos?

Nesse sentido, perceber-se como corpo em meio a uma infinidade de outros corpos é, no mínimo, configurar um exercício de busca que, segundo Blanchot, é, ao mesmo tempo, uma crise. No entanto, não se pode esquecer que é justamente nesses momentos de “estilhaçamentos essenciais” que se dá a experiência fascinante de descobrir-se como profundidade a ser exaurida, experimentada, na mesma medida em que se dispersa e se apropria como ser (d) linguagem capaz(es) de transformar silêncios em palavras.

É um exercício – como diz Deleuze a respeito de Foucault: “[...] fazer brilhar um clarão de luz nas palavras, fazer ouvir um grito nas coisas visíveis. [...] fazer com que o ver atinja seu limite próprio, e o falar atinja o seu, de tal forma que os dois estejam no limite comum que os relaciona um ao outro, separando-os” (DELEUZE, 1988, p. 124). É, portanto, aí, nesse terreno, que a Literatura se constitui com toda sua força irradiadora, mostrando que o ato de escrever é também uma quebra que desconstrói antes mesmo de edificar. Evitam-se, pois, cristalizações estruturais que excluem qualquer alusão a um fim em si mesmo; potencializam-se acontecimentos e narratividades; dão-se condições ao homem que escreve de sacrificar-se e tornar-se outro, tornar-se ninguém ou até mesmo o lugar vazio e animado que faz ressoar. “Não sou idêntica a mim mesmo/ sou e não sou ao mesmo tempo, no mesmo lugar e sob o mesmo ponto de vista/ Não sou divina, não tenho causa/ Não tenho razão de ser nem finalidade própria:/ Sou a própria lógica circundante” (CESAR, 1985, p. 59).

Mantendo vivo o que a obra indaga, o que o ser questiona, o que o corpo provoca, Ana Cristina se encaminha num eterno devir, nunca idêntica a si mesma, ultrapassando leituras unívocas, intervindo e driblando ícones de ausência e de dissolução, para além de um simples projeto metafísico. “[...] Só sou se sendo sou sido” (Ibidem, p. 56). Em suas produções, o que se nota é que a subjetividade constrói seus mecanismos de enunciação lançando mão de estratégias discursivas que lhe constituem como corpo performativo, num sentido caro a Paul Zumthor, dotado de membros e de voz(es), ocupando lugar(es) no espaço onde se inscreve e dialoga com o mundo e com o múltiplo, uma vez que se encontra aberto ao exterior infinito.

O que importa, então, é ressaltar a permanência de um processo rico de representações e de imagens, a fim de reconhecer que se é inseparável dos muitos que se é, inclusive da própria ausência ilimitada; do dentro, do fora, do avesso, fazendo o corpo aflorar, deixando à mostra a constante obsessão foucaultiana que diz que o duplo nunca é uma projeção do interior, é, ao contrário, uma interiorização do lado de fora. Não é um desdobramento do um, é uma reduplicação do outro. Não é uma reprodução do mesmo, é uma reduplicação do diferente. Não é uma emanção do eu, é a instauração da imanência de um sempre-outro ou de um não-eu. Não é nunca o outro que é um duplo, na reduplicação, sou eu que me vejo como o duplo do outro: eu não me encontro no exterior, eu encontro o outro em mim. Trata-se de mostrar como o outro, o longínquo, é também o mais próximo e o mesmo.

E, no dizer de Ana Cristina, em seus poemas Inéditos e Dispersos: “[...] Eu não sabia/ que virar pelo avesso/ era uma experiência mortal” (CESAR, 1985, p. 41). São, assim, experiências complexas, já que é difícil distinguir entre o estar dentro e o estar fora, o ser avesso ou o ser direito. Tampouco é isso o importante, senão o esvaziamento do lugar do eu, para deflagrar outra(s) forma(s) de dizer o ser ou a impossibilidade de qualquer repouso, evidenciando a dissintonia entre o que se diz e o que se mostra: “Intratável./ Não quero mais pôr poemas no papel/ nem dar a conhecer minha ternura” (CESAR, 2002, p. 65).

Portanto, o ser se impõe e indaga: que posso eu ser, de que dobras me cercar ou como me produzir como subjetividade? É, pois, urgente a discussão e a consideração de um processo de subjetivação

que passe pelo corpo – potência agenciadora da escrita literária – imerso na cultura, locus de enfrentamento com o poder e suas complexas inter-relações. E é precisamente nesse espaço que ganha corpo a luta pela vida que se quer livre, que não poupa esforços para mostrar a capacidade da resistência humana em ir muito além de relações dicotômicas: ser constituído e em constituição, pensado e em pensamento, sexuado ou assexuado. Têm lugar nesse cenário o debate sobre o corpo e o lugar do desejo, os valores da mulher e a redefinição do feminino e o questionamento intempestivo: o que pode um corpo?

Efeito de uma força desagregadora que assinala como desespero e esperança, contrassenso e sentido último, atravessando e sendo atravessado por linhas transversais que deixam ver pelas fendas a multiplicidade atomizada e vitalizadora de leituras e discursos, murmúrios anônimos, o corpo em fuga não se deixa reterritorializar. Ele é o perfeito platô, no dizer de Deleuze & Guattari⁴, evidência que emerge a partir de linhas íntimas que se conectam num raio extenso de probabilidades, que se entrecruzam na superfície do escrito.

Dessa maneira, escrever é uma experiência que se faz física, geograficamente, lidando com imagens do mundo e do pensamento. Significam-se posturas, atos visíveis, deambulações em formação, movimento. É uma busca incessante por tentar entender uma lógica que mal se forma e já é outra, um devir louco de pluralidades e polissemias que se sobrepõem, que criam e estabelecem relações que, antes de facilitar localizações dentro da teia discursiva, aguçam novas chaves de leitura que tentam especular seu funcionamento.

Assim, a burocracia ou os princípios de taxonomia não dão conta de catalogar o ser (da linguagem), de enquadrá-lo, de arquivá-lo, segundo sua formação, seu uso, sua especificidade, bem como todo conhecimento objetivo permanece duvidoso e as pretensões, ilusórias. Aprende-se, inclusive, que “[...] livrar-se das coisas também é nobre e importante” (BLANCHOT, 1991, p. 9), que as alianças precisam ser prudentes e momentâneas, conforme salientam Derrida e Roudinesco, dado que mesmo “[...] as escolhas políticas são frequentemente determinadas antes por acentuações do que por oposições nitidamente definidas” (DERRIDA & ROUDINESCO, 2004, p. 35). Isso posto, é urgente que se liberem espaços de interlocução,

⁴ Referência à obra *Mille plateaux* (1980), de Gilles Deleuze e Félix Guattari.

sobretudo nos tempos atuais, que se configuram tão sombrios, a fim de que se trabalhe honestamente o conceito de ficção e o tratamento dado à verdade, como o defendia Juan José Saer (1997), a fim de que se operacionalize, igualmente, uma escrita que consiga captar os sentidos que evoluem, mas que deixam entrever a forma, o conteúdo e a materialidade do objeto referido no discurso, ainda que no intervalo exíguo do seu desprendimento, superando as palavras e as frases, muitas vezes mero diletantismo, em direção dos enunciados e das visibilidades, numa compreensão mais aberta e sempre responsiva, nos termos de Bakhtin, em *Os gêneros do discurso* e em outras obras importantes do mesmo autor, em consonância, ainda, com Deleuze e Foucault. Afinal, “[...] cada frase ainda se amplia com tudo aquilo que não diz, com um conteúdo virtual ou latente que multiplica seu sentido e que se oferece à interpretação” (DELEUZE, 1988, p. 14).

Escrever, portanto, é esse vir-a-ser corpóreo que conjura a ilusória interioridade a levar as palavras e as coisas à sua exterioridade constitutiva, rachando-as, para extrair daí os enunciados e fazê-los proliferar, germinar espontaneamente, já que a linguagem constitui-se como meio privilegiado para tal dispersão. “[...] se pode dizer uma frase ou formular uma proposição sem que se ocupe sempre o mesmo lugar no enunciado correspondente, e sem reproduzir as mesmas singularidades” (Ibidem, p. 22).

É o que Ana Cristina Cesar instiga em sua escrita poética. A autora faz ver que cada época diz tudo o que pode dizer em função de suas condições de enunciação, remetendo a posições sempre variáveis e passíveis de revisão, percorrendo diversos níveis, sem se deixar estruturar ou sistematizar, mas operacionalizando formas de enunciação, produzindo um novo tipo de realidade, outro tipo de verdade, através da exposição escancarada da relação de forças que constituem o poder. Faz-nos perguntar todo o tempo quem somos nós, neste exato momento da história, interpelando pela nossa infinita capacidade como seres vivos detentores de forças de resistência, convidando a não parar na morte – coextensiva à vida, parcial –, incitando a ir além, para lá do ponto em que se define como fim, como término, como apagamento ou anulação subjetiva.

Por isso mesmo, falar de morte é falar de existência, de vida, de corpo e de sexualidade. É, certamente, transgredir leis, fazer o ritual de passagem de fronteiras não muito claras nem definidas; é fazer a

vida voltar sobre si mesma e inaugurar e abrir seu próprio espaço de enunciação. “Queria falar da morte/ e sua juventude me afagava./ Uma estabanada, alvíssima,/ um palito. Entre dentes/ não maldizia a distração/ elétrica, beleza ossuda/ al mare. Afogava-me” (CESAR, 2002, p. 77).

É, como se pode ver, uma vez mais, reencontrar, como que por desvios, afagando ou afogando, a linguagem entre dentes, para fazê-la falar de sua beleza supostamente viril contra a também suposta feminilidade da poesia – risco sempre assumido por subjetividades, muitas vezes, em seus atos de fabulação e simulacro. Com efeito, Ana Cristina aproveita para falar de tabus: a morte, o sexo. Em sua poética, não há interditos, proibições. Nada é velado: é disciplina! – como bem pontuou Foucault sobre o sexo; como bem tematizou Blanchot sobre a morte. É mais, é relação consigo, com outros, com corpos resistindo a códigos e poderes, buscando o prazer e obliterando o pecado: “Os seus olhos pecam, mas seu corpo não” (Ibidem, p. 73).

Traz à tona, assim, a sexualidade e a imagem Atrás dos olhos das meninas sérias⁵: “Mas poderei dizer-vos que elas ousam? Ou vão, por injunções muito mais sérias, lustrar pecados que jamais repousam?” (Ibidem, p. 52). Meninas sérias e, ao mesmo tempo, ousadas, pois lustram pecados que jamais repousam e não se conformam com pretensões de verdade sobre o prazer, o poder, o saber. Sua enunciação poética quer mais e vai além. Não quer apenas uma catalogação nos moldes de siglas de pertencimento a gênero, este ou aquele, nem classificações ou princípios de disciplina e ordenamento. Quer o assunto na pauta do dia e anseia por suas reverberações.

Corpo-sexualidade

Uma rede sutil de saberes, prazeres e poderes relegou o sexo, durante muito tempo, à mudez, à hipocrisia, aos confessionários, à moral. Parece, com isso, que o grande equívoco foi haver devotado a ele essa aura de segredo e de interdições que o condenou a permanecer na obscuridade. No entanto, tem-se notado um esforço em se naturalizar o assunto, em resgatá-lo, que vem ganhando força na contemporaneidade, por meio de inquietações filosóficas que

⁵ Título de um poema de Ana Cristina Cesar, publicado em *A teus pés*, no ano de 1982.

repercutem, inclusive no terreno da poesia, e Ana Cristina Cesar, dentre outros, figura como exemplo.

Nesse aspecto, surgem questões em torno de um dispositivo de sexualidade, como as levantadas por Foucault, em *A vontade de saber* – primeiro volume da série sobre uma história da sexualidade. Nele, o autor destaca: por que se falar de sexualidade e o que dizer? Quais os efeitos de poder induzidos pelo que se diz? Quais as relações entre esses discursos, esses efeitos de poder e os prazeres nos quais se investem? Que saber se forma a partir daí? Em suma, mostra-se clara a relação que se estabelece entre corpo, o sexo, o prazer, o poder e o saber.

Mesmo reprimido e regulado, o sexo se manifesta. Existe uma necessidade de se falar dele, de confessá-lo, de produzir discursos de verdade, enunciados. Desse modo, o indivíduo – que antes era autenticado pela referência dos outros e pela manifestação de seu vínculo com outros, em algumas dimensões e valores de sua vida pessoal: família, lealdade, proteção – passa a ser acreditado pelo discurso de verdade que é capaz de produzir a respeito de si e de sua sexualidade. “Posso ouvir minha voz feminina: estou cansada de ser homem” (CESAR, 2002, p. 102).

Assim, do confessor ao divã, a confissão da verdade se inscreve no cerne dos procedimentos de individuação pelo poder, criando, ainda, outra forma de prazer: o prazer da verdade do prazer, de sabê-la, de exibi-la, de descobri-la, de fascinar-se ao vê-la, de dizê-la, de cativar e de capturar os outros por meio dela. Nesse campo de discussões em torno da verdade, produz-se, também, um jogo de verdades: a verdade de quem confessa e a de quem escuta a respeito do sexo. “Nós dizemos a sua verdade, decifrando o que dela ele nos diz; e ele nos diz a nossa, liberando o que estava oculto” (FOUCAULT, 1988, p. 68).

O projeto de uma ciência do sujeito e, conseqüentemente, de sua enunciação começa, então, a gravitar em torno da questão do sexo. Surgem uma espécie de cientificismo e um sexismo que o tornam a causa de tudo e de nada, uma vez que o seu funcionamento é obscuro e escapar faz parte de sua natureza. Com isso, a sexualidade das crianças, dos loucos, dos criminosos, das histéricas e o prazer dos que não amam o outro sexo passam a ser examinados como aquilo que se

deve gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, administrar, fazer funcionar segundo um padrão ótimo.

Para tanto, a mecânica do poder passa a atuar excluindo e classificando, inclusive patologicamente, as sexualidades, ditas periféricas, que vão surgindo, lançando mão de exames médicos, investigações psiquiátricas, relatórios pedagógicos e dos controles familiares. Afinal, é na família, germe dos infortúnios, que se articula e se revela essa extensa rede de prazeres e poderes.

Aparecem, então, estas personagens novas: a mulher nervosa, a esposa frígida, a mãe indiferente ou assediada por obsessões homicidas, o marido impotente, sádico, perverso, a moça histérica ou neurastênica, a criança precoce e já esgotada, o jovem homossexual que recusa o casamento ou menospreza sua própria mulher. (Ibidem, p. 104).

As heterogeneidades sexuais eclodidas seriam fruto de uma perda do vigor das regras, ou essas sexualidades múltiplas, fragmentárias e móveis seriam o resultado do crescimento de perversões, produto da interferência do poder sobre os corpos? – pergunta-se Foucault. Seja qual for a resposta, o certo é que, abominados como aberrações, esses indivíduos encontram-se confinados em guetos ou interditados, censurados e negados. Eles não estão direcionados à geração, mas estão cada vez mais condenados a desaparecer, a reduzir-se ao silêncio, sob a acusação de que não há o que dizer, nem ver, nem saber.

Além disso, a liberação desses discursos e dessas corporeidades discursivas só se fará a um preço considerável, uma vez que toda eclosão de verdade está condicionada política e economicamente. Estamos, pois, todos imersos nas incompatibilidades de um sistema de produção que explora sistematicamente a força de trabalho, por mecanismos de controle da natalidade, de distribuição de renda e, uma vez mais, o sexo acaba por definir o lugar dos corpos na organização social.

Nesse sentido, essa denúncia do cansaço de ser homem, de ter de se fazer homem, em Ana Cristina, deixa entrever a indignação de quem percebe a sexualidade como alvo de manobras dos mecanismos do poder oque, segundo Foucault, é, antes de mais, a consciência de que o poder atravessa a extensa trama social e linguística numa multiplicidade de correlações de forças imanentes, provindas de todos

os lados e exercendo-se a partir de pontos móveis. Daí que se elidem elementos, introduzem-se descontinuidades, separa-se o que está junto, marcam-se fronteiras, produzem-se limites e lacunas.

Analogamente, há ainda lugar para que o saber se articule e ora veicule e produza poder, ora o mine. Dessa maneira, muitas vezes, vê-se embutida, nas técnicas para preservação e manutenção da vida – nos discursos da pedagogia, da medicina e da demografia, entre outras –, a diferença de status dos corpos nas estruturas. Pode-se dizer, por isso, que as técnicas de maximização da vida difundiram-se no tecido social como um todo, a partir das classes privilegiadas, não sob as mesmas formas e com os mesmos instrumentos.

[...] a classe que se tornava hegemônica no século XVIII se atribuiu um corpo para ser cuidado, protegido, cultivado, preservado de todos os perigos e de todos os contatos, isolado dos outros para que mantivesse seu valor diferencial; e isso outorgando-se, entre outros meios, uma tecnologia do sexo (Ibidem, pp. 116-117).

Vê-se, pelas análises de Foucault, que a luta pela enunciação de uma subjetividade passa pela resistência a formas de sujeição classista, buscando seu processo de emancipação e de individuação, sob a égide do poder, que age no intuito de fazer a correspondência de cada indivíduo com uma respectiva identidade, já sabida e conhecida, bem determinada. Na contramão, porém, Ana Cristina Cesar faz disparar, em sua poética, alheia ao discurso panfletário, um dispositivo de sexualidade: as sensações do corpo, a qualidade dos prazeres, a natureza das impressões, tudo isso faz proliferar, inova e anexa a luta da(s) subjetividade(s) pelo direito à diferença, à variação, à metamorfose, sem se esquivar de versar até mesmo sobre o proibido, o pouco polido ou indicado para o campo da poesia, desmascarando hipocrisias e pretensões de limite.

Acordei com coceira no hímen. No bidê com espelhinho examinei o local. Não surpreendi indícios de moléstia. Meus olhos leigos na certa não percebem que um rouge a mais tem significado a mais. Passei pomada branca até que a pele (rugosa e murcha) ficasse brilhante. Com essa murcharam igualmente meus projetos de ir de bicicleta à ponta do Arpoador. O selim poderia reavivar a irritação. Em vez decidi me dedicar à leitura. (CESAR, 2002, p. 96).

Ana Cristina evidencia, assim, que assumiu seu corpo e sua sexualidade como uma materialidade discursiva, dotada de membros e de voz(es), uma verdadeira corporeidade discursiva, com o direito de dispor dos dois livremente. Antes, porém, revoluciona os conceitos de felicidade e de prazer, dando ênfase a uma enunciação que procura a verdade do sexo, que modifica sua economia no real, que subverte a lei que o rege, que muda seu futuro, a tal ponto que “[...] mais não quer saber/ a outra, que sou eu,/ do espelho em frente” (Ibidem, p. 69), pois já não se reconhece.

Ela sabe, portanto, que o que é reivindicado e serve de objetivo de toda essa luta é a vida, entendida como as necessidades fundamentais, a essência concreta do homem, a realização de suas virtualidades, a plenitude de suas potencialidades. Espera, pois, pela epifania do homem que aprende vivendo, pouco a pouco, o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, tendo um corpo, condições de subsistência e de enunciação, probabilidade de vida e saúde individual e coletiva, para não boiar como um cadáver na existência. Nem ela, nem sua poética e sua enunciação, corporificadas e em dispositivo enunciativo, passam simplesmente pela vida, mas deixam marcas em um itinerário. Não porque ela quer ser seguida, mas porque quer ser testemunha de uma vida que experimentou em si mesma as intensidades do corpo, da voz, do devir, do sexo, do prazer, do saber, do poder e soube ousar com eles indo muito além do meramente pré-estabelecido.

Conclusão

A vida carrega a morte e se mantém na própria morte.
(BLANCHOT, M. **A parte do fogo**).

Viver é ser convidado dia a dia a instabilizar a zona pacífica em que nos constituímos sujeitos, capazes de enunciação, dotados de corpo e de sexualidade. É a angústia – estreitamento apenas, segundo a etimologia da palavra – de quem sente gritar no corpo os ligamentos da essência pela materialidade, muitas vezes, impalpável. É a tentativa de dar voz a um pensamento que articule os pontos em que a vida carrega a morte e se nutre dela, liberando um sujeito que aprendeu a pensar problemáticamente.

É assim que um novo pensamento se faz possível, ou melhor, o pensamento, de novo, é possível. Descobrimos, neste exercício, novas formas de dizer o ser; percebemos os não-ditos e as obliterações; vimos na suposta desordem o grande número de ordens possíveis, uma verdadeira disposição, não um mero princípio de catalogação, taxonomia ou ordenamento.

Ana Cristina Cesar apontou-nos o caminho. No itinerário de Foucault e na esteira de tantos filósofos da linguagem e teóricos da literatura, restituiu-nos o que faltava ao olhar. Mas alertou: “Recomendo cautela. Não sou personagem do seu livro e nem que você queira não me recorta no horizonte teórico da década passada” (CESAR, 2002, p. 41). Ela parece não apenas ter tangenciado o que o olho viu, mas parece ter dissecado, para enunciar, anunciar e denunciar, em sua p(r)o(f)ética e em seus estudos críticos, os sistemas molares da sociedade. Fez, com isso, multiplicarem-se os focos e os pontos de visão das malhas do poder diagramático, porque se viu, também ela, olhada por um panóptico que refrata ou reflete imagens nem sempre justas.

De posse como que de um quebra-cabeças, a poeta reinventa a possibilidade de enunciação de vidas infames, que não sobreviveriam senão do choque com esse poder, dando vida e condições, corpo(s) e voz(es), a processos de subjetivação oriundos dos estilhaços apanhados no itinerário percorrido. Procede, assim, à cata dos fragmentos produzidos nos golpes contra as muralhas interpostas, dá vida às figuras recolhidas e cria com elas novas possibilidades de vitalizar corporeidades discursivas. “Quisera dividir o corpo em heterônimos” (Ibidem, p. 91).

Ávida por esses processos, a autora faz a passagem por campos minados, proliferando bombas e dando ouvido aos escombros. Por outro lado, não se esquece da Cartilha da cura e dos naufrágios em que: “As mulheres e as crianças são as primeiras que/ desistem de afundar navios”(Ibidem, p. 46). Simplesmente, por afrontamento do desejo, insiste na maldade de escrever, mas não sabe se a deusa sobe à superfície ou se apenas a castiga com seus uivos. De todo modo, da amurada do barco, deseja os seios da sereia (o canto, a linguagem) e segue a nau dos conspiradores.

Apesar de tomar como garantia a seriedade de um ideal, não se pode fixar nunca. É vária, é múltipla, não suporta conciliação nem

compromisso. É fruto de momentos diferentes, de metamorfoses, de devires. É movimento, é telegráfica, à mercê do impossível, ocasional, ininterrupta, real.

Precisaria trabalhar – afundar –/– como você – saudades loucas–/ nesta arte – ininterrupta –/ de pintar –/ A poesia não – telegráfica – ocasional – / me deixa sola – solta –/ à mercê do impossível –/ – do real (Ibidem, p. 58).

Fruto de desagregação e também de construção, Ana Cristina atrai a literatura para o ponto instável em que a morte resulta no ser. Contudo, sua realização na escritura e na vida mesma se dá pela riqueza de possibilidades de enunciação: “[...] pelo homem a morte chega ao ser e pelo homem o sentido repousa sobre o nada; só compreendemos privando-nos de existir, tornando a morte possível” (BLANCHOT, 1997, p. 330). É este o risco e esta a proposta: fazer as leituras da morte com as chaves da vida. Por tudo isso, é preciso ir além, para não prender quem se soltou, dando rasantes, pernóstica, surpreendendo, alçando voos cada vez mais altos.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BLANCHOT, Maurice. **O livro por vir**. Trad. Maria Regina Louro. Lisboa: Relógio D'Água, 1984.
- _____. **Michel Foucault – tel que je l' imagine**. Paris: Fata Morgana, 1986.
- _____. **A parte do fogo**. Trad. Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- _____. **Pena de Morte**. Trad. Ana Maria de Alencar. Rio de Janeiro: Imago: 1991.
- CESAR, Ana Cristina. **Crítica e Tradução**. São Paulo: Ática, 1999.
- _____. **Inéditos e Dispersos**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. **A teus pés**. São Paulo: Ática, 2002.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Trad. Cláudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. Trad. Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elizabeth. **De que amanhã: diálogo**. Trad.: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A Guillhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **As palavras e as coisas**. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____. **O pensamento do exterior**. Trad. Nurimar Falci. São Paulo: Princípio, 1990.

_____. **La Vie des Hommes Infâmes**. Les Cahiers du Chemin, 1977.

_____. **Ditos e Escritos III**. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a filosofia e a literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

NASCIMENTO, Evando. **Derrida e a Literatura**. Niterói: EdUFF, 1999.

SAER, Juan José. **El concepto de ficción**. Buenos Aires: Espasa-Calpe Ariel, 1997.

ZUMTHOR, P. **A letra e a voz**. Trad. Amalio Pinheiro e Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **Performance, recepção e leitura**. Trad. Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DE MANIPULAÇÃO DA VERDADE EM FAKE NEWS POLÍTICAS NA MÍDIA

Jarbas Vargas Nascimento*

Marcel Fernandes Gugoni*

Introdução

Este capítulo tem como tema o estudo de estratégias discursivas de manipulação da verdade e os efeitos de sentido construídos em *fake news*, cujas condições sócio-históricas e políticas de sua produção são marcadas por técnicas, práticas e posicionamentos da/na cibercultura, que modificam os modos de produção, consumo, comunicação e normalização da sociedade (LÉVY, 1999; LEMOS, 2002). O problema que nos inquieta consiste em examinar a maneira pela qual as *fake news*, produzidas no campo discursivo da política, possibilitam situações enunciativas, facilitadoras de manipulação por meio de posicionamentos, que subvertem, violam ou simulam a verdade. Neste sentido, faz-se necessário apreendermos as *fake news* como discursos, pois são práticas discursivas de dominação política, reveladoras de posicionamentos fomentados na mídia, que servem de suporte para veiculá-las como dispositivos contratuais de comunicação.

O objetivo geral, que orienta nossa reflexão, é examinar as estratégias discursivas de manipulação da verdade e os efeitos de sentido construídos no funcionamento das *fake news*, com base no aporte teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa (AD), na perspectiva proposta por Maingueneau (2007, 2008, 2010, 2013, 2015). Essa abordagem nos permite evidenciar que as *fake news* se constituem em um evento discursivo e articulam subjetividade, política e ética, ao estabelecerem uma possível verdade sobre um fenômeno do cotidiano social. No cerne desta reflexão, fazemos ponderações sobre a mentira, a verdade, a ética e as consequências advindas da quebra de legitimidade discursiva nos limites da política brasileira.

* PUC-SP/UFES

* PUC - SP

Na primeira parte deste capítulo, apresentamos as condições sócio-históricas de produção das *fake news*. Nosso argumento é de que o linguístico se relaciona com a exterioridade e que essa relação incide sobre o discurso pela interdiscursividade. Isso implica a discussão não somente do conceito de *fake news*, como também seu surgimento e sua circulação em nossa sociedade. De saída, lembramos que a emergência da pós-verdade cria uma ambiência em que aparecem novas formas de relacionamentos com o público nas redes sociais que, de certa forma, sustentam a circulação das *fake news*. Nessas condições, o avanço da comunicação pela mídia acarreta, sobremaneira, um declínio da imprensa tradicional e uma ascensão das redes sociais digitais e de novos modos de leitura e produção de discursos.

Na segunda parte, refletimos sobre a Análise do Discurso de linha francesa (AD) e seu caráter interdisciplinar bastante produtivo na atualidade. Neste sentido, a perspectiva que adotamos difere de outras disciplinas, que abordam o discurso e que carregam rótulo de Análise do Discurso. A Análise do Discurso representa para nós uma disciplina de entremeio, pois desconhece fronteiras, partilha epistemologias, na medida em que dialoga com diferentes correntes oriundas de diferentes lugares. Esta abertura proposta pela AD dá-nos condições de fazer dialogar a Linguística, a Política, a Filosofia e a Mídia nos estudos das *fake news*. Assumimos, ainda, uma noção de discurso e de subjetividade adequados aos nossos objetivos, relacionando-os à política, à ética e à verdade, no processo analítico.

Por fim, procedemos à análise de duas postagens, tomadas aqui como discursos e que constituímos como amostras operacionais, sem considerá-las únicas e exclusivas para as condições teórico-metodológicas que elegemos. São, portanto, dois discursos: o primeiro recortado de uma postagem *fake* da internet sobre processo de prisão do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva e outro notícias, que checam os fatos apresentados pela primeira postagem com a intenção de desmenti-lo.

Condições sócio-históricas e políticas de produção das *fake news*

De partida, podemos recorrer a um axioma que circula na internet, cuja autoria é atribuída de maneira jocosa ao presidente estadunidense Abraham Lincoln: “não acredite em tudo o que lê na

internet”. Ainda que se possa dispensar qualquer explicação a respeito da incompatibilidade temporal dos dois referentes do axioma, internet e Lincoln, o humor desse enunciado nos permite observar que o axioma é adequado à postura crítica diante dos discursos que circulam na internet. Com base nele, começamos duvidando do próprio surgimento de um conceito de *fake news*.

Em uma entrevista ao final de 2017, o presidente estadunidense Donald Trump defendeu que ele criou um termo para se referir à mídia: “*fake*”. Essa asserção é falsa. Em 2016, o *Oxford Dictionaries* escolheu o termo “pós-verdade” como a palavra do ano, motivado pelo abrupto aumento das pesquisas na internet por esse termo, estimulado, de um lado, pelo referendo sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia e, de outro, pela eleição presidencial nos Estados Unidos, em que Trump era um dos concorrentes¹. Em 2017, o dicionário Collins elegeu “*fake news*” como a palavra do ano. A verdade é que *fake news* não é um assunto novo, nem um termo novo. Em 1921, o historiador Marc Bloch já havia notado que a notícia falsa se propaga rapidamente, quando encontra terreno fértil no espaço social onde ela circula². Há registros de uso das palavras *fake* e *news* em dicionários de língua inglesa, desde o fim do século XIX, segundo o dicionário Merriam-Webster³. Há quem afirme que as notícias falsas são inseparáveis do surgimento da própria imprensa, no século XV, ou mesmo anteriores a ela. Historiadores catalogam histórias falsas de assassinato de crianças e de judeus bebedores de sangue, que existem desde o século XII, como parte das fundações do antissemitismo (SOLL, 2016). Assim, podemos dizer que as notícias falsas acompanham as sociedades ao longo da história. Um historiador

¹ O *Oxford Dictionaries* indicou que o conceito de pós-verdade surgiu como adjetivo (como na expressão “era de pós-verdade”), mas parece ser cada vez mais comum seu uso substantivado (“a pós-verdade”), ainda que seja utilizado indistintamente como se dispensasse definições. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

² Bloch trata especialmente a respeito da construção das notícias falsas como parte das estratégias da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Disponível em: <www.miwsr.com/2013-051.aspx>. Acesso em: 14 abr. 2019.

³ Segundo o Merriam-Webster, o termo “*fake news*” não deve entrar como verbete no dicionário porque é formado de duas palavras bastante conhecidas e cuja composição não demanda mais explicações. Disponível em: <<https://www.merriam-webster.com/words-at-play/the-real-story-of-fake-news>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

bizantino do século VI, de nome Procópio, escreveu um livro - *Anedota*⁴ -, cheio de informações duvidosas, para arruinar a reputação do imperador Justiniano. (DARNTON, 2017). Esses exemplos ajudam-nos a entender que o fenômeno das *fake news* não é novidade, embora elas assumam características inéditas na atualidade.

De maneira geral, o conceito de pós-verdade se refere às circunstâncias nas quais os fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que os apelos às emoções e às crenças pessoais, ao passo que as *fake news* não são se limitam à notícia falsa, mas se conformam em um discurso deliberadamente falso que visa à manipulação política por meio da desinformação. McIntyre (2018) propõe uma abordagem filosófica para avançar sobre os conceitos de pós-verdade e *fake news*, a fim de distingui-los. Para ele, a pós-verdade não é substituto imediato da mentira, nem da manipulação política, mas surge de diferentes modos de subversão da verdade. O conceito de verdade remete a séculos de discussões filosóficas que, ao longo da evolução das correntes de pensamento e dos paradigmas científicos, refletem uma diversidade de posicionamentos. Não é de nosso interesse comparar, neste capítulo, as diferenças entre tais teorias da verdade, mas observar os diferentes modos de subvertê-la. McIntyre (2018, p. 7-8.) apresenta os seguintes critérios:

[...] Às vezes, cometemos erros e dizemos coisas que são inverdades sem a intenção de fazê-lo. Nesse caso, estamos proferindo uma “falsidade”, em vez de uma mentira, visto que o erro não é intencional. O passo seguinte além desse ponto é a “ignorância intencional”, que é quando não sabemos realmente se alguma coisa é verdade, mas nós a dizemos mesmo assim, sem nos preocuparmos em procurar tempo para descobrir se a nossa informação é correta. [...] Em seguida vem a mentira, que é quando proferimos uma falsidade com a intenção de enganar. (tradução livre)

Devemos considerar que a intenção de enganar só se efetiva em uma situação enunciativa, quando o interlocutor se abstém de ater-se aos fatos em prol do engodo. Em uma interação entre dois sujeitos, a

⁴ A obra *Anedotas*, também conhecida pelo título de *História Secreta*, de Procópio de Cesareia, é um compilado de que trata de modo calunioso o imperador Justiniano e sua mulher Teodora, publicada posteriormente à obra elogiosa *Histórias das guerras*.

pós-verdade caracteriza-se tanto por uma intenção de um deles de contrariar os fatos deliberadamente, quanto pela necessária reação do outro em também ignorar esses fatos em favor da manutenção de suas próprias asserções prévias. Para McIntyre (2018, p. 13), a relação da pós-verdade com os fatos decorre de uma tentativa de os interlocutores afirmarem algo que seja mais importante para si próprios do que a verdade: os sentimentos ou as opiniões importam mais do que a realidade. Para o autor, trata-se de uma forma de supervalorização da subjetividade, cuja base se estabelece pela tendência que temos de *concordar com aquilo que outros à nossa volta acreditam, mesmo quando as evidências à nossa frente nos dizem o oposto* (MCINTYRE, 2018, p. 62).

Estudos da área de Psicologia caracterizam a tendência dos sujeitos a seguir um raciocínio motivado, privilegiando a busca por evidências, que confirmem ideias preconcebidas, ainda que elas sejam questionáveis e infundadas, como viés de confirmação. A pós-verdade e as *fake news* se efetivam em uma situação enunciativa em que a opinião e a subjetividade prevalecem, com influência de um viés de confirmação. Para Lévy (1999, p. 130)

a cibercultura é a expressão da aspiração de construção de um laço social, que não seria fundado nem sobre *links* territoriais, nem sobre relações institucionais, nem sobre as relações de poder, mas sobre a reunião em torno de centros de interesses comuns [...], sobre processos abertos de colaboração.

O apetite para as comunidades virtuais encontra um ideal de relação humana desterritorializada, transversal e livre. [...]

Na verdade, Lévy propõe que o ambiente das redes comporta uma condição paradoxal: ao mesmo tempo em que é capaz de abrir espaço para o desenvolvimento de uma inteligência coletiva, fruto da sinergia dos saberes, das imaginações, das energias dos sujeitos conectados a ela, é também motor de isolamento e sobrecarga cognitiva, de dependência na navegação, de dominação e exploração e mesmo de difusão de *bobagem coletiva* (LÉVY, 1999, p. 30).

Para Lemos (2002), o excesso de informação levou ao desenvolvimento de dispositivos (“agentes inteligentes”) para auxiliar os usuários a navegarem na internet. Os códigos que operam de forma autônoma e automática facilitam a seleção de resultados e a filtragem

de respostas em meio à imensidão de informações disponíveis no ciberespaço. Sem dúvida, eles influenciam a cibercultura, ao filtrar resultados de buscas e monitorar as atividades de seus usuários, por exemplo. A natureza inerente do ciberespaço é fornecer aos sujeitos os resultados próximos aos de seus interesses. O Facebook, surgido em 2004, como uma rede social para amigos de conexão, com conhecidos do mundo real e com amigos virtuais, em poucos anos, mudou seu modelo de negócios, para se tornar um agregador de conteúdos e de compartilhamento de notícias. Os algoritmos do *site* fazem uma seleção e uma curadoria dos conteúdos, para mostrar aos usuários aquilo que tem maior potencial de angariar *likes*, que servem de parâmetro para identificação dos interesses e de reforço do preexistente filtro de interesses. O filtro de um *site* como o Facebook, por exemplo, fomenta a formação de uma espessa bolha, que não apenas leva ao pensamento motivado do usuário, dando-lhe cada vez mais daquilo que lhe interessa, como também o impede de sair dela em busca de outras opiniões. Para isso, seria necessário acessar uma quantidade maior de *sites* (de jornais, de revistas, de canais de televisão etc.) em busca dos diversos pontos de vista a respeito de um fato, em suma, buscar a verdade.

A modificação das interações entre os indivíduos, causada pelos dispositivos de comunicação eletrônica, é apontada por Maingueneau (2015), ao observar a introdução de um leque de formatos espontâneos e escritos, que *subverte a distinção tradicional entre troca imediata (conversa) e diferida (escrita)* (MAINGUENEAU, 2015, p. 171). Esse autor inclui no rol de novos formatos chats, e-mails, tuítes, curtidas, postagens etc.

As postagens se enunciam, assim, no interior de uma espécie de convivência mais ou menos forte, de um fluxo contínuo de manifestações de sociabilidade, em que cada um pode se “expressar” pontualmente, sem necessidade de articular os signos que envia a uma totalidade textual, concebida em função de um destinatário situado em outro espaço. As postagens, ao mesmo tempo, pressupõem e reforçam as comunidades, favorecendo uma espécie de “tribalização” fundada na comunicação e que não segue os recortes sociais tradicionais. (MAINGUENEAU, 2015, p. 172.)

Esse cenário se completa, quando consideramos que a emergência das mídias sociais como fonte de informação borrou completamente as fronteiras entre notícia e opinião, já que faculta ao usuário receber quantas notícias quiser, a partir dos próprios interesses e dos gostos dos amigos virtuais, sem a necessidade de buscar notícias em fontes tradicionais da mídia de massa. Esse movimento cria *silos informacionais* (MCINTYRE, 2018, p. 94), que servem como alimento e fragmentação dos conteúdos de mídia, pois que podemos parar de seguir os jornais com cuja linha editorial não concordamos ou romper a amizade virtual com interlocutores, cujos posicionamentos não partilhamos.

É irônico que a internet, a qual permite acesso imediato a informações confiáveis por qualquer um que tenha interesse em pesquisá-las, tenha se tornado não muito mais do que uma câmara de eco. E como isso é perigoso. Sem uma forma de controle editorial sobre o que agora é apresentado como “notícia”, como poderemos saber quando estamos sendo manipulados? (MCINTYRE, 2018, p. 95.)

De fato, sabemos que a ubiquidade na conectividade leva muitos sujeitos a permanecerem mais e mais tempo *online* e a proliferação dos veículos de comunicação – não só virtuais, mas impressos, televisivos e radiofônicos – também produz uma audiência fragmentária e cada vez mais descrente na mídia (MCINTYRE, 2018; KAKUTANI, 2018). Para McIntyre (2018), a mídia tradicional, por muito tempo, se sentiu obrigada a apresentar o “outro lado” como um mantra para a objetividade jornalística. Essa prática, ainda que sob a égide da pluralidade e da isenção, não leva a outro resultado que não *uma completa confusão generalizada do público que equivale a uma campanha de desinformação apoiada pela mídia* (MCINTYRE, 2018, p. 79). *Naturalmente, isso confunde o público. Há ou não uma controvérsia sobre a mudança climática? Se não há, por que os programas de TV apresentam uma cobertura como se houvesse? A mídia assumiu que não é seu papel tomar partido* (MCINTYRE, 2018, p. 81).

A objetividade deveria emergir não como um equilíbrio entre a verdade e a mentira, mas como uma forma de facilitar a verdade. Dessa forma, o declínio da mídia, causado por fatores, tais como a queda da audiência de redes de televisão e rádio, da circulação de meios impressos, da credibilidade de certos veículos que são alvos mais

frequentes da política, coincide com a derrocada da própria verdade fomentada pelas notícias falsas e também pela ciência falsa, pela história falsa, pelos likes falsos (KAKUTANI, 2018, p. 11-12).

Para fundamentar as reflexões que fazemos sobre as estratégias discursivas de manipulação da verdade em *fake news* políticas, na mídia, evocamos a AD, nas abordagens propostas por Maingueneau (2007, 2008, 2013, 2015) que, na atualidade, tem se mostrado produtiva na análise de diferentes discursos em circulação em nossa sociedade. Apreendemos a AD como um terreno interdisciplinar fecundo, na medida em que ela propicia olharmos a linguagem em diálogo com outras disciplinas e em relação às suas condições sócio-históricas e políticas de produção, na organização e funcionamento da comunicação humana. A AD se configura, por conseguinte, como uma disciplina de entremeio, inscreve-se na Linguística e na Comunicação e, na abordagem que privilegiamos, opera uma interdiscursividade, entre as marcas linguísticas do processo enunciativo, o sujeito responsável pela enunciação e a conjuntura social, política, econômica e cultural que mobiliza as práticas sociais.

Do que antecede, central na AD, é seu objeto, ou seja, o discurso, que se define como a instância que se encontra entre o texto e o lugar social que ele ocupa, a partir de uma prática interativa de linguagem. Embora a noção de discurso seja assumida por várias disciplinas e que sua ressignificação compreenda concepções diferentes de epistemologias e fazeres, para Maingueneau (2015), o discurso é uma organização além da frase, pois mobiliza estruturas de diversas ordens, ligadas ao funcionamento dos gêneros em circulação. Podemos dizer, também, que o discurso é um lugar de embate, ou seja, uma forma de ação sobre o outro. Para Maingueneau (2015, p.25) *toda enunciação constitui um ato que visa a modificar uma situação*; por isso, o discurso é uma atividade social efetiva e faz parte de nossa condição humana.

Além disso, Maingueneau (2015) ressalta que o discurso é marcado pela interatividade, pois envolve dois ou mais sujeitos, isto é, uma instância que enuncia e outra que interage na enunciação, a partir de um lugar social. Maingueneau postula, também, que o discurso é assumido por um sujeito, que se responsabiliza pelo que diz na enunciação. O sujeito, nesta perspectiva, torna-se um dispositivo de enunciação, por meio do qual se inscrevem os enunciados, que servem de origem dos efeitos de sentido. Além disso, discurso é ainda regido

por normas particulares provenientes das atividades sociais motivado por trocas de comunicação verbais. Deste modo, as marcas linguísticas possibilitam, na situação de interação, em um momento e lugar específicos, o desenvolvimento reflexivo e crítico do sujeito para a produção de efeitos de sentido, que mudam constantemente e constituem o regramento do discurso. Assim, cada discurso participa e ganha novos efeitos e, ao associar-se a outros discursos, pressupõe a presença do Outro, que se dá por meio do interdiscurso.

Diferente de outros discursos, as *fake news*, como prática discursiva, encontram um terreno fértil em nossa sociedade, marcada pela difusão das redes de informação e comunicação e pela conexão ubíqua e em tempo real dos indivíduos conectados no ciberespaço. Lévy (1999) argumenta que o ciberespaço se inscreve como uma prática, que surge da interconexão mundial dos computadores, abarcando ao mesmo tempo a infraestrutura material da comunicação digital, o universo de informações que ela abriga e os sujeitos que alimentam esse universo. Para ele, as tecnologias são produtos de uma sociedade e uma prática cultural, e elas não são boas, nem más, nem neutras, de modo que só poderíamos refletir a respeito dos usos que a sociedade faz delas. As técnicas, as práticas, as atitudes, os posicionamentos e os modos de pensamento dos sujeitos do ciberespaço são aspectos que compõem a cibercultura e que interferem nas práticas discursivas.

Dessa forma, ao assumir um discurso, o enunciador realiza um processo enunciativo que abraça espaços desterritorializados, para deslocar e alterar efeitos de verdade, nas práticas discursivas contemporâneas, como as *fake news*, que circulam na sociedade. Trata-se de um esforço de inserção dessas práticas aos contratos e aos jogos preestabelecidos na cena genérica, permitindo que reconheçamos o enunciador como sujeito que se abre como ponto de partida de efeitos de sentido. Aprender efeitos de mentira nas *fake news* é sempre explicitar apenas uma possibilidade de efeitos de sentido dos enunciados, que organizam o funcionamento desses discursos.

Análise da amostra

A fim de alcançarmos os objetivos a que propusemos, selecionamos dois discursos, que nos permitem analisar as estratégias

discursivas de manipulação da verdade em *fake-news* políticas na mídia. Embora a interdiscursão seja uma unidade a ser observada no *corpus* que constituímos, investigamos também a cenografia, o *ethos* discursivo e o código linguageiro, além das marcas visuais, que funcionam como estratégias fundamentais, sem as quais teríamos dificuldades de apreensão de efeitos de sentido, que a enunciação, como evento linguístico, nos possibilita depreender. Considerando o processo de análise que faremos, apresentamos os dois discursos selecionados.

O primeiro é uma postagem da rede social Facebook, com marcas linguísticas e imagéticas, que circulou por meio de compartilhamento em um número não identificado de perfis virtuais, pois as comunidades virtuais são transversais e livres. Para Maingueneau (2008), a AD, hoje, extrapola o discurso verbal, ao examinar a rede social, que se constitui como uma prática intersemiótica, que articula marcas enunciativas e imagéticas, cujos efeitos de sentido são negociados, visando, em última instância, ao compartilhamento e à interação dos sujeitos conectados.

Figura 1: Imagem



Fonte: MENEZES, Luiz Fernando. Meme falseia e distorce dados sobre tramitação de processo de Lula na Justiça. **Aos Fatos**, 23 abr. 2019. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/meme-falseia-e-distorce-dados-sobre-tramitacao-de-processo-de-lula-na-justica>>. Acesso em: 3 set. 2019

O plano de fundo desse primeiro discurso é a própria cenografia da rede social, em que se destacam os botões de “curtir”, “comentar”

e “compartilhar”, índices da linguagem hipermediática, que se abre a diferentes maneiras de interagir. O acontecimento no discurso refere-se ao processo de prisão do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, cuja legitimidade política é algo de suspeita, mas não garantida. Como notícia política, o enunciador veicula informações inscritas no espaço temático, apresentando-as ao co-enunciador como novidade. Desta forma, as informações resultam de uma fonte, apresentam dados novos e permitem que os co-enunciadores depreendam efeitos de sentido mais relevantes para si próprios do que a verdade. Sem dúvida, a apreensão dos enunciados pode levar o co-enunciador a concordar ou não com as evidências construídas no/pelo discurso, com base em um olhar social e em sua subjetividade.

A cenografia criada pelo enunciador mostra a imagem de um rosto sobreposto por um conjunto de enunciados, que associamos ao meme, na medida em que viralizou na mídia em busca de credibilidade. Os memes multiplicam-se ao longo das interações de redes sociais, sem que seja possível detectar sua origem (MARTINO; GROHMANN, 2017), e geralmente fazem referências a uma série de imagens e fatos que os liga diretamente às suas condições sócio-históricas e culturais de produção. Uma das características do meme é sua capacidade de mutação, fruto do processo de compartilhamento por sujeitos conectados em rede, em que predomina a participação (SHIRKY, 2011), e cujos efeitos de sentido são negociados de modo intrínseco ao próprio compartilhamento. Identificamos que o total de compartilhamentos desse discurso, baseado em um só perfil, ultrapassou o número de 4,4 mil, em 18 abril 2019.

De fato, o discurso, em análise, dado seu eixo temático na política, faz com que seu enunciador construa enunciados alarmantes com o intuito de obter adesão e credibilidade de seu co-enunciador. O investimento numérico marcado na cenografia, embora nem sempre percebido pelo co-enunciador, apaga o posicionamento político e é assumido como uma denúncia explícita contra o ex-presidente e o poder público. Desta forma, os enunciados *fake* reivindicam seu lugar na apreensão da opinião pública

Ao constituir a cenografia e selecionar o código linguageiro e os mecanismos imagéticos, o enunciador articula uma imagem do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, recortada de modo a exibí-lo o rosto com parte de sorriso e do olhar. Sua expressão é de um sorriso

com a língua entre os dentes. A imagem ocupa a lateral direita do discurso, e o maior espaço é ocupado por enunciados em fonte de cor branca, assim descritos:

A justiça brasileira NÃO é lenta. É vc q é pobre. O Lula, q é bem RICO, teve 145 habeas corpus analisados, mobilizando 178 juízes em 44 instâncias pulando na frente de 3.730.138 processos. Enquanto isso vc espera 8 anos para a Justiça decidir que o SUS deve lhe dar o remédio que salvará sua vida!

Observamos, nesse conjunto de enunciados, que a cenografia afasta o quadro cênico, e o co-enunciador investe em cada enunciado por uma cena específica que, construída, no funcionamento discursivo, legitima a cenografia, validando-a. O investimento no código linguageiro mobiliza o registro de língua em caixa alta *NÃO é lenta*, para produzir um efeito prescritivo decorrente da validação do linguístico e do efeito de verdade que o enunciado opera no co-enunciador. O mesmo ocorre nos enunciados: *É vc que é pobre. O Lula q é bem RICO*. Há, ainda, um investimento numérico – *145 habeas corpus, 178 juízes em 44 instâncias, 3.730.138 processos, 8 anos para a Justiça decidir* -, que coloca o co-enunciador numa cena de fala, que o integra às condições sócio-históricas de produção em que ele e os enunciados se posicionam. Vale realçar também, que esse discurso é uma paráfrase de um tuíte de 2018, reescrito e adaptado, com o intuito de levar o co-enunciador a apreensão de novos efeitos de sentido, principalmente os de cunho mais emocional do que racional.

O segundo discurso, que selecionamos, foi publicado no site **Aos Fatos**, cuja finalidade é a checagem de informações falsas em compartilhamentos na mídia. Neste sentido, esse site opera sobre o eixo do conteúdo, alertando os interlocutores a escapar de engodo diante de informações mentirosas. Desta forma, esse discurso só foi possível em função de outro anterior, pois que visa a destrinchar as informações falsas apresentadas anteriormente, a fim de desmenti-las.

Figura 2: Imagem

Meme falseia e distorce dados sobre tramitação de processo de Lula na Justiça

Por Luiz Fernando Menezes
23 de abril de 2019, 15h54

Um **meme** que circula nas redes sociais traz informações falsas e distorcidas sobre a tramitação do processo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na Justiça ao sugerir tratamento privilegiado em relação a outros réus.

Não é verdade que a ação sobre o triplex do Guarujá (SP) passou por 44 instâncias, como diz a peça, pois o Judiciário brasileiro tem apenas três mais o STF (Supremo Tribunal Federal), nem que a ação foi analisada por 178 juízes. Tampouco é possível provar que o processo do petista passou na frente de mais de três de milhões de outras ações.

Aos Fatos identificou ainda as mesmas informações enganosas do meme em um tweet de 2018 feito por Henrique Bredda, gestor na Alaska Asset, no Twitter. Na época, em resposta à mesma publicação, ele reconheceu que os números eram “figuras de linguagem e exageros da minha cabeça”.

Posts com esta desinformação denunciados por usuários do Facebook já acumulavam, juntos, mais de 5.000 compartilhamentos na tarde desta terça-feira (23). Essas publicações foram marcadas por Aos Fatos com o selo **FALSO** na ferramenta de verificação disponibilizada pela rede social (**entenda como funciona**).



FALSO

A justiça brasileira não é lenta. É você que é pobre. O Lula, que é RICO, teve 145 habeas corpus analisados, mobilizando 178 juízes em 44 instâncias [e] pulando na frente de 3.730.138 processos. Enquanto isso você espera 8 anos para a Justiça decidir que o SUS deve lhe dar o remédio que salvará sua vida.

Fonte: MENEZES, Luiz Fernando. Meme falseia e distorce dados sobre tramitação de processo de Lula na Justiça. **Aos Fatos**, 23 abr. 2019. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/meme-falseia-e-distorce-dados-sobre-tramitacao-de-processo-de-lula-na-justica>>. Acesso em: 3 set. 2019

O discurso intitulado *Meme falseia e distorce dados sobre tramitação de processos de Lula na Justiça*, assinado por Luiz Fernando Menezes, participa da cena englobante do discurso jornalístico, apresenta um texto verbal com objetivo de desmentir o discurso anterior. O plano de fundo da página, onde ele se inscreve, está encabeçado pela logomarca do site, por um texto “menu” clicável (que abre uma lista de outras páginas navegáveis do site), por botões icônicos de busca e de compartilhamento nas redes sociais Twitter e Facebook e por um botão destacado com um imperativo: “FAÇA UMA DOAÇÃO.” [...]

O site **Aos Fatos** identifica-se como um veículo jornalístico de checagem de informações veiculadas nas redes sociais, regido pelos princípios e condutas estabelecido pela *International Fact-Checking Network* - IFCN, cujo objetivo é certificar de que todo material desenvolvido pelo veículo é apartidário e transparente. A manutenção do site depende de fontes de receita como doações de apoiadores, indivíduos participantes de campanhas de financiamento coletivo pela internet, parcerias editoriais com empresas jornalísticas variadas e consultorias em *fact-checking*. Isso justifica o enunciado destacado “FAÇA UMA DOAÇÃO”, bem perceptível, em caixa alta, como um elemento de marketing do jornal.

Neste discurso, o enunciador constrói uma cenografia noticiosa em que a mídia garante visibilidade a ele e ao conteúdo do discurso. Embora esse discurso busque a adesão de um co-enunciador conectado em questões políticas, os argumentos que legitimam a veracidade das informações presentes na organização e no funcionamento discursivo, precisam de consistência, a fim de que ele a reconheça. Por isso, a cenografia se amplia e projeta-se no espaço temático, onde a verdade se correlaciona com as condições sócio-históricas e políticas de produção do discurso, sobretudo, no que diz respeito ao seu aspecto ideológico-situacional.

A cena englobante desse discurso é a de uma reportagem jornalística; pois utiliza um título, a assinatura do jornalista responsável pela enunciação, a data de publicação e uma materialidade linguística marcada por explicações e argumentos que visam a expor fatos comprovados em relação às falsas informações, apontadas no discurso anterior e que, ainda, estava em circulação nas redes sociais. Há, por conseguinte, clara relação entre os dois discursos, colocando-

os em polos distintos de um mesmo plano enunciativo em que mentira e verdade se contrapõem. De um lado, um discurso falso, que manipula o co-enunciador e gera nele um conhecimento de interesse à vida político-social e, de outro, uma cenografia de reportagem, que analisa e esclarece o que é verdadeiro, impreciso, exagerado, insustentável, contraditório, distorcido e falso em afirmações específicas.

Esse discurso, em tom noticioso, atribui o adjetivo “FALSO” ao discurso primeiro, que é reproduzido, a partir de um *hiperlink* como no recorte a seguir.

Recorte 1

(1) Um meme que circula nas redes sociais traz informações falsas e distorcidas sobre a tramitação do processo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na Justiça ao sugerir tratamento privilegiado em relação a outros réus.

Nesse primeiro recorte, o enunciador qualifica o meme como portador de “informações falsas e distorcidas”, fazendo com que o co-enunciador reconheça, desde o início de que ele se encontra diante de *fake news*. Em uma perspectiva argumentativa, o enunciador mostra um *ethos*, ou seja, constrói uma imagem de si, por meio de um processo enunciativo, que lhe dá autoridade pela forma como enuncia. Essa atitude do enunciador leva o co-enunciador a aderir o que é dito e dar-lhe legitimidade.

Recorte 2

(2) Não é verdade que a ação sobre o tríplice do Guarujá (SP) passou por 44 estâncias como diz a peça. Pois o Judiciário brasileiro tem apenas três mais o STF (Supremo Tribunal Federal), nem que a ação foi analisada por 17 juízes. Tampouco é possível provar que o processo do petista passou na frente de mais de três milhões de outras ações.

Nesse recorte, o enunciador constrói a cenografia, apoiando em argumentos verdadeiros e subverte, de maneira breve, informações que retomam condições de conhecimento de informações absorvidas pelo co-enunciador, que poderiam ser apreendidas como verdadeiras. Por isso, ao descrever os mecanismos de representação jurídica, o enunciador nega a passagem do processo de Lula por 44 estâncias, nega a análise por 17 juízes e nega que seu processo tenha passado na

frente de três milhões de outras ações. Essa negação das informações pelo enunciador aclara a cenografia, que interpela o co-enunciador a questionar o dito anteriormente. Isso faz com que o enunciador mostre um *ethos* que traz a seu proveito a garantia de credibilidade ao discurso. Essa construção da cenografia legitima a enunciação que, por sua vez, legitima a cenografia. Na verdade, a enunciação encena e desqualifica as *fake news*, reivindica um contrato de veracidade jurídica ao discurso, faz o co-enunciador refletir sobre as informações novas, marcando uma forma de manifestação enunciativa do enunciador.

Recorte 3

(3) Aos fatos identificou ainda as mesmas informações enganosas do meme em um tweet de 2018 feito por Henrique Breda, gestor na Alaska Asset no Twitter. Na época, em resposta à mesma publicação, ele reconheceu que os números eram “figuras de linguagem e exageros da minha cabeça”.

Recorte 4

(4) Posts com essa desinformação denunciados por usuários do Facebook já acumulavam, juntos, mais de 5000 compartilhamentos na tarde desta sexta-feira (23). Essas publicações foram marcadas por Aos Fatos com selo FALSO na ferramenta de verificação disponibilizada pela rede social.

Nos recortes 3 e 4, o enunciador se se identifica com a marca institucional – **Aos fatos** – para confirmar que as mesmas constatações enganosas circulam em outros espaços das redes sociais. Assim, a fim de mostrar veracidade de seu posicionamento, **Aos Fatos** especifica argumentos que comprovam a veracidade, de sua desmentira, no momento em que é interpelado a enunciar acerca de dados em torno de *informações enganosas do meme em um tweet de 2018, feito por Henrique Breda, gestor na Alaska Asset e os posts com essa desinformação denunciados por usuários do Facebook*. **Aos Fatos**, embora se coloque no campo noticioso, fundamenta sua argumentação no campo político-social, assumindo, por conseguinte, um *ethos* discursivo, que lhe garante o privilégio de explicitar as diferenças entre seu discurso e o outro, falacioso. Com uma cenografia instalada e validada na memória coletiva, **Aos fatos**, como enunciador, evoca sua legitimidade, que passa uma atitude ética e verdadeira, que

ilumina a cenografia, negando, de fato, as mentiras a que foi acometido o co-enunciador.

Considerações finais

Ao final desta nossa reflexão, julgamos ter conseguido mostrar as estratégias discursivas de manipulação da verdade, da ética e das consequências de quebra da legitimidade discursiva nos limites da política. A AD, nas perspectivas enunciativo-discursivas, nos permitiu evidenciar que as *fake news* se constituem em um evento discursivo e articulam subjetividade, política e ética, ao estabelecerem uma mentira sobre um fenômeno do cotidiano social. No cerne desta reflexão, fizemos ponderações sobre a verdade, a ética e as consequências advindas da quebra de legitimidade discursiva nos limites da política brasileira.

Importa ressaltar a relevância das condições sócio-históricas e políticas de produção das *fake news* e de sua veiculação nas redes sociais. Na análise, ainda que não conclusiva, pudemos observar o avanço da comunicação pela mídia, isto é, uma ascensão das redes sociais digitais e de novos modos de apreensão de estratégias de manipulação da verdade. Além disso, percebemos como a cenografia, o código linguageiro e o *ethos* discursivo distinguem um posicionamento mentiroso de outro verdadeiro. Importa ressaltar, por fim, que em época de pós-verdade, precisamos refutar os dispositivos enunciativos que caracterizam as *fake news* e fazer perpetuar em nossa sociedade um discurso que valorize, valide e legitime a verdade e a ética. Assim, teríamos uma nova maneira de falar, de viver e de praticar a política com ética.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth. (org.). **Imagens de si no Discurso** – a construção do *ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- AMOSSY, Ruth. **A argumentação no Discurso**. São Paulo: Contexto, 2018.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública** – como o discurso manipula as escolhas políticas. São Paulo: Contexto, 2016.

DARNTON, Robert. The True History of Fake News. **The New York Review of Books**, 13 fev. 2017. Disponível em: <www.nybooks.com/daily/2017/02/13/the-true-history-of-fake-news/>.

KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade**: notas sobre a mentira da era Trump. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

LEMONS, André. **Cibercultura**. Tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MAINGUENEAU, D. **A Análise do Discurso e suas fronteiras**. Matranga, Rio de Janeiro, v.14, n.20, p.13-37. 2007. Disponível em: <www.pgletras.uerj.br/matranga/matranga20/arqs/matranga20a01.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola, 2008.

MAINGUENEAU, D. **Doze conceitos em Análise do Discurso**. São Paulo: Parábola, 2010.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. 6. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2015.

MCINTYRE, Lee. **Post-truth**. Cambridge, MA: MIT Press, 2018.

MOTTA, Ana Raquel & SALGADO, Luciana. **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2011.

SOLL, Jacob. The long and brutal history of fake news. **Político**, 18 dez. 2016. Disponível em: <www.politico.com/magazine/story/2016/12/fake-news-history-long-violent-214535>. Acesso em: 14 abr. 2019.

SPINK, Mary Jane (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 1999.

TROLL Quotes. **Know Your Meme**. [s.d.]. Disponível em: <<https://knowyourmeme.com/photos/1201185-troll-quotes>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

WORD OF the year 2016 is... **Oxford Dictionaries**, nov. 2016. Oxford, UK: Oxford University Press, 2016. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO NA PUBLICIDADE VERDE

Felipe Casado de Lucena¹

Introdução

A nova mídia interativa veio transfigurar a cultura e a forma como vivemos em sociedade e, com esse novo recurso tecnológico, transformou não apenas a linguagem, mas também o modo como os seus usuários se relacionam com o mundo. É esse livre acesso a qualquer tipo de informação que permitiu haver uma grande interatividade entre as pessoas, modificando os hábitos de toda uma geração (CARVALHO et al, 2011).

Dentro desse contexto pluralista, no qual o indivíduo passa a ter uma participação mais ativa nas práticas comunicacionais, a publicidade se adapta às redes sociais com seus anúncios interativos, que visam a se aproximar cada vez mais do seu público-alvo, contando com essa participação-intervenção do sujeito, típica das novas tecnologias. Como o discurso publicitário apresenta características específicas da sociedade na qual está inserido, ele é um testemunho autorizado dos imaginários sociais no contexto envolvente, revelando, assim, o funcionamento cultural (CARVALHO et al, 2011).

Isso acontece porque, na sociedade de consumo do século XXI, na qual o avanço da tecnologia ganha destaque, o discurso publicitário surge a partir da união de fatores psicossociais e econômicos e é uma representação da cultura à qual pertence. Nesse âmbito, valores como mitos, ideias e comportamentos aparecem na organização dos textos publicitários como um tipo de produção onipresente na sociedade atual, cuja função é influenciar o comportamento de leitores/consumidores. A publicidade, então, tornou-se parte das regras de comportamento, sendo uma nova forma de controle social voltado para o grande público. Seu sistema de valores traduz aspirações, insatisfações, preferências e preconceitos em busca de critérios, normas e padrões culturais (CARVALHO, 2014).

¹ Professor doutor do Instituto Federal de Pernambuco *campus* Cabo de Santo Agostinho. E-mail: felipe.casado@cabo.ifpe.edu.br

Discurso verde na publicidade

Desde o século passado, o consumo se tornou um valor que rege os modos do ser, adquirindo significativa importância para a sociedade contemporânea. O anúncio reproduz o sistema social vigente, e os componentes estéticos atuam como elementos que encantam e seduzem, envolvendo o receptor. Para Charaudeau (2008), a linguagem é o instrumento que permite às pessoas não só pensar e agir, mas interagir com seus semelhantes e viver em sociedade. Os sentidos dos atos de linguagem são produzidos no processo de interlocução que ocorre entre o falante e o ouvinte (e entre o escritor e o leitor), histórica e socialmente situados. Fairclough (1990) faz uma correspondência entre o discurso e a sociedade quando diz que há características da sociedade capitalista moderna que são refletidas nos discursos que circulam por ela. Nessas sociedades ocorre um alto grau de integração das instituições sociais com o intuito de manter a dominação das elites, correspondendo ao mesmo no discurso. Se o discurso legitima a dominação existente nas relações sociais, ele também legitima a colonização de uma classe por outra. Nesse caso, o discurso publicitário seria um exemplo, pois informa a população a respeito dos bens de consumo da sociedade capitalista, atuando como elo, de forma incentivadora. Dessa forma, a publicidade encontrou na internet o meio ideal para divulgação de produtos e imposição de um estilo de vida capitalista, já que tal tecnologia digital permite também que qualquer usuário através das redes sociais produza informação e compartilhe notícias, produtos e marcas, o que não acontecia antes com a mídia de massa (CARVALHO, 2014).

Nas redes sociais, em especial, no Facebook, os publicitários investem na linguagem cotidiana, nos temas corriqueiros, nas referências aos *memes* e virais de Internet, isso tudo com o intuito de provocar uma identificação de seu público com a publicidade e posterior adesão ao consumo. Aproveitam as discussões recentes da sociedade para alavancar seus anúncios, investindo em uma linguagem que tenta fugir dos clichês, o que provoca reflexões e estimula algum tipo de ação para compreender toda a comunicação. Ainda que haja anúncios reforçando estereótipos, a publicidade no Facebook tem mostrado um processo de transformação crescente em sua estrutura discursiva, algo relevante a ser estudado em virtude dos impactos que

isso traz para os estudos de linguagem e a vida social na cultura contemporânea.

Com a recente era pós-industrial, a publicidade passou a focar também nos propósitos ambientais. As empresas têm mudado sua filosofia e estão mais atentas às questões do meio ambiente. Os profissionais de comunicação estão mais cientes das técnicas e estratégias que envolvem o marketing ambiental, ousando participar da quebra de paradigmas, associando-se a novas correlações de valores da sociedade brasileira, apresentando um trabalho mais sustentável, dentro de uma ação conjugada com as demais estruturas organizacionais e sociais (GIACOMINI FILHO, 2004).

A publicidade verde, como é chamada por estar voltada às questões ambientais, consolida a reputação pública de uma empresa, principalmente na esfera ambiental, como vanguardista e de excelência, uma vez que a causa ambiental, além de ser social, está relacionada com a gestão de qualidade. No entanto, para que um anúncio verde tenha credibilidade, ele depende de muitos fatores como a interação positiva de outros componentes sociais e mercadológicos, pois os setores publicitário e organizacional não devem esquecer que o meio ambiente é apenas uma dentre várias preocupações e prioridades de um cidadão. Sendo assim, a campanha publicitária verde não pode desconsiderar o papel crítico do consumidor, já que a decisão de compra ou a preferência por um produto não estarão somente vinculadas ao fato de o produto ser ecologicamente correto.

A publicidade verde reúne características novas para o consumidor brasileiro. Ela busca uma identidade, um código com o consumidor. Mais do que vender uma marca, ela vende uma ideia, um conceito relacionado à cultura ambiental, de uma forma que consiga mostrar ao consumidor que o meio ambiente deve estar incorporado às preocupações e soluções do dia a dia, e as causas ecológicas são legítimas e produzem um impacto direto no estilo de vida de cada um. Além disso, a preocupação com uma imagem corporativa ambientalmente responsável leva as empresas a produzirem anúncios publicitários com o intuito de incrementar a sua reputação organizacional, que, neste caso, é o foco de nosso estudo.

Estratégias argumentativas em anúncios verdes

Nos textos publicitários, o público-alvo são os consumidores de diferentes faixas etárias e gêneros, e, por isso, há uma possibilidade de variação maior da linguagem que em outros gêneros textuais. Ela é trabalhada de maneira mais ampla, usufruindo da maior quantidade de recursos possíveis para entreter, convencer e seduzir. Mesmo em anúncios preocupados com a sustentabilidade, há um incentivo a um comportamento de consumo, ainda que responsável, por exemplo. A construção argumentativa será decisiva para que esse incentivo se transforme em uma ação consolidada: a compra do produto ou a adesão à ideia. Como diz Perelman (2005, p.16), uma argumentação eficaz é a que consegue “aumentar a intensidade de adesão”, de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida, ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno. É assim que funciona a publicidade.

Charaudeau (2008) afirma que a argumentação não se limita a uma sequência de frases ou de proposições que aparecem ligadas por conectores lógicos. A explicação para essa afirmação é que nem todas as combinações frásticas comportam marcas explícitas de operação lógica, e também porque a característica argumentativa de um discurso existe principalmente no que está implícito.

Para o autor, a argumentação dirige-se à parte do interlocutor que raciocina mesmo que seja para chegar ao mesmo resultado. O sujeito responsável pela argumentação passa pela expressão de uma convicção e de uma explicação que procura ser transmitida ao interlocutor a fim de persuadi-lo a modificar seu comportamento.

Charaudeau (2008) elenca algumas características inerentes à argumentação:

- É preciso haver uma proposta sobre o mundo que provoque um questionamento em alguém sobre a sua legitimidade;
- É preciso haver um sujeito que se engaje em relação a esse questionamento e desenvolva um raciocínio para tentar estabelecer uma verdade;
- É preciso haver um outro sujeito que seja o alvo da argumentação. O sujeito responsável pela argumentação espera que esse outro compartilhe da mesma verdade, mesmo sabendo que ele pode aceitar ou refutar sua argumentação.

A argumentação seria então uma relação triangular entre um sujeito argumentante, uma proposta sobre o mundo e um sujeito-alvo. Seria o resultado textual de uma combinação entre diferentes elementos que dependem de uma situação cuja finalidade é persuasiva.

A seguir, temos a análise de cinco anúncios publicitários disponibilizados nas *fanpages* do Facebook das seguintes empresas: Pão de Açúcar, Faber Castell, Friboi, Natura e Ypê. Neles, observamos os aspectos linguístico-discursivos presentes na construção argumentativa.

Reciclar #praserfeliz

No Dia do Meio Ambiente comemoramos o impacto positivo das nossas Estações de Reciclagem.

Unilever

Pão de Açúcar

O que você faz para ser feliz?

Pão de Açúcar

Curte esta página · 3 de junho de 2015 ·

Temos motivos de sobra para celebrar esta data. Nosso programa de Estações de Reciclagem Pão de Açúcar Unilever já reciclou 88 mil toneladas, evitando a extração de muitos recursos naturais. Saiba mais: <http://bit.ly/1G6L3SP>

Curtir · Comentar · Compartilhar

3,4 mil · Principais comentários

99 compartilhamentos · 30 comentários

Carlos Lucia Bulati Adoro fazer compras no Pão de Açúcar. Organização nota dez. Qualidade idem. Parabens.

Curtir · Responder · 1 · 5 de junho de 2015 às 21:33

Pão de Açúcar Olá, Carlos! Adoramos sua mensagem. Contia pra gente qual loja você costuma frequentar? Vamos direcionar seu elogio aos responsáveis. 😊

Curtir · Responder · 6 de junho de 2015 às 10:26

Ver mais respostas

Luhema Ueti Como saber o horário de atendimento das estações de reciclagem?

Escreva um comentário

Anúncio 1: Pão de Açúcar

“Temos motivos de sobra para celebrar esta data. O nosso programa de Estações de Reciclagem Pão de Açúcar Unilever já reciclou 88 mil toneladas, evitando a extração de muitos recursos naturais. Saiba mais: (hiperlink).”

Fonte: www.facebook.com/paodeacucar

Na clara intenção de mostrar-se preocupada com a natureza no Dia do Meio Ambiente, a empresa Pão de Açúcar utiliza argumentos que comprovam suas ações e traz um feedback a respeito dos impactos delas. Conforme mostram os estudos a respeito do surgimento das redes sociais virtuais, a comunicação das marcas com os novos consumidores brasileiros muda radicalmente. Surgem, então, novas estratégias incorporadas aos anúncios digitais. Uma delas é o uso de *hashtags*, que são palavras-chave precedidas de “#”. Na oração

“Reciclar#praserfeliz”, podemos perceber que o uso da *hashtag*, nessa frase, é mais um instrumento de divulgação do anúncio, visto que seu uso tem como objetivo a interação entre os componentes da rede social, na qual são compartilhadas e divulgadas as mesmas ideias. Ao utilizar desse artifício, a empresa atinge um número maior de leitores e isso contribui para a propagação de sua imagem sustentável.

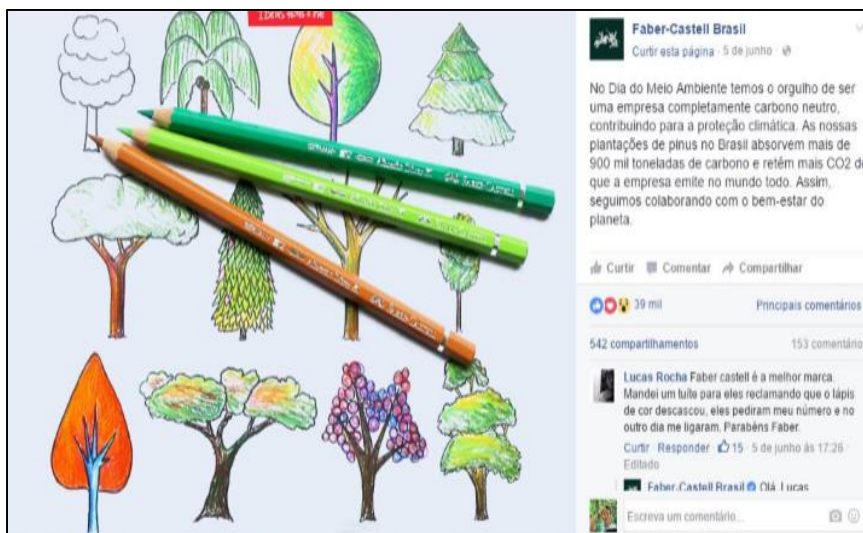
No corpo do texto do anúncio, o grupo Pão de açúcar menciona alguns números referentes a suas ações, afirmando que 88 mil toneladas de materiais descartados foram recicladas por suas estações. Esse é um argumento do tipo prova concreta, pois apresenta dados que confirmam sua validade, reforçando a preocupação com o fator ecológico. Outro recurso típico das redes digitais é o hiperlink, links que permitem a navegação de uma página a outra a partir de um clique. Xavier (2010, p.208) define o hiperlink como “uma forma híbrida, dinâmica e flexível de linguagem que dialoga com outras interfaces semióticas”, adicionando e acondicionando à sua superfície outras formas de textualidade. Para a publicidade on-line, o hiperlink é uma ferramenta essencial, pois é usada para que não se torne cansativa a leitura do anúncio por inteiro: o anunciante produz um texto mais enxuto e objetivo e divulga um link com acesso ao conteúdo completo. Assim, o uso de hiperlinks nas redes sociais é prático, pois ao ler o anúncio no Facebook o leitor é influenciado a buscar mais informações a respeito do texto.

Os recursos não verbais usados são ricos e complementares ao enunciado, pois as cores utilizadas, como o verde, ressaltam o ambiente ecológico. A imagem que reproduz a textura do papel reciclado também faz referência ao objetivo da ação, além das ilustrações demonstrando pequenas atitudes do cotidiano que contribuem com o meio ambiente, principalmente o desenho da menina que está reciclando papéis: proposta principal do anúncio do Pão de Açúcar.

Considerando os princípios inerentes à argumentação propostos por Charaudeau (2008), percebemos, no processo argumentativo do anúncio do Pão de Açúcar, que a proposta sobre o mundo provoca um questionamento sobre a forma como lidamos com a reciclagem de materiais usados, pois se a reciclagem fosse algo comum a todas as empresas e à sociedade, não apareceria como um diferencial estratégico argumentativo. Ela conduz ao pensamento que não tomar

uma atitude em relação a isso é algo negativo. O sujeito que se engaja nesse assunto e desenvolve um raciocínio sobre a questão é a própria empresa, a partir do momento que ela mostra que está fazendo a sua parte. O sujeito alvo da argumentação não tem como discordar dos impactos positivos de 88 mil toneladas de materiais reciclados, que evitam a extração de muitos recursos naturais. Dessa forma, a empresa espera que a instância pública compartilhe da mesma verdade, mesmo sabendo que existe algum risco de refutar sua argumentação.

A construção do anúncio, então, condiciona o leitor a acreditar que, de fato, o grupo Pão de Açúcar desenvolve ações em prol do meio ambiente, uma vez que mostra, em números, os bons resultados de seu programa, além de trazer elementos verbais e não verbais que corroboram com a hipótese do enunciador.



Anúncio 2: Faber-Castell Brasil

“No Dia do Meio Ambiente temos orgulho de ser uma empresa completamente carbono neutro. Contribuindo para a proteção climática. As nossas plantações de Pinus no Brasil absorvem mais de 900 mil toneladas de carbono e retém mais CO₂ do que a empresa emite no mundo todo. Assim, seguimos colaborando com o bem-estar do planeta.”

Fonte: www.facebook.com/faber.castell.77

Podemos perceber na parte verbal do anúncio que a empresa tenta criar uma imagem de firmeza em suas ações, pois inicialmente

são usadas as seguintes palavras: “... temos orgulho de ser a empresa completamente carbono neutro.” Dessa forma, em uma primeira leitura, o consumidor é levado a se convencer de que a Faber-Castell é potencialmente sustentável.

Para concretizar essa afirmação, usa-se o argumento de um dado no qual consta que 900 mil toneladas de carbono são absorvidas com ajuda de uma espécie arbórea plantada por ela, a Pinus. A empresa utiliza também um segundo argumento para incrementar sua preocupação com o fator ecológico, ressaltando que essa plantação é o suficiente para reter todo CO₂ que a empresa emite por todo mundo. A Faber-Castell ainda transmite na última afirmação uma ideia não de obrigação com a natureza, mas de colaboração com o bem-estar do planeta, insinuando que suas ações são um favor ao meio ambiente e não uma “prestação de contas”.

Com o recurso não verbal utilizado, percebe-se que, ao ilustrar diferentes tipos de árvores, o anúncio faz referência à diversidade de espécies. As cores verde e marrom são comumente usadas para trazer uma proximidade com a natureza, pois remetem às partes das árvores. Os lápis usados na ilustração deixam a entender que com eles foram pintadas as árvores da arte e que qualquer um poderia fazer a sua parte. Essa ideia é reforçada com a árvore deixada em branco simbolizando que a empresa espera colaboração do receptor da mensagem. Assim como boa parte dos anúncios ambientais, esse também aparece durante a comemoração do Dia do Meio LAmbiente. O enunciador assume que tem um compromisso com a causa, mas quer, implicitamente, que o destinatário também tenha ao propagar sua imagem sustentável e induzi-lo a comprar seus produtos em função de sua política ambiental.

No discurso analisado, é possível perceber que a argumentação traz uma proposta sobre o mundo que provoca um questionamento, ainda que implícito, no interlocutor. Ao escolher um bem de consumo, será que paramos para pensar na responsabilidade ambiental da marca escolhida? O discurso promove a reflexão que não tomar uma atitude em relação a essas escolhas pode ser negativo para o futuro do planeta. O sujeito que se engaja nesse assunto e desenvolve um raciocínio sobre a questão é a Faber Castell, a partir do momento que ela mostra que está fazendo a sua parte (as suas plantações de Pinus

absorvem mais de 900 mil toneladas de carbono e retém mais CO₂ do que a empresa emite no mundo todo).

O sujeito alvo da argumentação não tem como discordar de que o plantio de árvores é algo positivo que a Faber Castell faz pelo meio ambiente, já que utiliza recursos naturais para produção de seus materiais, mas consegue repor de uma maneira que contribui para a proteção climática e colabora com o bem-estar do planeta. Dessa forma, a empresa espera que a instância pública compartilhe da mesma preocupação com o planeta, consumindo os produtos de uma marca que possui responsabilidade ambiental.



Anúncio 3: Friboi

“A melhor forma de comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente é preservar o tempo todo. Por isso, a Friboi como parte do grupo JBS, apoia e participa desse movimento economizando e reutilizando recursos todos os dias. Só em 2014, o grupo JBS economizou mais de 1 bilhão de litros de água, além de utilizar 82% de energia de fontes renováveis. E você, o que está fazendo pelo nosso meio ambiente?”

Fonte: www.facebook.com/friboi

Para a construção desse anúncio, a parte não verbal mostra o planeta terra simbolizando um relógio, numa referência direta ao texto presente na imagem “viva um novo tempo agora” e também à frase do enunciado que segue a postagem “devemos preservar o tempo todo”.

A madeira como os ponteiros, as cores verde e marrom, as folhas que rodeiam o planeta-relógio são intencionalmente usadas para convencimento do leitor de que a Friboi é uma empresa preocupada com a temática ecológica. Os argumentos que reforçam a imagem que a empresa deseja passar são os dados que contemplam a economia de mais de um bilhão de litros de água. A importância de informar ao leitor sobre isso deve-se ao fato de que para a higienização e a produção dos alimentos desse setor alimentício, utiliza-se uma quantidade considerável de água. Provar que a empresa consegue reduzir essa quantidade é bastante convincente da sua eficiência sustentável, e o uso de 82% das energias renováveis reforça ainda mais essa afirmativa.

Em sua argumentação, conforme preconiza Charaudeau (2008), há uma proposta sobre o mundo que provoca um questionamento implícito a respeito da forma como o interlocutor lida com a economia e a reutilização de recursos, mais especificamente em relação à água. A pergunta final do enunciado é usada diretamente ao destinatário, para que ele possa refletir sobre o assunto (E você, o que está fazendo pelo nosso meio ambiente?). A empresa se coloca como parte do grande grupo interessado na economia de recursos no planeta ao utilizar a expressão “nosso meio ambiente”. Seu exemplo (economizou mais de 1 bilhão de litros de água, além de utilizar 82% de energia de fontes renováveis) aparece como uma inspiração para a prática de sustentabilidade, ao mesmo tempo que reforça a consciência sobre o consumo de produtos oriundos de empresas com responsabilidade ambiental. A Semana do Meio Ambiente vem destacada no anúncio por se tratar de um gancho para abordar o assunto e reforçar o caráter sustentável da Friboi.

O sujeito que se engaja nesse assunto e desenvolve um raciocínio sobre a questão é a Friboi, a partir do momento em que ela mostra que está fazendo a sua parte (a Friboi como parte do grupo JBS, apoia e participa desse movimento economizando e reutilizando recursos todos os dias). Apesar da Friboi ser uma empresa criticada pelos ativistas da causa animal, a abordagem discursiva do anúncio conduz o sujeito alvo da argumentação a uma concordância em relação às suas ações positivas (economia de água e utilização de fontes renováveis), afinal, não é de interesse da empresa que seu público deixe de consumir carne, mas que isso seja feito com responsabilidade. Dessa

forma, a empresa espera que o destinatário compartilhe da mesma preocupação, gerando menos impacto ao meio ambiente.



Anúncio 4: Natura

“A Solcial é uma ONG que ajuda em todo processo de instalação de equipamentos de energia solar em instituições de caridade. Quer participar? Clique aqui (Hiperlink).”

Fonte: www.facebook.com/naturabrofficial

Para reforçar sua imagem e reputação de empresa preocupada com o meio ambiente, a Natura firmou parceria com a ONG Solcial, que se dedica a viabilizar e instalar equipamento de energia solar em instituições filantrópicas. Por esse motivo, a junção do substantivo Sol + o adjetivo Social, formando a palavra Solcial. Com essa parceria, a Natura tenta mostrar, além de seu cuidado com o uso de energias renováveis, a preocupação com as pessoas de baixa-renda, residentes em instituições de caridade, interligando um contexto ambiental e social. A imagem, como recurso não verbal, complementa o enunciado, evidenciando as placas solares e a localidade onde foram instaladas.

Esse estilo de anúncio proporciona também uma interação com o consumidor, pois seu propósito é engajar o público em uma causa por meio de um “convite”. Tomando como base a teoria de Charaudeau (2008), o enunciador parte do esforço coletivo na busca de resultados. Isso fica evidente com a indagação ao destinatário feita no enunciado “Quer participar?”. O hiperlink usado é a conexão com o interlocutor, e ao mesmo tempo um elemento que reforça o critério de

“veracidade”, induzindo o destinatário a ter mais conhecimento sobre o assunto, pois tem como finalidade redirecioná-lo a outra página na web, que leva a uma explicação detalhada sobre o assunto, possibilitando o engajamento com a causa.

Quanto aos princípios inerentes à argumentação (uma proposta que provoque um questionamento, um sujeito engajado que incentiva uma reflexão para estabelecer uma verdade e um sujeito alvo da argumentação), observamos, no processo argumentativo da publicidade da Natura, que a proposta sobre o mundo provoca um questionamento a respeito da forma como colaboramos com o próximo, principalmente com as organizações sociais. A ONG em destaque realiza um trabalho de instalação de placas solares que ajuda instituições carentes a economizarem energia elétrica.

A construção discursiva conduz ao pensamento que não tomar uma atitude em relação a isso (no caso, a colaboração ao projeto da ONG) é moralmente negativo. O sujeito que se engaja nesse assunto e desenvolve um raciocínio sobre a questão é a própria Natura, a partir do momento que ela mostra que está fazendo a sua parte com o Movimento Natura e o Prêmio Acolher. O sujeito alvo da argumentação não tem como discordar dos impactos positivos desse movimento, porque no site é possível conhecer todas as instituições que recebem o apoio da Natura e, mais especificamente, a ONG Solcial. Dessa forma, a empresa espera que o destinatário compartilhe da mesma verdade, embora sabendo que existe algum risco de ele refutar sua argumentação.

A primeira forma de persuasão deste anúncio é o recurso não verbal, a forma como as mãos seguram o solo demonstra o contato necessário e emite uma ideia de cuidado. A pequena muda realça essa atenção maior que se deve ter com o solo, pois a partir do solo inicia-se a produção alimentícia, entre outros recursos naturais, que são necessários para a sobrevivência do homem. Ao mesmo tempo, a imagem remete diretamente à data comemorativa: Dia da Conservação do Solo. Enfatiza-se também que o solo é algo necessário e importante quando o enunciado utiliza o sufixo “íssimo” na palavra importante, formando-se o superlativo absoluto sintético do adjetivo. O uso das reticências no enunciado induz a entender que não são apenas as necessidades citadas, ainda existem muito mais coisas que dependem da qualidade do solo.



**15 DE ABRIL
DIA DA CONSERVAÇÃO
DO SOLO**

Ypê

Curte esta página · 15 de abril · 🌐

Hoje é o Dia da Conservação do Solo, ou seja, mais um dia para refletirmos juntos sobre o futuro do planeta. O solo é importantíssimo para a agricultura, para a vida animal, para a água que bebemos... Mas o que a Ypê faz que contribui para preservar essa fonte de vida? E você? O que pode fazer para colaborar? Confira: <http://bit.ly/1RYw1V4>

👍 Curtir 🗨 Comentar ➦ Compartilhar

👍 🗨 🌟 3 mil Principais comentários

316 compartilhamentos 27 comentários

Mariza Brinchi Junto com produtos Ypê detergente neutro e outros tbm, faço compostagem com lixo orgânico, reciclo materiais descartáveis, reutilizo água da máquina p/ fazer a limpeza do quintal e descarga do banheiro, plantei 4 pés de maracujá e cuido c/ próprio adubo com biofertilizante líquido e terra q eu mesma produzo em casa com muito respeito e amor com a natureza.

Escreva um comentário...

Anúncio 5: Ypê

“Hoje é o Dia da Conservação do Solo, ou seja, mais um dia para refletirmos juntos sobre o futuro do planeta. O solo é importantíssimo para a agricultura, para a vida animal para a água que bebemos... Mas o que a Ypê faz que contribui para preservar essa fonte de vida? E você? O que pode fazer para colaborar? Confira: (Hiperlink)”.

Fonte: www.facebook.com/oficialype

No enunciado, perguntas retóricas são feitas ao leitor, para que os questionamentos possam ser “respondidos”. Usa-se também o hiperlink, no qual a publicidade explica detalhadamente como a Ypê interfere de forma positiva nesta ação sustentável, além de oferecer possibilidades de colaboração por parte do consumidor. O artifício de interação com o leitor é proposital, pois a partir dele a empresa reforça sua imagem sustentável.

A publicidade verde nas redes sociais proporciona para a empresa uma amplitude maior de alcance, pois no Facebook o leitor pode compartilhar essa informação, acessar o hiperlink, comentar criticando ou elogiando as ações da empresa e ser respondido no mesmo veículo, por este motivo esse tipo de propagação de discurso está ganhando tanto espaço no contexto atual.

No discurso do anúncio, percebemos que a argumentação traz, assim como nos outros exemplos analisados, uma proposta sobre o mundo que provoca um questionamento implícito sobre a forma como

o interlocutor lida com a conservação do solo (E você? O que pode fazer para colaborar?). Ele promove a reflexão que não tomar uma atitude em relação a isso pode ser negativo para o futuro do planeta. O sujeito que se engaja nesse assunto e desenvolve um raciocínio sobre a questão é a Ypê, a partir do momento que ela mostra que está fazendo a sua parte (a empresa possui o Projeto Florestas Ypê, em parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica). O sujeito alvo da argumentação não tem como discordar de que o plantio de árvores nativas da Mata Atlântica (totalizando 550 mil em 2015, ano anterior à divulgação da ecopropaganda) é algo positivo que a Ypê faz pelo meio ambiente. Assim, a Ypê espera que o seu público-alvo compartilhe da mesma preocupação, seguindo as dicas para preservação do solo.

Considerações finais

A publicidade verde em posts de Facebook surge com a intenção de persuadir, informar, denunciar, engajar e instigar os indivíduos de acordo com a causa defendida pela empresa. No entanto, sua finalidade não é restrita a apenas isso: o discurso verde é uma maneira de mudar ideias, crenças, costumes entre outras finalidades. Ele representa uma ferramenta bastante utilizada nos dias atuais para propagar ideias com aceitação positiva.

Assim, pudemos observar e constatar que as empresas estão investindo no discurso de sustentabilidade em suas fanpages como meio de alcançar seu público utilizando uma linguagem típica de posts cotidianos de Facebook, mas sem perder os procedimentos argumentativos do discurso publicitário. As empresas demonstram seu interesse a todo momento pelas questões envolvidas com o meio ambiente, denunciando, motivando e revelando as práticas errôneas adotadas pela população e outras empresas em relação à preservação ambiental, tomando iniciativa para a adesão de práticas sustentáveis, como também instigando o público a participar de ações transformadoras, numa maneira de ajudar o meio ambiente, e também como método de divulgação de sua marca/empresa e seus produtos.

Como no meio digital a troca de informações atinge uma velocidade considerável, os anunciadores se aproveitam de recursos on-line, como hiperlinks e hashtags, e conseguem atingir um grande público, que tem participação mais efetiva nessa relação produtor-

consumidor através dos comentários e compartilhamentos. Tal meio possibilita também o envolvimento mais efetivo e a colaboração do consumidor na ação ecológica/social proposta, através do estímulo ao engajamento em projetos e programas que as empresas apoiam.

Conforme Charaudeau (2008), no processo de argumentação, observamos uma relação triangular entre um sujeito argumentante (enunciador), uma proposta sobre o mundo e um sujeito-alvo (destinatário). O enunciador passa pela expressão de uma convicção e de uma explicação que busca ser transmitida ao destinatário com o intuito de persuadi-lo a modificar seu comportamento. É o que verificamos na composição dos anúncios verdes institucionais em Facebook: todos eles apresentam uma reflexão sobre questões ambientais em que a empresa anunciante mostra-se engajada / preocupada com a causa. Essa preocupação ambiental é colocada com o intuito de despertar a consciência do público-alvo em relação à sustentabilidade (às vezes até de maneira explícita, na forma de um convite ao engajamento). No entanto, por se tratar de um anúncio publicitário, esse despertar da consciência está voltado também para a atividade de consumo e, principalmente, para a escolha de uma marca que tenha responsabilidade ambiental.

A justificativa para esse posicionamento discursivo, então, é a preocupação com uma imagem corporativa ambientalmente responsável, que leva as empresas a produzirem anúncios publicitários com o intuito de incrementar a sua reputação organizacional

Referências

- CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso** – modos de organização. Tradução Ângela M. S. Corrêa, Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.
- CARVALHO, Nelly. **O texto publicitário na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2014.
- CARVALHO, Nelly et al. Inovação publicitária nas redes sociais. In: XAVIER, AntonioCarlos et al. **Hipertexto & Cibercultura: links com literatura, publicidade, plágios e redes sociais**. São Paulo: Respel, 2011.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. London/New York: Longman, 1990.

GIACOMINI FILHO, Gino. **Ecopropaganda**. São Paulo: Senac, 2004.
PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da Argumentação: a nova retórica**. Martins Fontes: São Paulo, 2005.
XAVIER, Antonio Carlos. Leitura, texto e hipertexto. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antonio Carlos (Org.). **Hipertexto e gêneros digitais** – novas formas de construção de sentido. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

A POLISSEMIA E A IDEOLOGIA NO TEXTO PUBLICITÁRIO

Karla Rossana Rodrigues de Souza*

Introdução

No artigo em questão tem-se o pressuposto de que ao explorar os gêneros textuais da esfera midiática, destacando os anúncios publicitários, o professor estará ensinando uma forma de atuação sociodiscursiva na comunidade, além de superar o ensino de leitura tradicional e superficial, caso a sua prática pedagógica enfatize a persuasão resultante dos efeitos de sentido produzidos pelos elementos verbais, visuais e pelo contexto social. Afinal, para definir o verdadeiro sentido do ensino de língua materna é necessário priorizar os usos sociais dos falantes, considerando a concepção sociointeracionista da linguagem.

Com isso, o presente artigo se baseia na proposta pedagógica que orienta os alunos a encararem os discursos midiáticos (publicitários e jornalísticos) como uma construção coletiva, destacando seu contexto histórico - social, suas condições de produção, o fato de que refletem certos valores vinculados à sociedade em que circulam e, por fim, o usos de variados mecanismos linguísticos que proporcionam a expressividade e a multiplicidade de sentidos em seu discurso, como a polissemia.

Assim, o foco de investigação é o tratamento dado ao discurso publicitário, considerando seu contexto histórico - social, os atores sociais envolvidos e o emprego de expressões e palavras polissêmicas, que dão expressividade ao texto publicitário, favorecendo, inclusive, o seu teor argumentativo.

Quanto à fundamentação teórica do presente trabalho, basicamente está direcionada à Análise do Discurso Francesa, à luz de pesquisadores como Brandão (1995), Orlandi (1988; 2001), Maingueneau (1997; 2002), Pêcheux (1990), entre outros. Para essa teoria, a linguagem não deve ser caracterizada somente pelo seu aspecto estrutural, mas sim, também é preciso verificar os elementos

* Mestranda em Letras pelo Profletras da UFPE

vinculados às formações sociais e ideológicas, uma vez que a língua é o lugar no qual se “concretiza” o discurso, que se trata do objeto de estudo da AD, e o texto onde se realiza a construção de sentidos, de acordo com a concepção interacionista de leitura.

Porém, considera-se ainda aqui os principais postulados teóricos referentes aos conceitos de polissemia, tais como os estudos feitos por Ullmann (1964), Barbosa (1996) e Rehfeldt (1980).

A partir daí, pretende-se pensar em um trabalho didático com gêneros discursivos que proporcione discussões em sala de aula acerca das características manipulatórias presentes nos textos midiáticos, principalmente nos anúncios publicitários. Desse modo, propõe-se que os estudantes realizem leituras críticas de tais textos, a fim de descobrir as “armadilhas sedutoras” contidas ali e como se desvencilhar de tais imposições através de análises linguístico-discursivas mediadas pelo professor.

Dentre os vários elementos persuasivos próprios do texto publicitário existentes, que vão desde o conjunto de características lingüísticas específicas (como a seleção lexical, a ambigüidade, a antonímia, a ironia, a intensificação lingüística e muitos outros recursos estilísticos) até a argumentação manipuladora, destaca-se aqui neste estudo dois instrumentos importantíssimos para a constituição do anúncio publicitário: a polissemia e a ideologia perpassada em seu discurso.

Os recursos expressivos mencionados acima funcionam para persuadir e convencer o indivíduo a adquirir determinado produto, serviço ou conceito ideológico. Logo, observa-se que se busca apelar para os jogos lexicais, fotografias ou demais elementos visuais para que conduzam o leitor e o mesmo acredita na veracidade daquilo que está sendo anunciado. Por isso, sabe-se que o discurso publicitário está carregado de ideologias que, na maioria das vezes, iludem o cidadão.

Quanto ao ensino de Português, é fato que não há aqui a pretensão de receitar fórmulas metodológicas para subsidiar o trabalho dos professores. Por outro lado, esta pesquisa pode auxiliar os estudos sobre o ensino de Língua Portuguesa porque busca refletir acerca de questões inovadoras a fim de contextualizar a aprendizagem dos estudantes e torná-la mais próxima do uso real da linguagem. Contudo, a ênfase deste estudo será dada ao processo de ensino - aprendizagem nos anos finais do Ensino Fundamental, precisamente

no 9º ano, por se tratar exatamente do último ano desse nível de ensino e por se apresentar como uma preparação para o Ensino Médio.

Portanto, as reflexões apresentadas neste estudo têm o propósito de beneficiar os debates entre educadores e pesquisadores sobre os processos de ensino-aprendizagem de língua materna, visto que ainda hoje existem muitos docentes aplicando em sala de aula regras gramaticais descontextualizadas e pouco explorando os gêneros discursivos, principalmente os que pertencem ao domínio midiático, como os textos publicitários. E, por fim, do ponto de vista acadêmico, a presente pesquisa justifica-se por se tratar de um tema abrangente, revelador de valores e aspectos sociais, além de focar também os elementos relacionados à cultura de uma época que se refletem na linguagem, posto que o texto publicitário se configura até como uma espécie de testemunho de uma sociedade, apontando as visões de mundo do contexto em que se encontra

Fundamentação teórica

Sabe-se que o objeto de estudo da AD é o discurso, porém não se deve definir “discurso” como sendo a língua, o texto ou a fala, mas sim, como algo que precisa de elementos linguísticos para se concretizar. Então, integra-se à noção de discurso o conceito de sentido, ou melhor; a ideia de construção dos efeitos de sentido. Estes, por sua vez, surgem em função dos diferentes lugares sociais existentes, os quais são ocupados por diversos sujeitos ao longo do processo discursivo.

Dessa forma, um analista do discurso não considera apenas a transmissão de informação, mas sim, enfatiza o processo de constituição dos sujeitos e a construção de sentidos na interação social. Para os estudiosos da AD, qualquer discurso é destituído de ideologia e apresenta outros discursos inscritos em si, uma vez que todos se formam na perspectiva de suas inter-relações.

Segundo Orlandi (2001, p. 21), o discurso corresponde ao “efeito de sentido entre locutores”, isto é, trata-se do processo comunicativo produtor de efeitos de sentidos, que são resultantes de determinadas condições sócio-histórico-ideológicas. Partindo disso, compreende-se que, para a AD, o sujeito é o “reprodutor” do discurso e o representante das posições sociais existentes em uma comunidade.

Então, pode-se afirmar que o sujeito é determinado ideologicamente e participa de um jogo discursivo.

Neste sentido, é preciso pensar o ato de ler e compreender com foco na interação entre autor-texto-leitor, como defendem Koch e Elias (2014):

Diferentemente das concepções anteriores, na concepção interacional (dialógica) da língua, os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais, sujeitos ativos que - dialogicamente - se constroem e são construídos no texto, considerado o próprio lugar da interação e da constituição dos interlocutores. (...) Nessa perspectiva, o sentido de um texto é construído na interação texto – sujeitos e não algo que preexistia a essa interação. A leitura é, pois, uma atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza evidentemente com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes no interior do evento comunicativo. (KOCH e ELIAS, 2014, p. 10-11)

Para discutir a questão da ideologia e da heterogeneidade discursiva, é importante destacar o filósofo Bakhtin (1989), pois este teórico defendeu a ideia de que a verdadeira característica da linguagem é fundamentada pela interação verbal, logo, o indivíduo não é um sujeito passivo, mas sim um elemento que se relaciona com um outro estabelecendo um sistema dialógico e constituindo uma formação discursiva. Sendo assim, para ele, o discurso é o lugar onde se articulam os processos ideológicos e os fenômenos linguísticos.

Então, para compreender o funcionamento das relações entre o discurso e a sociedade em que os sujeitos atuam, é essencial tomar conhecimento da noção de formação discursiva (doravante FD). Segundo Foucault (1995, p. 43): “Uma formação discursiva é a regularidade ou a ordem entre um conjunto de enunciados, de objetos, conceitos ou escolhas temáticas marcadas pelas mesmas condições ou regras de formação.” Portanto, cabe afirmar que todo discurso é direcionado por uma FD e que sempre se relaciona a uma determinada formação ideológica.

Conforme Pêcheux (1990), a definição de FD compreende o fato de que determina o que “pode” ou “deve” ser dito, com base em uma posição social historicamente situada. Por outro lado, toda FD possui o dito e o não-dito nos discursos dos sujeitos. Tem-se que toda FD é

constituída em um interdiscurso, que se trata do lugar no qual os sujeitos assimilam inconscientemente o que é válido e o que não é para o seu discurso, como determina a FD.

Logo, em se trata do texto publicitário, o docente não pode esquecer que é por meio do discurso da publicidade que os indivíduos se inserem efetivamente na sociedade de consumo, na qual todos os recursos empregados (imagens, projeto gráfico, seleção lexical, entre outros) assumem um papel importantíssimo não só para a divulgação de um produto, ideia ou serviço, mas principalmente para a manipulação dos sujeitos em uma sociedade capitalista, consumista, hedonista e imediatista como a atual.

Para tanto, é necessário refletir agora acerca das questões fundamentais relacionadas ao fenômeno polissêmico. Em suma, pode-se afirmar que se trata de um elemento presente em toda língua natural, contribui para a economia e flexibilidade linguísticas, devido ao fato de ocorrer principalmente nas palavras mais usadas socialmente.

Muitos docentes afirmam que não importa quantos significados apresente determinado item lexical, pois o contexto facilitará a interpretação mais adequada, porém, já se sabe que nem sempre isto ocorre e é exatamente este jogo polissêmico que a publicidade explora.

Segundo Ullmann (1964), "a polissemia é um traço fundamental da fala humana, que pode surgir de maneiras múltiplas" (p.331). De acordo com este teórico, há cinco procedências que explicam a ocorrência da polissemia:

1. *Mudanças de aplicação*, ou seja, um dado item lexical adquire um maior número de sentidos graças ao deslocamento de emprego que ele abarca num determinado período de uso.
2. *Especialização num meio social*, ou seja, as palavras adquirem significados diversos e específicos dependendo do seu campo de ação e atuação.
3. *Linguagem figurada*, isto é, quando uma palavra pode adquirir um ou mais sentidos figurados sem que haja a perda do seu significado original; os significados convivem lado a lado e não se confundem.
4. *Homônimos reinterpretados*, ou seja, "quando duas palavras têm som idêntico e a diferença de significado não é muito grande,

temos uma certa tendência a considerá-las como uma única palavra com dois sentidos" (ULLMANN, 1964, p. 340). Então, conforme orientou Ullmann, essas duas palavras seriam homônimas, devido à diferença na origem, no entanto, as pessoas desconhecem esta concepção e estabelecem relações de sentido entre tais palavras.

5. *Influência estrangeira*, em que há a mudança de sentido de uma palavra já existente num sistema linguístico por "importação de significado" de uma palavra estrangeira.

Para Barbosa (1996), um significado polissêmico é quando num mesmo significante unem-se vários feixes de semas ou sememas, que se diversificam pelas combinações diferentes de semas. Dessa forma, uma lexia polissêmica é aquela que preserva uma unidade de significado, isto é, a sua unidade é garantida pelo núcleo sêmico comum aos múltiplos setores de semas. Com efeito, esse núcleo sêmico comum é que permite ao falante identificar um único signo linguístico em suas diferentes realizações no discurso.

Segundo Rehfeldt (1980): "polissemia (...) segundo os próprios componentes (poly + sema + ia), é palavra que comporta várias significações" (p.77) De acordo com esta autora, a arbitrariedade linguística é uma das causas da polissemia, além do que, o reaproveitamento de uma mesma unidade linguística corresponde, do ponto de vista de Rehfeldt, a um aspecto deficiente do sistema linguístico.

Portanto, é fato que a linguagem publicitária recorre constantemente aos elementos linguísticos não-convencionais a fim de tornar o anúncio mais criativo, expressivo e despertar o interesse do consumidor. Então, o emprego da polissemia nas palavras ou expressões cai como uma luva para atingir os principais objetivos dos anunciantes: conquistar o seu público-alvo.

Neste sentido, faz - se necessário apontar o que Antunes (2009) descreveu acerca do processo de aprendizagem de Língua Portuguesa:

A complexidade do processo pedagógico impõe, na verdade, o cuidado em se prever e avaliar, reiteradamente, *concepções* (O que é linguagem? O que é uma língua?), *objetivos* (Para que ensinamos? Com que finalidade?), *procedimentos* (Como ensinamos?) e *resultados* (O que

temos conseguido?), de forma que todas as ações se orientem para um ponto comum e relevante: *consequir ampliar as competências comunicativo-interacionais dos alunos.* (ANTUNES, 2009, p. 34)

Ora, partindo disso, pode-se dizer que atualmente o ensino de linguagens não prioriza os aspectos gramaticais descontextualizados, mas sim, enfatiza as práticas sociais de leitura e escrita, ou seja, os gêneros textuais e os efeitos de sentido resultantes dos recursos linguístico-expressivos empregados em sua produção.

Metodologia

Quanto aos procedimentos metodológicos adotados na presente pesquisa acerca do uso de estratégias polissêmicas no discurso publicitário, tem-se que partiram da Análise de Conteúdo. Com isso, foi preciso recorrer aos postulados do principal nome desse método de análise: Bardin (2009).

Assim, tem-se que Bardin (2009) define a categoria de análise de conteúdo como um conglomerado de técnicas de análise de textos que faz uso de procedimentos sistemáticos, objetivando descrever o conteúdo das mensagens.

Desse modo, primeiramente, é relevante considerar que tal metodologia corresponde a uma análise de textos tanto qualitativa como quantitativa que prioriza a mensagem transmitida por diversos gêneros textuais ou linguagens, sendo que as variantes de seu método se agrupam em duas categorias: as quantitativas, que destacam a frequência de ocorrência e as qualitativas, que enfatizam a presença ou ausência de determinado elemento.

Neste artigo, o método escolhido foi o de viés qualitativo, por se tratar de uma proposta de reflexiva fundamentada e teórica, independente de dados quantitativos.

Assim, das possíveis categorias de análise existentes na metodologia em questão, faz-se tanto uma análise formal, uma vez que se aponta e problematiza as formas utilizadas para construir o texto e o encadeamento do discurso; como uma análise estrutural, visto que põe em evidência o modo que os elementos linguísticos são utilizados e revelam, mesmo implicitamente, aspectos de cunho ideológico, conforme apresenta o tópico abaixo.

Análise de dados

Sabe-se que o texto é o real objeto de estudo da Língua Portuguesa, até porque se trata de algo que de fato proporciona o entendimento mais amplo e mais consistente da estrutura e do funcionamento do próprio sistema linguístico. Em outras palavras, apenas ao se trabalhar com textos, que são eventos comunicativos concretos, é possível problematizar em sala de aula os fenômenos linguísticos, como por exemplo a polissemia.

Neste sentido, considera-se que o texto publicitário é o resultado do uso de recursos retóricos, icônicos, de figuras de linguagem, de técnicas argumentativas e mecanismos de persuasão. Trata-se, então, de textos relevantes, pois funcionam como ferramentas de convencimento e estratégias discursivas, uma vez que se baseiam na representação que os sujeitos sociais constroem na interlocução. Pode-se afirmar, inclusive, que quando o professor de Língua Portuguesa destaca tais particularidades do gênero anúncio publicitário em suas reflexões linguísticas na sala de aula, é possível lidar com formas de críticas de pensamento relevantes para o desenvolvimento das habilidades dialógico-discursivas dos estudantes.

Sendo assim, apenas a título de exemplificação, tem-se abaixo textos publicitários que apresentam o jogo polissêmico em sua composição:

Figura 1



Disponível em: <http://lpafiada.blogspot.com/2010/09/polissemia-na-linguagem-publicitaria.html>

Figura 2



Disponível em : <https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/a-polissemia-como-recurso-didatico.html>

Figura 3



Disponível em: <http://lpafiada.blogspot.com/2010/09/polissemia-na-linguagem-publicitaria.html>

Figura 4



Disponível em: <http://lpafiada.blogspot.com/2010/09/polissemia-na-linguagem-publicitaria.html>

Figura 5



Disponível em: <http://pafiada.blogspot.com/2010/09/polissemia-na-linguagem-publicitaria.html>

Na **Figura 1**, a polissemia se configura com o uso da expressão *tirar casquinha* e com a imagem de um sorvete com o medicamento no lugar da casquinha de biscoito. Já na **Figura 2**, o uso da frase “Deixe de lado aquele sorrisinho amarelo” compreende uma estrutura polissêmica porque explora tanto o sentido socialmente construído (constrangimento, sem – graça) quanto o sentido relacionado à falta de escovação, já que os dentes nesse caso podem ficar amarelados. A **Figura 3** brinca com a expressão *rei na barriga*, uma vez que se trata de uma marca voltada para gestantes e crianças pequenas. A **Figura 4** explora a duplicidade de sentidos que possui a palavra *coroa*, principalmente por se tratar de um anúncio de serviços funerários e apresentar o rosto de um homem idoso, favorecendo a constituição do jogo polissêmico. E, por último, a **Figura 5** faz uma brincadeira com o nome do veículo e a forma do famoso personagem da Turma da Mônica falar, tornando o enunciado polissêmico e humorístico.

Em suma, cada exemplo comentado acima enfatiza as especificidades da linguagem publicitária, que, por sua vez, explora a plurissignificação do discurso na esfera midiática/publicitária para construir o efeito de sentido que se deseja transmitir.

Então, acerca do exposto, tem-se a seguinte reflexão: quando se tem a finalidade de retratar ou ressignificar as relações sintático-semânticas estabelecidas entre palavras, percebe-se a existência de diversas possibilidades de produção textual – discursiva. Logo, cabe ao

docente explorar a presença da polissemia em seus diferentes contextos, ampliando o nível de letramento dos estudantes, bem como suas competências argumentativas.

Conclusão

Embora ainda existam professores que aplicam em sala de aula inconsistentes e mecânicos exercícios de gramática desassociados da análise textual, é fato que atualmente o ensino de Português encontra-se oscilante, em uma fase de transição entre as práticas tradicionais e as inovações fornecidas por diferentes estudos no campo da Linguística, tais como: Sociolinguística, Linguística Textual, Fonética e Fonologia, Psicolinguística, entre outros. Mas, a corrente enfatizada neste trabalho foi a Análise do Discurso, devido à sua perspectiva direcionada para a reflexão do discurso linguístico e seu teor sócio-histórico-ideológico.

Assim, ao se propor a abordagem do jogo polissêmico na linguagem publicitária na sala de aula em turmas do 9º ano do Ensino Fundamental, tem-se em mente que é relevante levar o estudante a problematizar em torno do processo de FD, pois é nela que a palavra, a expressão, ou melhor, o enunciado assumirá múltiplos e simbólicos significados, por isso a importância de se considerar os elementos linguístico-discursivos no contexto comunicativo midiático/publicitário.

Afinal, como já foi dito antes, o discurso é a linguagem na prática social e texto é a materialização do discurso, então, na dinâmica de sedução, convencimento e persuasão existente no universo da publicidade, vale fazer uso de diferentes mecanismos para atingir o interlocutor, tido ainda como consumidor.

Por isso, no cenário em questão, o fenômeno da polissemia e a carga ideológica que a perpassa ganha evidência, pois funciona como recurso linguístico – expressivo atraente para o público – alvo.

Polissemia é basicamente o uso criativo e plurissignificativo da língua, até porque a palavra, aliás, o texto adquire novas formas, novos efeitos de sentido, que em uma aula sobre adjetivação e metaforização, por exemplo, é imprescindível comentar.

Logo, pode-se afirmar que ao discutir com os estudantes a relevância do fenômeno polissêmico para a construção do discurso

publicitário e propor atividades de produção textual e análise linguística em cima dessa questão, o educador estará reconhecendo o caráter processual e ideológico das práticas de leitura, escrita e reflexão linguística.

Desse modo, o professor pode orientar os alunos para compreenderem que os gêneros do contexto midiático, assim como quaisquer textos, são construídos a partir de um já-dito, pois retomam discursos anteriormente mencionados socialmente. Além disso, cabe ao docente instruir os estudantes para que percebam que o sentido não pertence ao texto, diferentemente do conteúdo, pois o sentido o ultrapassa e é resultado da interação entre texto e leitor.

Sendo assim, o estudo do jogo polissêmico como estratégia discursiva publicitária proporciona ao ensino da Língua Portuguesa uma riqueza que favorece além do conhecimento da estrutura e funcionamento do sistema linguístico, pois amplia o desenvolvimento do letramento (ou seriam letramentos?) dos discentes enquanto usuários competentes e naturais da língua, visto que se trata de sua língua materna.

Por fim, buscou-se no trabalho em questão, nortear o docente para que este possa usufruir de todas as possibilidades para ampliar as habilidades textuais – enunciativas dos alunos, explorando e aprimorando seus conhecimentos e competências linguísticas, a fim de desenvolver também a criticidade dos jovens diante dos apelos frequentes da linguagem publicitária. Vale ainda acrescentar que a discussão aqui posta não se extingui, até porque sabe-se que há inúmeros elementos envolvidos na dinâmica polissêmica que podem e devem ser problematizados no espaço escolar tanto sob a ótica da AD, quanto a partir de qualquer outro aparato teórico.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. **Aula de Português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola, 2009.

_____. **Textualidade: noções básicas e implicações pedagógicas**. São Paulo: Parábola, 2017.

BAKHTIN, M. **Dialogismo e Construção de Sentidos**. Ed. Unicamp, 1989

_____. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Ed. Hucitec, 1992

BARBOSA, M. A. **Léxico, produção e criatividade**: processos do neologismo. 3ª.ed. São Paulo: Plêiade, 1996

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BRANDÃO, H. H.N. **Introdução à análise do discurso**. Ed. Unicamp, 1995

CARVALHO, N. **Publicidade**: a linguagem da sedução. Ed. Ática, 2004

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Ed. Forense Universitária, 1995

KOCH, V.I.; ELIAS, M.V. **Ler e Compreender**: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2014.

MAINGUENEAU, D. **Novas Tendências da Análise do Discurso**. Ed. Unicamp, 1997

_____. **Análise de Textos de Comunicação**. Ed Cortez, 2002

MARCUSCHI, L. **Gêneros Textuais**: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P. ; MACHADO, A. R. e BEZERRA, M. A. (Org) **Gêneros Textuais e Ensino**. Ed. Lucerna, 2002

MUSSALIM, F. **Análise do Discurso**. In: **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras, vol 2, Ed. Cortez, 2001.

ORLANDI, E. **Discurso e leitura**. Ed. Cortez, 1988

PÊCHEUX, M. **Análise Automática do Discurso**. Ed. Unicamp, 1990

REHFELDT, G. K. **Polissemia e campo semântico** (estudo aplicado aos verbos de movimento). Porto Alegre: EDURGS/FAPA/FAPCCA, 1980

ROSA, M.E.; ROSENZWEIG, Q.P. **Análise de Conteúdo da Campanha de Comunicação do Movimento Nós Podemos Paraná no Facebook**. Revista Panorama, edição online, v 3, n 1, jan/dez 2013.

ULLMANN, S. **Semântica**: uma introdução à ciência do significado. Tradução de J. A. Osório Mateus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1964

SITES CONSULTADOS

<<<http://lpafiada.blogspot.com/polissemia-na-linguagem-publicitaria/>Acesso em: 20 de julho de 2018>>

<<http://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/a-polissemia-como-recurso-didatico.html/>Acesso em: 20 de julho de 2018>

SOBRE OS ORGANIZADORES



Dalexon Sérgio da Silva é pós-doutorando em Ciências da Linguagem pela UNICAP. Doutor em Ciências da Linguagem também pela UNICAP em Doutorado-sanduíche (PDSE – CAPES) na Universidade de Lisboa e Universidade Aberta de Lisboa - Portugal. Mestre em Ciências da Linguagem. Especialista em Língua

Portuguesa, em Administração e graduado em Letras, todas pela Universidade Federal de Pernambuco. Membro do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Universidade de Lisboa – Portugal e investigador da Cátedra Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização, pela Universidade Aberta de Lisboa – Portugal. Membro da Academia de Letras da cidade do Paulista – PE e do Rio de Janeiro - RJ. Membro da União Brasileira dos Escritores e da Sociedade dos Poetas Vivos de Olinda-PE. Tem mais de 30 livros publicados, do público infantil ao nível de doutorado. Vencedor de prêmios literários nacionais e internacionais. E-mail: dalexon@uol.com.br



Glaucio Ramos Gomes é doutor e mestre em Análise do Discurso de linha francesa (UFPB), possui especializações em Linguística aplicada, Educação a distância e tem formação inicial em Letras/Inglês. É membro do grupo de pesquisa em discurso, cultura e identidades – DISCULTI (URCA/CE). Contador de histórias e autor de literatura infanto-juvenil. Vencedor dos prêmios Detran de educação 2017/2018 (DETRAN/PE), Professores do Brasil 2018

(MEC), Espírito Público 2019. É coordenador do núcleo Conectando Saberes da Lemann em Paulista/PE. Formador de professores e, atualmente, coordenador das bibliotecas escolares da Secretaria de Educação do Paulista/PE. Idealizador e fundador da biblioteca itinerante Leitura na Esquina, projeto social voltado para a formação de leitores. e-mail: gragy21@gmail.com

Este livro traz análises com variadas materialidades discursivas observadas pelo viés de diversificadas teorias do discurso. Tais análises se dão por meio de um gesto de interpretação mobilizado pelos seguintes pesquisadores: Diane Mageste dos Santos (UFF) e Silmara Dela Silva (UFF), Lucas Rodrigues Lopes (UNICAMP), Rebeca Lins Simões de Oliveira (UFPE), Dalexon Sérgio da Silva (UNICAP), Jocenilson Ribeiro (UNILA), Marcos de França (URCA) e Pollyanne Bicalho Ribeiro (UFC), Wellton da Silva de Fatima (UFRRJ), Glaucio Ramos Gomes (UFPB), Rodolfo Rorato Londero, (UEL-PR) e Samilo Takara (UNIR-RO), Ceres Carneiro (UFF), Hellen Brasileiro (UERN) e Francisco Vieira da Silva (UFERSA), Emanuel Raiff Gomes da Nóbrega Filho (UFPB), Thiago Alves França (UNEB), Edileide Godoi (UFPB), Arthur de Araújo Filgueiras (UNICAP) e Nadia Pereira Gonçalves de Azevedo (UNICAP), Jefferson Campos (UNIFAMMA), Anísio Batista Pereira (UFU) e Antoniel Guimarães Tavares Silva (UFU), André Luís de Araújo (UNICAP), Jarbas Vargas Nascimento (PUC/SP) e Marcel Fernandes Gugoni (PUC/SP), Felipe Casado de Lucena (IFPE), Karla Rossana Rodrigues de Souza (UFPE).



ISBN 978-85-7993-798-9



9 788579 937989